

Yuri Araujo Carvalho

ENTRE NUVENS E TRINCHEIRAS

TRAJETÓRIAS DO JORNALISTA
ANTÔNIO MACHADO SANT'ANNA
(1940-1966)

ENTRE NUVENS E TRINCHEIRAS

**TRAJETÓRIAS DO JORNALISTA
ANTÔNIO MACHADO SANT'ANNA
(1940-1966)**

Yuri Araujo Carvalho

EDIÇÕES

 **BARÃO**

EDIÇÕES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

Reitora

Valéria Tomás de Aquino Paracchini

Vice-Reitor

João Alberto de Andrade Velloso

Pró-Reitora de Ensino e Inovação

Patrícia Rodrigues Miziara Papa

Pró-Reitor de Graduação

Thiago Henrique de Moraes

Pró-Reitor Administrativo

Antônio Augusto Abbari Dinamarco

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Investigação Científica

Felipe Ziotti Narita

Editores

Prof.^a Dr.^a Eloisa Gatti Regueiro

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Prof.^a Dr.^a Maria Olivia Barboza Zanetti

Prof.^a Dr.^a Milena da Silveira Pereira

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Natalia Avlona (Universidade de Copenhague, Dinamarca)

Prof.^a Dr.^a Lúcia Paschoal Guimarães (UERJ)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Reis (Universidade de Lisboa, Portugal)

Prof.^a Dr.^a Renata Pedrolongo Basso-Vanelli (HU-UFSCar)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Rossi Varallo (USP)

Prof.^a Dr.^a Ariana Cristina Barboza Zanetti (Instituto Butantan)

Prof. Dr. Luciano Maia Ferreira (Instituto Universitário Egas Moniz, Portugal)

Bibliotecária

Iandra Honorato Fernandes – CRB8 9878

ENTRE NUVENS E TRINCHEIRAS

**TRAJETÓRIAS DO JORNALISTA
ANTÔNIO MACHADO SANT'ANNA
(1940-1966)**

Yuri Araujo Carvalho



RIBEIRÃO PRETO | 2022

ASSOCIADO



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C329o

CARVALHO, Yuri Araujo.

Entre nuvens e trincheiras: trajetórias do jornalista Antônio Machado Sant'Anna (1940-1966). Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2022.

667 p.

ISBN – 978-65-997843-0-9

DOI – 10.56344/lv1

1. Antônio Machado Sant'Anna - trajetória jornalística 2. Anticomunismo em Ribeirão Preto 3. Municipalismo I. Título

CDU 929(816.5)

Centro Universitário Barão de Mauá
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Investigação Científica
Rua Ramos de Azevedo, 423 – Unidade Central
14090-180 | Ribeirão Preto, SP, Brasil
+55 (16) 3603-6600 | 0800 180 35 66



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 Sob a tradição das árvores frondosas: Machado Sant'Anna e a história de Ribeirão Preto	44
CAPÍTULO 2 Nuvens pressagas e abutres sinistros: Machado Sant'Anna contra o perigo vermelho	138
CAPÍTULO 3 Inocentes úteis e golpe civil-militar: o fechamento do <i>Diário da Manhã</i> em 1964	221
CAPÍTULO 4 A ideia em marcha contra os homens do asfalto: Machado Sant'Anna e o municipalismo	310
CAPÍTULO 5 Uma marcha sem chefias ou messias: congressos nacionais e paulistas de municípios e projetos municipalistas	383
CAPÍTULO 6 Para evitar que a pátria brasileira seja comunizada: Machado Sant'Anna, os municipalistas e as conspirações em marcha	491
CONSIDERAÇÕES FINAIS	585
REFERÊNCIAS	591
SOBRE O AUTOR	667

AGRADECIMENTOS

Segundo o brilhante e imortal José Saramago, “a vida é breve, mas cabe nela muito mais do que somos capazes de viver”. Estou plenamente de acordo com o escritor português. Ao longo dos últimos anos, pude vivenciar algumas das mais surpreendentes e enriquecedoras experiências, tornadas possíveis por estarem ao meu lado (física e/ou espiritualmente) pessoas excepcionais, a quem estendo minhas mais sinceras homenagens.

Agradeço imensamente aos meus pais, Francisca e Roberto (a quem também peço perdão por não ter sido um filho tão presente quanto gostaria), à tia Odete e à minha companheira, Manu, pelo irrestrito amor, apoio e compreensão.

Aos amigos de outrora e de agora (Rafael, Aranha, Maurílio, Anissa, Tati, Samuel, Luana e Arthur), com os quais dividi muitas alegrias e algumas tristezas, agradeço pelo companheirismo, pela inspiração e pelo incentivo concedidos em alguns dos momentos mais cruciais de minha jornada pessoal, profissional e acadêmica. Agradeço, também, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Unioeste/PR, em especial ao meu orientador ao longo do Mestrado, professor Rodrigo Paziani, com quem tive a honra de dividir as mais variadas experiências. Todos os momentos já estão (e continuarão) guardados em meu coração.

LISTA DE SIGLAS

ABAV: Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABM: Associação Brasileira de Municípios
ACIRP: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
ACM: Associação Cristã de Moços
ADP: Ação Democrática Parlamentar
ADEP: Ação Democrática Popular
ADVB: Associação dos Diretores de Vendas do Brasil
AIB: Ação Integralista Brasileira
ALEF: Aliança Eleitoral pela Família
AMFORP: *American and Foreign Power Company*
APHRP: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto
APM: Associação Paulista de Municípios
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ARRI: Associação Regional de Rádio e Imprensa
BDM: Banco de Desenvolvimento dos Municípios S.A.
CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia
CBA: Cruzada Brasileira Anticomunista
CCC: Comando de Caça aos Comunistas
CEC: Campanha de Educação Cívica
CED: Conselho de Entidades Democráticas
CFC: Confederação das Famílias Cristãs
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE: Conselho Nacional de Economia
CNM: Confederação Nacional de Municípios
COMBRATUR: Comissão Brasileira de Turismo
CONCLAP: Conselho Superior das Classes Produtoras
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público

DECT: Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

ESG: Escola Superior de Guerra

FACUR: Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural

FSC: Frente Social Cristã

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBC: Instituto Brasileiro do Café

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JUC: Juventude Universitária Católica

LCT: Legião Cearense do Trabalho

LEC: Liga Eleitoral Católica

MAC: Movimento Anticomunista

MAD: Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e contra o Comunismo

MAF: Movimento de Arregimentação Feminina

MDB: Movimento Democrático Nacional

MEB: Movimento de Educação de Base

OEA: Organização dos Estados Americanos

ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PDC: Partido Democrata Cristão

PL: Partido Libertador

PRP: Partido de Representação Popular
PRT: Partido Rural Trabalhista
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
PUA: Pacto da Unidade e Ação
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAM: Serviço Nacional de Assistência aos Municípios
SESI: Serviço Social da Indústria
SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito
TCE: Tribunal de Contas do Estado
TFP: Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UCF: União Cívica Feminina
UDB: União Democrática Brasileira
UDN: União Democrática Nacional
UNE: União Nacional dos Estudantes

INTRODUÇÃO

Em 7 de setembro de 1966, o velho jornalista, empresário e político ribeirão-pretano Antônio Machado Sant’Anna, por meio do jornal *Diário da Manhã* (que foi, durante muitos anos, propriedade de sua família e no qual desempenhava a função de diretor), informou aos leitores que era chegado o momento de “vestir o pijama” após quarenta e um anos de intensas atividades. Aposentado, abandonou o comando do matutino – embora não tenha deixado de redigir, nos anos vindouros, textos, artigos e opiniões, publicados pelo mesmo *Diário da Manhã* (com o qual manteve profícuos vínculos até 1968) e por outros impressos paulistas, da capital e do interior.

A respeito da profissão jornalística, Machado Sant’Anna afirmou que, dela, nunca tirou proveito próprio. Nem dela fez escada para qualquer fim, a não ser, conforme suas palavras, “a profilaxia ampla, a limpeza e o saneamento por completo das ratazanas que, infelizmente, infestam todas as entidades”. Amparado, conforme suas próprias perspectivas, pela “inteligência, capacidade, idealismo e largueza de vistas na exposição e compreensão dos mais graves problemas” (SANT’ANNA, 1966a), cruzou ruas, estradas, céus e mares para juntar-se a sujeitos e associações com os quais cultivou afinidades e alianças.

Era, de fato, detentor de um vasto e impressionante currículo, no qual constavam suas atribuições como diretor da sucursal ribeirão-pretana do *Diário de São Paulo* (1930-1970), proprietário e/ou diretor dos jornais locais *A Tarde* (1940-1955) e *Diário da Manhã* (1955-1966), fundador e diretor do *Rotary Club* de Ribeirão Preto (1942-1958), membro (e diretor) da Academia Ribeirãopretana de Letras (a partir de 1958), diretor do Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Rib. Preto

(1960-1963), conselheiro (1955) e secretário geral (1962-1971) da Associação Paulista de Municípios (APM), conselheiro da Associação Brasileira de Municípios (ABM) (1968-71), etc. (ORDEM, 198-).

Suas cruzadas expurgatórias e seus empreendimentos jornalísticos, políticos, empresariais e associativos renderam-lhe homenagens, condecorações e agraciamentos. Formou-se, aos poucos, um espólio memorialístico que, ainda hoje, atribui a Machado Sant'Anna virtudes epopeicas e nobilitantes: um homem que “tratava a todos igualmente, desde as grandes personalidades até as pessoas mais simples, [que] praticava um jornalismo imparcial, mostrando os problemas e as necessidades da cidade sem medo de sofrer as consequências” (KOGA; SANT'ANNA, 2015, p. 67-68); aquele que “dedicou a vida ao jornalismo, enaltecendo Ribeirão Preto nos meios políticos e jornalísticos” (KOGA; SANT'ANNA, 2015, p. 10); o “ferrenho municipalista”, defensor intransigente “da causa dos municípios, lutando para a plena conquista da autonomia comunal e por uma melhor distribuição das rendas públicas”, elevado à condição de “jornalista combativo e sempre laureado [...], cultor de nossa história e tradições, narrador perfeito dos acontecimentos que marcaram nosso desenvolvimento, dos quais, em sua maioria, foi partícipe” (KOGA; SANT'ANNA, 2015, p. 69); esmerado “embaixador de Ribeirão Preto”.

O próprio Machado Sant'Anna colocava-se, através de seus artigos, em um elevado e restrito pedestal, espécie de “oásis” cujo acesso seria permitido apenas aos poucos “homens de linhagem, tradição e princípios”; tais homens enxergar-se-iam, então, cercados por um extenso “deserto de homens”, ou seja, pela ignara e amorfa arraia-miúda, alheia aos mais elementares costumes e virtudes, em cujas hostes estaria integrado, por força

do destino ou da própria (in)capacidade de seus membros, um vasto “mundo de desiludidos” (SANT’ANNA, 1958b).

Distanciando-nos das construções apologéticas a respeito de Machado Sant’Anna (assim como dos acontecimentos nos quais teria atuado como partícipe “incólume”), almejamos, conforme proclamado por Walter Benjamin¹, “escovar a história a contrapelo”, ou seja, concebe-la a partir de uma nova perspectiva, “em oposição à história oficial do ‘progresso’, cuja identificação com as classes dominantes oculta o excedente utópico inscrito nas lutas dos oprimidos do passado e do presente” (LÖWY, 2010, p. 20).

Por meio de tal esforço, objetivamos, sincrônica e dialeticamente: a) desvelar as proposições e as ações de Machado Sant’Anna associadas ao anticomunismo e ao municipalismo entre os anos de 1940 a 1966, rompendo a aparência (idealista) de seus discursos para perscrutar a essência (concreta) de seus projetos e mobilizações – implementados, majoritariamente, em Ribeirão Preto; b) granjear os recursos necessários para o alargamento das dimensões sociais, políticas, econômicas e ideológicas nas quais Machado Sant’Anna movia-se dinamicamente, extrapolando os limites ribeirão-pretanos em direção às manifestações mais complexas onde o anticomunismo e o municipalismo articularam-se mutuamente, em âmbitos local, estadual e nacional.

¹ Em “Sobre o conceito de História”, Benjamin afirma que os bens culturais devem sua existência “não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 244-245).

A escolha do referido recorte temporal abrange o período no qual Machado Sant’Anna foi proprietário e/ou diretor dos jornais ribeirão-pretanos *A Tarde* (1940 a 1955) e *Diário da Manhã* (1955 a 1964/66), quando sua produção jornalística e suas incursões político-empresariais tornaram-se relativamente mais autônomas e/ou proeminentes.

A baliza espacial, ainda que predominantemente alusiva à região de Ribeirão Preto, não se restringe aos limites territoriais da urbe e suas adjacências. Ao adotarmos Machado Sant’Anna como “elemento mediador” de nossas análises, acreditamos que suas atuações supralocais, por intermédio das quais alinhavou conexões de poder que ultrapassavam (e muito) a própria cidade de Ribeirão Preto, podem nos fornecer subsídios relevantes para o estudo da complexificação e ampliação dos mais variados esforços anticomunistas e (principalmente) municipalistas implementados ao longo do recorte temporal proposto.

Embora os historiadores não estejam alheios às paixões e aos engajamentos político-ideológicos que transpassam o seu ofício, cancelamos que a escolha de Machado Sant’Anna como “elemento mediador” do estudo afasta-se do estabelecimento de juízos de valor ou de olhares maniqueístas a respeito de suas perspectivas e ações. A análise histórica, conforme os sentidos elaborados por Marc Bloch, deve ser orientada para a compreensão, e não para o julgamento, dos homens no tempo:

O historiador não é, é cada vez menos, esse juiz um pouco rabugento cuja imagem desabonadora, se não tomarmos cuidado, é facilmente imposta por certos manuais introdutórios. Não se tornou, certamente, crédulo. Sabe que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas,

antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las. É uma das marcas mais belas do método crítico ter sido capaz, sem em nada modificar seus primeiros princípios, de continuar a guiar a pesquisa nessa ampliação (BLOCH, 2001, p. 98-99).

Procuraremos examinar, portanto, parte da trajetória de Machado Sant’Anna a partir da relação do “indivíduo humano” com a História. Ao excluirmos considerações abstratas, buscaremos “respostas concretas ao tema de como os indivíduos escolhem entre as diferentes possibilidades de ação”, compreendido tal indivíduo enquanto “condicionado socialmente e subordinado aos processos objetivos da História [...] [e que] age de maneira consciente e sistemática, fazendo as respectivas escolhas entre diversas possibilidades” (SCHAFF, 1967, p. 162-163).

A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa estrutura-se, também, sobre os alicerces do pensamento de Antônio Gramsci, com especial atenção aos debates sobre a integralidade do Estado, a hegemonia e a atuação de aparelhos privados hegemônicos voltados à consolidação do consenso. Partamos, inicialmente, das seguintes proposições formuladas por Gramsci em seus Cadernos:

É possível, por enquanto, estabelecer dois grandes “planos” superestruturais, o que se pode chamar de “sociedade civil”, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente chamados “privados”, e o da “sociedade política ou Estado”, e que correspondem à função de

“hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a de “domínio direto” ou de mando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

O trecho em destaque apresenta alguns dos conceitos mais recorrentes na obra de Gramsci, como “sociedade civil”, “sociedade política” e “hegemonia”, os quais procuraremos elucidar de modo mais detido. Devemos alertar, todavia, que tais distinções, especialmente entre Estado e sociedade civil, segundo Guido Liguori, são apenas de natureza metodológica e não orgânica, visto que não existe “uma separação rígida entre economia, política e sociedade. Estado e sociedade não são realidades autônomas” (LIGUORI, 2006, p. 5), visto que o Estado deve ser compreendido “em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil [Estado integral]” (BIANCHI, 2008, p. 176).

O conceito de sociedade política proposto por Gramsci é bastante claro: trata-se do Estado no “sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente” (BIANCHI, 2008, p. 177-178). Embora Gramsci compreenda as dimensões coercitivas do exercício político, não reduz a política ao mero exercício da coação, como veremos adiante.

Já as definições mais correntes do termo sociedade civil, encontradas nos Cadernos, mostram-na como o conjunto de organismos materiais vulgarmente chamados “privados”, ou “aparelhos privados de hegemonia”, os quais desempenham relevantíssimo papel nas disputas e lutas pela hegemonia. De tal modo, “a luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções

de mundo' [...], ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as" (BIANCHI, 2008, p. 179). O conjunto de tais aparelhos congrega igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa, etc., cuja função é "articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado" (BIANCHI, 2008, p. 179).

De acordo com Virgínia Fontes, os aparelhos privados de hegemonia são a "vertebração" da sociedade civil, constituindo-se como associatividade voluntária sob distintos formatos. Embora os aparelhos (partidos e jornais, por exemplo) busquem revestir-se com uma aparente imparcialidade, apresentando-se enquanto expressões da "unidade nacional", ou ainda como porta-vozes de uma neutralidade inexistente, são, na verdade, "formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural" (FONTES, 2010, p. 134).

As definições dos principais traços concernentes às sociedades política e civil nos permitem articular, daqui em diante e de maneira mais profícua, as relações recíprocas e dialéticas entre as duas esferas, mediadas pelo alargamento do próprio Estado (ampliado/integral) e pela noção de hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho:

O Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito"

ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detêm o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.) (COUTINHO, 2014, p. 127).

A partir de tais noções de Estado em sentido amplo, Coutinho compreende a sociedade civil como o *locus* no qual os grupos e classes procuram exercer a sua hegemonia, por meio da arregimentação de aliados, direção política e propostas para difundir o consenso acerca de seus projetos e ideias; na sociedade política, contrariamente, os grupos e classes exerceriam uma ditadura, mediada pela dominação e pela coerção. Algumas das definições propostas por Coutinho (especialmente a divisão binária entre sociedade civil e sociedade política, e a hegemonia enquanto estritamente ligada ao consenso na sociedade civil) não foram sustentadas por outros autores.

Álvaro Bianchi alerta-nos sobre os cuidados em relação às definições concisas de “Estado ampliado” (Estado = sociedade política + sociedade civil; Estado integral = ditadura + hegemonia). Tais fórmulas podem ser consideradas válidas por

apresentarem a existência de um Estado complexo, ou seja, não reduzido aos seus aparelhos coercitivos, mas também responsável pela construção do consenso; no entanto, o enrijecimento de tais definições pode gerar excessivas simplificações ou confusões. De acordo com Giuseppe Prestipino, um esquema como o apresentado por Coutinho (Estado = coerção; sociedade civil = hegemonia) é “contrário à complexa análise gramsciana, na qual não existe uma rígida divisão de tarefas entre as duas esferas e, pelo contrário, tem-se em vista dar conta das novas tarefas hegemônicas próprias do Estado” (PRESTIPINO apud BIANCHI, 2008, p. 177). Para Liguori:

Nos cadernos, a reflexão gramsciana sobre a “ampliação do conceito de Estado” ou “Estado integral” é, na verdade, a redefinição de uma teoria política marxista. Com isso, ele não só supera o reduzido instrumentalismo, que era também de certo modo de Marx, “[...] cujo Estado é um instrumento nas mãos de uma ‘classe sujeito’ dotada de vontade [...]”, mas redefinindo a forma de Estado. Indicando-o também como aparato hegemônico, Gramsci pôde afirmar ainda que “[...] o Estado deve ser também entendido como um outro aparelho que governa o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. É por isso que Gramsci fazia referências infinitas em seus *Cadernos* sobre a “unidade orgânica” entre Estado e sociedade civil (LIGUORI, 2006, p. 6).

Dirigindo-nos para a elucidação do conceito de hegemonia, temos em Alba Maria Pinho de Carvalho a elaboração de um pensamento que também discorda de algumas posições adotadas por Coutinho. Para a autora, a hegemonia em Gramsci deve ser concebida como direção e domínio de classe, ou seja, estruturada a partir de uma aliança entre o consenso e a força. Para sustentar tal tese, Carvalho apoia-se na via de pesquisa do “poder relacional” atribuída a Gramsci, segundo a qual o poder não é uma “coisa”, mas sim um processo construído a partir de certas relações. De tal modo, para tratar de hegemonia, “Gramsci toma como referência relações no interior das classes e entre as classes, examinando relações de direção e de domínio de classe sobre grupos afins, ou de classes sociais entre si” (CARVALHO, 2004, p. 37).

Curiosamente, podemos perceber que os autores (Coutinho e Carvalho) se valem, muitas vezes, de trechos similares da obra gramsciana para a sustentação de suas distintas interpretações a respeito do conceito de hegemonia. De acordo com Gramsci, a chamada “supremacia” de um grupo social pode se manifestar de dois modos: “como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Segundo Coutinho, o termo supremacia “designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura” (COUTINHO, 2014, p. 130). Por sua vez, Carvalho compreende que o trecho supracitado revelaria apenas o cerne da concepção gramsciana de hegemonia, no qual a hegemonia de uma classe se efetiva na “articulação entre direção político-ideológica e domínio. É neste ponto que está o inovador da concepção

gramsciana: demarcar na tessitura da hegemonia os processos de direção e de domínio, na relação dialética consenso/força” (CARVALHO, 2004, p. 39).

Uma possível “saída” para o impasse pode ser encontrada nas formulações propostas por Giuseppe Cospito, segundo o qual o conceito de “supremacia” deve ser compreendido como uma espécie de sinônimo para “hegemonia”, visto que “numa série de passagens se fala de supremacia em um sentido muito próximo, se não idêntico, àquele gramsciano, político, de hegemonia” (COSPITO, 2017, p. 758). Ainda em conformidade com as definições propostas por Cospito, a noção de hegemonia apresentada nos Cadernos carrega consigo oscilações e paradoxos de considerável complexidade:

No que diz respeito ao significado que deve ser atribuído a “hegemonia”, desde o início (Q1, 44, 41), Gramsci oscila entre um sentido mais restrito de “direção” em oposição a “domínio”, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio). Com efeito, ele escreve que “uma classe é dominante de dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também dirigente” (COSPITO, 2017, p. 363-366).

As flutuações em relação ao conceito de hegemonia, presentes nos Cadernos, também foram observadas por Martin

Carnoy. Segundo o autor, em diálogo com Perry Anderson, a variabilidade do termo pode ser notada em, ao menos, três oscilações: a) *oposição* entre Estado e sociedade civil (a coerção/dominação diz respeito ao Estado, enquanto a hegemonia/direção diz respeito à sociedade civil); b) o Estado *inclui e abrange* a sociedade civil (nesse caso, a hegemonia não pode ser considerada “um polo de consentimento em contraste com outro polo de coerção, mas é a *síntese* de consentimento e repressão”); c) Estado e sociedade civil seriam *idênticos*² (consentimento e coerção tornam-se co-extensivos ao Estado, sendo a hegemonia inseparável dos próprios aparelhos do Estado) (CARNOY, 1994, p. 99-100).

Embora reconheçamos tanto a complexidade e o aspecto esquivo do conceito de hegemonia, quanto a relevância das elucubrações aventadas por Coutinho, adotaremos uma postura compreensiva que privilegia a noção mais ampla acerca da hegemonia, ou seja, da síntese entre direção e domínio como caminho para elucidações mais produtivas.

Tal definição corrobora um avanço no interior do próprio pensamento marxista, uma vez que permitiu a Gramsci negar a hegemonia somente a partir do acesso ao poder estatal, argumentando que “pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz” (CARVALHO, 2004, p. 40). Tal articulação permite a ampliação das perspectivas de construção hegemônica, ao

² Segundo Martin Carnoy, tal concepção teria influenciado Althusser em suas definições acerca dos “aparelhos ideológicos de Estado”: “todas as superestruturas ideológicas e políticas, incluindo a família, os sindicatos de trabalhadores, partidos políticos reformistas e os meios de comunicação privados são, por definição, aparelhos de Estado, ou, em outros termos, aparelhos hegemônicos” (CARNOY, 1994, p. 99).

afirmar a possibilidade da existência de uma hegemonia das classes subordinadas.

Conforme acima aludimos, o aporte teórico-metodológico proporcionado pelo pensamento gramsciano nos permitirá compreender melhor o amplo universo no qual Machado Sant'Anna estava inserido. Seus constantes deslocamentos entre as sociedades política e civil (locais e supralocais), mediados por certos aparelhos privados de hegemonia³ a serviço de frações da classe dominante e dirigente (associações, partidos e, principalmente, jornais), poderão “iluminar” o caminho para o mapeamento e a análise dos “atores” (e seus vínculos classistas) que integravam esses sujeitos coletivos organizados, bem como as estratégias desenvolvidas pelos mesmos (por meio das quais consenso e coerção apareciam, sobremaneira, congregados) voltadas à manutenção/ampliação da hegemonia burguesa.

Pelo fato de os aparelhos privados de hegemonia jornalísticos configurarem cabal importância para Machado Sant'Anna, e também por conta de as fontes jornalísticas conformarem a maioria do acervo documental utilizado durante a pesquisa, dedicaremos a esse APH maior atenção – inclusive com o auxílio de perspectivas alheias ao pensamento gramsciano, proporcionadas pelos estudos cultural-políticos e lukacsianos desenvolvidos, respectivamente, por Maria Helena Rolim Capelato e Adelmo Genro Filho, a partir dos quais poderemos

³ Empregamos os conceitos de “sociedade civil” e “aparelhos privados de hegemonia” na história do Brasil desde o século XIX, respaldados pelas indicações do historiador Pedro Campos, segundo o qual “os primeiros aparelhos privados de hegemonia no Brasil foram formados justamente com a instalação do aparelho de Estado português no Rio de Janeiro, em 1808, e a sociedade civil foi se complexificando com a transição do escravismo para o capitalismo e com o avanço deste” (CAMPOS, 2017, p. 133).

refutar, inicialmente, as concepções que atribuem ao jornalismo os predicados de “imparcialidade” e “objetividade asséptica”.

Conforme Capelato, a imprensa não deve ser compreendida por intermédio de perspectivas “que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Ainda de acordo com a autora:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Por sua vez, Adelmo Genro Filho, fundamentando-se em proposições do pensamento lukacsiano (essencialmente, as categorias de “singular”, “particular” e “universal”⁴), com-

⁴ Conforme Adelmo Genro Filho, “singular”, “particular” e “universal” são “formas de existência da natureza e da sociedade que se contêm reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas. No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva. Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes

preende que a “singularidade” configura a categoria central da teoria jornalística. Afinadas à prática da imprensa, as dimensões singular, particular e universal podem ser compreendidas, de acordo com Genro Filho, através do seguinte exemplo:

Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica. Tomemos o caso de uma greve na região do ABC, em São Paulo. Ao ser transformada em notícia, em primeiro plano e explicitamente, serão considerados aqueles fatos mais específicos e determinados do movimento, ou seja, os aspectos mais singulares. Quem, exatamente, está em greve, quais são os líderes, qual a reação dos empresários e do governo, etc. são algumas das perguntas imediatas que terão de ser respondidas. Mas a notícia da greve terá de ser elaborada como pertinente a um contexto político particular, levando em conta a identidade de significado com outras greves ou fenômenos sociais relevantes. Será um acontecimento que, de modo mais ou menos preciso, terá de ser situado numa ou mais “classes” de eventos, segundo uma análise

aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na ideia universal de gênero humano, por outro lado, estão presentes – como se “dissolvidos” – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença” (GENRO FILHO, 1987, p. 181-182).

conjuntural que pode ser consciente ou não. Nesse sentido, a particularidade do fato – embora subordinada formalmente no singular, pois é ele que dá vida à notícia – estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato político, em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo. Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história (GENRO FILHO, 1987, p. 182).

O estabelecimento das premissas elencadas, segundo Genro Filho, mostra-nos que o critério jornalístico dado a uma determinada informação está “indissolavelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem” (GENRO FILHO, 1987, p. 183). O singular seria, em suma, “a forma do jornalismo”, a estrutura interna que cristaliza as significações carregadas pelo particular e pelo universal, geralmente ocultados ou negados.

A respeito das convergências entre capitalismo e jornalismo, Genro Filho afirma que, diante do caráter objetivo das contradições que se avolumam sob o sistema capitalista, o jornalismo (abalado em sua crença de “objetividade burguesa”) cumpre uma função que corresponde aos “interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também

determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema” (GENRO FILHO, 1987, p. 192).

Aproximando-nos novamente das concepções gramscianas a respeito dos aparelhos privados de hegemonia jornalísticos, podemos compreender que o seu caráter ideológico (constituição de um corpo de ideias, valores e símbolos) adquire viabilidade e capacidade de legitimação quando consegue se aproximar do “cidadão comum” mediante uma linguagem simplificada que, por vezes, “assume o caráter de vulgarização – isto é, a extrema simplificação, normalmente dicotômica, tendo em vista a divulgação, portanto sem mediações, de temas e problemas quase sempre altamente complexos” (FONSECA, 2005, p. 43). Esse processo de “mistificação” torna-se possível pela “combinação, muitas vezes propositada, entre o ‘fato’ e a versão, o real e o imaginário, o acontecimento e a ficção, em prejuízo de algo e/ou alguém (indivíduo ou coletivo)” (FONSECA, 2014, p. 18).

Em perspectivas análogas, Dênis de Moraes assevera que o desvendamento dos jogos de dissenso e consenso que atravessam e subordinam a produção simbólica nos meios de comunicação e a conformação das percepções sociais a respeito das disputas pelo poder devem levar em consideração o conceito gramsciano de hegemonia, especialmente em suas prerrogativas sobre “a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológico de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”, cujos limites pressupõem “a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (MORAES, 2010, p. 54-55).

Os pressupostos teórico-metodológicos estabelecidos fundamentarão a análise das fontes⁵ selecionadas, compostas, majoritariamente, por jornais e revistas. Tratam-se de exemplares dos jornais ribeirão-pretanos *A Tarde* (publicados entre maio de 1940 e abril de 1955) e *Diário da Manhã* (publicados entre maio de 1955 e setembro de 1966), período no qual tais aparelhos foram comprados e/ou dirigidos por Machado Sant’Anna; exemplares esporádicos dos jornais *Diário de Notícias*, *A Cidade* e do semanário *A Palavra*, todos de Ribeirão Preto; e volumes da *Revista Brasileira dos Municípios* (editados pela ABM entre janeiro de 1948 e junho de 1968).

Os jornais e revistas serão analisados, simultaneamente, como “objetos” e “fontes” (CAPELATO, 1988, p. 13-14) historicamente determinados. Enquanto objetos, devem ser compreendidos como aparelhos privados de hegemonia possuidores de certas trajetórias, atravessados pelos interesses de seus proprietários e de grupos apoiadores ou detratores, associados a outros aparelhos privados de hegemonia (igrejas, agremiações, partidos, etc.) e detentores de poder de pressão/penetração junto à sociedade política.

Enquanto fontes, compõem um acervo por meio da qual poderemos, inicialmente, estabelecer uma série qualitativa⁶ para

⁵ Informamos que as fontes apresentadas ao longo do texto preservarão a grafia da época.

⁶ Conforme José D’Assunção Barros, pode-se compreender como uma série “tanto os fatos repetitivos que permitem ser avaliados comparativamente como uma determinada documentação homogênea. [...] É possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar um tratamento quantitativo propriamente dito, mas sim uma abordagem mais tendente ao qualitativo – interessada ainda em perceber tendências, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla” (BARROS, 2011, p. 48-49).

a análise de variações e repetições dos discursos⁷ anticomunistas e municipalistas ao longo da baliza temporal proposta; a partir de então, granjearemos subsídios para desenvolver estudos voltados ao desvelamento das situações e dos eventos nos quais tais recursos discursivos foram efetivamente mobilizados.

Para tanto, valer-nos-emos tanto dos editoriais (para Fonseca, o “modo como os editoriais defendem determinadas ideias e posições e criticam outras permite-nos compreender o sentido das coberturas jornalísticas”) (FONSECA, 2005, p. 34) quanto das notícias publicadas pelos impressos (segundo Capelato, embora os pesquisadores que se dedicam à análise político-ideológica dos impressos privilegiem “os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal”, não devem se descuidar de outros espaços contidos nos impressos, visto que a opinião “se manifesta também no noticiário e até mesmo na forma pela qual o periódico se apresenta”) (CAPELATO, 1988, p. 34).

Para que haja uma compreensão mais efetiva a respeito das situações e eventos mencionados, serão realizados cruzamentos entre as fontes periódico-jornalísticas e alguns documentos de ordem repressiva e legislativa.

Os documentos de ordem repressiva - inquéritos policiais militares e relatórios a respeito das “atividades subversivas” ribeirão-pretanas, localizados no acervo do DEOPS-SP, além de um processo-crime contra “edis comunistas”, situado no acervo do APHRP (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto) -

⁷ De acordo com Eni Orlandi, a palavra “discurso” carrega consigo a ideia “de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15-16).

considerados, a priori, “fontes oficiais” que contornam os crimes e seus respectivos percursos nas instituições policiais e judiciárias, permitem ao pesquisador descortinar as engrenagens dos mais variados “mecanismos de controle social” (GRINBERG, 2013, p. 126).

Já os arquivos do poder legislativo – atas das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão Preto realizadas entre 1960 e 1964, além de anais da Câmara dos Deputados, publicados entre 1962 e 1964 – possibilitam ao historiador debruçar-se sobre os bastidores, as composições de bancadas e as contendas intestinas da sociedade política, de modo a identificar, também, as mais variadas estratégias de inserção e promoção das demandas formuladas por aparelhos da sociedade civil (leitura de abaixo-assinados elaborados por associações, institutos ou coletivos, apresentação de artigos jornalísticos ao plenário, etc.).

Justificamos a pesquisa apresentada apoiando-nos em dois eixos fundamentais: a relevância social dos conteúdos abordados e a pertinência científico-acadêmica dos temas analisados.

Tanto o anticomunismo (explícito e, muitas vezes, instrumentalmente instigado) quanto o municipalismo (em contornos mais velados, ainda que bastante eficazes) não foram “fossilizados” pelo processo histórico, e continuam a impactar incisivamente o cotidiano da sociedade brasileira.

Ao longo dos últimos anos, tornou-se bastante comum acompanharmos expressivas manifestações eivadas por “profissões de fé” anticomunistas – via de regra, reducionistas e maniqueístas –, tenazmente fermentadas pelos mais variados aparelhos privados de hegemonia (rádios, jornais, emissoras televisas, partidos, associações, *think thanks* neoliberais, etc.) e apoiadas pelos chamados “cidadãos de bem(ns)”, indumentados com a armadura “verde-amarela” e munidos (nas redes sociais e

nas malhas urbanas) com as armas das “verdades” convenientemente formatadas e fornecidas *à la carte*: “fora comunistas”, “intervenção militar já”, “chega de doutrinação marxista”, “o Brasil não será uma nova Cuba/Venezuela”.

Menos barulhento (embora não menos ativo), o municipalismo também conserva os seus alicerces aprumados no tempo presente. Inveteradas entidades, como a ABM e a APM, ainda se mantêm atuantes.⁸ Além disso, a proposta de plano de governo nacional, em vigência após o último pleito presidencial, apresenta como um de seus projetos o programa “Mais Brasil, Menos Brasília”, segundo o qual os “recursos devem estar próximos das pessoas: serão liberados automaticamente e sem intermediários para os prefeitos e governadores. As obras e serviços públicos serão mais baratos e com maior controle social”. Entre os tópicos econômicos relativos à reforma tributária, consta na referida proposta a “descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade”.⁹

A candência e a constância das manifestações anti-comunistas e municipalistas despertam, portanto, possibilidades para o engendramento de pesquisas críticas, com vistas a descortinar suas continuidades e rupturas ao longo do processo histórico, auxiliando-nos na assimilação e compreensão de suas configurações no tempo presente e seus impactos no cotidiano de amplos segmentos populacionais.

A pertinência científico-acadêmica da pesquisa também pode ser justificada pela constatação de duas lacunas biblio-

⁸ Disponíveis em: <http://www.abm.org.br/> e <http://www.apaulista.org.br/>. Acessos em: 20 de fevereiro de 2019.

⁹ Disponível em: http://www.psl-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

gráficas específicas: a ausência de estudos sobre a perenidade do anticomunismo na região de Ribeirão Preto, assim como a carência de pesquisas histórico-críticas a respeito das configurações, alianças e mobilizações (locais e supralocais) concernentes ao movimento municipalista brasileiro.

A respeito da primeira lacuna, devemos reconhecer, de início, a relevância e a notável qualidade pertencentes a um amplo conjunto de pesquisas, dissertações e teses a respeito da história ribeirão-pretana (BAGATIM, 2006; CARNEIRO JUNIOR, 2002; GERALDO, 1990; POMAR, 2000; JORGE, 2012) – as quais, inclusive, compõem uma bibliografia que nos forneceu bases decisivas para a concretização da pesquisa vigente. Contudo, acreditamos que nossos esforços se afastam das referidas pesquisas, não apenas pelo referencial teórico-metodológico adotado, mas também pela escolha da investigação do anticomunismo enquanto processo contumaz, possuidor de atributos de arregimentação (genuínos e instrumentais) que influenciaram, em maior ou menor grau, os eventos esporádicos competentemente analisados por cada uma das pesquisas supracitadas.

Em relação à segunda lacuna, compreendemos que alguns dos mais pertinentes estudos sobre o municipalismo no Brasil (MATSUMOTO, 2012; SENRA, 2008; PIRES, 2016)¹⁰ contemplam,

¹⁰ Fora do Brasil, intelectuais como o filósofo sardo Antonio Gramsci e o historiador português Fernando Catroga também elaboraram reflexões a respeito do municipalismo. Em seus estudos críticos sobre as querelas entre “super-regionalismo” (*Strapaese*) e “supercosmopolitismo” (*Stracittà*) (tendências literárias e culturais antagônicas que propunham, respectivamente, um “retorno” à variada tradição cultural camponesa italiana, oposta à imitação dos modelos literários estrangeiros *versus* a adoção de posições europeizantes contrapostas ao regionalismo nacionalista), Gramsci atribui ao super-regionalismo juízos reiteradamente negativos e sarcásticos, considerando-o uma espécie de “conversão ao ruralismo e à desvalorização iluminista da cidade, a exaltação do

em geral, pormenores a respeito da história das configurações municipais (desde a período colonial até o advento da “Nova República”), a criação e a atuação “associativista” da CNM (Confederação Nacional de Municípios) após 1980, o perfil intelectual de municipalistas vinculados ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como Teixeira de Freitas e Rafael Xavier, etc.

Além disso, os estudos sobre as organizações municipalistas em curso durante as décadas de 1940 a 1960 – ainda que forneçam subsídios para o entendimento dos objetivos estatutários da ABM, indiquem (supostas) clivagens técnico-políticas no movimento e estabeleçam balanços sobre os congressos realizados ao longo do período – oferecerem poucas contribuições analíticas a respeito do relevante papel desempenhado pela APM e seus apoiadores, além de desconsiderarem os interesses classistas que atravessavam o movimento municipalista, ou seja, as conexões estabelecidas pelas associações (ABM/APM) e seus integrantes (latifundiários, empresários, jornalistas, etc.) junto aos mais variados aparelhos privados de hegemonia e espaços decisórios do Estado restrito.

A validade de uma pesquisa que lide com o binômio anticomunismo/municipalismo conforme os moldes aqui

artesanato e do patriarcalismo idílico”, ou seja, um movimento caracterizado pelo “conservadorismo parasitário”; Gramsci indica, ainda, que o “super-regionalismo, no passado, teria significado – como significou – municipalismo, desagregação popular e domínio estrangeiro” (GRAMSCI, 2007a, p. 252-253). Já Catroga analisou a fundamentação do municipalismo português durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, especialmente as concepções sobre a sociedade “subjacentes à defesa do descentralismo”, fundamentadas na “recusa das teorias contratualistas e a invocação de teses jusnaturalistas e de pendor histórico (ou de ambas) para justificar a autonomia administrativa e política das circunscrições intermédias”, defendidas por intelectuais como Alexandre Herculano, José Tavares, Manuel Emídio Garcia, etc. (CATROGA, 2004, p. 409).

apresentados, ou seja, mediando-nos pelas atuações de um sujeito histórico determinado (Machado Sant’Anna) e orientando-nos rumo à compreensão das congruências e reverberações dos respectivos projetos (sempre em consonância com os interesses das classes dominantes e dirigentes burguesas, tanto em dimensões locais quanto supralocais), também atende às possibilidades aventadas pelos historiadores Pedro Henrique Pedreira Campos e Rafael Vaz da Motta Brandão.

Conforme os apontamentos de Campos e Brandão, o tema da burguesia brasileira, embora analisado em alguns estudos clássicos produzidos por intelectuais como Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro e Jacob Gorender, ainda carece de pesquisas que atualizem e minuciem “as características e peculiaridades da classe dominante brasileira”, ou seja, trabalhos que possam aprofundar “as investigações sobre a burguesia brasileira em suas características *históricas, regionais, relação com o aparelho de Estado, formas organizativas em entidades empresariais, ação política, etc.*” (CAMPOS; BRANDÃO, 2017, p. 11). Ainda de acordo com os autores:

[...] apesar da solidariedade de classe em torno de alguns interesses, a classe dominante brasileira dificilmente pode ser observada em momentos de unidade, entendimento e consenso, tanto em suas ações políticas, como em seus interesses e projetos. Como qualquer burguesia no sistema capitalista, a classe dominante brasileira é composta por frações sociais, derivadas das suas diferentes áreas de atividades, seu diverso grau de associação ao capital estrangeiro, suas diferenças de mercado

e clientes principais, *características de formação local e regional, além de diferentes concepções políticas e ideológicas assumidas em momentos históricos específicos*. Assim, um real e necessário quadro da classe dominante brasileira – em sua formação, perfil, particularidades e ação social – só pode ser obra de um esforço coletivo, que investigue as diferentes frações e grupos dessa classe social, suas reformulações históricas, seus diferentes padrões de ação social e política, *além dos seus principais agentes e líderes* (CAMPOS; BRANDÃO, 2017, p. 18).

Nossa pesquisa pretende, portanto, fornecer contribuições ao esforço coletivo proposto, através do desvelamento de algumas das principais características, interesses, projetos e sujeitos vinculados às frações de uma burguesia que, embora simultaneamente “regional” (implementação de ações concretas em espaços determinados) e “regionalista” (princípios econômicos e político-ideológicos de “autonomia” e preservação da “ordem local”), não sustentava posturas herméticas ou introvertidas, mas procurava fortalecer suas conexões junto às associações e sujeitos representativos dos segmentos mais amplos e poderosos da burguesia dominante e dirigente brasileira.

Partindo dos parâmetros estipulados, buscaremos confirmar as seguintes hipóteses:

A) de que Machado Sant’Anna foi um dos (embora não o único) principais articuladores do anticomunismo em Ribeirão Preto, não apenas pela contundência e reincidência de seus

discursos, mas também por suas ações mobilizadoras – as quais, ao que tudo indica, possuíam um fio lógico e congruente que atravessou as décadas de 1930 a 1960 (embora com algumas turbulências, como o fechamento de seu jornal, *Diário da Manhã*, após o golpe civil-militar¹¹ de 1964, acusado de ser um periódico “subversivo”); o anticomunismo professado por Machado Sant’Anna configurava-se, provavelmente, como uma eficaz (mas não apenas) “cortina de fumaça” que inebriava projetos classistas específicos, cujas amplitudes e complexidades provavelmente ultrapassavam os limites de Ribeirão Preto;

B) de que um desses projetos, o municipalismo, embora apresentado (em aparência) como uma marcha democrática, progressista e apolítica, atuava (em essência) como um programa classista de defesa dos desígnios burgueses, através de ações antidemocráticas, arcaístas e reacionárias. Ao que parece, o

¹¹ Empregamos o termo “golpe civil-militar” atendo-nos aos sentidos elaborados por pesquisadores como René Armand Dreifuss e Demian Bezerra de Melo. Para Dreifuss, “a queda do governo ocorreu com a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe da Forças Armadas contra João Goulart”. Ainda de acordo com o pesquisador uruguaio, “apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável” (DREIFUSS, 1981, p. 361). Segundo Demian Melo, correntes históricas revisionistas são responsáveis por estruturar perigosas noções de que a “sociedade civil brasileira”, compreendida como instância genérica e abrangente, foi “cúmplice” do golpe e do processo ditatoriais, denotando uma estratégia que “distribui” a culpa ao conjunto social como um todo (os que efetivaram e os que sofreram o golpe). Autores como Daniel Aarão Reis empregaram a categoria indicando que uma sociedade civil supostamente homogênea aderiu ao golpe e à ditadura – perspectiva com a qual discordamos. Conforme Melo, refinando o termo dreifussiano, “melhor seria que em vez de ‘civil-militar’ nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionária das classes dominantes” (MELO, 2012, p. 53). Embora não empreguemos tal termo, os sentidos ali contidos corroboram a perspectiva existente na pesquisa que ora realizamos.

movimento municipalista, contundente ao promover mobilizações nas sociedades política (pelas ações de vereadores, prefeitos e do “grupo parlamentar municipalista”) e civil (por meio de associações, congressos, encontros e publicações), teria desempenhado, também, funções enquanto “casamata conspiratória e apoiadora” dos processos de desestabilização do governo janguista e consequente golpe-civil militar ocorrido em 1964.

O texto será dividido em seis capítulos.

No primeiro deles, serão elaboradas considerações a respeito da história de Ribeirão Preto ao longo dos séculos XIX e XX, articulando-a aos caminhos trilhados por Machado Sant’Anna. Observaremos as condições objetivas que influenciaram a formação do intelectual, jornalista, político e empresário, concentrando-nos nas atividades econômicas da urbe, características da sociedade política local e principais aparelhos privados de hegemonia (igreja, imprensa, associações filantrópicas) com os quais Machado Sant’Anna estabeleceu relações (mais ou menos) orgânicas.

No segundo capítulo, serão apresentadas breves considerações a respeito das mais significativas manifestações anticomunistas ocorridas na história do Brasil, assim como seus respectivos grupos apoiadores (Movimento Anticomunista, Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, Comando de Caça aos Comunistas, etc.). Também será averiguado o “outro lado da moeda” anticomunista, ou seja, as configurações, avanços e recuos do movimento comunista (internacional e nacional) ao longo do recorte temporal proposto. Por fim, discutiremos as principais características teórico-concentuais a respeito do “perigo vermelho”, de modo a estabelecermos suportes para a análise das matrizes discursivas

(cristianismo, nacionalismo e liberalismo) presentes nas publicações anticomunistas de Machado Sant'Anna e de seus jornais.

No terceiro, tomaremos como ponto de partida um caso singular envolvendo a trajetória jornalística de Machado Sant'Anna (e membros de sua família) com vistas a aprofundar um pouco mais nossas análises sobre o anticomunismo, aludidas no capítulo anterior. Trata-se do fechamento do jornal *Diário da Manhã* (assim como de outros impressos ribeirão-pretanos) após o golpe civil-militar de 1964. Tal interdição teria sido motivada, conforme versões e impressões formuladas por jornalistas e memorialistas ao longo das últimas décadas, por supostas inclinações “à esquerda” sustentadas pelo matutino. Tais interpretações serão contrastadas por análises que privilegiam uma compreensão do anticomunismo enquanto instrumento de mobilização que pode, em algumas situações, voltar-se contra seus próprios emissores, expondo algumas contradições inerentes não apenas às disputas interclassistas, mas também intraclassistas (burguesas).

No quarto capítulo, serão discutidas as principais características relacionadas às associações (ABM, APM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, etc.) e intelectuais (Washington Luís, Rafael Xavier, Teixeira de Freitas, entre outros) vinculados ao movimento municipalista brasileiro ao longo dos séculos XIX e XX. Analisaremos, também, os principais fundamentos professados pelos municipalistas: descentralização (valorização dos municípios interioranos e defesa da “autonomia” da comunas), nacionalismo (ramificado a partir dos municípios, encarados como “células mater da nação”) e alternância entre projetos influenciados pela crença na “vocação agrária” nacional (mais contundentes) ou justificados pela necessidade de avanços

urbanísticos para o país (menos contundentes). Tais fundamentos eram corriqueiramente divulgados por Machado Sant’Anna através de seus jornais, assim como pela *Revista Brasileira dos Municípios*, publicada pela ABM.

O quinto capítulo trará a análise dos principais congressos realizados pelos municipalistas da APM e da ABM ao longo das décadas de 1940 a 1960, com especial atenção aos temas, teses, conclusões e embates ocorridos – destacando-se o segundo Congresso Municipalista Paulista, realizado na cidade de Ribeirão Preto em 1949, quando houve episódios de perseguição aos chamados “vereadores de Prestes”. Examinaremos, também, as demandas mais recorrentes e/ou contundentes expostas pelos municipalistas (incluindo Machado Sant’Anna), tais como solicitações por reformas constitucionais, criação de bancos municipais, discussões a respeito da “Operação Município” e propostas de (contra)reforma agrária. Por fim, serão investigadas as conquistas e malogros do movimento municipalista ao longo do recorte temporal escolhido.

Finalmente, o sexto e último capítulo escrutinará as posições de classe, as concepções político-ideológicas, os graus de associação ao capital nacional e/ou estrangeiro e o perfil das principais lideranças do movimento municipalista brasileiro (em especial, dos componentes do grupo parlamentar municipalista) ao longo dos primeiros anos da década de 1960. Concomitantemente, realizaremos um movimento elíptico e voltaremos a Ribeirão Preto para analisar os empreendimentos levados a cabo por Machado Sant’Anna (e apoiados por sua família) durante o mesmo período, com especial atenção para as consonâncias ou dissonâncias em relação às mobilizações mais amplas implementadas, também, pelas lideranças municipalistas nacionais – onde, acreditamos, poderemos localizar expressivos

entrecruzamentos entre os princípios anticomunistas e municipalistas já analisados.

Sem mais delongas, convidamos os leitores a conhecerem parte da peculiar trajetória de Antônio Machado Sant’Anna, bem como dos “mundos” nos quais estava imerso. Esperamos que o empenho dedicado à confecção desta obra proporcione a todos uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

SOB A TRADIÇÃO DAS “ÁRVORES FRONDOSAS”: MACHADO SANT’ANNA E A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO PRETO

O que a rodovia que liga as cidades de Ribeirão Preto e Araraquara, uma avenida no bairro *City* Ribeirão e o prédio da Câmara Municipal de Ribeirão Preto têm em comum? Todos eles possuem o mesmo nome: Antônio Machado Sant’Anna, relevante figura associada ao jornalismo, ao empresariado e à política existentes no interior de São Paulo em meados do século XX, cujos feitos renderam-lhe expressivas e variadas homenagens.¹²

Machado Sant’Anna nasceu no distrito de Bonfim Paulista (região de Ribeirão Preto), em 9 de agosto de 1905. Possuía em seu currículo uma extensa lista de conexões regionais e nacionais, que incluíam os presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, os empresários Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo, os governadores paulistas Adhemar de Barros e Lucas Nogueira Garcez, entre outros. Dedicou boa parte de sua vida profissional à imprensa e, por conta de suas atuações jornalísticas e político-empresariais, foi alcunhado como o “embaixador de Ribeirão Preto”.

¹² Machado Sant’Anna foi Membro da Comissão Organizadora para a instalação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1951; recebeu a Medalha da Constituição, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (comemorações do 30º aniversário da “Revolução de 32”), em 1962; foi considerado Cidadão Benemérito de Ribeirão Preto, pela Lei Municipal nº 1086, de 1963, e Jornalista emérito de Ribeirão Preto, pela Lei Municipal nº 259, de 1966; recebeu a Medalha de Ouro por serviços prestados a Ribeirão Preto, por Lei Municipal de 1968; Fundou (1968) e secretariou a Ordem dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo, entre 1969 e 1973; recebeu a Ordem de Mérito Jornalístico, dec. 52.256, da Presidência da República, em 1972 (Medalha de Ouro e menção especial no Livro do Mérito); entre outras homenagens.

Buscaremos, inicialmente, um afastamento das construções apologéticas presentes em medidas e artigos jornalísticos que concebiam (e ainda concebem) Machado Sant'Anna como figura olímpica e detentora dos mais elevados predicados. Colocar-nos-emos diante de um complexo sujeito histórico, atravessado por luzes e sombras, limites e possibilidades, dúvidas e certezas, ou seja, um agente observador e atuante cujos papéis foram significativos durante alguns dos mais relevantes episódios das histórias regional e nacional no século XX.

Para que possamos escrutinar melhor tais aspectos, cumprimos uma importante etapa da pesquisa na qual “pavimentaremos” alguns dos espaços onde transitava Machado Sant'Anna, bem como deslindaremos certos traços biográficos do aludido jornalista, político e empresário ribeirão-pretano, em um exercício que pretende buscar as intersecções entre a história de Ribeirão Preto e os (des)caminhos trilhados por nossa personagem principal.

A análise crítica do “sujeito” Machado Sant'Anna levará em consideração a advertência formulada pelo historiador britânico E. P. Thompson, segundo a qual deve-se rejeitar quaisquer apreensões abstratas e genéricas e redescobrir “os homens e mulheres, dentro ‘do conjunto das relações sociais’, dentro de sociedades estruturadas sob forma de classes, e dentro de condições ‘empiricamente observáveis’” (THOMPSON, 1981, p. 165). Ou seja, os limites e possibilidades das atuações de Machado Sant'Anna nos âmbitos político, cultural, econômico, social, etc., serão evidenciados ao longo da pesquisa conforme as condições objetivas nas quais estava inserido.

Em linhas análogas, o filósofo polonês Adam Schaff afirma que o homem, de acordo com o marxismo, deve ser considerado o criador da História, mas não como uma espécie de “mônada da

livre vontade, condicionada por nada, o que seria uma simples fantasia filosófica, mas como *produto* da História, e, em consequência, como indivíduo psicofísico real, socialmente condicionado, que faz as suas determinadas *escolhas*” (SCHAFF, 1967, p. 165).

Podemos compreender a partir dessas premissas relacionais que, imersas em uma conjuntura histórica complexa e determinada, as particularidades do “indivíduo”¹³ Machado Sant’Anna possibilitaram ao mesmo estabelecer mediações e deparar-se com escolhas que alçaram-no a lugares de destaque nas sociedades política e civil (senão ao posto de liderança incontestada, ao menos à posição de ativo elemento atuante nos bastidores do poder), enquanto porta-voz ativo dos interesses das classes dominantes (não apenas ribeirã-pretanas).

Ao dialogarmos com os conceitos de sociedade política e sociedade civil, situamo-los na compreensão gramsciana de Estado em sua total integralidade, cuja separação, meramente analítica e não orgânica, distingue a *sociedade política* como sendo a do Estado em seus contornos mais estreitos, enquanto instância de poder e dominação amparada por aparelhos de

¹³ A preocupação a respeito das relações entre “indivíduo” e “História” também foi apontada por Eric Hobsbawm em sua análise sobre os componentes do chamado “marxismo vulgar”, em especial no tópico acerca das “leis históricas e inevitabilidade histórica”. Conforme Hobsbawm, “acreditava-se, acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalização sobre os movimentos de longo prazo. Daí a constante preocupação nos escritos históricos dos primeiros marxistas com problemas como o papel do indivíduo ou do acidente na história. Por outro lado, isso podia ser — e em grande parte era — interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como, por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história” (HOBSBAWM, 1998, p. 160).

coerção (exército, polícia, tribunais, burocracia), e a *sociedade civil* como sendo a da direção e organização do consenso através de distintos aparelhos privados de hegemonia (culturais, políticos e econômicos) (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 126). Em suma, conforme Gramsci, o Estado é “todo o conjunto de atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente justifica e mantém, não somente sua dominação, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331).

Portanto, Machado Sant’Anna nos permitirá, em um primeiro momento, escrutinar algumas das principais características das sociedades política e civil ribeirão-pretanas, situadas em uma composição de Estado integral (em vias de construção) que privilegiou, em boa parte do século XX, a atuação de uma classe dominante e dirigente local essencialmente conservadora, controlada por “frações coronelísticas” vinculadas à economia agroexportadora do café (especialmente até 1929, quando houve a crise econômica mundial) e também pelo empresariado urbano (comerciantes e industriais que granjearam paulatina expressividade após os anos 1930).

Os desígnios de manutenção do poder levaram tal classe dominante e dirigente a estabelecer, para além do controle sobre os aparelhos coercitivos estatais, paulatinas e crescentes articulações com / controle sobre variados aparelhos situados na sociedade civil (como a imprensa, a Igreja e as instituições filantrópicas, alçadas à condição de instituições garantidoras do consenso), considerados mecanismos mantenedores da “ordem” sobre as classes subalternas – e com os quais Machado Sant’Anna manteve corriqueira aproximação.

Adotaremos como núcleo primário para tais abordagens – a partir das quais serão construídas novas ramificações – um artigo

de Machado Sant'Anna chamado "Reservas morais", publicado por um de seus jornais, *A Tarde*, em 14 de agosto de 1947:

O culto à tradição, o respeito à família e sobretudo o exemplo daqueles que souberam construir uma civilização, são apanágio dos povos que têm um ideal e que querem mostrar aos pósteros os feitos do passado, como linha segura para novos cometimentos.

Ribeirão Preto – como a maioria das cidades do nordeste paulista – formou-se à sombra de tradicionais famílias, que como essas árvores frondosas espalham os seus galhos fortes por larga área. São as reservas morais que formam o alicerce das comunidades, pois os seus valores mais destacados são sempre os escolhidos para dirigir os destinos da grey. Dir-se-ia ser isso antidemocrático, mas na verdade, que é a eleição sinão a escolha livre de uma elite para o governo de um todo?

[...] Não se formam estadistas da noite para o dia, como nada pode resistir a um exame mais profundo, se não tiver uma escora, firme, como base angular. E isso advem da tradição, do respeito ao nome legado pela ação nobre do passado e para que seja perpetuada como uma lição aos pósteros.

A família constitui o alicerce da Pátria. É a própria história que nos ensina, pois desde os tempos coloniais, exatamente os patriarcas que encabeçavam uma grande prole é que eram

indicados para a administração das colônias além-mar. Contava, assim, el-rey com o prestígio de um chefe que tinha preponderança, pelo sangue, sobre determinado grupo. E a política brasileira sempre girou em torno de homens respeitáveis, grandes expressões de honradez e moral elevada, troncos de grandes famílias.

Será que tudo se transformou no mundo atual, que tenhamos de destruir esse edifício monumental, em nome de uma pseudo ordem revolucionária ou de diferente teor, mas fabricada, como pílulas, para o desvirtuamento das instituições, dos bons princípios, da moral e da razão?

Não acreditamos. Há de prevalecer sempre o princípio rígido da família e da tradição. [...] Acreditamos na tradição e nos homens que vieram das grandes famílias do passado (SANT'ANNA, 1947b).

Por meio de um artigo de cunho essencialmente plutocrático¹⁴, Machado Sant'Anna procurava estabelecer, sob a

¹⁴ Para Norberto Bobbio, o termo “plutocracia”, conforme os clássicos do pensamento político grego, possui o significado específico e eticamente negativo de “governo dos ricos” (BOBBIO, 1998, p. 835). Sobre o viés “plutocrático” na formação sociopolítica e histórica da classe dominante brasileira (e interiorana), podemos falar na existência de uma “elite bicéfala”, isto é: “[...] a do empreendedor que não conhecia limites para sua ambição, capaz de agir desabusadamente, desconhecendo fronteiras morais e éticas, coleante, subreptício, mago dos disfarces e, quando necessário, truculento, sanguinário, implacável. A outra face dessa camada dominante é formada pelos membros dos anéis burocráticos superiores, detentores de um poder de decisão indiscutível, o

lógica da resiliência (para os de baixo), certas justificativas que chancelariam a manutenção do poder pelas mais poderosas famílias citadinas, consideradas detentoras de atributos que enfeixavam a tradição, o respeito, a moral e a razão, virtudes que as capacitariam para o exercício da “tutela” sobre o todo social. Tal tutela, inaugurada no passado, não deveria, sob hipótese alguma, ser perturbada no presente, para que fosse evitada a ruína das instituições futuras.

Entre os nomes que conformavam a “tradição das grandes famílias do passado”, Machado Sant’Anna recordava-se nostalgicamente do velho coronel “Quinzinho” da Cunha Junqueira, considerado “líder incontestável de uma vasta região, onde a sua palavra era lei, [...] que jamais desceu à discussões estéreis ou tentou fazer sozinho a política regional e de quase uma quarta parte do Estado”. De acordo com o jornalista, empresário e (futuro) político, a “tradicional escola política desapareceu com a morte do grande chefe, cuja voz era ouvida com respeito em toda a nossa região e acatada, porque todos os chefes-mirins sabiam que o coronel Quinzinho tinha em alta conta os interesses da coletividade, nada pedindo para si” (SANT’ANNA, 1948d).

Em primeiro lugar, a questão “familiar” foi intransigível e continuamente explorada por Machado Sant’Anna ao longo de suas atividades político-empresariais (conforme revelarão os próximos capítulos). Ao defender a manutenção dos privilégios das antigas famílias, extrapolava-os para a sua própria família, radicada em Ribeirão Preto no último quartel do século XIX. Além disso, suas perspectivas em relação às funções familiares

mandarinato de língua esotérica, estamento cômico de seus códigos rígidos de conduta, dos símbolos de seu prestígio, das suas rendas e prebendas inerentes ao seu cargo, além das sempre oportunas e bem-vindas negociatas e favorecimentos escusos que faziam parte de seu *métier*” (DOIN, 2001, p. 72).

encontravam similitudes com os princípios adotados pelos “grandes chefes” do passado, ou seja, ao lado de certas perspectivas morais e tradicionais, figuravam – conforme o pensamento gramsciano – as funções “sociais” da família, ou seja, preocupações de garantir/expandir os “meios necessários para a proteção” e a subsistência dos filhos, diante de uma conjuntura na qual a propriedade privada seria “privilégio para poucos” (LEO, 2017, p. 281).

Em segundo lugar, as menções a Quinzinho da Cunha Junqueira e às “grandes famílias do passado” nos permitem estabelecer uma digressão inicial, por meio da qual lidaremos com o processo histórico ribeirão-pretano de ascensão dos “coronéis do café”.

1.1 – A FORMAÇÃO HISTÓRICA E A COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE POLÍTICA RIBEIRÃO-PRETANA

Muito antes de angariar projeção (nacional e internacional) com o plantio e a exportação do “ouro verde”, a região de Ribeirão Preto era alcunhada como “sertão desconhecido”, um interior distante das povoações e das culturas, ocupado, até o início do século XIX, por indígenas caiapós considerados selvagens e bravios. Acredita-se que seus últimos remanescentes tenham vivido na região até aproximadamente 1819, visto serem mencionados em alguns dos relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (LAGES, 2016, p. 10).

A partir de 1790, o “sertão” paulista começou a ser ocupado por famílias oriundas do Sul e do Oeste de Minas Gerais, as quais migravam para as novas regiões com poucos pertences, algumas cabeças de gado e bestas de cargas, além de uma certa quantidade de escravos e agregados. Tratavam-se de famílias detentoras de

certas posses, dedicadas à pecuária e à agricultura, e que possuíam laços comerciais com as vilas de São João del Rei, Campanha, Aiuruoca e Mariana. A chegada de tais “novos entrantes” ou “entrantes mineiros”¹⁵ – conforme eram denominados por documentos e recenseamentos da época – foi intensificada a partir da década de 1820, ganhando enormes proporções migratórias no decorrer da expansão das lavouras cafeeiras em São Paulo (LAGES, 2016, p. 14).

Na região de Ribeirão Preto, as chegadas dos contingentes entrantes iniciais remontam ao início da década de 1810, sendo que os primeiros sessenta anos de ocupação da região, caracterizados como período pastoril mineiro e de crescimento populacional, foram relativamente pacatos. Em 1856, a cidade de Ribeirão Preto foi oficialmente fundada e, por conta do crescimento demográfico iniciado na década de 1860, os líderes citadinos encaminharam pedidos às autoridades para que uma freguesia fosse instalada na região.¹⁶

¹⁵ A paulatina escassez de ouro e diamantes motivou muitos mineiros a diversificarem suas atividades econômicas, expandindo, por vezes, práticas que já eram realizadas em suas províncias durante o período da pujança mineradora. Embora muitas terras existentes em Minas Gerais fossem férteis, certos traçados de relevo montanhoso dificultavam a expansão de tais atividades, o que impulsionou contingentes mineiros a saírem de suas províncias em busca de novas regiões fecundas para criação de gado e cultivo (PRADO JR, 2011, p. 81-83).

¹⁶ Em 02 de julho de 1870, segundo a Lei nº 51, promulgada por Antônio Cândido da Rocha, presidente da Província de São Paulo, foi reconhecida a nova freguesia, desmembrada da então freguesia de São Simão. O próximo passo dado pelos ribeirãno-pretanos deu-se com a busca por autonomia para que as autoridades locais fossem eleitas pelos próprios *cidadãos*, com a criação de uma vila e de seu termo (ou seja, município) correspondente. Com a Lei nº 67, de 12 de abril de 1871, a freguesia foi elevada à categoria de vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, sendo eleitos os primeiros vereadores em 22 de fevereiro de 1874 (LAGES, 2016, p. 40-41).

Na década de 1870, dois empreendedores interessados no cultivo do café, Martinho Prado Júnior e Luís Pereira Barreto¹⁷, realizaram diferentes expedições para conhecer melhor as terras do nordeste paulista, onde encontraram a fecunda “terra roxa” de Ribeirão Preto. Naquele momento, os solos da região cafeeira do Vale do Paraíba apresentavam sinais de esgotamento, o que motivava os cafeicultores a buscarem novos sítios para exploração.

Em tal conjuntura, Ribeirão Preto oferecia aos “empreendedores do café” uma economia predominantemente agrária, com a ampla maioria da população vinculada aos trabalhos na pecuária e na lavoura – embora as atividades desempenhadas tenham sido, até então, voltadas à economia de subsistência. Em 1873, de acordo com censo realizado na província de São Paulo, a cidade contava com 5.552 habitantes (4.695 livres e 857 escravos), distribuídos entre 2.657 lavradores, 850 empregados domésticos, 47 operários diversos, 29 artesãos, 20 comerciantes e 3 professores (LAGES, 2016, p. 47). As poucas fazendas que plantavam algum café escoavam suas produções para São Paulo e Santos através de tropas de bestas de carga.

¹⁷ Martinho Prado Júnior era um culto agricultor e político republicano. Visitou a região de Ribeirão Preto por volta de 1877, quando coletou informações e observações que se transformaram, posteriormente, em artigos publicados no jornal *A Província de São Paulo* (atual *Estado de São Paulo*), nos quais descrevia as potencialidades da “terra roxa” para a cultura cafeeira em larga escala. Foi proprietário e organizador de gigantescas fazendas na região. Já o positivista Luiz Pereira Barreto, médico, cientista e agrônomo brasileiro diplomado pela Universidade de Bruxelas (Bélgica), era oriundo da cidade de Rezende, tendo fixado residência em Ribeirão Preto entre 1905 e 1912. Também admirador da fertilidade da “terra roxa”, chegou a enviar amostras para análises químicas na Bélgica e a escrever artigos para *A Província de São Paulo*, nos quais enfatizava e celebrava as potencialidades das terras de Ribeirão Preto (LAGES, 2016, p. 59-60).

Com a chegada da economia cafeeira em larga escala, o desenvolvimento do núcleo urbano ribeirão-pretano atravessou uma fase de aceleração. Pequenas indústrias, ateliês de ofícios e casas comerciais começaram a surgir, impulsionados pela chegada da estrada de ferro da Companhia Mogiana, em 1883, responsável pelo barateamento dos transportes de mercadorias (vazão à produção cafeeira) e pessoas (chegada de migrantes e, principalmente, imigrantes para composição da mão-de-obra nas lavouras).

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, fundada em Campinas em 1872, ligava a urbe campineira – já em contato com Jundiaí pela inauguração dos trilhos da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, também em 1872, e conectada a São Paulo e Santos por intermédio dos trilhos da São Paulo Railway – aos confins interioranos de São Paulo, seguindo o itinerário da produção cafeeira e possibilitando um novo padrão de escoamento do interior para a capital e também para o litoral. As operações da Companhia Mogiana foram decisivas para o aumento da quantidade de café escoada para o porto de Santos e para o incremento dos índices demográficos e produtivos na região. Em tal conjunção, a região da Mogiana tornou-se a terceira maior produtora da província de São Paulo (atingindo o primeiro lugar nas décadas subsequentes, ao longo do período republicano) (LAGES, 2016, p. 47).

Pelos trilhos da companhia, viajavam em direção a Ribeirão Preto, simultaneamente, imigrantes europeus “carcamanos”, “hispanicos” ou “lusitanos” em busca de oportunidades proporcionadas pelo “ouro verde”, além dos “ávidos capitalistas” atraídos pelas possibilidades de expansão para as suas fortunas. Um levantamento realizado no período indicava que a cidade já

possuía, na década de 1880, 10.420 habitantes, sendo 9.041 livres e 1.379 cativos (LOPES, 2004, p. 168).

Os imigrantes compuseram correntes demográficas que atingiram o Brasil, especialmente entre 1870 e 1910, estimuladas pelas crises capitalistas que assolavam várias nações europeias. Fazendeiros, políticos e intelectuais brasileiros exploraram tais condições, justificando que a vinda de trabalhadores estrangeiros para o país se baseava na lógica de uma nova e moderna “noção de trabalho” e nas concepções “científicas eugenistas” então em curso, segundo as quais seria necessária a “depuração do sangue” com a vinda de imigrantes brancos [...], o que, pensavam seus propositores, levaria à constituição de uma nação homogênea e à criação de um ‘tipo racial’ brasileiro ‘eugenicamente’ mais branco e, portanto, ‘superior’” (SOUZA MACIEL, 1999, p. 126-127).

Cerca de 60% dos quase 4 milhões de imigrantes que entraram no país entre 1884 e 1933 dirigiram-se para o estado de São Paulo; entre 1893 e 1900, ingressaram nos domínios paulistas cerca de 401.000 imigrantes (VERSIANI, 2002; BACELLAR & BRIOSCHI, 1999). Em 1886, os estrangeiros constituíam 7,3% do total de habitantes em Ribeirão Preto (cerca de 760 pessoas), compostos por austríacos (46%), italianos (20%) e portugueses (18%); em 1902, os estrangeiros constituíam 62% da população local (cerca de 33.000 pessoas), compostos por italianos (83%), portugueses (7%) e espanhóis (5%) (LANZA; LAMOUNIER, 2014, p. 575).

Já os “ávidos capitalistas” compunham um quadro integrado, em parte, por cafeicultores de Campinas, São Paulo e Vale do Paraíba (como Martinho Prado e a família Pereira Barreto) e, em parte, por novos investidores, como o alemão Francisco Schmidt, empolgados com o solo, o relevo e o clima ribeirão-pretanos, favoráveis ao plantio. Os fazendeiros recém-

chegados rivalizaram com outros produtores que já ocupavam a região – como os membros da família Junqueira – introduzindo, cada vez mais, processos mecânicos para beneficiamento da lavoura cafeeira.

Dentre os novos “desbravadores”, estavam Lindoro Vicente Sant’Anna e Maria da Glória Machado Sant’Anna, pais de Antônio Machado Sant’Anna. O casal, até então residente na estagnada zona cafeeira do Vale do Paraíba, decidiu acompanhar o fluxo migratório para a “Capital do Oeste” e estabeleceu-se em Ribeirão Preto em 1886. Ele, natural de São José dos Campos, e ela, da atual região de Volta Redonda, filhos e netos de brasileiros também oriundos do Vale do Paraíba (Ao povo..., 1958). Mas, o que o casal Sant’Anna encontrou ao desembarcar em Ribeirão Preto?

Um município que, além de sustentar significativos números relacionados à produção cafeeira (os dados apontavam para colheitas estimadas em 2.262.599 arrobas de grãos em 1886, quantidades que situavam a região da Mogiana como terceira colocada entre as zonas produtoras da província) (LANZA; LAMOUNIER, 2014, p. 571), também revelava considerável dinamismo em suas atividades econômicas. De acordo com os dados do *Almanach do Estado de São Paulo*, de 1890, havia na cidade cerca de 340 estabelecimentos, sendo 52% voltados ao comércio, 30% ao setor de serviços, 8% à indústria, 8% às profissões liberais e 2% às atividades financeiras (LOPES, 2004, p. 172).

Na década de 1890, grande parte (mais da metade) dos estabelecimentos ribeirão-pretanos destinava-se à área comercial (botequins, açougues, armarinhos e fazendas, secos e molhados etc.), enquanto o setor de serviços perfazia cerca de um terço do total de negócios. A maioria dos comerciantes não se restringia à

venda de apenas um produto e/ou segmento de produtos, buscando, ao contrário, suprir as mais variadas necessidades de suas freguesias. A indústria e os profissionais liberais representavam, até então, frações minoritárias das ocupações citadinas, voltadas, no primeiro caso, para a criação de olarias, fábricas de cerveja, pequenas fábricas de colchões, móveis, carroças, massas alimentícias e licores, e, no segundo caso, para as profissões de médicos, advogados, dentistas, carpinteiros, alfaiates, etc. (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 173-174).

O bom desempenho da lavoura¹⁸ impulsionou o crescimento dos setores comercial e industrial ribeirão-pretanos na década de 1900, quando, estima-se, a urbe já possuía cerca de 1000 estabelecimentos comerciais e industriais. Tal composição estimulou a organização racional e o comprometimento dos empreendedores locais, os quais esforçaram-se para constituir, em 1904, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, entidade representativa dos interesses da classe empresarial junto aos setores e aparelhos público-privados.¹⁹

Em tal conjuntura, estabilizou-se na região o casal Lindoro e Maria da Glória Sant'Anna. Os dois haviam migrado para administrar fazendas de café e conceberam em Ribeirão Preto

¹⁸ Conforme Renato Leite Marcondes, a “Estatística Agrícola e Zootécnica” estimou que a colheita de café em Ribeirão Preto, de 1904 a 1905, foi a maior do estado entre os municípios recenseados, atingindo pouco mais de dois milhões de arrobas. Nesse período, em Ribeirão Preto, “a cafeicultura gerava um valor para a sua colheita superior a oito mil contos de réis. [...] A produção continuou numa média superior a dois milhões de arrobas até 1917-18” (MARCONDES, 2007, p. 178).

¹⁹ A fundação da referida associação deu-se com a iniciativa de dez importantes comerciantes locais: Albano José de Carvalho, André Martins de Andrade, Antônio Diederichsen, Antônio Garcia de Souza, Dib Khattar, Jerônimo Hipólito, João Beschizza, José Osório de Siqueira, José Antunes Tavares Teixeira e Pedro Marzola (GARAVAZO; PORTO, 2004, p. 223-224).

todos os seus dez filhos. O mais “ilustre” deles, Antônio Machado Sant’Anna, nasceu em 9 de agosto de 1905, na Vila Bonfim (hoje distrito de Bonfim Paulista) (TORNATORE, 2006).

A Vila Bonfim, embrionariamente batizada como “povoado do Viaduto”, começou a surgir nas duas últimas décadas do século XIX, então como assentamento de características urbanas localizado na direção Sul, a cerca de nove quilômetros da Vila de Ribeirão Preto. O português Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1849-1898), antigo condômino da fazenda “Ribeirão Preto Acima”, é considerado o fundador da Vila Bonfim. Estabeleceu-se na região intermediária entre Cravinhos e Ribeirão Preto, onde se tornou dono de muitas fazendas – Bonfim, Santa Cruz, Santa Luzia, Sapecado, Liberdade – até ser vitimado por um atentado a tiros.

Tratava-se de uma região cercada por extensas fazendas de café (como a propriedade de Iria Alves Ferreira, a fazenda “Pau Alto”, possuidora de um milhão e meio de pés de café, cultivados por aproximadamente mil colonos), cujo desenvolvimento se acelerou com a chegada da ferrovia Mogiana, em 1883, e a criação da Igreja do Senhor Jesus do Bonfim, em 1893 (LAGES, 2016, p. 128-129). Nos arredores do templo, foi se constituindo, aos poucos, um núcleo urbano que oferecia diversos serviços à população rural local:

Em 18 de janeiro de 1897, o intendente Joaquim Estanislau da Silva Gusmão promulga a Lei nº 22, ficando o povoado já denominado de Vila Bonfim (1893), elevado à categoria de Distrito Municipal da Vila do Ribeirão Preto.

Grande quantidade de café era embarcada diariamente na Estação de Vila Bonfim da

Companhia Mogiana, proporcionando seu rápido desenvolvimento. Em 1897, a Vila recebia a instalação de iluminação pública a querosene e em 1894 era construído o Cemitério Municipal. No final do século XIX, a vila contava com mais de seis mil habitantes e aproximadamente 40 fazendas povoadas, em torno da sede paroquial. No centro urbano havia cerca de 300 edificações ao longo do ribeirão Preto (LAGES, 2016, p. 128-129).

Ali, nasceu e cresceu Antônio Machado Sant’Anna, cercado, conforme suas memórias, por “grandes fazendas de milhões de ‘coffea-fulchrum’ que fecham a linha do horizonte, mais parecendo um oceano, cujas ondas são milhões de árvores” (KOGA; SANT’ANNA, 2015, p. 75).

Sua infância e sua juventude foram desfrutadas justamente em um período no qual grande parte dos desígnios políticos, econômicos, sociais e culturais citadinos estavam entregues ao crivo dos proprietários dos “milhões de ‘coffea-fulchrum’”, ou seja, dos “coronéis do café”, cujas atuações foram nostalgicamente celebradas por Machado Sant’Anna em seus artigos (como a homenagem ao “coronel” Quinzinho), revelando-nos facetas significativas de suas formações e predileções políticas.

A política ribeirão-pretana foi conduzida, desde o final do século XIX, por grupos “coronelísticos” da classe dominante e dirigente local, umbilicalmente vinculados aos negócios da agricultura cafeeira. Podemos compreender o coronelismo, genericamente, como uma espécie de “poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados” (JANOTTI, 1989, p. 7),

sendo o “coronel” uma figura de reconhecida autoridade e prestígio. A composição coronelística admitia, geralmente, representantes da oligarquia agrícola-mercantil, controladora do poder público e orientadora das decisões no sentido de preservar seus privilégios e afastar as demais classes do poder (JANOTTI, 1989, p. 9-10).

Os “coronéis” compuseram uma fração de classe dominante e dirigente ribeirão-pretana que manteve sua hegemonia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Era dominante, pois arregimentava a “vontade de domínio, apoiada na pura coerção” (GRAMSCI, 2007, p. 254), ao real poder de inserção de seus interesses público-privados no seio do Estrado restrito. Era dirigente, pois impunha “a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas a sua razão de ser e a seu desenvolvimento” (GRAMSCI, 2007, p. 249), cujos desígnios seriam expandidos nas dobras da sociedade civil e de seus aparelhos de hegemonia – conforme analisaremos posteriormente.

Mesmo sendo dominantes e dirigentes sob a perspectiva local, e embora ansiassem por maior autonomia regional, os “coronéis” estavam inseridos em uma complexa hierarquia de poderes, segundo a qual haveria deveres e benefícios compartilhados entre as diversas partes interessadas (líderes da situação estadual, chefes políticos e “coronéis”):

Em nível local, estavam os grandes fazendeiros que controlavam o voto dos colonos que para eles trabalhavam. Esses indivíduos detinham títulos militares honoríficos (coronel, major ou tenente) que variavam hierarquicamente em relação direta à extensão de suas terras e ao

número de colonos sob seu controle. Os “coronéis”, como eram genericamente chamados, obedeciam, por sua vez, ao “chefe político” local. Homem de considerável prestígio e quase sempre coronel ele próprio, era esse último quem definia a política da situação local, selecionava candidatos locais para os cargos públicos e ditava como deveriam votar seus seguidores. Em troca, esse chefe barganharia a interesse da situação local, ou de acordo com seus caprichos pessoais, com os líderes da situação estadual, prometendo os votos em massa da sua região em troca de quaisquer que fossem as recompensas políticas que estivesse buscando (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 29).

Amparados por seu poder político-econômico, os grandes cafeicultores da região contavam com a organização do Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873, cuja função era representar politicamente os “coronéis do café”, defendendo o aumento da autonomia municipal e dando ao grupo maior poder decisório para efetuar transações comerciais com os mercados interno e externo.

Em tal conjuntura, floresceu a rivalidade política entre dois ricos fazendeiros: Francisco Schmidt, proprietário da maior fazenda cafeeira do mundo, e o coronel Joaquim “Quinzinho” da Cunha Diniz Junqueira, líder do extenso clã dos Junqueira.

Conforme os desejos de Schmidt ou Quinzinho, as eleições locais poderiam ser manipuladas e, em alguns casos, fraudadas. Os servidores públicos eleitos deveriam obedecer ao chefe

político, e os negócios citadinos eram orientados de acordo com os interesses da classe dominante cafeeira (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 55). Além dos dois poderosos “coronéis” supracitados, outros nomes ascenderam no cenário público ribeirão-pretano, como a família de “coronéis-imigrantes” Dumont (coproprietária, com apoio de empresários ingleses, da Dumont Coffee Company, segunda maior produtora de café do mundo em 1910) e também o “coronel-imigrante” Antônio Diederichsen (possuidor de uma rede de estabelecimentos comerciais e financeiros denominados “Construtor”) (PAZIANI, 2016, p. 46).

Francisco Schmidt, ao contrário da antiquíssima família Junqueira (cujas atividades remontavam à economia aurífera nas Minas Gerais do século XIX e, quando radicados em Ribeirão Preto, à defesa dos interesses político-econômicos da lavoura cafeeira), era um imigrante alemão detentor de uma herança cultural europeia associada às ocupações urbanas, ao comércio e à indústria, cujas diretrizes político-econômicas coincidiam com seus investidores internacionais (PAZIANI, 2016, p. 33). Não obstante ambos os “coronéis” estarem politicamente alinhados ao PRP, as escaramuças no interior do partido eram bastante cruentas.

Após uma série de alternâncias no comando da sociedade política local (ora com Quinzinho, ora com Schmidt), houve uma ruptura entre os dois “coronéis”, motivada pela campanha presidencial de 1910. Quinzinho, influenciado pelos amigos Francisco Glicério e Herculano de Freitas, decidiu desobedecer o Diretório Estadual do PRP e apoiar Hermes da Fonseca, candidato das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Tal atitude contrariou a direção do partido, que apoiava o candidato Rui Barbosa, e também desagradou muitos ribeirão-pretanos

adeptos da “Campanha Civilista”, sustentada pelas oligarquias paulistas.

A escolha de Quinzinho provocou reações ebulientes em Ribeirão Preto. Até mesmo o prefeito, João Pedro da Veiga Miranda, chegou a renunciar ao cargo em sinal de protesto. A Comissão Diretiva do PRP estadual, irritada com a atitude de Quinzinho, o destituiu do controle do aparato local do partido, nomeando outra diretoria encabeçada, primeiramente, por Veiga Miranda e, posteriormente, por Francisco Schmidt. O embate entre os dois poderosos “coronéis” influenciou as eleições da seguinte maneira:

Mesmo com a participação de intelectuais valorosos participando da Campanha Civilista local, como Renato Jardim e Eduardo Leite Ribeiro, Quinzinho garantiu a vitória eleitoral de Hermes da Fonseca em Ribeirão, a única em todo o estado de São Paulo. Nas eleições municipais daquele ano, o grupo de Quinzinho garantiu a eleição de 7 entre os 10 vereadores. A oposição, embora com toda a cobertura da situação política estadual, foi capaz de eleger apenas Veiga Miranda, Renato Jardim e Francisco Schmidt, que passaram a boicotar sistematicamente as sessões da Câmara. Estes três rebeldes formaram o núcleo de resistência oposicionista pelos anos seguintes (LAGES, 2016, p. 100).

Outro momento de tensão entre os “coronéis”, com reflexos no cotidiano da imprensa, deu-se com o avançar da Primeira

Guerra Mundial. Entre 1917 e 1918, o sentimento antigermânico acentuou-se em Ribeirão Preto, atingindo (ainda que indiretamente) o alemão Francisco Schmidt, que perdeu parte de seu prestígio. Isso ficou comprovado em 1918, quando houve a eleição especial para o preenchimento de uma vaga para o senado estadual:

A situação estadual nomeou o Cônego Valois de Castro para o cargo. Este, entretanto, era tido por muitos como “germanófilo” [...]. *A Cidade, O Diário da Manhã* e outros jornais o acusaram de “germanófilo” e praticamente todas as pessoas importantes do Município uniram-se em torno do candidato da oposição de Ribeirão Preto, Dr. Luiz Pereira Barreto. No entanto, Schmidt, homem resoluto e sensível, simpatizava notadamente com Valois de Castro, pois, apenas ele, de todos os políticos da cidade, apoiou o candidato da situação. Não é preciso dizer que, apesar de ter vencido a eleição no Estado, Valois de Castro perdeu por muitos votos em Ribeirão Preto – 20 a 795.

A disputa entre Pereira Barreto e Valois de Castro teve duplo impacto sobre Ribeirão Preto: 1) resultou no quase total isolamento político de Francisco Schmidt e 2) serviu para integrar praticamente toda a oposição anterior, exceto Schmidt, no campo de Junqueira. Em um ano, *O Diário da Manhã* cessou suas críticas à situação. Críticos anteriores à situação, como Fábio Barreto, Tito Lívio dos Santos e João Guião,

foram incluídos no sistema e logo assumiram cargos públicos (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 70).

A década de 1920 apresentou um cenário no qual Quinzinho ratificou sua posição como verdadeiro e incontestável chefe do aparato do PRP ribeirão-pretano. Praticamente todos os seus adversários políticos haviam sido derrotados ou transformados em aliados. Ao indicar seus protegidos para a ocupação de cargos políticos, demonstrava habilidade para adequar-se aos novos tempos, visto ter substituído paulatinamente fazendeiros por profissionais e empresários que possuíam educação superior, corroborando as necessidades de uma cidade cada vez mais complexa e urbanizada.

O que podemos apreender das escaramuças entre os “coronéis” Francisco Schmidt e Quinzinho Junqueira diz respeito às especificidades da configuração do “bloco no poder” nas sociedades capitalistas. O bloco no poder²⁰, segundo Nicos Poulantzas, é formado por uma composição de várias frações de classe burguesas, organizadas, na perspectiva do Estado, sob uma “unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 2000, p. 145).

²⁰ A respeito das mediações teórico-metodológicas concernentes às frações de classe, bloco no poder e hegemonia da classe dominante agroexportadora cafeeira durante a Primeira República em São Paulo, consultar PERISSINOTTO, Renato M. *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1991.

Em tal composição, podem participar, sob certas circunstâncias, “as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, [...] nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra” (POULANTZAS, 2000, p. 145). Ainda de acordo com Poulantzas:

As contradições de classe, examinadas momentaneamente apenas as que existem entre as frações do bloco no poder, assumem no seio do Estado a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, e no seio de cada um deles, conforme as linhas de direção ao mesmo tempo horizontais e verticais. Se isso acontece dessa maneira, é porque as diversas classes e frações do bloco no poder só participam da dominação política na medida em que estão presentes no Estado. Cada ramo ou aparelho de Estado, cada face, de alto a baixo, de cada um deles (pois eles são muitas vezes, sob sua unidade centralizada, desdobrados e obscurecidos), cada patamar de cada um deles constituem muitas vezes a sede do poder, e o representante privilegiado, desta ou daquela fração do bloco no poder, ou de uma aliança conflitual de algumas dessas frações contra as outras, em suma a concentração-cristalização específica de tal ou qual interesse ou aliança de interesses particulares. Executivo e parlamento, exército, magistratura, diferentes ministérios, *aparelhos regionais municipais e*

aparelho central, aparelhos ideológicos [...] representam com frequência, conforme as diversas formações sociais, *interesses absolutamente divergentes de cada um ou de alguns componentes do bloco no poder* (POULANTZAS, 2000, p. 152-153, grifos nossos).

De tal modo, mesmo pertencendo a uma mesma fração de classe (voltada aos negócios agroexportadores do café), Schmidt e Quinzinho possuíam interesses conflitantes (mas não antagônicos) que os situavam em uma zona de embates nos intestinos do partido e, conseqüentemente, do próprio Estado. Todavia, tais conflitos (motivados, muitas vezes, por ambições diretas) não resultavam na ruptura turbulenta do bloco no poder, justamente por se enquadrarem enquanto discórdias interclassistas não-antagônicas e situadas na prática da “pequena política”²¹ cotidiana.

Todavia, a formação de novos partidos (como o Partido Democrático, fundado em 1926), a eclosão da crise econômica de 1929 e o advento da “Revolução de Outubro” de 1930 minaram a relativa estabilidade e a capacidade de gestão do PRP local e, conseqüentemente, de seu líder até então incontestável, Quinzinho. Com isso, um setor da oligarquia agrária dominante, mais ligado à produção para o mercado interno, se colocou à frente do processo de derrubada do regime instituído. Para Carlos

²¹ O termo “pequena política”, em Gramsci, significa a “política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas. [...] A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Nelson Coutinho, o triunfo da Revolução de 1930 levou à “formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes)” (COUTINHO, 2014, p. 199-200).

Entre 1930 e 1945, os ribeirão-pretanos, assim como todos os brasileiros, lidaram com uma nova realidade político-administrativa, caracterizada pela centralização instituída pelos governos varguistas, responsáveis pela diminuição da autonomia municipal em um período no qual os chefes políticos locais estavam enfraquecidos diante da crise econômica do café. Quanto aos aspectos político-econômicos locais, percebemos que novas configurações, sujeitos e alianças transformaram a correlação de forças em Ribeirão Preto – inclusive, com participações mais efetivas do próprio Machado Sant’Anna.

O ponto de partida para o período posterior a 1930, profundamente marcado pela aguda crise econômica mundial e suas repercussões junto ao setor agroexportador do café, deu-se com o “deslocamento do centro dinâmico” da economia (não mais recôndito, majoritariamente, à agricultura de exportação, dirigindo-se paulatinamente para os setores terciário e industrial) e o processo de diversificação agrícola (catalisado pelo loteamento de grandes fazendas e pelo investimento no cultivo de cana-de-açúcar, arroz, algodão, laranja, soja, em forma de matérias-primas ou direcionados ao consumo), operados em Ribeirão Preto (PIRES, 2004, p. 179-180).

Entre as décadas de 1930 e 1940, houve expressivo crescimento das atividades agroindustriais (mais especificamente, das ligadas ao processamento da cana-de-açúcar e do algodão), além da chegada de importantes fábricas, como a S.A.

Indústrias Reunidas F. Matarazzo (estabelecidas entre 1935 e 1936, dedicadas ao beneficiamento de algodão), S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais (fundada em 1938, dedicada à produção de sabão e óleo refinado), Anderson Clayton & Cia Ltda. (fixada em 1939, dedicada ao beneficiamento de algodão), Sociedade Agrícola Fazenda Luís Pinto (estabelecida em 1940, dedicada ao processamento de álcool), Ed. Luís Magri & Cia Ltda. e Edison Leite de Moraes (fundadas em 1940, para o beneficiamento de algodão), Algodoeira Meirelles Ltda. (estabelecida em 1941, para o mesmo fim), Refinaria Ipiranga Ltda. (fixada em 1942, dedicada ao refino de açúcar), Uchôa Carneiro & Cia. Ltda. (estabelecida em 1944, dedicada ao beneficiamento de algodão), Dabi Atlante (fundada em 1946, dedicada à produção de equipamentos odontológicos) e Refrescos Ipiranga (fixada em 1948, como engarrafadora da Coca-Cola) (PIRES, 2004, p. 182).

Apesar dos incrementos industriais, o desenvolvimento dos setores comerciais e de serviços foi decisivo para o aumento do dinamismo econômico de Ribeirão Preto. Entre as décadas de 1930 e 1950, a importância da urbe como centro de distribuição de mercadorias para as cidades da região ampliou-se. A concentração elevada das atividades associadas ao comércio atacadista permitiu que, no final da década de 1950, “o município se constituísse no sexto centro atacadista mais importante do Estado em termos de faturamento e capital aplicado e o quinto no que tange ao pessoal ocupado” (PIRES, 2004, p. 184). O setor de serviços também alargou seu leque de opções, com cerca de 116 nomenclaturas em 1939 (contra 87 em 1927) (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 217).

O perfil habitacional citadino também sofreu alterações ao longo da conjuntura analisada. A feição majoritariamente agrária

dos habitantes se transformou a tal ponto que, na década de 1940, cerca de 60,2% da população ribeirão-pretana vivia no perímetro urbano. O enfraquecimento das áreas rurais continuou nas décadas subsequentes, sendo que em 1950, 70,8% da população do município vivia na área urbana e em 1960, 81,1% (PIRES, 2004, p. 189).

Apesar das referidas transformações socioeconômicas, as atividades cafeeiras ainda mantiveram sua relevância para o município até metade do século XX – tanto que, em 1957, foi criada a Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, cujos principais objetivos eram “armazenar, beneficiar e padronizar a qualidade do café, além de oferecer assistência técnica, facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos a preços mais baixos. Verifica-se a importância desse setor da economia muito tempo depois da crise de 30” (LAGES, 2016, p. 195).

Entre os anos de 1930 e 1945, o sistema político municipal sofreu profundas alterações, tornando-se menos efetivo em relação às suas capacidades para influenciar os governos estadual e federal. Por quase toda a conjuntura em questão, a cidade de Ribeirão Preto foi governada por prefeitos indicados por interventores federais (a exceção se deu em 1936, quando o eleitorado cidadão teve a oportunidade de eleger seus próprios governantes), além de ter sido minuciosamente controlada pelo DAM (Departamento Estadual de Administração, posteriormente renomeado como Departamento de Assistência aos Municípios), órgão que vistoriava (e, por vezes, centralizava) a arrecadação de impostos e os gastos públicos.

O caminho encontrado pelas classes dominantes ribeirão-pretanas foi o de organizar e enviar comissões compostas por agricultores e empresários para pleitear ou contestar medidas junto às autoridades estaduais e federais, ou mesmo convidar

representantes das administrações governamentais (inclusive Getúlio Vargas) para serem recebidos, com pompas e congratulações, na própria cidade. De tal modo, a característica mais notável do período foi o fato de o coronelismo e suas associações terem sido consideravelmente (mas não completamente) minados:

Os papéis políticos já não eram mais definidos da maneira hierarquicamente tradicional. O surgimento de um sistema competitivo de partidos, a instituição do voto secreto, e a acentuação do caráter urbano e economicamente diversificado do Município tornaram impossível a manutenção daquele sistema. É notório que no início da década de 1940, quando um agente do interventor do Estado foi enviado para perguntar a Amélia Junqueira – porta-voz de seu prestigiado clã – se ela poderia designar “alguém para dirigir a política de Ribeirão Preto”, ela foi forçada a responder, com pesar, que não havia “nenhuma pessoa” habilitada para a tarefa. O papel do chefe político era, portanto, algo do passado (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 84-85).

Mesmo que o controle local sobre o governo municipal tenha sido mínimo durante o período, os partidos políticos floresceram em Ribeirão Preto. Para além dos rearranjos do PRP e do PD, surgiram com sensível apelo a AIB (Ação Integralista Brasileira) e, mais tarde, o Partido Constitucionalista. Tais partidos, ainda que aliçados do poder local, escolhiam seus líderes e represen-

tantes através de votações abertas, inaugurando um período de debates intrapartidários e disputas públicas (por vezes, acirradas) entre as agremiações. Os choques interpartidários foram suprimidos com a ascensão do Estado Novo, em 1937, e só voltaram a alcançar o público cidadão após a redemocratização em 1945.²²

Com o fim do Estado Novo, algumas das transformações econômicas principiadas após a crise de 1929 continuaram sua marcha em Ribeirão Preto. A diversidade e a quantidade de casas comerciais aumentaram significativamente no período. O comércio apresentou novas segmentações especializadas, tais como lojas de eletrodomésticos e rádios. Apesar disso, certos estabelecimentos tradicionais – como as casas de secos e molhados – ainda eram bastante expressivos. A variedade de serviços também aumentou, com o incremento de novos nichos nos setores de saúde, transportes e finanças:

O número de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais liberais e serviços expandiu-se progressivamente, atingindo 2.443 em 1950 e 4.252 em 1962. O comércio manteve a preponderância entre os diversos tipos de

²² O termo “redemocratização” deve ser compreendido, conforme Marilena Chauí, pelos limites de uma certa “memória histórica” que concebe o período situado entre o fim da ditadura varguista e o golpe civil-militar de 1964 como uma autêntica democracia: “essa memória é paradoxal porque tecida de vários esquecimentos significativos, como, por exemplo, o de que a Constituição de 1946 define a greve como ilegal, mantém a legislação trabalhista outorgada pela ditadura Vargas (e que é reprodução literal da *Carta del Lavoro*, de Mussolini), proíbe o voto aos analfabetos (isto é, à maioria da população, na época), coloca o Partido Comunista na ilegalidade, conserva a discriminação racial e não questiona a discriminação das mulheres, consagrada pelos códigos Civil e Penal etc.” (CHAUÍ, 1986, p. 50).

estabelecimentos. Ademais, observamos uma pequena retração relativa dos serviços.

A variedade dos estabelecimentos comerciais atingiu 112 nomenclaturas distintas em 1950 e 210 em 1962. Apesar da tendência declinante, as lojas de secos e molhados ainda mostravam uma certa expressividade (18% em 1950 e 12,7% em 1962). As casas de frutas se reduziam a 9,7% em 1950 e atingiram 10,9% em 1962. Em 1950, esses estabelecimentos estavam situados principalmente no Mercado Municipal (vinte e sete bancas) e na Avenida Saudade (onze bancas), enquanto em 1962 a maioria deles participava das feiras livres (177 bancas). Ainda no setor de comércio, verificamos o avanço significativo dos bares, principalmente nos bairros. No período considerado, tivemos uma elevação de aproximadamente 70% no número de estabelecimentos de secos e molhados, chegando a 19,1% em 1950 e 16,0% em 1962. Por fim, o número absoluto de farmácias e açougues elevou-se desde 1939, porém sua participação no setor atingiu 4,5% e 3,7%, respectivamente, em 1950 e apenas 3,1% e 3,0% em 1962. [...] As nomenclaturas de ocupações de serviços elevaram-se a 142 em 1950 e 204 em 1962. Os barbeiros e alfaiates ainda se faziam presentes em grande número, mas sua participação no setor diminuiu de 16% em 1950 para 14,1% em 1962. O segmento hoteleiro compreendia parte significativa do

setor em 1950 (5,9%), sofrendo uma pequena queda em 1962 (4,9%). Por fim, as oficinas de sapatos também se reduziram a 6,9% e 5,9% nos dois anos selecionados. Entre as novas atividades, destacamos o crescimento das oficinas mecânicas com 5,2% e 6,4% do total do setor comerciário em 1950 e 1962, respectivamente, além do registro de quatro hospitais em 1950 e cinco em 1962. [...] A participação dos estabelecimentos do setor financeiro apresentou uma pequena queda no período de 1939 a 1950, passando de 1,2% para 0,8%; mas, no ano de 1962, este setor se recuperou e passou a responder por 1,5% dos estabelecimentos tributados em Ribeirão Preto (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 218-220).

No âmbito político, as tradicionais e poderosas lideranças locais vinculadas ao “glorioso” passado coronelista perderam parte de seu poder hegemônico, suprimido pelos anos de governo autoritário, pela ação corrosiva da crise econômica mundial ou mesmo pelo desaparecimento dos “grandes chefes”. Embora alguns elementos do mandonismo e do clientelismo não tenham sido completamente extintos, criou-se uma espécie de “vácuo” de poder que começou a ser progressivamente ocupado, também, por “forasteiros” e “líderes carismáticos” (MARINO, 2015).

Readequemos o termo “carisma” à noção de “autoridade simbólica”, proposta por E. P. Thompson.²³ Segundo o historiador

²³ O termo faz alusão às relações estabelecidas entre a *gentry* (patrícios) e os trabalhadores empobrecidos (plebeus) na Inglaterra do século XVIII. Alheando-nos de transposições *ipsis litteris* ou implicações anacrônicas, acreditamos que

inglês, “uma grande parte da política e da lei é sempre teatro”. Consequentemente, os poderosos podem exercer um estilo comportamental “hegemônico”, estudado e elaborado, como uma espécie de papel teatral. Uma vez estabelecido um sistema social, “ele não precisa ser endossado diariamente por exhibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral” (THOMPSON, 1998, p. 48).

Em um sentido mais amplo, Thompson assevera que “toda a sociedade tem seu próprio tipo de teatro. Grande parte da vida política das sociedades contemporâneas só pode ser compreendida como uma luta pela autoridade simbólica” (THOMPSON, 1998, p. 70). A teatralidade política existente na Primeira República, amparada pelas práticas “coronelísticas” de compadrio, clientelismo e suntuosidade, cedia lugar a novas formas de teatralidade, reverberadas por condutas bacharel-jornalísticas que encontravam guarida em variados aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa, o rádio e as associações.

Eram os novos atores espécies de “aventureiros simpáticos”, falantes e dotados de espírito de liderança, ou seja, “doutores” que chegaram à região da Mogiana entre 1940 e 1955. Tornaram-se rapidamente candidatos à vereança e à prefeitura e galgaram degraus rumo aos postos diretivos dos clubes citadinos e das associações de classe, como a ACIRP (Associação Comercial e Indústria de Ribeirão Preto). Dentre os nomes mais proeminentes, constavam os dos empresários Amin Antônio Calil, Abrão Assed e do advogado carioca José de Magalhães, capazes de

algumas das considerações atinentes à “autoridade simbólica” possam ser relevantes para a compreensão das teatralidades carismáticas implementadas, com maior ou menor grau de complexidade, em sociedades posteriores.

potencializar Ribeirão Preto enquanto “metrópole regional, grande empório, mais fenícia do que grega, cidade de prestação de serviços, com magnífica rede de conglomerados universitários e centro médico de renome mundial” (MARINO, 2015, p. 28).

Certas lideranças locais, já radicadas na urbe e detentoras de considerável autoridade simbólica, também conseguiram seu lugar ao sol, como foi o caso de Orestes Lopes de Camargo, proprietário do jornal *A Cidade* e candidato à vereança citadina por diversas ocasiões: em 1947 pela coligação UDN-PR, em 1951 e 1954 pelo PTB, em 1959 pelo PRP, “indo da esquerda para a direita e vice-versa, do conservadorismo ao populismo. Mas nada de escandaloso havia na mudança frequente de partidos. Era comum e natural” (LAGES, 2016, p. 209). Tais malabarismos também foram utilizados por Alfredo Condeixa Filho, que ganhou a disputa para a prefeitura municipal em 1951, apoiado por uma coligação formada pelo populista PSP, pela elitista e anti-varguista UDN, pelo moderado PSD, pelo tradicional e anti-varguista PR e pelo fascista PRP (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 111).

O sistema político vigente tornava-se cada vez mais difuso com a chegada dos “novos atores”, consideravelmente heterogêneos quanto às suas origens socioeconômicas, se comparados aos “coronéis” antecessores. Grupos oriundos de profissões menos prestigiadas, não-brancos e categorias até então marginalizadas socialmente conseguiram, pela primeira vez, uma significativa participação no sistema político.

Naquela conjuntura, o voto dos trabalhadores tornou-se consideravelmente importante, a ponto de lideranças sindicais integrarem, amiúde, as chapas partidárias em disputa. Entre os anos de 1946 e 1960, porções cada vez mais expressivas de ribeirão-pretanos participaram dos pleitos eleitorais: enquanto

apenas 10% da população votou em 1936, o público votante aumentou para quase 18% em 1950, para cerca de 19% em 1955 e para aproximadamente 30% em 1969 (WALKER; BARBOSA, 2000, p. 106-109).

Justamente nesse período, Machado Sant'Anna organizou suas primeiras incursões na carreira política, revestindo-se como arauto e herdeiro da moral e das tradições tipicamente ribeirão-pretanas, conforme pudemos notar em seus artigos a respeito das “grandes famílias do passado” e do “grande chefe” Quinzinho. Segundo os relatos do professor e jornalista Divo Marino, Sant'Anna apresentava-se aos eleitores como legítimo representante de um conservadorismo (WILTEMBURG, 2013) embebido por princípios, até certo ponto, anacrônicos diante do novo tabuleiro decisório.

A glorificação dos “grandes nomes” e das “grandes famílias” do passado (tendo em vista a legitimação dos privilégios dominantes no presente) e a crença na política enquanto arena restrita às decisões das capacitadas “elites” socioeconômicas (linha de raciocínio que carregava consigo a consequente noção de que o povo, considerado menos capacitado, deveria ser tutelado), estavam entre as principais bandeiras defendidas por Machado (que se manifestarão regularmente ao longo dos capítulos).

Nossa personagem principal sustentava a concepção de que parte das classes dominantes ribeirão-pretanas havia se afastado das disputas políticas e, conseqüentemente, desprestigiado a ascensão aos cargos eletivos locais, abrindo espaço para “aventureiros” e “flibusteiros”, elevados ao poder pelas más escolhas do povo. Para ele, deveriam ser candidatos apenas os elementos mais capazes e tradicionais da edilidade, que não encarariam a política como uma carreira, mas sim como uma

“missão moral”, conforme expressava no artigo “Quando os vereadores traem o mandato popular”, publicado pelo *Diário da Manhã*:

Quando os representantes do povo exorbitam e cometem arbitrariedades há sempre a reação popular, desde que os excessos passem as raias do admissível. Assim foi em Roma antiga, na França do Thermidor, na Bolívia, na Colômbia dos nossos dias e mesmo no Brasil.

Fora disso o povo humilde, submisso e bom, tudo tolera. Mas há um limite.

Sempre fomos contra o subsídio ao vereador. Achamos que o título sobremodo honroso, não deve, em hipótese alguma, ser remunerado, para não parecer uma retribuição por um serviço prestado [...]. Alegam muitos – inclusive os próprios eleitores – que a vereança precisa ser remunerada. Então deveria ser, também, a de presidente ou diretor de associações de classe, de entidades benemerentes e de filantropia, onde os eleitos dispendem grande parte de suas atividades.

Há cargos espinhosos, entre nós, requerendo sutileza, tato, energia, ação, viagens e uma série de aborrecimentos, como a diretoria do Aeroclube, Rotary, Lions, Regatas, Recreativa, Santa Casa, Associação Rural, Associação Comercial e Industrial, ARRI [Associação Regional de Rádio e Imprensa] e tantas outras, com trabalho diário, permanente, tomando

horas seguidas e dando sérias dores de cabeça a todos (SANT'ANNA, 1961b).

O “elitismo” defendido por Machado Sant'Anna sustentava-se na noção de que as ocupações legislativas deveriam ser reservadas aos que poderiam dispor de considerável tempo livre para dedicação aos assuntos políticos – o que, claramente, não incluía operários, camponeses ou demais integrantes da classe trabalhadora.

Além disso, Machado Sant'Anna explanava aos leitores que certas associações classistas, hierarquicamente restritas, guardavam similaridades ou mesmo detinham maior importância social do que a Câmara de Vereadores – “coincidentemente”, muitas das associações citadas eram dirigidas ou possuíam relações com o próprio Sant'Anna. Seu conservadorismo, contudo, não logrou êxito junto ao público eleitoral e, mesmo tendo à sua disposição veículos jornalísticos com expressivas tiragens, jamais conseguiu plena inserção junto aos aparelhos da sociedade política regional ou estadual – a não ser por suas relações circunjacentes ao movimento municipalista, que serão analisadas nos próximos capítulos.

Em 1947, Machado concorreu à vereança municipal pelo PSP e, mesmo definindo-se como “incansável batalhador em prol de todas as reivindicações populares”, “independente, combatido, realizador e [que] na Câmara Municipal será a voz poderosa que o povo terá para um Ribeirão Preto melhor e maior” (É o seu candidato..., 1947), não conseguiu angariar sequer 124 votos (números com os quais o vereador menos votado, Olímpio Rossi, do PTB, conseguiu ser eleito; o vereador mais votado foi Oscar de Moura Lacerda, também do PTB, com 800 votos (Câmara

Municipal, 1947), garantindo, como prêmio de consolação, uma vaga à suplência da Câmara.

Nas eleições de 1951, ele decidiu concorrer novamente à vereança ribeirão-pretana, também pelo PSP. Dessa vez, sua estratégia foi mais agressiva, amparada por uma campanha com peças propagandísticas que o situavam, geralmente em situações corriqueiras (tomando um cafezinho ou proseando aos risos), ao lado de figuras como Lucas Nogueira Garcez, Adhemar de Barros e do então candidato à prefeitura municipal, Alfredo Condeixa Filho, ratificando seu slogan: “Ajudou Garcez! Ajudará Condeixa! Mas precisa da sua ajuda!” (Ajudou Garcez, 1951). Novamente, suas ambições foram frustradas, pois com 199 votos (o vereador mais votado, José de Magalhães, do PTB, atingiu 729 votos), conseguiu apenas uma nova suplência (Os candidatos vitoriosos, 1951).

Na tentativa de alçar voos mais ambiciosos, Machado Sant’Anna concorreu ao cargo de deputado federal nas eleições de 1954, dessa vez pelo PSD. Sua campanha almejava cativar os eleitores citadinos para que não votassem nos chamados “candidatos de fora”, ou seja, políticos forasteiros, que não estavam umbilicalmente ligados aos problemas e às relações de poder locais. Não tendo sido eleito, Sant’Anna diagnosticou seu fracasso como fruto da rebeldia e da falta de ideais do eleitorado regional (do povo, em geral, e de seus estratos superiores, em particular):

Parecerá, a primeira vista, que haja ressentimento do candidato porque a votação não está na compensação natural do trabalho desenvolvido ou pela dedicação de anos seguidos à causa pública. Mas, tal não se dá. É a

mesma rebeldia do eleitorado, sem ideal, sem interesse e sem causa justa, que prefere dispersar votos em elementos completamente estranhos ao meio, para não ajudar os candidatos locais. [...] Constrange-nos notar que o povo, na sua camada superior, é utilitarista, materialista e o principal culpado de todos os desastres político-administrativos do país (SANT'ANNA, 1954a).

Em seus derradeiros esforços, Machado Sant'Anna concorreu ao cargo de deputado estadual nas eleições de 1958, dessa vez pelo PR (Partido Republicano) e, novamente, direcionou suas críticas aos “candidatos de fora”, também chamados de “caçadores de votos”, considerados piores que “pragas”, “nuvens de gafanhotos” ou “geadas”, que “de quatro em quatro anos nos visitam, levam todos os nossos votos e não produzem, não trabalham e não beneficiam nossa região. Cuidado com eles!” (É uma praga, 1958).

Em novo apelo aos eleitores, afirmava que os ribeirão-pretanos “sempre votaram em candidatos de outras cidades, deixando os nossos de lado. Isso é um grande crime perpetrado contra os interesses da região” (Eleitor de Ribeirão Preto..., 1958). Novamente, suas tentativas não frutificaram, e o jornalista, empresário e (momentaneamente) frustrado político não conseguiu se eleger.

Suas tentativas de inserção no Estado restrito, contudo, não se limitaram ao que expusemos até o momento. Concomitantemente, Machado Sant'Anna passou a costurar aproximações junto ao movimento municipalista (analisado nos próximos capítulos), com o qual se identificou profundamente –

e a partir do qual também esperava angariar projeção e rendimentos políticos.

Como hipótese a ser evidenciada, podemos afirmar que após juntar-se ao movimento municipalista no final dos anos 1940, seus acessos aos bastidores do poder tornaram-se mais recorrentes – ainda que não tenha conquistado os postos almeçados como vereador ou deputado – e, sem jamais abandonar suas inclinações pelo agrarismo e pelas tradições pretéritas (defendidos, também, por muitos municipalistas), incorporou às suas pautas noções aparentemente mais “progressistas” (a defesa do turismo, por exemplo), como possíveis estratégias para colocar-se diante dos novos “aventureiros” da política.

1.2 – A IGREJA RIBEIRÃO-PRETANA E O CATOLICISMO DE MACHADO SANT’ANNA

Exploramos, até o momento, algumas das principais características da sociedade política ribeirão-pretana ao longo dos séculos XIX e XX – atendo-nos, contudo, ao princípio de que a fragmentação analítica entre sociedade política e sociedade civil corresponde a uma distinção estritamente metodológica, e não orgânica. Ao retomarmos o texto “Reservas morais”, introduzido no início do capítulo, podemos observar que Machado Sant’Anna preconizava, ao lado da preservação dos privilégios dominantes, o combate ao “desvirtuamento das instituições”. Sobre tais instituições – por nós denominadas como aparelhos privados de hegemonia situados na sociedade civil e que, de alguma maneira, impactaram a formação do intelectual Machado Sant’Anna – incidirão nossas análises presentes e vindouras.

Consideremos, inicialmente, a Igreja como um dos mais relevantes aparelhos hegemônicos situados em Ribeirão Preto,

tanto para Machado Sant'Anna quanto para expressivas parcelas populacionais citadinas. Por todo o arco de sua história bimilenar, a Igreja aparece, conforme a perspectiva gramsciana, como o “‘intelectual coletivo’ que mais que qualquer outro soube instaurar e manter relações constantes com ‘os simples’, condicionando fortemente, às vezes totalmente, a vida cultural, social e política dos povos e dos Estados” (LA ROCCA, 2017, p. 402-403).

Por exemplo, Machado defendia que o seu jornal, *A Tarde* (embora possamos estender as considerações, também, para o seu futuro impresso, o *Diário da Manhã*), respeitava a religião, visto que “a sua formação é católica, pois pertence a uma família católica. Jamais ofendeu ao Senhor, à Igreja, aos representantes do Papa [...]. Respeita e acata a Igreja Católica no bem que ela distribui, na sua ação benéfica” (SANT'ANNA, 1953). Em artigo publicado pelo jornal *A Tarde* em 1946, Machado Sant'Anna asseverava:

Há apenas o consolo para os que sofrem e que é o de saber que há outros que passam piores instantes. Para todos há uma escapula. É a espera do milagre. Da fé inabalável que move rios e montanhas e que traz aos corações amargurados um pouco de bálsamo. É o pensamento mais elevado para o Senhor, para aquele que veio ao mundo para redimir a humanidade (SANT'ANNA, 1946b).

Os princípios cristãos defendidos por Machado Sant'Anna oscilavam entre a *resignação*, sob uma perspectiva “humana”, ou seja, a tomada de “consciência” por parte dos angustiados de que

haveria outros em pior situação, e a *esperança*, sob uma perspectiva “supra-humana”, ou seja, a crença de que milagres providenciais poderiam trazer confortos aos sofredores. Neste âmbito, para que possamos compreender parte dos sentidos inerentes ao cristianismo professado por nossa personagem, retomemos algumas das considerações caras ao pensamento marxiano.

Em trecho da Introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844), Karl Marx expõe que a religião, considerada o “ópio do povo”, possuiria um duplo e contraditório caráter: “a angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a expressão da verdadeira angústia e o protesto contra esta verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espiritualidade” (MARX, 2013, p. 151).

Segundo Michael Löwy, embora a análise exposta por Marx não possuísse referências diretas às classes sociais, não seria, por isso, menos dialética, visto que “apreendia o caráter contraditório da ‘angústia’ religiosa: às vezes, legitimação da sociedade existente, às vezes protesto contra tal sociedade” (LÖWY, 1998, p. 158). Os sentidos inerentes aos textos de Machado Sant’Anna expressavam, pois, uma visão de cristianismo que tentava legitimar a sociedade existente através da sujeição dos oprimidos, pela dúplici lógica de aceitação de suas respectivas condições e de alento diante das agruras alheias.

Ainda de acordo com Löwy, os estudos marxistas da religião, inaugurados em *A ideologia alemã* (1846), consideram os fatos religiosos – em conjunto com a moral, o direito, as ideias políticas, etc. – uma das “múltiplas formas de ideologia, ou seja, da produção espiritual de um povo, a produção de ideias, representações e formas de consciência, necessariamente

condicionadas pela produção material e pelas relações sociais correspondentes” (LÖWY, 1998, p. 158).

Ribeirão Preto vivenciou, desde meados do século XIX, uma retumbante penetração da fé católica em seus domínios. Na conjuntura de estabilização dos entrantes mineiros, uma das maneiras mais eficazes encontradas para legalizar as posses de terras sem documentações era a doação de um pequeno patrimônio para a construção de uma capela. Tal doação “era recebida oficialmente pela Igreja e ficava registrada nos livros paroquiais. Isso acabava legalizando toda a propriedade da fazenda” (LAGES, 2016, p. 24).

A implementação da Lei de Terras, em 1850 (que proibiu as doações de sesmarias e instituiu o processo de compra como mecanismo prioritário para a aquisição de terras), dificultou aos homens sem recursos o acesso à propriedade, tornando bastante oneroso o procedimento para demarcação e legitimação das terras já em uso – situação na qual se encontravam famílias que habitavam a região de Ribeirão Preto no período. A saída descoberta pelos homens de posses sem títulos incidia sobre a devoção a um “santo padroeiro”, no caso, São Sebastião:

As doações de terras à Igreja para a constituição quase sempre de um patrimônio eclesiástico que garantisse a construção e manutenção de uma capela eram registrados em livros paroquiais, registros esses que passavam a ter valor legal como título de propriedade. Doando terras à Igreja, os posseiros asseguravam para si o direito de primeiros ocupantes do terreno (LAGES, 1996, p. 209-210).

Na década de 1850, nas terras da futura cidade de Ribeirão Preto, José Mateus dos Reis foi o primeiro a perceber tal possibilidade, ainda que seus esforços iniciais não tenham logrado êxito – o que também ocorreu com alguns posseiros das fazendas do Esgoto, da Figueira e das Palmeiras. Ao mesmo tempo, outros posseiros – como João Alves da Silva Primo e sua esposa Ana Delfina Bezerra; Severiano João da Silva e sua esposa Gertrudes Maria Teodora; José Borges da Costa e sua esposa Maria Felizarda; Ignácio Bruno da Costa e sua esposa Maria Izidora de Jesus; Mariano Pedroso de Almeida e sua esposa Maria Lourenço do Nascimento; e José Alves da Silva e sua esposa Pulcina Maria de Jesus – dotados de maiores recursos e considerável influência junto à Igreja, vinculados à fazenda do Retiro, iniciaram um movimento com o objetivo de formar um patrimônio em suas terras para a construção de uma capela em homenagem a São Sebastião (LAGES, 2016, p. 24).

Conquanto já existisse um rudimentar povoamento na região, os referidos posseiros desejavam que, ao lado da construção da capela, houvesse a elevação de uma estrutura urbana mais complexa, o que denotava um ato de fins não somente religiosos, mas também econômicos, pois a localização da futura urbe determinaria as distâncias e, conseqüentemente, os custos de transporte para que cada fazendeiro escoasse sua produção rumo ao litoral e às regiões consumidoras. Outros pretendiam, por sua vez, instalar-se ali como negociantes e prestadores de serviços.

Para além das causas religiosas e dos critérios econômicos relacionados à construção da capela, havia também princípios políticos em movimento, visto que, até a proclamação da República, em 1889, as relações entre Igreja e Estado eram bastante próximas, e a existência de um templo significava, para

os ribeirão-pretanos, a garantia e a segurança de serem reconhecidos como “cidadãos”, garantidos em seus direitos e integrados a uma nova comunidade.

Em suma, a regularização do patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, constituído por sucessivas tentativas de doações de glebas realizadas em 1852, 1853 e 1856 – e pela transferência de parte desses domínios para a Igreja, também em 1856 – deve ser compreendida como a legalização de um conjunto de interesses privados em andamento, tanto que “quando foi escolhido o local para a construção da capela em 1863, esta área passou a incluir o local onde já existiam algumas moradias, sendo por isso bastante extensa” (LAGES, 2016, p. 31-32).

Com a chegada da ferrovia Mogiana, na década de 1880, novos elementos passaram a compor o cenário local, posto que a estrada de ferro facilitou a vinda de migrantes e imigrantes e, com eles, a chegada de novas ideias, “como o anarquismo e o comunismo, e de outras crenças, como o protestantismo. Ela facilitava a comunicação entre as cidades interioranas e contribuía indiretamente para a difusão de ideias contrárias à doutrina católica” (FREITAS, 2011, p. 12).

Tal contexto estimulou a Igreja a exercer uma presença mais contundente na região de Ribeirão Preto, considerada por membros da Secretaria de Estado do Vaticano como a “terra dos malvados”. A hierarquia católica acreditava que apenas a presença de um bispo e a estrutura diocesana inerente às suas funções poderiam disciplinar os habitantes da localidade (FREITAS, 2011, p. 13). Todavia, tal estrutura só viria a ser implementada décadas depois.

Os religiosos que atuaram na região ao longo desse período foram influenciados pela estratégia de romanização da Igreja, implementada pelo papa Pio IX (1846-1878), cuja principal

característica era a afirmação da “autoridade religiosa centrada nos padres e, no caso particular de uma região ainda em processo de crescimento populacional, como Ribeirão Preto, o empenho em cuidar da fé do povo antes que maçons, espíritas e protestantes o fizessem” (LAURIANO apud FONSECA, 2012, p. 88).

Sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903), a Igreja continuou seu processo de reorganização e reestruturação para conquistar a “hegemonia cultural e social perdida”, primeiramente redefinindo “o pensamento social católico no interior do quadro doutrinal do tomismo renovado (ideologia medieval), nas encíclicas sociais (da *Rerum novarum* à *Quadragesimo anno*)” (LA ROCCA, 2017, p. 405), e criando modernas organizações sociopolíticas (como a Ação Católica) e de massa (como as cooperativas, sindicatos brancos, etc.). De acordo com Gramsci, a Igreja, diferentemente do que ocorria no passado, deveria “descer diretamente ao terreno social e político e desenvolver programas e organizações de massa adequados aos tempos, isto é, que sejam competitivos com os aparelhos ideológicos dos adversários” (LA ROCCA, 2017, p. 405).

Os projetos de evangelização e ocupação de territórios por parte da Igreja Católica também foram impulsionados pela conjuntura de ascensão da República laica, positivista e liberal, responsável por questionar certos privilégios da Santa Sé, como ocorreu com o encerramento do regime de Padroado Régio – segundo o qual a Igreja detinha o privilégio de ser o culto oficial nacional e o Estado administrava os negócios eclesiásticos.

O advento da República significava, para a Igreja, que novas crenças e forças estranhas à fé católica poderiam ganhar cada vez mais terreno em um cenário secularizado. Tanto que, no caso ribeirão-pretano, o ramo protestante (representado pelos metodistas) já se fazia presente na cidade desde 1896, com a

instalação de um colégio em 1899 (ALMEIDA, 1997). A resposta eclesiástica baseava-se no fracionamento do poder bispal no estado de São Paulo, com a criação de uma ou duas dioceses interioranas, o que, conseqüentemente, significaria a construção de novas paróquias e a atuação de padres itinerantes, encarregados de realizar trabalhos de contenção das ideias consideradas “nocivas” e impor as leis católicas a uma população que, em geral, não conhecia os preceitos e as práticas da religiosidade institucionalizada.

Na transição entre os séculos XIX e XX, os crescimentos populacional e econômico de Ribeirão Preto estimularam a Igreja Católica a instalar uma diocese no município. O empreendimento fazia parte de um ambicioso projeto político e religioso conduzido pela Santa Sé, orientado para o interior de São Paulo e suas regiões mais prósperas.

Um dos primeiros passos dados foi a construção de uma nova matriz na cidade. A desapropriação da antiga matriz ocorreu durante a gestão do prefeito Floriano Leite Ribeiro, que despachou a decisão ao monsenhor Joaquim Antônio de Siqueira em maio de 1904. Em janeiro de 1905, após deliberações ocorridas na Câmara, a Prefeitura de Ribeirão Preto e o bispado de São Paulo entraram em acordo para a demolição do templo, mediante a indenização para a Igreja de 50\$000, pagos por 25 anos através de prestações mensais nos valores de 2\$000. Em 1908, o papa Pio X, por meio da Bula *Diocesium Nimiam Amplitudinem*, criou a diocese de *Rivi Nigri* (Ribeirão Preto) (FREITAS, 2011, p. 11).

O primeiro bispo da diocese ribeirão-pretana foi o padre paranaense Alberto José Gonçalves.²⁴ O Vaticano avaliava o novo bispo como “homem religioso, devoto de Maria e que, apesar de político, era capaz de passar pelos meandros da política e continuar sendo o padre justo, piedoso e mariano que a sociedade conhecia” (FREITAS, 2011, p. 55).

Como bispo, Dom Alberto esteve à frente da diocese entre 1908 e 1945. Apoiado pelo vigário geral, Monsenhor João Lauriano, criou o Boletim Diocesano em 1930, uma publicação que divulgava notícias de utilidade aos fiéis. Na segunda metade da década de 1930, aproximou a Igreja da rádio PRA-7, angariando fundos para a irradiação de um programa diário que divulgava as atividades da Ação Católica. Além disso, atuou nos bastidores políticos, onde exerceu sua influência apoiando ou refutando as candidaturas locais conforme os interesses da Santa Sé.

²⁴ Alberto José Gonçalves (20 de julho de 1859 – 6 de maio de 1945) nasceu na cidade de Palmeira/PR e passou parte de sua infância em Curitiba, onde realizou seus estudos até julho de 1874, quando foi estudar no Seminário Episcopal de São Paulo. Em dezembro de 1879, terminado o curso superior, prestou exames de ciências teológicas e eclesiásticas. Em 17 de dezembro de 1882, recebeu o presbiterato. Retornou a Curitiba em 1888, quando foi nomeado vigário da Paróquia Nossa Senhora da Luz. Em 1889, padre Alberto foi eleito deputado provincial (embora não tenha exercido o mandato em virtude da proclamação da República). Em 1890, foi nomeado vigário geral forense e, em 1891, diretor geral de Ensino do Paraná. Foi eleito deputado da Assembleia Constituinte paranaense em 1892, sendo reeleito em 1894. Em 1897, foi nomeado Protonotário Apostólico, tendo sido agraciado com a Cruz *Pro Ecclesia et Pontifice* pelo papa Leão XIII. Além disso, exerceu o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e fundou o Hospício de Nossa Senhora da Luz, para alienados e indigentes. Buscou sempre manter próximas as relações entre Igreja e Estado, por meio da amizade com empresários e políticos liberais. Em 1897, foi eleito senador pelo PR, com mandato até 1905. Ainda foi eleito deputado estadual em 1906, ocupando o cargo por dois anos, até assumir a diocese de Ribeirão Preto (FREITAS, 2011).

Para arregimentar e controlar os fiéis, a Igreja Católica fomentou a criação de associações leigas (para crianças, moças, rapazes, homens, senhoras), sob direção dos padres, cujos membros participavam ativamente de festas religiosas e outros afazeres paroquiais. De tal modo, “o papel exercido por essas associações contribuiu para o processo de evangelização das comunidades, pois através delas os padres exerceram um domínio e encetaram um controle indireto sobre as famílias” (FREITAS, 2011a, p. 3).

Ao longo do bispado de Dom Alberto, Ribeirão Preto abrigou diversas associações (Pia União das Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Damas da Caridade, Infantes do Coração de Maria, entre outras), as quais respondiam aos princípios doutrinários do papado:

O principal foco de muitas destas associações, controladas pelo clero, estava centrado em lemas como o da Cruzada Eucarística, destinada às crianças, que em seu Manual, explicava a divisa: Orar, Lutar, Comungar, Conquistar. Ao reunir uma “elite”, as associações formavam um exército cristão, capaz de estabelecer o que os Papas Pio X, Bento XV e Pio XI, chamaram no início do século XX, de reinado de Cristo nos corações, nas famílias, na pátria e no mundo inteiro. Começava com as crianças para atingir os adultos (FREITAS, 2011a, p. 5).

As ações do bispado e dos fiéis leigos, por conseguinte, impulsionaram a expansão e o controle da fé católica em Ribeirão Preto, promovendo “modelos” de conduta para os fiéis, “homens

(trabalhador, honesto, mantenedor do lar e sábio em suas decisões) e mulheres (decentes, recatadas, puras e destinadas à criação dos filhos)” (TILIO, 2005, p. 31).

Em 1944, a Cúria Diocesana de Ribeirão Preto, sob a influência e o ímpeto renovador do bispo auxiliar, Dom Manoel da Silveira D’Elboux, decidiu comprar o jornal local *Diário de Notícias*. Mesmo contando com a publicação mensal do Boletim Diocesano, a Igreja entendia que o amplo alcance de um impresso diário traria maior eficácia ao processo evangelizador em curso, por meio dos textos produzidos por padres e intelectuais católicos.

Já em 1952, Dom Luís do Amaral Mousinho, religioso alinhado à ala eclesial voltada às questões sociais, assumiu o bispado de Ribeirão Preto. Durante sua gestão, em 1958, a cidade foi elevada à categoria de Arquidiocese, e Dom Luís foi alçado à condição de arcebispo. Uma de suas iniciativas foi alinhar o editorial do *Diário de Notícias* aos princípios da Ação Católica, defendendo uma conduta moralizante de defesa da “boa imprensa e pela família”. Além disso, Dom Luís escrevia semanalmente para o impresso, na coluna “Esclarecimentos Necessários”, defendendo que a imprensa ribeirão-pretana deveria oferecer “resistência às doutrinas, crônicas, fotografias e anedotas contrárias aos sãos princípios da moral cristã” (CORREIA, 2008, p. 588).

Ao longo de seu bispado, Dom Luís do Amaral Mousinho também apoiou os trabalhos de padre Celso Ibson de Sylos²⁵, editor do *Diário de Notícias* e principal representante da Igreja

²⁵ Celso Ibson de Sylos nasceu em São José do Rio Pardo/SP e tornou-se padre em 1954. A partir de 1956, começou a trabalhar no jornal católico *Diário de Notícias*, em Ribeirão Preto. Em poucos anos assumiu a direção do periódico (BAGATIM, 2006, p.121).

Católica em projetos voltados à sindicalização rural na região de Ribeirão Preto.

Entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, a Igreja temia perder seu poder de atuação junto aos descontentes e combativos trabalhadores rurais. Diante do cenário ebuliente, o novo arcebispo decidiu enviar padre Celso para Roma em 1960, para que realizasse um aprofundamento sobre as teorias da Doutrina Social da Igreja, técnicas de organização sindical e combate ao marxismo. Quando retornou a Ribeirão Preto, em 1962, padre Celso passou a conduzir os trabalhos da FSC (Frente Social Cristã), agremiação responsável por organizar sindicatos rurais consonantes aos preceitos da Igreja e por combater os avanços do PCB (Partido Comunista Brasileiro) no campo.²⁶

Buscamos compreender, até o momento, algumas das principais condutas, ações e organizações ligadas ao cristianismo católico existentes na cidade de Ribeirão Preto, norteadas pelos processos de readequações eclesiais presentes no “pensamento social” da Igreja.

Tal pensamento, conforme Gramsci, pode ser estudado e analisado como uma espécie de “ópio ideológico, tendente a conservar certos estados de espírito de expectativa passiva de tipo religioso, mas não como elemento diretamente ativo da vida política e histórica”. Embora possa ser considerado um elemento político e histórico, seu caráter particular enquadra-o como uma espécie de elemento de “reserva”, visto que “pode ser a qualquer momento ‘esquecido’ na prática e ‘silenciado’, mesmo sem que a

²⁶ Com a morte de Dom Luís do Amaral Mousinho, em 1962, o arcebispado ribeirão-pretano foi entregue a Dom Agnelo Rossi (que assumiu, em 1964, o arcebispado de São Paulo), um religioso considerado mais conservador quando comparado ao seu antecessor.

ele se renuncie completamente, já que pode se reapresentar a ocasião para voltar a usá-lo” (GRAMSCI, 2007a, p. 193-194).

Em diversas ocasiões nas quais as efervescências contestatórias e “desajustadas” ao curso da resignada “boa ordem” ribeirão-pretana provocavam o descontentamento das classes dominantes, o “pensamento social” da Igreja tornava-se um instrumento (não isolado) de apaziguamento das querelas interclassistas, alinhando-se a outros aparelhos hegemônicos (especialmente, os jornais) para a difusão de seus princípios “edificantes”.

O devoto Machado Sant’Anna conviveu com boa parte dessas transformações eclesiásticas, as quais impactaram sensivelmente sua formação político-intelectual: ao conservar e professar (ao menos, publicamente) sua fé no Deus cristão e, simultaneamente, prestar apoio às campanhas para a disseminação do “pensamento social” da Igreja, enquadrava-os de maneira consonante aos seus próprios interesses, orientados por um nítido anticomunismo e pela defesa da manutenção dos privilégios dominantes – especialmente, os princípios de propriedade e de resiliência dos oprimidos, sob a égide dos desígnios cristãos.

1.3 – MACHADO SANT’ANNA E AS BATALHAS NA (E PELA) IMPRENSA

Por tratar-se de uma área na qual Machado Sant’Anna empregou grande parte de seus esforços político-ideológicos, angariando projeção e notoriedade para além de Ribeirão Preto (coetânea e postumamente), dediquemos aos aparelhos hegemônicos jornalísticos interioranos algumas considerações (teórico-metodológicas e historiográficas).

De acordo com o pensamento gramsciano, o jornalismo – denominado pelo marxista sardo como “integral” – não pretende somente “satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 2001, p. 197). Especialmente nos Cadernos, o jornalismo é avaliado, implícita e explicitamente, sob diversas perspectivas:

[...] como modalidade específica da atividade intelectual; como atividade que se remete a um importante aparelho hegemônico, decisivo para a criação do senso comum; como momento da ação do partido revolucionário, que almeja criar novo senso comum (e uma nova hegemonia), permitindo o crescimento intelectual e cultural das camadas subalternas em luta para deixarem de ser subalternas [...]. O jornalismo em que Gramsci pensa é, portanto, formativo, além de informativo, intrinsecamente político-educativo, mesmo quando parece não se ocupar de argumentos considerados políticos (LIGUORI, 2017, p. 448-449).

As características supracitadas (especialmente as configurações dos aparelhos jornalísticos enquanto criadores do senso comum ou postuladores de uma nova hegemonia a serviço das camadas subalternas) se manifestaram, em maior ou menor grau, ao longo da história ribeirão-pretana.

Ao analisarmos os primeiros impressos citadinos, é impossível que os dissociemos das atividades econômicas que transformaram Ribeirão Preto na chamada *Petit Paris*, entre o final do século XIX e início do século XX. A chegada da linha férrea Mogiana, em 1883, possibilitou, além da já citada facilitação das exportações e a expansão das ocupações ligadas ao café, a chegada de jornais trazidos da capital, como *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Concomitantemente, germinava-se na vila uma imprensa ainda artesanal, “escrita primeiramente por imigrantes portugueses, italianos e espanhóis que auxiliavam na elaboração de jornais e revistas, os quais eram prensados esporadicamente” (FRANÇA, 2013, p. 66).

A imprensa local, em tal conjuntura, fez sua estreia em 7 de setembro de 1884, com a publicação do jornal *A Lucta*, fundado por Ramiro Pimentel. O jornal, contudo, teve vida curta, visto que “representava a oposição ao governo da época e aos mandantes da terra, o que gerou pressões, enfraqueceu sua sobrevivência e levou ao fechamento em 1886” (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 41). O pioneiro Ramiro Pimentel mudou-se de cidade em 1896 e faleceu em 1907, vitimado pela febre amarela.

Impressos como *A Lucta* não se consolidavam, naquele momento, como “negócios rentáveis”, mas, sim, como iniciativas individuais, de curta duração, confecção artesanal e cunho político. O próprio Pimentel antecipava as dificuldades que encontraria em sua empreitada jornalística, como demonstrava o editorial do impresso:

Nas condições as mais precárias, pois, nasce a *Lucta*. *A Lucta* será em summa, uma publicação literária, noticiosa e crítica no terreno de boa cortesia. Advogará especialmente em prol dos

melhoramentos intelectuais. Si entretanto, por alguma vicissitude, a *Lucta* não puder subsistir, ficará a glória para seus fundadores que, em tais condições, foram os que primeiro iniciaram a imprensa nesta localidade. E assim a *Lucta* se exprime ao entrar na vasta arena jornalística (CIONE, 1992, p. 196).

Atacar a classe dominante local, comprovadamente, não era um bom negócio. Todavia, essa mesma classe dominante ainda não se debruçava, incisiva e diretamente, sobre os aparelhos jornalísticos, contentando-se, até então, com a coibição das notícias (bem como dos seus enunciadores) que não atendessem a seus interesses. Exemplar foi o caso noticiado pelo semanário paulistano *Arara*, em 1905, sobre o assassinato do jornalista João Moura, o qual teria sido alertado sobre o perigo de criticar os poderosos de Ribeirão Preto:

O assassinio do jornalista João Moura, em Ribeirão Preto, não emocionou, lá para que digamos, a opinião pública nem as autoridades da Capital do Estado.

Passou quase despercebido esse ato que, pelas circunstâncias de requintada selvageria de que se revestiu, não tem uma única atenuante em favor dos mandatários, se é que um mandatário pode achar desculpa de sua covardia.

Analisando os feitos desses régulos caricatos, que são as autoridades policiais do interior do Estado, o infeliz jornalista lavrou sua sentença de morte. Ele fora avisado do risco que corria,

exacerbando o temperamento bilioso dos tiranetes, almas bondosas tinham-no prevenido de que não era prudente a crítica, pela ineficácia de corrigir-se o criticado. Demais, o jornalista devia saber quais os processos em uso por esse sertão a dentro; quando se trata de criminosos, que andam a monte, há sempre uma bala pronta para os liquidar, numa espera traiçoeira, numa tocaia providencial.

Para os outros criminosos, para aqueles que encorrem nas iras dos potentados, há o linchamento. Umaz vezes, vão arranca-los das cadeias pela calada da noite; outras vezes, agarram-nos em pleno dia, regam-nos de querosene e assam-nos na praça pública.

Aqui e acolá, porque a variedade o exige, contetam-se em mandar esperar a vítima à esquina de uma rua por quatro valentes caceteiros que o reduzem a uma massa informe. E tal foi o processo por que se desfizeram, em Ribeirão Preto, do jornalista João Moura (ARARA apud JORGE, 1998, p. 38-39).

A reportagem publicada pelo semanário *Arara* apresentava aos leitores alguns indícios conformadores de uma “matriz” reacionária, conservadora e violenta (apresentada, por sua vez, em contornos naturalizados e justificáveis) corrente nas lindes interioranas, onde a experiência “moderna” foi atravessada por arcaísmos e manifestações autocráticas. Esses traços, preservados por décadas, acabaram por influenciar (“educar”) a formação jornalística de Machado Sant’Anna (conforme

poderemos notar, adiante, em textos nos quais expressava seu desprezo aos subversivos ou aos “de fora”).

Destaquemos que as estratégias e práticas de coerção também incidiram sobre a difusão de jornais confeccionados e direcionados pelo (e para) o público imigrante, majoritariamente italiano:

Dadas as dificuldades sociais, políticas, econômicas e culturais enfrentadas pelos imigrantes e a falta de meios públicos para expressar seu descontentamento, foi grande o número de jornais publicados em língua estrangeira, sobretudo nas cidades paulistas. Os jornais italianos se dedicavam, entre outras matérias, principalmente, a denunciar as más condições de vida dos imigrantes no campo e na cidade. Geralmente esses jornais eram de tendência anarquista ou socialista, o que provocou grandes problemas diante do conservadorismo da sociedade ribeirão-pretana. Assim, os periódicos italianos não tiveram longa duração na cidade. Geralmente circulavam por algum tempo e depois acabavam sendo fechados, trocavam de nome ou de dono, ou porque não podiam criticar a situação da maioria dos colonos, pois eram perseguidos, ou porque era muito difícil manter a estrutura de um jornal pelos custos e dificuldade de distribuição (TUON, 2015, p. 278).

Em 1896, surgiram os impressos *L'Unione Italiana* e *La Tribuna*, que contestavam a “situação sofrida pelos colonos nas fazendas produtoras de café. Foram veiculados aproximadamente até 1897, quando os coronéis conseguiram sufocar o grupo editorial e enviar parte deles para os países de origem” (FRANÇA, 2013, p. 69). Ao lado dos impressos supracitados, circularam também *Gazetta della Domenica* (1896), *La Canaglia* (1900) e *Il Districto* (1904). Carlos Torre fundou *Il Corriere Italiano* (1904-1905) e *L'Eco Italiano* (1906), enquanto Alfredo Farina editou *Il Messaggero* (1906) e *Lo Scudiscio* (1907), cuja publicação foi interrompida quando um processo criminal, por injúria, foi movido por um negociante local. *La Voce Degli Italiani*, sob direção do advogado Gaspar Malteze, foi o último jornal italiano a circular na cidade, em 1914 (TUON, 2015, p. 279).

Outro jornal relevante para o período foi o semanário *O Repórter*, de 1891, fundado por Juvenal de Sá Macedo. O sugestivo título dava mostras de que o impresso seria pautado pelo viés noticioso, com reportagens e críticas relevantes para a informação dos cidadãos. Para realizar tal intento, Macedo chegou a contratar diversos profissionais, como Alfredo Sodré e Tito de Sá, auxiliados por Elpídio Gomes e Braz Arruda. Em 1899, este último passou a ser apresentado como proprietário do jornal. Por meio de tais empreendimentos, *O Repórter* acabou por conquistar considerável expressão na cidade de Ribeirão Preto, “ao seguir o formato gráfico Standard editado pelos grandes jornais do período, com as colunas divididas em editorial, crônicas, sonetos, notícias com letras pequenas e algumas propagandas” (FRANÇA, 2013, p. 68-69).

Em 1897, o mesmo Juvenal de Sá Macedo fundou o *Jornal do Oeste*, considerado o primeiro impresso da localidade a usar caricaturas gravadas nas próprias litografias. No entanto, o jornal

teve curto período de circulação, visto que o serviço era demasiadamente cansativo e dispendioso para os padrões de impressão existentes na época (FRANÇA, 2013, p. 69). Tais padrões compunham o panorama da imprensa ribeirão-pretana vigente no final do século XIX, cujas características podem ser delineadas da seguinte maneira:

No século XIX, os periódicos manifestaram-se como iniciativas individuais, com pouco tempo de vida, motivados por fatores diferentes como: informar sobre os acontecimentos locais (epidemias, greves, crimes, acontecimentos esportivos, culturais, entre outros), ou apoiados em ideologias políticas da época (republicana ou governista), ou ainda como porta-vozes dos imigrantes que vieram trabalhar na lavoura de café. Para estes, o jornal figurou-se como elo de expressão e de denúncia do descaso que sofriam por parte dos fazendeiros e do governo em não respeitar os acordos da imigração (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 57).

Por conta do paulatino desenvolvimento da economia cafeeira, a cidade recebeu significativos incrementos materiais e logísticos, os quais ressoaram em múltiplos negócios (comércio, urbanização, entretenimento, etc.), trazendo, também, aspectos mais profissionais para a atividade de imprensa, bem como sua incorporação pelos grupos detentores do poder.

Em 1º de junho de 1898, Juvenal de Sá Macedo fundou o *Diário da Manhã*. Pouco tempo depois, em 1906, o comando do jornal foi transferido para Osório Corrêa e, em 1909, para

Sosthenes Gomes. O matutino, com o auxílio das locomotivas, foi o primeiro a extrapolar os limites de Ribeirão Preto, chegando a cidades como Barretos, Bebedouro, Mococa, Pitangueiras, São José do Rio Pardo, Casa Branca, etc. Aliado ao capital e à influência política, “foi pioneiro na modernização de suas máquinas, selecionava jornalistas, comentaristas, tipógrafos e redatores que preparavam as matérias, as crônicas, as reportagens, as entrevistas, os comentários, as análises e as propagandas” (FRANÇA, 2013, p. 70).

Em 1902, foram lançados em Ribeirão Preto os impressos *Jornal de Notícias* e *O Jornal*. Em 1º de janeiro de 1905, começou a circular o jornal *A Cidade*, fundado pelo advogado Enéas Ferreira da Silva e por Durval Vieira de Souza. Nos primeiros vinte e cinco anos de vida, o impresso teve vários proprietários (em 1908, era de Antônio Carlos da Silva. Em 1915, embora um dos donos fosse Augusto Conceição, o expediente informava: “*A Cidade* é propriedade de uma sociedade anônima” (SANT’ANNA, 2010, p. 27). A partir da década de 1920, Renato Barillari assumiu o jornal.

A fundação dos jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* significou a estabilização de um perfil mais profissional para o jornalismo local, visto que tais veículos primavam pela periodicidade, redação composta por vários jornalistas e reconhecimento dos impressos como empresas jornalísticas (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 70). Concomitantemente, *A Cidade* e *Diário da Manhã* estabeleceram, desde cedo, vínculos muito estreitos com os poderes locais, representados pelas figuras dos “coronéis do café”:

Se, por um lado o *Diário da Manhã* atendia às vontades políticas dos membros ligados a

Francisco Schmidt, por outro, *A Cidade* representava os interesses dos grupos políticos liderados pelo fazendeiro Joaquim da Cunha Diniz. Interessante notar que ambos eram ligados ao PRP, entretanto, disputavam internamente o poder de representar o partido na região de Ribeirão Preto. Portanto, nesse período, a política local era marcada pela atuação dos coronéis, os quais controlavam as instituições públicas e privadas. Seja no campo ou na cidade, o poder estava nas mãos destes homens que detinham altíssimo prestígio econômico e político, o que lhes possibilitava comprar e/ou fechar jornais, revistas, almanaques, sempre de acordo com seus interesses. Assim, tais personagens acabaram dominando – quando não, manipulando – a imprensa, que se mantinha sob seus frequentes cuidados (FRANÇA, 2013, p. 79).

Portanto, ao lado da imprensa artesanal e esporádica, florescia a imprensa alinhada à manutenção dos privilégios hegemônicos, opinativa e defensora de frações da classe dominante brasileira (e paulista) ligadas ao setor agroexportador cafeeiro, e que se distanciava dos princípios de atender o público em sentido mais amplo.

De acordo com Maria Helena Capelato, os jornais e seus conteúdos (em especial, as notícias) devem ser considerados “mercadorias particulares” no sistema capitalista, segundo o qual “a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos. [...] Quanto à opinião, ela é

ao mesmo tempo direito e crime político [...]. É direito, quando exprime consenso; crime, quando se torna voz dissonante” (CAPELATO, 1988, p. 18) – conforme observamos pelas coações aos impressos contestatórios ou elaborados pela comunidade estrangeira.

A imprensa torna-se, portanto, uma instituição na qual se mesclam o público e o privado, onde os direitos dos cidadãos são confundidos com os direitos dos donos dos jornais, movimentando-se e nutrindo-se em um ambiente definido, conforme Francisco Fonseca, pelo “interesse e pela opinião privados mas que se manifestam como públicos. Por mais que possam *também* atuar numa perspectiva pública, estarão sempre presos [...] a interesses e compromissos privados e mercantis” (FONSECA, 2014, p. 25-26).

Por um lado, expressiva parte dos jornais sob jugo dos “coronéis” escondia os maus-tratos aos imigrantes na lavoura; por outro, certas publicações tentavam vender à Europa a imagem de um Brasil desenvolvido e rico, apto a receber o trabalhador imigrante.²⁷ Os “coronéis” e seus associados tinham a imprensa “profissional” sob sua tutela, utilizando-a para escamotear fatos que lhes fossem inconvenientes, como ocorrido

²⁷ Entre 1907 e 1913, foi publicada a revista *Brazil Magazine*, de Martinho Botelho, “editada em português, francês, italiano e inglês, e que teve como financiadores a Câmara Municipal de Ribeirão Preto e o poder privado, representado pelos coronéis Joaquim Diniz Junqueira e Francisco Schmidt. A revista ilustrava uma cidade urbanizada, com casarões, uma variedade de comércios, estabelecimentos de ensino, centros de lazer, ruas limpas, praças arborizadas, entre outros espaços citadinos e rurais. Divulgava-se nas páginas desta revista a visão de uma urbe racionalmente planejada. Para tanto, eram privilegiadas as imagens que destacavam os padrões de higiene e beleza” (FRANÇA, 2013, p. 84).

no famoso “Crime de Cravinhos”, envolvendo a poderosa família Junqueira.²⁸

O caso, que não recebeu cobertura da imprensa local, foi noticiado apenas por jornais da capital, como *O Estado de São Paulo* e *O Parafuso*, que cobravam investigações e, conseqüentemente, punições por parte das autoridades encarregadas. *O Parafuso*, em 15 de dezembro de 1920, publicou: “Alphonse Defforge foi barbaramente assassinado sob a ordem da ‘Rainha do Café’. O cônsul francês em São Paulo até agora não deu nenhuma providência; o Sr. Washington Luís é o único responsável pela impunidade dos bandidos milionários” (O PARAFUSO apud ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 63-64). Impunidade que atestava o poder e a influência da classe dominante e dirigente local, chancelados pelos silêncios da imprensa ribeirão-pretana.

Em 1919, surgiu o vespertino *A Tarde*, inaugurado pelo capitão José Osório Junqueira, tendo como primeiro redator o prestigiado Aristides Mota. A equipe jornalística era composta, basicamente, “por homens da classe média, destacando-se na redação a atuação de professores, advogados e de um número razoável de pessoas que começavam a se dedicar exclusivamente ao trabalho jornalístico” (FRANÇA, 2013, p. 86).

No final da década de 1920 a imprensa ribeirão-pretana começou a adotar os modelos de diagramação gráfica praticados

²⁸ “No dia 22 de maio de 1920, o corpo de um homem foi encontrado na divisa entre Cravinhos e Ribeirão Preto. Ele foi assassinado, as orelhas e a língua foram cortadas e apresentava perfurações nas costas e no crânio. Quatro suspeitos confessaram o crime e foram presos, mas os verdadeiros mandantes, mesmo conhecidos, saíram ilesos devido às relações com o poder político estadual e nacional. Segundo relatos, o planejamento do crime foi atribuído a uma das maiores fazendeiras da região, Iria Alves Ferreira, e ao administrador de suas fazendas, Alexandre Silva. O corpo era do seu genro, o francês Alphonse Defforge” (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 63-64).

por influentes grupos jornalísticos de São Paulo e do Rio de Janeiro, como *O Estado de São Paulo* e *Correio de Manhã*. Justamente em tal contexto, mais precisamente em 1º de junho de 1928, José da Silva Lisboa e o comerciante Osório Camargo fundaram o jornal *Diário de Notícias*.

Os anos iniciais do impresso, de produção ainda manual, foram tremendamente tumultuados: o *Diário de Notícias* passou por uma severa crise econômica que, em 10 de janeiro de 1931, “levou José da S. Lisboa a vender a seu pai todos os equipamentos e utensílios do matutino, de modo a arrecadar dinheiro para não fechar o impresso. Assim, o jornal passou a integrar o patrimônio da família” (FRANÇA, 2013, p. 90). Não obstante, José da Silva Lisboa mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando o comando do jornal para seu irmão, Oswaldo da Silva Lisboa, que em 1943 vendeu o impresso para Oscar de Moura Lacerda.

Os jornais *A Cidade*, *Diário de Manhã*, *A Tarde* e o recém-fundado *Diário de Notícias* configuraram-se como os impressos de maior relevância na cidade de Ribeirão Preto, em cujas redações Machado Sant’Anna oferecia seus serviços. O crescimento de tais periódicos pode ser compreendido pelos números do *Diário da Manhã*: na década de 1920, o matutino possuía tiragens diárias de aproximadamente 1.500 exemplares (FRANÇA, 2013, p. 72), ao passo que nas décadas de 1950 e 1960, suas tiragens alcançavam cerca de 12.000 exemplares (SANT’ANNA; SOUZA, 2016, p. 124). Seus números rivalizavam com os do jornal *A Cidade*, seguidos pelo *Diário de Notícias* que, em meados do século XX, conseguiu atingir uma tiragem de 8.500 exemplares diários (KOBORI, 2017, p. 92).

Em 1924, recém-casado com Mathilde Pinho Sant’Anna (também conhecida como Dona Pequetita), Machado Sant’Anna travou seus primeiros contatos com o jornalismo citadino,

quando colaborou esporadicamente para o jornal *A Cidade*, à época dirigido por Francisco Augusto Nunes e Renato Barilari, escrevendo crônicas esportivas (KOGA; SANT'ANNA, 2015; TORNATORE, 2006; CAROLO; LEPERA, 1960).

Em 1925, Sant'Anna foi contratado pelo *Diário da Manhã*, dirigido por Juvenal Guimarães e José da Silva Lisboa, iniciando, de fato, sua carreira profissional como jornalista. De início, como a maioria dos jovens que por lá passavam, atuou na seção de esportes, copiando datas de aniversários e auxiliando a administração a extrair recibos de anúncios mensais, que custavam cerca de 20 cruzeiros. Depois, como repórter, passou a ganhar um salário de 100 mil réis mensais (SANT'ANNA, 1960b).

Sobre o período em questão, Machado Sant'Anna recordava-se do “cheiro da tinta, penetrante, o barulho da máquina impressora, as conversas nas oficinas, nas salas de redação”, elementos que contornavam uma época, entre as décadas de 1920 e 1950, na qual “prevaleciam o idealismo e o desinteresse de lucro” (SANT'ANNA, 1960b), conforme sua visão retrospectiva. Os citados “idealismo” e “desinteresse de lucro”, componentes de um idílico e casto jornalismo interiorano, devem ser melhor perscrutados.

Ao adotarmos uma perspectiva que situa o jornal como uma “mercadoria particular” do sistema capitalista, compreendemo-lo enquanto imerso em uma realidade concreta e objetiva, alheia ao mero idealismo. Afastando-nos de uma premissa enganosa (a da “neutralidade” do processo informativo), podemos compreender que os aparelhos jornalísticos são constantemente atravessados por múltiplas visões (dos consumidores, das fontes, das testemunhas e, fundamentalmente, dos proprietários).

Constitui-se, pois, um verdadeiro abismo entre a pretensa (e impossível) neutralidade idealista do ofício jornalístico

(sustentada por Machado Sant'Anna) e os interesses econômicos, sociais, políticos e ideológicos dos proprietários privados dos meios de comunicação, bem como de suas bases de representação: as atividades jornalísticas podem causar danos ou garantir benefícios a grupos sociais específicos, na medida em que a imprensa possui o poder de “fabricar e distorcer imagens e versões a respeito dos acontecimentos, temas e pessoas, propagar boatos, entre inúmeras outras possibilidades, simultaneamente à sua função de informar” (FONSECA, 2014, p. 16).

O próprio Machado Sant'Anna utilizava os aparelhos jornalísticos à sua disposição para angariar projeção e alavancar seus projetos pessoais, conforme já verificamos em suas campanhas eleitorais, e podemos verificar pelo artigo “O jornalista em cargos eletivos”, publicado pelo jornal *A Tarde*:

Disse sempre que o jornalista é um vereador, um deputado, um homem público permanente. Através das colunas dos jornais veicula tudo quanto vê, anota, estuda e desenvolve com simplicidade, mas constantemente procurando alertar a opinião pública, chamando a atenção dos poderes competentes, procurando, assim, solucionar os graves problemas que assoberbam o povo. Tem conhecimento – geral, sem dúvida – de tudo quanto seja assunto de interesse coletivo. Se é capaz de, pela imprensa, realizar algo, muito mais fará em um parlamento, tendo na retaguarda essa força extraordinária que é o jornal, amparado por amigos e orientado pelos mais experientes (SANT'ANNA, 1950).

Já o “desinteresse de lucro” ocultava o papel mercantil dos aparelhos de imprensa, ou seja, seu caráter enquanto empresas capitalistas de comunicação que objetivavam, portanto, o lucro. A “abnegação” proposta por Machado Sant’Anna contraria a concreta necessidade de investimentos constantes e o temor de que “uma eventual perda de leitores e anunciantes cause prejuízos nessa atividade ‘de risco’ que é a produção de informação” (FONSECA, 2014, p. 15). Além disso, o poder dos aparelhos privados de hegemonia jornalísticos deve levar em conta a função econômica dos leitores, que não podem ser considerados meros “elementos ideológicos, ‘transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação”, mas também como “elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros” (GRAMSCI, 2001, p. 246-247).

O que Machado Sant’Anna tentava construir aos olhos de seus leitores era um cenário jornalístico simultaneamente idílico e alheio das relações de poder e dos interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos tão caros às atividades da imprensa, nas quais se ajustava como legítimo porta-voz dos desígnios hegemônicos.

Após quatro anos de serviços prestados ao *Diário da Manhã*, ele despediu-se parcialmente do jornal para se dedicar a dois novos projetos. No primeiro deles, malfadado, juntamente com Luiz Gomes e Antônio Santos, fundou o *Diário d’Oeste*, empreitada levada a cabo até 1931, quando decidiu abandonar o impresso com Luiz Gomes, por ambos entrarem em atritos (não especificados) com Antônio Santos (SANT’ANNA, 1947c).

No segundo deles, frutífero, assumiu um duradouro cargo como diretor da sucursal do *Diário de São Paulo*, iniciado em 10 de dezembro de 1930 (e encerrado em 28 de fevereiro de 1970),

além de prestar colaborações ao *Diário da Noite* a partir de fevereiro de 1931, ambos sob o comando de Assis Chateaubriand²⁹, figura profundamente admirada por Machado Sant’Anna. “Chatô” era considerado por nossa personagem principal um “homem de larga visão, que não se atem a preocupações mínimas, mas sempre ousado, atirado, desprendido e desabusado, combativo e combatido tenazmente”; não seria apenas “o simples cidadão do nordeste”, o “parlamentar arguto”, ou o “jornalista-esgrimista”, mas sim o “cidadão do mundo numa pregação contínua, de agrado para uns, desagrado para outros, mas dentro da finalidade que adotou para lema de sua vida: trabalho intenso para a projeção sempre maior da Pátria” (SANT’ANNA, 1959c).

Não foram raros os encontros entre o “chefão” Chatô e seu funcionário Sant’Anna, sendo comuns a ambos o entusiasmo pela aviação, o gosto pelos festejos e adulações públicas e a avidez por novos investimentos. Tanto que em 17 de maio de 1932, Machado Sant’Anna foi um dos responsáveis por levar à região de Ribeirão Preto uma comitiva formada por Assis Chateaubriand, Sousa Costa (presidente do Banco do Brasil), Oscar Weinschenck (diretor da Cia. Docas de Santos), major Magalhães Barata (interventor do Pará), Felipe de Oliveira (redator de *O Jornal*) e Humberto Bezerra Dantas (repórter associado) para a inauguração da Nova Usina Junqueira, empreendimento do “coronel” Quito Junqueira situado às margens do rio Grande, nas lindes com Minas Gerais.

O acontecimento foi amplamente festejado pela imprensa ribeirão-pretana, segundo a qual os usineiros de açúcar passavam por uma situação muito difícil, cabendo ao “velho Chatô” iniciar

²⁹ A respeito dos empreendimentos de Assis Chateaubriand, consultar: MARTINS; DE LUCA, 2012; SODRÉ, 1999.

uma campanha de âmbito nacional, visando a defesa das “classes produtoras” e solicitando “desafogo” às empresas açucareiras (Antônio Machado..., 1975). De acordo com Sant’Anna, os resultados alcançados pela iniciativa logo se fizeram notar:

O que resultou pela inauguração foi o primeiro artigo de Chateaubriand, simultaneamente no *Diário de São Paulo* e no *O Jornal*, sob o título “O bandeirante nas margens do rio Grande” e as reportagens a seguir, em *O Cruzeiro*. Souza Costa mandou financiar cinco mil reis em saca a ser produzida e a Usina Junqueira pôde levantar mil e quinhentos contos iniciais, vultosa soma para o momento, graças à publicidade dos *Diários Associados*, publicidade essa de que jamais se recebeu um níquel, eis que Chatô sabendo o que se passava no interior, no setor canavieiro, encetou campanha que deu resultados imediatos [...] Graças a Assis Chateaubriand, os usineiros paulistas, que atravessavam momentos críticos, puderam se socorrer do Banco do Brasil. Pouco, é verdade, mas chegando como tábua de salvação, na hora mais aflitiva (SANT’ANNA, 1966).

A visita da comitiva encabeçada por Chateaubriand possuía múltiplos significados: o acesso, por parte do clã Junqueira, às benesses seletivas representadas pelos recursos econômicos do Estado restrito, viabilizados por uma ampla articulação entre os elementos situados nas sociedades política (como o presidente do Banco do Brasil, Sousa Costa, mediador do financiamento à usina)

e civil (como Chateaubriand e outros jornalistas, responsáveis pela garantia do consenso ao “normalizarem” a ânsia dos interesses privados sobre o erário público como necessária para o “progresso geral” do interior); e o germinal vislumbre, por parte de Machado Sant’Anna, dos possíveis benefícios que granjearia ao colocar em prática estratégias de aproximação junto às frações hegemônicas das classes dominantes local e (principalmente) não-local, junto às quais esperava cultivar bons relacionamentos e colher os frutos que lhe dessem, cada vez mais, acesso aos bastidores do poder.

Ao longo da década de 1930, Machado Sant’Anna continuou a oferecer seus préstimos aos jornais ribeirão-pretanos, aproximando-se de suas lideranças ao fundar e presidir, entre 1936 e 1937, o Centro de Imprensa de Ribeirão Preto (CIRP), entidade que congregava os jornalistas locais.

O CIRP, diante das ebulientes circunstâncias ligadas à implantação do Estado Novo, em 1937, reuniu membros da imprensa e lideranças cidadinas, congregando-os em torno de um movimento chamado “Ribeirão Preto contra o comunismo”, também encabeçado pela emissora de rádio local PRA-7 e pelo *Diário de Notícias*, contando com o respaldo e o apoio dos outros jornais ribeirão-pretanos. A campanha foi levada a cabo entre novembro e dezembro de 1937, frisando, prioritariamente, os “malefícios do comunismo” e o perigo representando pelos “subversivos vermelhos”.

Destacavam-se entre os apoiadores do movimento Antônio Machado Sant’Anna, José David Filho (juiz de direito da segunda Vara da Comarca de Ribeirão Preto), A. Pinheiro de Lacerda (promotor público), Rolim Rosa (delegado de Polícia), D. Alberto José Gonçalves (primeiro bispo da diocese de Ribeirão Preto), Fábio de Sá Barreto (professor e político que ocupou cargos

variados como vereador, prefeito, deputado estadual), Onésio Motta Cortez (funcionário público dos Correios e jornalista), Cap. J. Osório Junqueira (membro da tradicional família ribeirão-pretana, político e fundador do jornal *A Tarde*), Humberto Salomone (advogado, professor e jornalista), dr. João Palma Guião (ex-prefeito de Ribeirão Preto e um dos diretores do jornal *A Cidade* no início da década de 1930), dr. Antonio Alves Passig (médico, jornalista e professor universitário), Oswaldo da Silva Lisboa (jornalista e diretor do *Diário de Notícias*, até 1943), A. Barrachini Junior (membro do núcleo integralista local), Costábile Romano (naquele momento, jornalista vinculado ao *Diário da Manhã*), entre outros.

A participação do expressivo número de intelectuais, políticos, jornalistas, religiosos, juízes, professores, advogados e delegados pretendia demonstrar ao público uma relativa “impermeabilização” da campanha diante de possíveis críticas, visto serem os componentes da empreitada os representantes legitimados pelas instituições detentoras do saber e do poder (executivo, judiciário, escola, Igreja, imprensa), cujos discursos e projetos eram ventilados como expressões de verdades irrefutáveis.

As publicações e irradiações anticomunistas objetivavam transmitir ideias e noções “esclarecedoras” a respeito do “perigo vermelho”, imputando a ele todos os malefícios possíveis e, conseqüentemente, justificando aos leitores/ouvintes os desígnios da classe dominante e a manutenção da ordem vigente, conforme exposto pelo jornal *A Cidade*:

Um appello aos rádios ouvintes

A Comissão encarregada da Campanha pelo Centro de Imprensa solicita a todos os rádio-

ouvintes para ligarem os seus aparelhos todos os dias às 20 horas, 730 Kilociclos (PRA 7) para seguir a campanha e se possível enviar um relato de como está sendo recebida pelo público. É uma hora bastante delicada para o Brasil, essa que estamos vivendo e depende da estreita colaboração de todos os bons patriotas para que possamos dormir tranquilos e estar certos de que a borrasca impiedosa do comunismo não desabará sobre os nossos lares (Appello aos rádios..., 1937).

Poucos dias após o início da campanha, o mesmo jornal chamava a atenção do público para a repercussão positiva a respeito dos esforços promovidos pelo CIRP e publicava a transcrição de um telegrama que havia sido enviado a Getúlio Vargas, J. Carlos Macedo Soares (presidente da Comissão Executiva do Estado de Guerra) e José Joaquim Cardoso de Melo Neto (governador de São Paulo), dando conta das ações da imprensa ribeirão-pretana:

Ao exmo. Sr. Dr. Presidente da República:

Momento que todas as forças nacionais preparam ofensiva contra perturbadores da ordem principalmente continuadores da obra sangrenta novembro de 1935 Centro de Imprensa de Ribeirão Preto tem honra de comunicar vossenica, início campanha pelo rádio e jornal em sessão solemne dia 8 estúdio PRA 7 presença colaboração todas as autoridades civis militares eclesiásticas

jornalistas pt. Campanha continuará diariamente às vinte horas cargo jornalistas locais até meados de dezembro Centro de Imprensa certo cumprir sua finalidade apoio todos os movimentos tendentes eliminar toda qualquer possibilidade irrupção comunista nosso país com ideologias estranhas perniciosas são ameaças permanentes a estabilidade Estado família religião própria pátria. Atenciosas saudações Centro Imprensa Antônio Machado Sant'Anna presidente Onesio Motta Cortes secretário (Telegrammas, 1937).

As cruzadas anticomunistas promovidas por Machado Sant'Anna nas décadas posteriores serão detidamente analisadas nos próximos capítulos. Por ora, continuemos a escrutinar os avanços e recuos percorridos pelos jornais ribeirão-pretanos.

A imprensa local, até 1939, ainda utilizava a composição da caixa de tipos à mão, na qual letra por letra deveria ser perfilada para formar as linhas que iam para o granel, em um trabalho bastante penoso. O *Diário da Manhã*, comprado por Costabile Romano em 1938, foi o responsável por introduzir na cidade as modernas e velozes máquinas de composição *Linotype*, o que significou um avanço considerável para a impressão dos periódicos ribeirão-pretanos. A inauguração desse melhoramento contou com a presença de representantes do governo estadual e de figuras gradas da capital (CIONE, 1992, p. 204). No mesmo período, o *Diário da Manhã* também se destacou entre os impressos locais por instalar uma linha telefônica ligada à redação do jornal *A Gazeta*, de São Paulo, dirigido por Cásper Líbero (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 83). Ao receber notícias

diretamente da capital, o periódico colocava-se à frente dos seus concorrentes.

O jornal *A Cidade*, por sua vez, adotou um perfil de empresa “familiar” após ser adquirido por Orestes Lopes de Camargo, em 1936. *A Cidade* passou a defender os interesses políticos de seu proprietário (por duas vezes eleito vereador e uma vez vice-prefeito), considerado um homem conservador. Após assumir a direção do periódico, Camargo fez incluir no expediente a informação de que o jornal seria “um ‘órgão conservador de defesa das classes laboriosas’, [...] da economia de mercado, da livre iniciativa, da liberdade para o empreender, em oposição ao temido comunismo” (TORNATORE, 2005, p. 87).

Já o *Diário de Notícias*, em 1943, foi vendido por Oscar de Moura Lacerda para a Cúria Diocesana (posteriormente, Cúria Arquidiocesana), que o conservou por mais de 30 anos. Orientado pelo padre Paulo Haroldo Ribeiro, o periódico tentou assumir um perfil simultaneamente religioso e noticioso, focalizando aspectos corriqueiros da vida cidadina. Tal fase durou cerca de dez anos, até que o padre Celso Ibson de Sylos assumiu a direção do *Diário de Notícias* e imprimiu uma postura mais combativa ao periódico, “realizando campanhas e apoiando a formação de sindicatos ou associações de trabalhadores rurais” (CIONE, 1992, p. 228), notadamente no início dos anos 1960.

Em maio de 1940, chegava a vez de Machado Sant’Anna tornar-se “chefão” (termo utilizado pelo jornalista para definir a si próprio nas colunas assinadas por seu pseudônimo, “Pedro Brando”), ao adquirir, em sociedade com Onézio Motta Cortez, o jornal *A Tarde*. Embora tenha assumido a direção do vespertino, a conjuntura do jornalismo interiorano impelia Machado Sant’Anna a exercer variadas funções (à época, realizava tarefas como redator, repórter, fotógrafo e paginador) e, mesmo o jornal

contando com alguns colaboradores – os que escreviam, sem ser profissionais, alguns artigos ou crônicas – “o resto era praticamente tudo com Sant’Anna: noticiário regional, artigos, comentários, editoriais, ‘sujeitos’, títulos, seleção de noticiário internacional, reportagens, etc.” (LEPERA, 1978).

Machado Sant’Anna permaneceu à frente de *A Tarde* até 1955, quando vendeu o vespertino para adquirir, com o apoio de amigos e familiares – em especial, de seu filho mais velho, Antônio Carlos Sant’Anna, que era redator-chefe de *A Tarde* – o jornal *Diário da Manhã*, assumindo ali o cargo de diretor. Seus outros filhos, Armando Lúcio, Luiz Augusto e Sérgio Rubens, também integraram o corpo profissional dos jornais da família.

1.4 – O ROTARY CLUB RIBEIRÃO-PRETANO E OS LIMITES DA FILANTROPIA BURGUESA

Ao lado da imprensa, podemos situar como relevantes aparelhos privados de hegemonia alinhados aos desígnios das classes dominantes e dirigentes ribeirão-pretanas as associações de cunho filantrópico.

Apesar de serem apresentadas ao público citadino como beneméritos empreendimentos motivados por uma elevada consciência cristã-humanitária, as associações filantrópicas possuíam como finalidade incógnita a garantia do “consenso espontâneo” das classes subalternas. Segundo Gramsci, o consenso espontâneo “nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (GRAMSCI, 2001, p. 21). A coordenação do consenso “espontâneo” – “em que obviamente ‘espontâneo’ só pode aparecer entre aspas, significando como ele é espontâneo apenas

na aparência” (LA PORTA, 2017, p. 143-144) – seria uma função subalterna de hegemonia social e de governo político, confiada aos intelectuais enquanto “prepostos” do grupo dominante.

Os princípios norteadores das iniciativas caritativas foram parcialmente analisados por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), obra na qual expunha as contradições das ações beneficentes burguesas, eivadas pela antinomia entre o ocultamento das mazelas concretas e a glorificação da (muitas vezes, farsesca) altruística hegemônica:

Beneficência... Bela filantropia a dessa classe [burguesia] que, para ajudar ao proletariado, começa por explora-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! (ENGELS, 2010, p. 309).

Engels retorna ao tema da beneficência burguesa em linhas similares na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), na qual expunha que o paradoxal e seletivo “progresso” da sociedade capitalista engendrava mecanismos de dissimulação das misérias, sob o esteio da lógica caritativa:

Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os. Em resumo,

introduz uma hipocrisia convencional que sequer era conhecida pelas primitivas formas de sociedade e pelos primeiros estágios de civilização (ENGELS, 2010a, p. 222).

Muitos dos princípios expostos por Engels também foram observados e praticados, em suas peculiaridades históricas, na realidade ribeirão-pretana. Novamente, cremos ser necessária uma digressão para melhor compreendermos os alicerces filantrópicos ribeirão-pretanos e de que maneira foram explorados por Machado Sant'Anna ao longo de sua trajetória.

As primeiras organizações caritativas de Ribeirão Preto, surgidas no final do século XIX, foram levadas a cabo, majoritariamente, por iniciativas particulares. Ao passo que a cidade aumentava seus domínios e tornava-se consideravelmente complexa, surgiam problemas relacionados ao desengajamento de parte da população do universo do trabalho e desajustes de infraestrutura perante o aviltamento da renda dos pobres e do conseqüente crescimento da mendicância.

As classes dominantes locais enxergavam na assistência social um eficaz instrumento para minorar, ao menos setorialmente (infância, velhice, desemprego, etc.), os efeitos nefastos da exploração capitalista e, simultaneamente, legitimar sua liderança e seus privilégios, robustecidos pela divulgação das ações de cunho benemérito.

As populações desassistidas atendidas pela filantropia burguesa eram compostas por sujeitos que transitavam pelos espaços públicos, dando excessiva visibilidade às incômodas mazelas sociais. A permanência desses indivíduos nos espaços de sociabilidade burgueses, “expondo sua condição de miseráveis, colocaria por terra todo o esforço empreendido pelos intelectuais

orgânicos da classe dominante no sentido de dar uma conotação positiva ao modelo social que defendiam” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 104).

Em 1896, com apoio da Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia, responsável por oferecer assistência médica e hospitalar para a população carente. Pouco tempo depois, em 1899, foi criada a Conferência de São Vicente de Paula, para assistência caritativa aos pobres citadinos (FONSECA, 2015, p. 472).

As classes dominantes ribeirão-pretanas continuaram a organizar redes de caridade e, em 17 de agosto de 1910, foi construída a Sociedade Amiga dos Pobres, que proporcionava aos deserdados um albergue noturno, banho e algum tipo de alimentação. A instituição não permitia que os usuários utilizassem os serviços mais de uma vez (o que poderia ocorrer somente em alguns casos excepcionais e com a autorização prévia da diretoria). A Sociedade, criada para retirar das ruas os marginalizados que “enfeavam” a cidade, era prestigiada, sempre que possível, pelos poderes públicos e por enriquecidos filantropos ribeirão-pretanos (FONSECA, 2015, p. 473).

Entre 1905 e 1920, os principais jornais citadinos (*Diário da Manhã* e *A Cidade*) publicaram expressiva quantidade de editoriais, notícias e notas policiais dando conta de acontecimentos relacionados à delinquência infantil e à presença de crianças abandonadas pelas ruas da urbe. Para minimizar as visíveis moléstias, foram criadas, em 1917, a Instituição de Proteção e Assistência à Infância, para difusão de cuidados médicos e higiênicos, e o Asilo de Órfãs Anália Franco, mantido pela Loja Maçônica Estrela D’Oeste (FONSECA, 2015, p. 473).

O Asilo possuía em suas instalações uma creche, escola primária, escola de datilografia e escola profissional, para que as internas seguissem um determinado programa formativo:

Os mantenedores do Asilo tinham certo que esse percurso era adequado ao que se esperava de toda interna quando da época de sua saída: cuidar de si e formar família. Como qualquer congênere de seu tempo, o asilo ribeirão-pretano centrava no trabalho as aulas que oferecia, as oficinas, os afazeres da casa e os valores que escolhia ensinar. O trabalho era o mote da pedagogia dos estabelecimentos que praticavam a assistência institucional. Fossem liceus, orfanatos, asilos ou assemelhados onde as crianças não eram apenas abrigadas, mas permaneciam por alguns anos, a rotina se organizava priorizando trabalhar, quando a exigência era cuidar da casa, e aprender a trabalhar fazendo, no caso das oficinas. Nesse sentido, o Asilo Anália Franco se modelou conforme a cultura da assistência à infância em ambientes institucionais vigente em sua época (FONSECA, 2015, p. 479).

As estratégias implementadas pelo Asilo visavam combater os “vícios”, as “más índoles” e as “ideias erradas”, educando as crianças para que se tornassem ordeiras e obedientes ao mundo do trabalho capitalista e, conseqüentemente, afastadas de quaisquer inclinações consideradas “subversivas” e atentatórias à moral vigente.

Pouco tempo depois, os adultos desamparados voltaram a despertar as preocupações das lideranças cidadinas e da classe dominante local. Por meio da iniciativa do padre Euclides Gomes Carneiro, foi fundado, em 1919, o Asylo de Mendicidade de Ribeirão Preto (posteriormente renomeado como Asilo Padre Euclides), cuja finalidade era retirar das ruas mendigos e andarilhos e oferecer-lhes abrigo e oportunidades de trabalho.

A fundação da instituição significava, simultaneamente, o atendimento aos anseios pessoais de Padre Euclides, promotor de uma série de obras assistenciais desde sua chegada a Ribeirão Preto em 1902, e também uma resposta aos malefícios do crescimento urbanístico local, onde o “albergamento dos inválidos” era visto como “necessidade imprescindível e inadiável num meio como o nosso, que em certos dias oferece o aspecto desolador e pungente de uma população mendiga, tal o assombroso enxame de pobres...” (BURALI, 2002, p. 46-47).

O Asylo de Mendicidade possuía casinhas, simples e higiênicas, para a moradia dos asilados, em uma disposição que se assemelhava a uma pequena e (teoricamente) harmônica vila. O projeto, elaborado pelo engenheiro Antônio Soares Romêo, foi concluído em 1923, dispondo de um prédio para a administração, uma cozinha, uma dispensa, um refeitório e dez casas (BURALI; MASSIMI, 2015, p. 391), sendo ali instalados os pobres (solteiros ou acompanhados por suas famílias), no intuito de dar ao asilado “a impressão de estar em sua própria casa, não havendo a promiscuidade dos grandes pavilhões, que dão idéa de hospitaes e são a causa de constantes attrictos, fazendo os asylos ficarem abandonados” (BURALI; MASSIMI, 2015, p. 391).

Os empreendimentos caritativos da “filantrópica” classe dominante cidadina foram bastante elogiados, inclusive, por representantes da sociedade política, como o prefeito João

Rodrigues Guião, o qual reconheceu, por meio do relatório de sua gestão (1920-1923), que “a iniciativa privada tem feito muito em prol do movimento social, principalmente no que diz respeito à assistência às classes pobres”, por meio de projetos desenvolvidos pelo “asilo de orphans Anália Franco, a Sociedade Amiga dos Pobres, a Sociedade de Assistência à Infância, a Sociedade S. Vicente de Paula e o Asilo de Mendicidade” (Relatório da gestão..., 1924).

Na década de 1930, o grande destaque no cenário benemérito ribeirão-pretano foi Theolina de Andrade Junqueira, popularmente conhecida como Sinhá Junqueira (1874-1954). Casada endogamicamente em 1891 com seu primo, o poderoso “coronel”, cafeicultor, banqueiro, industrial e criador de gado Quito Junqueira (1867-1938), Sinhá não deixou filhos e, quando da morte de seu marido, herdou todos os bens acumulados (MOURA, 2012, p. 27-28).

Além de se projetar como dirigente do complexo agropecuário dos Junqueira, também empreendeu iniciativas de cunho filantrópico, voltadas ao atendimento das necessidades de seus trabalhadores, de orfanatos, asilos e postos de saúde. Entre 1938 e 1940, dando continuidade aos seus planos para a construção de uma entidade assistencial para crianças pobres, adquiriu a fazenda Morro da Vitória e ali edificou o Educandário Quito Junqueira, inaugurado em 1943. No mesmo ano, Sinhá Junqueira realizou a doação de uma volumosa quantia para a construção de um centro de puericultura em Ribeirão Preto, originando uma maternidade-escola com convênio assinado junto à Universidade de Medicina de São Paulo e à Escola de Medicina de Ribeirão Preto.

Os empreendimentos filantrópicos de Sinhá Junqueira foram brindados por Machado Sant’Anna através de seu

pseudônimo, Pedro Brando – personificado com tamanha convicção a ponto de ser apresentado ao público leitor como um miserável e ressentido autor:

Com efeito, nós que nascemos prontos, que vivemos dando murro em ponta de faca, dentro de um ordenadinho micho, que mal dá pra tapar os buracos dos dentes da boca do estômago, quando vimos passar um nababo, rogamos praga no bicho, porque ele tem tudo quanto quer. Automóvel luxuoso. Palacetes caríssimos. Passeios que entende. Roupas de todos os padrões. E pensamos na desigualdade do mundo e das coisas. Mas, por outro lado, há a filosofia da vida. Se todos fossem ricos, não tinha graça. Ficava até cacete. Quando a miséria é grande, consola...

Por isso mesmo, ao saber que d^a Sinhá, que tem casa bonita, fazendas modelos, uma usina que é u'a maravilha, ao invés de amontoar dinheiro e pensar em juros, ainda tem tempo de pensar nos prontinhos da silva, como nós, é de arrepiar a sensibilidade aguçada do que vive apertado, de pés com os dedões para fora, de roupas remendadas e com uma esperança apenas: ganhar no bicho ou morrer... Porque pobre vive é de teimoso.

E agora a cuidar da mulher, ante e post-gestação e da criancinha, até um ano de idade, é coisa louca, de deixar o mais endurecido comunista e

anarquista de olhos marejados de lágrimas de gratidão.

Já há uma concepção diferente e os ricos olham para o outro lado da vida. Não conheço d^a Sinhá, nunca precisei dela e espero não precisar, mas anônimo, povo que sou, miserável em dinheiro, roupas e cabelos, ao fazer as preces pelos que me são caros, doravante, o seu nome entrará nas minhas orações, para o seu bem e que viva muito, porque d^a Sinhá, como disse aquele incrível Chateaubriand: “é um bombardeiro que arrasa o personalismo egoísta e dava uma feição altamente humana e social ao capitalismo empedernido”. PEDRO BRANDO (SANT’ANNA, 1948).

Machado Sant’Anna/Pedro Brando procurava costurar uma fictícia aproximação junto ao público leitor, motivada, a princípio, por uma compartilhada mescla de melindres e invidias despertados pela insensibilidade e pavoneio dos grã-finos. Todavia, tão logo incitava denúncias a respeito das “desigualdades do mundo e das coisas”, reconduzia sua retórica para a lógica da resignação e da subalternidade, pois, segundo suas perspectivas, apenas alguns poucos privilegiados poderiam desfrutar das graças da riqueza, enquanto a miséria, suavizada e naturalizada, possuiria seus próprios atrativos e virtudes.

Entrava em cena a fazendeira Sinhá Junqueira, cujas “ações beneméritas” configuravam uma eficaz e exemplar estratégia para, concomitantemente, desmobilizar as objeções das camadas subalternas e apresentar o capitalismo sob feições mais altruísticas. Tratava-se, em suma, de uma sustentação de tipo

liberal clássica (segundo a qual prega-se a “rejeição de qualquer redistribuição de recursos que não derive da caridade individual” (LOSURDO, 1996, p. 39) combinada aos preceitos do pensamento social cristão (por meio do qual os “ricos passaram a olhar para o outro lado da vida” – o que poderia significar tanto a percepção dos perigos representados pelos descontentamentos dos pobres, quanto a expectativa de ganhos extraterrenos como recompensas pelas ações caritativas).

Justamente em tal conjuntura, Machado Sant’Anna deu seus primeiros passos no terreno filantrópico, como fundador (em 1942) e diretor (entre 1942 e 1948, e entre 1958 e 1962) do *Rotary Club* de Ribeirão Preto. A respeito das características germinais do *Rotary*, temos que:

Aos olhos do fundador, Paul Harris (1954), em seu livro de memórias, a instituição se apresenta imbuída do nobre objetivo de prestar serviços à comunidade. Ela, contudo, não surgiu para servir, mas como uma organização de auto-proteção a um grupo de profissionais liberais da cidade de Chicago. No relato de Paul Harris, a cidade era repleta de negociantes sem ética e sem moral cujo objetivo único era o enriquecimento fácil e rápido. O clube por ele fundado em Chicago, em 1905, teria como finalidade congregar profissionais liberais e homens de negócios que além de “amigos comerciais” seriam também “amigos sociais”. [...] Desde os primeiros dias do *Rotary* está presente a preocupação com a moralização dos negócios numa sociedade em processo de

industrialização. O fundador traz para dentro da organização princípios da moral própria de sua formação. A preservação da família, o respeito às leis e às autoridades constituídas, a disciplina, a austeridade, honestidade e probidade nos negócios (UHLE, 1993, p. 63).

O *Rotary Club* pode ser definido, em linhas gerais, como uma organização social cujo principal objetivo estatutário seria “prestar serviço à comunidade a fim de preservar a harmonia e a paz social”, não obstante fosse transpassada, também, por uma prática de associativismo que funcionaria como instrumento de aproximação, de distinção e de segregação, posto que “em um mundo onde o individualismo, o mercado e o crédito são fundamentais, impõe-se a criação de espaços institucionais que atestem a diferenciação entre os indivíduos e justifiquem sua posição social” (SETTON, 2004, p. 13).

De acordo com Gramsci, o *Rotary Club* – nascido nos Estados Unidos como uma obra de industriais que pressionavam pela implementação de sistemas anti-sindicais – seria uma espécie de “religião laica”, embora não pudesse se tornar uma religião universal, posto ser “própria de uma aristocracia eleita (povo eleito, classe eleita) que teve e continua a ter êxitos; um princípio de seleção, não de generalização, de um misticismo ingênuo e primitivo, próprio de quem não pensa, mas atua, como é o caso dos industriais norte-americanos” (GRAMSCI, 2007a, p. 173).

Ainda que admitisse em suas fileiras maçons, católicos e protestantes, parecia elaborar em seu programa essencial “a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um

serviço social, ou, mais precisamente, de que são e podem ser um negócio na medida em que são um ‘serviço’”; em outras palavras, conforme Gramsci, “o *Rotary* gostaria que fosse superado o ‘capitalismo selvagem’ e que se instaurasse um novo costume, mais favorável ao desenvolvimento das forças econômicas” (GRAMSCI, 2007, p. 295-296).

Para que o novo costume fosse instaurado, seria necessário – segundo o código moral rotariano – conciliar os conflitos entre o desejo de ganhos pessoais (interesse pessoal) e o impulso de servir ao próximo (interesse geral), mediante a crença no princípio moral de que quem serve melhor ganha mais – o que se traduzia, para Gramsci, no fato de o *Rotary Club* ser uma “organização das classes altas e só se dirige ao povo indiretamente. É um tipo de organização essencialmente moderna” (GRAMSCI, 2007, p. 298). A modernidade aludida por Gramsci significa, para Águeda Uhle, que o filósofo sardo observa no *Rotary* sua “vinculação de classe e o seu posicionamento favorável a um tipo de capitalismo moderno que supere as relações selvagens do capitalismo do final do século XIX” (UHLE, 1993, p. 66).

Os abusos cometidos na exploração da classe trabalhadora e a voracidade das competições “desleais” na sociedade capitalista eram avaliados pelos rotarianos (em especial, pelo fundador Paul Harris) como latentes perigos que poderiam levar o sistema vigente à ruína. Com a intenção de preservá-lo, “os rotarianos assumem um tipo de postura [...] que pressupõe um conjunto de disposições ao mesmo tempo modernas e conservadoras” (PRADO, 2015, p. 58). As facetas reacionárias do *Rotary* foram analisadas por Uhle nos seguintes moldes:

A defesa da ordem evoca como seu contrário a desordem; tal argumento busca fazer da primeira um valor inquestionável. Insistir na preservação da ordem significa manter a ordem existente com a distribuição de vantagens materiais tal qual ela se apresenta. Todavia, o argumento para a preservação da ordem é moral ou espiritual. [...] Na realidade o apelo à ordem é a negação do novo, de um outro processo possível, com posições concretas diferentes para os diferentes grupos sociais. Por conseguinte, fazer da ordem social uma preocupação fundamental é ser, na verdade, conservador, e não no mero sentido metafísico; é sê-lo politicamente (UHLE, 1991, p. 62).

O amálgama moderno-conservador rotariano apoiava-se em princípios análogos à formação intelectual de Machado Sant'Anna. A associação às hostes de Paul Harris trar-lhe-ia apreciáveis conveniências, posto o *Rotary* possibilitar aos seus membros o acesso a um espaço de sociabilidades garantidoras de expressivo prestígio público, mantendo-se, ao mesmo tempo, a apologia da diferenciação interclassista e o apego à ordem constituída.

Em 16 de agosto de 1942, foi oficialmente fundado o *Rotary Club* de Ribeirão Preto. A nova instituição chegou à cidade cercada por desconfianças e acusações, a ponto de o jornal *A Tarde* publicar um texto assinado por Alencar de Carvalho, presidente do *Rotary* de Bauru, no qual tecia esclarecimentos ao público a respeito das atividades desenvolvidas pelos rotarianos:

Quando o “Rotary” aparece numa cidade, sobretudo numa cidade pequena, surgem as restrições de ordem religiosa, os preconceitos e as indagações e, finalmente, a sabotagem dos eternos opositoristas contra tudo o que se relaciona com o progresso social. Ouvem-se, então, as mais disparatadas opiniões: que a fundação de Paul Harris não passa de uma sociedade secreta, cheia de códigos secretos e hierarquias complicadas; outros proclamam que “Rotary” é um consulado americano que visa colher dados de toda ordem para fins de exploração comercial e, muitos ainda, pensam que os rotarianos não passam de uns comedores granfinos que se reúnem em torno de uma mesa para se divertir a seu modo, numa hora semanal de alegria e cordialidade. Os dias vão passando e as fileiras rotárias vão se engrossando, à custa de elementos destacados pelo mérito e pela competência, dentro das mais variadas profissões.

[...] Assustam-se desde logo os que julgavam “Rotary” internacionalista, quando assistem, de início, à saudação do Pavilhão Nacional com palmas vibrantes e calorosas; convertem-se num instante os descrentes da capacidade rotária ao verem debatidos temas e projetos relacionados com o progresso da cidade, do seu povo e de sua infância. Os anos passam e “Rotary” cada vez mais se firma no conceito público. Os seus atos de benemerência social se

vão tornando conhecidos, suas reuniões cada vez mais concorridas e o seu trabalho de assistência à infância, aos pobres e aos deserdados, sempre lembrado e apreciado, até que a sociedade, aos poucos, passa a compreender que mundo de cousas belas se esconde dentro de uma organização mundial que não possui sedes vistosas, nem promete lucros materiais, nem ostenta falso prestígio, e nem alardeia grandezas ilusórias. [...] Vitorioso, resiste impavidamente ao desmoronamento dos costumes e cresce cada vez mais na admiração de todos. Dentro de seus quadros encontram-se os homens de todas as raças, de todos os partidos e de todos os credos emancipados do materialismo grosseiro de nossos dias e unidos pelo ideal de servir (CARVALHO, 1942).

A composição do *Rotary Club* de Ribeirão Preto demonstrava que a nova agremiação privilegiava em seus quadros os elementos pertencentes às classes dominantes locais (advogados, proprietários, comerciantes, industriais, fazendeiros, médicos, etc.), em uma lógica orientada pela “compreensão do espírito de cooperação e sobretudo o desejo de manter um salutar intercâmbio entre homens de um mesmo nível de vida, dentro do princípio rotário que é o servir sempre”.³⁰

³⁰ A primeira diretoria rotariana de Ribeirão Preto era composta pelo presidente Alcides de Araújo Sampaio (advogado, proprietário e procurador da Prefeitura de Ribeirão Preto), pelo vice-presidente Manoel Siqueira Figueiredo (banqueiro [sic] e gerente da agência local do Banco do Estado de São Paulo), pelo 1º secretário Renato Leite Guimarães (serventuário de Justiça, escrivão do 1º Registro de Notas e do Cartório de Hipotecas e proprietário-presidente do asilo Anália Franco), pelo

Em seus meses iniciais de vida, o *Rotary* de Ribeirão Preto promoveu campanhas contra os menores pedintes no centro da cidade, incentivou o uso da bandeira brasileira em casas comerciais, realizou visitas a instituições beneméritas etc. As atividades filantrópicas (consoantes ao princípio da “avenida dos serviços à comunidade”) conformavam apenas um dos objetivos da instituição rotária. Contudo, em países como o Brasil, onde os níveis de pobreza e desigualdade social manifestam-se com alarmante visibilidade, o assistencialismo “toma um espaço maior e passa a ser uma das atividades mais desenvolvidas entre

2º secretário Manoel dos Santos Freire (gerente da Empresa Telefônica Brasileira e vice-cônsul de Portugal), pelo 1º tesoureiro Carmo Borges (banqueiro [sic] e gerente da agência local do Banco de São Paulo), pelo 2º tesoureiro Antônio Agnelo Serra (industrial, proprietário e vice-presidente da Associação Comercial de Ribeirão Preto), pelo diretor de protocolo Pedro Julião (cirurgião-dentista, presidente do Sindicato dos Cirurgiões Dentistas e proprietário), pelo vogal Antônio Machado Sant’Anna (jornalista, diretor de *A Tarde* e da sucursal dos *Diários Associados* e gerente da filial local da “Segurança Industrial Cia. Nacional de Seguros”) e pelos membros efetivos Alcides da Silveira Faro (MM. Juiz de Direito da 2ª Vara e Juiz de Menores), Alberto França (farmacêutico, proprietário e secretário do Sindicato dos Farmacêuticos), Alcebíades de Andrade Junqueira (fazendeiro, criador, proprietário e diretor da Associação Regional Agropecuária de Ribeirão Preto), Nestor de Almeida Rodrigues (banqueiro [sic] e gerente da agência local do Banco Comércio e Indústria), Eduardo Dietrichribi (engenheiro e gerente da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto), Joaquim Desidério Mattos (engenheiro, proprietário, gerente da Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto e diretor da Sociedade Recreativa), José Faria Mendes (gerente comercial da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto), Jorge Nogueira Gaya (médico e proprietário), João Palma Travassos (bacteriologista, proprietário e diretor do Laboratório Hormoterápico), Raul Geribelo (comerciante e proprietário), Eduardo Luiz Magri (comerciante, industrial e proprietário), Jayme Mendes Franco (inspetor regional da “Sul América – Seguros de Vida”), Oldemar Pacheco (inspetor regional da “Sul América – Seguros de Vida”), Mário Antunes de Souza (farmacêutico e funcionário do Ginásio do Estado), José Elias de Almeida (comerciante e proprietário), Ubirajara Roxo (farmacêutico, fazendeiro, criador e proprietário), Nelson Rodrigues Nóbrega (engenheiro, fazendeiro e criador), Álvaro Costa Couto (engenheiro, proprietário e diretor da “Cia. Melhoramento de Ribeirão Preto”) (O *Rotary Clube* de Ribeirão Preto, 1943).

os clubes de serviços. Concentra o maior número de esforços dos filiados rotarianos permitindo um constante contato com entidades sociais de renome como também órgãos governamentais” (SETTON, 1996, p. 143).

Entretanto, os rotarianos não gostavam de se apresentar ao público como líderes de uma associação meramente filantrópica ou beneficente, mas, sim, como incumbidos pela organização de clubes que objetivavam “congregar os homens de boa vontade, representantes de todas as profissões, e criar um clima moral e social propício ao desenvolvimento do espírito humanitário”, arregimentando os membros das classes dominantes através de almoços semanais, nos quais eram fomentados o “espírito de camaradagem” e o “interesse comum pelos problemas sociais”, como afirmações de que “o clima liberal e democrático do Brasil é o ‘habitat’ por excelência das boas ideias de que o *Rotary* se faz propagador” (PALMERIO, 1945).

As “boas ideias” rotarianas eram defendidas e propagadas por um de seus mais atuantes membros, Machado Sant’Anna. Ele encarava o *Rotary Club* como uma “frondosa árvore”, cujos galhos seriam os clubes dispersos por todo o mundo (em meados da década de 1940, Sant’Anna informava haver cerca de 6.000 deles) e cujas folhas seriam os próprios rotarianos, de todas as nacionalidades, cores e credos (ainda conforme Sant’Anna, existiriam cerca de 300.000 membros em todo o planeta, no mesmo período).

A árvore do *Rotary Club* deveria ser “cuidada com carinho”, pois ela forneceria nos dias de calor “a frescura da sombra e em cada pensamento virá uma palavra de reconhecimento, em benefício de alguém que necessite de algo, porque ela sintetiza um movimento de solidariedade e de amor ao próximo” (SANT’ANNA, 1946). Machado Sant’Anna acreditava ter sido

Jesus Cristo “o maior rotariano”, e os membros da agremiação continuavam, assim como seus discípulos, a pregar o “ideal de servir, de ser útil, de dar um pouco do muito que recebemos em benefício dos que precisam e praza a Deus que sempre norteados por esse ideal nobre, continuemos a fazer do Rotary [...] o escoadouro de todas as boas iniciativas” (SANT’ANNA, 1946).

As conexões entre liberalismo e religião correspondiam ao já aludido caráter moderno-conservador rotariano. Ao lado da defesa dos ideários liberais (segundo os quais “as oportunidades sociais são iguais para todos e explicam as desigualdades estruturais de nossa sociedade pela incapacidade moral de certos indivíduos” (SETTON, 2004, p. 92) encontrava-se o cânone religioso, instrumento mediador entre a caridade correcional (mecanismo de controle marcado por traços do pensamento social cristão) e o prestígio público (as boas ações deveriam ser abertamente celebradas).

Ainda que as posições da Igreja Católica em relação ao *Rotary* tenham sido historicamente contraditórias, as presenças permanentes de padres, bispos e cardeais nas associações rotarianas brasileiras tornaram-se paulatinamente mais constantes ao longo dos anos 1950 e 1960. Os eclesiásticos se faziam presentes como sócios dos clubes, ou como “convidados para fazer palestras sobre assuntos de sua competência. [...] A pregação, encetada pelo R.C. contra o comunismo, no fim da década de 50 e começo da década de 60 pode ter sido o elemento determinante na consolidação do entendimento entre as duas instituições” (UHLE, 1993, p. 64).

Machado Sant’Anna tentava, sempre que possível, “suavizar” a figura do *Rotary* perante o público leitor, normalizando seu perfil “elitista” e consentâneo aos interesses das classes dominantes, e, conseqüentemente, validando as

iniciativas filantrópicas rotarianas como as alternativas mais eficazes para o combate às desigualdades sociais inerentes ao desenvolvimento capitalista em curso. Sant'Anna alegava que no quadro social do *Rotary Club* “cada sócio deve ter uma ocupação diferente e por isso vemos nessa mesa, advogados, médicos, jornalista, professor, comerciante, industrial e assim sucessivamente. Por que essa situação privilegiada?” (SANT'ANNA, 1957a). Sua resposta, sobremaneira vaga e hierarquizante, justificava que tais homens viviam assoberbados por seus negócios, cansavam-se o dia todo e precisavam de momentos regados a lazeres e tertúlias, íntimas e espirituais.

O *Rotary* foi o caminho encontrado, portanto, para que distintos elementos das mais variadas e prestigiadas profissões pudessem se reunir permanentemente, para “sair da rotina, para travar debates interessantes. Se todos fossem comerciantes, só se trataria de comércio; se médicos, apenas operações, doenças; advogados, só causas, litígios, julgamentos, etc.”. Sendo o *Rotary* heterogêneo (mas não tão heterogêneo a ponto de admitir em suas fileiras simples operários ou modestos trabalhadores do campo), “na multiplicidade de assuntos, cada um melhor fica conhecendo o companheiro, tornando-se assim mais agradável a convivência e mais útil à coletividade” (SANT'ANNA, 1957a).

Aquilo que se apresentava, no plano formal, como uma mera reunião de “homens de bem” preocupados com o “progresso geral” da sociedade, inebriava desígnios ocultos, relativos à “predominância de uma elite de privilegiados nos cargos administrativos rotários. O interior da organização reproduz a hierarquia social e política da sociedade mais ampla, não obstante as exceções, os casos individuais e tópicos” (SETTON, 2004, p. 28).

O assistencialismo e a filantropia seriam as ferramentas utilizadas pelos rotarianos para que as desigualdades sociais fossem, ao menos superficialmente, minoradas. Apoiados pelo princípio da assistência fornecida pelos poderosos aos mais pobres e necessitados, o discurso “idealista e cristão oferece o respaldo necessário à afirmação do altruísmo e do desprendimento como formas nobres de agir, enquanto a miséria se apresenta como uma situação natural própria daqueles menos dotados física e intelectualmente” (UHLE, 1991, p. 181). A filantropia rotária desempenharia, portanto, uma dupla função na sociedade capitalista:

Busca “normalizar” a situação dos marginalizados, frutos da exploração e das desigualdades sociais, confinando-os a pretexto de assisti-los. Retirando-os das ruas e espaços livres para não só esconder os efeitos da nova ordem social como também para preservar esta mesma ordem. Paralelamente, para as camadas mais poderosas que fazem a filantropia, esta serve como mecanismo para legitimar o lucro e a exploração da atividade empresarial e acrescenta ao empresário a característica de protetor dos menos privilegiados (UHLE, 1991, p. 183).

Ao congregarmos esforços para a compreensão de um processo histórico ribeirão-pretano mediado pelo esclarecimento de alguns dos (des)caminhos trilhados por Machado Sant’Anna junto às mais variadas instâncias das sociedades política e civil locais,

angariamos subsídios para o alargamento das investigações que serão empreendidas nos próximos capítulos.

Amparando-nos na crítica das estratégias adotadas por Machado Sant’Anna (proximidade com empresários poderosos e políticos carreiristas, diante dos quais apresentava-se como autorizado porta-voz, defensor da propriedade e dos interesses capitalistas; dúplice visão acerca da classe trabalhadora, dividida entre humildes apaziguados mercedores de benesses cristãs-paternalistas, e impertinentes questionadores mercedores de coerções do poder constituído; e empedernido orgulho regionalista, atravessado por um idílico e ilusório espírito progressista), perscrutaremos as fundamentações discursivo-ideológicas e as mobilizações práticas levadas a cabo por sujeitos e associações que conformavam o amplo universo no qual movimentava-se o jornalista, empresário e político, cujos pendores anticomunistas e municipalistas – explicitados, em diversas ocasiões, por manifestações imbricadas – afetaram incisivamente não apenas a realidade ribeirão-pretana, mas conformaram, também, peculiares reverberações em horizontes mais dilatados da própria realidade brasileira.

CAPÍTULO 2

NUVENS PRESSAGAS E ABUTRES SINISTROS: MACHADO SANT'ANNA CONTRA O “PERIGO VERMELHO”

O primeiro eixo a ser desdobrado pela pesquisa refere-se ao anticomunismo, um tópico bastante caro aos discursos e ações desenvolvidos por Machado Sant'Anna e pelos aparelhos hegemônicos aos quais o jornalista, empresário e político esteve vinculado.

A divisão do capítulo privilegia, em um primeiro momento, a análise de relevantes manifestações históricas de viés anticomunista (com atenções direcionadas, primordialmente, aos casos brasileiros), no sentido de trazermos à luz instituições e grupos peremptoriamente articulados ao combate contra o “perigo vermelho”. Explicitaremos algumas das principais características inerentes ao anticomunismo enquanto recurso ideológico mobilizador e também averiguaremos o “outro lado da moeda” anticomunista, ou seja, as configurações, avanços e recuos do movimento comunista (internacional e nacional) ao longo dos anos 1940 a 1960.

Posteriormente, nos aproximaremos das fontes jornalísticas provenientes dos periódicos ribeirão-pretanos *A Tarde* (entre 1940 e 1955) e *Diário da Manhã* (entre 1955 e 1966). Tal aproximação justifica-se no sentido de compreendermos, dentro da baliza temporal proposta, os recursos discursivos³¹ utilizados

³¹ Conforme Eni Orlandi, as relações intrínsecas entre discurso e embates históricos consubstanciam-se por meio das influências das “memórias discursivas” – a existência de uma “já dito” que sustenta novas possibilidades do dizer, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma

para a estigmatização do comunismo, transparecendo na dimensão processual da produção de sentidos instrumentalizados ao longo do tempo, justamente, a constatação da regularidade enunciativa (de viés majoritariamente negativo) sobre os comunistas (ou aqueles sobre quem pesava tal alcunha), por meio de matrizes de defesa do cristianismo, do liberalismo e do nacionalismo.

2.1 - MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

No Brasil das primeiras décadas do século XX, ainda que os anarquistas possuíssem certa visibilidade e força, o “perigo vermelho” (simbolizado pelo triunfo bolchevique) passou a se destacar de forma mais categórica no cotidiano dos brasileiros, visto que as manifestações anticomunistas ganharam relativo impulso na imprensa da época após a Revolução de 1917 e durante a década de 1920. Todavia, o comunismo foi encarado por seus adversários, inicialmente, como uma ameaça longínqua, uma ideia alienígena e alheia às aspirações genuinamente brasileiras – embora houvesse temores de que as influências soviéticas pudessem estimular uma maior organização operária e, conseqüentemente, provocar surtos grevistas no país.

No decorrer das décadas subsequentes, certos grupos e instituições passaram a elaborar seus projetos de combate ao “perigo vermelho” a partir de arranjos mais complexos e

do pré-construído” – e das “formações discursivas” – “aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito”, ou seja, os sentidos determinados pelas posições ideológicas, econômicas, sociais e culturais na produção dos discursos (“as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”). (ORLANDI, 2005, p. 15-16; 31; 42-43).

incisivos. A Igreja Católica no Brasil, por exemplo, organizava e canalizava suas empreitadas anticomunistas por intermédio da LEC (Liga Eleitoral Católica), das Frentes Agrárias e dos Círculos Operários.

A LEC, criada em 1932, estabelecia como objetivo central orientar a participação da Igreja Católica nas campanhas eleitorais para escolha dos componentes da Assembleia Constituinte de 1934, por meio do “alistamento de eleitores (chamando também a atenção para a importância do voto feminino), a apresentação das propostas aos candidatos e a indicação daqueles que haviam se comprometido com tais propostas” (RODEGHERO, 2007, p. 24).

Ainda nos anos 1930, alguns setores do clero direcionaram suas atenções às reivindicações operárias no país. Segundo a Igreja, as resoluções das contendas trabalhistas deveriam ser norteadas pelos princípios de colaboração e harmonia entre as classes, para que fossem afastadas, por um lado, as influências das “ideologias perniciosas e exóticas”, e houvesse, por outro, o prestamento de auxílio às regulamentações governamentais nas relações entre trabalhadores e patrões. De tal modo, foram implementados os Círculos Operários, que desenvolviam “atividades de educação, lazer e saúde entre os operários e seus familiares. Visavam, entre outras coisas, a criar líderes sindicais imbuídos da doutrina social da Igreja que pudessem concorrer com os comunistas e esquerdistas em geral” (RODEGHERO, 2007, p. 24).

Já no início dos anos 1960, a Igreja estendeu seus interesses para a sindicalização dos trabalhadores rurais. As Frentes Agrárias buscavam amenizar os problemas socioeconômicos por mediação dos Evangelhos, Encíclicas e textos voltados à Doutrina Social da Igreja Católica, tais como os produzidos pelos papas

Leão XIII, Pio XI e João XXIII. A Igreja, enquanto mediadora dos conflitos, desempenhava clara função de interposição entre as classes para a pavimentação do consenso a respeito da problemática agrária (BASSANI, 2009).

Além da Igreja, as Forças Armadas (especialmente após os acontecimentos de 1935, com a “Intentona Comunista”) também elaboraram um conjunto de princípios que enfatizava a “incompatibilidade do comunismo com o Exército, caracterizava o comunismo como subversor da ordem política e social brasileira, e atribuía um papel primordial para as Forças Armadas na defesa da Pátria” (FERREIRA, 1986, p. 247).

Dentro das Forças Armadas, havia um grupo de oficiais que, após a Segunda Guerra Mundial, vislumbrou possibilidades modernizantes e conservadoras para o desenvolvimento do país. Congregados em torno da ESG (Escola Superior de Guerra), estavam oficiais, até então, de escalão médio, como Ernesto e Orlando Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Golbery do Couto e Silva, Edson João Bina Machado, Jurandir Bizarria, além dos generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias. Muitos desses oficiais eram favoráveis ao capital estrangeiro, a uma parceria político-econômica entre Brasil e Estados Unidos e nutriam certas perspectivas para a transformação do ritmo e da orientação desenvolvimentista brasileira, rumo a uma sociedade industrial capitalista madura:

A ESG, que havia começado a funcionar em 1948, foi oficialmente inaugurada em 1949. Oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até 1960 e até 1970, pelo menos, os Estados Unidos mantiveram um oficial de ligação com status de oficiais brasileiros,

“propagaram a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo”. “Os oficiais americanos reforçaram essa orientação”, e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido” (DREIFUSS, 1981, p. 79).

Ao longo do século XX, outras instituições, partidos políticos e grupos nacionais também alicerçaram diretrizes e projetos anticomunistas, tais como a AIB (Ação Integralista Brasileira) – e, posteriormente, o PRP (Partido de Representação Popular) –, a UDN (União Democrática Nacional), o SESI (Serviço Social da Indústria), a CBA (Cruzada Brasileira Anticomunista), a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), o MAC (Movimento Anticomunista), o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), entre outros.

Com a liderança de Plínio Salgado e o apoio de intelectuais como Gustavo Barroso, Miguel Reale e San Tiago Dantas, a AIB foi fundada em 1932, em um ambiente bastante propício para a recepção de influências e referenciais político-ideológicos externos, como o fascismo (especialmente o italiano), o qual guardava congruência com certas posições autoritárias já existentes em alguns sujeitos e partidos políticos no Brasil.³²

³² De acordo com João Fábio Bertonha, em 1922 surgiu, “com clara inspiração fascista, a Legião Cruzeiro do Sul. Os movimentos posteriores, como o Partido Nacional Fascista/Ação Social Brasileira de J. Fabrino, a Legião Cearense do

Considerar o integralismo como genuinamente exótico “pode implicar no obscurecimento de traços autoritários que permeavam (e permeiam) a prática política no país, muito além da intervenção do integralismo ou dos integralistas” (CALIL, 2000, p. 121).

Impulsionadas pela conjuntura de crise pós-1929, as influências do fascismo italiano sobre o movimento integralista deram-se tanto no campo das ideias quanto em manifestações aparentemente secundárias, como “a mística e a simbologia”, em que eram notórias as atuações sustentadas “na mitologia do líder, na coreografia das grandes manifestações, na doutrinação da juventude (na qual a organização dos ‘plinianos’ se assemelhava notavelmente à dos ‘balilas’ italianos), etc.” (BERTONHA, 2001, p. 88-89). Reunindo um contingente de milhares de adeptos, a AIB propunha um “intransigente anticomunismo e antiliberalismo, um nacionalismo ufanista e uma proposta corporativista de centralização absoluta do poder estatal como forma de solucionar a ‘questão social’” (SILVA; CALIL, 2000, p. 12).

Não obstante, as hostilidades ao integralismo (estimuladas pela malfadada tentativa golpista contra Vargas em 1938 e potencializadas pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra o Eixo) fizeram com que o movimento adotasse medidas defensivas em suas primeiras manifestações públicas após 1945. Com a reelaboração de certas bases doutrinárias e uma nova

Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista de Olbiano de Mello, o Partido Fascista Brasileiro, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Legião 3 de Outubro também tiveram, ao lado de um enraizamento no clima intelectual brasileiro, uma inspiração – que era expressa diretamente em seus manifestos e que, obviamente, variou de movimento para movimento – na Itália de Mussolini. Nesse ponto, concordamos com Carone quando ele identifica, no Brasil dos anos 20, duas correntes de pensamento e ação de extrema direita que se interligavam: a fascista italiana e as pequenas tentativas de criação de um Fascismo indígena. A influência italiana nesse momento estava, pois, mais que clara” (BERTONHA, 2001, p. 88).

perspectiva política de ênfase na institucionalidade (embora mantendo posições conservadoras e autoritárias), os integralistas alicerçaram, entre 1945 e 1965, o PRP:

A fundação do PRP representou a retomada do projeto político integralista, com algumas adaptações formais. Ela se tornou possível após Plínio Salgado e outros líderes do movimento reformularem a doutrina integralista e adaptarem seu discurso, minimizando a importância de temas como o corporativismo e o antiliberalismo que, em virtude da participação do Brasil na II Guerra Mundial, se tornaram incômodos. [...] Sua “conversão” à democracia se deu através da adoção de uma definição peculiar de “democracia cristã”. O PRP centrou-se no anticomunismo, no nacionalismo e no “espiritualismo”, e defendeu a centralização do poder. A formação do PRP representou a adaptação do integralismo ao novo contexto político do pós-guerra, marcado pela derrota internacional do nazi-fascismo, pelas mobilizações antifascistas e por um sentimento anti-integralista disseminado na opinião pública. A reorientação doutrinária procurou redefinir o significado do integralismo, de forma a poder apresentá-lo como “democrático” (CALIL, 2000, p. 127).

Ainda no âmbito político-partidário, destaquemos a UDN, fundada em 1945. O partido congregava, em linhas gerais, frentes

movidas pelo antigetulismo e pelo anticomunismo. Com as efervescências existentes no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, e os temores de que o governo de João Goulart fosse propenso às influências de uma esquerda cada vez mais atuante, os discursos udenistas alertavam seus partidários para que se precavessem contra o advento de uma “república sindicalista”. Tal república era compreendida como uma espécie de “etapa” rumo ao estabelecimento de um “regime totalitário”. Entendiam os udenistas “que um quadro como este – caos social e ambição pelo poder – poderia ser muito bem manipulado pela esquerda ‘ideologicamente mais consistente’ para a implementação do regime comunista” (MENDES, 2004, p. 90).

Por sua vez, o SESI, criado em 1946 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra – e atuando em conjunto com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), formulado por Getúlio Vargas em 1942 –, operava no sentido de controlar a mobilização da classe trabalhadora no pós-guerra, sendo ambas as instituições profundamente influenciadas pelos princípios de racionalização fordista e taylorista (WEINSTEIN, 1995). As atividades do SESI abrangiam a implementação de uma rede de serviços (odontológicos e estudantis, por exemplo), recreação, além da assistência social que “visava ao desenvolvimento cultural dos operários com ênfase na doutrina social cristã, no anticomunismo e na adaptação dos indivíduos à estrutura social” (RODEGHERO, 2007, p. 28).

Outras associações e grupos de combate ao comunismo foram articulados no âmbito da sociedade civil – embora houvesse claro estabelecimento de vínculos desses grupos com a sociedade política em sentido estrito.

A CBA, fundada em 1952 no Rio de Janeiro, foi liderada, principalmente, por oficiais da Marinha, com destaque para o

Almirante Carlos Penna Botto, o qual estabeleceu, por seu prestígio, vínculos com agências e agremiações anticomunistas norte-americanas durante o período mais incisivo e obscuro do *macarthismo* (movimento liderado pelo senador republicano Joseph McCarthy, cujo auge se deu entre os anos de 1950 a 1954; McCarthy foi responsável por estimular perseguições a pessoas, grupos e instituições identificados como comunistas). A atuação da CBA se concentrou “na produção de propaganda e na elaboração e divulgação de panfletos, cartazes, livros. [...] A entidade também ocupava espaços na imprensa, especialmente com entrevistas concedidas por Penna Botto a jornais, mas também a emissoras de rádio” (RODEGHERO, 2007, p. 29).

A TFP, fundada em 1960 por um grupo de leigos liderados por Plínio Corrêa de Oliveira (militante católico conservador e tradicionalista), postulava como principais objetivos “defender e estimular a tradição, a família e a propriedade, e promover e animar a ordem temporal conforme os princípios do Evangelho, interpretados de acordo com o magistério tradicional da Igreja” (ZANOTTO, 2007, p. 2). Além disso, a TFP adotou um ostensivo cunho anticomunista, por meio de atuações categóricas entre os anos 1960 a 1980, período no qual ganhou destaque “denunciando e suplicando às autoridades civis, militares e religiosas não só por expurgos, mas também medidas mais radicais de controle de grupos, instituições e indivíduos tidos por comunistas/inimigos não só do Estado mas também da civilização cristã” (ZANOTTO, 2007, p. 153-154).

Já o MAC pode ser considerado um dos primeiros (talvez o pioneiro) grupos a promover articulações contra o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, em novembro de 1961. Iniciou suas atividades com a pichação de

dizeres anticomunistas em muros no Rio de Janeiro, adotando, em pouco tempo, estratégias mais “incisivas”.

No início de janeiro de 1962, “a sede da UNE foi metralhada no Rio de Janeiro e uma bomba foi jogada num escritório do jornal *Última Hora*. A ofensiva gerou preocupação em vários setores da sociedade e no próprio governo, que também era alvo dos anticomunistas” (MOTTA, 2002, p. 156). Os responsáveis pelas ações do MAC não foram incriminados e o movimento voltou a figurar com maior contundência apenas em 1968, quando foi rearticulado para contrapor as organizações de esquerda.

Em contornos similares, o CCC, arregimentado inicialmente em São Paulo nos primeiros meses de 1964, foi outra organização que se notabilizou no campo do terrorismo anticomunista. Fundado por alguns estudantes universitários, tinha sua base original articulada em torno da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Passou a agir de maneira mais ostensiva após 1966, quando foi reorganizado “para combater as forças esquerdistas, então retornando ao espaço público. Neste momento, a base estudantil do CCC se ampliou para outras escolas, recrutando militantes notadamente entre alunos da Universidade Mackenzie” (MOTTA, 2002, p. 158). As ações orientadas pelo CCC eram variadas (bombas, pichações, sequestros e assassinatos), em torno das quais mobilizava-se a sigla “para assumir um caráter duplo de identificação e anonimato, o que permitia identificar o autor das atividades – a sigla CCC – ao mesmo tempo em que deixava anônimos seus verdadeiros atores” (BRASIL, 2010, p. 18).

A temática do anticomunismo já recebeu profícuas contribuições em estudos acadêmicos desenvolvidos ao longo das últimas décadas. De acordo com a historiadora Carla Luciana Silva, muitas campanhas de teor anticomunista (realizadas antes

mesmo da chamada “Intentona” de 1935) foram orientadas pela construção de um imaginário ilusório, sendo o anticomunismo caracterizado como um processo de elaboração de sentidos sobre um determinado “outro”: um inimigo, proponente de novas realidades diante do *status quo* estabelecido. Houve, historicamente (e com maior contundência, durante o século XX) esforços para “configurar o comunismo como inimigo social, o que acaba em diversos momentos históricos reforçando a coesão dos mais diferentes setores das elites políticas e sociais, unidos para combater o ‘inimigo de toda a sociedade ocidental’” (SILVA, 2001, p. 13). A construção de tal inimigo caracterizou-se, muitas vezes, pela desvinculação de sujeitos específicos e instituições visíveis, posto que “a imagem dele enquanto ‘fantasma’ que poderia atacar a qualquer tempo era muitas vezes mais válida do que a de um ser concreto, como um partido” (SILVA, 2001, p. 37).

A também historiadora Carla Simone Rodeghero abordou a “recepção do anticomunismo” a partir da análise de fontes orais e oficiais que tangenciavam o corpo diplomático norte-americano no Brasil, de 1945 a 1964, e como tais sujeitos avaliavam as campanhas anticomunistas em curso no país. De acordo com Rodeghero, as manifestações anticomunistas podem ser compreendidas como posturas de oposição ao comunismo mediadas por práticas e representações diversas, variáveis conforme as distintas realidades históricas:

O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que se define uma identidade distinguindo um “nós” – os não-comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas; em que dirige a

eleição de certos problemas e de soluções possíveis; em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável.

Ao mesmo tempo, o anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, o qual tem relação com aquele conjunto de representações anteriormente mencionadas. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, atividades educativas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2007, p. 21-22).

Justamente na congruência entre as dimensões imaginárias e práticas do anticomunismo situa-se a questão identitária, relevante para que certos indivíduos ou grupos construam suas próprias identidades e demarquem seus espaços de ação e fala no sentido de antagonizarem o “inimigo comum”. Os esforços anticomunistas foram (e são) articulados, pois, “por grupos que querem se fazer reconhecer pelos outros, garantir a coesão interna e passar uma certa mensagem que não diz respeito apenas ao combate ao comunismo” (RODEGHERO, 2007, p. 204).

Rodrigo Patto Sá Motta discorreu sobre a história do anticomunismo no Brasil entre os anos de 1917 a 1964,

concentrando-se, sobretudo, nos períodos que antecederam os golpes do Estado Novo, em 1937, e civil-militar, em 1964, sendo ambos influenciados pelos esforços anticomunistas (tanto de ações implementadas por organizações de combate ao “perigo vermelho”, quanto de representações textuais e iconográficas). Tais esforços anticomunistas foram (e continuam sendo) conduzidos por complexos amálgamas compostos por instrumentalizações/manipulações e convicções, combinadas em diferentes níveis ao longo do processo histórico. De fato, se o perigo comunista serviu, por um lado, como pretexto para “justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*” (MOTTA, 2002, p. XXIV), por outro lado, houve grupos e indivíduos “que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder” (MOTTA, 2002, p. XXIV).

O “outro” comunista, inimigo (real ou construído) dos princípios consolidados (ou em processo de consolidação) da sociedade ocidental, opunha-se, pois, aos fundamentos de correntes político-ideológicas e/ou religiosas (cristianismo, liberalismo, conservadorismo, nacionalismo, socialismo democrático, americanismo, municipalismo) que, a despeito de suas perspectivas díspares, encontravam em certas alianças (efêmeras ou duradouras) recursos para combater o “mal maior”. Justamente em tais alianças³³ buscaremos escrutinar os sentidos

³³ Conforme explanaremos nos capítulos subsequentes, houve perceptíveis articulações entre o anticomunismo (por vezes utilizado como um eficiente instrumento para acobertar projetos classistas, ou seja, uma eficaz “cortina de fumaça”) e o municipalismo (movimento liderado por frações políticas e agroindustriais conservadoras e antidemocráticas).

do anticomunismo difundido por Machado Sant'Anna e pelos próceres a ele alinhados, muito por conta dos indícios que apontam para instrumentalizações configuradas para impulsionar projetos classistas específicos, para além do mero combate ao “perigo vermelho”.

Em primeiro lugar, é preciso que desvelemos as bases sobre as quais o anticomunismo foi sedimentado discursivamente ao longo do tempo, por intermédio dos jornais de Machado Sant'Anna. Ao lidarmos com o discurso jornalístico, chancelamos que o mesmo contribui na constituição de sentidos e

na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada, uma vez que o discurso dos comunistas praticamente inexistente na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso do Partido, o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade (MARIANI, 1998, p. 61).

Bethania Mariani, ao analisar as formações discursivas a respeito do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em jornais cariocas de 1922 a 1989, mostra-nos a consolidação dos significados negativos nos discursos “sobre” o partido (e, raramente, “do” partido, cujos espaços de exposição foram, em geral, vedados pela imprensa dominante). As notícias, os textos,

os editoriais, as colunas de opinião, as charges e as fotografias vinculados ao tema do comunismo, via de regra, sempre carregaram consigo orientações previamente negativas. Como exposto anteriormente, a produção de sentidos procurava apresentar o “comunista” como “inimigo”, um outro que, embora não fosse permitido, configurava-se para os leitores em um campo singular, visível e, preferencialmente, sob estrito controle. Nas elaborações jornalísticas de combate ao “perigo vermelho”, há pouco (ou nenhum) espaço para as discussões eminentemente políticas, prevalecendo o tom didático sobre as vozes ideologicamente divergentes e, portanto, proibidas. Além disso, o discurso anticomunista nos jornais reverbera “não apenas para o futuro, numa espécie de prevenção contra o perigo comunista, mas também atua retrospectivamente, pois confirma os dizeres já-negativadamente ditos, ainda que hipotéticos, sobre o comunismo” (MARIANI, 1998, p. 161).

A partir de tais perspectivas, promoveremos aproximações aos jornais ribeirão-pretanos *A Tarde* e *Diário da Manhã*, escrutinando as principais formações discursivas inerentes ao anticomunismo, promotoras dos ideais alicerçados pelas matrizes cristã (católica), liberal e nacionalista. As fragmentações destacadas seguem algumas das proposições observadas por Sá Motta (embora, aqui, procuremos nos afastar parcialmente do campo das representações sociais), segundo o qual o anticomunismo, ao invés de consolidar-se como um único corpo hermético e homogêneo, reúne, na verdade, grupos e projetos heterogêneos – evidentemente, não lidamos com separações rígidas e estanques, “pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas. Mas isto não altera o fato de que, na origem, os argumentos provêm de tradições de pensamento distintas” (MOTTA, 2002, p. 17-18).

Contudo, antes de explorarmos as manifestações anticomunistas existentes na imprensa interiorana, é conveniente que estabeleçamos certa análise sobre o “outro lado da moeda”, ou seja, sobre as diretrizes, os avanços e os recuos inerentes ao movimento comunista (nacional e internacional) no recorte temporal estabelecido pela pesquisa.

2.2 - AVANÇOS E RECUOS DOS MOVIMENTOS COMUNISTAS INTERNACIONAL E BRASILEIRO

Após a dissolução da III Internacional Comunista (1919-1943) por Josef Stalin, como gesto de conciliação entre a URSS e as Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, o movimento comunista internacional se reorganizou em 1947, com a criação do Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Kominform), o que ampliou a influência comunista sobre os antigos palcos da guerra, especialmente na Europa e na Ásia.

O efeito das vitórias militares soviéticas havia produzido ressonância junto a movimentos e entidades representativas da classe trabalhadora no mundo todo. A URSS aparecia, para muitos naquele momento, não apenas como a encarnação da revolução socialista, mas também como o símbolo máximo de esperança das causas progressistas, da independência das nações e da paz entre os países. Os partidos comunistas capitalizaram a ampliação do prestígio soviético, e o mundo que emergiu do drama bélico contava, em finais de 1945, com “catorze milhões de comunistas organizados fora das fronteiras soviéticas, contra o escasso um milhão nas vésperas do conflito e menos ainda [...] do período do pacto germano-soviético” (CLAUDIN, 1986, p. 329-330).

No entanto, a situação interna do movimento comunista no período situado entre a dissolução da III Internacional e a criação do Kominform era bastante espinhosa. Os fundamentos político-ideológicos do “monolitismo” stalinista estavam fortalecidos e o prestígio do PC soviético era decisivo. A mentalidade dogmática e acrítica cultivada no seio da Internacional Comunista durante o período stalinista foi transmitida a segmentos das gerações que militaram após 1945, o que significou a pobreza do pensamento teórico e a “clericalização” de Stalin junto ao movimento comunista nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra.

Simultaneamente, surgiam tendências conflitivas e questionadoras, tanto dentro quanto fora do movimento comunista. No verão de 1947, as orientações antissoviéticas adotadas por Washington exigiram do Kremlin uma dupla revisão de suas estratégias, tanto no âmbito da política externa soviética quanto da política dos partidos comunistas do Oeste e do Leste – o que, em parte, motivou a gênese do Centro de Informação dos Partidos Comunistas. Nos meios burgueses, a criação do Kominform foi recebida como uma espécie de “ressureição do Lázaro vermelho” enterrado em 1943, ou seja, uma ofensiva revolucionária mundial contra os chamados “povos livres”, que deveriam ser defendidos sob os auspícios da Doutrina Truman e da tutela norte-americana. Por sua vez, Stalin procurou obrigar Washington a “reconhecer a divisão das esferas de influência no marco de um compromisso mundial que [assegurasse] a direção bipartida do mundo pelas duas superpotências” (CLAUDIN, 1986, p. 495-496), ao invés de desencadear a luta revolucionária contra o imperialismo ianque em escala mundial.

Quanto à política dos partidos comunistas nacionais, foi-lhes imposta a “tarefa fundamental” de “assegurar uma paz democrática duradoura”. Tanto o informe de Andrei Zhdanov à

Conferência dos Partidos Comunistas na Polônia, quanto a Declaração dos Nove Partidos Comunistas europeus, ambos de 1947, mantinham-se omissos diante de potenciais lutas revolucionárias pelo socialismo nos países do bloco capitalista, privilegiando a via do “eleitoralismo” e da crença na perenidade da “grande aliança” da colaboração de classes em escala nacional e internacional. Em síntese

[...] a nova política staliniana tinha um caráter essencialmente defensivo. Seu objetivo central era consolidar as posições adquiridas no Leste e no Centro da Europa, assim como no Extremo Oriente, e impedir que avançassem os projetos de blocos antissoviéticos. A tarefa dos partidos comunistas do mundo capitalista, cumprindo com a sua função de “apoio” à “base” do “campo anti-imperialista”, deveria consistir em “encabeçar a resistência aos planos imperialistas de expansão e agressão”, tal como a definia o informe de Zhdanov. Ao final desta nova “resistência” não havia outra meta estratégica que a muito utópica de uma democracia burguesa zelosa da sua honra nacional e da sua independência em face das pretensões “dirigentes” de Washington. O que conferiu certa tonalidade “ofensiva” a esta nova política foi, de um lado, a violência verbal – recobrando, geralmente, a pobreza de ideias – na denúncia da política americana e seus “lacaio” social-democratas [...]; e, de outro lado, a utilização de formas de luta quase

esquecidas nos anos de colaboração governamental – a greve, a manifestação e até o enfrentamento com as forças da ordem pública. Mas o conteúdo ofensivo ou defensivo de uma política não se define unicamente pelos métodos de ação, e a violência verbal pode servir – e, mais frequentemente, desservir – a qualquer política (CLAUDIN, 1986, p. 502-503).

Após a realização do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em 1956, as atividades do Kominform tornaram-se alvos de críticas de frações do movimento comunista internacional. Na ocasião, o secretário geral do PCUS, Nikita Khrushchev³⁴, divulgou aos delegados soviéticos e outros representantes um “Relatório Secreto” a respeito do governo de Stalin, acusando-o de utilizar, indiscriminadamente, recursos de violência, processos fraudulentos, execuções e violações das normas revolucionárias, além de ter incentivado o “culto à personalidade” do líder. Khrushchev, além de criticar os crimes cometidos por Stalin, propôs algumas mudanças profundas nos rumos da política internacional soviética, “o que afetaria as formulações políticas dos partidos comunistas (PCs) por todo o mundo. Basta lembrar aqui a polêmica aproximação dos EUA, através da política de coexistência pacífica” (SALES, 2001, p. 17-18).

A partir de então, o regime soviético incidiu sobre o conjunto do movimento comunista internacional disseminando novas justificações ideológicas (utilização de Stalin como grande “bode expiatório, explicação do seu absolutismo pelo ‘culto’ e do

³⁴ Stalin havia falecido em 1953.

‘culto’ pelo seu absolutismo, afirmação de que a aterrorizante realidade descrita no ‘relatório secreto’ não afetara em nada a ‘essência socialista’ do regime ou a essência científica do seu ‘marxismo’” (CLAUDIN, 1986, p. 644) e ratificando a política “pacifista” e “democrática” de coexistência. Tais diretrizes foram aceitas por alguns como uma inicial autocrítica regeneradora, mas também refutadas por outros como grosseira parvoíce alheia ao marxismo crítico. Imerso em tal conjuntura, o Kominform foi dissolvido oficialmente em abril de 1956.

O processo de “desestalinização” iniciado por Khrushchev ocorria justamente em um momento de relativa frouxidão social e de sensíveis desarranjos políticos, catalisados por movimentos de potencial desagregador, como os ocorridos na Polônia e na Hungria, em 1956 – sendo o último abafado pelos exércitos soviéticos:

O XX Congresso e resoluções posteriores haviam proclamado que o PCUS renunciava a ser o “guia” dos outros partidos comunistas, que podia haver diversos caminhos para o socialismo, e que Moscou respeitaria integralmente a independência de cada “país socialista”. Todas essas declarações solenes foram pisoteadas sem escrúpulos quando húngaros e poloneses tentaram colocá-las em prática. E a partir desse momento a desestalinização, inclusive em sua estreita concepção kruschevista, começa a recuar em todos os Estados do bloco soviético. Mas já não era possível, e nem os kruschevistas desejavam isso, restaurar os métodos terroristas de Stalin.

O essencial era conservar as estruturas políticas e sociais (CLAUDIN, 1981, p. 8).

A viabilidade de uma revolução de amplitude mundial sofreu um agudo revés após o XX Congresso, quando o apelo insurgente sustentado pelos soviéticos e seus adeptos começou a ser questionado, pulverizando-se em variados (e, por vezes, rivais) polos desmembrados. O “internacionalismo proletário” até então irradiado por Moscou esfacelava-se lentamente com a autonomização de muitos Partidos Comunistas, mormente os ocidentais.

Os anos do governo Khrushchev, sobretudo após 1959, foram caracterizados por insurreições grevistas em importantes centros industriais, além da incubação de oposições nacionalistas, acadêmicas, religiosas e intrapartidárias (como a de Brejnev). Concomitantemente, a reedição da *História do PCUS* em 1959 manteve a primazia soviética na interpretação do marxismo contra as tendências “revisionistas”, e sustentou a via da “coexistência pacífica” e da “democracia intrapartidária”, ao menos retoricamente.

As dissidências exógenas, contudo, logo se fizeram notar. Mao Tsé-Tung discordava das prerrogativas estabelecidas pelo PCUS e, fiel ao modo como tomou o poder na China em 1949, apoiou organizações de guerrilha e libertação no Sudeste Asiático e na América Latina, pronunciou críticas acerbas aos imperialismos (inclusive o soviético), qualificou como “revisionista” a tese de que “as democracias populares poderiam se encaminhar para o socialismo por vias particulares” (CHAMBRE, 1967, p. 61) e criticou as prerrogativas de Khrushchev como rompimentos com o “internacionalismo proletário”.

As discrepâncias sino-soviéticas germinaram a fratura do movimento comunista internacional e trouxeram a Khrushchev a perda de credibilidade junto ao PCUS, culminando com seu afastamento da cúpula diretiva em 1964:

Apesar de alguns êxitos na política externa, a crise provocada nas relações com os Estados Unidos por causa da instalação irresponsável de mísseis em Cuba, a quebra da unidade do “campo socialista” por causa do conflito com a China, e a instabilidade interna dos países do bloco constituíam outros tantos motivos de crítica contra o “primeiro secretário”. [...] Mas as decisões que talvez tenham influenciado mais decisivamente na queda de Khrushchev foram as relativas ao funcionamento e estruturas do partido. Em primeiro lugar, a renovação periódica obrigatória de um terço dos membros dos comitês do partido a todos os níveis, com exceção do primeiro secretário e alguns outros dirigentes máximos, medida que afetava a estabilidade da burocracia do partido. Em segundo lugar, a reestruturação das organizações regionais do partido segundo o critério da produção, que levava, na prática, a criar um partido da indústria e outro da agricultura, com um novo organismo superior presidido por Khrushchev que diminuía seriamente os poderes do Presidium. Essa reforma era criticada como um passo perigoso para o sacrossanto princípio do papel dirigente

do Partido. Em poucas palavras, por volta de 1964 Krushev havia provocado contra si todo tipo de oposições, desde aquelas que representavam interesses privilegiados, decididas a conservar o sistema tal como era, até as diferentes formas de oposição renovadora e as manifestações de descontentamento popular que se produzem na última etapa da década krushevista (CLAUDIN, 1981, p. 9).

Na América Latina, o crescimento dos partidos comunistas se mostrou bastante expressivo. Em 1939, as agremiações contavam com cerca de 90.000 membros, enquanto em 1947, o contingente saltou para meio milhão de militantes, com destaque para os partidos chileno (60.000), cubano (40.000) e brasileiro (200.000). Os comunistas cubanos e chilenos “chegaram a participar de governos e o movimento comunista internacional depositava grandes esperanças no partido brasileiro; comentava-se que ‘o Brasil pode ser, logo, a Rússia da América’” (CLAUDIN, 1986, p. 332).

Entre meados dos anos 1940 e início da década de 1960, o PCB (Partido Comunista do Brasil, até 1961, e Partido Comunista Brasileiro, daí em diante) foi uma das (senão, a maior) principais forças da esquerda de inspiração marxista no país, dispondo de quadros que atuavam no movimento estudantil, nos meios operário e camponês e em campanhas anti-imperialistas.

A linha de conduta partidária estabelecida no período em questão havia sido estabelecida pela II Conferência Nacional (também conhecida como Conferência da Mantiqueira), realizada em agosto de 1943, onde o partido adotou a orientação oficial de apoio à “União Nacional”, de “defesa da soberania nacional diante

do expansionismo nazifascista, mas também certo adesismo ao governo Vargas, o que se evidenciava nas páginas da revista *Continental*, que, na prática, se tornou o órgão oficioso do partido” (PRESTES, 2014, p. 153).

Entre 1945 e 1947, “mais um movimento do que um partido”, o PC brasileiro desfrutou de uma breve legalidade, contando com a adesão de expressivas parcelas da intelectualidade mudancista e canalizando vasto contingente das camadas subalternas (especialmente, urbanas) que então emergiam na cena política nacional.

No entanto, de acordo com Jacob Gorender³⁵, o partido iludiu-se pelo aparente conagraçamento internacional existente entre a derrota do Eixo e a deflagração da Guerra Fria, e continuou a se orientar pelo enfoque “da união nacional contra o fascismo, sem perceber as alterações na disposição das forças de

³⁵ O “pacifismo” adotado pelo PCB em algumas conjunturas (como os períodos inaugurados pela “União Nacional”, pelo “XX Congresso do PCUS” e pela “Declaração de Março”) despertou variadas polêmicas e cisões, inclusive no seio do próprio partido. Especialmente após 1958, certos intelectuais e dirigentes afastados ou marginalizados, como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, criticaram a nova linha política, considerada “direitista”, “revisionista” e renunciadora da hegemonia da classe operária e de suas lutas revolucionárias. Outros, como Mário Alves, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, sustentaram que a “revolução brasileira”, nacional e democrática, deveria ser concretizada por “formas e meios pacíficos”, conduzida por uma ampla frente única, composta pelo proletariado, camponeses, pequena burguesia, burguesia e, até mesmo, latifundiários descontentes. Jacob Gorender, que participou da redação da “Declaração de Março”, considerou, a posteriori, que à época do golpe civil-militar de 1964 “somente alguns setores da esquerda, que não dispunham de influência de massas, falavam em implantação imediata do socialismo. O PCB e outras forças de esquerda não tinham essa ideia. Falava-se de um governo que aplicasse medidas de reforma agrária, de distribuição de renda, de construção de casas populares para os trabalhadores”. Em 1967, Gorender foi expulso da sigla e ajudou a criar, ao lado de Apolônio de Carvalho e Mário Alves, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), dedicado à luta armada contra a ditadura (TOLEDO, 2014; RIDENTI; REIS, 2007; RODRIGUES, 2013; MADUREIRA, 2006).

classe dentro do país. [Prestes e os principais dirigentes] se entregaram à pregação de um trivial pacifismo” (GORENDER, 1987, p. 21-22). Recomendava-se aos trabalhadores, por exemplo, que estabelecessem o bom entendimento com os patrões, integrantes de uma burguesia nacional considerada “progressista”, em benefício do desenvolvimento econômico brasileiro – passo decisivo para a maturação do projeto revolucionário. A dita burguesia “progressista”, contudo, assustou-se com os êxitos eleitorais do partido nos pleitos realizados após o fim do Estado Novo e achou conveniente “privar o PCB do oxigênio da legalidade. Recebeu inspiração dos acontecimentos internacionais, uma vez que as primeiras escaramuças da Guerra Fria tinham afastado os ministros comunistas dos governos da França e da Itália” (GORENDER, 1987, p. 21-22).

Após a cassação do PCB, em 1947, a direção partidária reagiu à decisão do governo de Gaspar Dutra, substituindo a estratégia pacifista pela “violência revolucionária imediata”, chancelada ao longo de múltiplas publicações, como o Manifesto de Janeiro de 1948 (no qual estabelecia-se uma virada radical à esquerda, sustentada pelo rompimento da política de “União Nacional”, pela crítica ao governo Dutra, acusado de “traição nacional a serviço do imperialismo norte-americano”, pela autocrítica a respeito da “visão otimista sobre a democracia brasileira” e pelo chamado à formação de uma frente ampla, “composta por todos aqueles que queriam lutar contra o ‘imperialismo’, o ‘feudalismo’ e o ‘latifúndio’”. Pregavam ainda a instalação de um governo democrático, nacionalista e progressista” (CARONE, 1982), o Manifesto de Agosto de 1950 (o qual consolidou a linha revolucionária instituída em 1948, propondo organizar “as classes trabalhadoras e colocá-las no

caminho da luta armada revolucionária, objetivando concretizar a primeira etapa da revolução brasileira” (RIBEIRO, 2014, p. 3) e o programa aprovado pelo IV Congresso realizado clandestinamente em novembro de 1954 (que confirmava o caráter da revolução brasileira como “anti-feudal” e “anti-imperialista”, mantinha a tese da “inevitabilidade da luta revolucionária no Brasil” e afirmava a necessidade de confisco dos capitais e das empresas pertencentes aos monopólios estadunidenses que operavam no Brasil (PRESTES, 2015).

Os desajustes da linha política partidária, o “antidemocratismo” stalinista e, posteriormente, a crise do movimento comunista internacional após 1956, deflagraram profundas discussões internas no PCB. O relatório de Khrushchev, divulgado pelo *New York Times* e por *O Estado de São Paulo*, foi recebido, a princípio, como uma falsificação e uma “conspirata da imprensa burguesa” (DORIA, 2007, p. 271). Todavia, assumida sua autenticidade, manifestou-se o PCB no sentido de apaziguar decepções e manter as representações cultuadas em torno da URSS, conforme as indicações do texto “Carta Rolha”, assinado por Prestes. O texto salientava aos militantes que seriam inadmissíveis “em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo” (CARONE, 1982, p. 157).

Os novos arranjos político-partidários culminaram com a Declaração de Março de 1958, na qual o PCB reconhecia o desenvolvimento capitalista em curso no Brasil (o que, até então, era negado pelo partido). Todavia, informava que tal desenvolvimento ainda não estava completo ou amadurecido para a efetivação da revolução socialista. “A tarefa dos

comunistas devia ser a de lutar pelas reformas de estrutura a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática” (GORENDER, 1987, p. 30). A Declaração de Março adotou, portanto, a seguinte perspectiva:

A “inevitabilidade do subdesenvolvimento”, devido à ação do imperialismo, foi moeda corrente no pensamento da esquerda brasileira durante um longo período. E, contra essa visão, o texto de 1958 significava uma importante novidade teórica. Constatando a realidade do desenvolvimento, os comunistas deixaram para trás a política de recusa e enfrentamento e passaram a tentar interferir nos rumos do desenvolvimento através da pressão sobre o Estado e das campanhas nacionalistas pela encampação das empresas estrangeiras situadas nos setores estratégicos da economia. No limite, apostavam na viabilidade de um capitalismo monopolista de Estado e acreditavam, ingenuamente, ser este a ante-sala do socialismo (FREDERICO, 2007, p. 337).

Os impactos causados pelo relatório apresentado por Khrushchev no XX Congresso, as viragens e vacilações pecebistas ao longo dos anos 1950 e o advento do maoísmo ocasionaram turbulências e questionamentos dentro do partido. Alguns militantes refutavam a adoção de uma via revolucionária anti-imperialista e anti-feudalista sustentada por um caminho pacífico e de formação de uma frente ampla, democrática e nacional, e

também criticavam o abandono das orientações políticas baseadas na radicalização e na pregação da revolução imediata.

Pouco tempo depois, em fevereiro de 1962, foi organizada a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo cancelado com a sigla PC do B. Formalizava-se a cisão entre o PCB e o PC do B, bem como a consequente coexistência de dois partidos comunistas no país. O PC do B proclamava ser “o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962 [...] de acordo com o dogma stalinista, [segundo o qual] o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário” (GORENDER, 1987, p. 34). O “novo velho” partido repelia as lutas pelas reformas de base e pregava a instauração imediata (pela via revolucionária, ao invés da via pacífica) de um regime antagônico ao monopólio, ao latifúndio e ao imperialismo.

Em linhas gerais, a referida cisão das “duas almas” do comunismo brasileiro (uma moderada, outra radical) possuía, ao menos, três variáveis fundamentais, as quais foram observadas e consagradas pela historiografia sobre o tema, contrapondo o PCB (“desestalinizante”, seguidor da linha soviética e da via pacífica) e o PC do B (stalinista, seguidor da linha chinesa e da via armada), muito embora houvesse complexidades e ambiguidades dificilmente observáveis à luz do imediato desmembramento: ambos os partidos continuavam a compartilhar “um legado teórico, uma visão estratégica, um modelo de construção do socialismo e uma concepção partidária ancoradas no fenômeno histórico conhecido como ‘stalinismo’”; à época do rompimento, a influência cubana sobre o PC do B teria sido muito mais forte, além do fato de os dissidentes tentarem, “por algum tempo após a cisão, manter boas relações com o Partido Comunista da União Soviética”; e, finalmente, teriam sido “muito fortes as

semelhanças programático-estratégicas entre o PC do B e o PCB. Vale lembrar, novamente, que antes de 1962, as ‘duas almas’ do comunismo – uma moderada e outra radical, mas ambas etapistas – alternavam-se no comando do Partido” (POMAR, 2000a, p. 270-273).

Os caminhos e descaminhos trilhados pelos movimentos comunistas internacionais e nacionais ao longo dos anos 1940 a 1960 ganharam consideráveis espaços na imprensa – inclusive nos jornais interioranos, os quais, por hora, nos interessam. Eventos e personagens eram constantemente reconstituídos e reconfigurados, envoltos em calculadas tonalidades de luzes ou sombras, conforme os desígnios dos profissionais manejadores da máquina jornalística a serviço dos mantenedores do *status quo* e da defesa dos “bons” princípios da tradição, da moral, da família, da propriedade, da fé e dos bons costumes. Um de seus principais arautos foi o jornalista, empresário e político Antônio Machado Sant’Anna, sobre o qual (e a partir do qual) desvelaremos nossas análises.

2.3 – ANTICOMUNISMO NACIONALISTA: A DEFESA DA PÁTRIA CONTRA OS “TANGIDOS PELA FOICE E PELO MARTELO”

Sobre o anticomunismo de viés nacionalista, convém, primeiramente, deliberarmos a respeito dos “tipos” de nacionalismo aventados pelas páginas jornalísticas analisadas. Em linhas gerais, o nacionalismo pode ser elaborado como um devir (Estados potenciais, destinados à glória e ao progresso), afetado pelas situações presentes (muitas vezes, como instrumento propagandístico de aglutinação classista em torno de projetos específicos – econômicos, bélicos, políticos, etc.) e pela

construção de uma dada herança pretérita (cujos alicerces são respaldados pelos grandes nomes e grandes feitos do passado, coadunados em discursos e práticas que visam estabelecer uma aparente ancestralidade comum) (ALMEIDA, 2014).

Em Gramsci, o nacionalismo, para além dos efeitos nocivos que certas variantes teriam impetrado ao campo literário (“por que tantos escritores modernos atêm-se tão intensamente à ‘alma nacional’ que afirmam representar? É útil, para quem não tem personalidade, decretar que o essencial é ser nacional” (GRAMSCI, 2001, p. 72), fez com que o âmbito político também fosse profundamente abalado. O filósofo sardo lamentava que a guerra, “em vez de ser simplesmente política, tenha se tornado uma guerra de almas nacionais, com suas características de profundidade passional e de ferocidade” (GRAMSCI, 2001, p. 73). Quanto aos países periféricos, nos quais há maior possibilidade de penetração política para a criação de zonas de influência submetidas aos países hegemônicos, não existiria uma situação “nacional-popular”³⁶, mas sim um nacionalismo no qual “as

³⁶ Sobre o sentido “nacional-popular”, temos que “superada a hipótese de uma rápida difusão e aceleração do processo revolucionário em escala mundial impulsionada pela Revolução de Outubro e mesmo pelos processos de internacionalização da economia capitalista, o movimento comunista internacional caminhava em direção a uma fase de longa e difícil ‘guerra de posição’, de resultados até então imprevisíveis. Diante do ineditismo de tal quadro mundial, marcado por notáveis processos de reorganização sociopolítica, o terreno nacional se mostrava ainda mais decisivo do que no passado para a afirmação hegemônica do proletariado, do qual o movimento comunista deveria representar a vanguarda política. Para alcançar tal objetivo, seria necessário, segundo Gramsci, constituir um bloco de forças nacionais, o ‘povo-nação’, que desse vida a uma ‘vontade coletiva nacional-popular’. Esta representaria ‘um tipo de nacionalismo político e cultural que foge dos limites dos partidos propriamente nacionalistas’ (Q3, 82, 361) e que, ao contrário, impregna toda a cultura e cria ‘uma dependência e uma ligação estreita entre povo-nação e intelectuais’ (Ibidem, 362)” (AUSILIO, 2017, p. 567).

grandes massas populares são consideradas como gado” (GRAMSCI, 2007a, p. 306).

Lidamos com um conceito simultaneamente dinâmico (portanto, histórico, plural e cambiável) e estático (ao menos para os sujeitos e instituições interessados em construir uma visão de nação invariável, imutável, posto que as nações, preponderantemente, se pretendem “eternas”). Afastando-nos de características apriorísticas objetivas (tais como língua, território, história e traços culturais comuns) e subjetivas (individuais ou coletivas, assentadas em uma possível “consciência” de pertencimento dos sujeitos), podemos nos aproximar de uma definição germinal a partir da qual a nação – não sendo uma entidade social originária e imutável, exclusivamente alicerçada pelas funções territoriais de firmação do Estado burocrático – aglutina consigo fenômenos associados a condições econômicas, políticas, culturais, etc., em um processo de modelação simultaneamente disputado “pelo alto” (governos e porta-vozes de projetos nacionalistas) e “por baixo” (demandas e interesses das pessoas ditas comuns) (HOBSBAWM, 1990).

Algumas das principais vertentes do nacionalismo brasileiro desenvolvido ao longo do século XX assentaram-se na ideologização de uma coexistência pacífica entre distintos segmentos sociais, a priori isentos de atritos étnico-culturais, e na formatação perene de princípios conservadores.

Podemos conferir destaque, em um primeiro momento, aos trabalhos de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, representantes da tradição do pensamento conservador tupiniquim e atuantes durante os primeiros governos de Getúlio Vargas (especialmente na apologética do Estado Novo). De acordo com Vianna e Amaral, o nacionalismo deveria ser acolhido como premissa para a construção de uma verdadeira nação brasileira, enquanto o

desenvolvimento nacional seria o “resultado da união das classes produtivas e das elites políticas em nome dos interesses coletivos do país, ambos mediados e regulados pela ação de um Estado forte, que se colocaria como o legítimo representante da nação e da sua unidade” (ABREU, 2012, p. 161-162).

Todavia, ao largo das manifestações nacionalistas mais conservadoras, também foi gestada uma formatação nacionalista alternativa, alimentada pela progressão de dificuldades cambiais e pelas acusações às filiais estrangeiras de debilitarem a economia brasileira através da remessa de lucros e dividendos para o exterior. Tal versão prevaleceu “no formato da política brasileira de petróleo e deu base a uma significativa mobilização nacional a favor do monopólio estatal de petróleo e derivados” (LESSA, 2008, p. 254).

A conjuntura delimitada entre os anos 1940 a 1960 apresentou, portanto, uma conjugação de esperanças em um nacionalismo desenvolvimentista, reformista e distributivista, ou seja, na crença de vários segmentos sociais de que a modernidade brasileira seria alcançada através de um programa governamental amparado pela efetiva defesa dos patrimônios cultural e econômico brasileiros, pela industrialização e por políticas sociais distributivistas:

Tal projeto não era unívoco nem homogêneo na sua concepção. Era, na verdade, matizado por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. Dessa forma, por exemplo, havia um projeto reformista agregado a objetivos socialistas defendido pelos comunistas. Também era possível identificar a forte atuação dos católicos

definidos como progressistas, que, principalmente, através de movimentos leigos como o de Ação Católica, desenvolviam um alentado trabalho em torno de propostas voltadas para o reformismo e justiça sociais. Também organizações como a União Nacional dos Estudantes e os sindicatos se envolveram em lutas dessa natureza, vinculando-se a projetos partidários específicos. Todavia, mesmo através da pluralidade de proposições que conformavam o programa de reformas que se projetava para o país, *sua ênfase nacionalista e distributivista caracterizou-se como fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica peculiar* (NEVES, 2001, p. 172).

Os diferentes segmentos e partidos orientados por tais preceitos (como o PTB, por exemplo) eram tachados pelos nacionalistas conservadores como portadores de um “mal nacionalismo”, mentiroso e alheio aos “verdadeiros” anseios nacionais. Estabelecia-se, pois, que o nacionalismo era disputado por segmentos tanto à direita quanto à esquerda.

Conferimos destaque a tais perspectivas justamente por apresentarem semelhanças bastante explícitas quando contrapostas aos textos jornalísticos presentes em *A Tarde* e *Diário da Manhã*, direta ou indiretamente vinculados a Machado Sant’Anna, entre os anos de 1940 a 1966. Os jornais ribeirão-pretanos em questão promoviam o nacionalismo anticomunista a partir de estratégias centradas, muitas vezes, na exploração do contraste entre um perfil genuinamente “bom e puro” dos brasileiros, afeitos aos princípios democráticos e aos bons

costumes *versus* a “felonia comunista”, subversiva, mentirosa e atuante no reino das sombras – contra a qual todos os verdadeiros brasileiros, patriotas, deveriam hastear a bandeira da vigilância constante. Em linhas gerais, a atuação dos comunistas – considerados agentes agressivos que ameaçavam a unidade do corpo nacional, incentivadores da divisão entre as classes sociais – era profundamente execrada pelos nacionalistas conservadores, defensores de uma concepção orgânica e integral da nação.

Para Machado Sant’Anna, efusivo propagandista de Stefan Zweig³⁷, o Brasil seria, de fato, “o país do futuro”. Em tal futuro (utópico) não tão distante, “o século XXI será nosso, inteiramente nosso, não desse ‘nosso’ tolo que corre, muito vermelho, por aí, mas um nosso consciente, real e fixo”. Haveria, contudo, sujeitos que não conheceriam de fato o país, alheios ao trabalho e à ação. Para esses sujeitos, “nacionalistas vermelhos, enfadonhos, dirigidos e tolos [...], tal confiança no Brasil de amanhã é impossível e entendem que devemos ficar unguídos à diretrizes estranhas, contrárias à nossa personalidade” (SANT’ANNA, 1959b).

Conforme os periódicos, apesar de ser um “país pacífico, de povo cuja índole é extremamente afetiva, o Brasil continua a ter inimigos desejosos de quebrar o ritmo de sua história gloriosa”, sendo que “o perigo comunista é permanente e precisamos estar sempre alertas contra ele. [...] Devemos precaver-nos contra ele, numa vigilância também permanente e, acima de tudo, ativíssima, porque o inimigo, insidioso, é também perigosíssimo” (GRELLET, 1941c). Os cuidados com a constante vigilância deveriam ser redobrados quando o silêncio comunista imperasse,

³⁷ Stefan Zweig (1881-1942) foi um importante escritor austríaco, autor de obras como “24 horas na vida de uma mulher”, “Maria Antonieta: retrato de um personagem central” e “Brasil, país do futuro”.

diante do “perigo oculto das manobras insidiosas dos que à sorrelfa e sobrepticiamente [sic], e por isso mesmo sem molestas perturbações estão agindo nos moldes que lhes são característicos” (Vigilância democrática, 1948).

Já os sujeitos comunistas, caracterizados como traidores, “assalariados de Moscou”, “homens que substituíram o auri-verde pendão pela foice e martelo”, seriam os responsáveis por destilarem por “todo este vasto Brasil a irresponsabilidade, a desmoralização de costumes políticos, a mentira, a calúnia, [...] quer às claras, quer criminosamente à noite, atirando aos homens mais dignos a pécha deturpadora do seu desgraçado hálito de ranço” (PINHAO, 1950). O anticomunismo de inspiração nacionalista, portanto, caracterizava os militantes como elementos estranhos ao Brasil, cujos princípios professados seriam formulações oriundas de países estrangeiros, realidades alheias aos anseios nacionais.

Os comunistas eram, ainda, qualificados como extremistas bárbaros e agitadores, que “estão ativos e querem a subversão da ordem, pois para eles, quanto pior, melhor para a implantação de sua ideologia estranha e perigosa” (Plano pré-estabelecido, 1960), e também como “demagogos vulgares, vozes a serviço da esquerda totalitária”, contra os quais o governo do Estado e as autoridades federais deveriam agir com “o máximo de energia”. As lideranças constituídas não poderiam “sofrer um só arranhão. Deve cessar imediatamente a ação nefasta dos extremistas. A Nação precisa trabalhar e não pode mais haver tolerância para com essa minoria que insiste em zombar do próprio povo” (Deputados agitadores, 1962).

Ao tomar o comunismo como “partido de orientação antinacionalista, [que] só serve para perturbar a ordem e causar o desassossego” (As eleições..., 1947), os grupos a ele coligados

também apresentavam-se como passíveis de construções antagônicas e estigmatizantes, como, por exemplo, a Juventude Comunista, de “ação maléfica ao país, contrária aos seus princípios políticos, por ainda, ser contrária as referidas doutrinas, à moral, contrária ao bem público, à segurança do Estado, à ordem pública ou social e aos nossos costumes” (A Juventude Comunista, 1947).

Algumas das elaborações do nacionalismo anticomunista tornaram-se mais incisivas entre 1947 e 1948 (por conta do fechamento do PCB, do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS e da cassação dos mandatos de deputados comunistas) e mais recorrentes quando tangenciadas pelas questões militares (fosse pelo temor de possíveis infiltrações vermelhas nas Forças Armadas, fosse pela sedimentação de uma determinada memória a respeito da “Intentona” de 1935).

O PCB, cuja breve legalização durou de outubro de 1945 a maio de 1947, havia alcançado expressivos números nas eleições de 1945 (com 9,7% dos votos para o candidato à presidência Yedo Fiúza, bem como a eleição de 14 deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes) e 1947 (tornando-se a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa de São Paulo, com 11 deputados, além de eleger um número expressivo de vereadores nas Câmaras Municipais de cidades com grande presença operária) – conquistas que não impediram o partido de ser cassado, pelo TSE, em 7 de maio de 1947 (FERREIRA; AARÃO REIS, 2007).

As razões motivadoras para tal cassação podem ser encontradas no clima de Guerra Fria (com o crescimento de hostilidades entre EUA e URSS, especialmente a partir de 1947, com a Doutrina Truman e a política de contenção do comunismo no “mundo aberto”), no anticomunismo público e historicamente conhecido do presidente Eurico Gaspar Dutra, e na declaração de

Prestes, quando perguntado se ficaria ao lado do Brasil ou da União Soviética em uma possível guerra (o senador teria afirmado que “se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional” (BRAGA, 2003, p. 88). A resposta, traduzida como afronta antipatriótica e traiçoeira, açulou o anticomunismo e abriu brechas para as insinuações de que o PCB era uma mera sucursal de Moscou).

Ao longo dos meses, os acalorados debates a respeito da cassação do PCB reverberavam nos jornais ribeirão-pretanos, ora em textos que revelavam certo receio pelas inesperadas reações dos comunistas diante do fechamento do partido, ora em publicações norteadas por efusivo apoio à medida coercitiva.

Adotando, em um primeiro momento, postura crítica contra os defensores da liquidação do PCB, afirmava *A Tarde* que, fechado, “o partido começará a agir, como antigamente, nas sombras e nos subterrâneos. Campanha difícil de ser aniquilada, em vista das armas ocultas de que se prevalecerá. O melhor é deixar a facção prestista se mover em plena luz meridiana” (Doutrinemos o povo, 1947).

Em um segundo momento, entretanto, o periódico afirmava que o fechamento do partido teria sido benéfico, ainda que alguns intelectuais e homens da imprensa tenham expressado opinião contrária: “acham que foi um mal o fechamento do PCB. Teriam razão se os brasileiros tivessem um nível mental elevado. A realidade não é essa. O número de brasileiros que pensam, entendem e concluem, é pequeno” (BRANCO, 1947). *A Tarde* realizou, também, alertas quanto à insuficiência da medida restritiva para barrar as “subversões comunistas”:

Com o fechamento do Partido Comunista, deixaram os vermelhos de agir as claras para fazê-lo sorrateiramente, com mais veemência e mais despudor. [...] Tudo quanto os nossos ancestrais nos legaram de honroso e dignificante, como Deus, Pátria, Família, Honestidade, Bondade e democracia, estavam sendo solapados pelos hábeis e insinuantes delegados da Rússia, que em seu lugar deixavam a peçonha de novas e revolucionárias ideias que tinham por fim enfraquecer o nosso organismo pátrio e entregá-lo como mísero escravo dos ditadores do Kremlin (MORAES, 1947).

Após o fechamento do PCB e a repressão mais pungente aos comunistas no Brasil, as relações diplomáticas entre o país e a URSS apresentaram traços de deterioração. Em outubro de 1947, o periódico soviético *Literaturnaya Gazeta* veiculou pesadas críticas ao presidente Dutra, apelidado como “general do café”, acusado de nutrir “mórbida paixão pelo nazismo” e temer o Exército Vermelho “até mesmo quando o via nas telas do cinema” (REZENDE, 2006, p. 74). As consequências foram imediatas, com o envio de uma nota pelo governo brasileiro (na figura do embaixador Pimentel Brandão), em 10 de outubro de 1947, exigindo desculpas por parte do governo soviético, visto que a imprensa, controlada pelo Estado, teria cometido uma afronta deliberada ao Brasil. Com a recusa do ministro das Relações Exteriores da URSS e o impasse criado, o governo brasileiro rompeu as relações diplomáticas entre os países em 21 de outubro de 1947. A respeito do ocorrido, *A Tarde* sentenciou:

Nos ataques ao presidente da República e ao heroísmo do Exército Brasileiro, colocaram os manejadores da foice e o martelo a bÍlis de sua odiosidade, porque o Brasil tomou posição ao lado da América do Norte, na defesa da soberania polÍtica e da integridade territorial deste hemisfério. Tocou, assim, à ditadura de Moscou, precipitar os acontecimentos.

Cortadas as relações com o poder soviético, é indispensável a maior vigilância interna, pois a ousadia e a organização dos vermelhos são ultra perigosas. [...] Animam todas as questões capazes de originar turbulências, pois é na desordem que eles fundam as preocupaes de sacrificar o regime democrático em proveito da tirania da esquerda. A hora é, portanto, muito delicada. Nas emulaes internas do paÍs, os camaradas do marechalÍssimo Stalin desenvolvem a conjura perturbadora da tranquilidade pública, sob a esperança de enfraquecer a resistência da Pátria (As causas..., 1947).

O artigo de *A Tarde* era sintomático em relação às manifestaes históricas e maniqueÍstas desencadeadas ao longo da Guerra Fria, as quais, assim apresentadas à população, escamoteavam uma racionalidade que permitia às forças estadunidenses a perpetuação do controle polÍtico e a primazia econômica sobre os aliados situados na dita “periferia subdesenvolvida” latino-americana:

Ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. A manutenção de um clima de tensão militar conferia ao EUA uma posição privilegiada para consolidar sua expansão econômica e administrar convenientemente o processo de emancipação das colônias que desejava subtrair ao controle de seus próprios aliados europeus. Essa permanente tensão permitiria a hegemonia incontestada da formidável máquina militar americana em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constitui-se, assim, em uma verdadeira *Pax Americana* (VIZENTINI, 2004, p. 79).

Como aventado pelo próprio artigo, os desdobramentos das diretrizes políticas estabelecidas pelo governo Truman (1945-51) em relação à América Latina também foram consideravelmente relevantes para estimular o rompimento de relações entre Brasil e URSS. Embora considerada secundária no plano de segurança global, a região latino-americana não deixou de receber atenções no sentido de consolidação e aprofundamento de influências políticas, militares e econômicas estadunidenses, visando afastar potências e ideologias antagônicas e angariar apoio político para as empreitadas imperialistas.

Por fim, as apreensões existentes no âmbito dos bastidores diplomáticos também contribuíram para o rompimento de relações entre o Brasil e a URSS:

Desde a abertura de relações diplomáticas entre os dois países, houve tensões no relacionamento. Os diplomatas brasileiros reclamavam da precariedade das instalações, da ausência de uma reciprocidade em relação ao tratamento que os soviéticos recebiam no Rio de Janeiro e da constante vigilância que a embaixada estava submetida. Além disso, ocorreu um incidente quando o segundo secretário da embaixada, Soares de Pinna, foi detido no hotel onde funcionava provisoriamente a representação brasileira, acusado de embriaguez e arruaça, na noite de 26 de dezembro de 1946. A embaixada brasileira protestou, pois o diplomata chegou a ser amarrado pelas autoridades soviéticas. Não bastasse isso, os soviéticos exigiram que o Brasil pagasse os danos materiais supostamente provocados por Pina. Por seu lado, a embaixada brasileira afirmava que a confusão haveria sido planejada por agentes da polícia soviética, que o hotel funcionava como uma espécie de repartição da KGB e que foi utilizada violência contra o secretário. Os soviéticos exigiram a imediata saída de Soares de Pinna do país (MUNHOZ, 2002, p. 54).

Após a cassação do PCB e o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética, o governo Dutra empreendeu

esforços para que fossem expurgados os mandatos de todos os comunistas eleitos ao longo da legalidade do Partido.

A Tarde fazia coro em prol de tal campanha, alegando que anular a representação do ex-PCB “está na lógica dos fatos, depois do rompimento de relações com a ditadura de Moscou. Afirmar o inverso, é querer iludir a opinião pública e, ao mesmo tempo, facilitar a obra demoníaca da espionagem nutrida pelo dinheiro maldito das arcas do Kremlin”. Além disso – e contestando os objetores da medida anticomunista – “a cassação dos mandatos soviéticos é combatida ou por exploração política, ou por espírito antinacional. Em qualquer das hipóteses, uma atitude que aberrava de nossos sentimentos de patriotas e de criaturas livres” (35 x 19, 1947). Em 10 de janeiro de 1948, os mandatos foram cassados.

Como dito anteriormente, foram veiculados nos periódicos de Machado Sant’Anna (com certa recorrência) textos que aludiam à postura das Forças Armadas brasileiras. Tais textos manifestavam, por um lado, apoio às cruzadas militares contra o perigo vermelho e, por outro, temores diante de possíveis infiltrações comunistas, que maculariam os brios dos soldados tupiniquins.

De acordo com as perspectivas apoiadoras, os comunistas, “prosélitos de uma doutrina exótica, bárbara, dissoluta, destruidora da liberdade e de todos os princípios que cultuamos”, contrapunham-se às bravas forças militares, posto que “no momento em que nossas instituições democráticas são ameaçadas pelos agentes do extremismo vermelho a Nação brasileira tem o direito de olhar para as suas classes armadas com absoluta confiança” (As Forças Armadas..., 1948). Como ainda veremos, embora os clamores por intervenções militares providenciais tenham sido atendidos com a efetivação do golpe

civil-militar de 1964, seus resultados, paradoxalmente, não foram os mais benéficos para Machado Sant’Anna e seu jornal.

Já de acordo com as perspectivas temerosas, os comunistas, “homens sem fé, sem consciência, sem sentimentos de honra”, tentavam utilizar técnicas revolucionárias contra as forças armadas, no sentido de “desagrega-las, fazer lavrar a indisciplina, desmoralizar seus chefes, dividi-las, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra sargentos, sargentos contra oficiais. É porque sabem que elas são a única força capaz de destruí-los” (MURICY, 1963). Os comunistas estariam “minando a coesão das classes armadas, o espírito de camaradagem que deve haver entre soldados, aos quais cumpre o dever de defenderem a pátria” (Os comunistas e as forças..., 1956).

Ferramenta constantemente utilizada foi a rememoração dos eventos ocorridos em novembro de 1935, com a chamada “Intentona Comunista” – a qual não esmiuçaremos.³⁸ É preciso que saibamos, contudo, que a rebelião causou profundo impacto na opinião conservadora da época, justamente por extrapolar o caráter “fantasmagórico” do comunismo, revestindo-o com as contundências de uma tentativa real e concreta de tomada do poder pelos “vermelhos”.

Manifestações retóricas foram direcionadas para a constituição de uma dupla memória: heroica, para os “soldados patriotas”, e covarde, para os “traidores comunistas”. Segundo os periódicos, a “legalidade triunfou com ufania sobre a intenção subversiva, que tentava implantar no Brasil, pela força, uma vez que o povo brasileiro, por índole amante da liberdade

³⁸ Conferir Carone (1989), Costa (2015), Del Royo (1990), Gomes (1988), Moraes (1994) e Sodré (1987).

democrática, jamais se submeteria voluntariamente contra suas convicções próprias”. Em uma construção de lados diametralmente opostos, “soldados inocentes, militares alheios às ideias que germinavam no seio dos insurgentes bem caro pagaram com suas vidas o tributo dos inconscientes ou daqueles que, traidores, mereciam a força em praça pública” (*Militares e Comunismo*, 1952).

Os insurretos “pretendiam impor, a traição, uma filosofia desumana, contrária aos sentimentos do nosso povo”; comparado ao malfeitor assaltante que emboscava viajantes em estradas desertas, “o braço comunista desferiu um golpe na calada da noite, numa vã tentativa de vencer pelo terror conseqüente ao assassinio e à traição, armas prediletas de suas pérfidas e brutais hostes” (*Golpe contra...*, 1957). A “Intentona Comunista”, em suma, “violou a consciência nacional conspurcando as mais caras tradições humanitárias do povo brasileiro” (*Em memória...*, 1961).

O episódio da “Intentona Comunista” também recebeu atenções de Machado Sant’Anna, para quem os comunistas, em “atos atentários à Nação, à Família e aos direitos do homem”, perpetraram uma tentativa de golpe de Estado, e graças “à dedicação e sobretudo à fibra de um pugilo de bravos oficiais e soldados do nosso Exército, não foi o país engolfado em um caudal de sangue cujas conseqüências estaríamos sofrendo até hoje” (SANT’ANNA, 1943).

Não obstante os textos supracitados carregarem consigo um viés nacionalista visivelmente conservador, enfático quanto à defesa de valores tradicionais, ordeiros, centralizadores e integradores, contrapostos às forças nocivas da desordem (GIL apud MOTTA, 2002, p. 29-30), notamos em alguns escritos assinados por Machado Sant’Anna exposições de caráter bastante

“maleável” quanto aos sentidos que deveriam ser adotados pelo nacionalismo brasileiro.

O jornalista, político e empresário criticava as concepções populistas³⁹ para o desenvolvimento do país e advogava a favor da associação ao capital estrangeiro como estratégia viável para a superação do “atraso” do Brasil, país dito “subdesenvolvido” – ainda que tal atraso fosse, na verdade e simultaneamente, consequência e condição para o desenvolvimento do próprio capitalismo mundial, no qual as potências capitalistas hegemônicas e os países periféricos formariam uma mesma unidade histórica, de desenvolvimento para os primeiros, e de atraso para os segundos.

Em 5 maio de 1959, Machado Sant’Anna alegou ter recebido bilhetes nos quais era taxado como “entreguista” – muito por conta de editoriais anteriores, nos quais acusava a existência, no país, de um “falso nacionalismo, nocivo a todos nós”. Para ele, o Brasil “é um país novo que precisa de sangue estrangeiro, de capitais e ajuda estrangeira para crescer ainda mais. Isso é natural”. Alegava ser necessário dar as mãos aos outros, para haver ampla cooperação em benefício da causa comum. Defendia, em suma, um “nacionalismo sadio, sem fanatismo, em nível elevado, fazendo distinção perfeita entre o patriota sereno, enérgico e compreensivo, do agente perturbador, do extremista e do agitador de massas” (SANT’ANNA, 1959).

³⁹ Entendemos o “populismo” como uma concepção ideológico-doutrinária direcionada para a realização da política de desenvolvimento capitalista nacional, que consistia em “apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes”; no plano econômico, expressava-se por “uma política protecionista que buscava impulsionar a industrialização, levando a cabo, até onde era possível, uma política nacionalista e modernizante” (BAMBIRRA, 2015, p. 95-96).

Para Machado Sant'Anna, os referidos “agentes perturbadores, extremistas e agitadores de massas” defendiam uma vulgar pilhagem dos bens aplicados pelo capital internacional – prática que deveria ser, segundo sua ótica, veementemente repudiada. Sant'Anna parecia tolerar, no máximo, a encampação de empresas estrangeiras mediante a compra de ações para ressarcimento dos investidores (“pelo que gastaram, e não pelo valor atual”). Quaisquer medidas que se distanciassem de tais princípios poderiam ser consideradas meros saques, levados a cabo pelos agentes extremistas interessados em transformar o Brasil em um rebanho de “60 milhões tangidos pela foice e pelo martelo. É ou não é meninada metida a nacionalista, mas que lê literatura vermelha, só vê coisas boas e bem-feitas através da propaganda bem desenvolvida pelos nossos estimados amigos que seguem o Cavaleiro da Esperança?” (SANT'ANNA, 1959a).

É preciso, contudo, que pontuemos e analisemos com maior critério as aparentes incongruências causadoras de possíveis antagonismos entre as duas espécies de burguesia nacional: “nacionalista” *versus* “entreguista”. A burguesia “nacionalista” nutriria, para muitos intelectuais, uma postura de oposição ao imperialismo, sustentada pela visão do Estado como guarida contra a penetração das ambições estrangeiras e pela adoção de diretrizes políticas e industriais de reforço para as tomadas de decisões locais. Já a burguesia dita “entreguista” estaria vinculada ao capital transnacional (preponderantemente norte-americano). No entanto, as confrontações entre nacionalistas e entreguistas baseavam-se, sobretudo, em conflitos de cunho conjuntural, ao invés de antagonismos estruturais:

A burguesia industrial brasileira poderia ter mostrado uma dualidade de tendências em seu crescimento, sendo uma de associação direta a interesses multinacionais e a outra de ligações indiretas para obter o *know how* estrangeiro. Mas a motivação da burguesia era uma só, o capital. Na medida em que a burguesia brasileira se desenvolvia e, conseqüentemente, a economia do país, os industriais “nacionais” eram menos uma força vital do Brasil do que agentes da integração do país no sistema produtivo internacional dominante, isto é, o capitalismo. O “entreguismo” de um grupo ou de um setor da burguesia expôs a sua relação conjuntural com um polo de influência transnacional específico, a saber, a subordinação à nação hegemônica, os Estados Unidos, mas ocultou o compromisso estrutural sistemático da burguesia, compromisso este que seria crítico. As premissas dos políticos nacionalistas e intelectuais sobre uma pretensa posição nacional-reformista da burguesia “nacional” correspondiam mais à ideologia do nacional-populismo do que aos interesses dos industriais. A burguesia brasileira era, com toda certeza, nacional, apesar de não ser necessariamente nacionalista (DREIFUSS, 1981, p. 25-26).

Entendamos, pois, o caráter relativo do nacionalismo burguês brasileiro, cuja capacidade de levar a cabo certos

projetos ditos “nacionais” não implicava a supressão da dominação imperialista, “mas sim uma coexistência com esta. Coexistência que, por outro lado, incorporava o imperialismo no amálgama de poder, respeitando sua ingerência no setor exportador, mas também mantendo o direito de decidir sobre a política industrial do país” (BAMBIRRA, 2015, p. 99).

2.4 - ANTICOMUNISMO CRISTÃO: FILEIRAS POSICIONADAS CONTRA OS “FARISEUS HIPÓCRITAS”

Ao lidarmos com o anticomunismo cristão, compreendemo-lo enquanto alicerçado por discursos e práticas tanto organizacionais (inerentes às doutrinas da própria Igreja Católica) quanto leigos (levados a cabo por sujeitos desvinculados, diretamente, da hierarquia eclesiástica).

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se levar em conta que os esforços da Igreja para atingir o maior número de sujeitos e classes sociais de diferentes gradações impunham-lhe (e ainda impõem) um caráter mais cauteloso em relação às suas ações – não necessariamente conservador, mas, sim, de busca por alternativas de controle diante de conturbações que pudessem (ou ainda possam) ameaçar seus projetos. Quanto ao segundo aspecto, devemos compreender que, voluntária ou involuntariamente, genuína ou instrumentalmente, os preceitos cristãos-católicos também foram propagados (e inclusive reforçados) tanto por sujeitos e instituições imbuídos de prestígio político, econômico e ou/social (como, por exemplo, os jornalistas), quanto por indivíduos e grupos pertencentes às classes subalternas. As religiões (sobretudo, o catolicismo) conformam uma multiplicidade de religiões distintas e, por vezes, contraditórias: “há um catolicismo dos camponeses, um

catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo” (GRAMSCI, 1999, p. 114-115).

Não obstante, tanto a garantia dos interesses quanto a difusão das influências eucarísticas não podem ser consideradas exclusivamente objetivas: o processo histórico provoca mudanças que não são, muitas vezes, antecipadas ou desejadas pelos sujeitos e instituições envolvidos, sendo que a Igreja foi (e é) influenciada pelas transformações sociais como um todo. Aqui, deter-nos-emos ao processo de eclosão do comunismo.

Alguns teóricos do catolicismo enxergavam o comunismo como o último desdobramento das transformações provocadas pela modernidade, por sua vez encarada como uma série de “erros” iniciados pela Renascença e, principalmente, pela Reforma Protestante do século XVI. Tais movimentos teriam lançado as sementes do questionamento à ordem e à hierarquia vigentes, de modo que “a ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Reforma, movida pelo mesmo desejo de aniquilar a ‘verdadeira’ Igreja e a ordem social espelhada em seus ensinamentos” (MOTTA, 2002, p. 18-19).

A Igreja, ainda no século XIX, lançou seus ataques ao “perigo vermelho” por intermédio de encíclicas papais, tais como: *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878, na qual o Papa advertia os bispos a instruírem os fiéis sobre as propostas revolucionárias socialistas, comunistas ou niilistas; e *Rerum Novarum*, editada pelo mesmo Leão XIII em 1891, por meio da qual exortava os operários católicos a se aglutinarem em corporações cristãs, incentivando-os à organização prática, de modo a afastar e enfraquecer o “perigo comunista” (ROSA, 2007).

Justamente a encíclica *Rerum Novarum* tornou-se um dos paradigmas fundantes da Doutrina Social Cristã, segundo a qual os problemas sociais seriam extintos (ou ao menos minimizados) à luz da moral católica. O tema social, após 1891, passou a receber especial atenção dos papas, visto que o próprio Leão XIII publicou mais seis encíclicas durante seu papado. Pio X (1903-1914) publicou três encíclicas; Bento XV (1914-1922), duas encíclicas; Pio XI (1922-1939), vinte encíclicas. A partir de tal conjuntura, as questões sociais adquiriram expressiva importância histórica para a Igreja:

Desde que a Igreja teve de enfrentar o problema de conter a chamada “apostasia” das massas, criando um sindicalismo católico (operário, porque jamais foi imposto aos empresários dar um caráter confessional a suas organizações sindicais), as opiniões mais difundidas sobre a questão da “pobreza” tal como resultam das encíclicas e de outros documentos autorizados, podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) A propriedade privada, sobretudo a fundiária, é um “direito natural”, que não pode ser violado nem mesmo através de altos impostos (derivaram deste princípio os programas políticos das tendências democrata cristãs, no sentido da distribuição da terra aos camponeses mediante indenização, bem como suas doutrinas financeiras); 2) Os pobres devem contentar-se com sua sorte, já que as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de Deus e seria ímpio tentar

eliminá-las; 3) A esmola é um dever cristão e implica a existência da pobreza; 4) A questão social é antes de mais nada moral e religiosa, não econômica, devendo ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião (GRAMSCI, 2007a, p. 153).

Para além dos princípios práticos acima expostos, a tradição da Doutrina Social Cristã foi respaldada discursivamente, ao longo do tempo, por três princípios fundamentais, contemplativos quanto à compreensão cristã do ser humano: o princípio do bem comum (uma espécie de consenso acerca do que a sociedade almeja para o futuro, bem como os objetivos que podem manter a coesão social em nível imperativo), o princípio da solidariedade (que não se refere apenas a uma ação conjunta com outros indivíduos, mas à orientação em direção ao bem-estar social como um todo) e o princípio da subsidiariedade (com ênfases no direito de autodeterminação/assunção de responsabilidades e apoio aos sujeitos) (NOTHELLE-WILDFEUER, 2008).

No Brasil (especialmente após a II Guerra Mundial), a Igreja foi impactada por um cenário crítico de rápidas transformações sociais, cujos marcos foram: o crescimento do Espiritismo e do Protestantismo, a crise das vocações, o declínio das influências católicas entre as classes dominantes/elites estatais e o crescimento das esquerdas. Instigado por tal cenário, o anticomunismo cristão veiculado pelas páginas de *A Tarde* e *Diário da Manhã* concentrou-se, majoritariamente, no apoio à Doutrina Social Cristã.

Tal apoio dava-se, a princípio, pela glorificação da encíclica *Rerum Novarum*, a qual teria compreendido que os princípios marxistas “não resolveriam o gravíssimo problema da

desigualdade econômica no mundo, porque não só pregavam a revolução operária no sentido de equiparidade na posse dos bens materiais, mas também desligavam o homem de Deus” (GRELLET, 1941a). Essa “memorável encíclica” lançada pelo papado de Leão XIII teria mostrado, sobretudo, que “o Estado é posterior ao homem; que o direito de propriedade é fruto do trabalho humano; que é erro capital julgar que ricos e pobres são classes destinadas a digladiarem-se. Desse admirável documento, decorrem todas as vantagens na vida dos obreiros” (HELOU, 1953a).

Na prática, entretanto, as vantagens aferidas seriam dependentes da formulação de princípios de solidariedade e fraternidade entre os fiéis, visto que, conforme os periódicos, “comunismo é reação à falta de caridade dos cristãos. Os cristãos – já lembrou São Paulo – mais aquinhoados devem acudir os necessitados. É errado pensar que os bens existem apenas para os que os possuem” (Comunismo é reação..., 1959). Os princípios cristãos caritativos deveriam ser, portanto, instrumentos empregados para a conquista do equilíbrio social, em um duplo empreendimento de valorização e reconhecimento dos trabalhadores, e também impedimento de contendas extremistas e litígios contra as classes possuidoras, como exposto na formulação abaixo:

Compenetrados que estamos dos deveres sociais e no espírito da Igreja Universal, de que somos todos irmãos em amizade àqueles que trabalham, de sol a sol, nas fábricas, ruas, campos agrícolas, bem como nas estradas de ferro e nas rodovias que conduzem nossa riqueza de um ponto para outro, a estes todos

eles, soldados da produção nacional, seja ela do setor que for, têm todos eles, a nossa saudação, admiração e amizade.

Não releguemos jamais o concurso que os nossos trabalhadores prestam à vida fabril e agrícola deste rico Brasil, considerado dos melhores mercados e dos maiores parques industriais do mundo, pois tudo o que planta, colhe-se e o que engendra produz em nossas oficinas técnicas, porque o nosso obreiro é inteligente e bastante forte para bem produzir.

A ele nos dirigimos hoje para dizer que, na prática dos princípios da doutrina de Cristo, encontrará a paz e na tranquilidade em seu lar, a saúde e alegria serão suas inseparáveis companheiras, basta para tanto volver seus bons pensamentos e dirigir sua prece para o Altíssimo, donde vem toda a graça e donde é emanada a alegria do espírito.

Sobre a vida do operário a Igreja Universal sempre dedicou seus afetos, dando todo o seu amor, haja vista as Encíclicas Papais, todas elas embrenhadas de palavras de conforto espiritual e de ensinamentos cristãos, sadios e defensivos de seus direitos. Da “RERUM NOVARUM” destacamos estes versos épicos da tradução do conhecido pensador Amilcar Quintella Junior, que falam à alma do trabalhador:

“Sim! Pois talvez não haja, na existência,
Nada mais belo e tranquilizador

Que o suave descanso da consciência,
Depois de horas inteiras de labor.
Um dia (assim o queira a Providência)
Passará de empregado a empregador.
Deve, ainda, afastar-se dos perversos
Que, em discursos eivados de artifícios
Vivem a prometer dias imersos
Em mil venturas, sob os seus auspícios.
Seus pensamentos, que andam já dispersos,
Resultarão nos piores malefícios.
Eis que pregam nas praças, nas tribunas,
A ruína de todas as fortunas” (HELOU, 1953).

O excerto supracitado carregava consigo, além de uma concepção de classe trabalhadora valorosa e diligente, possibilidades vindouras para que os trabalhadores pudessem atingir (caso a “Providência” assim desejasse) condições mais adequadas na hierarquia social, desde que se mantivessem alinhados aos preceitos cristãos e longe dos perversos comunistas, artificiosos e pregadores da ruína.

Os ataques diretos ao comunismo e ao marxismo também eram recursos inerentes ao anticomunismo cristão apregoado pelos periódicos ribeirão-pretanos. As investidas davam-se, muitas vezes, por intermédio de caracterizações bárbaras (a violência impetrada pelos comunistas “contra o clero católico e aos fiéis é sem dúvida uma prova de que o problema da resistência católica, é um dos mais difíceis para Moscou” [Foice e martelo..., 1952]) ou insanas (o comunismo “é sem Deus, porque os seus fundadores, na maioria, foram ignorantes ou indivíduos de meia ciência”[GRELLET, 1942]) direcionadas aos “crédulos

vermelhos”, contra os quais os fiéis deveriam empreender implacável luta.

Em grande parte das publicações permeadas pelo anticomunismo cristão, notamos imperiosa utilização do recurso de “animalização” como estratégia para tipificar e execrar o “perigo vermelho”. As incongruências entre “cristianismo civilizado” *versus* “comunismo bestial” (“monstruoso” “lobo em pele de cordeiro”, possuidor de perigosos “tentáculos” que transformam “homens em animais”) configuram-se claramente nas passagens abaixo:

[O perigo maior] é o influxo do comunismo com seus múltiplos tentáculos de laicismo do ensino, da corrupção da família, pelo divórcio, limitação da prole, amor livre, desrespeito à autoridade, aniquilamento completo da personalidade humana, comunismo, enfim, já de sobra conhecido como o criminoso maior dos tempos presentes, criminoso que tem ensanguentado o mundo, escochado o povo, encarcerado a Igreja, perseguido Jesus, com pretensões estultas, até mesmo de acabar com Deus! [...] acautelai-vos contra este fermento dos fariseus hipócritas exteriormente mansos como ovelhas, porém interiormente lobos rapaces. Acautelai-vos contra o comunismo! Deus o exige porque os comunistas são ateus, intrinsecamente maus. A Igreja o reclama, porque eles são malvados, de nenhum bem capazes (Atualidades, 1960).

De acordo com os jornais ribeirão-pretanos, o marxismo “transforma os homens em animais, sem outro ideal senão o de comer bem e dormir melhor, o que implica ausência completa de qualquer preocupação espiritual e moral”; já o espírito cristão seria o responsável por renovar os ideais humanos e dar-lhes direção mais consentânea aos interesses da civilização, de maneira “não só a incentiva-la sob a inspiração do bem, mas também a concorrer para que as suas conquistas, fossem quais fossem, tivessem sempre o cunho humanitário de engrandecer o homem pela elevação do sentimento e acudir-lhe ao mesmo tempo as necessidades físicas” (GRELLET, 1941d).

Os verdadeiros cristãos deveriam, portanto, empreender uma espécie de “cruzada”, “lutar para que o comunismo, este ‘monstro nefando’, não domine a terra de Santa Cruz a qual Deus legou no seu belo Céu a Cruz da nossa redenção”. O Brasil, terra de Cristo e de sua religião, jamais deveria permitir que o comunismo imperasse sobre seus filhos, embora houvesse “elementos depravadores, germens que corroem a mocidade, espalhando falsas doutrinas. Mas em compensação, temos um grande número de Cristãos prontos a combater e a vencer com o ‘Senhor e a sua Madre Igreja’” (TAMBELLINI, 1945).

O anticomunismo cristão veiculado pelos jornais de Ribeirão Preto – mas não apenas por eles – também salientava as oposições entre o Cristianismo enquanto doutrina pautada pela verdade e por princípios transcendentais, e o Comunismo enquanto pseudociência alicerçada pela mentira e por desejos materiais rasteiros. Por um lado, a “revolução cristã”, pertencente ao mundo das ideias, não teria sofrido qualquer influência do fator econômico-monetário. Pelo contrário, “desprezou-o numa apologia à pobreza, de vez que os pobres são especialmente protegidos pelo Senhor. Mas a filosofia de Marx

erra ainda grosseiramente quando dá como fator máximo da felicidade humana a prosperidade material do indivíduo” (GRELLET, 1942b). A chamada “filosofia egocêntrica do marxismo” carregaria consigo, de acordo com os periódicos, a noção de que a felicidade humana estaria assentada exclusivamente na boa situação econômica, levando “os homens a interessar-se mais por si mesmos do que pelo meio que o rodeia, em contraposição ao cristianismo, que manda o indivíduo esquecer-se de si em benefício da coletividade, dos interesses gerais ou da família humana” (GRELLET, 1942a).

As falas autorizadas (emitidas por destacados elementos das altas hierarquias católicas) também foram rotineiramente utilizadas pelos jornais analisados, como método de reforço consensual quanto aos princípios irradiados. O arcebispo da cidade de Nova York, Cyril Garbett, ao enunciar as características viciosas do comunismo, também alertou que os cristãos “devem estar prontos a fazer qualquer sacrifício para salvar a raça humana de um cruel e tirânico sistema que levaria a espécie ao barbarismo, roubando-lhe muito de suas liberdades, justiça, verdade e bondade que lhe deu o cristianismo” (O arcebispo, 1950).

Já o cardeal estadunidense Francis Spellman postulava que a fé em Deus, o patriotismo e o auxílio prestado aos semelhantes compõem os fundamentos dos que reverenciam a Deus, dos que possuem sentimentos puros e dos que amam a liberdade. Contrariamente, existe o “credo dos comunistas, cuja finalidade ao barbarismo, à ilegalidade, ao terrorismo e à tirania os impele a violar e incitar os outros à violação dos direitos sobre os quais se erguem os governos democratas”. Os comunistas, considerados “ateus”, “traidores de Deus e do homem”, “espalham seu ódio vicioso, lançando classe contra classe, credo

contra credo, fazendo surgir inimizade entre amigos. [...] Somente os povos fortes, tementes a Deus, poderão defender este mundo de hoje, assolado pelo ódio e pelo medo, do comunismo satânico e impiedoso” (SPELLMAN, 1953).

As palavras do papado também recebiam especial cobertura das páginas jornalísticas ribeirão-pretanas, tais como as pronunciadas pelo papa Pio XII, diante da Praça da Basílica de São Pedro. Na ocasião, o sumo pontífice afirmou que os indivíduos e os povos foram desorientados pelos comunistas, visto que os adeptos do “ateísmo marxista” prometeram uma “melhor distribuição de propriedade, proclamando que respeitariam a liberdade, defenderiam a família e assegurariam o poder ao povo trabalhador. No entanto, o que se vê é que, quando os comunistas chegam ao poder, o povo se empobrece e aumenta o terror” (O comunismo desorienta..., 1956).

Duas figuras eclesiais de projeção nacional também prestaram contribuições ao anticomunismo cristão veiculado pelas páginas de *A Tarde* e *Diário da Manhã*: D. Jaime de Barros Câmara e D. Hélder Câmara.

O catarinense D. Jaime de Barros Câmara (1894-1971) desempenhou variadas funções na hierarquia católica, como primeiro bispo de Mossoró (RN), entre 1936 e 1941 (tendo, inclusive, criado o Círculo Operário de Mossoró, como tentativa de aproximação entre Igreja e trabalhadores, de modo a evitar a propagação de ideias esquerdizantes na comunidade), como arcebispo de Belém (PA), entre 1942 e 1943 (quando, mesmo diante da brevidade de seu bispado, criou novo Círculo Operário) e arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, entre 1943 e 1971.

No início dos anos 1960, D. Jaime incentivou a vinda do padre irlandês Patrick Peyton ao Brasil, ocasião a partir da qual Peyton implantou no país a “Cruzada do Rosário em Família”,

uma organização que agrupava devotos participantes de congressos eucarísticos e promotores de campanhas anticomunistas. Subsequentemente, a referida organização empenhou recursos para mobilizar as classes médias cidadinas⁴⁰ contra o governo de João Goulart (GUISOLPHI, 2011).

Todavia, bem antes da eclosão de tais momentos efervescentes, D. Jaime já entabulava discursos de cunho anticomunista, com especial atenção ao caráter de subversão e infiltração dos “vermelhos” em solo pátrio:

Merecem meditação as palavras proferidas por S. Eminência, o Cardeal Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara, a propósito do perigo comunista no Brasil, pois declarou o ilustre expoente da Igreja não ser impossível que ainda este ano tentem os vermelhos dar um golpe contra o Brasil. [...] “É preciso que estejamos todos alertas pois o credo moscovita transpôs as fronteiras da Rússia e já se colocou entre nós,

⁴⁰ Os sentidos aqui propostos dialogam com as perspectivas de Nicos Poulantzas, segundo o qual a classe média (denominada como “pequena burguesia”) seria composta por uma “pequena burguesia tradicional” (pequena produção, pequeno comércio, pequena propriedade) e por uma “nova pequena burguesia” (trabalhadores assalariados não-produtivos e funcionários do Estado). Pode-se, com efeito, “considerar que essas posições diferentes na produção e na esfera econômica têm, entretanto, ao nível político e ideológico, *os mesmos efeitos*. De um lado, a ‘pequena propriedade’, do outro lado alguns assalariados que não vivem sua exploração senão sob a forma do ‘salário’ e da ‘competição’ longe da produção, apresentariam, por estas razões econômicas não obstante distintas, as mesmas características políticas e ideológicas: ‘individualismo’ pequeno burguês, inclinação ao ‘status quo’ e temor à revolução, mito da ‘promoção social’, e aspiração ao status burguês, crença no ‘Estado neutro’ acima das classes, instabilidade política e tendências a apoiar ‘Estados fortes’” (POULANTZAS, 1985, p. 21-22).

onde menos esperamos. Maus brasileiros e péssimos patriotas filiaram-se ao Partido Comunista e, embora tivesse essa agremiação sido considerada ilegal, os seus membros continuam com o cérebro a ferver de ideias dissolventes, que procuram difundir entre o povo e em especial visando a classe operária, hoje desiludida em face de tantas preocupações de ordem material. [...] [Os comunistas desejam] em solo pátrio os fuzilamentos, os expurgos e tantos outros métodos que constituem o apanágio dos que se esqueceram de Deus e se bandearam para o terreno do mal, das ambições e da escravatura. [...] O comunismo não tem compaixão e muito menos moral. Mas o Brasil merece que seus filhos tudo façam para manter bem altos os sentimentos de liberdade e o amor às Verdades pregadas por Cristo sobre a terra. Lutemos, se preciso for” (O perigo comunista, 1952).

Já o cearense D. Hélder Pessoa Câmara (1909-1999), após organizar, em 1931, a Juventude Operária Cristã, coligada à LCT (Legião Cearense do Trabalho), envolveu-se com o integralismo, muito por conta da tolerância que a Igreja Católica nutria em relação ao movimento, considerado um eficaz instrumento para enfrentar a expansão comunista. Afastando-se de atividades políticas em 1936, quando subordinado de D. Sebastião Leme no Rio de Janeiro, empreendeu esforços para a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1952, mesmo ano no qual foi eleito bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Entre as

décadas de 1950 e 1960, atuou incisivamente no sentido de vincular a Igreja às questões sociais, “antes que os comunistas o fizessem e como uma forma de combater o comunismo” (BARROS, 2011). Desempenhou extensa lista de atividades, dentre as quais arcebispo emérito de Olinda e Recife, entre 1964 e 1985. As palavras de D. Hélder Câmara⁴¹ também foram contempladas pelos periódicos ribeirão-pretanos:

Dom Helder Câmara, presidente da Ação Católica e conhecido prelado brasileiro, dizia, há dias, no Secretariado Nacional dessa entidade: “A Igreja sabe que a miséria é a maior aliada do comunismo. Os agitadores vermelhos, no caso da América do Sul, não precisam de muita imaginação para fazer sentir a situação infra-humana em que vegetam milhares de criaturas. Até depõe contra eles que não tenham sabido até hoje tirar maior proveito da condição precaríssima em que se acha o meio rural brasileiro. Aos agitadores profissionais nada interessa tanto como fechar a Igreja os olhos às necessidades materiais do povo, limitando-se a acenar com as esperanças e as recompensas da vida eterna. Nada seria mais desejável aos

⁴¹ Após o golpe civil-militar de 1964, as relações entre Dom Hélder Câmara e as novas autoridades políticas do país foram turbulentas. O arcebispo, além de tecer incômodas críticas a respeito da situação flagelante do Nordeste e denunciar casos de tortura dos presos políticos, teria se recusado a celebrar uma missa em “comemoração” ao movimento de 1964, recebido acusações de proteger padres “subversivos” e sofrido pressões e perseguições de frações da extrema-direita, dos comandos militares e das oligarquias fundiárias nordestinas, especialmente após a assinatura do AI-5, em 1968 (VELOSO, 20--).

comunistas do que encontrar o clero comprometido com os ricos e sem coragem para enfrentar os problemas que estão exigindo a prática da justiça e da caridade cristã. A Igreja pretende responder agora às investidas dos comunistas, e procurará reconquistar as massas, com a descoberta e a formação de líderes operários”.

[...] A Igreja já não acredita em soluções simplistas para os problemas complexos. Enquanto forma jovens trabalhadores, atrai universitários e os mais inteligentes elementos do meio burguês. Sua intenção é a mais justa: alcançar a massa, através da elite; atingir patrões e trabalhadores, padres e leigos, jovens e adultos, diz Dom Hélder Câmara (*Ação e religião*, 1952).

A estratégia do clero católico, de acordo com as palavras de D. Hélder, centrava-se na conciliação entre as classes antagônicas como meio de amenizar as agruras do “subdesenvolvimento nacional”, conferindo maiores atenções aos humildes e necessitados, por intermédio de políticas assistencialistas e formação de lideranças operárias alinhadas aos preceitos definidos pela Igreja. Tal posicionamento corroborava a ideia de que os democratas “devem arrebatam dos comunistas a bandeira das reivindicações que estes apenas exploram, como a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos povos de cor, o fim do colonialismo, a justiça social” (*Geram as injustiças...*, 1962).

Gramsci, ao analisar as escaramuças entre o Vaticano e a Ação Francesa (movimento contrarrevolucionário monarquista-

orleanista fundado em 1898, cujo principal ideólogo foi Charles Maurras), mostra-nos que, em períodos de profundas crises político-morais, o sentimento religioso (aliado à solidariedade nacional) pode se tornar absorvente e vigoroso. Diante das escolhas radicalizadas que as classes subalternas possam adotar, caberia às lideranças cristãs organizar as massas, “superando o dissídio entre religião e política, fazendo do padre não só o guia espiritual (no campo individual-privado), mas também o guia social no campo econômico-político” (GRAMSCI, 2007, p. 103-104).

Amparando-nos no pensamento gramsciano, podemos compreender que os sentidos mobilizados e os esforços empreendidos pela religião cristã-católica na conjuntura em questão (apoiados por distintos aparelhos privados de hegemonia) destinavam-se, sobretudo, a harmonizar as incongruências interclassistas, por intermédio de estratégias de conformação das classes subalternas (moderação diante das adversidades materiais, perspectivas de recompensas – ao menos, extraterrenas) e estímulo das classes dominantes (exercício da caridade e permanência da vigilância cristã).

Os potenciais congaçamentos almejados seguiriam, contudo, princípios paradoxais, visto que a religião, enquanto gigantesca “utopia” ou “metafísica”, afirmaria a existência do “homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens [...]; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em outro (utópico)” (GRAMSCI, 1978, p. 115-116). As recompensas póstumas também foram professadas por Machado Sant’Anna, segundo o qual, diante da luta sem quartel contra o “totalitarismo vermelho”, “oxalá tenhamos possibilidades de desviar os ventos maus e esperar os dias

bonançosos que o Divino Mestre apregoou e que o povo não soube reter nas mãos, por não cumprir o decálogo sagrado, das Santas Escrituras” (SANT’ANNA, 1947).

2.5 – ANTICOMUNISMO LIBERAL: O ESFORÇO DO INDIVÍDUO CONTRA OS ESPÍRITOS “DANINHOS” E “DESORDEIROS”

É conveniente que abordemos, a princípio, as características do liberalismo anticomunista promovido pelos periódicos *A Tarde* e *Diário da Manhã*. Embora não aspiremos reconstituir a trajetória do pensamento liberal, em uma desventurada busca pelo “mito das origens”, salientaremos alguns dos traços marcantes de tal doutrina, consolidados ao longo do tempo e acentuados na conjuntura de meados do século XX.

Tendo o liberalismo sido alicerçado por um *corpus* doutrinário assentado na “propriedade privada, no lucro, na divisão social do trabalho, na valorização da esfera privada burguesa e no mérito individual, em última instância prega a ‘liberdade’ (enfaticamente dos agentes econômicos)” (FONSECA, 2005, p. 37), elevando-se em uma forma de Estado que, para além dos princípios do livre-cambismo e da efetiva liberdade política, fundamenta-se por meio da “livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio” (GRAMSCI, 2007a, p. 258-259).

A referida sociedade civil, de acordo com algumas das tendências mais fortes do pensamento liberal, seria concebida enquanto restrita aos interesses meramente privados; por sua vez, a sociedade política seria regida, exclusivamente, pelos interesses do Estado restrito. Tal dicotomia, contudo, apresenta

certos impasses, posto que, a rigor, a reflexão de viés liberal “toma a primeira questão como axioma (a natureza humana seria o local da sociedade civil) e se dedica a organizar o Estado, as formas do governo, a modelar as instituições, para que exerçam a função proposta – garantia da vida e da propriedade” (FONTES, 2010, p. 127). De tal modo, os pensadores liberais buscam revestir o Estado de uma razão própria, enquanto Estado Sujeito.

Vale dizer que tanto as concepções liberais de Estado Sujeito (entidade externa, ativa, acima dos homens, dotada de vontade própria) quanto as de Estado Objeto (mero instrumento para garantia dos desígnios econômicos das classes dominantes, conforme proclamam algumas vertentes marxistas⁴²) apresentam pontos que devem ser nuançados.

O liberalismo relegaria ao Estado uma específica função denominada por Gramsci como “Estado-*veilleur de nuit*” (“Estado

⁴² Para Nicos Poulantzas, o Estado capitalista deve ser considerado como uma relação, ou, mais precisamente, uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Tal formulação permite que certos impasses sejam evitados, tais como o “eterno pseudodilema da discussão sobre o Estado, entre o Estado concebido como Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil” (POULANTZAS, 2000, p. 130-131). De acordo com Sônia Regina de Mendonça, “a visão do Estado como ‘comitê’ das classes dominantes gerou inúmeras correntes no interior do próprio marxismo, muitas das quais o consideravam – e ainda consideram – de forma mecanicista – ou, nos termos de Gramsci, economicista. A isto se costuma denominar de determinismo do econômico sobre o político, o social e o ideológico. Gestava-se, assim, uma variante da matriz marxiana onde o Estado, no lugar do papel de Sujeito ocupado na matriz liberal, erigia-se em Estado Objeto, ou seja, cuja existência devia-se, tão somente, para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado fundamentalmente na coerção e no ‘engodo’ ideológico” (MENDONÇA, 2014, p. 32).

guarda-noturno”), ou seja, um Estado cujas funções seriam, estritamente, garantir o respeito às leis e tutelar a ordem pública. Ainda que tal forma de regime jamais tenha existido para além do papel, no máximo como uma “hipótese-limite”, naturalmente, os “liberais defendem o Estado-*veilleur de nuit* e prefeririam que a iniciativa histórica fosse deixada à sociedade civil e às forças que nela brotam, com o ‘Estado’ guardião da ‘lealdade do jogo’ e de suas leis” (GRAMSCI, 2007a, p. 85-86).

Entretanto, devemos apreender o Estado como expressão universal de toda a sociedade, e não como organismo próprio vinculado a um grupo ou fração de classe. O Estado deve incorporar certas demandas e interesses dos grupos subalternos – embora, muitas vezes, deturpe a lógica das propostas originais de tais grupos.

Não havendo, em suma, oposição entre Estado e sociedade civil (nem mesmo uma relação algébrica, estanque e diametralmente oposta entre coerção e consenso), o erro teórico liberal consiste na recusa de que os dois âmbitos se identificam na realidade dos fatos:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos,

deve-se estabelecer que também o liberismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional (GRAMSCI, 2007, p. 47).

A doutrina liberal rejeita o comunismo por compreendê-lo como atentatório às liberdades políticas (por meio da implementação de regimes considerados autoritários) e ao direito de propriedade (por intermédio da estatização e/ou coletivização dos bens privados). Todavia, as ênfases nos fatores políticos ou econômicos podem variar, pendularmente, segundo determinações circunstanciais. Situemos, pois, que as manifestações do liberalismo anticomunista nem sempre primaram por grande coerência retórica, visto que as ênfases a respeito dos malefícios intervencionistas estatais abafavam, muitas vezes, as demandas por práticas mais democráticas ou por ampliações voltadas à participação política das camadas marginalizadas.

Exemplos de tais contrassensos podem ser encontrados nas páginas de *A Tarde* que, mesmo ao vivenciar as experiências de um regime autoritário com o Estado Novo, manifestava profundo repúdio pelos “falsos princípios” contidos no pensamento de Marx, responsável por obliterar os mais benfazejos cânones da liberdade, posto que a “filosofia vermelha”

escravisa o indivíduo ao trabalho e ao Estado, que se torna assim senhor absoluto de todas as iniciativas humanas materiais e até espirituais, tirando àquele o direito de ser sempre e em toda parte ele mesmo e inspirar-se em ideias próprias. Elimina, portanto, a liberdade de consciência e com isso reduz o homem a autômato, cujos movimentos são controlados pelos cordéis do poder público.

[...] Tirando, pois, ao homem a liberdade, encurralando-o num círculo de obrigações taxativas, sob pretexto de que isso lhe traz prosperidade econômica ou relativo conforto, o totalitarismo, imitando o marxismo, ao invés de concorrer para a felicidade humana, aniquila-a de vez, extingue-a, porque para ser feliz o homem tem que ser livre (GRELLET, 1942b).

As críticas ao marxismo foram recorrentemente utilizadas, em sentidos que perscrutavam as supostas inaplicabilidades de seus princípios à realidade prática, ou mesmo de sua debilidade anacrônica diante do capitalismo moderno. Quanto ao primeiro eixo, citemos como exemplo o texto “Produtividade *versus* Marx”: o articulista, ao analisar a Confederação dos Trabalhadores da França (suspostamente dominada por comunistas), acusava a instituição de procurar reunir os trabalhadores para que lutassem contra uma maior produtividade industrial, em uma campanha alinhada ao “velho dogma marxista de que todos os benefícios da maior produção irão parar nos bolsos dos capitalistas enquanto

que a condição dos trabalhadores continuará a piorar” (Produtividade..., 1955).

Contudo, segundo o artigo, o Bureau Internacional do Trabalho atestava que os trabalhadores “estão gozando o mais alto nível de vida da história industrial, sendo seu poder aquisitivo 25 por cento maior do que era antes da guerra. Na França, os salários se elevaram de 334 por cento, enquanto que o aumento nos preços dos produtos foi de 304 por cento”. O texto buscava estabelecer uma correlação direta entre o aumento da produtividade industrial e a melhoria das condições materiais para a classe operária, em um idílico cenário redistributivo, no qual os dados afirmariam que a “produtividade na Europa atingiu resultados marcantes que resultaram numa melhoria de produção e salários. Todavia, isto é justamente o que os comunistas não desejam, pois, então, onde ficaria sua ‘luta de classes’ – e eles próprios?” (Produtividade..., 1955).

As inaplicabilidades práticas dos princípios marxistas seriam, ainda, refutadas pelo próprio processo histórico, conduzido, segundo os jornais, por fundamentos puramente ideológicos, e não materiais:

Antes de mais, a história desmente categoricamente que o complexo econômico tenha sido no passado o causador único ou principal das lutas sangrentas que então dividiram os homens em facções contrárias. No geral, tiveram causas puramente ideológicas, sem qualquer ligação com fatores materiais. A própria revolução francesa, que teve o seu momento épico na tomada da Bastilha, foi mais uma luta de princípios, despertada pelo

enciclopedismo do tempo, que de reação propriamente dita da miséria contra a fidalguia e o clero, ricos e poderosos.

[...] No Brasil, acentuou alguém, há um fato típico de que não é o fator econômico que provoca as lutas de classe, os grandes movimentos transformadores da estrutura social – a abolição da escravatura. Inspirou-o princípio da humanidade. A prova está em que partiu dos próprios senhores de escravos e que seriam grandemente prejudicados com a extinção do regime.

Os fatos desmentem, como se vê, o materialismo histórico, cujas teorias servem de base ao totalitarismo moderno (GRELLET, 1941b).

Curioso notar que as associações entre “materialismo histórico” e “totalitarismo moderno” já figuravam em impressos jornalísticos bem antes de tal amarração ser popularizada pelas obras de autores como Hayek e Arendt. Conforme Domenico Losurdo, o defeito fundamental da categoria de totalitarismo seria “transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de caráter geral”. Ainda que fosse possível empreender, por exemplo, algumas analogias entre a URSS stalinista e a Alemanha nazista, transformar a categoria de totalitarismo “na chave de explicação dos processos políticos verificados nos dois países é um salto assustador” (LOSURDO, 2006, p. 76).

O discurso, estruturado em tons claramente apaziguadores, buscava, simultaneamente, minimizar os fatores econômicos

enquanto relevantes (mas não únicos) mobilizadores para a transformação da realidade (eclipsando, com isso, os processos de luta das camadas marginalizadas francesas e escravizadas brasileiras) e maximizar os fatores ideológicos (assentados na cultura e nas práticas de benevolência humanitária).

Quanto ao segundo eixo, asseveramos que algumas publicações ribeirão-pretanas, orientadas pelos princípios do anticomunismo liberal, centravam suas críticas aos “dogmas marxistas” enquanto, simultaneamente, buscavam enaltecer os benefícios econômicos do sistema capitalista.

O marxismo prático, de acordo com os jornais, teria levado os homens a “sonhos utópicos sobre igualdade financeira”, fazendo esses mesmos homens desconsiderarem que sem o capital acumulado não poderiam existir as grandes empresas industriais, agrícolas ou exploradoras de serviços e, “consequentemente, um mundo intermidável de outras realizações que trazem meios de subsistência e conforto para a maioria quasi absoluta da humanidade e impulsionam o progresso e a civilização em constante desenvolvimento”. Não seriam, portanto, os poderosos magnatas industriais os únicos locupletados pelos avanços do capitalismo e pelos capitais ali empregados, mas, sim, “o povo, é a nação pelo movimento intensivo destes em todas as camadas sociais pelo fructo de sua inversão em artigos necessários à vida, em realizações monumentaes de progresso que a todos beneficiam” (GRELLET, 1941).

O capitalismo moderno seria, segundo a visão jornalística, um sistema de melhor distribuição, atento ao bem-estar do povo e dinâmico no emprego dos esforços humanos – o que teria ocorrido “não por piedade ou outro qualquer sentimento, mas porque assim convém ao desenvolvimento do próprio

capitalismo. Em verdade, quanto mais calçado o povo consumir, mais produção e progresso para a indústria manufatureira”. Ancorado nas leis corriqueiras da economia, com a sorte da produção dependente das demandas do consumo, o capitalismo manifestava-se como doutrina superior ao comunismo, por sua vez condenável “por mentiroso e por viver, o tempo todo, enganando o povo” (E o comunismo falso..., 1955).

Além dos princípios de intercessão a favor da propriedade privada (“o Marxismo, como negação da propriedade privada dos meios de produção é, [...] uma doutrina inteiramente superada” [GUDIN, 1960]), os jornais de Ribeirão Preto divulgavam defesas norteadas pelos fundamentos do individualismo e da iniciativa privada, enquanto cânones de combate ao comunismo.

Para os jornais, os mais trabalhadores “conseguem quase sempre os melhores lugares na sociedade capitalista. O capitalismo põe a prêmio o esforço e a inteligência do indivíduo. O socialismo, porém, trata de dar tudo a todos, sem levar em consideração o valor individual” (NETTO, 1950). As experiências estatais interventoras e/ou socializantes estariam, portanto, fadadas ao fracasso, visto que “a insistência em eliminar a iniciativa particular por meio de medidas administrativas é causa dos mais sérios distúrbios” (NETTO, 1951).

Os regimes coletivistas seriam “regimes totalitários. Renegando o indivíduo, esses regimes colocam o estado acima de tudo. Neste tipo de governo, o indivíduo existe para o estado, e não o estado para o indivíduo”; os regimes capitalistas, baseados no indivíduo, “respeitam os direitos individuais, os direitos das minorias, dentro do governo da maioria” (NETTO, 1951a).

As defesas a favor das conciliações entre capital e trabalho também foram exploradas pelas páginas cidadinas, segundo as quais “enquanto os empregadores não compreenderem a

verdadeira posição do trabalhador no sistema sócio-econômico, este continuará a melhor matéria-prima para a nefasta obra dos agentes totalitários”. Os empreendedores deveriam, portanto, enxergar em cada “subalterno” um precioso “colaborador”, a serviço da empresa e da sociedade. Resistindo aos “impactos extremistas”, “o livre investimento, executado por homens de aguda visão social, está provando que o ser humano se adapta melhor no regime democrático do que às ditaduras férreas e opressoras” (Melhoria do padrão..., 1961).

O espírito “daninho e desordeiro de determinados grupos interessados em lançar confusão e a pretexto de defender o operário, na verdade, estão causando a sua ruína”, visto que os “pescadores de águas turvas” (comunistas) seriam os principais responsáveis por afugentar o capital, hostilizar os industriais com ameaças de depredação, sabotagem ou greve, amparados por uma “má educação, de princípios rebeldes e de comunistas que só fazem baderna às portas das fábricas, irritando a uns e outros, e querendo que a propriedade seja entregue aos que ali, temporariamente, trabalham” (Questões trabalhistas..., 1962).

Os posicionamentos pessoais liberal-anticomunistas de Machado Sant’Anna tendiam a congregar os eixos de defesa da propriedade privada e da promoção das conciliações entre capital e trabalho, enquanto mecanismos de combate à “subversão”. Escrutinemos, primeiramente, o aspecto “conciliatório” defendido pelo jornalista.

Em viagem à cidade de Araraquara, interior de São Paulo, uma comitiva (composta por Machado Sant’Anna e outras autoridades) foi convidada a conhecer os trabalhos realizados pela usina açucareira “Tamoio”, fundada pelo imigrante italiano Pedro Morganti em 1917:

O assunto não poderia deixar de ser outro: o comunismo só poderá ser combatido com as suas próprias armas, isto é, proporcionando ampla assistência social ao trabalhador e dando a este a impressão sincera de bem estar, conforto e alegria. Se o trabalho é bem compensado, se o homem que exerce as suas funções durante o dia, encontra ambiente propício em seu lar, boa casa e conforto; se as horas de lazer são preenchidas com a leitura ou no clube; se os seus filhos têm boa escola, enfim, se encontra descanso espiritual, não há nenhuma força no mundo capaz de tira-lo da linha reta e infundir-lhe ideias extravagantes. O homem deseja apenas trabalho e bem estar, sossego e confiança no futuro. O brigadeiro Carlos P. Brasil, viajado e culto, observara na Usina Tamoio uma forma inteiramente diferente de entendimento entre o capital e o trabalho. Uma perfeita sincronização e o melhor tratamento, a par de uma organização modelar, permitindo a execução do trabalho bem orientado sob um clima de ampla cordialidade. Outro não é o modo de pensar do sr. Leite Lopes, que relembra diversas passagens que pode verificar durante a nossa estadia em Tamoio. Com efeito, distanciando-se do grupo que percorria as dependências da usina modelo montada pelo gênio realizador de Pedro Morganti e que seus filhos souberam continuar, melhorando cada vez mais, fui ouvir o operário,

o maquinista, o cortador de cana. Infiltei-me, como se fosse um elemento perturbador das massas, desejoso de auscultar a opinião sincera de cada um, para ver se a moldura era idêntica ao quadro que nos fora pintado. Comecei por um simples obreiro e ataquei a direção da usina, dizendo-lhe que o trabalhador ali era explorado. Olhou-me, espantando, retrucando-me: “O sr. está enganado. Estou há mais de 10 anos e nem penso em sair. Ganho bem, tenho boa casa e minha família está satisfeita”.

No alto da usina, entre os grandes filtros, encontrei um preto forte e espadaúdo, consertando uma peça. Maneiroso, indaguei se estava satisfeito ali e se os Morganti tratavam o pessoal à maneira antiga. Aquele braço musculoso e forte descansou a peça e sinceramente declarou que trabalhara em várias usinas e em outros lugares do Estado. Em Tamoio, porém, encontrara um modo inteiramente diferente. Seus filhos estavam no grupo e após as aulas voltavam para aprender o ofício, trabalhando na parte de ensino profissional. Há poucos dias nascera mais uma menina em sua casinha e ganhara logo o enxoval, confeccionado pelas alunas do grupo. O médico visitara a parturiente, e esta recebera os medicamentos e assistência precisa. A senhora Edith viera saber como estava passando. O padre Domingos marcara o

batizado. Tudo feito sem pose ou exibicionismo. É jogador do quadro de futebol e nada lhe falta. O capitão Octávio Faria, jovem dos seus 27 anos, há pouco dos Estados Unidos, acerca-se de nossa roda e trava uma rápida palestra com o trabalhador negro da Usina Tamoio. Inqueri-o e parece que somos gente do Instituto de Estatística, quando somos chamados para o almoço. Estávamos no “test” para a Campanha Racional do Comunismo...

A turma já visitara todas as dependências da usina e lá em baixo está havendo uma cerimônia algo interessante. São os operários depositando flores na herma de Pedro Morganti. Ao fundo a banda de música da própria Usina. Um casal de pombos voa sobre nossas cabeças, dentro da grande área construída e o padre Rangoni, veterano das guerras, da Grécia e da Rússia, ex-prisioneiro dos alemães, diz: “Parece o Espírito Santo a abençoar o trabalho dos Morganti”.

[...] Há muito que escrever daquela usina que é uma cidade, de 11.000 almas, espécie de “Shangri-Lá” do trabalho racionalizado, orientado sob bases cristãs e de plena assistência. Voltaremos, com mais vagar (SANT’ANNA, 1949).

Pedro Morganti, tal como outros burgueses da época, implementou um sistema paternalista e clientelista de trabalho na Usina Tamoio, apoiando-se em benesses e concessões aos trabalhadores e seus familiares. Ao manter um relacionamento

personalizado no circuito de trabalho e na vida dos funcionários, “dissimulava, assim, certo autoritarismo com o qual conduzia seus negócios, transformando-se ainda, no olhar dos trabalhadores, em símbolo de capacidade profissional” (CAIRES, 2015, p. 48).

Por vezes, Machado Sant’Anna atribuía ao comunismo “de ideias extravagantes” aspectos minimizadores, desconsiderando-o enquanto projeto de transformação ampla e revolucionária das relações sociais. Para o jornalista, empresário e político, o “perigo vermelho” foi, em diversas ocasiões, compreendido, encapsulado e externado como mero entrave ao desenvolvimento progressista, contra o qual os empreendedores deveriam lutar para minimizar reveses e prejuízos.

O exemplo a ser seguido já estava dado, com o “Shangri-la” de Tamoio: fornecendo ao “homem comum” as possibilidades para saciar suas demandas mais imediatas e simplistas, dando-lhes os mínimos confortos materiais sob o apanágio do paternalista Morganti, afastava-os das doutrinações subversivas, perigosíssimas entraves para o progresso e para a conciliação entre capital e trabalho – embora, após o falecimento do patriarca, em 1941, a nova administração (tendo à frente os filhos de Pedro Morganti, com destaque para Hélio Morganti) tenha implementado medidas mais racionais e burocratizadas para ampliar a produtividade da usina, o que ocasionou o rompimento com alguns padrões de relacionamento trabalhistas anteriormente apoiados na “ideologia da grande família”. A partir dos anos 1950, as concessões anteriormente oferecidas passaram a escassear, com a restrição do fornecimento de produtos pelo armazém da usina, cobrança de taxas de aluguel das moradias, cortes de energia e água, recusa ao emprego de filhos das famílias trabalhadoras, etc. (CAIRES, 2017, p. 14).

Quanto aos princípios de defesa da propriedade privada, também existentes nos discursos de Machado Sant’Anna, podemos trazer à baila as opiniões tecidas pelo jornalista a respeito de distúrbios ocorridos na região de Duque de Caxias, em 1962.

Conforme noticiado pelo *Diário da Manhã* em 6 de julho, uma “turba revolta” influenciada por “mazorqueiros” cometeu depredações e saques a casas comerciais nas cidades de Duque de Caxias, Nilópolis e São João do Meriti, resultando, segundo o jornal, em cerca de 2000 casas e 500 residências assaltadas, 7 mortos e mais de 300 feridos. A conturbação teria sido contida por tropas blindadas do I Exército. No dia seguinte, Machado Sant’Anna teceu comentários a respeito do ocorrido, afirmando que os “vândalos” teriam apenas seguido “as ordens sinistras de flibusteiros, de extremistas que lêem pela cartilha vermelha”, contra os quais os homens de bem deveriam estar atentos – inclusive em Ribeirão Preto:

Os atos vandálicos, com chacina de pacatos civis, que defendiam suas propriedades, suas casas comerciais e suas residências, em Duque de Caxias, Nilópolis e São João do Merity não foram causados pela fome nem pelo desemprego.

[...] Malandros se aproveitam da ocasião, criminosos, marginais e boçais, na maior parte, vagabundos que recebem ordens superiores, dos que lançam o populacho a tais desatinos, para que, dentro do lema “quanto pior, melhor”, consigam os seus intentos sinistros e a posse do poder.

Os chefes de famílias e os homens responsáveis devem se armar. Ninguém deve ser apanhado de surpresa. O movimento subterrâneo está aí. Diariamente elementos extremistas saem da cidade a caminho do campo, influenciando o rurícola para que se revolte e pratique violências.

[...] Há nesta cidade alguns elementos que a Polícia timbra em fazer de conta que não os conhece. São os promotores de greves, de baderna e que ameaçam constantemente a paz social e insuflam violências. São conhecidos, em demasia e seguem a orientação de advogados vermelhos que levam vantagens excepcionais [...].

Ninguém se iluda, repetimos. O marginal trabalha contra as instituições, contra o regime, contra a família, contra a Pátria. Cada um de nós deve ser o guardião da própria casa, antes que seja violentada.

Sempre defendemos os humildes, os trabalhadores e as justas reivindicações, contra a opressão, contra os exploradores e contra os aproveitadores, mas não somos solidários com saqueadores e assassinos. Para esses a resposta deve ser no mesmo estilo: à bala! (SANT'ANNA, 1962d).

O quase sempre comedido Machado Sant'Anna, diante dos atentados contra as propriedades fluminenses, elaborou um inflamado discurso em oposição aos ditos “criminosos”,

“marginais”, “boçais”, “vagabundos” e “elementos extremistas”, considerados os fomentadores dos atos vandálicos em questão, e contra os quais estariam justificadas, inclusive, quaisquer medidas de caráter violento. Sendo as atividades comunistas atentatórias contra a integridade do país e das propriedades particulares, não haveria espaço para contemporizações: a repressão (tanto a comandada por autoridades policiais, quanto a levada adiante pelas forças civis) seria, pois, legitimada.

Em momentos considerados críticos, os porta-vozes do capital podem operacionalizar, com relativa facilidade, um deslocamento que transforma a defesa dos “princípios democráticos” em uma necessária “contrarrevolução armada”, imbuída de fundamentos fascistas. Tal atitude, “longe de ser excepcional, constitui apenas exemplo banal de um fenômeno político recorrente ao longo da história da dominação burguesa: a supressão da forma política liberal para preservar o essencial do conteúdo econômico capitalista” (MORAES, 1999, p. 13). Em síntese:

O liberalismo é burguês no sentido de que constitui a forma política mais adequada à dominação de classe dos capitalistas e, nesta medida, serve-lhes de ideologia espontânea. Mas em situações de crise política aguda, quando o controle exercido sobre a opinião pública pelos grandes meios privados de comunicação social não logra garantir a “funcionalidade” do sufrágio universal (ou, para utilizar chavão em moda entre os politólogos bem-pensantes, a “governabilidade” das instituições), a burguesia, para manter seus

privilégios econômicos, portanto suas posições de classe, redescobre sua profunda afinidade com o fascismo. Para manter a “liberdade” essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção, não costuma ter escrúpulos em revogar o conteúdo ético-político do liberalismo (“Estado de Direito”, liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do “estado de sítio” às ditaduras militares (MORAES, 1999, p. 18).

Além disso, ainda que Machado Sant’Anna tenha afirmado que os saques não estariam vinculados à fome ou ao desemprego, a conjuntura da Baixada Fluminense após os anos 1950 apresentava um cenário pautado por uma acentuada explosão no número de loteamentos, aumento do contingente populacional e o despejo de lavradores atingidos pela ação de grileiros – o que possibilitou, conseqüentemente, o surgimento de movimentos camponeses de resistência armada (ALVES, 2002, p. 61).

O jornalista defendia, em síntese, um posicionamento anticomunista liberal temeroso contra os elementos extremistas que “vão se infiltrando nos meios trabalhistas, minando a classe e impondo ideias exdruxulas, acenando com facilidades futuras e de vida melhor, [e que] procuram a todo transe perturbar a marcha da produção, ordem e trabalho em todo o país”. As “hordas vermelhas” e sua “ideologia satânica”, mesmo que impossibilitadas, na visão de Machado Sant’Anna, de promoverem uma cisão revolucionária na realidade prática, ainda seriam “incômodos” e “entraves” ao progresso, afastando possíveis investidores e inoculando princípios desordeiros na

classe operária. Diante de tal cenário, “nuvens pressagas ameaçam toldar o horizonte pacífico de nossa terra e abutres sinistros rondam nossas cidades e nossas casas” (SANT’ANNA, 1948b).

Conforme as exposições e análises até aqui elaboradas, compreendemos que as manifestações anticomunistas promovidas pelos jornais de Machado Sant’Anna foram contumazes e bastante diversificadas, apoiando-se em estratégias que visavam discernir e consolidar os traços de dois campos categoricamente antagônicos: de um lado, os vigilantes e preparados “proprietários-cristãos-patriotas”, verdadeiros defensores da “ordem”, do “futuro”, da “liberdade”, de “Deus, pátria, família, bondade e honestidade”; de outro, os comunistas “tolos”, “enfadonhos”, “assalariados de Moscou”, “criminosos”, “demagogos”, “homens sem fé e sem honra”, “perversos”, “ignorantes”, “depravados”, “maus brasileiros”, “vândalos”, “boçais” e “vagabundos”, apoiadores de um sistema “insidioso”, “perigosíssimo”, “desgraçado”, “vulgar”, “nefasto”, “peçonhento”, “tirânico”, “demoníaco”, “brutal”, “sanguinário”, “egocêntrico”, “totalitário” e “sinistro”...

A estratégia jornalística de entrelaçar o comunismo aos mais diversos termos pejorativos previa uma frequente determinação de sentidos aprioristicamente negativos, de modo a apresentar ao público um “perigo vermelho” que não seria tão-somente um “fantasma” distante ou esporádico, mas também uma ameaça concreta e imediata. Todavia, para além das crenças apocalípticas despertadas (em muitos casos, genuínas), o “perigo vermelho” também constituiu uma eficaz e instrumentalizada “cortina de fumaça”, utilizada para anuviar e/ou justificar projetos e ações subordinados aos desígnios das classes dominantes e dirigentes (locais e supralocais).

Contudo, apesar de os jornais sob o comando de Machado Sant'Anna terem se pronunciado corriqueira e entusiasticamente favoráveis aos desígnios da hegemonia burguesa (especialmente quando repeliam as “aves de mau agouro” comunistas – fossem elas reais ou imaginárias), as ambivalências que perpassavam a instrumentalização do anticomunismo, suscetíveis às contradições históricas inerentes às disputas e lutas entre frações da classe dominante, acabaram por se manifestar de maneira inesperada para o jornalista, empresário e político ribeirãopretano. É o que verificaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

“INOCENTES ÚTEIS” E GOLPE CIVIL-MILITAR: O FECHAMENTO DO *DIÁRIO DA MANHÃ* EM 1964

Em 1º de abril de 1964, com a eclosão do golpe civil-militar brasileiro, o jornal *Diário da Manhã*, de Machado Sant’Anna, foi fechado pelas forças reacionárias por aproximadamente dois meses, tendo sua circulação sido normalizada apenas em 31 de maio do mesmo ano, em cuja edição podemos encontrar o seguinte comunicado:

Retornando às suas atividades, hoje, após 60 dias de paralização em virtude de uma determinação da Secretaria de Segurança Pública e a seguir do II Exército, conforme documentos que nos foram entregues pelos srs. dr. Antônio Ribeiro de Andrade, Delegado Auxiliar da 3ª Delegacia, daquela Secretaria de Estado e pelo cel. Hélio Lemos, Chefe da 5ª C. R. do Ministério da Guerra, “Diário da Manhã” lamentando o sucedido, informa que, após reunião de seus dirigentes, entregou a responsabilidade da “Editora Diário da Manhã S/A”, ao advogado e professor dr. Romero Barbosa, elemento destacado de nossa cidade, sendo a gerência exercida pelo advogado e publicista dr. Armando Lúcio P. Sant’Anna e a direção comercial a cargo do advogado dr. Sérgio Rubens Sant’Anna. Na chefia da redação,

está um dos mais antigos profissionais de imprensa do Estado, jornalista Antônio Machado Sant'Anna. Órgão tradicional, que comemora seus 66 anos de atividades, “Diário da Manhã” acompanhou nesse longo período o crescimento de Ribeirão Preto, como um dos fatores do seu progresso e das suas realizações, promovendo campanhas meritórias e em trabalho persistente, ativo e enérgico em prol de toda a região. [...] [Acha-se] licenciado o jornalista Antônio Carlos Sant'Anna. O grupo majoritário, controlador da “Editora Diário da Manhã S/A”, composto de elementos idôneos, de alto gabarito moral e intelectual, manterá a linha rígida de defesa dos interesses do povo, dentro do respeito devido à Constituição da República, como democrata consciente, na pregação dos direitos do homem e pleno regime de Liberdade. A ordem é trabalhar, prestigiando os poderes constituídos, dentro da ordem, da democracia e com aquele mesmo espírito dos que nos legaram tão vultoso patrimônio. A DIREÇÃO (Diário da Manhã, 1964).

Quais teriam sido as motivações para que as forças golpistas fechassem o jornal *Diário da Manhã*, o qual manteve-se sempre ao lado das frações conservadoras cidadinas, defendendo seus desígnios e promovendo recorrentes pregações anticomunistas? Para que possamos compreender tal viragem, atentemo-nos à conjuntura nacional mais ampla existente no início dos anos 1960.

3.1 – QUESTIONAMENTOS AO “ULTRA-LIBERAL E DEMOCRATA” ANTÔNIO MACHADO SANT’ANNA

Entre janeiro de 1961 e abril de 1964, o Brasil testemunhou três tentativas de implantação de governos fortes, baseadas em distintas coalizações classistas que expressavam a correlação de forças existente na sociedade brasileira.

De acordo com Ruy Mauro Marini, a primeira tentativa efetivou-se com o curto governo de Jânio Quadros, que representou um experimento de “bonapartismo carismático”, ou seja, um governo “ungido de legalidade e tingido de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas e, ao mesmo tempo, suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe” (MARINI, 2014, p. 90-91).

De acordo com Moniz Bandeira, Jânio Quadros, sustentado pela oligarquia financeira e por forças antivarguistas congregadas em torno da UDN, da Cruzada Democrática e da CIA, apelou para “os anseios populares de mudança, confundiu as massas com a sua duplicidade demagógica e obteve esmagadora vitória sobre o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da coligação PSD-PTB, com apoio do PCB” (BANDEIRA, 2001, p. 44). Após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros renunciou ao mandato em agosto de 1961. As possíveis razões para tal atitude foram analisadas por René Armand Dreifuss da seguinte maneira:

Jânio Quadros, baseando-se mais em seu suposto carisma e menos numa efetiva

autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio resolutivo de uma coalizão militar, que o capacitariam a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. E isso acontecia enquanto seu vice-presidente se achava convenientemente em missão de boa vontade e comercial na China. Nem a maioria dos empresários nem seu próprio bloco partidário estava pronto a apoiá-lo. Nem mesmo seus próprios ministros-chave, Denys, Heck e Grun Moss, estavam dispostos a assinar em branco um cheque político para uma figura errática e excêntrica como a de Jânio Quadros. Ele não foi reconduzido ao governo. Houve, inclusive, uma extrema indiferença popular quanto a seu destino político. Com sua renúncia, o campo político encontrou-se mais uma vez amplamente aberto (DREIFUSS, 1981, p. 129).

Após a renúncia de Quadros, a sucessão de João Goulart à presidência quase foi impedida por uma manobra militar.⁴³ A tentativa de golpe foi antagonizada por mobilizações legalistas

⁴³ O marechal Odílio Denis, o almirante Sílvio Heck e o brigadeiro Gabriel Grun formaram uma junta apoiada por frações das Forças Armadas e instituições antigetulistas, com a qual pretendiam vetar a posse de Goulart sob a alegação de que o novo governo representaria uma ameaça à ordem e às instituições brasileiras.

apoiadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e pelo general comandante do III Exército, José Machado Lopes, ou seja, pela reação de um bloco de poder popular, composto pela “burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG [Escola Superior de Guerra] e aos interesses multinacionais e associados” (DREIFUSS, 1981, p. 130). A solução acordada deu-se com a imposição de um regime parlamentar, o qual restringiu os poderes do novo presidente.

A segunda das tentativas expostas por Marini foi efetivada a partir de 1962, quando Goulart, apoiado por uma fração militar progressista e pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), levou a cabo uma campanha pelo retorno ao presidencialismo. O movimento conseguiu enfraquecer a resistência de setores reacionários do Congresso e obteve a convocação de um plebiscito para decidir sobre a forma nacional de governo. “No dia 6 de janeiro de 1963, por maioria esmagadora, o povo brasileiro aprovou a derrogação da emenda constitucional de 1961 e a devolução dos poderes presidenciais a Goulart” (MARINI, 2014, p. 98). Segundo Caio Navarro de Toledo:

A rigor, o governo de Goulart se inicia em janeiro de 1963, após a contundente derrota do regime parlamentarista. Com o apoio de amplos setores empresariais, e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa. A partir desse momento, Goulart deixava de desempenhar o papel que foi a ele atribuído com a implantação do parlamentarismo; deixava, pois, de ser uma autêntica “rainha da

Inglaterra” que, embora reinasse, não governava... Assumindo o governo no regime presidencialista, a grande indagação que se fazia era: conseguiria Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que havia dois anos desgastavam o Executivo federal? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do déficit no balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas (TOLEDO, 2004, p. 15).

Ainda em 1963, após o fracasso do recessivo Plano Trienal (e que “se deveu especialmente à recusa do movimento sindical organizado em aceitar a contenção salarial nele embutida” [MELO, 2009, p. 50]), o presidente empreendeu tentativas de levar o governo brasileiro à adoção de estratégias nacional-reformistas, apoiando-se em certos pressupostos que causavam alvoroço aos interesses multinacionais e associados, tais como a lei de restrição à remessa de lucros pelas companhias multinacionais (controlando a saída maciça de capital do país), reajuste dos salários mínimos, política de controle de preços, debates a respeito da reforma agrária (com vistas à desapropriação de áreas não cultivadas e localizadas a curtas distâncias de ferrovias e rodovias), combate à especulação financeira, tentativas de reescalonamento da dívida externa, bem como uma reforma eleitoral que concedesse o direito de voto a soldados e analfabetos (DREIFUSS, 1981). Em suma, um

programa de “reformas de base” que favorecia a participação popular.

Já a terceira tentativa exposta por Marini deu-se com a reação das classes dominantes diante do crescimento dos movimentos de massas e da polarização que se consumava com a gradativa representação política dos dominados:

O fracasso de Goulart em conter o movimento reivindicatório das massas – o Plano Trienal se frustraria justamente devido a isso, mais especificamente devido ao aumento dos salários obtido pela burocracia pública, em outubro de 1963 – e a radicalização política, que já chegava às forças armadas (rebelião dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963), afastaram progressivamente a burguesia de Goulart. Esse divórcio foi agravado pela polarização em direção à direita ocorrida nas classes médias. Sofrendo uma violenta compressão de seu nível de vida, sob um governo dito de esquerda, essas classes se tornaram cada vez mais permeáveis à propaganda que lhes apresentava as reivindicações operárias como sendo o elemento determinante do aumento do custo de vida; as sucessivas greves que paralisavam os transportes e os demais serviços públicos, ao afetar diretamente as classes médias, pareciam-lhes confirmar que o país se encontrava à beira do caos e levaram-nas a aceitar a tese da direita de que tudo isso não era mais que um plano comunista. [...] Pela primeira vez desde o

“integralismo” fascista dos anos 1930, a direita mobilizava as massas. Os conflitos populares entre grupos radicais tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos e o país passou a viver um clima pré-revolucionário (MARINI, 2014, p. 102-103).

A mobilização antijanguista foi insuflada por uma conjuntura na qual o proletariado havia conquistado um relativo amadurecimento político, com a criação de instituições como o CGT, o PUA (Pacto da Unidade e Ação) e outras associações, responsáveis por defender reivindicações econômicas e também por buscar influência nas decisões do poder político. Frações empresariais articularam o que Bandeira nomeou como “radicalismo de direita” por meio da criação e expansão de entidades propagandísticas e conspirativas como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática – que possuía estreitas relações com a CIA), responsáveis pelo fornecimento de orientação e recursos financeiros para “influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático”. Segundo depoimentos do presidente Goulart, tais instituições, “explorando rendosa indústria de combate aos extremismos ou desfraldando falsas bandeiras de legalidade”, pretendiam “manter o país em clima de constante intranquilidade e perigosa agitação” (BANDEIRA, 2001, p. 81-82). A atuação do complexo IPES/IBAD será melhor explanada nos próximos capítulos.

Ao lado das conspirações colocadas em curso por sujeitos e aparelhos ligados à burguesia multinacional e associada, as titubeações de Goulart corroeram a confiança e o apoio de setores

que lhe haviam prestado apoio (especialmente na esfera militar) e também das esquerdas (notadamente do grupo brizolista, que poderia ter dado respaldo efetivo ao seu governo). O próprio Leonel Brizola, em declaração veiculada em 24 de fevereiro de 1964, expôs as turbulências e os perigos que engolfavam o governo janguista diante das mobilizações conspiratórias em andamento:

Considero que o presidente João Goulart tem nas suas mãos, a esta altura dos acontecimentos, só nominalmente, só legalmente, o poder. Exerce apenas uma parte do mesmo. É possível que ainda o tenha, também potencialmente, desde o momento em que se decida a exercê-lo em benefício dos autênticos interesses do povo brasileiro e não dos interesses das minorias privilegiadas, como até agora. O certo é que o atual Presidente teve realmente o poder nas suas mãos em toda a sua plenitude, duas vezes, na crise de agosto de 1961 e no Plebiscito. [...] com o agravamento da crise econômica e da inflação, e com a radicalização crescente do processo político, as duas primeiras correntes (as minorias dominantes e reacionárias que estão dentro do governo) tentarão unificar-se e agir numa frente única. Quanto ao presidente João Goulart e seu governo, ainda é muito cedo para prever o que ocorrerá com eles, embora seja quase certo que, segundo seu modo de agir, o desgaste, a frustração, as perplexidades, as vacilações, a

indefinição, a inoperância, a debilitação em suma, levem-nos a facilitar e talvez negociar a entrega do governo àquelas minorias e, com isso, passe às mãos delas a hegemonia do Poder (SCHILLING, 1981, p. 7-8).

Conforme Florestan Fernandes, as referidas turbulências conformavam, em realidade, as adaptações da dominação burguesa às condições históricas emergentes (conjuntura de metropolização dos grandes centros, industrialização intensiva, expansão do capitalismo monopolista), atravessadas pelo acirramento dos antagonismos e dos conflitos sociais, os quais desgastavam cronicamente a hegemonia burguesa. Ainda que não tenha havido no Brasil uma típica “situação pré-revolucionária” erigida pelas classes destituídas, a situação existente poderia ser considerada como “potencialmente pré-revolucionária”. Os conflitos deflagrados não significavam um risco latente à sobrevivência da dominação e do poder burgueses, mas “inibiam ou paralisavam as potencialidades sociodinâmicas da dominação burguesa e restringiam substancialmente a eficácia política do poder burguês” (FERNANDES, 2006, p. 322).

A saída encontrada foi a de uma arregimentação burguesa contrarrevolucionária chancelada por um golpe de Estado que representou, simultaneamente, uma eficiente técnica para transição política e o enrijecimento da ordem, no qual o Estado nacional “precisa assumir novas funções, diferenciar as antigas ou cumpri-las com maior rigor, o que implica intensificar a opressão indireta e a repressão direta, inerentes à ‘manutenção da ordem’” (FERNANDES, 2006, p. 344).

Diante de tantas idas e vindas turbulentas, e ao buscarmos possíveis indícios “subversivos” nos textos de Machado

Sant'Anna produzidos no início dos anos 1960, achamo-nos em becos sem saída: encontramos, ao lado das já tradicionais manifestações anticomunistas caras ao jornalista, posições moderadas quanto às reformas de base propostas pelo governo João Goulart, articuladas em torno de noções de “humanização” do trabalho no campo, princípios cristãos (medida paliativa para evitar sublevações sangrentas) e “concessão” de benefícios e privilégios por parte das classes possuidoras (os dominantes deveriam adotar tal providência de pacificação, no sentido de evitar perdas ocasionadas pelas insubordinações dos dominados).

Os comunistas ribeirão-pretanos, apelidados por Machado Sant'Anna – nas colunas “Do meu canto”, nas quais adotava o pseudônimo “Pedro, Brando” – como “vermelhinhos da esquina”, queriam “apenas barulho”. Liam, segundo o jornalista, obras perigosas, “envenenando a mocidade, criando dissensões e procurando incendiar o país com um sistema que não se coaduna com o nosso meio de vida”. De acordo com Sant'Anna/Brando, seria preferível “a pior democracia do mundo, ao mais brilhante céu aberto vermelho” (SANT'ANNA, 1961f).

Ao lidar com a realidade dos trabalhadores do campo – em sentidos, sobremaneira, genéricos – Machado Sant'Anna reconhecia haver na região condições de existência miseráveis. As fazendas de café, por isso, constituíam “o prato predileto para a pregação demagógica dos que querem tirar proveito da mísera existência do rurícola”; infelizmente, para Sant'Anna, os “proprietários das terras, fazendeiro ou sitiante, não querem ver nem estudar os meios capazes de humanizar as condições de vida dos que labutam de sol a sol nos campos, nas roças, no cafezal, algodoal ou no plantio de cereais”. O cenário dicotômico de ricos fazendeiros (possuidores de casas confortáveis e automóveis) e pobres trabalhadores (com baixos ordenados, sujeitos à

“escravização” pelas dívidas contraídas nos armazéns das fazendas) deveria ser pacificado com a seguinte medida: “limitar os lucros em prol da melhoria das comunidades agrícolas, sob pena de haver êxodo completo ou uma revolução agrária de consequências imprevisíveis” (SANT’ANNA, 1961e).

Como veremos adiante, certos profissionais do *Diário da Manhã*, entre os anos de 1961 a 1964, hastearam as bandeiras das chamadas causas “nacional-reformistas”. Manifestaram-se favoravelmente às reformas de base (especialmente, a reforma agrária) propostas pelo governo de João Goulart e apoiaram figuras políticas como Leonel Brizola e Miguel Arraes – o que motivou o jornal a se indispor com determinados setores mais conservadores da sociedade ribeirão-pretana. O próprio Machado Sant’Anna (“Pedro Brando”), inveterado anticomunista, defendia-se, em 18 de setembro de 1962, de acusações por meio das quais o *Diário da Manhã* era tachado como “periódico a serviço do credo vermelho”:

É uma facilidade leviana acusar este ou aquele de comunista. Eu nunca o fui e pelo que me resta de vida, não o serei, nem amarrado ou enviado para a nossa Sibéria que é o sertão nordestino, onde não se morre de frio, mas de fome e de sede, sob o olhar dos latifundiários, dos safados, dos sacripantas que se dizem cristãos. Alguns patifezinhos de meia tigela, andam assoalhando por aí que estamos fazendo o papel de “inocentes úteis” de Moscou porque somos obrigados a dizer as verdades, duras, sem dúvida. Pois vai aí, à moda de Kipling, uma respostinha: SI incentivar o espírito temente à

terra natal; SI incentivar o espírito nacionalista contra a torpe exploração dos trustes; SI dar ampla difusão aos sérios problemas que afligem o povo e procurando uma fórmula de solucioná-los dentro da realidade brasileira; SI profligar a ação de péssimos representantes nos parlamentos, onde procedem indignamente contra os interesses da coletividade e onde cuidam só dos próprios interesses; SI pregar a necessidade de se dar escolas aos filhos de rurícolas, dos humildes e dos trabalhadores; SI clamar contra o abandono e a exploração do homem da roça, de um viver incompatível com a dignidade humana; SI combater a desproporção do nível de vida onde poucos ganham milhões contra a miséria de milhões que pouco ganham; SI entender que chegou a hora de dar ao operariado brasileiro a verdadeira concepção de uma melhor posição de acordo com o progresso da ciência e da civilização; SI lutar sem tréguas contra o analfabetismo, contra a doença, contra a miséria e contra a fome; SI tratar de esclarecer pontos obscuros e instruir o povo mostrando-lhe que a cúpula é exploradora, venal, corruptora e safada; SI recorrer aos debates para dar à massa noções rudimentares de que há necessidade formar sindicatos, cooperativas e de órgãos de defesa popular contra a ignóbil escravização a que tem submetido os “tubarões” e os sórdidos destruidores de nossas reservas...

SI PROCEDER ASSIM amigo, é ser comunista, então estou de acordo com você: eu sou um ferrenho comunista, porque quero o bem da minha terra, de minha gente, de minha Pátria, porque esse seria o dever daqueles que têm responsabilidades. PEDRO, Brando (SANT'ANNA, 1962g).

Ao mencionar a Sibéria, Machado Sant'Anna tecia, implicitamente, críticas ao regime soviético e aos *gulags* stalinistas. Os *gulags* eram campos de trabalho forçado destinados a criminosos e “inimigos do regime revolucionário”. De acordo com o historiador Michael Löwy, o *gulag* pode ser considerado uma forma moderna de barbárie administrada pelo Estado, colocado a “serviço de projetos stalinistas faraônicos de ‘modernização’ econômica da União Soviética. Mas ele se caracteriza também por traços mais ‘primitivos’: corrupção, ineficácia, arbitrariedade, ‘irracionalidade’” (LÖWY, 2000, p. 51). As críticas ao regime stalinista foram potencializadas após a realização do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em fevereiro de 1956, responsável por deflagrar uma enorme crise nos movimentos comunistas internacionais, conforme já expusemos.

Ao lado de considerações a respeito da Sibéria, Machado Sant'Anna também teceu comentários em relação ao Nordeste brasileiro. Os debates sobre a região, compreendida por alguns setores sociais como reduto de distúrbios, agitações, marginalizações e reveses climáticos, também foram intensificados no início dos anos 1960, muito por conta da criação, pelo governo federal, da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959.

A instituição, liderada por Celso Furtado, tinha por finalidades estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, além de coordenar a elaboração e a execução de programas de assistência técnica (nacional ou estrangeira) à região. Segundo Octávio Ianni, as condições políticas e econômicas que provocaram a criação da SUDENE possuíam relações com os projetos de diferentes grupos sociais nordestinos e membros dos governos federal e estadual, preocupados com problemas tais como a baixa renda *per capita*, as elevadas taxas de desemprego, altos índices de mortalidade infantil, a reduzida eficácia socioeconômica de programas de engenharia e obras hidráulicas, além da intensificação dos antagonismos da sociedade nordestina (IANNI, 1984, p. 209-210).

Machado Sant’Anna, ao construir uma exagerada simplificação comparativa que alinhava, lado a lado, as condições existentes nos *gulags* siberianos ao cenário de escassez e concentração fundiária existente no Nordeste brasileiro, valia-se de uma elaboração prognóstica e sugestiva (o Nordeste poderia, em um futuro indesejado pelo jornalista, tornar-se uma terra de *gulags*), segundo a qual equiparavam-se situações histórica, política, econômica e socialmente distintas. Mesmo sendo o Nordeste brasileiro, considerado por Sant’Anna, um território tão tenebroso e asqueroso, ainda se configurava como alternativa viável e moralmente preferível do que estabelecer vínculos com o comunismo e seus *gulags* siberianos. Machado Sant’Anna utilizava, para rebater as acusações recebidas, recursos retóricos provenientes da literatura de Rudyard Kipling (1865-1936), escritor e poeta britânico, autor de “O livro da selva” (1984), vencedor do prêmio Nobel de Literatura (1907) e responsável

pelo poema “Se” (1909)⁴⁴, parafraseado pelo jornalista, empresário e político ribeirão-pretano. Kipling, nascido na Índia, foi um ativo celebrador das glórias do Império Britânico na região. Um de seus poemas mais conhecidos a respeito do tema foi “O fardo do homem branco”, cujo subtítulo era “Os Estados Unidos e as Ilhas Filipinas”. Tratava-se

de um apoio explícito às políticas imperialistas dos EUA que, em 1898, na Guerra Hispano-americana tomaram as colônias espanholas no Caribe e no Pacífico. Nas Filipinas, após a expulsão dos espanhóis, seguiu-se uma guerra entre as tropas estadunidenses e as forças políticas filipinas que não aceitaram se submeter aos novos senhores. A Guerra Filipino-Americana perdurou oficialmente

⁴⁴ “Se és capaz de manter a tua calma quando / Todo o mundo ao teu redor já a perdeu e te culpa; / De crer em ti quando estão todos duvidando, / E para esses no entanto achar uma desculpa;/ Se és capaz de esperar sem te desesperares,/ Ou, enganado, não mentir ao mentiroso,/ Ou, sendo odiado, sempre ao ódio te esquivares,/ E não parecer bom demais, nem pretensioso;/ Se és capaz de pensar – sem que a isso só te atires,/ De sonhar – sem fazer dos sonhos teus senhores./ Se encontrando a desgraça e o triunfo consegures/ Tratar da mesma forma a esses dois impostores;/ Se és capaz de sofrer a dor de ver mudadas/ Em armadilhas as verdades que disseste,/ E as coisas, por que deste a vida, estraçalhadas,/ E refazê-las com o bem pouco que te reste;/ Se és capaz de arriscar numa única parada/ Tudo quanto ganhaste em toda a tua vida,/ E perder e, ao perder, sem nunca dizer nada,/ Resignado, tornar ao ponto de partida;/ De forçar coração, nervos, músculos, tudo/ A dar seja o que for que neles ainda existe,/ E a persistir assim quando, exaustos, contudo,/ Resta a vontade em ti que ainda ordena: ‘Persiste!’;/ Se és capaz de, entre a plebe, não te corromperes/ E, entre reis, não perder a naturalidade,/ E de amigos, quer bons, quer maus, te defenderes,/ Se a todos podes ser de alguma utilidade,/ E se és capaz de dar, segundo por segundo,/ Ao minuto fatal todo o valor e brilho,/ Tua é a terra com tudo o que existe no mundo/ E o que mais -- tu serás um homem, ó meu filho!” (KIPLING apud PINHEIRO, 2003, p. 40-41).

entre 1899 e 1902, mas na verdade a resistência persistiu por pelo menos mais uma década. Como resultado de uma guerra que foi denunciada na época como extremamente selvagem e cruel com os nativos, 250 mil filipinos foram mortos, a maior parte deles civis, assim como 4.200 soldados norte-americanos. Incêndio de aldeias, enforcamentos em massa, tortura, maus tratos a mulheres e crianças foram algumas das práticas que caracterizaram a atuação do “homem branco” no arquipélago filipino.

A ideia de que a missão civilizadora sobre as populações não brancas submetidas aos impérios coloniais era o fardo do homem branco se apoiava largamente nas teorias raciais que grassavam no campo científico europeu e norte-americano na virada do século XIX para o século XX (FACINA, 2010, p. 1).

Os verbos empregados por Sant’Anna ao tecer uma estruturação análoga a Kipling também carregavam consigo noções análogas a uma “missão civilizadora” ou “fardo” – se não do “homem branco” em sentido estrito, das “classes dominantes” em sentido amplo. Caberiam às camadas ilustradas “incentivar” o espírito nacionalista, “dar” escolas aos humildes, “dar” ao operariado uma melhor posição, “esclarecer” e “instruir” o povo, “dar” à massa noções políticas rudimentares... A utilização desses verbos revelava, implicitamente, que as melhorias para a classe trabalhadora não poderiam receber a pecha de “conquistas” dos de baixo, mas sim de “concessões” dos de cima.

Provavelmente, as críticas de Machado Sant’Anna/Pedro Brando despertaram nova resposta dos acusadores, visto que no dia seguinte, 19 de setembro de 1962, o assunto voltou à baila na coluna “Do meu canto”:

O mísero cortador de cana, o pobre rurícola, o subnutrido peão, assim como o operário que percebe salário de fome, serão sempre uns revoltados. Não é o nosso trabalhador um comunista, porque é religioso, tem sua fé e foi criado de maneira diferente. No fundo sente-se escravizado e por isso se rebela. As classes dominantes, os grandes proprietários, os poderosos patrões devem enfrentar o problema e não ficar, a moda de avestruzes, com a cabeça enterrada no chão, na hora da tempestade. [...] Pense nisso, amigo, e deixe de sua mania de chamar os que querem uma transformação social, para melhor, como pregação comunista. Creio ter dito o mínimo para bom entendedor. Atente para o problema e vamos resolve-lo, enquanto é tempo, enquanto esperam pela sua ação, para que não tenhamos a repetição de fatos históricos do Termidor, de Moscou, de Caracas, de Havana, de Bogotá e tantos outros... Leia, amigo, e pense. Depois, esqueça que somos “comunistas”. Somos, isso sim, humanos, brasileiros, cristãos e chefes de família. Medite, amigo, e depois aja. Em prol do bem comum. Em benefício de todos. Contra a pregação comunista que encontra campo aberto ante a

indiferença dos que se dizem homens da sociedade e classes conservadoras, como você (SANT'ANNA, 1962h).

Machado Sant'Anna, valendo-se da mesma estratégia anteriormente utilizada, assentia ser uma competência exclusiva das classes dominantes enfrentar os problemas socioeconômicos em curso, não se imiscuindo dos debates. Seria preciso “fazer a revolução antes que o povo a fizesse”, visto que a “pregação comunista”, na visão do jornalista, político e empresário, encontrava terreno fértil quando impulsionada pela indiferença das classes dominantes e pela miséria das classes subalternas. De tal modo, Sant'Anna estabelecia uma relação diretamente automática entre a miséria, a subnutrição, a pobreza, os baixos salários (causas) e as revoltas e rebeldias (consequências), naquilo que E. P. Thompson criticou como uma “visão espasmódica da história popular”, segundo a qual as intromissões das pessoas comuns como agentes históricos são “antes compulsivas que conscientes ou autoativadas: não passam de reações a estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos” (THOMPSON, 1998, p. 150).

A figura de Machado Sant'Anna também foi utilizada para refutar as acusações de “comunização” do *Diário da Manhã*, visto que certos leitores chegavam a enviar correspondências ao jornal, questionando possíveis mudanças nas diretrizes ideológicas do periódico:

DR. JOSÉ C. MARTINS (São José dos Campos): O sr. nasceu aqui. Conhece bem a todos nós.

Perguntamos: se procurar elevar o nível do trabalhador, se fazer campanhas para abrir escolas, estradas, hospitais; lutar contra o analfabetismo, contra a doença, contra a miséria, trabalhar em prol dos que sofrem e para que o homem do campo tenha tratamento humano, para que não haja êxodo rural para a cidade, desde que o rurícola tenha água corrente, luz elétrica e salário condizente com as suas necessidades; para que a criança tome leite, que se livre do amarelão, que não sofra de tracoma; enfim, para que o trabalhador possa se trajear decentemente e não apareça como um mulambo, para que todos os cidadãos possam, dentro de seus limites de instrução e de atividades, ter o mínimo para viver e educar os filhos, se tudo isso, meu amigo, é SER COMUNISTA, quero que venha conhecer os métodos de trabalho do “Diário da Manhã” e “bater um papo” com o nosso diretor, o jornalista Antônio Machado Sant’Anna, ultra-liberal e democrata, mas acima de tudo um lutador contra essa odiosa discriminação, onde poucos vivem como nababos e milhões curtem agruras. Nada há que se temer do futuro, desde que nos enquadramos nos princípios da moral, da decência, do trabalho e lutando para a melhoria da família, em prol de maior grandeza da Pátria comum (Correspondência, 1963).

Curiosamente, o artigo empregou a expressão “ultraliberal” para adjetivar Machado Sant’Anna. Embora o termo “ultraliberalismo”, conforme Francisco Fonseca⁴⁵, seja uma decorrência do pensamento de autores como Von Mises, Von Hayek, Milton Friedman, etc., cujos trabalhos começaram a ganhar projeção no pós-guerra, justamente quando o liberalismo consolidava seu brusco declínio, cremos que o sentido aludido pelo *Diário da Manhã* tenha sido o de meramente enaltecer e avultar os pretensos valores liberais de seu diretor.

Mais interessante ainda foi o alinhamento promovido pelo impresso entre os conceitos de “ultraliberalismo” e “democracia”, que formariam uma espécie de par imperioso, harmônico e equilibrado. Democracia e liberalismo, embora avizinhandose no decorrer do século XX, conformam duas ideologias que surgiram com características e objetivos bastante distintos, sendo a primeira uma formatação organizativa sociopolítica orientada,

⁴⁵ O modelo fordista-keynesiano, até então hegemônico, foi efetivamente destronado em meados dos anos 1970, após intervenções do governo estadunidense voltadas à proibição da convertibilidade ouro/dólar e ao desmonte da arquitetura financeira implantada depois do encontro de Bretton Woods, em 1944, onde haviam sido estabelecidas a garantia de estabilidade monetária das nações, a criação do FMI e do Banco Mundial, etc. Além disso, os choques do petróleo (1973 e 1979) provocaram profundas disfuncionalidades na economia mundial. Com o enfraquecimento do modelo fordista-keynesiano, ganharam força as ideias ultraliberais, responsáveis pela edificação de um poderoso mercado financeiro cada vez menos lastreado na produção, cujas atenções voltavam-se, vorazmente, para as esferas especulativas. As ideias-chave dos programas de governo ultraliberais enaltecem a precedência da esfera privada (o “indivíduo”, livre no mercado) sobre a esfera pública; a desmontagem do Estado de bem-estar social; a pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de “escolha individual” e da “soberania do consumidor”; a ênfase nas virtudes do livre-mercado, compreendido como instância promotora de uma “natural” distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; a ênfase nas funções do Estado para garantia da ordem, da propriedade privada e dos contratos livremente elaborados entre os indivíduos, etc. (FONSECA, 2005, p. 89-90).

teoricamente, pelos interesses da maioria, e a segunda uma configuração econômica pautada pelos interesses das classes dominantes. Em busca de legitimação e consenso das classes subalternas, o liberalismo “se apropriou de algumas temáticas defendidas pelas correntes democráticas, descartando aquelas mais radicais, centradas na auto-organização e no autogoverno popular, transformando a democracia em um mero método político” (SCAVO, 2013, p. 231). Todavia, longe da harmonia preconizada pelo *Diário da Manhã*, as relações entre o liberalismo capitalista e a democracia são permeadas por choques, limitações e contradições, como apontado por Ellen Wood:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta (WOOD, 2013, p. 184).

O leitor A. P. Ribeiro, de Ribeirão Preto, questionava possíveis mudanças na orientação política do jornal, obtendo a seguinte resposta: “Não. Continuamos dentro dos mesmos princípios nacionalistas, na defesa intransigente do que é nosso, bem brasileiros e sem estarmos atados à conveniências de grupos, de trustes ou de países. Aliás, a luta não é de hoje” (Correspondência, 1963a). Por sua vez, o leitor Francisco Granutti, também de Ribeirão Preto, indagava sobre a publicação de textos supostamente “subversivos” pelo *Diário da Manhã*, questão para a qual obteve a seguinte argumentação:

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou cinco páginas sobre Marx, Mao-Tse-Tung e Kruschev. Será que, por esse motivo, o “Estadão” virou comunista? O que notamos é o temor da verdade. O terror dos que não querem ver nem ouvir o que se passa em derredor e bancam o avestruz enterrando a cabeça na areia... (Correspondência, 1963b).

A direção do *Diário da Manhã* elaborava convocações para a luta contra o “perigo vermelho”, considerado potencialmente mais destrutivo diante das tensões políticas, sociais e econômicas que impactavam a conjuntura brasileira em questão. Seus alertas eram claramente direcionados aos setores da sociedade considerados indiferentes à ameaça que se avizinhava (metáforas que aludiam ao comportamento de covardia do “avestruz” eram recorrentes). Concomitantemente, a direção jornalística adotava uma postura defensiva contra as acusações de “comunização” do

impresso, ratificando que o grupo possuiria uma longa tradição de embates anticomunistas, visto que “a luta não é de hoje”.

As acusações contra o *Diário da Manhã* não eram motivadas pelas atuações de Machado Sant’Anna, mas sim de seu filho, Antônio Carlos Sant’Anna, à época redator-chefe do periódico e responsável pela coluna “Atualidades”.

3.2 – ANTÔNIO CARLOS SANT’ANNA E OS MADEANOS

Nascido em 25 de março de 1926, Antônio Carlos ingressou nas lides da imprensa em 1942, no jornal *A Tarde*, onde exerceu funções diretivas a partir de 1952. No *Diário da Manhã*, assumiu a chefia de redação a partir de 1955. Também foi diretor da empresa “ACS Propaganda e Turismo” e participou da delegação brasileira à XVI Conferência Interamericana dos Chanceleres, em Punta Del Este, a convite do então chanceler San Thiago Dantas, em 1962. Integrou a comitiva do presidente João Goulart em visitas a Estados Unidos e México, em 1962, e a Chile e Uruguai, em 1963 – ocasiões nas quais teria sido convidado por Goulart para ingressar no PTB e reestruturar o partido em Ribeirão Preto. Concorreu, em 1963, como candidato à prefeitura de Ribeirão Preto pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), pleito no qual angariou 3.309 votos (Welson Gasparini, pelo PRP, foi eleito com 12.746 votos, seguido por Paulo Gomes Romeo, da coligação PSP-PTB-PSD-PR, com 12.419 votos, Orlando Jurca, do PTN, com 8.900 votos, Osvaldo A. Sampaio, da coligação MTR-UDN, com 6.309 votos, e Ticiano Mazzetto, do PDC [Partido Democrata Cristão], com 2.237 votos) (Quem é o candidato, 1963).

Antônio Carlos Sant’Anna, por meio de sua coluna “Atualidades”, posicionava-se favoravelmente às reformas de

base, e tecia, também, comentários elogiosos a João Goulart e Leonel Brizola. Compreendendo as reformas em sentido amplo (político-partidária, eleitoral, tributária federal, bancária, securitária, previdenciária, sindical, salarial e agrária), a opinião do jornalista era de que “a mola geradora desse movimento poderá ser o ponto de partida para ação cujo desenvolvimento tenderá a atender, efetivamente, aos magnos interesses nacionais” (SANT’ANNA, 1962p). Todavia, tais reformas “não serão realizadas se o povo do Brasil todo não estiver imediatamente ligado ao problema e tal ligação está intimamente relacionada com a politização da massa”; a referida adesão popular se daria “através do contato em praça pública, nos comícios, ocasião em que se deve ouvir atentamente os que discutindo a matéria, a apresentam como a única solução viável para a nossa total emancipação” (SANT’ANNA, 1963a). Ainda conforme Antônio Carlos Sant’Anna:

O concreto para a consumação do sucesso econômico nacional está posto nas reformas de base. Sem estas, haja o que houver, tudo não passará de paliativo, simples entorpecimento de uma luta que para obter êxito não pode sofrer paralisação nem mesmo temporária. Temos observado que de certa forma, a quase totalidade do país está perfeitamente cientificada de que não há mesmo outra alternativa senão a de realizar as anunciadas reformas para a consecução de nossa emancipação econômica. [...] As reformas eleitoral, bancária, tributária, agrária, enfim, as reclamadas há tanto, reconhecem todos,

precisam ser concretizadas urgentemente e, por paradoxal que seja, a época é propícia, pois há condição psicológica para a transformação que surgirá na medida em que forem sendo materializadas as leis introdutórias de cada uma das reformas mencionadas (SANT'ANNA, 1963b).

As condições psicológicas aventadas por Antônio Carlos Sant'Anna dar-se-iam pelo avanço e pela conscientização de organizações populares e trabalhistas no país, as quais forneceriam bases políticas de apoio para a implementação das medidas reformistas. O jornalista concitava “o operariado e a classe estudantil para que se unam e saiam à rua, exigindo, como está sucedendo em todo o país, honestidade no Congresso, reformas de base para nossa sobrevivência” (SANT'ANNA, 1963d).

Para Dreifuss, o significado das reformas econômicas, políticas e sociais propostas pelo governo de Goulart indicava, em primeiro lugar, “que o presidente e seu Executivo estavam, objetivamente, desvencilhando-se do passado populista que reconciliara as várias frações das classes dominantes e manipulara as classes trabalhadoras”; em segundo lugar, que “o Brasil estava se afastando da esfera de influência do capital transnacional em decorrência das medidas internas de controle das operações das corporações multinacionais”; e em terceiro lugar, que o governo “tentou moldar um Estado que desempenhasse não somente um papel nacionalista, [...] mas também funções distributivistas e desenvolvimentistas” (DREIFUSS, 1981, p. 135).

De acordo com Bandeira, as reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart não significavam qualquer tipo de “erosão da ordem capitalista” e, tampouco e evidentemente, “não visavam ao socialismo. Eram reformas democráticas e tendiam a viabilizar o capitalismo no Brasil, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia e independência, ou seja, maior capacidade de autotransformação e auto-sustentação” (BANDEIRA, 2001, p. 164).

Dentre todas as propostas reformistas defendidas pelo governo de Goulart, a reforma agrária foi a mais veementemente abordada por Antônio Carlos Sant’Anna em suas colunas. A questão agrária, transpassada por um categórico potencial revolucionário, já havia entrado em pauta durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando houve a organização das Ligas Camponesas em Pernambuco. Mesmo que Goulart preconizasse a necessidade de reformas da propriedade agrícola para a ampliação do mercado interno, o empresariado brasileiro, “subordinado às finanças internacionais e ligado umbilicalmente ao latifúndio, de onde se originara parte do seu capital, relutava em promover ou mesmo rechaçava quaisquer mudanças na estrutura agrária, embora a situação dos trabalhadores agrícolas se deteriorasse” (BANDEIRA, 2001, p. 75).

A respeito das condições de vida dos homens do campo, Antônio Carlos Sant’Anna afirmava ser “desnecessário repetir que os casos em que as pocilgas são mais confortáveis que as ‘casas’ dos colonos constitui o dedo acusador que poderá estabelecer o juízo definitivo”. Também alegava ser “desnecessário repetir que o salário pago é humilhante, desnecessário afirmar que as mais indecentes fórmulas são encontradas para subtrair ao colono a ínfima quantia que recebem em paga do serviço desenvolvido desde o nascer até ao

pôr do sol!” (SANT’ANNA, 1961h). Nos latifúndios brasileiros, haveria, primordialmente, “o despotismo de senhores feudais, autênticos tiranos, medíocres”, contra os quais pesariam os crivos “do Juízo Final! Vamos disputar um lugar na primeira fila para ver o que é que certos burgueses vão dizer em sua defesa antes de irem arder nas eternas chamas do inferno...” (SANT’ANNA, 1961i).

Ao versar sobre possibilidades e dificuldades acerca da implementação da reforma agrária, Antônio Carlos Sant’Anna mobilizava, dicotomicamente, questões atinentes ao anticomunismo, instrumentalizado ora para atacar os detratores das teses reformistas – segundo o jornalista, “houve preocupação de se combater o fantasma vermelho (comunismo) e criou-se empecilhos de toda ordem à própria reforma” (SANT’ANNA, 1961j) –, ora para defender as teses reformistas – “conclui-se, facilmente, que ou se processa legalmente a reforma agrária, e todas as demais, através de votação no Congresso, ou, como já o disse o padre Mello, o Julião também, e outros, ela se fará revolucionariamente” (SANT’ANNA, 1963e).

Antônio Carlos também se manifestou a favor da implementação da lei de controle sobre a remessa de lucros para o exterior, bem como defendeu a encampação de empresas estrangeiras atuantes no Brasil.⁴⁶ De acordo com Vânia Bambirra,

⁴⁶ Embora direcionemos atenções momentâneas aos mecanismos de acumulação do capital estrangeiro atuantes nas periferias dependentes, não devemos excluir da equação a existência das burguesias domésticas, seus instrumentos de acumulação endógena e, principalmente, seus imbricamentos com o capital monopolístico internacional, conforme proposto por Florestan Fernandes: “O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o

a penetração do capital estrangeiro no país foi amplamente facilitada e estimulada pelos chamados “mecanismos acumulativos da dependência”:

Esses mecanismos acumulativos, em espiral, derivam da forma como as empresas imperialistas funcionam: dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa de lucros, que aumenta indiretamente através dos pagamentos de royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia. Esta descapitalização se reflete nos déficits do balanço de pagamento. Para suprir esses déficits são requeridas “ajudas” externas, por meio de empréstimos. Os empréstimos aumentam os serviços da dívida externa e esta aumenta ainda mais os déficits, aumentando progressivamente a necessidade de mais capital estrangeiro. Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos

atual, ao que vinha de antes, ou seja, o ‘moderno’, o ‘antigo’ e o ‘arcaico’, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2006, p. 314).

investimentos estrangeiros (BAMBIRRA, 2015, p. 143).

A restrição para a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes implicava um controle mais rígido sobre as atividades do capital transnacional no país, “retirando-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte durante a administração de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. A partir dessas cláusulas, o capital estrangeiro e o capital nacional seriam tratados em igualdade de condições” (DREIFUSS, 1981, p. 131).

Em 21 de outubro de 1962, Antônio Carlos Sant’Anna teceu comentários a respeito da lei nº 4.131, de 3 de setembro do mesmo ano, destinada a disciplinar a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, por meio da qual estariam suspensos os chamados “retornos de capitais”. O jornalista lamentava “que alguns brasileiros tenham obstruído durante anos a aprovação de lei tão benéfica” e, mais ainda, “que outros, tidos como sinceros e interessados na solução do problema, venham comentando desairosamente a medida, pretendendo encontrar na atual execução, forçada paralização de nosso desenvolvimento”. Para ele, a lei seria indubitavelmente positiva, visto que “os artifícios de que se utilizavam centenas de firmas nos conduziram, fatalmente, à bancarrota em futuro próximo” (SANT’ANNA, 1962n).

O redator-chefe do *Diário da Manhã* também desenvolveu elaborações elogiosas a respeito da Revolução Cubana – mesmo após as declarações de Fidel Castro em 2 de dezembro de 1961, por meio das quais manifestou alinhamento ao marxismo-leninismo. Para o jornalista, “somente aos Estados Unidos cabem responsabilidade na socialização de Cuba. Foi a inexplicável falta

de competência do governo Eisenhower, e talvez dele mesmo, o fator determinante do fato. Em última análise, Eisenhower atirou Fidel no colo de Krushev” (SANT’ANNA, 1961k). Cuba, pelo que se encerraria nos planos econômico e social, simbolizava “uma realidade das Américas”: ilha de exemplos insofismáveis, “pelo heroísmo de um povo determinado a eliminar todas as correntes que o ligaram à ignorância e ao sofrimento, grilhões brutais que foram arrebatados e, estamos absolutamente certos do que ora dizemos, jamais serão repostos!” (SANT’ANNA, 1962i).

Confrontado pela correspondência de algum leitor insatisfeito, o jornalista teria, inclusive, recebido a (hoje rotineira) sugestão: “*por que você não vai para Cuba?*”

Um dia desses enviaram uma sugestão numa cartinha que embora sem assinatura não era vazada em termos malcriados. O distinto que no-la remeteu, evidentemente pensa de maneira oposta à nossa e isso é direito dele; todavia, é preciso que fiquemos entendidos: o dele é dele e o nosso é nosso. A democracia nos assegura plena liberdade de pensar, de falar, de agir. Nossa Constituição, pautada na democracia representativa, vai além, pois, segundo a interpretamos, poderemos estudar as mais diversas correntes filosóficas, sem que tenhamos de prestar contas de nossa atitude a quem quer que seja. [...] Tenho lido um pouco de Marx e Engels inclusive; porém, curso mesmo, de verdade, realizei um, ministrado pelo padre Celso Ibson de Sylos, sobre “Doutrina Social Cristã”. E creio ter sido aluno

aplicado. Pelo menos apreendi muito do que foi dito. E passei a interpretar ao pé da letra, transformando a teoria em prática.

[...] Mas, retornando ao princípio, falando sobre a cartinha mencionada, interessante observar que havia uma sugestão: “Por que você não vai para Cuba?” (Eu fui! Após a revolução).

Reconheço que tenho defendido com ardor a causa do povo cubano. Seu legítimo direito de autodeterminação, bem como o impedimento de qualquer país, de ingerência em negócios internos de Cuba.

[...] Infelizmente, não há hipótese de se chegar à Cuba. Todas as companhias cancelaram seus vôos do Continente para a Ilha maravilhosa. Em todo o caso, não desisti de todo. Havendo jeito, irei mesmo e, lá de Havana e de todos os lugares onde o valoroso e bravo povo cubano estiver, remeterei comentários e fotos relatando e ilustrando o processo usado diante de uma ameaça de invasão e – sobretudo – de como se faz para rechassá-la, nem que seja para registrar a última vida, o último soldado, pois, daqui, já estamos convencidos: a rendição de Cuba se verificará quando não existir quem a entregue! (SANT’ANNA, 1962)

Antônio Carlos Sant’Anna também manifestava profunda reverência diante da figura do presidente João Goulart, considerado “o redentor do Brasil”, “um homem objetivo, que concretiza em ação rápida, positiva, tudo o que almejamos, sem

ferir a suscetibilidade de ninguém e despreocupado do caráter sensacionalista”. O país teria encontrado “na pessoa moça, dinâmica e de homem extremamente habilidoso, de João Goulart, o elemento necessário à sua emancipação total” (SANT’ANNA, 1962j).

Instalado e entrosado no poder, João Goulart concentraria “suas baterias contra os opressores do povo, tomando ativa participação na luta pela recomposição do seu partido, o PTB”. As campanhas conduzidas pelo presidente teriam, como principal objetivo, “reconduzir os representantes das classes trabalhadoras ao poder, de onde foram afastados pela força do dinheiro e da corrupção desenfreada, cujo término se avizinha” (SANT’ANNA, 1962k).

“Sua excelência” (como era alcunhado por Antônio Carlos) seria “daqueles cuja posição se define sempre em favor do interesse popular”; um político “muito mais arguto do que pensam os fiéis seguidores da tribo cuja única preocupação é desintegrar o regime” (SANT’ANNA, 1962m).

O presidente João Goulart não estaria distante dos reais problemas da nacionalidade – “bem ao contrário, tem marchado de encontro aos mesmos e cria condições de corporificá-los, dando consistência indispensável ao enquadramento da nação entre aquelas que somente são independentes porque o são economicamente” (SANT’ANNA, 1963a).

Quanto a Leonel Brizola, uma série de episódios ocorridos entre os meses de junho e julho de 1963 configuram-se como elucidativos para desvelarmos parte das perspectivas políticas de Antônio Carlos Sant’Anna e, indiretamente, do próprio *Diário da Manhã*.

Leonel de Moura Brizola, nascido em 22 de janeiro de 1922 em Carazinho, Passo Fundo (RS), cursou a Escola de Engenharia

da Universidade do Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1949, e filiou-se ao PTB em 1945. Pela legenda, desempenhou as funções de deputado estadual (1947-1954), deputado federal (1955), prefeito de Porto Alegre (1956-1958) e governador do Rio Grande do Sul (1959-1963). Por conta de suas ações, Brizola se projetou como um dos líderes mais combativos na luta contra o imperialismo, passando a fazer, também, conferências em vários pontos do Brasil, além de pronunciar palestras pela Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, na qual defendia a validade das reformas de base. Ao deixar o governo do estado, Brizola havia angariado considerável prestígio entre as esquerdas:

O projeto desenvolvimentista implementado no estado, a escolarização em massa com a criação de 680 mil vagas e a encampação de duas empresas norte-americanas que exploravam os setores de energia e comunicação foram ao encontro do programa das esquerdas. Seu prestígio aumentou ainda mais na crise política gerada pela renúncia de Jânio Quadros e com o veto dos três ministros militares à posse do então vice-presidente João Goulart, em agosto de 1961. Liderando a resistência pelo cumprimento da Constituição, Brizola enfrentou os ministros militares e desarticulou o golpe de Estado que planejaram, desmoralizando os setores golpistas das Forças Armadas. A partir daí, Brizola passou a liderar os setores mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputando com o

próprio João Goulart a direção do movimento reformista (FERREIRA, 2008, p. 104).

Conquanto tenha granjeado expressivo apoio das esquerdas, Brizola, em seus pronunciamentos, refutava as “pontas do dilema ideológico”, representadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, proclamando que “se nada temos com a União Soviética, devemos ter a coragem de dizer que nada temos com os Estados Unidos” (BRIZOLA apud BANDEIRA, 1979, p. 110).

Os brasileiros, conforme suas perspectivas, deveriam raciocinar de modo alheio aos sistemas em conflito, voltados, apenas, às querelas exclusivamente nacionais. Ao condenar os “homens públicos dos Estados Unidos”, os quais, segundo sua ótica, estavam dando cobertura a um formato de capitalismo cruel e desalmado, que estava destruindo as populações latino-americanas, esperava, “sinceramente, que eles, e as agências noticiosas, e os seus aliados, amigos e dependentes instalados em nosso próprio país, não me chamem de comunista” (BANDEIRA, 1979, p. 123-124). Embora refutasse a alcunha de “comunista”, Brizola compreendia que a adoção de certas soluções de viés socialista (desde que amparadas por preceitos cristãos) seriam válidas para amortizar os efeitos nocivos do capital-imperialismo em vigência:

Situo-me entre os que julgam que para enfrentarmos os problemas que nos afligem, que infelicitam nossas grandes massas populacionais, não poderemos fugir a muitas soluções de cunho nitidamente socialista! [...] E para os que temem, para os que têm medo, indico os caminhos abertos pela consagração

que as grandes Encíclicas Papais ofereceram à utilização social da propriedade, à justiça nas relações de trabalho, a condenação do regime liberal e ao colonialismo. Não estamos sós, aliás, nesta posição de equidistância, nesta atitude de crítica imparcial aos dois sistemas em choque, aos dois mundos em guerra fria: “tanto a concorrência de tipo liberal – nos diz o Papa João XXIII, em sua *Mater et Magistra* – como a luta de classes, no sentido marxista, são contrárias à natureza e à concepção cristã de vida”. Precisamos, meus jovens patrícios, ler e estudar esta grande encíclica *Mater et Magistra* (BANDEIRA, 1979, p. 138).

Quanto à chamada “questão cubana” – anteriormente aventada por Antônio Carlos Sant’Anna –, Brizola posicionava-se favoravelmente à soberania e à autodeterminação dos povos latino-americanos, diante dos estancamentos promovidos pelo imperialismo transnacional. A autodeterminação pode ser compreendida como o direito que um povo, situado dentro de um Estado, tem para escolher a forma de governo que melhor lhe aprouver, além de garantir que tal povo não seja submetido, contra sua vontade, ao domínio de outro Estado. Para Brizola, “fácil é dizer, em relação a Cuba, que melhor seria que tudo ali tivesse sido resolvido pacificamente. Mas, diante das intransigências e das incompreensões que foram impostas àquele povo, como pensar assim?”; esquivando-se de defender ou tecer elogios pessoais a Fidel Castro, Brizola indagava: “como aquele povo poderia autodeterminar-se, se os cubanos de tudo quanto

tinham em seu país, nada era seu? Tudo era de propriedade estrangeira e norte-americana” (BANDEIRA, 1979, p. 130-131).

Em 1º de junho de 1963, houve a veiculação da notícia, pelo *Diário da Manhã*, de que Leonel Brizola visitaria a cidade de Ribeirão Preto, a convite de Antônio Carlos Sant’Anna, “para expor ao povo os motivos de sua campanha nacionalista, pró reformas de base e para uma afirmação solene dos firmes propósitos de firmar a consciência nacional em torno das justas reivindicações do povo” (Brizola visitará..., 1963).

Nos dias subsequentes, a referida informação despertou intensas repercussões, especialmente na coluna “Atualidades”, através da qual o apoio a Brizola foi robustecido, “para levar adiante a luta comum em prol da consecução do ideal supremo: a emancipação econômica de nossa Pátria!”. Antônio Carlos formulava convites para todos que se interessassem em participar do comício, intencionando estabelecer uma frente única para render homenagens àquele que foi o “baluarte da luta pela manutenção da legalidade”, na configuração de um esforço comum “onde se integram jovens, acadêmicos e operários, camponeses e intelectuais; enfim, a camada do povo que está perfeitamente entrosada para a consecução de objetivos cujo atingimento é difícil, mas que, justamente por isso, justificam nossa luta” (SANT’ANNA, 1963f). Brizola seria, conforme a sua visão, “um grande nacionalista”, combatido por poucos e apoiado pelas massas, traduzindo os anseios populares e revestindo-se enquanto “líder incontestado de um movimento evolucionista irreversível, consequência lógica do aprimoramento cultural de nossa gente, do progresso acelerado de nossa pátria” (SANT’ANNA, 1963g).

Em 13 de junho de 1963, foi publicada uma relação de entidades, organizações e agremiações locais que prestariam

apoio à vinda de Leonel Brizola para a cidade de Ribeirão Preto.⁴⁷ E em 16 de junho de 1963, houve a divulgação do contato de Brizola à população ribeirão-pretana, confirmando sua visita à cidade:

Câmara dos Deputados, Brasília, 14 de junho de 1963.

MENSAGEM

Ao povo de RIBEIRÃO PRETO

Dia 19, data de aniversário da cidade, terei a satisfação de conhecer, em companhia de minha esposa, Ribeirão Preto, saldando assim uma dívida antiga para com o seu valoroso Povo, sempre presente nos momentos decisivos de nossa História.

Ribeirão Preto, onde grandes expressões surgiram em movimentos de unificação democrática, me é bastante cara e, nesta oportunidade, através do jornalista e

⁴⁷ Os termos do ofício em questão referem-se às seguintes entidades de classe, sindicatos, grêmios estudantis e centros acadêmicos: Associação Regional de Rádio e Imprensa (entidade fundada e presidida por Machado Sant'Anna entre 1952 e 1968) / Sindicato dos Gráficos / Sindicato dos Metalúrgicos / Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem / Sindicato dos Bancários / União Geral dos Trabalhadores / União Estadual dos Estudantes, secretaria regional de Ribeirão Preto / Federação Universitária de Ribeirão Preto / Aero Clube de Ribeirão Preto (cuja fundação contou com a participação de Machado Sant'Anna, presidente da entidade entre 1960 e 1970) / Centro Acadêmico Rocha Lima / Centro Acadêmico 1º de Setembro / Centro Acadêmico Carneiro Leão / Grêmios Estudantil Rui Barbosa / Vereadores Said Issa Hallah e Antônio Reis Villalobos / União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos / Diário da Manhã / A TARDE / Clube de Xadrez de Ribeirão Preto / Associação dos Servidores Municipais / Cooperativa de Consumo do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina / Núcleo Nacionalista de Ribeirão Preto / Associação Odontológica / Centro Popular de Cultura [...] (Prestigiam a vinda..., 1963).

companheiro de luta ANTÔNIO CARLOS SANT'ANNA, saúdo o operariado, estudantes, camponeses, intelectuais – enfim, seu povo e o de toda a região com a qual estarei em contato pessoal. Dep. LEONEL BRIZOLA (Brizola confirmou..., 1963).

Todavia, por motivos não muito bem esclarecidos, a visita de Leonel Brizola foi adiada para o dia 29 de junho de 1963. Destaquemos que a edição do *Diário da Manhã* veiculada em 17 de junho de 1963, na qual havia a notícia da transferência do comício, foi inteiramente dedicada à apresentação de homenagens a Brizola. A posição do periódico ribeirão-pretano a respeito do adiamento era, simultaneamente, acusatória e evasiva:

As forças da reação jamais estiveram tão unidas em Ribeirão Preto! Nos dias que procederam a sensacional notícia da vinda de Brizola, a convite do jornalista Antônio Carlos Sant'Anna, elas se agitaram e lutaram no afã de conseguir impedir a honrosa visita para Ribeirão Preto, para sua classe operária, para os camponeses, estudantes, bancários, comerciários – enfim, para todos os que, nacionalistas e desejosos de progresso através de elevação social e econômica, têm, em Leonel Brizola, a bandeira da luta nacionalista e anti-reacionária desfraldada! Brizola deverá chegar à nossa terra pela manhã de 29, dia de S. Pedro, sendo recebido por uma multidão jamais vista e à

noite, na praça “Cel. Francisco Schmidt”, falará ao povo desta cidade e de toda a região, em comício que marcará época em Ribeirão Preto. Todos à praça, dia 29, com Brizola, pela Pátria! (Brizola virá..., 1963).

O *Diário da Manhã* denunciava, de maneira assaz genérica, as chamadas “forças da reação”, alheando-se de apontar as frações classistas ou os sujeitos responsáveis por tentar impedir a vinda de Brizola. Em outros trechos da referida edição, foram feitas acusações vagas de que os reacionários “ainda não desistiram; prosseguem em sua faina deletéria, à socalpa, à sorrelfa, como sempre, de tocaia, gastando seus milhões para impedir que o povo veja o seu líder” (Vamos à praça..., 1963). Conquanto Antônio Carlos Sant’Anna tenha elaborado um enérgico texto pró-brizolismo, furtou-se de denunciar, abertamente, as chamadas “forças reacionárias”, engolfando-as em uma genérica e nebulosa abstração. Tal estratégia expressava, provavelmente, os conflitos entre uma certa “militância” brizolista/nacionalista hasteada pelo jornalista e os limites impostos a um político de profissão, proprietário e articulista de um jornal de cunho “liberal” – cuja direção poderia ser considerada, ainda, “ultraliberal”.

Outro motivo apontado pelo jornal para o adiamento do comício teria sido fornecido pelo próprio deputado petebista, o qual teria justificado ser um dos membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que examinava a questão da encampação das empresas elétricas estrangeiras pelo governo federal e, “justamente no referido dia 19, ter de ouvir os srs. San Thiago Dantas e embaixador Roberto Campos, motivo mais que

imperioso e suficiente para solicitar o adiamento para data mais oportuna de sua vinda a Ribeirão Preto” (Os motivos..., 1963).

Contextualizemos melhor a justificativa de Brizola veiculada pelo *Diário da Manhã*: em abril de 1963, a AMFORP (*American and Foreign Power Company*) e o governo brasileiro anunciaram um acordo que previa a “compra de seus bens no Brasil pelo preço de 135 milhões de dólares, 75% dos quais deveriam ser reinvestidos em empresas que não fossem de utilidade pública no Brasil, sendo que os restantes 25% seriam pagos em dólares” (SKIDMORE, 1982, p. 298-299). Os termos do acordo, considerados exorbitantes por setores nacionalistas mais radicais, foram atacados por Brizola. Em 28 de maio de 1963, o político gaúcho foi ao rádio e à TV para denunciar a negociação como “lesiva aos interesses do Brasil”:

Demonstrou que todas as empresas do *trust* americano “tinham recuperado há muito tempo o valor de seus investimentos”, além de ter “faturado fabulosos lucros ilegais”.

Num pronunciamento que entra pela madrugada, Brizola denuncia a transação, ainda não completada, que incidiria num aumento de tarifas de energia de 30%. Ao exhibir cópia de uma ata da reunião da comissão interministerial, ele disse ter verificado, “com grande pesar”, que vários ministros de Estado já a haviam aprovado, “inclusive o ministro da Guerra, que é um general do Exército, e se encontra, por isso, em situação muito difícil”. Brizola, então, acusa não só o general Amaury Kruehl, como também os ministros da Fazenda,

San Thiago Dantas, e da Indústria e Comércio, Oliveira Brito, os negociadores diretos com os americanos, de “traidores dos interesses nacionais” (FILHO, 2008, p. 85).

As denúncias de Brizola assumiram tamanha proporção que fomentaram a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para examinar o assunto. Contudo, o caso AMFORP só foi resolvido após o golpe civil-militar de 1964, quando o novo governo, chefiado por Castelo Branco, “pagou, parceladamente, à *American Foreign Powers* cerca de 470 milhões de dólares, soma esta que englobava outras empresas do mesmo grupo” (BANDEIRA, 1979, p. 67).

Não obstante, em 30 de junho de 1963, o *Diário da Manhã* repercutia, outra vez, nova desistência de Brizola em comparecer à cidade de Ribeirão Preto. O deputado enviou um extenso comunicado no qual expunha os motivos da mais recente abdicação. O documento foi publicado pelo periódico e lido no comício nacionalista ocorrido na noite de 29 de junho de 1963, levado a cabo mesmo sem a presença de Brizola⁴⁸:

⁴⁸ Falaram no comício, entre outros, dr. Pedro Azevedo Marques (médico), dr. Guilherme Simões Gomes (cirurgião dentista e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia), dr. Luiz Carlos Raya (médico do Hospital das Clínicas), Luciano Lepera (deputado), dr. Said Issa Hallah (advogado e vereador municipal), Gentil Scapin (sargento e secretário do PSB local), sr. Irineu de Moraes (líder camponês e secretário da FATAESP), Antônio Reis Villalobos (vereador municipal e acadêmico de medicina), Antônio Sérgio Arouca (acadêmico de medicina e presidente da Federação Universitária de Ribeirão Preto), Lindolfo Silva (presidente da UTALB), Antônio Carlos Sant’Anna e Romão Fernandes (líder ferroviário). O problema focalizado foi o de pleno apoio às reformas agrária, bancária e da Constituição, possibilitando a desapropriação de terras, mediante pagamento com títulos da Dívida Pública (Comício nacionalista..., 1963).

Infelizmente, motivos de força maior impedem-me de atender o compromisso assumido com meus patrícios de Ribeirão Preto, por intermédio de nosso devotado e digno companheiro Antônio Carlos Sant’Anna. Desejaria, sinceramente, estar aí convosco. Ocorre que, nestes últimos dias, venho sendo alvo de uma brutal campanha de desmerecimento e de injustiças por parte desta poderosa organização, verdadeiro “truste” de jornais, rádios, revistas e estações de televisão, que é os “Diários Associados”. Precisam atingir minha pessoa para conseguirem, desta forma, prejudicar a causa das reformas e da libertação de nosso povo, em favor da qual considero-me um entre muitos lutadores neste país. [...] Necessito permanecer estes dias no Estado da Guanabara, que tenho a honra de representar como Deputado Federal, menos para defender-me do que para impedir que a ação dos mistificadores venha atingir ou prejudicar a causa do nosso povo. Acima de tudo, porém, preciso destinar, neste momento, todo o meu tempo e minhas energias, na prestação de um serviço essencial ao nosso País, que é o desmascaramento desta verdadeira organização de aproveitadores, desta máquina de corrupção que é a cúpula que manipula os Diários Associados. Apenas para demonstrar ao povo de Ribeirão Preto a importância deste dever que preciso cumprir, basta reafirmar aqui o que

denunciei pelo rádio e pela televisão: apenas 5 empresas das 70 que formam os Diários Associados conseguiram arrancar do Banco do Brasil 1 bilhão e 240 milhões de cruzeiros, a maioria dessa importância em simples papagaios, quase todos já vencidos e sem qualquer pagamento. Precisamos livrar o nosso país da ação desses assaltantes dos cofres públicos. Tudo isso apenas no Banco do Brasil, sem falar nas demais 65 empresas que devem, por outras partes do país, certamente, também ter feito saques no Banco Oficial. Estamos procedendo a um conjunto de levantamentos e, desde logo, podemos afirmar que o mesmo ocorre nas Caixas Econômicas, nos Bancos Oficiais dos Estados, na previdência social e em muitos outros setores onde se depositam os dinheiros públicos. Faço estas referências ao povo de Ribeirão Preto, menos para justificar a minha ausência no dia de hoje, menos para defender-me dos ataques que venho sofrendo, mas para caracterizar o quanto é importante o desmascaramento destes grupos privilegiados para limpeza e desobstrução do nosso caminho, caminho que há de nos conduzir a uma nova ordem social, através das reformas, mais justa e mais humana e, finalmente, à libertação de nossa Pátria da espoliação internacional que rouba e transfere para os grupos e trustes estrangeiros os frutos do trabalho honesto e honrado do povo brasileiro. Mais uma vez os

meus agradecimentos e as minhas desculpas ao povo de Ribeirão Preto e às populações dos municípios vizinhos, aos dirigentes sindicais, aos camponeses, a todos os companheiros e nacionalistas, fieis à mensagem contida na carta que nos deixou com letras de sangue, este mártir da nacionalidade que é Getúlio Vargas. Faço portador desta o nosso companheiro e amigo Antônio Carlos Sant'Anna, a quem desejo agradecer, particularmente, não apenas a sua dedicação, quanto também as muitas atenções com que me tem distinguido. Rio, 29 de junho de 1963, Dep. LEONEL BRIZOLA (Ao povo..., 1963).

Curioso notar que o texto atribuído a Brizola carregava consigo ácidas críticas aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. “Chatô”, advogado, jornalista, empresário, fazendeiro, senador e ex-embaixador do Brasil no Reino Unido, conseguiu congregiar em sua cadeia de imprensa cerca de 90 empresas, entre elas 9 emissoras de TV e 28 estações de rádio, além dos impressos *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*. Machado Sant'Anna, por sua vez, era uma figura bastante próxima de Chateaubriand, prestando-lhe serviços diretivos na sucursal do *Diário de São Paulo* na região de Ribeirão Preto, entre 10 de dezembro de 1930 e 28 de fevereiro de 1970.

Os atritos entre Assis Chateaubriand e Leonel Brizola tornaram-se bastante ebulientes no início dos anos 1960. Constituindo-se a efusiva defesa da participação do capital estrangeiro na economia brasileira como “uma das marcas distintivas dos *Diários Associados*, que, por sua vez, sempre

contaram com generosos auxílios financeiros pelos serviços prestados” (MARTINS; DE LUCA, 2012, p. 105), era de se esperar que as medidas de encampação de empresas estadunidenses, como as realizadas por Leonel Brizola quando governador do Rio Grande do Sul, significassem um ataque frontal aos interesses professados pelo grupo jornalístico-empresarial de Chateaubriand. Além disso, em 1963, Brizola empreendeu, via rádio, uma campanha condenatória aos empréstimos que instituições oficiais de crédito concediam a jornais (como *Diários Associados* e *O Globo*), revistas, emissoras de rádio e de televisão, chegando a exibir publicamente uma fotocópia de um contrato celebrado entre o “vespertino *A Noite* e a *Sociedade Incrementadora de Vendas Promotion*, em que comprava a opinião daquele jornal por cinco milhões de cruzeiros, para que este se empenhasse na campanha dos candidatos da Ação Democrática Parlamentar” (SODRÉ, 1999, p. 431).

Após as frustradas tentativas de levar Brizola a Ribeirão Preto, restou a Antônio Carlos Sant’Anna apenas o consolo de uma nota emitida pela Rádio Mayrink Veiga, na qual constavam agradecimentos ao jornalista e ao *Diário da Manhã* pelo trabalho desenvolvido no periódico, amparando a luta do deputado gaúcho (Rádio M, 1963).

Ao largo das possíveis afinidades e influências político-ideológicas que situaram Antônio Carlos Sant’Anna (ao menos, momentaneamente) em um campo relativamente à esquerda, devemos compreender que plausíveis louros eleitorais também podem ter configurado parte das motivações do empresário e jornalista ribeirão-pretano. Embora tenha concorrido pelo PSB à prefeitura municipal, Antônio Carlos posicionava-se publicamente a favor das pautas petebistas desde o início da década de 1960.

No decorrer do governo de Juscelino Kubitschek, o PTB (coligado ao PSD presidencial) passou a angariar um “acesso inédito à administração pública, num momento em que o projeto desenvolvimentista abria novos espaços para o debate de propostas de desenvolvimento, de mudança e de reformas” (D’ARAÚJO, 1996, p. 112). Nas eleições de 1958, o partido conquistou cinco governos estaduais (Piauí, Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul), o maior número em toda a sua história, e nas eleições de 1960, apesar da derrota do candidato presidencial Teixeira Lott, reelegeu João Goulart à vice-presidência da República, com expressiva votação. Nas eleições de 1962, a bancada petebista aumentou de 66 para 116 deputados federais, além de ter comemorado as expressivas votações de Leonel Brizola para deputado federal pela Guanabara e de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco (D’ARAÚJO, 1996, p. 149).

O PSB, por sua vez, havia aderido à prática da participação em coligações e alianças desde as eleições de 1958, quando apoiou candidatos vitoriosos em quatro estados (Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo). Nessa conjuntura, a representação política do PSB aumentou consideravelmente no âmbito federal – apesar de muitos candidatos eleitos não possuírem vínculo real com a agremiação socialista. Na corrida presidencial de 1960, o partido apoiou a candidatura do general Teixeira Lott (embora o mesmo discordasse de algumas premissas defendidas pelo partido, tais como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, o reconhecimento da China Popular e a necessidade de reforma agrária) (DOS ANJOS, 2014, p. 166).

Após a renúncia de Jânio Quadros, o PSB assumiu uma posição firme em defesa da posse do vice-presidente, João Goulart, através de manifestações populares e da atuação

legalista junto ao Congresso. Com a IX Convenção Nacional, realizada em 1961, o PSB afirmou sua identidade nacionalista, anti-imperialista, desenvolvimentista e favorável à via democrática. Seus números nas eleições de 1962 foram significativos:

Nas eleições de 1962, o PSB aumentou o número de deputados estaduais, elegeu um senador: Aurélio Viana (GB) e sete deputados federais: Breno da Silveira e Max da Costa Santos (GB), Saturnino Braga (RJ), Francisco Julião (PE), Rogê Ferreira (SP), Mário Soares de Lima (BA), José Joffily (PB). O PTB esteve na maioria das coligações dos socialistas e a ligação política com Brizola no Rio de Janeiro era muito estreita. Nesse período, voltaram a ser cogitadas as hipóteses de fusão do PSB com o PTB e a entrada da Frente Parlamentar Nacionalista no partido (DOS ANJOS, 2014, p. 176).

É possível inferir que Antônio Carlos Sant'Anna buscava, mesmo concorrendo pelo PSB, angariar dividendos políticos com a visita de Brizola para lançar-se de maneira mais incisiva à campanha pela prefeitura de Ribeirão Preto, iniciada ainda em julho de 1963, ampliando suas bases eleitorais pela arregimentação de estudantes, operários, trabalhadores do campo, entre outros. Entretanto, as decorrências de tais estratégias político-eleitorais logo se apresentariam ao *Diário de Manhã* de maneiras cada vez mais drásticas e insidiosas, em consonância com ebulições políticas, econômicas, sociais e ideológicas mais amplas, estimuladas tanto por fatores exógenos

(influências da Guerra Fria) quanto endógenos (interesses da burguesia multinacional e associada).

Nos primeiros meses de 1964, Goulart orientou suas estratégias em direção à esquerda, por meio de sua mensagem anual ao Congresso, elaborada como uma espécie de “ultimato” para a aprovação das reformas de base, e com a realização do comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, onde divulgou ao povo, ao lado de representantes do CGT, estudantes, sargentos, Leonel Brizola e Miguel Arraes, os decretos de limitação dos aluguéis urbanos, confisco de terras às margens de estradas e nacionalização de refinarias petrolíferas privadas.

Todavia, suas estratégias foram tão logo abafadas por setores alinhados à burguesia multinacional e associada, engrossada por diversos segmentos oligárquicos, frações ascendentes da pequena burguesia, expressiva parte do clero e da oficialidade das três armas, unidos contra a “ameaça comunista”.

No dia 14 de março, o líder da UDN de Minas Gerais, Pedro Aleixo, acusou na Câmara Federal o presidente João Goulart de “apoiar a subversão”, enquanto a UDN de São Paulo emitiu uma nota oficial denunciando a “prédica subversiva do Presidente”, na qual afirmava que o “grande objetivo do comício mobilizado pelos comunistas e patrocinado pelo Presidente da República é a desmoralização das instituições, a falta de respeito aos legítimos representantes do povo e o fechamento do Congresso Nacional” (SCHILLING, 1981, p. 39-40). No dia 18 de março, enquanto os paulistas finalizavam os preparativos para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o governador mineiro Magalhães Pinto traçava o esquema golpista da direita, entabulando conversas com o governador paulista, Adhemar de Barros, com o ex-ministro da Fazenda de Jango, Carvalho Pinto, e com Jânio Quadros. Também fazia declarações à imprensa: “É hora de dizer

basta, pois o Brasil precisa trabalhar em paz” (SCHILLING, 1981, p. 43).

No dia 21 de março, a grande imprensa já predizia a queda do governo janguista, conforme texto divulgado pelo *Times* de Londres, de acordo com o qual o presidente “abandonou o centro, no qual se encontrava há dois anos, e efetuou um audaz movimento para a esquerda, esperando-se agora que se produza um golpe de direita, segundo a tradição latino-americana”. Em 24 de março, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros combinavam com o embaixador Lincoln Gordon os detalhes para a participação norte-americana na fase culminante do golpe. Estabeleceu-se que o governo estadunidense “reconheceria imediatamente o estado de beligerância, passando a fornecer armas e equipamentos aos governos estaduais rebeldes. Em último caso, estava previsto o desembarque de *marines* (SCHILLING, 1981, p. 24-25).

Ribeirão Preto não estava isolada da conjuntura de instabilidade e conflitos antagônicos. O aguçamento das tensões deu-se, também, em março de 1964, quando houve na cidade a distribuição de “volantes” impressos assinados por uma entidade até então obscura e desconhecida pela população, automeada “MAD” (Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e contra o Comunismo). O panfleto do MAD foi também divulgado em 14 de março de 1964 pelo jornal *A Cidade*, à época, o mais importante matutino de Ribeirão Preto:

AO POVO: O cidadão brasileiro patriota, reaja ativamente contra a infiltração comunista que está sufocando o Brasil. O comodismo é convite ao comunismo. Reaja ativamente contra esta minoria atuante e barulhenta que deseja a

destruição da família, da religião e da liberdade. Você sabia que Pernambuco, sob o governo cripto-comunista de Arraes, está com uma média de duas greves por dia? Você sabia que seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana? Você sabia que já pediram terras, assassinando os proprietários e as famílias naquele Estado? Você sabia que há distribuição grátis pelo governo pernambucano, de cartilhas comunistas editadas na China em português? Você sabia, enfim, que Pernambuco vive num clima intenso de ódio, agitação e insegurança? Você quer isto para São Paulo? Pois bem, está situação virá, e brevemente, se você não agir, se não sair do seu comodismo e enfrentar esta ameaça e desafio dos comunistas. Não é com apaziguamentos, achando que são pessoas mal orientadas e bem intencionadas, que pregam intensamente subversão, que vamos continuar na democracia. O Brasil atualmente é um país de contrastes, onde os senadores trocam tiros, os generais fazem discursos, e o governo prega a subversão e a oposição defende a legalidade. Você sabia que o partido comunista de todos os países do mundo não tem presidente e sim secretários, porque o presidente está na Rússia? Carlos Prestes é um secretário de um partido estrangeiro, cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico. Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não

anunciar em jornais comunistas, ou jornais que fazem o jogo dos comunistas, ou jornais Brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo. Anunciar e apoiar estes pasquins é o mesmo que dar corda para se enforcar e incentivar a propaganda comunista desagregadora. O MAD não é contra homens, e sim contra ideias exóticas que desejam nos destruir; assim sendo, se estes jornais mudarem de orientação, terão imediatamente nosso apoio. Não temos cor partidária, mas interesse na defesa dos princípios democráticos. Vamos apoiar o MAD, vamos reagir, vamos lutar pela democracia, que é o regime do homem para o homem e pelo homem” (MARINO, 1998, p. 8-9, grifos nossos).

Os anônimos “madeanos” promoviam, por meio do panfleto, sua auto-inclusão em um campo político-ideológico aprioristicamente benigno e correto, no qual figurariam valores genericamente considerados como patrióticos, democráticos, cristãos e apartidários. O estigma vermelho, antagonizando tais “tradições”, era apresentado como potencialmente destrutivo tanto a curto prazo (visto que já havia infestado de ódio, agitação e insegurança as regiões pernambucanas) e a médio prazo (suas hostes estariam se aglutinando em São Paulo, inclusive em Ribeirão Preto). O manifesto do MAD instrumentalizava e difundia os já enraizados preconceitos cotidianos de temor ao comunismo da seguinte maneira: o apoio ao programa reformista governamental tornava-se “subversão” e “baderna”, contra as

quais os verdadeiros cidadãos ribeirão-pretanos deveriam se armar, delatando e boicotando os ditos “vermelhos” – especialmente pelo combate aos periódicos considerados “de esquerda”.

De acordo com o manifesto, Pernambuco configurava-se como região ameaçadora, de fervilhar revolucionário, iminente perigo à integridade e à segurança da própria nação, resultado desastroso das ações promovidas por Miguel Arraes, governador eleito em 1963. Longe de ser um “cripto-comunista”, Arraes utilizou as instituições públicas para deslocar as lutas políticas para novos patamares:

Isso indubitavelmente provocou reações mais radicais da parte dos grupos conservadores, mas, durante o curto período em que esteve à frente do governo estadual, fez parecer que as mudanças – algumas, pelo menos – eram alcançáveis. Sintomático quanto a isso foi o, assim chamado, Acordo do Campo, em que o estado patrocinou um acordo coletivo entre patrões e trabalhadores do setor sucroalcooleiro que trouxe significativos ganhos para os últimos (TEIXEIRA, 2007, p. 501).

O panfleto do MAD objetivava prejudicar três jornais da cidade: o semanário *A Palavra* e os matutinos *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*. Conquanto os nomes dos jornais não fossem citados, as menções à “jornais confucionistas que acendem uma vela a Deus, outra ao Diabo”, “jornais brizolistas (falsos nacionalistas)” e “jornais comunistas, ou jornais que fazem o jogo

dos comunistas” referiam-se, respectivamente, ao *Diário de Notícias*, ao *Diário da Manhã* e *A Palavra* (MARINO, 1998).

O *Diário de Notícias*, pertencente à Arquidiocese Metropolitana de Ribeirão Preto, assumiu uma linha editorial favorável à Ação Católica a partir de 1956, por interferência do arcebispo Dom Luis do Amaral Mousinho. De 1962 a 1964, o jornal reservou espaços mais expressivos para apresentar os trabalhos sociais da Igreja e ratificar seu apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto.⁴⁹ Para tanto, publicava editoriais “condenando enfaticamente os maus patrões que exploram em demasia seus trabalhadores, suscitando grande reação dos proprietários rurais. Em fevereiro de 1964, chegou a ser momentaneamente fechado por questões políticas” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 15). Após o golpe civil-militar, deixou de circular por cerca de dois meses e, quando voltou a ser comercializado, assumiu uma postura mais amena e conciliadora.

⁴⁹ Os trabalhos realizados pela Igreja por meio da Frente Agrária, coordenada pelo padre e jornalista Celso Ibson de Sylos, possuíam como principais características o reformismo, o anticomunismo e a liderança de setores urbanos, conforme relato do próprio padre Celso: “E aí está o ponto em que entra a Igreja. A Igreja de hoje não está mais nesta postura, pelo menos a maior parte da hierarquia e dos líderes da Igreja Católica e mesmo as outras Igrejas que acompanhavam o movimento social da Igreja Católica, era uma postura anticomunista. [...] Um dos problemas da Igreja sempre foi esse, além da evangelização, é um problema do poder, de prestígio, junto ao poder político e à população. O que aconteceu foi que a Igreja Católica no Brasil começou a se movimentar num movimento de preocupação do homem da roça que até aquele momento tinha sido abandonado completamente pela própria Igreja. [...] Era o interesse da cúpula da Igreja de [não] perder a liderança, a influência que tinha na área urbana. Ela percebeu que poderia perder toda aquela massa de trabalhadores na mão do Partido Comunista. Praticamente a visão era esta, portanto, não havia reivindicação de trabalhador. Havia o interesse da Igreja em não deixar um Julião ou um Partido Comunista tomar conta da liderança rural” (Depoimento de padre Celso Ibson de Sylos, 04-08-1990 apud CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 120-121).

Já o semanário *A Palavra*, que começou a circular em março de 1961, pertencia ao professor e jornalista Divo Marino. Assumiu desde o início uma postura “nacionalista e a favor das reformas estruturais”. Contava com a participação de vários articulistas, unidos em prol de uma política externa independente e contrários ao imperialismo norte-americano. Foi fechado em abril de 1964 e, embora tenha voltado a circular pouco tempo depois, deixou de ser editado já em 1965 (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 16).

Para Divo Marino, os responsáveis (anônimos) pelo manifesto do MAD não foram os “criadores das ultrageneralizações sob a forma de preconceitos, que classificaram os jornais que defendiam a legalidade constitucional, como jornais ‘comunistas’. Estes preconceitos habitavam setores da vida cotidiana daquele tempo” (MARINO, 1998, p. 11).

De fato, muitos desses mesmos preconceitos foram difundidos e popularizados pelo próprio *Diário da Manhã* nos anos anteriores (e, de maneira mais velada, na conjuntura em questão), pela movimentação conjunta entre elementos das sociedades política e civil em prol do “anticomunismo” – o mesmo anticomunismo que, em 1964, direcionava seus canhões contra o *Diário da Manhã*, por conta de escolhas político-ideológicas (genuínas ou instrumentalizadas) repudiadas por certas frações conservadoras ribeirão-pretanas.

Antônio Carlos Sant’Anna confrontou, por meio da coluna “Atualidades”, as acusações do MAD. Alegava ser o *Diário da Manhã* uma folha “livre e independente, orientando-nos por princípios cristãos e ideias democráticas; mas nacionalista”; os homens do MAD realizariam, por sua vez, “campanha de ódio e anti-cristã, de homens retrógrados e superados” (SANT’ANNA, 1964f).

As denúncias contra o MAD estendiam-se ao delegado regional de polícia e a “elementos da alta sociedade” ribeirão-pretana. O primeiro foi acusado de “facilitar” a atuação dos elementos anticomunistas na cidade, posto que alguns “madeanos” teriam sido flagrados pregando “cartazes verdes, anticomunistas, e veiculando em sua redação, abjeta campanha de ódio contra órgãos nacionalistas, jornais que se pronunciam a favor das reformas de base preconizadas pelo governo da República”. Os “madeanos” teriam admitido que “estavam autorizados pelo Delegado Regional de Polícia a fazê-lo, citando-o nominalmente”. Os segundos foram acusados de visitar determinadas firmas industriais “com o fim de solicitar o corte de anúncios aos jornais *Diário de Notícias*, *A Palavra* e *Diário da Manhã*” (Envolvido o delegado..., 1964).

Conforme Marilena Chauí, a proliferação de variados discursos sobre a nação brasileira (positivista, ilustrado, integralista, romântico, tecnocrático, populista) resulta no arranjo de diversas “nações” dentro da nação, sendo que “cada uma dessas ‘nações’ determina um modo diferente de conceber a sociedade e a política, cada qual combate e exclui as demais, e cada qual pretende oferecer-se como discurso da ‘verdadeira nação’” (CHAUÍ, 1986, p. 113). O legado nacional configura-se, pois, como recurso político-ideológico volátil, que pode ser gestado, manipulado e reconstruído de acordo com os interesses de diversos grupos em disputa diante de ocasiões concretas. Um projeto de “verdadeira nação” construído por certo grupo, associação ou instituição resulta, conseqüentemente, na desqualificação de projetos rivais ou antagônicos, considerados fomentadores de uma “falsa nação”.

Tal característica permitia tanto aos “madeanos” quanto à direção do *Diário da Manhã* revestirem-se com os mantos do

patriotismo e da defesa dos desígnios nacionais. Segundo o nacionalismo “madeano”, calcado em pretensos valores patrióticos, familiares, religiosos e democráticos, os ribeirão-pretanos deveriam deixar de lado a letargia e o comodismo e atacar (mesmo que indiretamente, pelo sufocamento econômico) os jornais considerados “comunistas”, eivados por infiltrações subversivas, por minorias barulhentas, odiosas e destrutivas, autênticos representantes de um “falso nacionalismo”.

Por sua vez, o nacionalismo defendido por setores do *Diário da Manhã* (em especial, Antônio Carlos Sant’Anna), congregado em torno da defesa das reformas de base janguistas e de valores tidos como progressistas, independentes, cristãos e democráticos, apresentava-se, primeiramente, como pretensamente afastado do “nacionalismo internacionalista” – um eufemismo para comunismo – e, secundariamente, como antagônico ao projeto “madeano”, considerado uma elaboração de direitistas fanáticos, imbuídos por princípios antidemocráticos, anticristãos e retrógrados

Em 17 de março de 1964, o delegado regional de polícia, Celso Camargo de Azevedo, declarou ter sido procurado por “madeanos”. Embora alegasse tratar-se o MAD de “um movimento democrático”, reconhecia que atentava contra a liberdade de imprensa, pois membros ligados à sigla teriam exercido pressão junto às casas comerciais e indústrias locais para que cortassem anúncios dos três jornais (O delegado regional..., 1964).

No mesmo dia, Machado Sant’Anna/Pedro Brando, por meio da coluna “Do meu canto”, manifestou-se a respeito das ações do MAD na cidade. Alcunhados de “morcegos”, os “madeanos”, ao lançarem boletins e solicitarem às empresas o cancelamento dos anúncios nos impressos atacados, faziam “campanhazinha soez,

baixa, de conventilho, de ‘ouvido a ouvido’, [própria] de gente sem critério, sem vergonha e sem coragem, sem peito e sem inteligência para uma discussão às claras” (SANT’ANNA, 1964).

Por seu turno, Antônio Carlos Sant’Anna continuava a empreender cruzada pessoal contra o MAD. Em 19 de março de 1964, afirmou que, por mediação do delegado regional de polícia, Celso Camargo de Azevedo, conseguiu encontrar-se com alguns dos líderes do movimento clandestino. Tal encontro, “processado informalmente e para um diálogo necessário, deu-se ontem à tarde, presentes nosso redator, sr. Raul Machado, representando-nos e, além do delegado de polícia já mencionado, os elementos do MAD” (SANT’ANNA, 1964g). Apesar disso, Antônio Carlos manteve reservas quanto à divulgação dos nomes dos integrantes da organização, conservando-os no anonimato para o público leitor. Conforme os indícios que o próprio *Diário da Manhã* produziu posteriormente, o movimento “madeano” era liderado por latifundiários e negociastas da região, ou seja, por frações de uma classe dominante local mais conservadora.

Tratavam-se, possivelmente, de indivíduos, ao menos, vinculados a poderosos e prestigiados grupos citadinos, com potencial penetração nas atividades produtivas locais (agrícolas, industriais e comerciais) a ponto de cobrarem/estimularem seus pares à interrupção do patrocínio aos jornais considerados subversivos. Antônio Carlos Sant’Anna, possivelmente, não quis se indispor abertamente contra os poderosos latifundiários e negociastas “madeanos”, fosse porque fizessem parte dos círculos de convivência da família Sant’Anna, fosse porque temia que seus projetos políticos e econômicos pudessem ser minados pelo grupo organizado.

O jornalista tentou, ainda, alegar que o *Diário da Manhã* posicionava-se diante da realidade nacional como um veículo

anticomunista moderado, visto não fazer “anticomunismo sistemático que isso para nós é fascismo; preferimos, de princípio, combater os males geradores de nossa miséria e que cerceiam nossa liberdade, limitando-nos os movimentos” (SANT’ANNA, 1964). Apesar de Antônio Carlos Sant’Anna ponderar que o anticomunismo promovido pelo impresso era comedido e efêmero, as fontes apresentadas e analisadas até aqui demonstram que os empreendimentos anticomunistas levados a cabo pelo *Diário da Manhã* eram peremptórios e constantes, fossem tais produções e projetos elaborados localmente (como os textos de articulistas e de Machado Sant’Anna), fossem vinculados a instituições ou movimentos exógenos (como o Rearmamento Moral promovido por Machado Sant’Anna e sua família – analisado no capítulo 6).

A paradoxal estratégia por meio da qual Antônio Carlos Sant’Anna realizava ataques e acusações ao MAD, mantendo, contudo, extrema discrição quanto à divulgação dos nomes dos elementos pertencentes à sigla, pode ser também notada na cobertura de uma reunião “madeana” ocorrida em 17 de março de 1964. De acordo com o periódico, o evento teria contado com a presença de mais ou menos cem pessoas, entre participantes e curiosos, além de diversos oradores – “uns entendendo alguma coisa de política, outros, sonhando ainda e, finalmente, um discurso candente, violento, patético, enfim, acompanhado de conhecida técnica nazi-fascista de motivar a massa e leva-la à consecução de fins antipatrióticos” (Toda tradição..., 1964). Novamente, sem quaisquer menções nominais aos integrantes da organização, enquadrados apenas como médicos, dentistas, advogados, banqueiros, etc.

Tal estratégia foi, contudo, parcialmente abandonada após a 17ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ribeirão Preto,

ocorrida em 20 de março de 1964. O vereador Waldo Silveira, filiado ao PDC, teceu comentário a respeito do MAD, alegando tratar-se “de um movimento composto de elementos responsáveis e que visam a defesa da democracia” (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

O *Diário da Manhã*, em 21 de março de 1964, ao repercutir a sessão, acusava outros vereadores (“gorilas travestidos de democratas”, “oportunistas políticos”) de manterem solidariedades à sigla “madeana”. Juventino Miguel, agricultor e filiado ao PSP, foi rotulado como “prostituidor de consciências e do eleitorado”; Fuad Hanna, fiscal de rendas e também filiado ao PSP, foi acusado de ser “o homem que vem conseguindo desmoralizar e anarquizar a edilidade”, e também de “confundir a opinião pública e especialmente de seus pares”; Celso Paschoal, farmacêutico e também coligado ao PSP, foi tachado como “a expressão reacionária da atual Câmara”; e José Alves de Castro (também conhecido como Juca Alves), advogado e pertencente aos quadros da UDN, teria como preocupação “lutar contra órgãos nacionalistas católicos e cristãos, como o ‘Diário de Notícias’, ‘A Palavra’ e esta folha, aos quais tacha de comunistas, indistintamente, fazendo coro com a reação madeana” (Tiram as máscaras..., 1964). As acusações proferidas por Antônio Carlos Sant’Anna, amplificadas pelo *Diário da Manhã*, deram-se por conta dos referidos vereadores tentarem invalidar uma indicação do vereador Pedro de Azevedo Marques, o qual solicitava providências contra o MAD.

O jornal *Diário de Notícias* chegou a citar nominalmente alguns dos membros do MAD como sendo Oscar de Moura Lacerda e Alfredo Bolognani, enquanto o *Diário da Manhã* citava Paulo de Queiróz Arruda (membro do conselho deliberativo da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e do *Lions*

Club local) como secretário da entidade de extrema direita (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 211-212).

Em 25 de março de 1964, Antônio Carlos, ainda digladiando-se contra as acusações lançadas ao *Diário da Manhã* pelo MAD, asseverava: “nosso jornal não é nem nunca foi de comunista; nós não somos nem nunca fomos comunistas”; o jornalista alegava pertencer à corrente dos “nacionalistas convictos”, “como defensores do programa de reformas do governo federal e sobretudo como intérpretes da doutrina social cristã” (SANT’ANNA, 1964h), ou seja, de reafirmação dos valores do indivíduo e de seus direitos inalienáveis diante da ameaça comunista, conforme elucubrações desenvolvidas pelo papa Pio XII.

As últimas investidas “madeanas” ocorreram em 31 de março de 1964, durante o estopim do golpe civil-militar, quando a sigla convocou os jornalistas responsáveis por *A Palavra*, *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã* para um debate, que seria transmitido pela rádio local PRA-7.

O convite, de acordo com o relato de Divo Marino, veio por vias tortas, com data e horário marcados, porém sem quaisquer menções sobre as identidades dos debatedores do MAD. Teriam comparecido ao debate, por volta das 20 horas, o próprio Divo Marino, representante de *A Palavra*, padre Celso Ibson de Sylos e Geraldo Castilho Freire, pelo *Diário de Notícias*, e Antônio Carlos Sant’Anna, em nome do *Diário da Manhã*. Os representantes do MAD, contudo, não compareceram ao anunciado encontro. Ainda segundo relatos de Divo Marino, na PRA-7, era aguardado o anúncio do General Amauri Kruehl, comandante do 2º Exército, a respeito do “apoio ao movimento armado nascido em Minas Gerais. E os quatro jornalistas, depois de consumado o apoio de Kruehl, esperavam, obviamente, ser presos. E planejaram

abandonar Ribeirão Preto naquela mesma noite” (MARINO, 1998, p. 67).

Em 1º de abril de 1964, estava consolidado o golpe civil-militar contra o governo de João Goulart. De acordo com as historiadoras Virgínia Fontes e Sônia Regina de Mendonça, a conjuntura do período revelava, ao contrário de uma crise econômica de graves proporções que pusesse em risco a continuidade da acumulação capitalista, apenas um período de descenso do ciclo econômico. Todavia, as dificuldades em questão foram encaradas através de uma ótica ampliada “pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses” (FONTES; MENDONÇA, 1996, p. 7).

O que Dreifuss denominou como “golpe final contra o populismo” foi, de fato, resultado de intensas políticas de desestabilização promovidas por ações encobertas da burguesia multinacional-associada contra o Executivo e as organizações das classes subalternas, “criticando ‘cientificamente’ as diretrizes políticas do bloco histórico populista e envolvendo a opinião pública em uma cruzada contra o ‘caos e estagnação, corrupção e subversão’” (DREIFUSS, 1981, p. 142-143). Os resultados de tais campanhas conspiratórias (ideológicas, militares e políticas) lideradas pela elite orgânica, centrada nas articulações entre o complexo IPES/IBAD e a ESG, culminaram com a ação militar de 1964, necessária para derrubar o Executivo e conter as crescentes demandas das classes subalternas.

Tais explicações refutam as teses conspiratórias/revisionistas de que houve, na verdade, um “contragolpe preventivo” motivado pelas atitudes de João Goulart, ou seja, pelas suposições de que o presidente deposto

pretendia perpetuar-se no poder para além do prazo constitucional. O golpe civil-militar teria sido, pois, uma ação providencial antes que o próprio Goulart efetuasse um golpe apoiado por forças “comunistas”.

Para Carlos Fico, a tese do “contragolpe preventivo” é uma “especulação inconsistente”: embora alguns episódios indicassem certa radicalização das posições, “não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele” (FICO, 2008, p. 73). Tal posicionamento foi corroborado por Bandeira, segundo o qual o governo implantado após o golpe “não conseguiu apurar, apesar de todo o ódio e do esforço que fez, nenhum ato de corrupção ou qualquer outro que desabonasse, moralmente, o comportamento de Goulart e Brizola” (BANDEIRA, 2001, p. 92-93).

Com o advento do golpe civil-militar, dezenas de ribeirão-pretanos foram presos no quartel da Polícia Militar, enquanto outros foram enviados para o presídio público de Jardinópolis. Muitos dos presos foram encarcerados “não porque tivessem posições convictamente comunistas, mas por terem posições políticas que desagradavam o bloco de poder cidadão” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 221). Os responsáveis pelas denúncias e pelas prisões pertenciam ao corpo de militares do Exército, da Força Pública, delegados sob a orientação de Celso Camargo de Azevedo e algumas “pessoas gradadas”, como o ex-prefeito Condeixa Filho, o presidente da Câmara dos Vereadores Aloísio Olaia Paschoal, o empresário e capitão do Exército (na reserva) Ticiano Mazzeto, etc. (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 222).

De fato, como anteciparam os jornalistas ribeirão-pretanos em 31 de março, as forças do governo golpista logo voltaram suas atenções aos três jornais ribeirão-pretanos acusados de “falso

nacionalismo”, “comunismo” e “acender velas a Deus e ao Diabo”. Foram instaurados vários inquéritos policiais para averiguação das “atividades subversivas” ribeirão-pretanas – dentre eles, o de Antônio Carlos Sant’Anna. Em relatório da Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto, assinado pelo delegado Leonel Abraão, datado de 21 de maio de 1964, constava a informação de que

com a eclosão do movimento revolucionário de 31 de março último, o indiciado [Antônio Carlos Sant’Anna] evadira desta cidade tomando rumo ignorado e não sabido, donde perguntamos o porquê de tal fuga, caso não tenha praticado atos tidos como subversivos, então se depreende: o indiciado fugiu para não enfrentar quem de direito na apuração de atos e fatos que praticara, porquanto na qualidade de diretor do Jornal Diário da Manhã, sempre insuflou massas, participou de piquetes e praticou atos outros não condizentes com o nosso Brasil, querendo com isto submeter-nos a uma potência estrangeira, falando na mesma língua do comunista (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1964, p. 851).

Ao inquérito, foram anexados testemunhos contra o jornalista. O senhor Deoclides Heitor Jendiroba relatou que Antônio Carlos “não é comunista; porém, deverá ser responsabilizado por muita agitação e por seus artigos pouco condizentes com o nosso regime político”. O senhor Brunino Ravena “em suas declarações cita o referido como elemento ‘agitador’” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1964, p.

851-852). Já o senhor Alfredo Bolognani afirmava em seu testemunho:

[a respeito de] Antônio Carlos Sant'Anna não afirma o depoente ser o mesmo um comunista confesso, mas que o reconhece como um elemento pior que o comunista confesso, isto é, aproveitador da organização comunista, usufruindo rendas econômicas daquele partido e projeção de seu nome no cenário político da Nação; que o mesmo para ser agradável aos comunistas, aos janguistas e aos brizolistas nunca titubeou em se assacar contra a honra e a dignidade de pessoas que combatem e combatiam o comunismo, o janguismo e o brizolismo; que o depoente afirma com essa perspectiva que caracteriza o senhor Antônio Carlos Sant'Anna como um dos mais nocivos elementos para a sociedade, inclusive para a própria segurança da Nação Brasileira; que, afirma mais o depoente, Antônio Carlos Sant'Anna não professando diretamente a ideia comunista se sentia à vontade como diretor de um jornal e dentro dos direitos democráticos segundo ele dizia de prestar serviços de relevo à causa do Comunismo e tendo a consciência de que fazia errado atendia a sua própria estupidez porque lhe rendia economicamente e no seu entender dava-lhe cartaz político, embora à custa da desgraça alheia (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 2, 1964, p. 236).

A síntese do relatório sentenciava que “participou o indiciado de movimento que visava submeter o Brasil ao jugo do comunismo, ou melhor, à Rússia, promoveu ou colaborou em greves”, sendo a sua linha ideológica a de “agitador que procurava confusão, defensor do presidente desertor e que fazia o jogo do comunismo, mesmo não sendo de tal ideologia” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1964, p. 851-852).

Importante notarmos que duas das testemunhas ouvidas no inquérito instaurado contra Antônio Carlos Sant’Anna também prestaram acusações contra outros “subversivos” da cidade: Jorge Fagnani de Matos (que testemunhou contra Divo Marino e padre Celso Ibson de Sylos) e Alfredo Bolognani (que testemunhou contra Luís Carlos Raya, Divo Marino, padre Celso Ibson de Sylos, Rubens Pires Rabelo, Antônio Reis Vilalobos, Paulo Engracia de Oliveira, Carlos Armando Macedo, Antônio Giroto e Luciano Lepera).

Alfredo Bolognani, por exemplo, alegava que vinha “atuando a certo tempo contra a agitação provocada por determinados indivíduos, que vinham fazendo o jogo comunista, consciente ou inconscientemente” (embora não tenha mencionado o tipo de atuação desempenhada, o historiador Milton Carneiro Júnior o situa como membro ativo do MAD [CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 210]); e que tal jogo “era feito por meio da imprensa de determinados jornais, comandados pelos senhores Antônio Carlos Sant’Anna, padre Celso Ibson de Silos e Divo Marino”, e que tais jornais “pregavam a separação de classes, pregavam ideias extremistas” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1964, p. 796-798).

Como podemos perceber, os testemunhos eram profundamente desencontrados, contraditórios e repetitivos

quando lidavam com o aventado perfil “comunista” de Antônio Carlos Sant’Anna. Seguindo a lógica de que “à esposa de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”, as atuações do jornalista em prol das reformas de base e do governo janguista, mesmo não sendo consideradas categoricamente comunistas por seus acusadores, pareciam fazer suficientemente o jogo da subversão e da agitação, as quais deveriam, ser, pois, combatidas. Apesar das hipérboles e dos imagináveis ressentimentos pessoais que pudessem existir nos depoimentos supracitados, nota-se que as testemunhas não imputavam a Antônio Carlos Sant’Anna o anátema comunista, embora parte dos depoentes considerasse o jornalista um “proveitador”, pois visava angariar recursos e projeção ao situar-se em um prisma político mais à esquerda.

De acordo com os relatos de Divo Marino, Antônio Carlos, mesmo investigado e afastado de suas atividades diretivas e jornalísticas por alguns meses, não chegou a ser preso durante o desenrolar dos episódios golpistas. Quanto ao *Diário da Manhã*, teve sua circulação interrompida por quase dois meses, voltando às bancas apenas em 31 de maio de 1964.

O jornal, a partir de então, passou a adotar posturas mais cautelosas diante do panorama político, fosse por meio de constantes elogios às medidas “saneadoras” do novo governo contra a “subversão e a corrupção”, fosse por tímidas solicitações para que as reformas de base continuassem a ganhar atenções de Castelo Branco e seus acólitos. Em suma, o impresso abandonou a estratégia equilibrista segundo a qual tentava conciliar posicionamentos de apoio às reformas de base com posturas “ultraliberais” permeadas pelos interesses do capitalismo multinacional-associado, passando a dançar “conforme a música” dos novos tempos, pendendo para posturas mais brandas.

Com Antônio Carlos afastado de suas atividades no periódico, coube a outros membros da família Sant'Anna a prestação de esclarecimentos a respeito dos eventos ocorridos. Antônio Machado Sant'Anna, já em 31 de maio de 1964, tentava reafirmar a posição do jornal diante do público: “anti-opressão, anti-totalitários, anti-comunistas, anti-explorações, com a mais ampla liberdade de pensamento, liberdade de imprensa, liberdade na verdadeira acepção da palavra, como conquistas impressionantes que a civilização trouxe ao mundo” (SANT'ANNA, 1964b).

Na mesma edição, foi veiculada uma fotografia na qual membros da APM (Associação Paulista de Municípios) – que será melhor debatida nos capítulos posteriores –, como os deputados Aniz Badra, Cunha Bueno, além do próprio jornalista Machado Sant'Anna, encontravam-se com o marechal Castelo Branco no Palácio do Planalto. Tratava-se de uma clara tentativa de alinhar o próprio *Diário da Manhã* ao novo *status quo* político.

Imagem 1: Da esquerda para a direita:

Castelo Branco, Aniz Badra, Machado Sant'Anna, Dias Meneses e Cunha Bueno



Fonte: Palácio do Planalto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de maio de 1964.

Em 10 de junho de 1964, Machado Sant'Anna continuou a tecer elogios ao marechal Castelo Branco, considerado o responsável por levar a “revolução” a seu verdadeiro sentido: “combater todos os corruptos, sejam aqueles que surgiram na crista do movimento, como eternos percevejos de todos os governos, sejam os que queriam passar por patriotas de última hora para fugir das responsabilidades” (SANT'ANNA, 1964c).

Um dia depois, Machado Sant'Anna reafirmou seu apoio às novas forças governistas, por meio de uma dupla estratégia responsiva: por um lado, defendia-se de possíveis críticas direcionadas ao periódico pela “nova” postura adotada (“linha dura”); por outro, atenuava as “possíveis culpas” do jornal diante do movimento golpista, ao alegar que os “homens de bem” – ou seja, os próprios responsáveis pelo *Diário da Manhã* – nada deveriam temer, se contrastados aos verdadeiros e genéricos “safados e opressores dos humildes”:

Acharam alguns corifeos que retornássemos em “linha dura”, como se fosse possível a um jornal, de feitura democrática e tradicional, dirigido por jornalistas de alto coturno, conscientes, sem rabo de palha e que nada têm a temer de qualquer devassa, seja na vida particular ou pública, embora tenhamos ocupado os mais altos cargos na administração municipal, estadual e mesmo federal, se atêsse a uma orientação doce de leite. [...] O marechal Castelo Branco, segundo seus familiares, que o conhecem a fundo, é um homem respeitável, probo, pobre, culto e que na II Grande Guerra, como coronel das Forças Expedicionárias

Brasileiras foi guindado ao Estado Maior do General Marck Clark, foi inscrito na “Ordem de Serviços Distinguidos”, que é a maior condecoração norte-americana. Nos seus 64 anos, está nos mais altos postos que a Nação pode conferir a um cidadão e militar: marechal do Exército Brasileiro e Presidente da República. Nada mais poderá aspirar, razão pela qual o povo confia, ainda mais, na sua ação nobilitante de varredor, de saneador, de deditizador da política, da administração e da coisa pública. Repetimos: nenhum homem de bem, de vida decente, tem algo a temer da ação repressiva das autoridades. O Comando Revolucionário, na expressão do marechal Taurino Rezende, da Comissão de Inquérito, não é um carrasco nem quer perseguir ninguém, mas apenas pôr a casa em ordem e correr com os ratos. [...] Estamos prontos a pagar pelos possíveis erros que tenhamos cometido, mas queremos que os corruptores, os subornadores, os fraudadores, os que se locupletaram com o dinheiro público prestem contas pelos seus crimes levisos à Pátria. A hora é de expiação e de culpas coletivas. Purgaremos as nossas, sem dúvida, mas que não fiquem os intocáveis, os ladravazes, os safados e os opressores dos humildes, em posição de destaque (SANT’ANNA, 1964d).

Machado Sant’Anna defendia-se das supostas acusações de o *Diário da Manhã* ter aderido a uma postura considerada “linha dura”. O jornalista, político e empresário enaltecia as medidas “saneadoras” do governo militar como sendo conduzidas por princípios democráticos, conscientes e tradicionais – que encontrariam, coincidentemente, reflexos nos princípios pretensamente defendidos pelo próprio jornal ribeirão-pretano. Ainda que a expressão “linha dura” tenha sido associada pela memória coletiva aos ebulientes anos 1970 e às ações dos órgãos repressivos contra os movimentos de oposição, seu uso já era reivindicado por militares às vésperas do golpe civil-militar. Tratava-se, portanto, “de uma categoria nativa, oriunda de um vocabulário dos próprios protagonistas, da qual a pesquisa, os jornalistas e a opinião pública se apoderaram depois e cujo significado evoluiu ao longo da conjuntura política” (CHIRIO, 2011, p. 1).

Perspectivas mais “moderadoras”⁵⁰ a respeito da intervenção militar, nutridas por setores civis e militares, foram

⁵⁰ Segundo Dreifuss, houve uma paulatina transformação no papel político das Forças Armadas anteriormente a 1964. Em suas dimensões político-ideológicas, ocorreu, em primeiro lugar, “uma legitimação de seu intervencionismo no sistema político. Essa legitimação se fundamentava na doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra, mas cujas origens remontam ao Estado Novo. Por outro lado, o intervencionismo militar foi alimentado pela ação das correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional – UDN, que tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais. Reconhecia-se nas Forças Armadas o famoso ‘poder moderador’ [...] de resto implicitamente sancionado no texto constitucional [...] ao determinar sua subordinação à chefia do Estado ‘dentro dos limites da lei’. Essa cláusula restritiva, de aparência inócua, era suscetível de ser utilizada para questionar a ‘legalidade’ dos governos constituídos, o que efetivamente aconteceu. O intervencionismo militar, em princípio fora de questão, seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a juízo da instituição militar, os limites da legalidade” (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 137-138). Para David Maciel, a

paulatinamente afastadas diante do conjunto de contradições sociais gestadas pelo padrão de acumulação capitalista entre as classes dominantes, e entre estas e as classes subalternas. Viabilizou-se, ao invés disso, uma prolongada ação “saneadora” de viés autoritário, cujos traços já eram bastante visíveis nos primeiros meses do governo de Castelo Branco.

Milhares de pessoas foram presas pela chamada “Operação Limpeza”, ocorrida durante os primeiros meses da ditadura. Foram perseguidos membros de organizações católicas, como a JUC (Juventude Universitária Católica) e o MEB (Movimento de Educação de Base), políticos e militantes vinculados a partidos e instituições de esquerda, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), além de organizadores das classes trabalhadoras urbanas e rurais.

No âmbito político, o governo ditatorial passou a cassar mandatos e a suspender os direitos de seus opositores, criando uma tensa atmosfera de “caça às bruxas” nos gabinetes e departamentos governamentais. Os acusados “não tinham direito de defesa, nem as acusações contra eles foram jamais publicadas. O novo governo alegava (extraoficialmente) que, sendo

perspectiva moderadora “vislumbrava que a intervenção militar em 1964 reproduziria o padrão das intervenções anteriores, ou seja, os militares trocariam os grupos civis no poder e restaurariam a ordem política, ‘saneada’ de seus elementos desestabilizadores. No entanto, tal perspectiva tornou-se cada vez mais arriscada e inviável, ameaçando a unidade dos militares – principais fiadores institucionais do governo – e a própria intenção saneadora original, pois percebeu-se que as impurezas da ordem institucional eram maiores do que se imaginava. Assim, a escalada autoritária e a tendência cesarista tomaram corpo já nos primeiros meses do governo Castelo Branco, adquirindo uma dinâmica que extrapolou em muitos momentos a direção política do presidente” (MACIEL, 2004, p. 41-42).

revolucionário, podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e os corruptos” (SKIDMORE, 1982, p. 45).

Entre os anos de 1964 e 1965, “contabilizaram-se cassações dos direitos políticos de 63 dirigentes sindicais e intervenção em 4 confederações, 45 federações e 383 sindicatos”, além de o governo ter implementado medidas para legalização da contenção dos salários, tais como “o controle policial das eleições sindicais, a ‘Lei de Greve’ (junho de 1964), [...] a lei dos acordos salariais (1965), que transferia para o governo federal a definição da política salarial e diminuía a autonomia dos tribunais trabalhistas nesta questão” (MACIEL, 2004, p. 38).

De acordo com Enrique Serra Padrós, os governos ditatoriais instaurados na América Latina após os anos 1960 caracterizaram-se pela prática do chamado “terror de Estado”, cujos mecanismos de violência estatal objetivavam coagir indivíduos e organizações que representavam algum tipo de perigo ou resistência ao projeto de hegemonia do capital multinacional-associado. Impunha-se, também, “formas anestésicas de convivência, através da ‘cultura do medo’, da censura e de meios de cooptação, enquanto que a persistência do temor e da retomada do recurso sistemático da força condicionou um clima político de apatia” (PADRÓS, 2014, p. 16).

Machado Sant’Anna defendia Castelo Branco como um respeitável e obreiro líder, possuidor de um longo currículo de “serviços prestados” à pátria, ou seja, como uma figura que deveria receber a confiança do “povo” para implementar, desinteressadamente, ações saneadoras em toda a sociedade brasileira (“varrer” a sujeira, “dedetizar” a coisa pública dos “ratos”), contra as quais os decentes “homens de bem” não deveriam nutrir quaisquer temores – obviamente, conforme os posicionamentos “ultraliberais” e anticomunistas do jornalista,

os referidos “homens de bem” possuíam um perfil bastante específico. Ao incluir o corpo diretivo do *Diário da Manhã* no rol de “homens de bem”, cujos “possíveis erros” teriam sido, no máximo, apoiar as reformas de base e defender a legalidade constitucional, Machado Sant’Anna buscava purgar publicamente “as culpas” do jornal, apresentadas como menores e efêmeras diante das gravíssimas “culpas coletivas”.

Analogamente, Sérgio Rubens Sant’Anna, filho de Machado Sant’Anna, professou, em 10 de junho de 1964, que “repetidas vezes temos inserido em nossos comentários nossa profissão de fé anticomunista. A hora brasileira está exigindo, com acerto, definições bem claras e insofismáveis, a fim de que prejuízos sejam evitados e não se cometam maiores leviandades”. As ações do governo golpista eram elogiadas pelo jornalista, para quem foi um passo acertado expulsar “do panorama verde-amarelo os sectários e fanáticos de Moscou, que com a aquiescência administrativa, incendiavam o país com as suas ideias totalitárias e contrárias as origens de nossa gente” (SANT’ANNA, 1964).

Ao lado dos elogios às novas diretrizes governamentais pós-golpe civil-militar, a linha editorial do *Diário da Manhã* traçava estratégias defensivas e explicativas quanto ao fechamento do periódico por cerca de dois meses. Em 14 de julho de 1964, foi veiculada a nota “Por que o jornal foi fechado de maneira tão violenta?”:

“Diário da Manhã” tem atuação destacada, há tempos, mantendo linha coerente e de acordo com a conjuntura nacional, interessando-se sobretudo pela solução dos prementes problemas que tanto tem assoberbado o país nos últimos anos:

- 1) Batendo-se pelas reformas de base; principalmente Reforma Agrária, Reforma Eleitoral, Reforma Bancária, Reforma Tributária, etc.;
- 2) Combatendo tenazmente os especuladores que sempre foram os fatores da crise geral;
- 3) Acusando os “trustes” pelos males causados ao país, em todos os setores;
- 4) Defendendo a reforma da Constituição;
- 5) Clamando contra a constante, abusiva e extorsiva alta de preços, na luta contra a carestia.

Por isso, pela atitude desassombrada assumida na defesa dos supremos interesses do povo, “Diário da Manhã” sofreu pressão tremenda e um grupo local chefiado por latifundiários, negociastas e elementos que desejavam calar, pela força, a voz da imprensa, que é a válvula por onde o povo pode clamar, conseguiu que, sob a capa da Revolução, se praticasse uma das mais tremendas injustiças e violência, com o fechamento abrupto por 60 dias, do “Diário da Manhã”, jornal democrata por excelência, com 67 anos de existência dedicada à cidade, ao Estado e ao país.

[...] PERGUNTA-SE: por que o mesmo e determinado grupo local que se tornou tão ululante, exigindo medidas violentas e repressivas contra jornais e jornalistas que defendiam os interesses da própria Nação, chegando a ponto de forçar o fechamento

abrupto, “manu militari”, do “Diário da Manhã”, agora se mantem calado, sem tomar posição e mesmo acovardado, ante o que diariamente publicam os grandes jornais de S. Paulo e do Rio, com o pronunciamento respeitável dos srs. Presidente da República e Ministros de Estado e que, em linhas gerais, é o mesmo que “Diário da Manhã”, tanto se batia e continua defendendo? (Por que o jornal..., 1964).

Parte das pautas reformistas aventadas pelo jornal foram, de fato, incorporadas pelo governo de Castelo Branco, embora tenham adquirido tons mais suavizados e dóceis em relação ao capital estrangeiro, o que significava, por outro lado, a adoção de tons mais agressivos em relação à política econômica imposta às classes trabalhadoras.⁵¹ Jornais interioranos como o *Diário da*

⁵¹ Quanto às reformas promovidas pelo primeiro governo ditatorial, temos que: “a reforma administrativa, por um lado, deixou intocado o serviço público direto, justamente o que atende a necessidades básicas da população, em saúde, educação e justiça. Por outro lado, modernizou a administração indireta – empresas públicas, mistas e autarquias – criando as ‘modernas burocracias estatais bem remuneradas’, que ficavam ‘totalmente fora do controle social ou parlamentar’. As reformas tributária e financeira permitiram, entre outras coisas, resolver a questão do financiamento da economia, mas trouxeram também consequências desastrosas sobretudo para o futuro da dívida interna, ao instituírem a correção monetária (indexação). O favorecimento do capital estrangeiro aparecia na revogação da Lei de Remessa de Lucros, assinada por Goulart, no trato com as multinacionais ou, ainda, no acesso facilitado ao crédito externo para as empresas estrangeiras” (PAES, 2001, p. 47-48). Quanto à reforma agrária, “um dos primeiros atos do primeiro governo militar seria o Estatuto da Terra, promulgado por Castelo Branco, em meio a uma crise de redefinição e consolidação das alianças que viriam a dar sustentação ao novo regime [...]. Para além de seus aspectos antipopulares e autoritários, no entanto, o estatuto guardava um evidente cunho reformista, que pode ser exemplificado pela própria reforma agrária. Esta, ademais, se inseria num conjunto de medidas vinculadas a uma

Manhã possuíam pouquíssimo (ou nulo) poder de persuasão junto à cúpula governista, mas a escolha por um posicionamento alinhado ao novo bloco de poder constituído evitaria novas indisposições diante do público leitor e de potenciais anunciantes.

Como de praxe, mesmo em tons acusatórios, a nota recusava-se a fornecer denúncias nominais aos elementos responsáveis pelo “dedo-durismo” ribeirão-pretano, preferindo, ao invés disso, enfeixá-los em segmentos mais abrangentes (latifundiários, negociastas...). Podemos depreender, de tal situação, que a correlação de forças locais permitia escaramuças entre frações dos grupos dominantes citadinos, ora coordenados por forças mais conservadoras, ora revestidos, ao menos na aparência, por um perfil minimamente progressista – no qual se enquadravam alguns sujeitos pertencentes ao corpo diretivo do *Diário da Manhã*, como Antônio Carlos Sant’Anna, cujos projetos extrapolavam as meras lidas jornalísticas e dirigiam-se para a conquista de posições privilegiadas na sociedade política (tendo em vista os empreendimentos eleitorais levados a cabo pelo mesmo, candidato à prefeitura de Ribeirão Preto em 1963). Todavia, os grupos em disputa, longe de apresentarem fissuras antagônicas, conformavam, na verdade, frações da própria classe dominante local em uma contenda interna, a qual refletia, em uma ótica mais restrita, as contradições que expressavam, em âmbito nacional, os embates pela hegemonia político-econômica durante a conjuntura golpista.

Na data de 4 de julho de 1964, depois de alguns meses homiziado em destino desconhecido, Antônio Carlos Sant’Anna

estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), mormente no que dizia respeito tanto à análise do papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo, quanto da própria reorganização fundiária” (MENDONÇA, 2010, p. 37).

voltou ao comando da coluna “Atualidades” e à chefia do *Diário da Manhã*. O jornalista, em suas primeiras manifestações, procurou se defender das acusações a ele imputadas, criticando, especialmente, os que supunham que estivesse “fugindo à responsabilidade, pois, conscientes, coerentes e consequentes, fazemos nossa pregação justamente em termos irreversíveis no que tange à responsabilidade: quem deve tem de pagar. Não era e não é o nosso caso. Nada devemos” (SANT’ANNA, 1964i).

Os posicionamentos de Antônio Carlos Sant’Anna diante da nova conjuntura política variavam entre os elogios comedidos e as críticas veladas ao governo – apresentados, por vezes e contraditoriamente, em um mesmo texto –, os quais denotavam um claro afastamento das perspectivas mais combativas que nortearam sua atuação no período pré-golpe.

Ao adotar uma postura mais elogiosa, Antônio Carlos Sant’Anna pregava que “o trabalhador deve buscar amparo no governo da república, apoiando-o, desde que a alternativa é esta” (SANT’ANNA, 1964j).

Curiosa e paradoxalmente, em 18 de agosto de 1964, o jornalista julgava que o ex-presidente João Goulart não conseguiu angariar o necessário apoio para consolidar um “programa de governo de profundidade; mesmo sem perder ou diminuir a amizade que apessoalmente lhe dedicamos, não podemos deixar de reconhecer no sr. Castelo Branco o homem que necessitávamos para dirigir o país”. Contudo, no mesmo texto, Antônio Carlos afirmava que as autoridades próximas a Castelo Branco protelariam e/ou sabotariam as reformas, “simplesmente porque a ‘revolução’ que os levou à rua seria mais para manter privilégios que, realmente, para modificar nossas estruturas sociais e econômicas, o que, sejamos criteriosos e coerentes, não pode ser

chamado de revolução em hipótese alguma” (SANT’ANNA, 1964l).

De tal modo, podemos depreender que, diante das novas configurações políticas, o retorno de Antônio Carlos às páginas jornalísticas só foi possível quando sua postura nacionalista “à esquerda” (reformismo progressista) sofreu um visível deslocamento para uma formatação nacionalista “à direita” (reformismo brando e apoio às ações “saneadoras” do novo governo). Ao definir-se como nacionalista, Antônio Carlos instrumentalizava tal conceito de modo a pendular entre os projetos político-ideológicos situados nos dois polos, tanto à direita quanto à esquerda – os quais, por sua vez, não adotavam como mote quaisquer rupturas traumáticas com o capital. O nacionalismo, enquanto conceito genérico e catalisado por abstrações (“povo”, “pátria”, “nação”), poderia ser empregado, conforme gradações convenientes a cada um dos grupos em disputa, tanto por setores à esquerda quanto à direita:

O fato de que possa haver diferentes discursos sobre a Nação, à direita e à esquerda, e uma diversificação desses discursos em cada um dos lados antagônicos, costuma levar a dois resultados: ou se julga necessário aferir cada um dos discursos confrontando-o com a realidade para decidir qual deles seria o verdadeiro, ou se julga que a multiplicidade discursiva é a melhor prova de que a Nação é um fato verbal e uma ficção decorrente das necessidades do capitalismo. [...] No entanto, se regressarmos à proliferação de falas sobre a Nação, às oposições, diferenças, contradições

entre elas, notaremos algo interessante: o movimento invisível que leva cada um dos discursos sobre a Nação a se apresentar como discurso para a Nação e, finalmente, a se pretender ser o discurso da Nação. Cada uma das falas pretende dizer a Nação. Esse movimento invisível não indica apenas uma luta política e ideológica para se apossar de uma fala nacional que se proferiria a si mesma sem necessidade de locutores reais, mas indica ainda (e, talvez, indica sobretudo) que a Nação não é uma essência, nem uma idealidade, nem uma positividade que estaria disponível e cujo sentido mudaria simplesmente graças à designação daqueles que a formariam realmente (CHAUÍ, 1986, p. 113-114).

Após os embates acusatórios contra o *Diário da Manhã*, em 10 de dezembro de 1964, foi divulgada pelo periódico a notícia de que Antônio Carlos Sant'Anna fora impronunciado pela Justiça no processo que lhe moveu a autoridade representativa do Departamento de Ordem Política e Social, após o golpe civil-militar de 1964. De acordo com a publicação, a decisão do Promotor de Justiça, dr. Campos Maia, foi baseada no fato de que o Ministério Público não encontrou nas peças acusatórias “elementos substanciais à formação de culpa; nem nos depoimentos e sequer na formação do processo. Destarte, impronunciado pela Justiça, nosso prezado companheiro de trabalho vê-se inteiramente integrado em seus direitos” (O jornalista Antônio..., 1964). A íntegra da decisão foi publicada pelo jornal em 11 de dezembro de 1964:

Não vislumbro nos elementos informativos constantes destes autos de inquérito policial instaurado para apurar eventual infração aos dispositivos da lei de Segurança Nacional, praticada por Antônio Carlos Sant'Anna, qualquer correspondência com os fatos naquele diploma legal incriminados. O pretender a reforma de nossas estruturas, cuja superação é oficialmente reconhecida através dos esforços governamentais no sentido de sua reformulação, não se confunde com subversão e somente esta configura ação ilícita. Nos autos encontramos elementos indicativos de que o indiciado é um reformista. Ele mesmo, aliás, assim se conceitua. Proclama-se, ademais, nacionalista, dizendo-se, do mesmo passo, infenso a quaisquer regimes totalitários. Jornalista que é, defendeu pela pena os ideais que o animam. Não o fez, porém, de maneira subversiva, isto é, advogando o uso de processos ilegítimos para a realização das pretendidas reformas. Nenhum crime, portanto, cometeu, desde que suas ações não correspondem àquelas tipificadas em lei penal. E por assim entender, deixo de oferecer denúncia e requeiro o arquivamento destes autos de inquérito policial. Ribeirão Preto, 23 de novembro de 1964. A) Luiz de Campos Maia Filho – 2º Promotor de Justiça (Sentença que..., 1964).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que o *Diário da Manhã* e os membros da família Sant’Anna sofreram com os males do “feitiço que se voltava contra o feiticeiro” após o golpe civil-militar de 1964. Embora outros impressos de viés “reformista”, ou mesmo de cunho “liberal”, tenham sido fechados por questões de “ordem e segurança nacional”, e a reabertura dos mesmos (quando houve) tenha sido influenciada pela morosidade do Judiciário – preocupado em agilizar os inquéritos policiais visivelmente mais “subversivos” –, o caso do *Diário da Manhã* carregava consigo algumas peculiaridades.

Primeiramente, revelava certas complexidades inerentes à atuação jornalística ribeirão-pretana, posto haver, no impresso, uma bifurcação posicional em seu corpo diretivo: por um lado, o “ultraliberal” e anticomunista Machado Sant’Anna não expressava apoios aos programas de Goulart e Brizola, vinculando-se, de maneira mais taxativa, aos projetos municipalistas em curso – conforme veremos nos próximos capítulos. Por outro lado, Antônio Carlos Sant’Anna manifestava apoio às reformas de base e ao brizolismo e, assim como o pai, tentava galgar os degraus da política interiorana. Todavia, os projetos apresentados pelos Sant’Anna – inclusive Antônio Carlos – não possuíam como princípio o estabelecimento de contraposições ou fissuras irrefutáveis às classes dominantes (visto serem eles, também, membros das próprias classes dominantes), embora se apresentassem, no limite, como favoráveis ao “povo” e aos “pobres”.

Embora não possamos mensurar com exatidão o quanto das teses nacional-reformistas e do enaltecimento de figuras populistas deveram-se a crenças político-ideológicas genuínas ou a tentativas de angariação de benesses eleitorais por parte do editor-chefe Antônio Carlos Sant’Anna, compreendemos que o

Diário da Manhã e os profissionais a ele vinculados configuram-se como exemplos sintomáticos das tensões sociais que contrapunham com força crescente as classes dominantes *versus* as classes trabalhadoras no início da década de 1960.

Em entrevista à *Folha de São Paulo* concedida em 2013, Sérgio Rubens Sant’Anna, um dos filhos de Machado, justificou que o fechamento do *Diário da Manhã* deveu-se a uma espécie de “confusão” político-ideológica: “‘pensaram que o jornal dele era de esquerda. Não era. Era municipalista, nacionalista’, disse o filho” (WILTEMBURG, 2013).

A ideia de que o *Diário da Manhã* possuía um viés “de esquerda” foi ratificada, ao longo do tempo, por memorialistas e pesquisadores. Para Rubem Cione, a interrupção da circulação do impresso após o golpe de 1964 foi “forçada pelos acontecimentos de então e porque o jornal apoiava as reformas de base preconizadas pelo governo João Goulart” (CIONE, 1992, p. 205-206). Segundo Rocha e Zauith, impressos como o *Diário da Manhã* e o *Diário da Notícias* “eram mais identificados com o espectro esquerdista e ambos tiveram a circulação interrompida após o golpe militar de 1964” (ROCHA; ZAUITH, 2014, p. 84). Conforme verificamos até o momento, o *Diário da Manhã* não possuía um viés exclusivamente de esquerda – quando muito, norteou-se por uma breve bipolaridade editorial no início dos anos 1960.

Em segundo lugar, por conta das escolhas político-ideológicas de Antônio Carlos Sant’Anna, houve uma inversão da polaridade das irradiações anticomunistas, as quais, anteriormente emitidas pelo *Diário da Manhã*, passaram a ser direcionadas contra o próprio periódico por mediação de uma lógica transmutativa: apoios às reformas de base, a Brizola e a Goulart tornaram-se “subversão”, “comunismo” e “barbárie”.

Ainda que os Sant'Anna fossem componentes das frações dominantes locais (situação de classe), um de seus integrantes, Antônio Carlos, apropriou-se, retórica e praticamente, dos projetos reformistas e brizolistas caros às outras camadas sociais (posição de classe), enquanto alternativas (políticas, ideológicas, sociais e econômicas) adaptadas às mudanças conjunturais em questão. Empregamos os termos “situação de classe” e “posição de classe” para nos referir “à diferença entre a inserção estrutural nas relações sociais de produção e a posição assumida na conjuntura” (MILOS; ECONOMAKIS, 2011, p. 58).

A congregação de elementos conservadores contrários ao matutino valia-se de estratégias dúplices de força (medidas restritivas para minar a saúde financeira dos periódicos “subversivos”, possíveis distribuições de armamentos entre os “madeanos”, instauração de inquéritos policiais militares contra os “agitadores”) e de busca pelo consenso (apelos aos “cidadãos brasileiros patriotas” por intermédio de panfletos, comícios, penetração nos espaços jornalístico [*A Cidade*] e político [Câmara Municipal]), os quais visavam, como ponto de conversão, a deterioração da respeitabilidade dos impressos diante da opinião pública).

As dissidências entre o *Diário da Manhã* (especialmente, Antônio Carlos Sant'Anna) e os “madeanos” (difusos no anonimato de categorias abrangentes, como latifundiários e negociastas) apontavam, conforme os indícios existentes, para uma luta entre frações da própria classe dominante local, delineada por setores alinhados a um programa político-ideológico nacional-reformista *versus* grupos conspiratórios de perfil mais conservador e antidemocrático, os quais buscavam contrapor-se ao periódico por intermédio de estratégias para

influenciar a opinião pública por meio da insuflação do temor à subversão.

Em terceiro lugar, para além das motivações político-ideológicas já citadas, certos interesses econômicos também se fizeram presentes no processo de “expurgo” do *Diário da Manhã* – não apenas pelo espaço fornecido pelo jornal *A Cidade* para que os “madeanos” atacassem os impressos concorrentes, mas também por tentativas de compra/aquisição do *Diário da Manhã* durante o período de turbulências.

Machado Sant’Anna, sob o pseudônimo de Pedro Brando, acusava (como de praxe, sem exposições nominais) “o sórdido que pensou se apossar de um vasto patrimônio, feito com trabalho pertinaz, na compra, pela noite adentro, de ações de uma empresa, porque o responsável pela mesma tivera que sair para não sofrer violências” (SANT’ANNA, 1964e); denunciava o fechamento de jornais tradicionais, o encarceramento de redatores e a prisão de jornalistas, padres, médicos, advogados, estudantes e operários como resultados das ações de “canalhas [que] foram à polícia dizer que ‘dinheiro de Moscou correrá a rodo pela cidade’ e outros canalhas bem aparecidos se julgaram no direito de se apossarem de patrimônio alheio, através de métodos escusos” (SANT’ANNA, 1965c). A tentativa de compra/aquisição do matutino foi parcialmente explanada no seguinte editorial:

[...] Que crime cometêramos? Sempre fomos conservadores. Até demais. Queríamos dias melhores. Terras não aproveitadas que fossem aproveitadas. Mais financiamento à lavoura. Maior produção. Combate à usura. Combate à alta galopante de preços. Contra o tubaronato.

[...] Mas havia um bando de abutres. Sinistro bando que só trabalhava à noite e que se prevaleceu da boa fé de um oficial do Exército. E a ignominia se revelou. O mais velho jornal da zona Mogiana foi fechado. Havia um plano preconcebido de se apoderar de um patrimônio vultoso. Dois meses, amordaçada a voz que sempre proclamou a beleza, a cultura, a inteligência e a realização da gente da terra roxa! Dois longos meses, com prejuízos vultosos. Por que? Até hoje não o sabemos. Mas sabemos que nada havia no DOPS contra nós. Nem no II Exército. Havia aqui. Sim, aqui. De um grupo minúsculo, mas sequioso de tomar conta desta casa. Só isso (SANT'ANNA, 1966).

Segundo as explicações fornecidas pelo editor-chefe, Antônio Carlos Sant'Anna, houve, de fato, uma provável tentativa de compra/incorporação do matutino durante o período no qual esteve fora de circulação. O jornalista alegava que a família precisou “lutar, e muito, para conseguir a reabertura e evitar – sobretudo – que arrivistas se apoderassem de um patrimônio que não é somente nosso, porque de toda a comunidade ribeirão-pretana”. Antônio Carlos Sant'Anna tecia acusações contra “alguns, que exercendo cargos de direção administrativa, sem jamais comparecerem ao jornal, e que nos haviam cedido integralmente seus direitos, inclusive suas ações, [participaram] da manobra pela usurpação de nosso direito líquido” (SANT'ANNA, 1964k). As acusações eram dirigidas, provavelmente, a Oswaldo de Abreu Sampaio, presidente do diretório local do PSD, diretor da Empresa Teatral Paulista e

antigo proprietário do matutino, antes de vendê-lo aos membros da família Sant’Anna em maio de 1955 (Comunicado..., 1955).

Sérgio Rubens Sant’Anna, coautor da biografia de seu pai, Machado Sant’Anna, corrobora a informação de que o impresso esteve sob o controle direto e exclusivo da família até 1964, quando foi brevemente fechado após o golpe-civil militar (SANT’ANNA; KOGA, 2015). De acordo com Geraldo e Araújo, o *Diário da Manhã* foi comprado, ainda na década de 1960, por uma família de usineiros ligada a Arnaldo Ribeiro Pinto, o qual estabeleceu que as novas diretrizes editoriais do impresso deveriam privilegiar o “combate ao comunismo” (GERALDO; ARAÚJO, 2006, p. 5).

À luz do até então exposto, pudemos compreender alguns dos principais traços conformadores das elaborações e instrumentalizações do anticomunismo diante de certas perspectivas e vivências que, conquanto aparentemente restritas às lógicas e correlações de forças regionais, não estavam desarticuladas de questões mais abrangentes e complexas do próprio período em questão.

Procuramos não nos limitar às características intrínsecas dos discursos e representações anticomunistas veiculados pelos jornais, mas, sim, “ultrapassar”, de certo modo, o âmbito jornalístico e situar o anticomunismo enquanto uma densa “cortina de fumaça”, um recurso volátil socialmente manipulado a favor dos (ou apesar dos) grupos dominantes em questão por distintos aparelhos privados de hegemonia, em conformidade com seus interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos.

O anticomunismo se fará presente, em níveis implícitos e explícitos, nos próximos capítulos, anexando-se a projetos e movimentos político-ideológicos mais complexos e abrangentes, como o municipalismo. Todavia, buscaremos “atravessar a

cortina de fumaça” anticomunista, enxergando-a como invólucro valorativo utilizado pelos chamados “homens de bem” para a disseminação de seus valores, (des)mobilização de ações coletivas e (principalmente) ocultamento de seus reais interesses classistas. Machado Sant’Anna será nosso elemento mediador, espécie de “peão” imerso em um complexo tabuleiro de xadrez no qual as ações orgânicas de frações da classe dominante dirigiam-se (publicamente e nos bastidores) para a disputa de espaços no Estado (amplo), em consonância aos seus projetos capitalistas de cunho liberalizante (economicamente) e de contornos reacionários (politicamente), por meio dos quais pretendiam expandir seus próprios privilégios.

Também perceberemos que, para além da proa na qual estavam situados os projetos, as afinidades e os vínculos tecidos por Machado Sant’Anna, flutuavam os interesses mais amplos de sua família – em especial, os empreendimentos de seus filhos, Armando Lúcio e Sérgio Rubens. A família Sant’Anna, imersa em uma zona de embates e disputas entre frações da classe dominante local, apostava suas fichas em iniciativas político-ideológicas heterogêneas – e, por vezes, antagônicas – para ampliar seus campos de influência (à esquerda, com Antônio Carlos; e à direita, com Machado e seus outros filhos).

Os resultados das dúpliques estratégias implementadas pela família Sant’Anna mostravam-se, por vezes, desastrosos (como ocorrido com o fracasso eleitoral de Antônio Carlos e o posterior fechamento do *Diário da Manhã*, enquadrado como jornal “comunista”) ou, por vezes, venturosos (conforme analisaremos nos capítulos posteriores, quando será possível notar como o municipalismo foi manuseado, especialmente por Machado Sant’Anna, como instrumento de acesso a hierarquias político-empresariais supralocais, e de que maneiras os desígnios ocultos

do municipalismo “retornavam” a Ribeirão Preto, sob as formas de pautas e ações voltadas à valorização dos interesses de frações conspiratórias da burguesia nacional).

CAPÍTULO 4

A “IDEIA EM MARCHA” CONTRA OS “HOMENS DO ASFALTO”: MACHADO SANT’ANNA E O MUNICIPALISMO

O segundo eixo a ser desdobrado pela pesquisa refere-se ao municipalismo, um empreendimento teórico-prático veementemente defendido por Machado Sant’Anna ao longo de sua trajetória enquanto político, empresário e jornalista.

A divisão do capítulo conformará, em um primeiro momento, a compreensão do desenvolvimento histórico do municipalismo no Brasil (no sentido de trazermos à luz as instituições, os grupos e os sujeitos vinculados a tal projeto classista), bem como as principais concepções teóricas atinentes ao próprio movimento municipalista.

Em um segundo momento, aproximar-nos-emos, novamente, das fontes jornalísticas provenientes dos periódicos *A Tarde* (entre 1940 e 1955) e *Diário da Manhã* (entre 1955 e 1966), complementadas pelos artigos publicados pela *Revista Brasileira dos Municípios* entre 1948 e 1966 (tratava-se de uma publicação trimestral⁵² e organizada pelo Órgão do Conselho

⁵² A *Revista Brasileira dos Municípios* foi dirigida, durante as décadas de 1940 e 1960, por Rafael Xavier (entre janeiro de 1948 e dezembro de 1950), Waldemar Lopes (entre janeiro e dezembro de 1951; e entre outubro de 1954 e junho de 1956), Lourival Câmara (entre janeiro e dezembro de 1952), Maurício Filchtiner (entre janeiro de 1953 e setembro de 1954), Luiz de Abreu Moreira (entre julho de 1956 e junho de 1957), Valdemar Cavalcanti (entre julho e dezembro de 1957), Hidelbrando Martins da Silva (entre janeiro de 1958 e dezembro de 1959), Raul Lima (entre janeiro de 1960 e junho de 1961), Lauro Sodré Viveiros de Castro (entre julho de 1961 e junho de 1963), Ten. Cel. Germano Seidl Vidal (entre julho e dezembro de 1963) e Sebastião Aguiar Ayres (entre janeiro de 1964 e junho de 1966).

Nacional de Estatística e pela Associação Brasileira de Municípios [ABM]), a partir das quais deslindaremos os recursos discursivos utilizados para o enaltecimento do municipalismo, transparecendo, novamente, a dimensão processual da produção de sentidos instrumentalizados ao longo do referido recorte temporal, atendo-nos à constatação de regularidades enunciativas (de viés majoritariamente positivo) sobre o movimento municipalista, por meio da defesa dos princípios de descentralização (autonomia municipal e glorificação das comunas interioranas), nacionalismo e debates a respeito das vocações econômicas brasileiras (rurais, urbanas ou híbridas).

4.1 - MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS DO MUNICIPALISMO NO BRASIL

As bandeiras municipalistas no Brasil possuem raízes que remontam ao Segundo Reinado, muitas das quais estritamente ligadas ao agrarismo (vocação agroexportadora do país) e à emergência de críticas de pensadores liberais à centralização política do Império (noção que trazia em seu bojo os aspectos germinais das demandas por maior autonomia municipal e provincial). Em tal contexto, surgiram construções intelectuais de relevo, sobretudo aquelas relacionadas a Tavares Bastos (1839-1875), advogado, político, jornalista e publicista, autor de *A Província* (1870). Influenciado pela leitura de Alexis de Tocqueville, Bastos defendia o modelo da República Federativa encarnada na jovem nação norte-americana, “propugnava pela descentralização administrativa e política do Império, e pelo rompimento com o modelo monárquico, unitarista e centralizador, de inspiração francesa, adotado no país” (MELO, 2008, p. 50).

Já na República Velha (1889-1930), o amálgama entre agrarismo e municipalismo ganhou contornos mais concretos com o pensamento de Alberto Torres (1865-1917), advogado e político, autor das obras *O problema nacional brasileiro* (1914), *A organização nacional* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915), nas quais defendia a natureza essencialmente agrária do país. Para Torres, haveria uma clara distinção entre as construções teóricas, inorgânicas e idealizadas de um país “legal” (urbano, cosmopolita) contrapostas ao país “real” (do mundo rural e da verdadeira brasilidade). Opunha-se às ideias de Tavares Bastos por conta dos anseios federativos do último, uma vez que “a instauração do regime federativo no país representou seu ‘desmembramento’ e a exacerbação do isolamento dos municípios” (MELO, 2008, p. 50).

Além de Torres, destacou-se como um tenaz defensor dos princípios municipalistas Washington Luís (1869-1957), especialmente quando desempenhou as funções de vereador (1896) e chefe da intendência (1897-1900) do município de Batatais, interior de São Paulo. Washington defendia a autonomia municipal e “a promoção de medidas que, além de sanear as rendas do cofre municipal, delegavam boa parte dos empreendimentos públicos à iniciativa privada por meio de concessões e concorrências” (PEREIRA, 1998, p. 14).

Por sua vez, o jovem Plínio Salgado (1895-1975) iniciou sua trajetória política enveredando-se pelo municipalismo. Entre 1918 e 1919, participou da fundação do “Partido Municipalista, organizado pelos líderes políticos de 16 cidades do Vale do Paraíba com o intuito de defender os interesses das comunidades desta região” (ARAÚJO, 1988, p. 22). Salgado questionava, através do Partido, os desequilíbrios existentes entre os poderes da União, dos Estados e dos Municípios, defendendo os preceitos

de autonomia municipal. Suas ideias seriam, a posteriori, reconfiguradas a serviço do movimento integralista:

Fundando, com Gama Rodrigues, médico e historiador, e Agostinho Ramos, um grande valor nas letras paulistas, o “Partido Municipalista”, o primeiro no gênero existente no Brasil. Inspirava-se nas ideias de Tavares Bastos, Domingos Jaguaribe e outros estudiosos do problema municipal. O municipalismo no Brasil, depois consagrado na “Ação Integralista Brasileira”, tem sua origem naquele movimento inicial (SALGADO apud GONÇALVES, 2012, p. 79).

Após 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, o municipalismo atravessou uma fase de paradoxos e incongruências. Com a elaboração da Constituição de 1934, o princípio federalista foi preservado; contudo, os municípios passaram a adquirir alguma autonomia, em contraste à redução do poder dos Estados. Houve a criação de tributos municipais (o art. 13, por exemplo, estabelecia a possibilidade de os municípios arrecadarem divisas provenientes do imposto predial e territorial urbano, taxas de serviços municipais, impostos sobre diversões públicas, entre outros) e os serviços públicos municipais passaram a ser melhor organizados, além de a nova constituição inaugurar o “sistema de partilha”,

pelo qual os estados entregariam aos municípios a metade do imposto arrecadado de indústrias e profissões e o produto do imposto

de renda sobre a cédula rural. Dessa forma, introduziu novas franquias às municipalidades, assinalando uma tendência de ampliação do seu papel, ao garantir alguma autonomia, tornando-se menos vulneráveis ao jogo político-eleitoral dos estados e das oligarquias regionais (ARAÚJO apud MATSUMOTO et al, 2012, p. 54).

Ao lado das noções de autonomia municipal, continuaram em contenda os princípios atrelados à defesa do agrarismo enquanto estandarte municipalista. Os debates ocorridos na década de 1930 polarizavam, de um lado, os críticos da industrialização (compreendida enquanto processo “artificial” e alheio à vocação agrária brasileira), e de outro, os ideólogos da industrialização nacional.

Algumas das considerações mais taxativas a respeito do agrarismo foram desenvolvidas, em tal conjuntura, pelo conservador Oliveira Vianna (1883-1951), historiador, sociólogo e bacharel em direito. Pensadores como Vianna e Azevedo Amaral (1881-1942) difundiam a concepção de que o Brasil possuiria como característica negativa a inexistência do espírito de solidariedade e de defesa dos interesses coletivos por parte dos brasileiros, o que trazia como resultado um país pautado pela “ausência de um sentimento nacional, desencontrado de sua própria realidade e influenciado historicamente por modelos exóticos, europeus ou norte-americanos” (ABREU, 2012, p. 177). A “realidade” brasileira seria encontrada, por sua vez, na “redenção do mundo rural”, no “retorno aos campos”. Segundo Vianna, “o brasileiro, entregue a seus pendores e instintos, é antes de tudo um homem do campo [...]. É este o traço realmente nacional de seu carácter” (VIANNA, 1975, p. 19). Tal concepção

encontrava guarida na noção de que a industrialização e a urbanização representavam “processos artificiais” e danosos ao caráter genuinamente nacional.

Os ideários ruralista-agrarista e municipalista desempenharam contundente influência na criação de órgãos administrativos durante os governos de Vargas, como o INE (Instituto Nacional de Estatística), fundado em 1934 e posteriormente transformado no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1938, além do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), também de 1938. Nestes órgãos, foram gestadas as elites burocráticas formuladoras do municipalismo mais pragmático despontado após a década de 1940.

Em caráter embrionário, ainda nos anos 1930, a chamada “Campanha Municipalista” começou a dar seus primeiros passos justamente a partir de tais instituições. O movimento, sustentado por esforços de conscientização sobre as agruras sofridas pelos pequenos e médios municípios do interior, defendia a valorização do município como esfera pública destacada, bem como a revitalização econômica municipal em prol do progresso das comunas interioranas. Algumas de suas principais lideranças no período foram Teixeira de Freitas (1890-1956) e Rafael Xavier (1894-1982), ambos vinculados ao INE e ao IBGE.

Os traços fundamentais da “Campanha Municipalista” caracterizaram-se pelo fato de as denúncias contra as penúrias municipais e as demandas por reformas não partirem “dos próprios Municípios – prefeitos ou legisladores –, mas de burocratas-intelectuais que ocupavam cargos de destaque nas estruturas criadas na década de 1930, como os já citados IBGE e DASP”, sendo que tais conformidades técnicas denotavam os temores, por parte dos idealizadores, de “uma eventual

contaminação se questões políticas e partidárias fossem introduzidas” (MATSUMOTO et al, 2012, p. 77), ou seja, de conformação a um discurso tecnocrata de separação entre política e técnica enquanto âmbitos herméticos. Como veremos, tais temores mostraram-se corretos, por conta da reconfiguração do perfil municipalista a partir da década de 1940.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), as incongruências da ideologia municipalista – cujos princípios foram, em parte, adotados por certas diretrizes do novo regime – começaram a se manifestar de maneiras mais taxativas e visíveis:

A adoção da ideologia municipalista no Estado Novo representaria um paradoxo. Por um lado, a Constituição de 1937 e a legislação específica sobre municípios é profundamente centralizadora. A autonomia do município em matéria financeira, por exemplo, foi restringida, como também foi proibido o endividamento externo municipal. Por outro lado, a Constituição elege o município “como órgão constituinte dos poderes”. O Estado Novo apresenta-se como a encarnação do “verdadeiro municipalismo”, o qual, supostamente, transcenderia princípios constitucionais vazios como o de “peculiar interesse local”. Para além do idealismo da Constituição – para parafrasear Oliveira Vianna – e suas disposições estranhas ao “gênio” brasileiro, a vida econômica e política local seriam redimidas. O paradoxo entre o ideário municipalista e a prática centralista dissolve-se quando se incorpora à

análise a crítica autoritária – e hegemônica nos anos 30 – ao conceito liberal de representação. Embora o projeto político das elites autoritárias da Era Vargas se caracterize por uma profunda centralização política, administrativa e financeira – e, portanto, contrária ao conceito de autonomia que é subjacente ao municipalismo, ele se baseia numa concepção plebiscitária (Pitkin, 1967) e corporativa de representação política. Nessa concepção, o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações – de instâncias territoriais ou político-partidárias – que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois polos (MELO, 2008, p. 53).

Após o fim do regime varguista, em 1945, o municipalismo reapareceu portando fortes apelos doutrinários, com a consolidação da Campanha Municipalista e a criação da ABM, em 1946.⁵³ O surgimento da ABM foi expressivo pelas tentativas de

⁵³ Segundo o primeiro estatuto da instituição, aprovado em maio de 1946, compreendiam os objetivos da ABM:

Art. 1: A Associação Brasileira de Municípios é uma sociedade civil, de âmbito nacional, destinada ao estudo e à elaboração de soluções para os problemas municipais, operando num regime de estreita articulação e íntima cooperação com as municipalidades e quaisquer entidades federais ou estaduais.

Art. 2: São objetivos específicos da Associação Brasileira de Municípios:

a) estudar, permanentemente, a organização, o funcionamento, as condições e os métodos de trabalho dos Municípios brasileiros, visando ao seu melhor rendimento;

consolidar *lobbys* municipalistas (especialmente a revisão da competência tributária) durante o processo de elaboração da Constituinte, que iniciava seus trabalhos.

O conselho diretor do novo órgão, considerado o braço técnico do municipalismo, “deixava entrever seu caráter oficialista, pois incluía desde representantes do Estado Maior das Forças Armadas até representações corporativistas da indústria e do comércio” (MELO, 2008, p. 56). Embora os estatutos da ABM tentassem defini-la como “sociedade civil”, suas relações orgânicas com a máquina política e administrativa do Estado eram nítidas, extrapolando-as em direção à constituição da própria hegemonia burguesa.

O princípio norteador elaborado pelos intelectuais da ABM foi o de consolidar um órgão “colocado acima de interesses políticos ou mesmo de objetivos imediatistas”, e que operasse enquanto “instrumento adequado ao estudo e ao encaminhamento de sugestões e medidas práticas destinadas a revitalizar as células fundamentais da comunidade nacional” (Associação Brasileira..., 1948, p. 121). Todavia, entre os princípios formais e o conteúdo prático desenvolvido pela instituição, podemos observar relevantes contrassensos, ou seja,

-
- b) promover o maior intercâmbio possível entre os Municípios e com eles colaborar no planejamento, na orientação, na assistência, na técnica e na implantação de quaisquer modificações ou reformas administrativas;
 - c) receber, estudar e difundir sugestões sobre assuntos de administração municipal, promovendo, para tal fim, em colaboração com os órgãos federais e estaduais – por meio de palestras, documentário, congressos, publicações etc. – ampla difusão de ensinamentos sobre os princípios, os problemas e a técnica de administração municipal;
 - d) prestar aos Municípios completa e efetiva assistência;
 - e) Realizar os objetivos de cooperação expostos nos Estatutos da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, nas formas recomendadas e ratificadas pelos Congressos Pan-americanos de Municípios e pela VI Conferência Internacional Americana (*Revista Brasileira dos Municípios*, 1949).

manifestações que denotavam um projeto classista, “esfumaçado” pela ideologia municipalista:

A ABM foi criada como uma instituição de representação dos interesses do movimento municipalista, de demandas da esfera federal, e não do interesse dos Municípios *per se*. Em suas instâncias principais fica clara essa orientação: a composição da diretoria da ABM, elencada principalmente por burocratas federais, e os membros dos Congressos Nacionais de Municípios, com senadores, deputados federais e governadores, deputados estaduais e uma gama de outros agentes políticos ou administrativos das outras esferas de governo (MATSUMOTO et al, 2012, p. 86).

A ABM, tendo como primeiro presidente Rafael Xavier, carregou consigo alguns traços marcantes de defesa das cidades interioranas, da autonomia política dos municípios e, principalmente, do agrarismo, como podemos notar no discurso de instalação do órgão, apresentado à Assembleia Constituinte. A fala apontava que os agudos males que atormentavam o país davam-se pela “criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade’ e o desequilíbrio surgido entre esta e a produção agrícola”; além disso, as indústrias, que cresceram e se multiplicaram nas metrópoles, “favoreceram a concentração; as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com seu cortejo de misérias morais, o jogo” (XAVIER apud MELO, 2008, p. 54).

Com a bandeira municipalista em marcha de difusão, foi criada, em 1948, a APM (Associação Paulista de Municípios)⁵⁴, cujas lideranças mais destacadas possuíam contundente penetração política para além do âmbito estadual, como os deputados Cunha Bueno e Aniz Badra. A instituição defendia, enquanto princípios primais, o agrarismo (por meio de medidas

⁵⁴ O programa sustentado pela APM era composto pelos seguintes itens:

1º: Defender intransigentemente a autonomia municipal.

2º: Estudar, permanentemente, a organização, o funcionamento e as condições e métodos de trabalhos dos Municípios.

3º: Receber e difundir sugestões sobre assuntos municipais em colaboração com interessados, estudiosos, entidades públicas e privadas e órgãos governamentais, através de debates, palestras, conferências, monografias e teses.

4º: Procurar, mediante inquéritos, soluções técnicas para os problemas municipais de higiene, viação, instrução, condução, produção, abastecimento, etc.

5º: Contribuir ativamente para criar e desenvolver uma apurada consciência municipalista.

6º: Zelar pelo fiel e efetivo cumprimento do Artigo 153 da Constituição do Estado, que manda assegurar, aos trabalhadores agrícolas, assistência técnica, educacional, odontológica, farmacêutica e hospitalar.

7º: Apoiar toda iniciativa no sentido de que as autoridades e funcionários públicos municipais, estaduais e federais residam obrigatoriamente nos Municípios de localização de suas sedes de trabalhos.

8º: Combater, por todas as formas, a criação de novos impostos e o aumento dos atualmente existentes, que oneram a lavoura em geral.

9º: Pleitear junto ao Governo Federal a isenção de impostos sobre a importação de maquinarias destinadas à mecanização e defesa da lavoura e construção e conservação de rodovias municipais.

10º: Defender, através de seus representantes nos parlamentos, as imunidades e outras vantagens e regalias consignadas em leis aos Vereadores e Prefeitos.

11º: Combater pela real aplicação das disposições das Constituições Federal e Estadual, referentes aos Municípios, nomeadamente no que diz respeito com a exata execução da atual distribuição de rendas entre a União, o Estado e os Municípios.

12º: Manter permanentemente, na Capital, uma sede, em ponto central, a fim de facilitar e estimular palestras e reuniões de Prefeitos, Vereadores, autoridades e demais pessoas do interior, bem como para lhes facultar um contato mais fácil com as repartições públicas (*Revista Brasileira dos Municípios*, 1948, p. 397).

“legais” para atender demandas e desígnios privados do setor agrário-exportador nos municípios paulistas), a autonomia municipal (facilitação para direcionamento de recursos às comunas), o desenvolvimento de uma “apurada consciência municipalista” (disputa hegemônica que objetivava “fabricar” consensos pelo alto, por meio de princípios pedagógicos de “educar para”), o combate à criação e/ou aumento de impostos, a criação de “canais” de comunicação para facilitar as negociações entre municipalistas e governo estadual, entre outros.

Em 1952, foi criado o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), entidade sem fins lucrativos, sem (aparentes) vínculos com o governo e sem (visíveis) filiações de natureza político-partidária. Sua gênese constituiu significativo empreendimento para “consolidar o municipalismo em sua vertente técnica engajada na modernização dos governos municipais e da gestão urbana, sem perder de vista a necessidade de fortalecer politicamente o elo frágil do federalismo brasileiro” (PIRES, 2016, p. 128). ABM e IBAM, que atuaram com certa sintonia durante um curto espaço de tempo, desvincularam-se por conta dos interesses incongruentes entre as duas instituições: a primeira seguiu rumos mais claros de articulação política, enquanto a segunda envolveu-se mais em consultorias de teor técnico e de planejamento urbanístico.

Com o golpe civil-militar de 1964 e a mudança de regime, o movimento municipalista (inclusive com parte expressiva de suas lideranças prestando apoio público e logístico à conspiração anti-janguista, como ainda veremos) perdeu parte de seu fôlego, tendo sido a ABM “restringida em sua atuação política, inclusive com uma de suas diretorias cassada no começo de regime militar, e, daí em diante, limita sua atuação, contando, paradoxalmente, com recursos do próprio governo militar”, posto que a estratégia

do novo governo foi “cooptar os municípios, de forma que os entes locais representem o sustentáculo político do regime, enquanto se enfraquece a figura dos governadores” (MATSUMOTO et al, 2012, p. 98-99).

A temática do municipalismo, ao contrário do anticomunismo esmiuçado nos capítulos precedentes, ainda não recebeu volumosas contribuições de estudos acadêmicos voltados ao campo da historiografia crítica, sendo que considerável parte da bibliografia atinente ao tema possui vínculos com instituições de fomento específicas, tais como o IBGE e a CNM (Confederação Nacional de Municípios). Contudo, destaquemos que autores como Marcus André B. C. de Melo, Valdemir Pires, Carlos E. H. Matsumoto, Matias Franchini e Ana Carolina Mauad produziram relevantes pesquisas a respeito do tema, tangenciando os aspectos de desenvolvimento histórico e a problematização conceitual do municipalismo no Brasil.

Para o cientista político Marcus de Melo, a ideologia municipalista pode ser considerada uma das construções discursivo-programáticas mais antigas e flexíveis da cultura política nacional. Tal flexibilidade estaria associada à ambiguidade do próprio conceito, o que faria com que o municipalismo pudesse ser “apropriado de formas múltiplas, [...] [adquirindo] o status de ‘leito de Procusto’ dessa cultura política: uma ideologia perene e consensual que não encontra opositores no campo político” (MELO, 2008, p. 53). Tais assertivas seriam corroboradas pelas readequações, fissuras e ramificações sofridas pelas campanhas municipalistas nacionais durante o século XX:

O municipalismo, através da história brasileira, informou ideológica e programaticamente

projetos fundamentais associados à modernização do país. De uma crítica à centralização política e à ausência de participação e representação, ele se associou à crítica autoritário-modernizante de cunho agrarista ao sistema sócio político da República Velha que, no Estado Novo, enxergou no município o espaço plebiscitário e pré-político por excelência. Atingido o auge mobilizatório de sua trajetória durante a redemocratização do país na década de 40, o municipalismo se fissiona em uma vertente política representada pela criação da ABM e uma vertente tecnocrática associada ao IBAM. Na primeira dessas vertentes o municipalismo perde seu caráter militante e se transforma numa frente nacional de políticos provincianos. Na segunda, o municipalismo perde seu caráter redentor e ruralista e adquire um caráter urbano-metropolitano (MELO, 2008, p. 61).

A corrente municipalista vinculada à ABM e à APM (na qual Machado Sant’Anna atuou, primeiramente como “político provinciano” e, posteriormente, como “liderança burocrática”) transformou-se em uma espécie de associação brasileira de políticos profissionais, especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando passou a perder “gradativamente seu caráter reformista e se transforma no que se poderia denominar ‘partido político dos políticos’” (MELO, 2008, p. 57).

Para o economista Valdemir Pires, o municipalismo brasileiro deve ser compreendido em torno de suas múltiplas

ramificações, como “o discurso, as reivindicações, a articulação e a ação políticas de cunho local, ou referenciadas no nível inferior da estrutura federativa, com vistas ao empoderamento dos governos municipais e à destinação de recursos a eles” (PIRES, 2016, p. 126).

Carlos Matsumoto, Matias Franquini e Ana Carolina Mauad, todos vinculados à área de relações internacionais, encaram o municipalismo como uma forma de organização ou desenho político-institucional que tende a “conceber a esfera local como a mais eficiente para dar solução a uma série de problemas da vida em comunidade e que, para esse objetivo, demanda uma esfera política autônoma de ação, incluindo recursos fiscais e administrativos” (MATSUMOTO et al, 2012, p. 32). Baseando-se nas concepções desenvolvidas por Michael Hebbert, os referidos autores mostram-nos que o municipalismo, como conceito, reflete

uma reação contra a crescente centralização econômica, cultural e social dos nacionalismos do Estado moderno. Nesse sentido, é um fenômeno similar ao regionalismo, só que no âmbito das comunas, mas os dois representam um projeto de modernização dentro de um marco territorial subnacional. Assim, o conceito de municipalismo está associado à ideia de *self-government* (ou autonomia). Cabe ressaltar, no entanto, que é possível qualificar diferentes tipos de movimento municipalista, dependendo do tipo de municipalismo que reivindica, de novo, limitado e pleno e suas categorias

intermediárias (MATSUMOTO et al, 2012, p. 32-33).

O municipalismo desenvolvido ao longo das décadas de 1940 a 1960 era apresentado ao público geral (leitores e eleitores) como um instrumento de emancipação econômica e de afirmação política das urbes interioranas, ou seja, um esforço que coadunaria os anseios de uma (pretensamente) genérica e homogênea população (solapando, pois, as contradições e as lutas de classe).

Era, em realidade, um projeto classista consubstanciado por princípios (em geral, implícitos) que compreendiam o “local” como a zona privilegiada para a atuação burguesa na busca pelo consenso dos subalternos e na implementação de diretrizes políticas, econômicas, sociais e culturais que incidiam, majoritariamente, sobre a matriz tributária brasileira, amplamente contemplada pelos intelectuais orgânicos do municipalismo. A matriz tributária brasileira pode ser compreendida como o

[...] conjunto de opções que refletem a estrutura da própria comunidade política e ajudam a moldá-la como tal. Esta expressão representa as escolhas feitas em um determinado momento histórico no campo da ação social, no que diz respeito ao fenômeno tributário. Incorpora, portanto, a noção de matriz tributária não só o conjunto de normas jurídicas regulando as relações entre o ente tributante e o contribuinte, não só a escolha feita das bases de incidência (renda, patrimônio e consumo) e sua

consequente participação no total da arrecadação; não só as questões dogmáticas pertinentes à obrigação tributária; não só as opções que se faz no plano político de atendimento de determinados direitos fundamentais; não só a estrutura do Estado a partir das suas condições materiais de existência, no caso, das condições de financiamento do Estado ofertadas pela arrecadação de tributos. O fenômeno tributário passa a ser interpretado, portanto, como fruto de um labor coletivo e inserido em um contexto complexo, no qual diversos aspectos sociais, políticos e econômicos auxiliam em sua formação, bem como são por tal fenômeno influenciados (D'ARAÚJO, 2015, p. 18).

A orientação da matriz tributária de um país envolve as decisões dos sujeitos políticos situados em uma determinada conjuntura histórica, impactada pelas estruturas preexistentes, pela influência/experiência de outros Estados, por modelos teóricos e pelas vicissitudes econômicas, sociais, políticas, etc., ou seja, fatores que influenciam a definição da matriz quanto “ao fim empregado na instituição do tributo, se tal exação será meramente alocativa, distributiva ou estabilizadora, quanto às bases econômicas que sofrerão a incidência tributária [...] e, por fim, sobre qual camada da população que recairá o ônus de tais cobranças” (D'ARAÚJO, 2015, p. 68).

No Brasil, a matriz tributária existente entre as décadas de 1940 a 1960 caracterizava-se pela consolidação da tributação sobre as bases econômicas internas para financiar diversas

atividades estatais, sendo os tributos sobre o comércio exterior mais voltados a uma função extrafiscal de proteção da economia. Nessa época, observava-se um predomínio das incidências sobre o consumo enquanto base econômica tributária primordial (cerca de 65%) (D'ARAÚJO, 2015, p. 82). No entanto, essa estratégia tributária não se mostrou plenamente eficiente para financiar os intensos gastos públicos da época:

O Estado era continuamente convocado a atuar ativamente no processo de superação dos pontos de estrangulamento necessários para o desenvolvimento e para a diversificação da atividade industrial. Sem uma estrutura tributária apta a financiar esses investimentos, os governos desse período se voltaram para políticas inflacionárias de financiamento, como emissão primária de moeda e endividamento estatal (D'ARAÚJO, 2015, p. 82).

Os municipalistas, congregados em torno de suas associações (como a APM e a ABM), formularam expressivo volume de análises (geralmente, em textos jornalísticos ou em sua publicação própria, a *Revista Brasileira dos Municípios*), solicitações (protocoladas durante a realização de congressos municipalistas) e pressões (por intermédio da atuação parlamentar) para que as premissas que regulavam a matriz tributária brasileira fossem alteradas em prol de uma benfazeja e explícita “autonomia municipal” (nas entrelinhas, leia-se “maior participação orçamentária”), o que, conseqüentemente, resultaria em alterações favoráveis aos mais variados poderes político-econômicos locais.

A partir de tais perspectivas, promoveremos, novamente, aproximações aos jornais ribeirão-pretanos *A Tarde* e *Diário da Manhã*, complementados pela *Revista Brasileira dos Municípios*, aclarando as principais formações discursivas inerentes ao municipalismo em suas categorias aparentemente ambíguas e antagônicas, por intermédio da promoção de valores ligados às matrizes de descentralização (valorização dos municípios do interior e autonomia financeira das comunas), nacionalismo e disputas entre pautas agraristas e industrialistas.

Novamente, valemo-nos da noção de discurso em conformidade ao explanado por Eni Orlandi, segundo a qual deve-se observar as palavras em movimento, enquanto práticas de linguagem articuladas a estudos discursivos que observem “o homem falando”. A análise de discurso concebe a linguagem como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2005, p. 15-16).

4.2 - MUNICIPALISMO DESCENTRALIZADOR: PARA QUE O INTERIOR NÃO ANDE “DE CHAPÉU NA MÃO”

Podemos considerar que as demandas descentralizadoras configuraram algumas das principais pautas que atravessaram, categoricamente, todo o movimento municipalista. A própria noção de descentralização foi, ao longo do tempo, vinculada a distintos matizes político-ideológicos, muitos dos quais associavam-na, intrinsecamente, ao ideal democrático. A descentralização seria, pois, uma exigência para a realização plena da democracia.

Correntes ligadas ao ideário da radicalização democrática (que influenciaram alguns círculos políticos de esquerda na América Latina) pregavam que “a descentralização representa uma estratégia pela qual se criariam instituições (ou se conferiria poder efetivo a elas) que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas”, fortalecendo política e institucionalmente os municípios e fornecendo poder efetivo aos gestores locais; tais premissas não visam “eliminar as antigas instituições da democracia representativa, mas de superar seus limites pelo fortalecimento de novas instituições que fortaleçam a democracia de base territorial” (ARRETCHE, 1996, p. 46).

Outras correntes de pensamento, mais próximas ao liberalismo político e ao modelo governamental norte-americano, pregavam que “a descentralização seria um instrumento de fortalecimento da vida cívica, portanto, da sociedade civil, sufocada por um Estado excessivamente centralizador e invasivo”. Ao tomarem a América Latina como base explicativa, alegavam ser o modelo centralizador existente no continente o responsável por inibir o desenvolvimento de instituições cívicas locais, ao passo que a descentralização seria a “condição para uma revolução no comportamento social, capaz de gerar comportamentos políticos e econômicos caracterizados por maior capacidade de iniciativa e, portanto, menos dependentes do Estado” (ARRETCHE, 1996, p. 47).

Devemos entender, no entanto, que as relações entre sociedade civil e Estado restrito não correspondem a tácitas e herméticas oposições. A sociedade civil não pode ser considerada, unicamente, o terreno das liberdades possíveis, enquanto o Estado restrito não pode ser encarado como o responsável exclusivo pelas ações coercitivas contra os dissidentes. Entre as duas instâncias, existe, ao contrário, uma orgânica convergência,

posto que o vínculo entre “sociedade civil e Estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes” (FONTES, 2010, p. 137).

Compreender o Estado em sua integralidade significa, portanto, analisar a cada momento histórico qual eixo central “organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas” (MENDONÇA, 2007, p. 15).

No Brasil, ao tangenciarmos as questões atinentes aos processos de centralização e descentralização política ocorridos ao longo do decurso histórico, temos a seguinte síntese:

A herança de um Estado centralizado no passado colonial e na monarquia foi abalada com a instauração da República, mas durante a maior parte da história brasileira a criação de recursos administrativos necessários para o desempenho de capacidades estatais esteve concentrada no nível central de governo. No entanto, foi certamente a partir de 1930 que, com a emergência do Estado desenvolvimentista e a ampliação progressiva das funções de governo, a União assumiu uma parcela altamente expressiva das capacidades financeiras e administrativas vis-à-vis com os demais níveis de governo.

A forma centralizada do Estado então emergente é resultado de dois movimentos

simultâneos: de um lado, os principais tributos e fontes de recursos fiscais passaram progressivamente a ser de competência exclusiva do governo federal (o fenômeno da centralização financeira); de outro e não menos importante –, foi no nível federal que se desencadeou uma bem-sucedida estratégia de fortalecimento institucional, que compreendeu a criação de órgãos administrativos capazes de formular estratégias de desenvolvimento econômico e de inovação em política social, bem como a formação de burocracias tecnicamente preparadas. Esse duplo movimento dotou o nível federal de governo de uma capacidade de inovação política, de formulação de políticas de longo prazo e de cooptação do capital privado nacional e da classe trabalhadora que não teve – até muito recentemente – paralelo em qualquer outra instância de governo (ARRETCHE, 1996, p. 52).

O processo de fortalecimento da centralização estatal a partir da década de 1930 deu-se por uma combinação entre a capacidade de inovação institucional dos governos, respondendo às demandas por programas de urbanismo e industrialização em curso, aliada ao processo de espoliação das competências administrativas e financeiras dos governos subnacionais.

Em âmbito retórico⁵⁵, os municipalistas procuravam reagir à conjuntura centralizadora por meio da defesa de concepções descentralizadoras, fundamentadas em dois eixos majoritários: o auxílio aos municípios do interior contra o chamado “predatismo das capitais”, e os clamores por margens mais ampliadas de autonomia financeira para as comunas. Compreendemos, contudo, que o primeiro tópico foi defendido com maior veemência pelos municipalistas das comunas interioranas, cujos princípios não eram, necessariamente, comungados pelos municipalistas das capitais e outros centros, ao passo que a defesa do segundo tópico se configurou em traços mais homogêneos pelo movimento municipalista.

Quanto ao primeiro eixo, percebemos que, em linhas gerais, os textos de muitos municipalistas (inclusive os de Machado Sant’Anna) veiculavam a ideia de que as reais forças de produção nacionais se encontravam nos municípios do interior, verdadeiros formadores de riquezas por meio do trabalho árduo, ao passo que as grandes capitais e os grandes centros nada mais fariam do que “absorver” os recursos criados no interior, para custear os luxos e os modos de vida de minoritários setores parasitários.

Algumas veiculações presentes nos jornais ribeirãopretanos *A Tarde* e *Diário da Manhã*, entre as décadas de 1940 a

⁵⁵ Estabelecemos que o âmbito “retórico” do municipalismo denotava posições que nem sempre correspondiam às “práticas” municipalistas, visto que, em momentos de crise, os municipalistas clamavam pelo “auxílio” do Estado-governo, articulando, muitas vezes, combinações entre autonomia financeira local (que nunca deixa de prescindir da atuação estatal), certa liberdade de “desenvolvimento” e soluções autocráticas de classe (fascistizantes, sempre que fosse necessário desmobilizar as formas de resistência e luta dos trabalhadores, especialmente para beneficiar determinadas frações burguesas/setores latifundiários agroexportadores).

1960, concediam espaços a diferentes colunistas para o enaltecimento de tais prerrogativas. De acordo com Cassiano Ricardo, à época diretor do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, o reconhecimento nacional pela contribuição dos municípios interioranos para o progresso do país não existiria em termos justos e equilibrados, visto que “todas as iniciativas do poder público se concentram nas metrópoles, ficando assim em abandono as fontes de origem das energias nacionais [...]. O progresso não é privilégio das metrópoles. As grandes capitais absorvem a maior parte das preocupações dos governos” (RICARDO, 1942).

Em entrevista, o professor, político e municipalista Nelson Backer Omega afirmava que “a autonomia é impossível na mendicância. E a condição dos municípios é, no presente regime fiscal, de absoluta penúria”, ao passo que os órgãos sediados na capital da República e na capital do Estado “arrecadam dinheiro do interior para o inverter só nas metrópoles. São verdadeiras bombas de sucção postas a funcionar sobre as artérias da economia do *hinterland*, depauperando-a” (Maior soma..., 1945). Em uma coluna posterior, o mesmo Nelson Omega alegava que “o município está pedindo toda uma grande e generosa campanha para resgatá-lo da política vampiresca das metrópoles que lhe tiram todos os meios de subsistência e de vida”. Diante de um país imenso, o centralismo que aglomerava toda a “medicina” e toda a ação em localidades como São Paulo e Rio de Janeiro seria ineficaz: “enquanto a administração depender das metrópoles, o Brasil caipira que mora no município não será atendido e nem administrado” (OMEGNA, 1947).

Em texto especial para o periódico ribeirão-pretano, o redator-chefe do *Correio do Vale do Paraíba*, Oswaldo Barbosa Guisard, bradava que, no Brasil, apenas as capitais obtinham

progresso. Seria preciso que as assembleias e governos locais encarassem “decididamente o aspecto social e político dos municípios. Se queremos democracia de fato não podemos continuar com a política de opressões e ignomínias das glebas do interior” (GUISARD, 1947).

O já citado Rafael Xavier, à época vinculado ao IBGE, em palestra proferida durante a inauguração da Agência Municipal de Estatística, em Ribeirão Preto, defendeu que “a obra máxima a realizar neste país, é o da interiorização do progresso. A chave de nosso desenvolvimento, em bases sólidas, está no interior”, sendo, conseqüentemente, o município “a unidade por excelência em cujo âmbito cumpre levar a cabo a tarefa que, corrigindo um erro de desvio histórico, integrará o Brasil em seu verdadeiro destino” (O municipalismo é a forma..., 1948).

Em 1951, *A Tarde* veiculou uma coluna assinada pelo jornalista e escritor João de Scantimburgo, na qual as polarizações entre interior e grandes centros se apresentava da seguinte maneira:

Literalmente, pode-se afirmar que o município está aviltado no Brasil. A vigência de iníquo sistema fiscal, que suga para a União e o Estado as energias do trabalho municipal, em proporções que as debilitam, tem feito com que carangueijemos pela costa, como disse o cronista seiscentista, e o interior permaneça, ainda, à espera de desbravamentos que o incorporem aos benefícios da civilização e da cultura.

Cresceram as megalópoles, como São Paulo e Rio, mas o interior vem-se conservando, não

raro parado em séculos anteriores, como se verifica, por exemplo, no famoso sertão carioca, e nas localidades que circundam São Paulo, algumas velhas de séculos e estacionadas no tempo e no espaço (SCANTIMBURGO, 1951).

Os municípios interioranos seriam, conforme as definições de Scantimburgo, instâncias humilhadas e esquecidas, em eterna expectativa para que “novos bandeirantes” pudessem trazer as luzes do progresso e da civilização para comunidades que, embora estacionárias, possuíam potencial energético e produtivo.

O “cronista seiscentista” citado por Scantimburgo era Frei Vicente do Salvador (1564-1636), autor de *História do Brasil* (1627). De acordo com Frei Vicente, “caranguejar pelo litoral” significava, antes de tudo, uma crítica aos empreendimentos coloniais portugueses, nos quais os habitantes viviam apenas em regiões litorâneas, de costas para o interior, com os olhos voltados para as benesses europeias e migrando através dos eixos Norte-Sul do território. Para ele, as longas extensões de terra que o Brasil possuiria rumo ao sertão eram desconhecidas “porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (DO SALVADOR apud FAORO, 2001, p. 178). A distribuição dos núcleos de povoamento nas zonas litorâneas, motivadora das comparações tecidas por Frei Vicente (colonos e caranguejos), obedecia ao caráter das monoculturas agrícolas exportadoras durante o período colonial.

Em uma coluna, Lúcio Mendonça afirmava que “o Brasil não se resume às cidades do litoral: vive a palpitar nos núcleos do interior”. Contrapostos a um “aglomerado de edifícios importan-

tes de belíssimas avenidas, por onde deslizam os carros de alto custo, levando os maiorais do governo ao trabalho burocrático dos interesses gerais”, estariam as populações do interior, que padeceriam à míngua de tudo, com o “caboclo do interior que se estiola na angústia da maleita, do mal de Chagas, da desnutrição, da falta de medicamentos, do abandono moral. E são, justamente, estes homens que estão sustentando o Brasil” (Assistência direta..., 1953).

De acordo com o jornalista dos *Diários Associados*, Stélio Machado Loureiro – que será um nome perenemente rememorado pelas agremiações municipalistas de São Paulo – o segredo para o livre exercício da democracia residia na descentralização, que permitia aos distantes o direito de opinar, optar e decidir. Todavia, o que se praticava no Brasil era, conforme Loureiro, um regime análogo ao sistema colonial, com as capitais (“metrópoles”) explorando o interior (“colônias”). O resultado de tais práticas era a formatação de uma nação combalida e débil, entregue à “meia dúzia de cidadãos privilegiados da Metrópole, pois a bomba de sucção que funciona na Corte, produzindo a atrofia dos municípios acabou por impedir inclusive o advento de *leaders*, tornando a nação no proclamado ‘deserto de homens e de ideias’” (LOUREIRO, 1955).

O termo “bomba de sucção” era bastante utilizado pelos municipalistas em suas produções textuais, especialmente para ilustrar o descontentamento com as transferências de recursos das cidades interioranas para os poderes centrais. Tal perspectiva também foi formulada em artigo veiculado no dia 25 de abril de 1956, pelo *Diário da Manhã*. Ao lado da sucção de recursos, o autor (anônimo) apontava para outras variáveis negativas que seriam imputadas à maioria dos municípios brasileiros pela centralização, tais como a violência e a ineficiência burocrática:

Não é exagero dizer que só pouco mais de uma centena de edilidades brasileiras é que sentem a presença concreta do Estado, isto é, a atuação governamental traduzida em obras e benefícios imediatos. São os municípios privilegiados, que dispõem de vastas clientelas eleitorais e se afirmam como centros de influências decisivas. A grande maioria conhece, apenas, a ubiquidade e a penetração do Estado através do fisco, que extorque; da Polícia, que espanca; da conscrição militar, que assusta e dessas pavorosas bombas de sucção espalhadas pela rede coletora; de autarquias de imprevidência social a recolher contribuições gordas que disseminam em pensões magras e mofinas (Congresso dos Municípios, 1956).

O Estado era concebido, de acordo com as perspectivas do artigo jornalístico, como mero “governo”, ou seja, um suposto aparelho de dominação e exploração dos municípios. Potencializava-se o (já tradicional) discurso de “abandono” e “míngua” das comunas, o qual buscava eclipsar, sobremaneira, os interesses privatistas de reconfiguração política, econômica e ideológica das próprias funções do Estado, no sentido de atender as demandas de frações burguesas e latifundiárias instaladas nos municípios.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, havia, ao lado de textos que corroboravam os princípios básicos da descentralização, produções que buscavam incrustar nos leitores a noção de que as causas municipalistas já eram vitoriosas, e que

um futuro de real autonomia se aproximava – “já agora, porém, o municipalismo se concretiza, se transmuda em realidade, é uma conquista. E logo mais as comunas do Interior não precisarão mais estender as mãos à caridade ou pechinchar espórtulas ao paternalismo da União ou do Estado” (Serviço de Cooperação..., 1961). Algumas das possíveis causas para a formulação de textos mais otimistas e esperançosos por parte dos municipalistas serão analisadas no decorrer dos próximos capítulos, especialmente por conta das realizações de Congressos e pela inserção de muitos municipalistas nas dobras da sociedade política.

Dirijamo-nos, todavia, ao segundo eixo da retórica descentralizadora municipalista, ou seja, aos clamores por margens mais ampliadas de autonomia financeira para as comunas. O referido eixo apresentava-se, em síntese, por meio de textos que solicitavam, em pouquíssimos casos, maior independência administrativa dos municípios contra a ingerência dos poderes centrais e, na maior parte das vezes, cessão de recursos financeiros às comunas interioranas. Os recursos financeiros deveriam ser destinados ao interior (preferencialmente) por meio da revisão dos tributos pagos pelos municípios ao governo central, ou (quando não houvesse escolha) por empréstimos destinados às obras públicas citadinas. Ao lado dessas demandas, os municipalistas formulavam críticas (ora ácidas, ora veladas) contra a ineficácia e a injustiça da centralização governamental, inibidora da capilarização de recursos aos “esquálidos” municípios.

Em 1950, uma tese desenvolvida por uma comissão composta pelos vereadores municipalistas da cidade de São Paulo, Marrey Júnior (então presidente da Câmara Municipal), Marcos Mélega, Jânio Quadros e Brasil Bandecchi, propunha a definição de autonomia enquanto conceito político-social do

município. Divulgado pela *Revista Brasileira dos Municípios*, o estudo pressupunha que a autonomia municipal se caracterizaria pelos seguintes tópicos:

Considerados os ensinamentos aqui reproduzidos, já agora podemos concluir que a autonomia municipal se caracteriza:

a) pela livre escolha, pelo povo do Município, das autoridades políticas, como representantes legítimos seus, entendidos por esse modo o corpo legislativo e o agente executivo locais;

b) pela imunidade dos Vereadores, legisladores que são, tanto quanto os das órbitas federal e estadual;

c) pela carta constitucional própria, tal como ocorre na América do Norte.

d) pela renda própria, consignada na Constituição Federal, tal como ocorre na vigente, de sorte a possibilitar plena expansão do núcleo social local, pois que quanto mais desenvolvida a célula, tanto mais beneficiado será o todo ou a Nação;

[...] f) pela administração própria, no mais lato senso, com governo local, sem dependência alguma do Governo Federal e do Governo Estadual (JUNIOR et al, 1950, p. 352-353).

Tais prerrogativas já eram ventiladas em Ribeirão Preto na década de 1940, por mediação do jornal *A Tarde*. De acordo com o periódico, se os municípios não passassem “pela dura prova da sujeição à vontade estranha, se eles pudessem cuidar da própria

sorte, o progresso, tem-se a certeza, seria mais expressivo”. O chamado “pobre prefeito, muitas vezes bem-intencionado”, nada poderia fazer diante de tal cenário, “porque nada mais é do que um cumpridor de ordens, um dirigente sem vontade própria. As providencias, todas elas, pequenas ou grandes, não podem ser tomadas, sem a ‘via crucis’ dos departamentos” (Autonomia..., 1945).

O já citado Nelson Omega, à época vereador da cidade de Campinas e vinculado à UDN, também bradava pela autonomia financeira dos municípios. Alegava que ou o município “tem recursos, tem arrecadação, tem finanças sãs e as investe na produção dos sítios vizinhos [...] ou o Brasil morrerá abafado no verbalismo das ordens sem sentido e sem razão, que os centros, as capitais alucinadas e distantes emitem para o Brasil distante e desconhecido” (OMEGNA, 1947).

Em um novo artigo, o vereador Omega afirmava, em tons ainda mais epopeicos, que “há uma batalha que deverá ser travada pelos Municípios brasileiros: a da busca da autonomia econômica [...]. Sem Município forte de finanças não há possibilidade de povo saudável, forte, trabalhador. Não haverá estímulos a lavoura e nem satisfação social” (OMEGNA, 1947a). Por fim, Omega chancelava que “não se pode, de forma alguma, governar um país extenso como o nosso, de longe, das metrópoles. É preciso carrear para o município a grande porção, a maior parte dos impostos, cotas, depósitos, ou nós massacramos o Brasil, matando a economia municipal” (OMEGNA, 1948).

Os textos assinados pelo vereador udenista indicavam haver uma irreconciliável dicotomia entre a salvação municipal (autonomia financeira, que acarretaria maior produção e contentamento dos trabalhadores interioranos) e a condenação

municipal (centralização financeira, amarrada às ordens ineficazes de capitais incompetentes e ao massacre do interior). Além disso, o discurso de Omega guardava consigo recursos similares aos defendidos pelo Estado varguista, especialmente no Estado Novo. Os ideólogos municipalistas estariam, de certo modo, ressignificando o discurso centralizador a favor de projetos e ações descentralizadoras.

As análises de preceitos constitucionais também ganhavam as páginas dos jornais citadinos, especialmente quando as cláusulas municipais eram colocadas em discussão. Foi o que ocorreu em 19 de dezembro de 1949, no periódico *A Tarde*:

Em que pese o fato de estar o assunto disciplinado pela Constituição, a questão ainda assim mesmo se agita sob o influxo da realidade, que a todo o passo suscita problemas de difícil solução.

Ainda recentemente tivemos a respeito um artigo do governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, que examina a situação existente naquele Estado, onde se verifica que em 1948 foi a seguinte a distribuição das arrecadações: União 50%, Estado 29%, Município 21%.

Numa organização constitucional que se alardeia de natureza municipalista a apresentação das cifras acima é desconcertante, pois nos mostra que o município é que recebe a menor quota, sem embargo de ter sobre seus ombros uma carga imensa de serviços.

[...] O que se verifica é que a especificação de serviços não é feita segundo a sua natureza e, pior, que a discriminação de rendas não está conforme com aquela especificação, o que acarreta uma verdadeira anarquia nos serviços públicos, com evidente prejuízo para o povo, que paga muito e é mal servido. Basta dizer que até hoje os juristas ainda não chegaram a um acordo quanto à exata conceituação do que sejam “assuntos do peculiar interesse dos municípios”, em que se confina a autonomia deste segundo a fórmula constitucional que nos veio de 1891 e está inscrita na Constituição de 1946 (União..., 1949).

A coluna fazia uma menção a Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, ex-deputado federal e então governador de Pernambuco entre 1948 e 1951. Novamente, o cerne das reivindicações municipalistas recaía sobre a discrepância entre as distribuições das arrecadações tributárias, posto que à União seriam direcionadas frações bem mais expressivas do que às comunas. Tais desníveis, segundo indicado pelo texto, teriam origem nas interpretações escorregadias acerca do que seriam os “assuntos do peculiar interesse dos municípios”, conforme as Constituições de 1891 e 1946.

A Constituição de 1891 (Título III, Artigo 68) preconizava, de fato, que “os Estados organizar-se-hão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BALEIRO, 2012, p. 80). Todavia, os peculiares interesses municipais não eram efetivamente

discriminados pela carta. Já na Constituição de 1946, segundo Aliomar Baleeiro e Barbosa Lima Sobrinho, havia certas diretrizes que possibilitavam a escalada de uma dada “Revolução Municipalista”:

No correr do tempo, a República sacrificou muito os Municípios, não só lhes restringindo a autonomia, cada vez mais ameaçada pelos Estados, senão também os desfavorecendo na discriminação das rendas públicas. Pouco a pouco, a fatia do leão coube ao Tesouro Federal, que arrecadava mais de 63% dos tributos pagos a todos os brasileiros, ao passo que os Municípios, em 1945, não chegavam a receber 7%, cabendo a diferença aos Estados (mais ou menos 30%). Esse fenômeno impressionou vivamente os constituintes. Para melhorar as finanças dos Municípios, deram-lhes todo o Imposto de Indústrias e Profissões (antes tinham só 50% dele); uma quota em partes iguais, no rateio de 10% do Imposto de Renda excluídas as capitais; e quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, excedesse, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-ia anualmente 30% do excesso arrecadado (BALEEIRO, 2012, p. 13).

Mesmo que a Constituição de 1946 fosse mais elucidativa quanto aos “interesses municipais”, muitas das críticas dos municipalistas se davam pela não observância prática dos

preceitos constitucionais (posto que alguns dos rendimentos previstos – especialmente os 30% do excesso arrecadado – não eram devidamente repassados pelos governos estaduais às comunas) e pela insuficiência das medidas para suprir, de fato, as demandas municipais.

Os pedidos por revisões constitucionais continuaram nos anos seguintes, trazendo à baila, inclusive, as Constituições de 1934 e de 1937. Ambas também respeitavam o mencionado princípio de autonomia dos municípios, embora encaminhando alguns significativos acréscimos quando comparadas à Carta de 1891. A Constituição de 1934, em seu Artigo 13, estabelecia: “I, a electividade do Prefeito e dos Vereadores da Camara Municipal, podendo aquelle ser eleito por esta; II, a decretação dos seus impostos e taxas, e a arrecadação e applicação das suas rendas; III, a organização dos serviços de sua competencia” (POLETTI, 2012, p. 101).

Outro ponto relevante da Constituição de 1934, ainda em conformidade com o Artigo 13, dizia respeito à arrecadação de tributos por intermédio de um novo sistema de partilha de impostos que seriam transferidos dos Estados para os municípios, pertencendo aos últimos: “I, o imposto de licenças; II, os impostos predial e territorial urbanos, cobrado o primeiro sob a fórmula de decima ou de cedula de renda; III, o imposto sobre diversões publicas; IV, o imposto cedular sobre a renda de immoveis ruraes; V, as taxas sobre serviços municipaes” (POLETTI, 2012, p. 101-102).

Já a Constituição de 1937, marcada pelo advento da ditadura estadonovista, foi caracterizada por maior centralismo político, jurídico e econômico. A autonomia municipal sofreu, por um lado, algumas limitações: a eletividade dos prefeitos foi cassada, conforme o artigo 27, segundo o qual “o prefeito será de livre

nomeação do Governador do Estado”; e os impostos cedulares sobre a renda de imóveis rurais não pertenceriam mais aos municípios. Por outro lado, o artigo 28 preservava que aos municípios seriam transferidos, por parte do Estado: “I – o imposto de licenças; II – o imposto predial e territorial urbanos; III – os impostos sobre diversões públicas; IV – as taxas sobre serviços municipais” (PORTO, 2012, p. 64).

Os debates a respeito das insuficiências constitucionais acerca da autonomia municipal continuaram a ganhar as páginas dos periódicos ribeirão-pretanos, como podemos notar na coluna veiculada em 8 de maio de 1953 pelo jornal *A Tarde*, que pregava correções nas diretrizes constitucionais que pudessem fornecer aos municípios a capacidade de autossuficiência:

Impõe-se a revisão do nosso sistema de discriminação de rendas. Inúmeras vezes temos batido nessa tecla. A Constituição de 1891, embora consagrando a autonomia dos municípios à obtenção de sua autonomia própria, deixava ao arbítrio do Estado a distribuição, aos municípios, dos tributos que entendessem. Era uma autonomia condicionada à conveniência ou ao liberalismo dos Estados, o que, em última análise, não passava de uma negação de autonomia.

A Constituição de 1934 foi que, através de uma discriminação de rendas mais racional, atribuiu aos municípios fontes próprias de arrecadação, o que vale dizer de efetiva autonomia. A Carta de 1937 repetiu o sistema dessa Constituição e o Estatuto de 1946 o reproduziu de novo, com

alterações mínimas, que não afetaram o sistema [...]. Precisamos, pois, dar, em matéria de autonomia municipal, mais um passo, ou melhor, o passo decisivo, que há de tornar essa autonomia efetiva, real e o meio de fazê-lo consiste numa revisão do nosso sistema de discriminação de rendas, a fim de se atribuir aos municípios uma arrecadação que lhes proporcione a auto-suficiência necessária ao bom andamento de seus negócios (Autonomia..., 1953).

As causas municipalistas ganhavam, em algumas ocasiões, o apoio de associações diversas, como o *Rotary Club* (no qual Antônio Machado Sant'Anna também atuava, conforme exposto). O presidente da entidade em Ribeirão Preto, Luiz Rocha, nutria simpatias pela campanha municipalista, e afirmava que a mesma buscava melhorar a distribuição de rendas, “de maneira que, a maior parte, por legítima Justiça, caiba ao Município, e não, como é feito atualmente, fique o Município relegado a plano secundário e deprimente, não passando de um organismo exclusivo de arrecadação de vultosas somas para a Metrópole”. Para Rocha, os homens da eficaz trilogia “Rádio, Imprensa e Rotary”, composta por segmentos “naturalmente” bem-intencionados e desinteressados, “devem continuar como têm feito até agora, arregaçarem as mangas, saírem do nefando comodismo, e enfrentarem os problemas coletivos, antes que o turbilhão de malfeitores estraçalhem tudo que há de bom e sublime sobre a terra” (Embaixador..., 1955).

Quanto à contribuição retórica de outros municipalistas, destaquemos Mário L. Erbolato, João Batista Berardo e Yves de

Oliveira. O jornalista e advogado Mário L. Erbolato, redator responsável pelo *Diário do Povo*, de Campinas, e correspondente de *O Estado de São Paulo*, afirmava ser o município uma “eterna besta de carga”, pois, conforme comunicado da Fundação Getúlio Vargas, “cada brasileiro paga, por ano, de impostos, a quantia aproximada de Cr\$ 2.000,00, da qual 52% competem à União e 40% aos Estados, enquanto que os municípios devem contentar-se com a ridícula sobra de 7,5%”; Erbolato ainda destacava o “regime de injustiça tributária em que vivemos a despeito da Constituição de 46 ter concedido autonomia aos Municípios. Esta, no entanto, sob muitos aspectos não passa de um mito, pois não suportará o crivo de uma interpretação rigorosa que se faça aos textos legais” (ERBOLATO, 1958).

João Batista Berardo, político, escritor e advogado de Jardinópolis, defendia a criação de uma “República Municipalista”, pois, assim, seriam os municípios verdadeiramente “autônomos em decorrência de novo sistema fiscal, pois não se pode falar em autonomia sem descentralização. Seriam então como que pequenas repúblicas, fortes em todos os setores, contribuindo para a própria grandeza da Nacionalidade” (BERARDO, 1959).

Por fim, o jurista Yves de Oliveira, autor das obras *A revolução municipalista na Constituição Brasileira de 1946* (1953) e *Curso de Direito Municipal* (1957-1958), tecia argumentos bastante próximos aos de Berardo, especialmente pelo desejo de ascensão de uma “República Municipalista”. De acordo com Oliveira, “o Estado centralista não suporta mais o ônus de suas funções fechadas a determinadas zonas de influência e de civilização, ditando ordens e a tudo querendo subordinar, no seu afã de comando absorvente”; ao conceber o Município como entidade política da sociedade local, Oliveira afirmava que os

conceitos norteadores da vida municipal deveriam caracterizar-se “a) pela eleição democrática dos governantes; b) pelo “Home Rule”, isto é, pela autonomia municipal em função do Estado; c) pelo controle judicial sobre órgãos e atos” (OLIVEIRA, 1963). Pelo enraizamento de tais prerrogativas, chegar-se-ia a uma caracterização político-institucional descentralizada para o Brasil, assentada na configuração de uma República Municipalista, nem totalmente “centralizadora”, nem totalmente “liberal”, mas um amálgama de “descentralização centralizada” por um liberalismo democrático restritivo.

Imerso em todo o emaranhado de solicitações a favor da causa municipalista descentralizadora, também estava Antônio Machado Sant’Anna, elemento mediador de nossa análise. Ao retomarmos seus argumentos (em diversos pontos, consonantes com as produções intelectuais de outros municipalistas do período), percebemos que, para Sant’Anna, os genuínos interesses municipalistas estariam ao lado dos homens do interior (especialmente daqueles que mantinham suas divisas fora das capitais), e não dos “homens do asfalto”, ou seja, dos moradores das capitais e dos grandes centros. Além disso, também questionava as discrepâncias entre as tributações e os recebimentos fixados entre a União e os Municípios.

Machado Sant’Anna alegava que “apesar de todo o esforço municipal, é ainda o Estado quem auferir maior renda, em detrimento do trabalho, do desenvolvimento e do progresso material de cada célula. O que o Estado dá em relação ao que recebe, é muito pouco” (SANT’ANNA, 1945). A verdade, segundo ele, seria que “tudo quanto o município produz vai para as arcas da União e do Estado para suportar essa tremenda máquina burocrática que é o maior polvo a sugar o sangue do povo”; concebia que a União, “com a garra adunca do fisco, tira até a pele

do homem do interior e devolve uma gota do oceano que leva” (SANT’ANNA, 1952). Machado Sant’Anna considerava o Estado, mesmo ligado a suas esferas de representação institucional (municipal, estadual e federal), como entidade simultaneamente centralizadora e abstrata, que pairava sobre os municípios (apesar de contê-los em si).

Ainda de acordo com Machado Sant’Anna, “o homem do interior cansou-se de ser explorado pelo usufrutário do asfalto” (SANT’ANNA, 1953b); o município havia sido, desde sempre, desprezado e negligenciado porque “as bancadas federais são compostas de elementos do asfalto, incapazes de pensar e agir como o caipira do interior, o eterno sacrificado, a vítima permanente do sanguessuga que vive no conforto e com todas as vantagens” (SANT’ANNA, 1954b).

O municipalismo seria, conforme Sant’Anna, um áureo e revigorante esforço que objetivava dotar as comunas de autonomia, para que rompessem o que, para ele, configurava-se como situação de eterna humilhação e mendicância diante da União. Segundo Sant’Anna, “pela má distribuição de rendas, pela maneira como se pratica a incipiente democracia entre nós, é o interior o eterno mendigo, sempre de chapéu na mão e com esta estendida aos poderosos chefes, à espera de esportula que se transforma em melhoramentos para as comunas” (SANT’ANNA, 1958a).

Ainda em conformidade com a tese da mendicância, alegava que o município “vive atado ao poder central, dentro do clássico chavão do prefeito precisar ‘andar de chapéu na mão’, implorando favores que são direitos” (SANT’ANNA, 1961). Todos os apontamentos levantados por Sant’Anna visavam ilustrar para os leitores um cenário de latentes injustiças e disparidades, visto que no interior residiriam “as reservas morais, o trabalho, a ação

e o esforço para uma perfeita unidade pátria, porque o interior é quem tudo dá e pouco recebe, a fim de que as capitais possam ostentar todo poderio e progresso” (SANT’ANNA, 1965).

4.3 – MUNICIPALISMO NACIONALISTA: PELA DEFESA DA “CÉLULA MATER” DA PÁTRIA

O nacionalismo defendido pelos municipalistas brasileiros possuía alguns fundamentos peculiares que o diferenciavam das matrizes nacionalistas mencionadas nos capítulos anteriores. Suas características poderiam defini-lo, grosseiramente, como um nacionalismo “de polo invertido”.

Explanemos, em um primeiro momento, a respeito de algumas das características constitutivas do nacionalismo brasileiro, em sentido amplo. Um de seus aspectos fulcrais, observado por Renato Ortiz, é a mediação promovida pelo Estado entre elementos “populares” e “nacionais”. Sustentando-se em alguns fundamentos do pensamento gramsciano, o autor assevera que (principalmente) após a revolução de 1930 e com as transformações das estruturas sociais e econômicas brasileiras, tornou-se imperativo para os intelectuais da época a elaboração de uma “identidade” nacional em consonância com um Estado em vias de modernização.

Para tanto, um dos elementos cultivados seria o da constituição de uma “memória nacional”, ideologizada, universal e desgarrada da propriedade particularizada de quaisquer grupos sociais. Em síntese, “a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se constituir como o prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem” (ORTIZ, 1986, p. 136-137).

Sendo, pois, o Estado o artífice de uma memória nacional que se pretende um dos eixos fundantes da própria identidade nacional (projeto, em parte, abstrato e virtual que se vincula aos segmentos sociais que lhe dão sustento), compete ao mesmo Estado integrar os elementos da realidade social, delimitando-os na construção da identidade nacional, sendo através de uma “relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo” (ORTIZ, 1986, p. 138-139).

O papel central do Estado para a construção de uma identidade nacional brasileira também foi ratificado por Marilena Chauí.⁵⁶ As definições do binômio nacional-popular como sustentáculos para as ideias de construção, consolidação, integração e desenvolvimento do país encontravam escopo nas políticas culturais do (e para o) Estado, englobando diferentes nacionalismos e formas de absorver o popular ao nacional. Além disso, Estado e classes dominantes no Brasil apoiariam seus projetos de constituição da identidade nacional através da “mitologia verde-amarela”, considerada uma auto-imagem celebrativa (virtual) e um suporte sobre o qual estariam assentados os principais elementos do caráter nacional brasileiro (“natureza exuberante”, “povo pacífico, ordeiro e cordial”, “democracia racial”, “país acolhedor e hospitaleiro”, etc.) – todos

⁵⁶ A partir dos termos analisados, Chauí concebe a ideia de Nação a partir dos seguintes termos: “A Nação não é coisa nem ideia, não é um dado factual nem ideal, não é algo que possa ser circunscrito como um ser determinado nem como uma ideia *a priori* da razão – é uma prática política e social, um conjunto de ações e de relações postas pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais ela serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais constituídas pelas lutas e criações social-históricas). A Nação não é; ela se faz e se desfaz” (CHAUÍ, 1986, p. 114).

eles conjugados a uma lógica de unidade e indivisibilidade nacionais:

Considerando a Nação como “existência antropológica e geográfica”, para usarmos a expressão de Hegel, ou como a face externa do social (território, língua, *mores*, instituições), e o Povo como face interior da sociedade ou como unidade política e jurídica constituída pelo conjunto dos cidadãos, os dois termos têm como referência um todo uno, indiviso, senão *de facto*, pelo menos *de jure*.

A unidade e a indivisibilidade (ainda que ideais ou ideias reguladoras da Razão, para usarmos a linguagem kantiana) possuem suportes empíricos (território, leis) e suportes simbólicos (sentimento nacional, soberania popular). Evidentemente, unidade e indivisibilidade não significam ausência de diversidade. Pelo contrário, o todo é visto como internamente diversificado [...], mas a diversidade é encarada apenas como pluralidade daquilo que é, em si, uno e idêntico. Não há *diferença interna* (CHAUÍ, 1986, p. 104-105).

Ao lado das concepções supracitadas, as buscas pela “identidade brasileira” deveriam contornar certas contradições estruturais inerentes à condição periférica nacional e seu lugar (projetado) na esfera internacional. Tais dilemas seriam respondidos por meio do seguinte princípio: “num país no qual a

modernidade é incompleta, a nação somente existiria num tempo projetado à frente” (ORTIZ, 2013, p. 616), ou seja, se o presente se apresenta como problemático e desfavorável, tornava-se viável elaborar um projeto político futuro, capaz de libertar o país de suas amarras e colocá-lo nos trilhos do progresso.

Afastemo-nos, brevemente, da realidade nacional, e tragamos à baila as contribuições de Benedict Anderson acerca das nações enquanto “comunidades políticas imaginadas”. As nações seriam concebidas, segundo Anderson, como espécies de “organismos sociológicos” que atravessavam cronologicamente um tempo vazio e homogêneo, enquanto comunidades compostas por sujeitos que, embora desconheçam a totalidade e as atividades de seus compatriotas, nutrem a confiança da permanência das atividades anônimas, constantes e simultâneas que desempenham reciprocamente.

Para que tais características florescessem, teriam sido necessários o esfacelamento e/ou a resignificação de concepções pretéritas, tais como: o papel das línguas antigas como acessos às verdades ontológicas, a crença de que as sociedades (especialmente as monárquicas) se organizavam em torno de níveis distintos (os de cima e os de baixo, separados por uma espécie de “graça cosmológica”) e a confusão temporal entre a cosmologia e a história (origens do mundo e dos homens imbricadas). Ao lado das resignificações pretéritas, estariam os avanços trazidos pela convergência entre imprensa e capitalismo, a ascensão de “nacionalismos oficiais” conservadores (reações dos grupos dominantes contra os nascentes nacionalismos populares, em geral espontâneos) e as expansões imperialistas que impulsionaram a exportação de ideias e modelos para zonas periféricas.

Todos os elementos apontados por Anderson conformariam o entendimento da nação como uma “comunidade política imaginada”, ou seja, projetada como simultaneamente limitada e soberana. Seria imaginada pois “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos já tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32), e também porque, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

Voltemos ao ponto central deste subcapítulo. Ainda que a formatação da identidade nacional estivesse sendo disputada por diversos segmentos (tutelados pela primazia do Estado e das classes dominantes), os municipalistas defrontavam-se contra concepções de nação majoritariamente fundamentadas nos preceitos de unidade, indivisibilidade e centralidade. Cabia aos municipalistas, pois, formatar uma perspectiva de identidade nacional respaldada pela noção de “município” enquanto “célula mater da nacionalidade”.

Tratava-se de um sentido diametralmente oposto ao da “ampliação” das comunidades imaginadas: ao tomarem o município como núcleo da ideia de nação, propunham, inversamente, a delimitação da comunidade imaginada a limites mais modestos. Em linhas gerais, o movimento municipalista defendia uma inversão do sentido nacionalista mais comum, ou seja, substituir centralidade, unidade e indivisibilidade por descentralização, fragmentação e divisibilidade: a identidade nacional seria, segundo tal perspectiva, ramificada a partir dos municípios autônomos, comungados em torno de um interesse

nacional compartilhado, e não o contrário. A descentralização desejada converter-se-ia em uma centralização deslizada no espaço, sendo a fragmentação transmutada em um todo orgânico mais localizado, e a divisibilidade transformada diante de um novo patamar reorganizador da própria indivisibilidade, porém ao nível dos municípios.

No entanto, os princípios aparentemente defendidos pelos municipalistas não constituíam uma radical polarização em relação a um Estado concebido como centralizador, autocrático e antipopular – conforme ainda deslindaremos, o municipalismo apresentou, em suas organizações e mobilizações práticas, contornos tão (ou mais) conservadores e reacionários do que aqueles que julgava (ou anunciava) combater.

Em alguns dos escritos municipalistas, a ideia de nação vinha acompanhada por denotações funcionalistas, que demarcavam uma concepção estrutural de interdependência orgânica entre as partes (Municípios e União), “funcionando” dentro de um grande todo nacional. Tal concepção foi popularizada, a princípio, pela sociologia de Comte, para quem a sociedade poderia ser compreendida como um organismo no qual as partes constitutivas possuíam funções definidas e contribuía para o bom funcionamento do todo.

Para Josep Fontana, sucessores no campo da antropologia (como Boas, Radcliffe-Brown, Malinowski) e da sociologia (como Tönnies e, principalmente, Durkheim) sistematizaram as soluções funcionalistas no sentido de “analisar os mecanismos de equilíbrio das formas sociais existentes, revelando as regras da sua articulação, para justificá-las e mostrar sua racionalidade, como antídoto a proposições evolucionistas” (FONTANA, 1998, p. 170). Durkheim, particularmente, definia como principal objetivo da sociologia o estudo de fatos que obedeciam às leis sociais,

similares às leis naturais em sua invariabilidade. Nesse sentido, o sociólogo “deveria se colocar no mesmo estado de espírito que os químicos, os físicos ou os fisiólogos, quando executassem o seu trabalho de investigação científica” (LÖWY, 1991, p. 42).

Ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960, noções amalgamadas (municípios = “células” a partir das quais floresciam os sentimentos patrióticos) foram promovidas pelos jornais sob o controle de Antônio Machado Sant’Anna – muitas delas por colonistas e instituições anteriormente citados neste capítulo.

Para o jornalista Cassiano Ricardo, “têm emanado do município os princípios fundamentais de nacionalidade e os elementos tradicionais da economia e do sentimento de brasilidade” (RICARDO, 1942). Já para o advogado Alcides de Araujo Sampaio, em conferência realizada no *Rotary Club* de Ribeirão Preto:

[...] o espírito de unidade nacional se processa através da célula administrativa municipal. [...] É por esse processo que se constitui a alma nacional, fruto direto desses agrupamentos comunais, em cujas forjas de energia se retemperam os espíritos, gerando o sentimento de patriotismo que, então, plasmando uma unidade de consciência nos cidadãos, dá à Nação uma personalidade imperecível. À célula fundamental do município, é que estão ligados os nossos mais íntimos sentimentos de afetividade; é aí que começa a vida do indivíduo; é nela que se forma a família de nossas tradições, e é sob o influxo desses sentimentos

que se forma a grande família da Pátria (A unidade nacional..., 1943).

Nelson Omegna, então candidato da UDN à Câmara Federal, pregava em sua campanha: “O trabalho que no Parlamento eu viesse fazer, teria sempre alto fim nacionalista: revigorar o município, célula da vida pública, para que o Brasil seja mais forte e mais saudável” (Maior soma..., 1945). Já o jornalista Oswaldo Barbosa Guisard afirmava que “o municipalismo não é só um problema material, é também moral. É uma sadia forma de patriotismo” (GUISARD, 1947).

O jornalista e municipalista Stélio Machado Loureiro, aguardado para uma palestra no Centro de Debates Culturais de Ribeirão Preto, foi apresentado pelo periódico *A Tarde* da seguinte maneira: “abordando quasi que semanalmente o problema municipalista, viajando continuamente pelo interior, em contato constante com as células mater da nacionalidade, vem realizando uma obra eminentemente patriótica e produtiva de grande alcance” (Municipalismo no Brasil, 1949).

Por sua vez, o colunista Hygino Jacintho Caleiro asseverava que os municípios, tão bem chamados pelos entendidos “como células de uma nação, tem tomado, atualmente, vários deles, tamanha personalidade e tal fisionomia de progresso, que por esse ou aquele espelho retratam, imediatamente sua evolução adiantada” (CALEIRO, 1957).

Nas veiculações municipalistas dos jornais ribeirão-pretanos, as sentenças que aglutinavam o patriotismo ao funcionalismo, por meio de termos análogos à biologia, extrapolavam, muitas vezes, a mera matriz celular. Lúcio Mendonça alertava que “o *hinterland* reclama a assistência direta do governo; o organismo pátrio respira pelos pulmões das

idades interioranas; o municipalismo é uma imposição necessária” (Assistência direta..., 1953). Já Stélio Machado Loureiro afirmava que “se algumas glândulas de meia dúzia de pessoas no Brasil funcionarem mal, o regime estará em perigo, tal a consequência, no plano político, que a centralização administrativa acusa entre nós” (LOUREIRO, 1955).

As premissas básicas do alinhamento entre municipalismo e nacionalismo, transpassado por conotações funcionalistas, continuaram a ser utilizadas durante a década de 1960. Conforme reportagem do *Diário da Manhã*, após 1945 “formaram-se grupos com o espírito preconcebido de levantar a bandeira do municipalismo, como única forma de dar à célula mater da nacionalidade o fortalecimento indispensável para o progresso geral” (Redenção dos municípios..., 1961).

De acordo com o jornalista Wolney Milhomem, vinculado à época ao *Correio Brasiliense*, “não haverá nação, se não houver município. Pois as comunas compõem o quadro federal e dão fôlego à República, justificando-se como células ativas. E o Governo que optasse pela subestimação do municipalismo, teria decretado, de pronto, o seu desaparecimento” (MILHOMEM, 1962).

Zeferino Vaz, médico e diretor-fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto de 1951 a 1964, em carta enviada a Antônio Machado Sant’Anna, confessava não conhecer “causa mais nobre, alta e digna que a da redenção municipalista, isto é, a de dar aos municípios interioranos, verdadeiros construtores da nacionalidade, os meios materiais, e os recursos culturais para o seu plano desenvolvimento”; incentivando Sant’Anna a persistir com seus projetos, profetizava que, dentro em breve, “será despertada a consciência nacional para a causa municipalista” (VAZ, 1962).

Por sua vez, Machado Sant'Anna também demonstrava ser um efusivo defensor das ideias funcionalistas atreladas ao binômio nacionalismo-municipalismo. De acordo com ele, o município “é uma célula mater da nacionalidade. O desenvolvimento de um estado está em relação direta com o maior número e progresso dos seus municípios” (SANT'ANNA, 1945). O município economicamente fortalecido seria a “base angular de maior poderio econômico, financeiro e material da própria Nação” (SANT'ANNA, 1956), enquanto o municipalismo, compreendido em contornos universalistas, não seria “propriedade de ninguém, nem de grupos ou de partidos. É assunto que tem que ser tratado nos grupos escolares, nos ginásios, nas escolas superiores, porque municipalismo é pedra basilar da nacionalidade” (SANT'ANNA, 1961d).

Sant'Anna aparentava defender a ideia, característica das teorias liberais, de que o fortalecimento “econômico” do município, como a pedra fundamental do “maior poderio da nação”, estaria apartado de qualquer viés “político”. Além disso, a perspectiva de que o municipalismo (atrelado organicamente a preceitos nacionalistas “à direita”) seria um movimento de ideias, descolado de grupos e partidos, eclipsava, também, a noção de luta de classes. Concepções similares foram retomadas em artigo posterior:

Ainda não está sendo bem compreendido nos meios interioranos o que seja o movimento municipalista e por que dele tanto cuidamos. Não se trata de propriedade de ninguém, eis que o municipalismo é ideia em marcha, até que se chegue ao escopo principal que é a perfeita autonomia da célula-mater da nacionalidade.

Município economicamente forte, significa prosperidade geral, para os seus habitantes e para a comunidade estadual. [...] No dia em que vereadores e deputados compreenderem a extensão das vantagens do municipalismo bem praticado e com as Prefeituras fortalecidas, teremos uma verdadeira nação (SANT'ANNA, 1962c).

Machado Sant'Anna buscava reiterar a ideia de um municipalismo abrangente e desgarrado do controle de grupos específicos – embora as contradições de sua retórica apontassem para os reais interessados no movimento, ou seja, a casta política (representada, em sua fala, por vereadores e deputados, e por elementos atuantes nas práticas municipalistas através de reuniões e Congressos regionais, estaduais e nacionais).

Todavia, não passemos o carro à frente dos bois. Consoante aos princípios anteriormente analisados, Sant'Anna continuou a difundir a ideia de que apenas o municipalismo teria forças “para realizar um movimento nacionalista de envergadura, porque cada vez que a célula-mater sentir-se mais fortalecida, financeiramente falando e em pleno desenvolvimento, melhores condições terão os Estados e do reflexo dessa prosperidade, um Brasil mais expressivo” (SANT'ANNA, 1962f). O municipalismo, em síntese, era compreendido por Sant'Anna como elemento nuclear da nação, “a base da família; o município fortalecido econômica e materialmente é o Estado redimido” (Diretor do Diário, 1963). Não obstante o municipalismo ser um empreendimento umbilicalmente vinculado a setores político-partidários, seus intelectuais (como Sant'Anna) esforçavam-se para apresentá-lo

como um esforço destituído de vieses partidários, suprimindo-se, também, o elemento político.

Os princípios até aqui analisados (descentralização e nacionalismo) foram apresentados pelos municipalistas aos seus públicos leitores/eleitores de modo consideravelmente homogêneo, ou seja, articulados a fundamentos comuns entre seus intelectuais. Contudo, o movimento municipalista apresentou, também, secções não-antagônicas entre projetos econômicos agraristas e urbanistas, conforme verificaremos a seguir.

4.4 - MUNICIPALISMO AGRARISTA/URBANISTA: ENTRE A “REDENÇÃO DO CAMPO” E A “CIVILIZAÇÃO PARA O TRABALHO”

O último dos principais eixos sobre os quais se debruçava o movimento municipalista acerca de seus princípios ideológicos pode ser caracterizado como uma maleável zona de disputas. As veiculações municipalistas não adotaram, ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, critérios de homogeneidade acerca das “vocações” econômicas municipais. Parte dos textos era voltada para a defesa da vocação agrária nacional. Outra parte, para a necessidade de dinamização econômica por meio da urbanização e suas atividades (indústria, turismo e serviços). Havia, ainda, produções que enalteciam a busca por uma vocação “híbrida” entre as duas dimensões.

Temos, a princípio, que o movimento municipalista durante o primeiro governo de Getúlio Vargas apoiava o fundamento da vocação agrarista do Brasil:

Inspirados nas ideias de Alberto Torres, defendiam a condição agrária do Brasil e

projetavam, como consequência, que o futuro mais brilhante do País residia na atividade agrícola do interior, e não na “indústria artificial”, acompanhada dos males da urbanização e da excessiva burocratização (MATSUMOTO et al, 2012, p. 79-80).

Em síntese, os princípios basilares do municipalismo em suas empreitadas durante as décadas de 1930/40 eram: o agrarismo (o núcleo da brasilidade residiria na vida rural), o antiurbanismo (os grandes centros, atravessados por miséria, desigualdade e burocracias excessivas, degradariam as condições públicas e privadas de vida), anti-industrialismo (as indústrias eram consideradas “artificiais”), antimigração interna (os municípios deveriam garantir o sustento de seus moradores, evitando fluxos populacionais desequilibrados) e reforma tributária (direcionamento de recursos para que os municípios realizassem sua “obra civilizatória”) (MATSUMOTO et al, 2012, p. 84).

O agrarismo mantinha sua força, mesmo diante de categóricas transformações ocorridas no Brasil na passagem entre os séculos XIX e XX, como a abolição da escravatura, a chegada maciça de imigrantes e o advento de um novo regime governamental. Os setores agrário-exportadores e seus intelectuais coligados continuavam a defender a imagem de um país essencialmente rural.

Oliveira Vianna, por exemplo, asseverava que “desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores [...]. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização” (VIANNA, 1956, p. 55). Júlio Prestes, candidato que concorreu contra Vargas

nas eleições que precederam o Golpe de 1930, afirmava que o “fazendeiro é o tipo representativo da nacionalidade e a fazenda é ainda lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa com a doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade” (PEREIRA apud OLIVEN, 2010, p. 60).

Tais assertivas refletiam os anseios e projetos de uma sociedade patriarcal, cujos defensores priorizavam aspectos como a família, a oligarquia, o latifúndio, o compadrio, o coronelismo, etc., traços componentes de um patriarcalismo compreendido, também, como um “signo, símbolo e emblema de um estilo de mando e desmando, no qual se distinguem e confundem o público e o privado, o burocrático-legal e o tradicional, o carisma secularizado e a prepotência” (IANNI, 2000, p. 58-59).

Com os impactos causados pelas crises internas e externas no final da década de 1920 (queda das exportações cafeeiras após 1929, desarranjos entre as oligarquias agrárias nacionais, etc.), novas perspectivas de desenvolvimento começaram a ganhar forma. O longo período de transição que se estendeu da década de 1930 até meados da década de 1950 (início e fim dos governos varguistas) marcou uma nova fase da economia nacional, na qual o país deixava de ser “eminentemente agrícola”, posto que “o centro das atividades econômicas começa vagarosamente a se deslocar do setor cafeeiro-exportador. A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital” (SILVA, 1980, p. 26-27).

De acordo com Octávio Ianni, alguns autores (tais como Celso Furtado, Paul Singer e Jesus Soares Pereira) concebem tal período de desenvolvimento nacional como apoiado pela “industrialização substitutiva de importações”:

Essa tese nasce, expande-se e enraíza-se de forma intensa e generalizada nos anos 1930-1964, para estabelecer uma cronologia aproximada. Mas já vinha sendo gestada anteriormente. E adquire efetividade nos anos que se seguem à Revolução de 1930. Assim surge o projeto de “capitalismo nacional”, buscando interiorizar os centros decisórios sobre problemas de economia política e redefinindo amplamente os laços com a economia dos países mais fortes ou imperialistas, dentre os quais destacam-se a Inglaterra e os Estados Unidos. Em várias ocasiões essa política de “nacionalismo e industrialização” teve o apoio de setores sociais e organizações políticas de esquerda. A despeito das vacilações, recuos e bloqueios ocorridos no curso dos anos e décadas, a “industrialização substitutiva de importações”, isto é, o projeto de “capitalismo nacional” concretizou-se em larga medida. Tanto se acomodou às injunções da “economia agrária exportadora” como conseguiu obter vantagens econômico-financeiras e políticas da sua atividade. Houve tensões e conflitos, mas também acomodações com os setores sociais enraizados na “vocação agrária”. E surgiu um novo bloco de poder, de composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão (IANNI, 2000, p. 63).

A referida composição industrial-agrária, mesmo atravessada por contradições internas inerentes às características e condições socioeconômicas do capitalismo periférico e dependente brasileiro, foi impulsionada pelo “desenvolvimentismo” promovido pelo governo varguista. Conforme Pedro Fonseca, tal empreendimento possuiria, em caráter teórico, uma espécie de “núcleo duro” a partir do qual se configurariam suas manifestações práticas, sustentando-se pela defesa “a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo, [...] entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro” (FONSECA, 2004, p. 226). Enquanto relevante mecanismo para justificar ações governamentais deliberadas, possuiria, para além dos três elementos anteriormente destacados, o fundamento ideológico, ou seja, “quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que este é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser” (FONSECA, 2004, p. 226).

Para José Maria Dias Pereira, o desenvolvimentismo (especialmente após a Segunda Guerra Mundial) caracterizar-se-ia por uma visão econômica engajada politicamente em prol da industrialização, cujas ideias-chave seriam: a industrialização constituiria a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; o processo de industrialização não poderia ser realizado apenas pelos impulsos do mercado, havendo a necessidade de políticas intervencionistas estatais; o planejamento estatal deveria definir os setores almejados e os instrumentos necessários para a realização da expansão industrial; a participação do Estado na economia era encarada como benéfica para captação de recursos e investimentos onde o setor privado

se apresentasse deficitário (PEREIRA, 2011, p. 122). As contradições e limitações das ideologias e práticas desenvolvimentistas foram apontadas por Ianni nos seguintes termos:

O desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica numa concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa [...]. Nacionalista ou associado ao capital externo, esse desenvolvimentismo faz parte da corrente de ideias característica dessa etapa de transição do sistema econômico social nacional. No processo de conversão do capital agrícola, comercial ou financeiro ao capital industrial, essa doutrina constituiu-se como uma visão prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. Isto é, afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural etc.) o que é, em primeiro lugar, particular (a supremacia da produção industrial). É a ideologia da nova classe

dirigente, na fase de ascensão do poder (IANNI, 1965, p. 108).

Os debates acerca dos empreendimentos agrários e/ou industriais brasileiros também atingiram o municipalismo, conforme publicações divulgadas pela *Revista Brasileira dos Municípios*. Em expressiva parte dos textos veiculados ao longo dos anos 1950, ainda era possível perceber enorme predileção dos autores pela “vocação agrária” nacional. Contudo, aos poucos, tal orientação deixava de ser exclusiva, quando contraposta por outra mais sincrética, na qual a agricultura seria complementada pelas inovações urbanísticas e industriais de cunho liberal.

Em 1950, Rafael Xavier, então Presidente da Comissão Executiva da ABM, defendia uma posição essencialmente agrarista, apontando que o erro mais grave das políticas governamentais brasileiras teria sido “o abandono da agricultura, ou melhor, do Interior”. Os rurícolas enfrentavam, de acordo com Xavier, mediocridades econômicas e sociais similares a dos escravos durante os períodos colonial e imperial. O abandono da terra teria trazido apenas melancolias, abatimentos e frustrações, contra os quais o municipalismo deveria lutar:

Senhores, a inteligência brasileira é convocada hoje em dia para uma campanha que equivale, quanto aos motivos emocionais, à campanha abolicionista, porque é também a luta generosa por uma redenção. No século passado, eram os escravos que tinham de ser libertados; hoje, trata-se de reabilitar toda uma grande massa de homens para quem a liberdade não tem nenhuma significação – a grande massa

brasileira que sofre diretamente, nos campos, ou indiretamente, nas cidades, as consequências do abandono da terra e do atraso de nossa agricultura.

A Campanha Municipalista deixa de ser, assim, uma coisa nova, para ser a continuação da luta sustentada no último quartel do século passado, pela democracia rural, pelo crédito agrícola, pela fixação do homem à terra mediante a propriedade de um lote onde promover o bem-estar da família, pela descentralização administrativa, pela educação popular e profissional (XAVIER, 1950, p. 709-710).

As articulações comparativas entre a abolição da escravatura e a campanha municipalista, enquanto igualmente “redentoras” e “humanizadoras”, revelavam-se, na verdade, extremamente elitistas e conservadoras. Além disso, Xavier apresentava a defesa do agrarismo (tradicional, arcaico) revestindo-o pelos princípios municipalistas (modernos, arrojados), em uma estratégia que apenas encobria o “velho” com uma camada de verniz aparentemente “nova”.

Já o deputado federal gaúcho Rui Ramos, à época filiado ao PTB, afirmava uma “verdade fora de discussão: a cidade não vive sem o campo. E o campo sempre viveu sem a cidade. É o campo que alimenta e possibilita a formação e o desenvolvimento das cidades. Enquanto que a cidade é para o campo um mero instrumento parasitário de exploração” (RAMOS, 1952, p. 575). Embasando-se em um velho ditado popular que dizia que “Deus criou os campos e o diabo inventou as cidades”, o deputado

Ramos criticava algumas das prerrogativas nodais do municipalismo quanto à extensão da autonomia para o campo:

O Movimento Municipalista Brasileiro tem como seu grande alvo a conquista de uma melhor discriminação de rendas, de maneira a aumentar as receitas municipais e, em consequência, as possibilidades de desenvolvimento dos Municípios. É muito precário, entretanto, esse objetivo do municipalismo, porque a simples aplicação de maiores recursos nas Municipalidades importaria apenas em aumentar as condições de bem-estar das cidades do Interior. O campo, sem Governo próprio, continuaria nas mesmas condições de atraso e subdesenvolvimento, recebendo restos e migalhas (RAMOS, 1952, p. 578).

No entanto, ao lado das teses e publicações municipalistas que preconizavam a vocação agrária brasileira, começaram a figurar construções mais sincréticas, nas quais a valorização da agricultura seria acompanhada por racionalizações urbanísticas (a cidade deixaria de ser um centro parasitário e artificial) e alinhamentos entre atividades agrícolas e industriais (como, por exemplo, na mecanização da lavoura). Em 1952, Stélio Emanuel de Alencar Roxo, vinculado à prefeitura do Distrito Federal, expôs tese na qual pregava o estabelecimento de uma “civilização para o trabalho” e uma lógica urbanística apoiada nas obras do arquiteto, urbanista, pintor e escritor Le Corbusier (1887-1965), considerado um dos precursores das “unidades de habitação”:

Fiéis à ordem que estabelecemos para o nosso programa, começávamos pelo acondicionamento da vida rural, para passarmos à localização das indústrias e chegarmos a estabelecer as bases de uma cidade, centro de trocas, de pensamento e de administração. Estas três etapas de planejamento municipal correspondem ao famoso esquema dos “três estabelecimentos humanos”, cuja implantação coordenada é preconizada por LE CORBUSIER nesse longo apostolado que é a sua obra, no qual a sua palavra traumatizante e o seu lápis vertiginoso concitam o homem moderno a inaugurar uma “civilização do trabalho”, reformando a vida de suas comunidades, na base do planejamento urbanístico. Estudando a ocupação do solo que se vem processando desordenadamente nestas últimas décadas de súbitas e radicais transformações – donde os grandes vazios e os insuportáveis estrangulamentos – ele se propõe reconsiderar a distribuição dos aglomerados de população, reconhecendo na arquitetura e no urbanismo os meios materiais que fornecerão à humanidade aquela civilização do trabalho (ROXO, 1952, p. 606).

Assim como Roxo, Edgar Teixeira Leite⁵⁷, político e então membro do CNE (Conselho Nacional de Economia), retomava as controvérsias entre as vocações agrícola (defesa de que o país deveria concentrar suas forças produtivas no fornecimento de alimentos e matérias-primas para povos industrializados) e industrial (defesa de que o país deveria, às custas de quaisquer sacrifícios, realizar sua industrialização), no sentido de conciliá-las.

Leite acreditava que diante de um mundo cada vez mais interdependente e conectado por vias comerciais crescentemente complexas, “desgraçadas” seriam as nações que dependessem exclusivamente dos países estrangeiros para obtenção de suprimentos para o consumo e para a defesa. O Brasil, em tal cenário, não deveria ater-se ao “antagonismo entre agricultura e indústria”, embora “alguns aspectos do problema valem ser especialmente acentuados e demonstrarão que a infraestrutura econômica da nação será, porém, sempre alicerçada na agricultura tomada no seu mais amplo sentido” (LEITE, 1954, p. 195). Ainda que não excluísse a relevância das bases agrícolas para a economia nacional, Leite propunha uma conciliação agroindustrial nos seguintes moldes:

Suponha-se um país dotado de matérias-primas, efetivamente ou em potencial, que possa industrializar-se, como é o nosso caso. As indústrias podem suprir a lavoura de

⁵⁷ Edgar Teixeira Leite foi, também, um importante empresário do ramo agrícola e dirigente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Possuía vínculos com o complexo IPES/IBAD e após o golpe civil-militar de 1964, tornou-se membro do conselho técnico e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), onde permaneceu de 1965 a 1968 (DREIFUSS, 1981, p. 434-435).

maquinaria de toda ordem, de fertilizantes e inseticidas. Melhor aparelhados, os lavradores têm possibilidade de aumentar, não apenas o volume de sua safra, mas, o que ainda é mais importante, a sua *produtividade* obtendo mais cruzeiros por quilo de produto colhido, e assim, adquirir muito além do estrito necessário, para a vida precária de simples subsistência, como ocorre com mais de dois terços da população rural do País. Há ainda outro aspecto em que nem sempre se atenta devidamente, mas que é da mais alta relevância. É o da transformação, no próprio País, da produção agrícola. Industrializada dentro das fronteiras nacionais, asseguraria certo número de vantagens substanciais, dignas de menção (LEITE, 1954, p. 196).

Nas publicações jornalísticas divulgadas por *A Tarde* e *Diário da Manhã*, os impasses e as aproximações entre os projetos agraristas e urbanistas também se faziam presentes. De uma perspectiva agrarista, o já citado Rafael Xavier, em 1948, afirmava que os municípios do interior trabalhavam arduamente e seus habitantes se esforçavam para tirar tudo aquilo que o solo poderia lhes dar. No entanto, “o fruto desse esforço, contra toda justiça e todo bom senso, não fica no Município. É este esvaziado do melhor de suas riquezas, canalizadas para os grandes centros do litoral, onde alimentam o fausto de uma vida artificial, sem raízes na terra”. Tal fenômeno era chamado por Xavier de “tantalismo urbanista”: ao não realizar o seu “destino” de país agrícola, “o Brasil apresenta-se ao mundo sob a capa de um falso

cosmopolitismo, para o qual nem o grau de nosso desenvolvimento comercial e industrial, nem o nível de nossa cultura oferecem explicação” (O municipalismo é a forma..., 1948).

O municipalista Lúcio Mendonça, por sua vez, solicitava ao governo maior atenção às pequenas cidades para fortalecimento do organismo pátrio, e que fossem autorizadas “verbas de milhões de cruzeiros em favor da lavoura, da agricultura, da pecuária, em benefício do homem do interior” (Assistência direta..., 1953).

Detentor de uma perspectiva mais urbanista (e embebida por princípios liberais), o jornalista e advogado Mário L. Erbolato afirmava ser vital que os municípios contribuíssem para “valorizar a propriedade particular. Quando uma rua é alargada, ou pavimentada, embora o contribuinte sofra o ônus das taxas correspondentes ou pague a contribuição de melhoria, aquilo que é seu, e que foi diretamente atingido pela obra realizada, se valoriza”. O proprietário de prédios e terrenos às margens de zonas de melhoria (pavimentação, rede de esgotos) “vê o seu imóvel aumentar de preço, porque o serviço que o Município levou a cabo veio beneficia-lo individualmente, e, ainda, atingirá esse mesmo serviço, a toda a coletividade” (ERBOLATO, 1958).

Também vinculado a uma perspectiva urbanista, Yves de Oliveira alegava que a doutrina municipalista marchava acompanhando “tanto o desenvolvimento técnico e industrial do mundo atual, quanto também o clima de desigualdades e de injustiças entre os homens e entre as comunidades ou agrupamentos sociais”. Competiria aos homens lutar contra os paradoxos sociais e “conciliar os elementos espirituais com os meios materiais, fruto da técnica e do industrialismo modernos” (OLIVEIRA, 1963a). Oliveira, em sentido que se pretendia

simultaneamente científico e utópico, esperava ver assentadas as bases de compreensão do municipalismo como trampolim para um ideal “supermunicipalismo”, a partir do qual as populações poderiam gozar os verdadeiros sentidos do progresso:

Dar-se a cada homem e a cada comunidade um mínimo de condições de civilização moderna é o objetivo fundamental da doutrina municipalista; proporcionar a cada indivíduo e a cada comunidade o máximo de condições de civilização moderna, configura-se o que nós chamamos de supermunicipalismo.

Teria alguém definido o que [é] supermunicipalismo e firmado o seu conceito em termos científicos? Ou estamos criando ou definindo algo que não passaria de uma tentativa frustrada, desde os primeiros instantes? Ou será que a nossa convicção científica poderá algum dia realmente representar uma conceituação exata dessa expressão no mundo da ciência?

[...] Como poderíamos situar o Homem e tais Comunidades que chegassem ao grau mais alto e mais progressista da convivência social? Um índice de civilização que permitisse, por exemplo, a utilização, pelo Homem, de consumo de energia elétrica por habitante de 1.000 kwts? Nesse último caso, o Homem talvez tenha alcançado o grau máximo da civilização moderna, usando os fatores de progresso e desenvolvimento material, intelectual e moral

em condições as mais perfeitas e adequadas. Encontramos aí o fundamento do conceito de Supermunicipalismo.

A civilização supermunicipalista será a civilização da era atômica! Será a civilização na qual o Homem e as Comunidades se elevarão ao grau máximo de perfeição humana no progresso técnico, no desenvolvimento industrial, na estética, na ética e na adequação moral. Será que a inteligência do Homem permitirá uma era de igualdade consciente, de igualdade nascida da espontaneidade, de igualdade sonhadora, a mais bela e risonha imaginada pelo amor ao próximo como a si mesmo? [...]

Se a humanidade não puder chegar a essa etapa superior de civilização, pelo menos sonhamos, num dia de lucidez, de esperanças e de idealismo, com esse sublime desiderato (OLIVEIRA, 1963b).

Quanto a Machado Sant'Anna, encontrava-se em uma zona de intersecção entre as duas vertentes. Oscilava entre a defesa da lavoura como atividade primordial dos municípios (esperava ver Ribeirão Preto recuperar a primazia das atividades cafeeiras, ou, em suas palavras, do “general café”, do “ouro verde”, da “mola mestra que realiza milagres”) e pela diversificação de atividades que trouxessem novas fontes de rendimentos (defendia ser o turismo o mais eficaz empreendimento para alavancar as receitas do interior, por seu custo-benefício).

A partir de uma perspectiva mais agrarista – nostálgica e de contornos, até certo ponto, fisiocráticos – Machado Sant'Anna

sentenciou a importância da agricultura, por meio de uma coluna intitulada “Ou voltamos à cafeicultura ou estaremos arruinados”:

[...] Poderá o comércio viver sem que a lavoura lhe forneça gêneros? Poderá a indústria subsistir sem que a agricultura lhe entregue os produtos que transformará em tecidos, em fibras, em todos outros industrializados do campo? [...] Com efeito, São Paulo tendo mais de 50.000 homens da terra, que se dedicam a produzir intensivamente, não manda seus representantes diretos para a Câmara Federal ou para o Senado. São dirigidos por banqueiros, por industriais ou por políticos profissionais, completamente alheados aos problemas do fomento agrícola, que jamais procuram estudar as condições do homem do campo, preocupados com os seus próprios interesses, com as suas indústrias, seus bancos, seus grupos poderosos que dominam a política, o comércio e dispõem, a bel prazer, do direito de fazer leis que lhes agradem, mesmo com o sacrifício dos que lutam heroicamente no interior para sustentar a maquinaria poderosa do asfalto. A vez do interior, porém, há de chegar. Aos poucos, o fazendeiro, o sitiante e o rurícola irão compreendendo que deles dependerá, apenas deles, a tarefa do reerguimento econômico-financeiro da nação.

[...] O café é o grão de ouro verde, garantindo a exportação e estabelecendo o tão desejado

equilíbrio e reserva de divisas. Malsinado, perseguido, hostilizado e ridicularizado, o café é, no entanto, o fator poderoso que faz rolar as máquinas da indústria e que promove essa circulação de sangue generoso na vida comercial. Sem café o Brasil será um país arruinado (SANT'ANNA, 1957).

Sant'Anna aproximava-se da ideia, presente em outros textos municipalistas, de rivalidade entre o interior e as capitais, permeada por um paradoxo no qual a verdadeira riqueza encontrar-se-ia nas comunas interioranas, heroicas e dedicadas ao seminal e sacrificante trabalho com a terra, sustentáculo de todas as outras atividades, embora submissas ao controle e aos desígnios de distintos setores (banqueiros, industriais, políticos).

No entanto, as abordagens liberais de Sant'Anna, embebidas por um discurso pró-lavoura de tendências conservadoras, presumiam que o “reerguimento” do interior seria meramente “econômico-financeiro” – ocultando-se a dimensão “política” dos empreendimentos municipalistas –, enquanto o fortalecimento dos empreendimentos cafeeiros resultaria no progresso da “nação”, compreendida em sentido lato – e não como um projeto classista voltado aos interesses das classes fundiárias.

Para Sant'Anna, o campo seria composto por um estrato homogêneo e harmônico (fazendeiros, sitiantes e rurícolas eram colocados sob os mesmos parâmetros de consciência), e o café, vilipendiado por forças internas e externas, ainda teria forças para reencontrar sua redenção na economia nacional, posto que “quando o arroz, os transportes, a usina de açúcar e outros negócios já não atraem o homem para a terra, ainda e sempre, o café, a prodigiosa ‘*coffea arábica fulchrum*’, é que se constitui a

força atrativa, que mantem o homem junto ao solo” (I Festa..., 1960).

Ainda em conformidade com os municipalistas agraristas, Machado Sant’Anna atestava o artificialismo da vida nas cidades e grandes centros, e indagava: “por acaso os homens que se dizem responsáveis pelas coisas do país ignoram que a vida da cidade é fictícia e que só pode subsistir com o trabalho agrícola?”. Embasado por uma perspectiva imobilista, Sant’Anna alegava que a cidade, com sua notável afluência, ruas calçadas, diversões, boa moradia, escolas e “todas as comodidades que a civilização traz ao homem é um terrível imã atraindo o homem do campo, sendo o responsável direto pelo êxodo que se verifica com gerais transtornos para a produção intensiva” (SANT’ANNA, 1958c).

Todavia, Machado Sant’Anna, caminhando pelas intersecções inerentes ao movimento municipalista, também soube articular projetos de cunho urbanista, majoritariamente voltados para o turismo. Expunha que “um turista bem-humorado, bem tratado e que saia satisfeito do local onde passou alguns dias, é um propagandista eficiente, espécie de dinheiro que se põe a juros e que vai render muito lá fora” (SANT’ANNA, 1958). Contra os que não entendessem (ou apoiassem) os vínculos entre municipalismo e turismo, Sant’Anna alegava não ser o turismo “propriamente dito, função de passeio, de gozar a vida, de viver em cabarés, boates e banquetes. Não. À função social tem que se juntar a comercial e cultural” (SANT’ANNA, 1960), e para que os empreendimentos turísticos lograssem êxito e se desenvolvessem como preciosas fontes de divisas, seria necessário criar “uma mentalidade urbano-turística, de perfeito entendimento e acordo, para que o lucro de alguns não incida sobre o prejuízo de muitos, em detrimento da causa” (SANT’ANNA, 1965a).

Afastando-se da vertente agrarista de municipalismo, informava possuir o turismo uma função de alta valia, elucidada pelo seguinte exemplo: “Ribeirão Preto reclama por indústrias. Dizem todos que precisamos industrializar a cidade, atraindo capitais, fazendo convergir para cá, os capitães que chefiam grupos poderosos”. Para que a campanha de desenvolvimento industrial pudesse ser iniciada, por meio da atração de capitais exógenos, reclamava a existência de três fatores essenciais: “1) Transportes, 2) Hospedagem e 3) Diversões” (SANT’ANNA, 1960a).

O turismo, que seria, conforme Sant’Anna, responsável por substancial parcela das receitas dos países desenvolvidos, deveria ser implementado no Brasil como medida para potencializar os ganhos dos municípios interioranos. As atividades turísticas não seriam viáveis “apenas com o Rio, São Paulo, Santos ou praias. No interior do país, em vários Estados, há regiões adoráveis, únicas em todo mundo, desconhecidas da maioria dos próprios brasileiros, mas oferecendo paisagens e aspectos incomuns para alegria dos olhos e para o corpo” (SANT’ANNA, 1963).

As inclinações de Machado Sant’Anna pelo turismo provinham de variadas fontes. Ao lado dos incipientes respaldos estatal e empresarial (regulação sobre os negócios de turismo pelo Departamento Nacional de Imigração, após 1951; fundação da ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens), em 1953; e instituição da COMBRATUR (Comissão Brasileira de Turismo), em 1958, um órgão de consulta e execução em matéria de turismo, dotado de “composição colegiada, com participação empresarial, em início minoritária e, depois, majoritária, com atribuições amplas de coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno” (FERRAZ apud AGUIAR, 2010, p. 4), figuravam, também, os interesses pessoais do próprio

Machado Sant'Anna: sua família era proprietária de uma agência de turismo, sob o comando de seu filho mais velho, Antônio Carlos Sant'Anna. A "ACS Turismo" realizou, ao longo das décadas de 1950 e início dos anos 1960, diversas "caravanas" para os Estados Unidos, Canadá e México, além de excursões internas para regiões como Foz do Iguaçu, Brasília, etc., nas quais eram ofertadas aos turistas hospedagens de primeira classe (com ar condicionado, televisão, rádio e telefone nos quartos) e condições de financiamento em até 20 meses (Nova Viagem..., 1959). Até o final do ano de 1960, por exemplo, a empresa já havia realizado cinco excursões aos Estados Unidos, cujas comitivas eram compostas, majoritariamente, por "figuras gradas" da cidade de Ribeirão Preto (empresários, médicos, políticos, etc.).

Todos e quaisquer benefícios político-econômicos concedidos aos negócios de turismo eram apresentados "imparcialmente" por Machado Sant'Anna como mecanismos irrestritos a favor do progresso citadino e, conseqüentemente, de sua população como um todo ("lucro de muitos"). Por trás das formas apresentadas, tais benefícios atendiam, em realidade, aos interesses privados de segmentos específicos da classe dominante local ("lucro de poucos") e eram, portanto, extremamente festejados por Machado Sant'Anna.

Conforme as exposições e análises até aqui elaboradas, compreendemos que os princípios municipalistas defendidos pelos jornais de Machado Sant'Anna (e, por vezes, também pela *Revista Brasileira dos Municípios*) manifestaram-se diversificada e assiduamente, amparados por uma estratégia que viabilizava a elaboração de dois cenários contrastantes: de um lado, as metrópoles brasileiras, consideradas "bombas de sucção" (tanto de recursos quanto de preocupações dos governos constituídos), "vampirescas", "privilegiadas" e "alucinadas", habitadas por

indiferentes “homens do asfalto” e “sanguessugas” que viviam o “fausto de uma vida artificial”; de outro, as “mendicantes” comunas interioranas, as quais, embora impactadas pela “penúria”, “opressão” e “abandono moral”, ainda constituiriam os redutos do “trabalho”, “progresso”, “unidade” e “sentimentos de brasilidade” responsáveis pelo “sustento do país”. Diante das “injustiças” enumeradas, apresentavam-se ao público os “providenciais” municipalistas, autoproclamados os mais capacitados e habilitados para “corrigir” os contrastes entre as “fáusticas” metrópoles e as desabastecidas urbes interioranas.

Apesar de Matsumoto, Franchini e Mauad apontarem que o municipalismo existente entre as décadas de 1940 a 1960 era, essencialmente, agrarista e não-autonomista (MATSUMOTO et al, 2012, p. 71), compreendemos que, ao menos no âmbito retórico e na formulação de projetos, o municipalismo apresentou gradações significativas, que não o enquadravam em uma configuração estanque.

Conquanto fosse majoritariamente agrarista, também estimulou projetos que atendiam aos interesses urbanísticos, da indústria em expansão, do capital financeiro e de atividades econômicas complementares (tais como o turismo), combinados, por diversas ocasiões, em moldes sincréticos. Já a retórica autonomista, essencialmente voltada à discussão da matriz tributária brasileira, também se fazia presente nas publicações promovidas pelos aparelhos privados de hegemonia a serviço dos municipalistas, nos congressos e nos projetos encaminhados ao Estado restrito, por meio dos quais jornalistas, juristas, empresários, agricultores e parlamentares manifestavam seus anseios pela reformulação das prerrogativas constitucionais, tendo em vista maior retenção de recursos pelas comunas em geral. Seria essa uma espécie de autonomia “possível”, dadas as

condições históricas e objetivas da atuação político-econômica municipalista, norteadas por prerrogativas de manutenção do *status quo*.

CAPÍTULO 5

“UMA MARCHA SEM CHEFIAS OU MESSIAS”: CONGRESSOS NACIONAIS E PAULISTAS DE MUNICÍPIOS E PROJETOS MUNICIPALISTAS

A partir de agora, extrapolaremos os princípios doutrinários do municipalismo e analisaremos algumas das principais mobilizações práticas levadas a cabo pelos municipalistas e por suas associações.

Para que tenhamos, ao menos, uma visão panorâmica acerca dos certames municipalistas, analisaremos não apenas as ações organizadas por seus intelectuais e implementadas por seus aparelhos privados de hegemonia, mas também os temários (tópicos previamente estipulados para a formulação de teses), as conclusões (sugestões e recomendações que eram, geralmente, encaminhadas à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado, aos governos estaduais e às demais autarquias, após a realização dos congressos) e as participações (composição de mesas responsáveis pela direção dos trabalhos congressuais, bem como autoridades convidadas para os encontros) existentes nos congressos municipalistas patrocinados pela ABM (Associação Brasileira de Municípios) e pela APM (Associação Paulista de Municípios).⁵⁸

⁵⁸ É preciso apontar que algumas expressões do municipalismo (ABM, APM, Congressos, etc.) continuaram existindo após o golpe civil-militar de 1964, embora suas influências tenham sido drasticamente reduzidas por uma exitosa “política de cooptação por parte das autoridades federais [...]. O movimento só se recuperaria progressivamente no começo da década de 1980, mas com protagonistas, objetivos e dinâmicas diferentes” (MATSUMOTO et al, 2012, p. 69).

A ABM realizou, entre 1950 e 1963, seis congressos nacionais de municipalidades: Petrópolis (abril de 1950), São Vicente (outubro de 1952), São Lourenço (maio de 1954), Rio de Janeiro (abril de 1957), Recife (dezembro de 1959) e Curitiba (março de 1963). Por sua vez, a APM realizou, entre 1948 e 1966, onze congressos regionais de municipalidades: Campinas (setembro de 1948), Ribeirão Preto (junho de 1949), Catanduva (fevereiro de 1951), Santo André (julho de 1953), Botucatu (julho de 1956), Franca (outubro de 1957), Campos do Jordão (maio de 1959), Serra Negra (abril de 1961), Águas de Lindóia (agosto de 1964), Santos (maio de 1965) e Campos do Jordão (agosto de 1966).

A partir dos temários, conclusões e recomendações formulados nos Congressos Nacionais e Paulistas de Municípios, escrutinaremos alguns dos principais tópicos defendidos pelos municipalistas, como as solicitações por reformas constitucionais, os embates acerca da “Operação Município”, as argumentações a favor da criação de bancos municipais e as perspectivas de (contra)reforma agrária.

5.1 - SOB UMA “AURA DE MAGNÍFICO FULGOR”: OS CONGRESSOS NACIONAIS E PAULISTAS DE MUNICÍPIOS

O primeiro Congresso Nacional Municipalista, realizado em Petrópolis no mês de abril de 1950, contou com intensa participação de deputados, prefeitos, vereadores, assessores e técnicos, bem como do presidente Eurico Gaspar Dutra. No certame, houve a elaboração de uma “Carta de Declaração de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais”, na qual os municipalistas chancelavam suas aspirações de autonomia por meio de alguns tópicos basais, como a elaboração de leis

orgânicas específicas, eleições diretas para escolha de prefeitos e vereadores, maior controle financeiro e administrativo para efetivação dos serviços locais, etc. Os municipalistas ressaltaram, também, a importância do estabelecimento de cooperações interadministrativas, indicaram sugestões a respeito da “fixação do homem à terra”, e a necessidade de elaboração de um “Código Tributário Nacional em que se fixem as normas gerais a serem observadas e complementadas, como medida indispensável a consolidação das reivindicações municipais” (I Congresso..., 1950, p. 266).

O segundo Congresso Nacional Municipalista, realizado em São Vicente em outubro de 1952, também recebeu expressivo número de participantes, contando, inclusive, com a presença do presidente Getúlio Vargas. No encontro, houve a reformulação da Carta Municipalista e a alteração de alguns estatutos da ABM: ao invés de “órgão oficial das Municipalidades de todo o país”, tornar-se-ia uma espécie de “Conselho Nacional, ficando assim incumbida de orientar, nas suas linhas mestras, a política municipalista e traçar as diretrizes gerais dos planos de assistência às municipalidades de todo o país” (O II Congresso..., 1952, p. 545). Os encargos executivos seriam, pois, confiados ao IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), recentemente criado.

No terceiro Congresso Nacional Municipalista, realizado em São Lourenço no mês de maio de 1954, houve a eleição de novas autoridades da ABM: com a saída de Rafael Xavier (mantido como presidente de honra), assumiu a presidência da associação Osório Nunes, acompanhado por Francisco Machado Vila, João de Paula Teixeira Filho, Oséias Martins, Antônio Lomanto Júnior, Josino Rocha Loures (vices-presidentes), Araújo Cavalcanti, Yves de Oliveira e Moreira Camargo (secretários). Além disso, foi

elaborada uma nova “Carta dos Municípios”, norteadas por certos princípios (respeito às leis, cooperação interadministrativa), direitos (autonomia política e financeira para aplicação de recursos), reivindicações (solicitações para mudanças constitucionais e reavaliações tributárias) e recomendações (elaboração de planos nacionais de atendimento aos municípios). O presidente Getúlio Vargas participou, novamente, do encontro. Destaquemos que, durante a realização do congresso, os municipalistas demonstraram seu apoio à candidatura presidencial do General Juarez Távora, então diretor da ESG (Escola Superior de Guerra), futuro candidato pela UDN e histórico golpista:

S. LOURENÇO, 17 (sucursal) – Ao dar entrada no recinto onde se realiza o terceiro Congresso Nacional dos Municípios para pronunciar sua anunciada conferência sobre assuntos municipalistas, o general Juarez Távora, comandante da Escola Superior de Guerra, foi viva e calorosamente aclamado como “o candidato municipalista ao Catete”. Estavam presentes milhares de prefeitos e vereadores de todos os municípios do país. Após a conferência, a representação paranaense lançou um manifesto lançando a candidatura de Juarez Távora à presidência da República, dizendo depois de frizar o “instante sombrio e melancólico porque passa o país; e neste clima de impatriotismo onde imperam os negócios ilícitos, miasmas de decomposição com os seus impulsos de paixão desordenada, vai se

tornando comum a norma daqueles que se servem da pátria quando a ela deveriam servir. Contra a decomposição letal urge uma reação salvadora com a segura garantia para o benefício do povo. E a segurança e a garantia dessa salvação estão em elegermos para presidente da República Juarez Távora, o grande idealista das memoráveis campanhas de 22 e 24, um caráter íntegro e imbuído do maior patriotismo; e penhor seguro para a ordem e moralidade de nossos costumes. Será o governo sem mácula e sem pecado. E é por isso que o Brasil precisa de Juarez Távora” (Congresso dos Municípios..., 1954).

No quarto Congresso Nacional Municipalista, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1957, foi eleita a nova diretoria da ABM, composta por Celso Azevedo (presidente), Yves de Oliveira (vice-presidente), Alfredo Hoffmeister, Dionísio Kloster Sampaio (secretários), entre outros. Novamente, os municipalistas contaram com a presença do presidente da República (Juscelino Kubitschek) e solicitaram discriminações de rendas mais favoráveis às comunas. Houve, pela primeira vez, explanações a respeito da “Operação Município”, um ambicioso plano de empreendimentos, obras e serviços municipais, “a ser desenvolvido com auxílio financeiro e técnico da União e dos Estados que aderirem ao Plano, segundo uma escala de prioridade estabelecida pelas Municipalidades e de acordo com as cláusulas firmadas nos convênios” (FREITAS, 1957, p. 13).

No quinto Congresso Nacional Municipalista, realizado em Recife no mês de dezembro de 1959, a “Operação Município”

continuou a ser debatida. Conquanto a reunião não tenha contado com a participação de JK, importantes sugestões foram levadas a conhecimento dos congressistas, como a tentativa de aproximação entre ABM e a germinal Operação Pan-Americana, elaborada por Kubitschek como instrumento para tecer alianças político-econômicas com o governo estadunidense. Foram discutidos, também, os problemas fundamentais dos municípios (discriminação e redistribuição de rendas, desenvolvimento planejado, reforma agrária e a reavaliação do próprio movimento municipalista). As eleições para a nova diretoria terminaram por compor o seguinte quadro: Antônio Lomanto Júnior (presidente), Almir Santos Pinto (vice-presidente), Alfredo Hoffmeister, Augusto Mário Vieira e Dionísio Kloster Sampaio (secretários).

Por fim, o sexto Congresso Nacional Municipalista, realizado em Curitiba em março de 1963, trouxe à baila, além dos temas anteriormente discutidos, a criação do SENAM (Serviço Nacional de Assistência aos Municípios).⁵⁹ Os primeiros contornos do SENAM apareceram em 11 de março de 1961, com o decreto 50.334, assinado pelo presidente Jânio Quadros, a partir do qual instituiu como atribuições do novo órgão: estabelecer contato administrativo entre as autoridades municipais e a Presidência da República, prestar às autoridades municipais assistência e informação relativas às suas comunas, auxiliar os municípios em questões de caráter econômico, jurídico, administrativo, etc. (BRASIL, 1961, p. 2345). O encontro também apresentou a eleição de um novo conselho diretor, composto por Osmar Cunha (presidente), Nei Coutinho (vice-presidente),

⁵⁹ O período de atuação do SENAM foi relativamente curto, tendo sido absorvido, em 1970, pelo SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), por sua vez criado em 1964.

Alfredo Hoffmeister, José Cupertino de Almeida e Francisco Brito de Lacerda (secretários).

O primeiro Congresso Paulista Municipalista, realizado em Campinas no mês de setembro de 1948, contou com a presença do governador Adhemar de Barros. No encontro, foram apresentadas comissões de estudo sobre o sistema tributário, organização e função dos municípios, serviços públicos, autonomia municipal, assistência e previdência social. O segundo Congresso Paulista Municipalista, realizado em Ribeirão Preto, discutiu temas semelhantes aos estabelecidos no primeiro encontro. As duas reuniões merecem atenção especial.

O Primeiro Congresso (batizado, a princípio, como “Congresso de Câmaras Municipais de São Paulo”), realizado na cidade de Campinas em setembro de 1948, contou com a participação de 111 delegações municipais, coordenadas e orientadas por uma mesa diretora composta por Marrey Júnior (Presidente da Câmara Municipal de São Paulo), Arlindo Joaquim de Lemos Júnior (Presidente da Câmara Municipal de Campinas) e pelos vereadores Henrique Soler (Santos), Moura Lacerda (Ribeirão Preto), Nelson Omega (Campinas), Fioravante Zampol (Santo André), Monteiro da Silva (Araraquara) e Vitor Curvelo Júnior (Bauru) (Primeiro Congresso..., 1948, p. 404-410).

Segundo diretrizes previamente expostas pelo jornal *A Tarde*, os municipalistas pretendiam divulgar o certame como isento de “qualquer preocupação político-partidária, não sendo aceitas teses e manifestações de críticas e apologias personalizadas ou sectárias” (Congresso das Câmaras..., 1948); seria um encontro de “sentido eminentemente democrático” (Congresso de Municipalidades, 1948).

Representando Ribeirão Preto, compareceram ao certame os vereadores Domingos Centola (PSD), Rubem Aloísio Moreira

(PSP), Orestes Lopes de Camargo (UDN), Oscar de Moura Lacerda (PTB) e José Barros (PTN). Conforme informações recebidas por Machado Sant'Anna durante os preparativos para o congresso, embora as discussões a respeito das teses municipalistas apresentadas à comissão organizativa estivessem ocorrendo em ambiente relativamente cordial, uma situação curiosa mereceu destaque: Waldemar Bernardes da Fonseca, vereador de Jaboticabal, apresentou um trabalho sobre o aumento do imposto territorial rural, “contendo instruções do sr. Luiz Carlos Prestes ao Congresso Municipalista”.

Para Machado Sant'Anna, tal manifestação representava um disparate repleto de cinismo e perfídia, contra o qual bradava em sinal de alerta:

Está aí o que resulta a ida de certos representantes, de afogadinho, sem um estudo acurado sobre a sua personalidade e ideologias que professam. O comunismo teve base, com o advento do novo regime legal, após a queda do atabiliário ditador, que durante 15 anos, tantos males causou ao Brasil e que ainda deixou restolhos fermentados.

O credo vermelho foi alijado depois de ter feito a sua propaganda intensiva, elegeu seus deputados federais e estaduais, infiltrou-se na massa e somente quando compreenderam os democratas apressados que estavam perdendo terreno é que deliberaram agir. Foi cancelado o registro do partido no Tribunal Eleitoral, perseguidos, presos e processados os dirigentes comunistas. Adiantou? Duvidamos. E um dos

mais fortes motivos para essa descrença reside no fato ontem ocorrido em Campinas, em pleno Congresso de Municipalidades.

Tudo é possível, quando os mais ousados ou os mais cínicos chegam a alcançar que estamos em “terra de ninguém” onde não há respeito à lei, nem à família, nem à sociedade. Poderíamos chamar de caos, mas ainda não chegamos ao máximo. No caminho em que vai, não será difícil que nele sejamos envolvidos.

O caso de Campinas foi um alerta. Resta saber até quando seremos alertados e até quando permaneceremos indiferentes a situações dúbias, sem uma atitude decidida em prol da defesa das instituições (SANT’ANNA, 1948c).

Embora a participação de vereadores considerados comunistas tenha sido discreta no certame campineiro – tendo em vista que o delegado adjunto de Campinas, Arthur Guimarães Filho, enviou um telegrama ao delegado de Ordem Política, no qual informava que o congresso “está ocorrendo dentro da maior ordem possível” (POMAR, 2000, p. 198) – o “alerta” quanto à infiltração vermelha no movimento municipalista despertou a atenção do Departamento de Ordem Política e Social.

Meses antes da realização do II Congresso Municipalista Paulista, em Ribeirão Preto, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) procurou levantar informações sobre edis comunistas que agiam no estado e na região, muitos dos quais participaram do I Congresso Municipalista (como Waldemar Fonseca, Luiz Gonzaga da Silva e Osvaldo Alves) e pretendiam

participar da convenção vindoura, sob a denominação de “vereadores de Prestes”.

Em 5 de maio de 1949, o delegado especializado de Ordem Social, Eduardo Lousada Rocha, recebeu do delegado de polícia da cidade de Guará, Jorge Ramalho de Mello, cópia de um boletim que havia sido recentemente distribuído na região, subscrito por “vereadores de Prestes” e considerado um impresso “subversivo, comunista”.

A investigação realizada até então apontava para as atuações dos seguintes vereadores considerados comunistas: Antônio Vieira (de Franca, eleito pelo PSB, assinante do jornal *Hoje* e que mantinha negociações com a livraria Itatiaia), José Engracia Garcia (de Ribeirão Preto, eleito pelo PSD, considerado “velho militante, com larga atividade, principalmente na Campanha do Petróleo”), Aparecido Araújo (de Ribeirão Preto, também eleito pelo PSD, fez parte do Partido Popular Progressista), João Marçal Vieira (de Igarapava, eleito pelo PSD, considerado “militante dos mais perigosos, que possuía mesmo pombos correios dos quais se utilizava na transmissão de mensagens”, contribuinte da Livraria Itatiaia e do jornal *Hoje*), Carlos Nasser (de Igarapava, eleito pelo PTN, acusado de portar edições do jornal *Hoje* e contribuir, em junho de 1946, com “Cr\$100,00 para a compra de um caminhão para o mesmo jornal comunista”), Francisco Antônio Ferreira Ramos (de Pedregulho, engenheiro agrônomo e tido como “elemento notoriamente comunista”), João de Paula Carvalho (de Guará, telegrafista da estação local da Companhia Mogiana, candidato a vereador pela legenda UDN-PSP), Mendelson Olivar (de Morro Agudo, eleito pelo PSD e assinante do jornal *Hoje*), Josino Assef (de Morro Agudo, avaliado como “elemento comunista dessa cidade e assinante do *Hoje*”), Ragy Isaac (de Altinópolis, foi um dos

diretores do Comitê Democrático Popular Progressista na cidade), Sebastião Figueiredo Moura (de Altinópolis, tido como elemento comunista de evidência, que ocupava o cargo de secretário do Partido, eleito pelo PSP), Ignácio Pereira e José Urbano dos Santos (de Miguelópolis) (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 424-425).

Os “vereadores de Prestes” teriam distribuído na região de Guará, em março de 1949, um manifesto no qual conclamavam o povo a repudiar os “trustes internacionais de armamentos”, responsabilizados por fomentar novos conflitos mundiais, e incentivavam os trabalhadores da cidade e do campo a lutarem por melhores salários e pela garantia de direitos trabalhistas:

MANIFESTO: OPERÁRIOS, CAMPONESES,
POVO EM GERAL!

Diante da gravidade da situação, de perigo eminente de uma nova guerra, os Vereadores de Prestes, da Alta Mogiana, não poderiam ficar indiferentes e, como fiéis defensores dos interesses do povo, através deste manifesto alertam os operários, os camponeses e o povo em geral para que, acima de qualquer convicção política, religiosa, filosófica ou de classes, se unam nas fabricas, nas fazendas, nos distritos, nas vilas, nas usinas e em todas as cidades, lutem decididamente contra o monstruoso crime que se prepara contra a humanidade e não poupem esforços na luta pela Paz.

Neste momento grave para o nosso povo, quando o custo de vida aumenta dia a dia; quando os salários dos trabalhadores já não

correspondem às mais elementares necessidades da vida; quando os camponeses, trabalhando de sol a sol, não ganham o suficiente para se alimentarem, vestirem, calçarem e educarem suas famílias, vivendo abandonados á própria sorte e miseravelmente explorados; quando os impostos aumentam espantosamente, agravando ainda mais a situação das grandes massas trabalhadoras; quando enfim, marchamos para uma crise sem precedentes que virá lançar o nosso povo na mais negra miséria, fome e desemprego, os fabricantes de armas destruidoras querem lançar a humanidade em uma nova guerra, para arrastar o nosso povo na fogueira que se prepara, e fazer de nossa gente carne para canhão. Os monopólios e trustes internacionais de armamentos querem dominar o mundo e escravizar os povos com o sacrifício da juventude, levando o luto, lágrimas e sofrimentos a todos os lares, levando a viuvez, a orfandade, a prostituição e a miséria a todos os recantos do mundo.

O povo brasileiro, como os povos do mundo inteiro, não quer a guerra. Embora o perigo de guerra seja eminente, a guerra pode e deve ser evitada. Somente querem a guerra os monopólios, os trustes colonizadores e os fabricantes de armamentos, monstruosos exploradores do povo. A guerra significa mais fome, mais opressão, a morte, a destruição,

assim como a implantação, em nossa Pátria, de um odioso regime de ditadura terrorista; significa a entrega imediata de nossas riquezas minerais, notadamente o petróleo, o manganês e o ferro aos fautores de guerra; significa a perda completa de nossa independência econômica e política; significa a imediata aprovação das famigeradas “Lei de Imprensa” e “Lei de Segurança do Estado”, que visam liquidar com todas as liberdades democráticas, com todos os direitos dos trabalhadores e o desencadeamento da mais brutal reação contra o povo e a classe operaria e camponesa; significa, enfim, o sacrifício de nossos filhos e de nossa juventude, para satisfação dos apetites dos criminosos fautores de guerra.

CAMPONESES, OPERÁRIOS, INTELLECTUAIS, JOVENS DE NOSSA TERRA! AVOS, PAIS, MÃES, NOIVAS E MULHERES!

Não permitamos esse monstruoso crime contra a humanidade e lutemos pela Paz e contra a guerra. Lutemos nas fazendas por melhores contratos, melhores ordenados, pelo pagamento das férias, domingos e dias santificados e por um pedaço de terra; lutemos nas fabricas e usinas por aumento geral dos salários e contra o imposto sindical; lutemos contra os impostos absurdos, contra a carestia da vida; lutemos, enfim, pelas nossas mais sagradas reivindicações. Lutemos contra a guerra. Lutemos em defesa da Paz. Lutar pela Paz e

contra a guerra é o dever supremo de todo o cidadão.

Antônio Vieira, Vereador de Prestes em Franca
José Engracia Garcia >>> Ribeirão Preto
Apparecido Araujo >>> Ribeirão Preto
João Marçal Vieira >>> Igarapava
Carlos Nasser >>> Igarapava
Francisco Antônio Ferreira Ramos >>>
Pedregulho
João de Paula Carvalho >>> Guará
Mendelson Olivar >>> Morro Agudo
Jovino Assef >>> Morro Agudo
Ragy Isaac >>> Altinópolis
Sebastião de Figueiredo Moura >>> Altinópolis
Ignácio Pereira >>> Miguelópolis
José Urbano dos Santos >>> Miguelópolis
Março / 1949 (Secretaria da Segurança Pública
– Pasta 1, 1949, p. 421).

Pouco tempo depois, em 23 de maio de 1949, uma nova comunicação foi realizada entre as delegacias policiais do interior e a Delegacia de Ordem Social, atualizando as investigações a respeito de possíveis atividades comunistas vinculadas aos “vereadores de Prestes” nas cidades de Guará, Ituverava, Igarapava e Miguelópolis. Conforme a documentação, um investigador “destacado em Ribeirão Preto, em data de 14 do corrente, encaminhou ao sr. Delegado Regional de Polícia daquela cidade o relatório que abaixo transcrevemos e que nos foi remetido com o ofício 623/49, de 18” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 433-440).

O relatório informava que as atividades comunistas na cidade de Guará eram orientadas pelo vereador João de Paula Carvalho, cuja atuação se daria, majoritariamente, na lavoura, “onde a ordem é não trabalhar e sabotar a produção”. Destacava-se a facilidade de atuação do edil, por ser telegrafista e escriturário da Estação da Companhia Mogiana, “sendo, portanto, perigoso agitador, pois com facilidade controla toda aquela zona rural, recebendo e transmitindo ordens diretas de São Paulo pelo telégrafo”. Na cidade de Miguelópolis, a investigação destacava as atuações dos vereadores Ignácio Pereira (vulgo “Inacinho”) e José Urbano dos Santos, direcionados à lavoura e que tudo faziam “para provocar desentendimentos entre camponeses e fazendeiros, para que a lavoura não produza”. José Engracia Garcia, vereador por Ribeirão Preto, era apontado como elemento que havia tomado parte em diversas reuniões nos domicílios dos vereadores comunistas da região.

O relatório também tecia comentários a respeito da distribuição de manifestos, nos quais os signatários se qualificavam como “vereadores de Prestes”. Tal iniciativa teria causado “grande surpresa em toda a região, visto que os comunistas não tiveram receio de se manifestar em praça pública como adeptos de Prestes”, o que garantiu, conforme o investigador Álvaro Marques de Souza, a aprovação da hierarquia comunista, que teria manifestado que os edis prestatistas “tiveram coragem de distribuir o manifesto assinado e nosso Governo não tomou qualquer providência, parecendo que tem medo dos comunistas”.

A conclusão da investigação apontava que, apesar dos esforços dos “vereadores de Prestes” para “provocar a desordem entre os camponeses e os patrões e mesmo tendo os mesmos conseguido em cada fazenda e colônia infiltrado os seus

soviéticos”, as possibilidades de haver levantes eram escassas, pois “os fazendeiros têm os seus colonos de confiança que lhes transmitem qualquer novidade” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 433-440). Todavia, as atenções das forças repressivas estavam direcionadas, naquele momento, para a realização do II Congresso Municipalista Paulista (ainda batizado como “Congresso de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo”) e as possíveis “sabotagens” comunistas contra a reunião.

O Congresso foi um evento “semi-oficial, ou paraoficial, pois a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que o organizou, recebeu verba de 50 mil cruzeiros da Assembleia Legislativa, a título de auxílio para as despesas” (POMAR, 2000, p. 169). O jornal *A Tarde* louvou tal medida, que dispensaria qualquer justificativa “por se tratar de certame no qual altos interesses da coletividade serão debatidos não podendo, assim, o Estado ficar indiferente à sua realização. Daí nosso inteiro apoio ao auxílio objetivado” (II Congresso..., 1949).

O encontro, realizado na cidade de Ribeirão Preto entre 12 e 16 de junho de 1949, contou com a presença de 78 delegações e 128 representações municipais, cujos estudos permearam as temáticas de serviços públicos, significação/função dos municípios, assistência social municipal e sistemas tributários (II Congresso de Câmaras..., 1949, p. 664). O jornal *A Tarde* divulgou suas impressões sobre a abertura do evento, que contou com as presenças de Luiz Augusto Gomes e Cunha Bueno (deputados federais), Mário Barbosa (representante do Ministro da Fazenda), José de Magalhães (prefeito municipal), Jaime Monteiro de Barros (presidente da Câmara Municipal), Renato Soares e Nelson Omegna, além das falas do vereador Oscar de Moura Lacerda e do diretor do *Diário de São Paulo*, João Scantimburgo (II Congresso..., 1949).

Segundo o relatório do Departamento de Ordem Política e Social (Investigação nº 448), dirigiram-se para Ribeirão Preto, em 9 de junho, cinco investigadores (sendo três pertencentes à Delegacia de Ordem Política e os outros dois, José Antônio Leitão e Guaraci Cerri, pertencentes à Delegacia de Ordem Social), destacados para cobrir a reunião municipalista, competindo aos mesmos “observação, vigilância e investigação em torno de atividades que o Partido Comunista havia programado para serem desenvolvidas durante o Congresso”. De acordo com o DOPS, o evento apresentava-se como oportunidade para os “vereadores de Prestes”, “tal como já haviam feito em Campinas, por ocasião do I Congresso”, tentarem articular um “plano de envolvimento dos congressistas, de tal forma que pudessem levar a plenário os temas de agitação comunista que se traduziriam por diversas moções e teses”; caso não conseguissem implementar tal plano, “poriam em execução uma variante, que consistiria em obstruir os trabalhos, tanto no plenário como nas comissões, e criar um ambiente de tumulto” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 442-443). O DOPS também acusava os “vereadores de Prestes” de prepararem um “ambiente de agitação” na cidade, articulando-se com estudantes, operários e camponeses.

No prosseguimento das investigações, foram colocados sob vigilância os vereadores Reinado Machado (de Marília, eleito pela UDN), Sérgio Francisco Barguil (de Pompéia, eleito pelo PSP), José Maria do Nascimento (de Lins, eleito pelo PTB), Valentina Loyola (de Getulina, eleita pelo PTB), José Engracia Garcia (de Ribeirão Preto, eleito pelo PSD), Paulo Sampaio (de Amparo, eleito pelo PSB), Luiz Gonzaga da Silva (de Cubatão, eleito pelo PTB), Waldemar Bernardes da Fonseca (de Jaboticabal, eleito pelo PSP), Mário Longo (de Votuporanga, eleito pela UDN), Antônio

Vieira (considerado “ativíssimo agitador dos camponeses de Franca”, eleito pelo PSB), Aparecido Araujo (de Ribeirão Preto, eleito pelo PSD), além do estudante ribeirão-pretano José Antônio Neves.

Entre 10 e 11 de junho, ao se apresentarem para o Delegado Regional, Bolívar Barbanti, os agentes receberam ordens para não apenas acompanharem as atividades dos “vereadores de Prestes”, mas também buscarem a identificação da fonte de distribuição de “boletins subversivos” que vinham sendo espalhados na cidade, endereçados aos estudantes, camponeses, operários das indústrias Matarazzo e ferroviários da Companhia Mogiana. As operações foram conduzidas por Barbanti até 15 de junho, quando chegou de São Paulo o delegado da Ordem Social, Louzada da Rocha. O procedimento adotado pelas forças policiais era, em suma, “bloquear e criminalizar as atividades de agitação do PCB, que procurava convocar trabalhadores e populares para comparecerem ao II Congresso” (POMAR, 2000, p. 185-186).

Ainda de acordo com as investigações conduzidas pelo DOPS, embora todos os “vereadores de Prestes” pretendessem comparecer ao evento municipalista, o plenário, em face do Regimento Interno, permitiu apenas as participações de alguns edis credenciados, como José Engracia Garcia, Aparecido Araujo, Manoel Assunção Ribeiro, Luiz Gonzaga da Silva, Mário Longo e Antônio Vieira. Quanto aos outros vereadores:

O Dr. Reinaldo Machado, Valentina Loyola e os demais não credenciados, vieram com uma certidão de que estavam no exercício do mandato, com isso pretendendo estar credenciados, mas foram repelidos. Waldemar Bernardes da Fonseca pretendeu tomar parte

nos debates e foi convidado a retirar-se do plenário. Sérgio Francisco Braguill embrulhou o sr. Antônio Ernesto Michelini, presidente da Câmara de Pompeia e também congressista, dele obtendo uma credencial que o “autorizava” a tomar parte nos trabalhos, como 1º secretário da Câmara de Pompeia, mas o plenário rejeitou tal documento como credencial. Ao ser convidado para se retirar do plenário e apenas figurar como assistente, o vereador Waldemar Bernardes da Fonseca entrou com um protesto junto à Comissão de Assuntos Gerais, encarregada da verificação de credenciais [...]. Mesmo assim, todos os vereadores de Prestes compareciam sistematicamente às sessões e frequentavam as comissões, com uma numerosa claqué de comunistas. Esclarecidos, porém, os membros do Congresso, todo o trabalho de envolvimento e demagogia que se pretendia lançar foi repellido (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 445-446).

O protesto do vereador Waldemar Fonseca foi encaminhado ao presidente da Comissão de Assuntos Gerais do congresso. O edil prestista considerava-se tolhido em seus direitos “de vereador credenciado para falar nesta comissão, por uma interpretação anti-democrática, facciosa da Mesa”. Alegava que a atitude da Mesa era decorrência da “impotência da classe dominante de ouvir a argumentação de um vereador do povo e da classe operária”. Fonseca alegava levantar problemas de real interesse para os operários e camponeses, mostrando o que

acusava ser a “decadência e a corrupção dos famosos ‘procuradores’ dos grandes fazendeiros e dos exploradores do povo. Mas os meus eleitores, operários e camponeses, receberão esse gesto da Mesa como uma política de classe, de patrões e de traidores do povo” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 451).

Para os comunistas, o congresso municipalista era uma verdadeira “aliança de integralistas e latifundiários. Miguel Reale, então vereador de Campinas, integralista conhecido, teria comparecido ao encontro” (POMAR, 2000, p. 199). Para o jornal comunista *O Marmiteiro*, o encontro municipalista fora armado “por latifundiários que queriam defender seus próprios interesses” (POMAR, 2000, p. 199). Diante de tal composição, competiria aos “vereadores de Prestes” a adoção de uma postura combativa, a partir da qual fossem levantadas questões que fugissem das temáticas previamente escolhidas para o encontro.

O vereador e empresário ribeirão-pretano Oscar de Moura Lacerda, representante dos grupos patronais (e futuro “madeano”), em depoimento posteriormente prestado à polícia, afirmou que a atuação dos “vereadores de Prestes” prejudicava a boa ordem dos trabalhos congressuais, posto que os edis comunistas “procuravam sempre pôr em evidência e discussão os seguintes temas: ‘reforma agrária, ‘salário de fome’, ‘divisão de terras’, etc.”. Todavia, para Lacerda, as “atuações perturbadoras” dos referidos vereadores não alcançaram êxito porque a vigilância policial já estava sendo exercida no encontro, ao passo que “o movimento feito pelos chamados ‘vereadores de Prestes’ teve no Congresso uma repulsa geral, porquanto suas teses foram todas rejeitadas” (1ª VARA..., 1949-1950).

As teses e moções dos vereadores comunistas, consideradas “demagógicas” e “repulsivas” pelas forças coercitivas e pelos

municipalistas conservadores, diziam respeito à: nomeação de uma comissão de vereadores para visitar os ferroviários da Companhia Mogiana que continuavam presos e condenados pela Justiça após uma greve ocorrida em 1948, “porque reivindicavam, exercendo o direito de greve, melhores salários e melhores condições de vida”; exposição das condições de miséria e opressão sofridos pelos camponeses, propondo votação para “modificação dos contratos de trabalho agrícola, com novas tabelas e a supressão dos contratos de parceria”; envio de telegrama ao general Lázaro Cárdenas, presidente do I Congresso Latino-Americano de Defesa da Paz e da Cultura, hipotecando-lhe solidariedade; repulsa aos governos “de traição nacional, de Dutra e Adhemar, e seus lacaios imperialistas”; proposição para melhores condições de vida e “aumento de 100% de salários a todos os trabalhadores indistintamente”; leitura do “Manifesto ao Povo”, em nome dos “vereadores de Prestes”, entre outros (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 446-447).

O “Manifesto ao Povo” era um documento que se dirigia a todos os “democratas e patriotas, alertando-os para o grave momento por que passa o nosso país”. Tecia críticas à possibilidade de desencadeamento de uma nova guerra mundial, bem como o papel que seria desempenhado pelo Brasil diante do hipotético conflito, tendo em vista a política de “traição nacional que vem sendo realizada pelos governos Dutra e Adhemar, governantes que vendem o país ao explorador estrangeiro e que pretendem arrastar o nosso povo, como carne de canhão”, em uma guerra que atenderia aos interesses do imperialismo norte-americano. Os conluios entre Eurico Gaspar Dutra (considerado ditador de um governo antinacional e antipopular) e Harry Truman (tido como aventureiro bélico) também eram atacados

pelos vereadores, segundo os quais “nossas riquezas estão sendo entregues aos trustes e monopólios norte-americanos”.

Como consequências da dominação imperialista e dos regimes arcaicos existentes no campo, “cresce, dia a dia, a exploração dos trabalhadores das cidades e aumenta a miséria da nossa massa camponesa. Agrava-se, enfim, a situação econômica e financeira do país, que vai se afundando nos contornos de uma série crise” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 2, 1951, p. 3-7). Ainda de acordo com o manifesto:

Nas cidades a vida vai-se tornando cada vez mais insuportável com o encarecimento vertiginoso do custo de vida. Os salários são absolutamente insuficientes, aumenta o desemprego e os industriais, aliados à “justiça do trabalho”, anulam, na prática, os direitos e as conquistas da classe operária, lançando mão dos mais diversos recursos, como esse da exigência da “assiduidade”.

No campo, a exploração dos camponeses chega ao extremo. Nas usinas de açúcar, nas fazendas de café e nos latifúndios de arrendamento, a miséria dos trabalhadores é cada vez maior, enquanto crescem os lucros dos seus exploradores, protegidos pelo governo de Dutra e Ademar, que lançam sua polícia contra os camponeses que lutam contra a fome e a miséria, como aconteceu em Santo Anastácio, Marília, Votuporanga e outros lugares (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 2, 1951, p. 3-7).

Diante do cenário apontado, os edis prestistas conclamavam os trabalhadores e o povo em geral à luta pelo aumento dos salários e combate à carestia. Especialmente aos camponeses, recomendavam embates em prol do aumento de ordenados, pagamento de domingos e feriados, direito do trabalho de 8 horas, melhores preços para a colheita, direito de férias, entre outros. Encerrava-se o manifesto com críticas à Lei de Segurança Nacional e ao terror policial, brados a favor da legalidade do Partido Comunista, vivas a Prestes e clamores por um governo popular e democrático. Constavam as assinaturas dos vereadores Mário Longo, Valentina Loyola, Reinaldo Machado, Aparecido Araújo, Sérgio Barguil, Paulo Sampaio, Antonio Vieira, José Maria do Nascimento, Manoel Ribeiro, José Engracia Garcia, Waldemar Fonseca e João Marcos Vieira (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 2, 1951, p. 3-7).

Em 14 de junho, os investigadores, incógnitos e campanados, localizaram o escritório dos “vereadores de Prestes”, sediado no porão da residência do militante Antônio Neves (pai do estudante José Antônio Neves). Na casa, que também servia de hospedagem para os vereadores Antônio Vieira, Mário Longo e Valentina Loyola, teriam sido, posteriormente, encontradas “provas” que vinculavam o local a outros comunistas da cidade (Ângelo di Caetano, Arnaldo Sampaio, Natal Gracchia, José Damasceno Neto, Joaquim Marques dos Reis e Décio Grachhia), além de máquinas para datilografar e mimeógrafos.

Na mesma data, às 23h30min, foi efetuada a prisão em flagrante do militante comunista Natal Gracchia, operário da indústria alimentícia Innechi Ltda., acusado de “distribuir boletins subversivos” nas imediações da fábrica de tecidos

Matarazzo, “concitando os trabalhadores a exercer o ‘direito de greve’, ‘por aumento de salários e melhores condições de vida’. Em todos os boletins eram os trabalhadores convidados a comparecer no Congresso” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 444-445). Uma cópia do referido boletim foi anexada ao relatório elaborado pelo DOPS:

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS DO
“MATARAZZO”!

ALERTA: COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS,
A CORJA DE FASCISTAS ITALIANOS DESTA
FÁBRICA QUEREM LEVAREM-NOS À MAIS
NEGRA MISÉRIA, EM PROVEITO DO TUBARÃO
CHEFE MATARAZZO. [...] ABAIXO COM OS
FASCISTAS, NOSSOS CARRASCOS!

MAIS PÃO PARA NOSSOS FILHOS E MELHORES
CONDIÇÕES DE TRABALHO É O QUE DEVEMOS
PEDIR COM DECISÃO, PORQUE NÓS
TRABALHAMOS E O QUE GANHAMOS É FOME,
MISÉRIA, DOENÇAS E ATÉ A MORTE,
PORTANTO, NÃO ESQUEÇAM QUE A GREVE É
UM DIREITO DO TRABALHADOR DADO PELA
NOSSA CONSTITUIÇÃO. [...] COMPANHEIROS
E COMPANHEIRAS, DEVEMOS LUTAR CONTRA
A GUERRA, PEDINDO MAIS SALÁRIOS E
MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO,
PORQUE SÓ DESEJAM A GUERRA OS
FASCISTAS DO MATARAZZO, IMPORTADOS
PELO GOVERNO DO DUTRA, INIMIGO DO
TRABALHADOR, E PELOS VENDEDORES E

FABRICANTES DE ARMAMENTOS AMERICANOS, PORQUE O OPERÁRIO FICARÁ AINDA MAIS ESCRAVO DOS PATRÕES E SÃO OS OPERÁRIOS QUE IRÃO SERVIR DE CARNE PARA CANHÃO.

PORTANTO, COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS, DEVEMOS COMPARECER AO II CONGRESSO DE VEREADORES QUE ESTÁ HAVENDO EM RIBEIRÃO PRETO, QUE LÁ OS VERDADEIROS REPRESENTANTES DO POVO IRÃO DEBATER OS PROBLEMAS DE NOSSA VIDA.

ABAIXO A GUERRA!

ABAIXO O GOVERNO DO DUTRA, IMPORTADOR DE FASCISTAS PARA O BRASIL!

VIVA A PAZ!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!

VIVA O BRASIL!

VIVA A UNIÃO OPERÁRIA! (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 450).

Natal Gracchia foi conduzido à delegacia regional, onde Bolívar Barbanti determinou a detenção do estudante José Antônio Neves, considerado “responsável pelo escritório dos ‘vereadores de Prestes’”. Neves era um líder estudantil, colaborador de publicações clandestinas do PCB (*O Marmiteiro* e *A Batalha dos Trilhos*), além de ter o seu próprio impresso, *O Defensor*, editado com o auxílio de Luciano Lepera.

Na noite de 14 de junho, “Neves havia acompanhado os trabalhos do II Congresso, interessado no andamento de uma ‘tese’ de sua autoria, que conseguira inscrever no encontro,

certamente por intermédio de algum vereador” (POMAR, 2000, p. 186-187). Barbanti e os investigadores localizaram o estudante na Praça XV de Novembro, região central da cidade, acompanhado por um grupo no qual estavam alguns “vereadores de Prestes”. De acordo com o relatório, quando foi dada a ordem de prisão, o grupo protestou e pretendeu resistir, sendo preciso que Barbanti e os investigadores “tomassem atitude enérgica e de arma em punho tirassem o preso do grupo, para que os comunistas fossem contidos. Entre os mais exaltados, contavam-se o Dr. Reinaldo Machado, Waldemar Bernardes da Fonseca e Mário Longo” (Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1, 1949, p. 445).

Em depoimento posterior, José Antônio Neves confirmou a descrição feita pelos agentes do DOPS, recordando-se dos veementes protestos contra sua captura e de agressões sofridas no caminho para a delegacia. Para o ex-estudante, a operação havia sido influenciada por ambições pessoais do então delegado regional, o qual teria utilizado todo o aparato repressivo visando “‘promoções pessoais, promoções profissionais dessa gente’, por isso Barbanti ‘mobilizou toda a Polícia’. Recentemente nomeado delegado regional, ele seria um ‘adhemarista’ disposto a fazer carreira” (POMAR, 2000, p. 188).

Após efetuar a prisão, Bolívar Barbanti, informado de que os vereadores comunistas pretendiam se dirigir ao Congresso Municipalista para denunciar o ocorrido, também rumou para a sede do encontro, onde foi cordialmente recebido. Após explanar aos congressistas, Barbanti e Jaime Monteiro de Barros constituíram uma comissão composta por três vereadores (Edargê Badaró, Antônio Mastrocola e José B. Vizioli), designados para acompanhar as diligências policiais e o prosseguimento das investigações instauradas.

Em 15 de junho, o jornal *A Tarde* explanou sobre os acontecimentos em tons hiperbólicos, divulgando haver sido “frustrado um golpe comunista na cidade”, imputado à “ação deletéria de elementos extremistas com o intuito de perturbar os trabalhos do II Congresso das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo”. Em entrevista ao periódico, o delegado Bolívar Barbanti alegou que as operações em curso faziam parte de uma ação preventiva, pois “já sabíamos, por informações seguras, que vereadores comunistas, que se infiltraram em chapas democráticas, tinham vindo a Ribeirão Preto, com o plano preconcebido de perturbar a marcha dos trabalhos do Congresso Municipalista” (Frustrado..., 1949).

Machado Sant’Anna, por meio de seu pseudônimo “Pedro Brando”, também teceu comentários a respeito dos eventos em questão. Alegava que o Congresso Municipalista, por trazer valiosos contingentes a Ribeirão Preto, configurava-se como manifestação de notável efeito para impulsionar a propaganda da localidade. Todavia, considerava uma grande lástima haver, em tal ocasião, “elementos perturbadores, que queiram causar dissensões e provocar motins”, um verdadeiro “atentado à cidade, aos nossos foros de povo culto e civilizado. Mas o povo são, o povo em geral, não pactua com tais movimentos tendenciosos” (SANT’ANNA, 1949a).

O delegado Bolívar Barbanti elaborou seu inquérito, baseando-se em todas as documentações que estavam ao seu alcance – os panfletos distribuídos por Natal Grachhia, o “Manifesto ao Povo” (esquecido em um dos corredores da casa do juiz Cavalcanti Pinto, quando lá estiveram os vereadores prestistas solicitando um *habeas corpus* para o estudante Neves), os documentos encontrados no porão da casa de Neves e as teses apresentadas no congresso municipalista – “tudo, enfim, que o

delegado Louzada, em telegrama ao diretor do DOPS, chamou de ‘ótimo material apreendido’” (POMAR, 2000, p. 188-189).

Em 13 de julho de 1949, foram expedidos mandados de prisão preventiva pelo Juiz de Direito Substituto da 1ª Vara da comarca de Ribeirão Preto, Francis Selwyn Davies, atendendo à representação do delegado Bolívar Barbanti e ao parecer do 1º promotor público da comarca, Marcelo Ribeiro dos Santos, contra os “vereadores de Prestes” Salvador Trovato, José Engracia Garcia, Aparecido de Araújo, Antônio Vieira, Mário Longo, Dr. Reinaldo Machado, José Maria do Nascimento, Dr. Paulo Sampaio, Valentina Loyola, Luiz Gonzaga da Silva, Sérgio Francisco Barguil, Manoel de Assunção Ribeiro, Waldemar Bernardes da Fonseca, além do estudante José Antônio Neves e dos operários José Damasceno e Natal Gracchia, denunciados como incursos no art. 3º, nºs 10, 20, 22 e 25 do Decreto-Lei 431 de 1938 (incitar diretamente o ódio entre as classes sociais, ou instiga-las à luta pela violência; instigar desobediência coletiva no cumprimento da lei; induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho; injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem, por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa) e no art. 14, nº IV, do Decreto-Lei 9070 de 1946 (aliciar participantes para greve ou *lock-out*, sendo estranho ao grupo em dissídio), combinados com o artigo 25 do código penal (alusivo às penas de coautoria).

No processo movido contra os “vereadores de Prestes” e seus apoiadores, a promotoria ribeirão-pretana acusava os réus de realizarem

pressão desmoralizante sobre os demais congressistas na discussão e votação das teses e realizar “propaganda político-partidária

proibida”. Com tais finalidades, visavam incitar diretamente o ódio entre as classes sociais ou instiga-las à luta pela violência, divulgando entre os camponeses e as classes estudantis e operárias impressos com dizeres próprios a criar e estimular animosidade entre empregados e empregadores e contra a política internacional seguida pelo governo brasileiro. [...] Injuriavam os poderes públicos e seus agentes. Visavam, ainda, com propaganda oral e escrita, promover um movimento grevista entre operários de várias indústrias locais e nos campos procurando “induzir empregados à cessação ou suspensão do trabalho”, e, pregando nos meios operários e camponeses a inexistência de regulamentação legal ao direito de greve, consagrado na Constituição, instigavam a desobediência coletiva ao cumprimento da lei (1ª VARA..., 1949-1950).

Poucos dias após a expedição dos mandados, seis vereadores foram presos: Luiz Gonzaga (de Cubatão), Reinaldo Machado (de Marília), Sérgio Barguil (de Pompéia), Manoel Ribeiro (de São João da Boa Vista), José Maria do Nascimento (de Lins) e José Engracia Garcia (de Ribeirão Preto). Na prisão, encontraram-se com o operário ribeirão-pretano Natal Gracchia, aprisionado durante o segundo II Congresso Municipalista. Os outros indiciados conseguiram “manter-se a salvo da Polícia até que seus advogados obtivessem do juiz titular João Baptista de Freitas Sampaio a revogação da prisão preventiva, no dia 20 de outubro de 1949” (POMAR, 2000, p. 192).

Durante o período de encarceramento dos réus, uma expressiva quantidade de cartas, telegramas, abaixo-assinados e requerimentos foi enviada à 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto, majoritariamente favoráveis aos vereadores presos. Tal fenômeno, além de indicar uma relevante capacidade organizativa do PCB, também demonstrava a existência de expressiva “repulsa à ação da Polícia. Essa manifestação maciça de solidariedade social, que envolveu simpatizantes, eleitores, aliados políticos, amigos e familiares, terá desempenhado papel de relevo na absolvição dos réus” (POMAR, 2000, p. 205-206), conforme expressado pelo juiz de Direito João Baptista de Freitas Sampaio, em cuja sentença declarou: “é de consignar-se que nesse sentido numerosas foram as representações dirigidas ao Juízo do processo e, mormente, solicitando-lhe a revogação da prisão preventiva dos acusados” (1ª VARA..., 1949-1950).

A troca de juízes antes do julgamento, com a saída do substituto Francis Davies e a entrada do titular João Baptista de Freitas, “resultante, até onde se enxerga, da simples rotina administrativa, livrou os militantes comunistas – apontam-no todas as evidências – de longa temporada no cárcere” (POMAR, 2000, p. 214). O novo juiz, além de não ter se impressionado com a hiperbólica conspiração descrita pelos relatórios policiais, anotou, ainda por cima, não ter havido “greves nem perturbações outras na cidade naquele período e demoliu as pretensões do promotor de criminalizar a polêmica e o ataque político, facetas tão caras à atividade parlamentar” (POMAR, 2000, p. 217). Em sua sentença, João Baptista de Freitas alegou

não haver prova de que, por ocasião do Congresso dos Vereadores, nem mesmo em dias próximos a sua realização, tivesse aqui se

verificado qualquer movimento subversivo ou grevista do operariado, ou ainda mesmo simples tentativa nesse sentido, tanto em reuniões públicas como em comícios de caráter demagógico, e que tivessem, pelo menos, provocado a perturbação da ordem na marcha normal do trabalho em estabelecimentos industriais ou ferroviários, ou no seio da nossa população (1ª VARA..., 1949-1950).

Depois de julgar as denúncias improcedentes, por patente deficiência de provas, João Baptista de Freitas revogou a prisão preventiva dos acusados. Em 29 de setembro de 1949, foram agraciados com a soltura José Engracia Garcia, Reinaldo Machado e Manoel Ribeiro; e em 5 de outubro, receberam a revogação da prisão preventiva Sérgio Barguil, Luiz Gonzaga e José Maria do Nascimento. Natal Gracchia, por sua vez, teve negado esse mesmo benefício, permanecendo preso até 1º de dezembro de 1949, “embora a sentença de absolvição de todos os réus date de 28 de novembro, e o seu alvará de soltura tenha sido assinado a 29. Primeiro a entrar, Gracchia foi o último a sair” (POMAR, 2000, p 210-211). Após o expurgo dos “vereadores de Prestes”, não foram constatadas outras “agitações” ou “infiltrações” de tamanha magnitude nas reuniões municipalistas subsequentes.

No terceiro Congresso Paulista Municipalista, realizado em Catanduva em fevereiro de 1951, foi escolhida a nova diretoria da APM, composta por José Cirilo (presidente), Henrique Soler, Rui Dória, José Paschoal (vice-presidentes), Antônio Duarte da Conceição e Pedro Brasil Bandeccki (secretários). Algumas diretrizes foram reforçadas pela nova diretoria, tais como: promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências entre

os municípios, colaboração no planejamento de reformas administrativas municipais, estímulo para a realização de novos congressos, etc.

Ainda que o governador Lucas Nogueira Garcez não tenha comparecido ao evento, sua mensagem foi transmitida pelo Secretário do Governo, Canuto Mendes de Almeida, em oração na qual aludiu “à situação do Município na História e o papel que o mesmo vem desempenhando, através dos tempos, como fator de enriquecimento e engrandecimento do patrimônio nacional” (III Congresso..., 1951, p. 107).

No quarto Congresso Paulista Municipalista, realizado em Santo André em julho de 1953, as temáticas debatidas foram incrementadas por discussões sobre a ordem jurídica municipal, além de problemas relacionados à saúde e à educação municipais. Houve comissões de estudo para analisar questões relacionadas ao Conselho de Águas, órgãos meteorológicos, trânsito, instalação de hidrômetros, geradores elétricos, “parasitismo estatal”, reversão de impostos, melhorias tecnológicas/educacionais no campo, etc. Também foi eleita uma nova diretoria para a APM, composta por Aniz Badra (presidente), Emílio Pedutti, Rui Val Penteado, Pieroni Goblo (vice-presidentes), Jorge Daige e José Matosinho (secretários). Machado Sant’Anna defendeu tal composição diretiva como uma “vitória da caipirada”, pois já saberiam os munícipes “da força que têm, para a decisão dos magnos problemas que afligem o interior, e vão dizê-lo abertamente nas capitais, não de chapéu na mão, como mendigando um favor, mas exigindo aquilo que de direito lhe cabe, pelo esforço de seu trabalho e suor de seu rosto” (SANT’ANNA, 1953a).

No quinto Congresso Paulista Municipalista, realizado em Botucatu no mês de julho de 1956, foram elaborados estudos para

a reforma da Constituição Federal, sugestões para alterações na Lei Orgânica dos Municípios, e considerações sobre os problemas agrários (assistência ao rurícola, reforma agrária, colônias penais agrícolas, etc.). O encontro foi marcado por conferências proferidas pelo general Juarez Távora e pelo deputado Cunha Bueno.

Távora analisou a determinação da competência entre as três ordens de poderes (União, Estados e Municípios), acentuando ser “necessário estabelecer de maneira mais completa a distribuição da competência, delimitando-se da melhor forma possível o âmbito em que cada uma deve atuar”. Acerca da reforma constitucional, alegou ser indispensável a “revisão da discriminação de rendas, tendo reconhecido que o atual sistema discriminatório é impreciso e desigual, não seguindo critério propriamente técnico, mas tão somente político” (V Congresso..., 1956, p. 246). O deputado Cunha Bueno, por sua vez, versou a respeito da discriminação de rendas, afirmando que o “fortalecimento da economia municipal redundará fatalmente na concessão de uma maior autonomia política, fato que não pode servir jamais àqueles que baseiam sua influência política no regime de concessão de favores às municipalidades brasileiras” (V Congresso..., 1956, p. 247).

No sexto Congresso Paulista Municipalista, realizado em Franca em outubro de 1957, foram discutidos temas relativos à “reforma agrária, sindicalização rural, Lei Orgânica dos Municípios paulistas, discriminação de rendas, fretes ferroviários, educação rural, hospitais e postos de saúde para as populações do interior, etc.” (Congresso de Franca, 1957, p. 234). Houve, também, debates acerca da “Operação Município”, considerada pelos municipalistas paulistas “danosa aos

interesses municipais, centralizando o poder nas mãos do governo federal” (Aspectos internacionais..., 1957).

No sétimo Congresso Paulista Municipalista, realizado em Campos do Jordão em maio de 1959, aos tradicionais temas, foram acrescentados debates sobre turismo, urbanismo e compras de máquinas (motoniveladoras, mais especificamente) pelas prefeituras de São Paulo. Machado Sant’Anna acreditava que a inclusão de tais tópicos sinalizava que o municipalismo havia superado sua fase “meramente teórica”, iniciada após o restabelecimento da democracia no país: os dirigentes do movimento municipalista estavam, a partir de então, procurando “as soluções imediatas para o desenvolvimento do Interior, o que significa haveremos atingido o MUNICIPALISMO PRÁTICO” (Municipalismo e turismo..., 1959). O congresso contou com a participação do governador Carvalho Pinto, e houve menções à criação do “grupo parlamentar municipalista”, que seria composto por deputados da Assembleia Legislativa do Estado e da Câmara Federal, “não só hipotecando solidariedade e oferecendo apoio às decisões tomadas em plenário, mas obtendo dados [...] para a elaboração de planos em defesa do interior” (Empolga o congresso..., 1959).

O oitavo Congresso Paulista Municipalista, realizado em Serra Negra em abril de 1961, não apresentou grande variação de temas em relação ao certame anterior, privilegiando debates a respeito da arrecadação municipal, empréstimos aos municípios, turismo, reforma agrária e compra de maquinários (motoniveladoras) pelas prefeituras. Participou do encontro José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Agricultura de São Paulo, emissário de uma mensagem do governador Carvalho Pinto – que não compareceu ao certame –, na qual expunha que “a própria essência do regime, que devemos preservar e

aperfeiçoar em meio às ameaças que, no mundo de hoje, rodeiam a vida democrática, impõe a prática de um sadio municipalismo” (Congresso dos Municípios..., 1961, p. 106).

Em sua nona edição, o Congresso Paulista Municipalista, realizado em Águas de Lindóia no mês de agosto de 1964, disponibilizou aos congressistas cursos sobre Direito e Administração Municipal, ministrados por Hely Lopes Meirelles, então juiz da 1ª Vara da Fazenda de São Paulo. Além disso, o certame contou com as presenças de Miguel Reale, ex-integralista e ex-secretário de Justiça de São Paulo, e do governador Adhemar de Barros. Em 25 de agosto de 1964, Aniz Badra expôs aos parlamentares da Câmara dos Deputados as resoluções contidas na “Declaração de Águas de Lindóia”, um documento de apoio à “Revolução de 31 de março de 1964” elaborado durante a realização do congresso municipalista, o qual trazia, em suas linhas, menções à “revolução” enquanto movimento que extrapolava os anseios militares e dirigia-se ao protagonismo de elementos “civis”.

O documento foi assinado por cerca de quatrocentos vereadores e prefeitos, que se declaravam “solidários com a Revolução, que não foi uma quartelada, mas um movimento histórico que interpretou profundamente o sentimento do Povo brasileiro e não somente o das classes militares, expressando as mais legítimas e autênticas aspirações da Nacionalidade”; os municipalistas ainda expressaram sua “confiança no Presidente Castello Branco, que vem cumprindo com sabedoria e decisão a missão que lhe cabe”, e também aplaudiram o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, “pelo decisivo e substancial apoio que ofereceu à Revolução Brasileira e pela determinação com que vem defendendo, em nosso Estado, o verdadeiro espírito revolucionário e os autênticos postulados democráticos”; o

documento era encerrado com uma convocação para “as consciências nacionais, de dirigentes e do povo, para a integral dedicação ao Brasil, que haveremos de manter livre, democrático e cristão” (BRASIL, 1964m, p. 207-209).

O décimo Congresso Municipalista Paulista, realizado em Santos em maio de 1965, estabeleceu como pontos de discussão a defesa da produção e do abastecimento, o turismo, os financiamentos e os convênios (inter)municipais. Quanto ao último tema, os congressistas pleitearam maior unificação no sistema administrativo entre as chamadas “Três Américas” (Norte, Centro e Sul), em consonância com os preceitos da OEA (Organização dos Estados Americanos). Novamente, foram oferecidos aos congressistas cursos de Direito e Administração Municipal, sob a supervisão de Hely Lopes Meirelles.

Por fim, o décimo primeiro Congresso Municipalista Paulista, realizado em Campos do Jordão no mês de agosto de 1966, também propôs discussões sobre a organização tributária municipal, problemas de saúde, habitação e educação, importância das leis orgânicas municipais, turismo como fonte de rendas, etc. Participaram da reunião os deputados Teófilo de Andrade, Esmeraldo Tarquínio, Aniz Badra, Cunha Bueno e Salvador Julianelli. O governador de São Paulo, Laudo Natel, enviou mensagem aos congressistas, afirmando que, diante da “grave conjuntura da vida nacional, quando se buscam denodadamente as diretrizes que haverão de repor a nação brasileira nos rumos de seu pleno desenvolvimento”, nada poderia ser realizado em benefício de São Paulo e do Brasil sem “levar na devida consideração a situação dos nossos municípios e acudi-la com a maior solicitude e interesse” (Inaugurando..., 1966).

Os temários dos Congressos Nacionais e Paulistas de Municípios apresentaram algumas mudanças ao longo dos anos. Os aspectos doutrinários acerca da “autonomia municipal” e dos “fundamentos municipalistas” (presentes nos congressos nacionais de 1950 e 1957 e nos congressos paulistas de 1948 e 1957), embora jamais abandonados, foram paulatinamente substituídos por pautas mais “concretas”, voltadas para a transformação da realidade prática por meio de proposições que visavam, em última instância, viabilizar reformas constitucionais e facilitar o acesso a financiamentos municipais (apresentados nos congressos nacionais de 1952, 1957, 1959 e 1963 e nos congressos estaduais de 1951, 1953, 1956, 1957 e 1965).

Alguns elementos de continuidade também podem ser observados na formulação das temáticas congressuais, tais como a preocupação na definição das atribuições administrativas municipais (existentes nos congressos nacionais de 1950, 1952, 1959 e 1963 e nos congressos paulistas de 1948, 1951 e 1953), compreensão e revisão do sistema tributário das comunas (discutidas nos congressos nacionais de 1950, 1952, 1959 e 1963 e nos congressos paulistas de 1948, 1949, 1964 e 1966), problemas rurais relacionados à organização das atividades produtivas, êxodo rural, benefícios agrícolas e sindicalização no campo (apresentados nos congressos nacionais de 1950, 1952, 1954, 1959 e 1963 e nos congressos paulistas de 1956, 1957 e 1961), fornecimento de energia elétrica (presentes nos congressos nacionais de 1952, 1957 e 1963 e nos congressos paulistas de 1956 e 1957) e considerações a respeito das leis orgânicas municipais (existentes no congresso nacional de 1952 e nos congressos paulistas de 1956, 1957, 1964 e 1966).

Outras temáticas passaram a ganhar mais força no decorrer dos certames, especialmente as proposições vinculadas ao

dinamismo das atividades econômicas para além do agrarismo, tais como planejamento urbanístico, fomento à indústria, estudos sobre energia atômica e incremento das rendas municipais por meio do incentivo às atividades turísticas (apresentados nos congressos nacionais de 1952, 1957, 1959 e 1963 e nos congressos paulistas de 1959, 1961, 1964, 1965 e 1966).

As conclusões e recomendações elaboradas após os congressos eram compostas por pautas “doutrinárias”, “concretas-efêmeras” e “concretas-recorrentes”.⁶⁰ As primeiras partiam da defesa de tópicos genéricos e abrangentes, tais como a valorização da Constituição, da pátria, da família e dos costumes brasileiros.

As segundas (concretas-efêmeras) trouxeram sugestões acerca da elaboração de leis orgânicas específicas para cada comuna (espécies de “constituições” municipais, que não deveriam ferir os princípios das constituições estadual e federal), criação de fundos direcionados para investimentos diretos nos municípios (especialmente os de fomento às atividades agrícolas) e concessões para execução de serviços públicos por empresas de economia mista (empresas que demandam a conjunção de capitais governamentais e privados).

Por fim, as terceiras (concretas-recorrentes) apareceram em mais de uma oportunidade nos encontros, o que revelava sua importância para os municipalistas. Eram compostas por pedidos de alterações na Constituição Federal (como a extensão das imunidades legislativas para vereadores), criação de bancos municipais, apoio/repúdio à Operação Município e propostas de reforma agrária. A respeito de tais conclusões e recomendações, desdobraremos análises mais pormenorizadas.

⁶⁰ Conceitos nossos.

5.2 – O MUNICIPALISMO E AS PROPOSTAS PARA REFORMAS CONSTITUCIONAIS

Os debates acerca das reformas constitucionais propostas pelos municipalistas ganharam eco durante os Congressos Nacionais de 1950, 1952, 1957 e 1959 e Congressos Paulistas de 1948, 1953, 1956 e 1957.

As sugestões para a reforma da Constituição Federal de 1946 concentraram-se nos artigos 28 (alterações recomendadas em, ao menos, duas ocasiões), 20 (as sugestões foram dadas, no mínimo, em cinco oportunidades, sendo quatro delas em congressos nacionais e uma em congresso paulista), 19 (em uma única ocasião) e 15 (ao menos cinco menções para mudanças, das quais três ocorreram em congressos nacionais e duas em congressos paulistas).

O artigo 28 da Constituição, que versava sobre a autonomia dos Municípios, determinava no §1º que “poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União”; e no §2º, informava que “serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país” (BALEIRO, 2012, p. 57). Para os municipalistas, os referidos parágrafos representavam um contrassenso à busca pela autonomia municipal, posto que admitiam interferências diretas dos governadores estaduais nas escolhas de prefeitos para determinadas regiões, escapando dos pleitos eleitorais que tanto interessavam aos políticos municipalistas.

O artigo 20, que foi o mais atacado durante a realização dos encontros, estabelecia que “quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado” (BALEIRO, 2012, p. 56). Algumas frações municipalistas solicitavam alterações do referido artigo para que fossem incluídas as capitais no recebimento dos excessos arrecadados.

A partir de tal demanda, é possível verificar que o movimento municipalista, geralmente divulgado pela imprensa (especialmente a ribeirão-pretana) como um esforço homogêneo e harmônico em prol dos municípios interioranos, possuía suas dissidências e desígnios internos (embora não antagônicos), posto que vereadores, prefeitos e deputados vinculados aos grandes centros e capitais também disputavam o controle do movimento, com pautas, projetos e interesses específicos, ou seja, disputas pela hegemonia entre frações do próprio municipalismo, para levar adiante pautas homogêneas. Comum a todos os municipalistas era a reclamação da morosidade nos repasses das arrecadações previstas pelo artigo 20.

O artigo 19, inciso III, estabelecia a competência dos Estados para decretar impostos sobre “transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades” (BALEIRO, 2012, p. 55). Os municipalistas defendiam que os impostos recolhidos nas negociações imobiliárias deveriam ser direcionados aos municípios de origem, e não ao Estado.

Por fim, o artigo 15 recebeu, ao longo dos congressos, sugestões para reformas e inclusão de emendas. O §4º do referido artigo estipulava que a União entregaria aos Municípios,

“excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o nº IV [rendas e proventos de qualquer natureza], feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural” (BALEEIRO, 2012, p. 55). Os municipalistas, além de criticarem a obrigatoriedade de aplicação da metade do valor arrecadado em benefícios de ordem rural, considerada uma medida atentatória contra a autonomia dos municípios, recomendavam à União a elevação de 10% para 20% das cotas-partes do Imposto de renda atribuídas às comunas (com exceção das capitais com rendas superiores a Cr\$ 200.000000,00).

Os municipalistas paulistas, em especial, também se posicionaram a respeito do artigo 15 da Constituição durante a realização de seus congressos. Solicitaram observações mais rigorosas sobre o cumprimento do §2º do referido artigo, o qual previa que a produção, comércio, distribuição, importação e exportação de lubrificantes, combustíveis líquidos ou gasosos, minerais e energia elétrica deveriam ser tributados em forma de imposto único, e que, da renda resultante, “sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal” (BALEEIRO; SOBRINHO, 2012, p. 54).

Além do artigo 15, os municipalistas do estado de São Paulo sugeriram alterações para o artigo 21 da Constituição Federal. Tal artigo definia que a União e os Estados poderiam decretar tributos adicionais, além dos previstos pela carta constitucional. Contudo, em situações de redundância, o imposto federal excluiria o estadual idêntico. “Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão vinte por cento do produto à União e quarenta por cento aos Municípios

onde se tiver realizado a cobrança” (BALEEIRO; SOBRINHO, 2012, p. 56). Os municipalistas sugeriram a repartição do produto da “taxa de Educação e Saúde” entre municípios e estados, nas proporções definidas pelo artigo 21.

Dentre outras proposições, solicitaram a alteração do artigo 1º da Lei 1063, de 1952 (reverter ao município produtor a renda do imposto de vendas e consignações, sobre a primeira operação e de outros tributos, mesmo quando pago no município da Capital, seja qual for a localização da sede ou do escritório da empresa contribuinte), além de pedidos para transferência do imposto territorial rural diretamente para as comunas e para reversão do lucro imobiliário, da União para os municípios.

Em âmbito estritamente estadual, os municipalistas paulistas sugeriram alterações para a Constituição de São Paulo, outorgada em 1947. Solicitavam a regulamentação do artigo 64, o qual estabelecia que “valorizado qualquer imóvel por motivo de obra pública, será exigida contribuição de melhoria, na forma e condições determinadas em lei”. Além disso, requereram a aceleração de um projeto de lei que visava alterar o artigo 67 da constituição estadual, o qual determinava que “quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, exceder em município que não seja o da Capital o total da receita municipal de qualquer natureza, o Estado atribuir-lhe-á anualmente de trinta a cinquenta por cento do excesso arrecadado” (SÃO PAULO, 1947). Os municipalistas desejavam fixar a porcentagem repassada em 50%.

As pelezas municipalistas no âmbito constitucional foram possíveis dadas as características legislativas inerentes às sociedades capitalistas. De acordo com o pensamento gramsciano, a relevância educadora do direito denota-o como um elemento vital para que o Estado consiga “homogeneizar” a classe

dominante e consolidar o “conformismo social” das classes subalternas, constituindo um cenário proveitoso para o desenvolvimento dos grupos dirigentes.

No entanto, o âmbito do direito não deve ser compreendido enquanto alicerçado por valores herméticos e imutáveis, mas historicamente determinado pelas lutas de classes, pelos aparelhos governamentais de regulação e pelas relações de forças socialmente articuladas em torno do Estado integral. De acordo com Gramsci, conquanto haja uma certa “continuidade jurídica” atrelada aos centros organizadores da sociedade capitalista, tal continuidade não deve ser do “tipo bizantino-napoleônico, ou seja, segundo um código concebido como perpétuo, mas romano-anglo-saxão, ou seja, uma continuidade cuja característica essencial consiste no método, realista, sempre aderente à vida concreta em perpétuo desenvolvimento” (GRAMSCI, 2007, p. 240). Em síntese, a ação do Estado consegue ultrapassar o domínio legal, “pois o Estado pode, dentro de certos limites, modificar sua própria lei. O Estado não é a simples figura de alguma lei eterna, seja ela originária de algum interdito universal ou de uma lei natural” (POULANTZAS, 2000, p. 83-84).

Para o caso dos municipalistas, as pretensões de mudanças das estruturas legais estatais não possuíam quaisquer vieses de ruptura com a ordem burguesa instituída, visto que os seus postulantes detinham um lugar de classe bem definido, alinhado às premissas de um conservadorismo político patriarcal e discriminatório; demonstravam, sim, uma disputa por posições dentro do próprio bloco de poder entrincheirado no Estado restrito, como vias a conquistar louros eleitoreiros e recursos para desenvolvimento de seus projetos (dentro e fora do Estado restrito).

Alinhadas às solicitações para reformulações constitucionais, também foram discutidas nos Congressos Municipalistas, em ao menos três oportunidades, propostas para a concessão de imunidades legislativas aos vereadores, similares às desfrutadas por deputados e senadores. Ao longo dos anos 1950, os municipalistas sustentaram que a outorga de imunidades aos vereadores seria uma condição indeclinável para a existência da autonomia política, visto que “não se concebe que os legisladores do Município, tão legisladores como os das órbitas federal e estadual, fiquem à mercê da interferência dos demais Poderes, para o perfeito desempenho de seu mandato” (JÚNIOR et al, 1950, p. 343). Para os municipalistas, haveria um paradoxo nas resoluções chanceladas pelo poder Judiciário, pois, “por um lado, é reconhecida a independência do Município quanto à decretação de leis locais; e, por outro lado, é negado aos Vereadores, aos membros do Legislativo, toda e qualquer garantia ou imunidade que devem ter todos os legisladores” (Estudos Municipais, 1957, p. 202).

Na seara conceitual jurídica, a imunidade pode ser definida como um conjunto de “privilégios, vantagens ou isenções de ônus ou encargos concedidos a certas pessoas em função do cargo ou função exercida”; ou ainda como um complexo de “prerrogativas de inviolabilidade pessoal do parlamentar, no exercício de suas funções, por seus votos, opiniões ou palavras” (HOUAISS et al, 2001, p. 1587). Teoricamente (e segundo os princípios do direito restrito), as imunidades desempenhariam a finalidade de “proteção do livre e amplo exercício do mandato. Objetivam não um privilégio para o desfrute pessoal do político, mas uma garantia para o bom desempenho do Poder Legislativo”. Além das inviolabilidades de votos, opiniões e palavras proferidas no exercício das funções, investem o parlamentar com “a proteção

para não ser preso ou processado sem a anuência de seus pares” (PADULA, 2007, p. 96).

No Brasil, o sistema para concessão de imunidades parlamentares remonta à primeira Constituição Imperial, outorgada em 1824. A referida carta concedia aos membros do Poder Legislativo a “inviolabilidade por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício de suas funções, assim como era garantido que o parlamentar não seria preso durante a legislatura, salvo no caso de flagrante delito de pena capital, por ordem e licença de sua respectiva Câmara” (OLIVEIRA, 2016, p. 134-135).

As Constituições de 1891 e 1934 mantiveram os princípios de imunidade para deputados e senadores, interrompidos apenas com a Constituição do Estado Novo, outorgada em 1937, na qual as garantias legislativas foram relativizadas, com a supressão de algumas funções e a imposição de uma rígida censura às palavras pronunciadas pelos parlamentares no exercício de suas funções. Já a Constituição de 1946, posterior ao fim do Estado Novo, reestabeleceu as antigas imunidades material e formal, além de expandir as garantias parlamentares, implantando um “procedimento para os casos de flagrante de crime inafiançável. Passou a exigir a remessa dos autos em 48 horas à Câmara respectiva, para que se decida o que será feito, devendo obedecer ao prazo máximo de 120 dias (art. 45, § 2º)” (OLIVEIRA, 2016, p. 139).

Os municipalistas desejavam dilatar as regalias parlamentares aos vereadores. Para além das justificativas teóricas de ampliação da autonomia, havia princípios práticos que norteavam tais empreendimentos, posto que os vereadores constituíam um numeroso grupo de apoio do municipalismo: estender-lhes as imunidades seria, possivelmente, um eficaz

instrumento de autoprivilegiamento e autodefesa do próprio grupo. Além disso, os vereadores, ancorados nas imunidades parlamentares máximas, estariam aptos a escapar de algumas amarras burocráticas para implemento dos projetos e medidas municipalistas – os quais, embora defendidos como “alheios às bandeiras político-partidárias”, eram, em verdade, atravessados por cortes pluripartidários que mantinham como interesse comum o privilégio dos interesses burgueses, articulados às sobreposições das sociedades política e civil.

5.3 – O MUNICIPALISMO E A CRIAÇÃO DE BANCOS MUNICIPAIS

Para além das indicações de reformas constitucionais, os municipalistas também defendiam a criação de “bancos municipais”⁶¹, cujos projetos foram expostos durante os Congressos Nacionais de 1952, 1954, 1959 e 1963 e no Congresso Paulista de 1965.

Tratava-se, em suma, de uma proposta levantada pelo já citado deputado paulista Antônio Sylvio Cunha Bueno, ao longo dos anos 1940 e 1950, e defendida de maneira mais contundente nos anos 1960. O deputado esmiuçou as diretrizes do chamado “Banco dos Municípios S.A.”, com capital inicial de Cr\$ 200.000.000,00, que teria sido arrecadado por algumas municipalidades paulistas e por particulares. As finalidades do banco seriam:

⁶¹ Reivindicar a construção de tais instituições não era novidade, visto que durante a Primeira República, vários bancos municipais foram criados no estado de São Paulo, como, por exemplo, o Banco de Ribeirão Preto, que possuía como um de seus principais acionistas o coronel Francisco Schmidt (SAES, 1986).

- a) o incentivo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, preferentemente no amparo ao pequeno produtor, promovendo, por meio de empréstimos sob penhor ou por simples descontos, o custeio das entressafras, a aquisição de adubos, inseticidas, máquinas agrícolas e implementos, irrigação, a compra e criação de gado, dentro de prazos variáveis, mas absolutamente compatíveis com a espécie, tempo e condições das inversões correspondentes;
- b) financiamento, antecipado ou no custo da colheita, através de contratos de penhor rural ou mercantil, de descontos de *watrans*, conhecimentos de embarques, bilhetes de mercadoria e de outras modalidades que atendam à natureza específica da operação e assegurem a liquidez do crédito concedido;
- c) financiamento para a fundação de empresas de armazéns gerais, instalação de frigoríficos, de silos, de usinas de beneficiamento, nos centros das zonas produtoras ou nos mercados consumidores, aparelhando-os convenientemente para o recebimento, guarda e segurança, sem risco de rápidos perecimentos, de cereais, óleos comestíveis, carnes e tantos outros produtos derivados da agricultura e da pecuária;
- d) auxílio à instalação e desenvolvimento de indústrias destinadas ao aumento da produção de artigos de consumo de primeira necessidade,

ou de outras que os Municípios, de acordo com deliberação das suas Câmaras Legislativas, considerem de efetivo interesse local, notadamente quando se trate de usinas elétricas ou empresas de transporte destinadas aos serviços públicos;

e) empréstimos, com garantia hipotecária, para a aquisição de glebas destinadas aos pequenos lavradores, até ao máximo de cinquenta alqueires por pessoa, para utilização imediata, de maneira a possibilitar e facilitar a fixação do homem rural na terra;

f) empréstimos à agricultura, à pecuária e ao comércio, por meio de descontos de títulos representativos de legítimas operações de vendas a prazo (duplicatas e notas promissórias-rurais);

g) empréstimos, em conta-corrente, com garantias reais ou caução de títulos comerciais;

h) empréstimos às Prefeituras, por antecipação da receita ou com base em verbas consignadas pelos Governos da União ou do Estado, e, ainda para o financiamento de obras públicas eminentemente reprodutivas, tais como os serviços de águas e esgotos;

i) auxílio para a aquisição ou construção de casa própria, visando à solução do problema habitacional (BUENO, 1960, p. 34).

Percebamos que a maioria das pautas contempladas pelo projeto de Cunha Bueno diziam respeito ao atendimento de

interesses empresariais (agrícolas e industriais), potencialmente privilegiados e impulsionados pela captação de recursos públicos.

De acordo com o deputado Cunha Bueno, os bancos municipais concorreriam para a “fixação nas áreas de produção da fortuna privada, impedindo o seu escoamento em direitura dos grandes centros onde é, no geral, investida em empreendimentos nem sempre reprodutivos do ponto-de-vista geral”; tais bancos, estabelecidos nos municípios interioranos, facilitariam “ao produtor agrícola a obtenção a preços compensadores de maquinaria indispensável à solução de outro problema correlato, qual o da mecanização da lavoura, que, intensificando a produção e barateando as atividades-meios, concorrerá para a diminuição do custo de vida” (BUENO, 1960, p. 28).

Cunha Bueno também defendia a participação de capitais públicos e privados na realização de operações creditícias mediadas pelos bancos municipais, constituídos como sociedades anônimas de caráter misto. Tal articulação seria necessária, conforme o deputado, para “não onerar o erário municipal”, e porque “o capital particular, sempre mais cauteloso, emprestará maior segurança às transações do banco”. A existência dessas instituições de crédito ajudaria “a iniciativa privada e individual a fortalecer a auto-suficiência econômica nacional, libertando o nosso trabalho da sujeição aos efeitos e contingências das flutuações dos preços de nossas exportações, através do fortalecimento de nosso mercado interno” (BUENO, 1960, p. 32).

Em 1962, foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de lei (nº 4.375) (BRASIL, 1962), que versava sobre a criação do Banco de Desenvolvimento dos Municípios S.A. (BDM), um plano ambicioso apoiado por uma comissão composta por 93 deputados federais (35 do PSD, 18 da UDN, 17 do PTB, 8 do PR, 9 do PSP, 2 do PDC, 2 do PRP e 2 do PSB), o qual previa a existência

de uma matriz na capital federal e filiais em todos os estados brasileiros. O BDM, que se pretendia uma sociedade anônima de economia mista em âmbito federal, contaria com um capital inicial de Cr\$ 1.000.000.000,00, dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de Cr\$ 1.000,00 cada.

O projeto de lei previa que os contribuintes de impostos municipais (propriedade territorial urbana e rural, predial, licença, indústrias e profissões) cooperariam com o BDM, anualmente e durante cinco exercícios consecutivos, com 5% dos tributos. O principal objetivo do BDM seria “prestar assistência, mediante empréstimos e empreendimentos de caráter reprodutivo de iniciativa ou de interesse dos Municípios do País, visando promover seu desenvolvimento econômico”, por meio de financiamentos para obras públicas, apoio a indústrias de interesse nacional e operações para facilitar a importação de instrumentos para o campo (máquinas, inseticidas, adubos, materiais, etc.) (Projeto: Banco..., 1962, p. 98).

O projeto para criação de bancos municipais carregava consigo, ao menos implicitamente, um caráter expropriador em relação à “coisa pública”, colocada a serviço do atendimento de demandas supostamente “nacionais”, voltadas ao “desenvolvimento econômico” e aos “interesses dos municípios” (para todos), ocultando-se a sanha privatista de certas frações da classe dominante, responsáveis por captar parte dos recursos e direcioná-los para a assistência dos interesses privados (para poucos).

Os debates acerca do projeto de lei 4.375 continuaram nos anos posteriores, sem, contudo, atingirem quaisquer resoluções. Machado Sant’Anna, por meio do *Diário da Manhã*, escandalizava-se com a morosidade dos trâmites plenários, e acusava a existência de “forças superiores” impedindo a tramitação legal do

projeto. Sant'Anna entendia que “a rede bancária nacional não quer o Banco Nacional de Desenvolvimento dos Municípios. É claro que isso se verifique, pois seria em pouco tempo o mais poderoso organismo bancário nacional, fazendo par com o Banco do Brasil” (SANT'ANNA, 1965b). Na biografia de Cunha Bueno, as explicações para o insucesso da implantação do BDM eram similares, direcionadas à “intransigência do Banco do Brasil” (CARNEIRO, 1982).

Compreendemos que, para além das escaramuças burocráticas, a conjuntura dos anos 1960, especialmente após a deflagração do golpe civil-militar brasileiro, influiu para minar os esforços municipalistas: a assinatura do Ato Institucional nº 1 e outras medidas jurídicas visavam enrijecer o caráter centralizador e autoritário do governo, sobrepondo-se à Constituição Federal. Além disso, a nova política financeira do país, sob o governo de Castelo Branco, preconizava diretrizes divergentes dos anseios municipalistas:

Em junho de 1964, demonstrando a “boa vontade” do governo norte-americano com o novo governo brasileiro, a dívida externa foi reescalada, ou seja, os prazos de pagamento foram alargados. Essa medida era muito importante para o capitalismo nacional, pois os US\$ 3 bilhões da dívida externa brasileira da época eram empréstimos de curto prazo, o que prejudicava o crédito do país no exterior. Como o projeto político-econômico que havia triunfado em 1964 pressupunha o reforço dos elos do capitalismo brasileiro com o capitalismo internacional (sobretudo o norte-americano), o

Brasil necessitava de dólares, a moeda das transações internacionais, para implementar sua modernização industrial. A par disso, caberia ao Banco Central, criado em novembro de 1964, a centralização da política financeira do país (NAPOLITANO, 2009, p. 18).

A proposta municipalista para o BDM, ancorada na ideia de descentralização dos recursos, estava fadada ao fracasso diante das novas perspectivas do governo ditatorial. Ainda que o projeto dos municipalistas não tenha logrado êxito, é pertinente que analisemos algumas de suas premissas norteadoras, capazes de angariar esforços e apoios de um número considerável de parlamentares.

Parte do público-alvo almejado pelos bancos municipais estaria circunscrita aos industriais e produtores rurais, detentores de consideráveis fortunas que seriam utilizadas para a implementação de melhorias tecnológicas (máquinas agrícolas, frigoríficos, usinas de beneficiamento, etc). De acordo com Bueno, tais melhorias trariam benefícios produtivos e financeiros que atingiriam, conseqüentemente, toda a sociedade (os mecanismos de distribuição da riqueza não eram, contudo, esmiuçados pelo deputado).

Baseando-nos no pensamento marxiano, compreendemos certos princípios inerentes à produção (criação de produtos que correspondem às necessidades humanas), distribuição (determinação das proporções segundo as quais os indivíduos acessam os produtos, repartidos conforme leis sociais específicas), troca (repartição do já repartido, ou seja, quando o indivíduo deseja converter a cota que lhe coube pela distribuição em produtos particulares) e consumo (desfrute dos produtos,

apropriados individualmente) nas sociedades capitalistas. Ao determos maiores atenções ao aspecto distributivo, compreendemos que:

Na concepção mais superficial, a distribuição aparece como distribuição dos produtos, e, assim, como mais afastada [da] produção e quase autônoma em relação a ela. Mas antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (Subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente apenas resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção (MARX, 2011, p. 72-73).

Como a distribuição dos sujeitos e dos instrumentos de produção é desigual e excludente nas sociedades capitalistas, as classes dominantes precisam desenvolver estratégias de mistificação da realidade, ou seja, maneiras de positivar os aspectos contraditórios e marginalizantes do próprio capitalismo. Para István Mészáros, agências supra-individuais introduzidas por intelectuais como Adam Smith e Kant (“mão invisível” e “espírito comercial”) cumpririam as tarefas de coordenação e direção do projeto capitalista, a partir de uma aparente conciliação de duas condições paradoxais: a abstração da

“sociedade civil” do Estado capitalista e a produção da coesão societal. Quanto ao segundo processo, temos:

A solução imaginária para a conflitualidade insuperável da sociedade civil era por eles [Smith, Kant e outros] oferecida na forma da transubstanciação do intercâmbio negativo de conflitualidade/adversidade egoística particularista enquanto tal, nos benefícios positivos que se presumia surgirem dos próprios conflitos para o todo, de forma que, nas palavras de Hegel, graças a um movimento “dialético” milagroso, “cada um, ao ganhar e produzir para sua fruição, ganha e produz também para a fruição dos outros” [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 116).

Portanto, embora possamos consentir que a exploração do trabalho e a consequente produção de mercadorias sejam capazes de tornar a sociedade mais rica, também devemos assimilar que as riquezas geradas são direcionadas em forma de valor para os capitalistas, por sua vez desarticulados de um automático (e não comprovado) sistema justo de distribuição, baseado em um supersticioso modelo de economia natural auto reguladora.

5.4 - O MUNICIPALISMO E A POLÊMICA “OPERAÇÃO MUNICÍPIO”

O municipalismo, embora aspirasse à unidade e solidez de seu movimento, também passou por momentos de turbulências intestinas. Um dos mais cruentos pontos de discórdia nos

congressos deu-se com a discussão a respeito da validade da chamada “Operação Município”, debatida nos Congressos Nacionais de 1954, 1957 e 1959 e no Congresso Paulista de 1956.

Em síntese, a Operação Município propunha a organização e o estabelecimento de um ambicioso plano nacional (orçado em Cr\$ 15.000.000.000,00, que seriam distribuídos ao longo de cinco anos) para a realização de obras e serviços municipais, com fundo financeiro próprio e administração especial, “aprovado em prévio acordo interpartidário específico, para ser executado mediante convênio, devendo os Governos municipais, estaduais e federal se entenderem para o fim colimado nessa recomendação” (III Congresso..., 1954, p. 119-120). O projeto também reivindicava que, enquanto a União não incorporasse ao seu orçamento a Operação Município, fosse estabelecido um “Programa de Emergência” na ordem de Cr\$ 3.000.000.000,00, como forma de antecipação do investimento total da operação. Os princípios norteadores do projeto foram assim definidos pelo senador Jarbas Maranhão:

A “ideia política central” era que “os municípios, embora melhor dotados a partir das quotas constitucionais de que participam, e apesar de todas as emendas orçamentárias formuladas pelos congressistas nos orçamentos federais, não estão sendo beneficiados no sentido do desenvolvimento econômico-social”. A proposta refletia não só a ideologia redentora do ruralismo, mas também a politização crescente da questão dos desequilíbrios regionais. A estratégia proposta era que se realizasse o que se denominava “acordo interpartidário

específico”, prevendo a realização de “convênios” (um instrumento “moderno” naquele contexto) entre o governo federal e os municípios. A ABM logrou a aprovação da Operação Município, contra a forte resistência dos representantes de São Paulo, que acreditavam que os municípios ricos não iriam se beneficiar (MARANHÃO apud MELO, 2008, p. 57).

De fato, frações do movimento municipalista paulista, vinculadas à APM, foram taxativamente contrárias à Operação Município – inclusive Machado Sant’Anna. Em entrevista concedida ao jornal *A Tarde*, Carlos Alberto dos Santos, diretor da sociedade Santos-Santos Interpress, declarou que a Operação Município é “uma das maiores barbaridades em matéria de municipalismo”, uma espécie de “centralização da descentralização”:

Os municípios seriam despojados do pouco que têm, entregando os seus magros recursos a uma Administração Nacional que não seria outra coisa senão uma nova autarquia. De acordo com esse projeto, todo dinheiro que a União quiser destinar aos municípios, seria entregue a essa autarquia. Os autores desse projeto, numa tentativa de ludibriar a opinião pública, afirmam que a função dessa nova autarquia seria apenas de assistência técnica. Eles prometem ainda que com esse plano a União deveria aplicar em obras municipais 15 bilhões

de cruzeiros em um período de 5 anos, em uma média de 3 bilhões por ano. Isso é uma mentira declarada, o que comprova a má fé, a malícia e a desonestidade dos dirigentes. No projeto da Operação Município, não consta obrigatoriedade de espécie alguma para a União (Uma barbaridade..., 1954).

Em 1957, o *Diário da Manhã*, na cobertura do Congresso Brasileiro de Municípios do Rio de Janeiro, alegava ser a Operação Município “um plano que os maiores lá do asfalto resolveram apresentar” sob o embuste de municipalismo, ou seja, uma “poderosa arma na mão de meia dúzia de burocratas da Capital Federal, com um plano muito bem arquitetado para distribuir uma verba fabulosa, sem controle do Parlamento ou dos Tribunais de Contas”. Os representantes do municipalismo paulista, autopromovidos à categoria de defensores dos interesses estaduais, estariam atentos “para que S. Paulo não seja obrigado a arcar com mais esse compromisso, pois é sabido que no fim somos nós o ‘burro de carga’ que só é chamado para contribuir” (Problemas de alta..., 1957). As explicações dos municipalistas paulistas carregavam consigo as raízes conservadoras da tese do “autonomismo paulista”, vigente durante boa parte da Primeira República.

Para além de uma defesa teórica a respeito da autonomia dos municípios, os integrantes da APM temiam, também, a perda sobre o controle de recursos financeiros provenientes da arrecadação tributária, os quais poderiam ser direcionados diretamente às comunas paulistas, desde que efetivadas as requeridas revisões constitucionais. A implementação da Operação Município extirparia parte do poder político-econômico

dos municipalistas de São Paulo, ou seja, afetaria as decisões sobre as áreas destinadas à captação de recursos, financiamentos e empréstimos, além de reduzir, em escalas regionais, o poder de mobilização retórico-eleitoral de vereadores, prefeitos e deputados vinculados aos esforços empreendidos pela APM.

O municipalismo paulista entrava em choque contra as correntes majoritárias da ABM, cujas lideranças (e parte significativa da elite burocrática) eram oriundas de estados periféricos, tais como Araújo Cavalcanti (Pernambuco), Rafael Xavier (Alagoas), Aloízio Vianna (Espírito Santo), Océlio de Medeiros (Acre), Cleantho Leite (Paraíba), Rômulo Almeida (Bahia), entre outros. Ainda que não entusiasticamente, as lideranças da ABM apoiavam

a ideia de um Estado forte, que assegurasse transferências e promovesse a modernidade. Na realidade, o centralismo burocrático era atacado sobretudo por esvaziar as áreas rurais. Nessa perspectiva, o conteúdo substantivo do municipalismo é a reversão do abandono das populações rurais. Tal abandono resultava da expansão desigual – porque restrita aos núcleos urbanos de maior porte – da esfera pública sobre o território. Para o movimento paulista, em contraste, o municipalismo era equivalente à autonomia política e financeira. Como assinalado anteriormente, é essa ambiguidade radical que permite explicar a resiliência dessa ideologia (MELO, 2008, p. 57).

Rusgas à parte, o projeto de lei da Operação Município (nº 4.614, com as bases e diretrizes para a organização do Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais) foi proposto pelo deputado federal (e posteriormente, senador) Jarbas Maranhão, de Pernambuco, em 1954. As obras, serviços e demais empreendimentos previstos pela Operação Município seriam atendidos conforme consignações específicas:

A) a consignação de recursos para o início, até a conclusão, de obras e serviços públicos imprescindíveis às áreas municipais, especialmente no setor rural; B) a consignação de recursos para o prosseguimento ou a complementação de obras e serviços públicos existentes nos municípios, e a estes pertencentes; ou de outros, assegurados pela União, cuja entrega às administrações municipais será feita na forma e nos termos que a lei determinar; C) a consignação de recursos para serem entregues, a título de auxílio, às entidades privadas, cujas finalidades digam respeito a serviços de educação e saúde ou prestação de assistência social a título gratuito; bem como serviços cooperativos, se destinados a obras de melhoramentos e instalações, segundo programa quinquenal, previamente estabelecido para inclusão no Plano objeto da presente Lei; D) a consignação de recursos para estudos, projetos e respectiva implantação de reformas administrativas destinadas a racionalizarem o aparelho administrativo das

Prefeituras, incluindo-se nas mesmas a de reorganização dos serviços de secretaria das Câmaras de Vereadores, bem como formulação de anteprojeto de leis e regulamentos destinados a suprirem deficiências ou a aperfeiçoarem as atividades municipais; E) consignação de recursos para o estabelecimento de recursos, em larga escala, do sistema de revenda de materiais e equipamentos agrícolas aos pequenos lavradores, por intermédio das Prefeituras, ou das entidades cooperativas locais, mediante a assinatura de convênios especiais com a União; F) consignação de recursos para a concessão de ‘bolsas de estudo’ às administrações municipais para a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal; para a formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional concernente ao trabalho na agricultura, indústria e comércio; para a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal destinado a centros, hospitais e demais serviços de saúde; estabelecimentos de ensino rural-industrial de qualquer natureza, mediante a assinatura de acordos especiais entre a União, os Municípios e as entidades competentes, neste último caso se as respectivas entidades não forem serviços da primeira; G) consignação de recursos para a execução de melhoramentos urbanos, desde que vinculados à saúde e higiene das populações (BRASIL, 1954, p. 4265-4266).

Embora a Operação Município apresentasse como finalidade o direcionamento de investimentos rumo ao interior, os artigos C e F explicitavam, claramente, a quem se destinavam, de fato, os favorecimentos (auxílios aos setores privados) e os recursos educativos (formação de intelectuais e quadros tecno-burocráticos) levados a cabo pelo programa. O artigo A, em especial, defendia os esforços em favor das privilegiadas atividades rurais, “as quais se constituem em base de sustentação para o desenvolvimento econômico-social do país em geral, especialmente em relação à indústria e demais atividades de sentido tecnológico” (BRASIL, 1954, p. 4266-4267).

A Operação Município angariou maior projeção durante a presidência de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961. Seu governo ganhou notoriedade por conta de certas realizações econômicas, sendo que a mais relevante se ancorou na promessa de promover no país “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. De fato, durante o período JK, o Brasil apresentou um crescimento econômico contundente, por meio do qual a produção industrial “cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pela indústria de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%)” (SKIDMORE, 1982, p. 204).

O novo governo promovia uma política alinhada ao chamado “nacional desenvolvimentismo”, cuja ênfase direcionava investimentos às indústrias básicas, em uma nova etapa do processo de substituição de importações. JK suscitava apelos aos investidores nacionais (a quem oferecia uma política de créditos e promessas de crescimento nas demandas do mercado interno) e estrangeiros (a quem acenava com a

Instrução 113 da SUMOC [Superintendência da Moeda e do Crédito]⁶²) isentando firmas estrangeiras “da necessidade de providenciar ‘cobertura’ cambial externa para importar maquinaria, desde que estivessem associadas a empresas brasileiras – vantagem não gozada por firmas inteiramente nacionais” (SKIDMORE, 1982, p. 206). Além disso, JK contava com o governo norte-americano e com as agências internacionais de empréstimos para obtenção de recursos oriundos de fundos públicos externos, utilizados para implementar obras no setor público interno.

O período de governo de Juscelino Kubitschek atendeu a certas demandas da burguesia, por meio de políticas desenvolvimentistas para abertura da economia brasileira ao capital multinacional. Contudo, o aumento de gastos públicos para a execução do Plano de Metas, o descontrole das finanças externas e a elevação das taxas de inflação fizeram com que o seu mandato fosse encerrado com claros e preocupantes sinais de crise. A expansão inflacionária, inclusive, explicava em certa medida a incapacidade de JK em promover um sucessor, mesmo tendo levado a cabo uma vultosa e relativamente bem-sucedida política desenvolvimentista. Embora “se tratasse de uma inflação razoavelmente baixa, comparada a níveis posteriores, ela se converteria no principal eixo dos ataques ao governo. E facilitou, sobremaneira, a ascensão de Jânio Quadros, que se apresentava

⁶² Medida tomada ainda no governo de Café Filho, em 1955, que permitia “a importação sem cobertura cambial de equipamentos na forma de investimento direto estrangeiro. [Com a medida,] o governo tinha como objetivo aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, assim, modernizar rapidamente a indústria nacional. Tal forma de atrair capital estrangeiro também facilitava o investimento no País, ao diminuir a burocracia para sua entrada e instituir uma remuneração atraente para o mesmo” (CAPUTO; MELO, 2009, p. 518).

com a autoridade de quem poria ‘ordem no caos’” (BENEVIDES, 1991, p. 19). O referido “caos” se apresentava aos brasileiros, envolto em contornos inquietantes:

O Banco do Brasil já não tinha praticamente reservas de divisas, exauridas que foram para cobrir o déficit do balanço de pagamentos, da ordem de US\$ 290 milhões, em 1960, déficit esse que se esperava subisse para US\$ 455 milhões, em 1961. Também a expansão industrial, alimentada pela substituição das importações de bens duráveis de consumo, atingira um limite, em meio aos conflitos sociais, que se aguçavam nas cidades e no campo. A fraqueza do mercado interno tolhia-lhe o curso. A ociosidade das fábricas, segundo o ramo, variava entre 30% e 60%. A inflação, cujo ritmo se intensificara em 1959, já afetava também o consumo e comprometia a acumulação capitalista, carcomendo a base dos lucros, depois de propiciar, por muitos anos, o aumento da taxa de exploração da classe trabalhadora (BANDEIRA, 2001, p. 43).

Responsável por implementar um plano de metas que conseguiu alavancar a industrialização no período às custas do expressivo aumento da dívida externa e da inflação que perduraria nos anos posteriores, JK também articulou aproximações com o movimento municipalista, defendendo algumas das prerrogativas da Operação Município.

Em 12 de fevereiro de 1958, o Congresso Nacional decretou a instituição do Plano de Recuperação e Desenvolvimento dos Municípios, precedido por acordo interpartidário e fundos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com abertura de crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para execução dos trabalhos da Comissão Nacional Organizadora do Plano (BRASIL, 1958, p. 172-173).

O que podemos depreender das colisões municipalistas durante a implementação da Operação Município diz respeito às características intrínsecas do Estado capitalista, compreendido como “um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros”, onde táticas paradoxais e voláteis pretendem uma costura aos aparelhos estatais, ou seja, “táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama ‘a política’ do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 138-139).

O Estado, compreendido como condensação material de uma relação de forças, está atravessado tanto por contradições entre classes dominantes e subalternas, quanto pelas lutas e resistências entre as frações de classe burguesas no seio do controle do próprio Estado, alinhadas a distintos setores do modo de produção capitalista e defensoras de desígnios, muitas vezes, díspares (conquanto não necessariamente antagônicos). Tais características permitiram aos municipalistas a elevação de seus projetos e debates em direção ao seio estatal, constituído enquanto arena de discussões e disputas em torno da condução do próprio movimento, que se apresentava, simultaneamente,

administrado por múltiplas gradações políticas e econômicas, embora coerente em torno dos interesses de manutenção do *status quo*.

5.5 – O MUNICIPALISMO E A DEFESA DA (CONTRA)REFORMA AGRÁRIA

Os municipalistas também elaboraram teses a respeito da reforma agrária em, ao menos, quatro oportunidades (nos congressos nacionais de 1954 e 1959 e nos congressos paulistas de 1956 e 1961). Em primeiro lugar, entendemos que as pautas atinentes à reforma agrária não eram exclusivamente municipalistas, mas emergiam em variadas (e, por vezes, antagônicas) zonas de intersecção situadas nas sociedades civil e política.

Em segundo lugar, é imperioso que estabeleçamos, desde o início, as características da formatação (contra)reformista defendida pelo movimento municipalista: apoiada por poderosos latifundiários, possuía como objetivo primário “barrar” tendências reformistas mais radicais, preservando o *status quo* da histórica concentração fundiária brasileira. O “reformismo” municipalista abafava quaisquer discussões mais aprofundadas sobre o acesso à terra e o direito de propriedade, e discutia alternativas associativas mais “brandas”, cujos enfoques incidiam sobre o melhoramento produtivo.

E, em terceiro, cremos ser importante situar as principais características das contendas em torno da questão agrária – e, conseqüentemente, da reforma agrária – as quais, por sua vez, extrapolavam o próprio municipalismo e suas diretrizes.

Nesse sentido, os debates a respeito da questão agrária brasileira remontam aos germinais embates pela terra,

inaugurados pela antiquíssima política dos latifúndios. É preciso, pois, compreender que as lutas pela reforma agrária estão inseridas no quadro geral e histórico de lutas pela terra, que podem ocorrer à revelia dos projetos agrário-reformistas. A questão da reforma agrária envolve um

conjunto de reivindicações dos trabalhadores rurais pauperizados, envolve a nomeação e localização dos personagens, a constituição de identidades políticas e uma história de lutas sociais: de um lado, os que se apresentam no espaço público como demandantes de terra para trabalhar e se reproduzir socialmente; de outro, os que se identificam como empresários ou produtores rurais, mas que são, no processo de disputa política, identificados como latifundiários. Ao mesmo tempo, a expressão aponta uma saída historicamente constituída e incorporada às instituições estatais: a redistribuição de ativos fundiários, através da desapropriação de imóveis improdutivos (MEDEIROS, 2004, p. 211).

Após a década de 1930, observou-se no Brasil a inclusão de novos setores produtivos à economia nacional, em uma busca centrada: a) no desprendimento do eixo majoritário de acumulação concentrado no setor agrícola exportador e b) no fortalecimento do mercado interno, cujos resultados poderiam subsidiar a obtenção de recursos para importações de maquinarias e insumos necessários para o início do processo de industrialização nacional.

Tais orientações estimularam mudanças na reorganização dos espaços produtivos e na divisão social do trabalho agrícola, mas não possibilitaram alterações significativas na estrutura fundiária vigente. No âmbito decisório, embora os latifundiários tenham perdido suas posições exclusivistas na direção do estado restrito, não foram aliados da estrutura política, visto que “permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não-efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural” (SORJ, 1986, p. 21). Os grandes latifundiários conseguiram manter sob seu controle político as massas rurais, cujo poder de mobilização era considerado, para alguns autores, insuficiente:

A fraqueza histórica dos movimentos sociais camponeses no Brasil prende-se fundamentalmente a três fatores inter-relacionados:

a) a dispersão física e o padrão de ocupação da terra descentralizada, em contraposição aos clássicos agrupamentos camponeses (*villages*), limitando a comunicação e isolando a ação individual de resistência;

b) a existência da fronteira, permitindo canalizar permanentemente excedentes populacionais, limitando assim o processo de subdivisão das terras e empobrecimento dos camponeses; e

c) a inexistência, em grande parte do território nacional, de um campesinato livre anterior ao

latifúndio e em contraposição a este, com tradições históricas de autonomia e luta (SORJ, 1986, p. 22).

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a crescente penetração das novas configurações capitalistas na agricultura não determinou a extinção de formas de produção mais arcaicas, caracterizando uma formatação combinatória entre exploração do trabalho e configuração de um exército de reserva campesino pauperizado. O quadro geral viria a sofrer turbulências nas décadas de 1950 e 1960, quando as lutas pela reforma agrária ganharam projeção através de arregimentações sociais reformistas que passaram a ter mais espaço no cenário político, especialmente durante o governo de João Goulart, e também pelo advento de organizações sindicais e movimentos populares agrários, como as Ligas Camponesas, as quais se colocavam em zonas de disputas e encarniçados confrontos contra os latifundiários e seus procuradores.

Por um lado, os defensores da reforma alegavam que a medida seria uma condição básica para o pleno desenvolvimento capitalista no Brasil, e sua aplicação possibilitaria o “aumento da produção para o mercado interno; asseguraria o abastecimento alimentar; facilitaria o acesso à tecnologia moderna por parte dos pequenos produtores; aumentaria a produtividade da exploração familiar, enfim, acabaria com a ‘pobreza’ no campo” (MENDONÇA, 2008, p. 104). Por outro lado, os detratores da reforma afirmavam que as relações de produção capitalistas estavam se integrando à agricultura brasileira e, “portanto, a reivindicação de distribuição de terras teria perdido sua atualidade” (SORJ, 1986, p. 147).

Os municipalistas, integrados às esferas política e econômica (agrícola e industrial) e alinhados à defesa dos interesses fundiários, não tardaram a apresentar suas teses e projetos para a (contra)reforma agrária, refletindo seus interesses classistas. Em linhas gerais, pregavam uma formatação reformista branda sustentada pela noção de “cooperativas agrícolas”, baseando-se em princípios “morais”, “cristãos” e “anticomunistas”. Ao não atacarem a concentrada estrutura fundiária, defendiam a ideia de que a melhoria dos processos produtivos impulsionaria o crescimento econômico e, conseqüentemente, estabeleceria a distribuição equitativa das riquezas geradas.

A *Revista Brasileira dos Municípios* apresentava como lúcidas as ideias do então vereador Carlos Lacerda, pelas quais afirmava que uma das condições básicas para a reforma agrária seria “o desenvolvimento, mediante o sistema cooperativista, da cooperação, o qual permite novos métodos e novos processos de trabalho, de produção e de comércio no interior, e abre uma perspectiva educacional muito ampla” (Seguro Agrário, 1949, p. 168).

Amil Alves, do governo de Petrópolis, afirmava à *Revista Brasileira dos Municípios* que muito se falava sobre reforma agrária no Brasil, mas, no plano concreto das realizações, nada existiria, pois os “faladores” habituais “ou são os políticos meramente demagogos ou são os extremistas, e de todos conhecemo-lhes (sic) o chavão: ‘Acabemos com os latifúndios’”. Alves defendia, pois, a criação de distritos rurais, cujas atividades agrícolas seriam desenvolvidas em sistemas de cooperação. Caso a implantação de tal sistema fosse satisfatória, teríamos à disposição “a mais eficiente e democrática reforma agrária, sem combatermos os latifúndios, que cederão, naturalmente, aos

exemplos ao seu lado, sem exclamações demagógicas, senão ação e trabalho no sentido organizador e construtivo” (ALVES, 1950, p. 777-778).

Posição similar foi defendida por Stélio Manuel de Alencar Roxo, vinculado à prefeitura do Distrito Federal. Baseando-se nas proposições do historiador francês Gaston Roupnel (1871-1946)⁶³, asseverava que:

Em um todo composto de vários lotes, a propriedade pode permanecer parcelada; basta que a exploração seja unificada, quer dizer, assegurada pelas máquinas e por uma mão-de-obra ao serviço da coletividade. A povoação tenderá a se tornar, assim, uma associação de produtores e uma cooperativa de produção. Voltar-se-á aos tempos da exploração coletiva; voltar-se-á aos tempos de origem em que cada um estava ao serviço de todos... [...] Esta é a reforma agrária tal como a entendemos. Não cogitamos, nestas considerações, de uma possível modificação no critério da posse da terra; mas sim de uma imperiosa modificação

⁶³ De acordo com André Fabiano Voigt, Gaston Roupnel foi um historiador francês, contemporâneo e amigo de Gaston Bachelard. Em sua obra, “podemos ressaltar a importância de dois livros: *Siloë* – publicado em 1927 e revisado sob o título de *La Nouvelle Siloë* em 1945 – e *Histoire et Destin*, publicado em 1943. O primeiro serviu de inspiração para um livro de Gaston Bachelard, intitulado *L’Intuition de l’Instant*, no qual elogia a concepção roupneliana de tempo, centralizada no instante e na descontinuidade, complementado pelo livro *La Dialectique de la Durée*, em 1936. O segundo livro foi objeto de uma cuidadosa resenha que Braudel escreve e publica na revista *Mélanges d’histoire sociale* em 1944, admirando sua concepção de tempo longo e de ‘história estrutural’” (VOIGT, 2013, p. 190).

no critério de sua utilização (ROXO, 1952, p. 607).

A defesa da concentração fundiária continuou sendo executada ao longo das publicações municipalistas. Edgard Teixeira Leite, então Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade Amigos de Alberto Torres, criticava a “doutrina simplista dos parceladores”, que enxergavam “na divisão das terras o remédio para todos os males da agricultura – quer de caráter social, quer do lado econômico”; Leite defendia que “só a *produção organizada* poderá atender às necessidades do incremento da produção. Nós precisamos mais de *organização agrícola* do que de reforma agrária” (LEITE, 1948, p. 329). Em maiores detalhes, dizia o secretário:

Deve ser considerada num plano de trabalho a reforma agrária que está sendo indicada como medida salvadora, capaz de trazer, por si só, solução para numerosos males, entre outros o do êxodo rural, decréscimo da produção, aumento do custo da vida, etc. De tal modo se criou, entre nós, mentalidade contrária ao que se chamou latifúndio ou grande propriedade, ao mesmo tempo que se estabeleceu corrente de opinião favorável ao minifúndio ou pequena propriedade, que o parcelamento das terras é considerado como trazendo em seu bojo solução para tudo isso, espécie de panacéia para a cura de todos os males. A verdade é muito outra, porém. O parcelamento territorial nada resolve, por si, e não raro até complica o problema da

produção. *Não é por falta de terra que se produz pouco e mal, mas porque a terra não é bem aproveitada*, por uma série de fatores que podem ser resumidos em duas palavras: desorganização da produção (LEITE, 1948, p. 328-329).

Em linhas ainda mais radicais, o “coronel” Frederico Rondon, Diretor do Instituto de Colonização Nacional, alegava que a existência dos latifúndios estimulava as atividades agrícolas e impulsionava os sistemas de colonato (que não incidiam sobre a propriedade fundiária). Para ele, a divisão das grandes propriedades ocorreria por intermédio de procedimentos “naturais”, como o fracionamento das terras por heranças ou pela atuação das “leis do mercado”:

O regime do latifúndio e da exploração extensiva, sob o qual Mato Grosso incorporou aqueles 16,4% de seu território à economia agropecuária, não tem sido obstáculo ao povoamento. Nele vemos, ao contrário, um estímulo a esse povoamento, estímulo que deve ser mantido, enquanto perdurarem as razões de sua adoção, entre as quais a necessidade de dominar, no mais breve prazo, os maiores espaços, com os limitados recursos econômicos humanos disponíveis. A crescente subdivisão das grandes propriedades, verificada pelos últimos Censos, sem qualquer medida compulsória que implicasse sub-reptícia reforma agrária, tão somente pelos efeitos da lei

da oferta e da procura, ou pela sucessão hereditária, vem reforçar a nossa convicção a este respeito. [...] É, principalmente, no planejamento da colonização e assistência aos novos estamentos coloniais que se impõe aquela intervenção, tornando possível a implantação da pequena propriedade agrícola, sem os abalos econômico-sociais inevitáveis em qualquer reforma agrária que vise diretamente à grande propriedade (RONDON, 1953, p. 142).

O banqueiro Pedro Conde defendia que a possível reforma agrária brasileira deveria ser realizada “de maneira experimental”, de modo a contemplar as “necessidades de cada região” e não causar “choques”, “como o que ocorreu na agricultura brasileira em 1888, baseada no braço escravo e que com a brusca extinção da escravatura ficou desmantelada por muito tempo, com engenhos desmoronados e o povo empobrecido. A pressa é inimiga da perfeição” (CONDE, 1956, p. 130). A referida perfeição, contudo, não seria alcançada pela continuidade do regime escravista ou sua gradual transformação, mas implicava na condição que o rico e poderoso latifundiário “precisava destruir a escravidão para acabar com os entraves da ordem escravocrata e senhorial à expansão interna do capitalismo (ou seja, para garantir-se novas condições de desenvolvimento econômico, social e político)” (FERNANDES, 2006, p. 165).

Os municipalistas também defendiam a viabilidade de uma reforma agrária branda que, ao menos, funcionasse como instrumento para deter o “avanço do comunismo”. O ministro da Agricultura do segundo governo de Vargas, João Cleofas,

concedeu entrevista aos municipalistas, na qual apontava para a existência de dois tipos de reforma agrária: a violenta, no “sistema dos países que são contra qualquer reforma agrária e que de repente têm de fazê-la por meio de uma revolução – tal como aconteceu no México e principalmente na Rússia”; e a normal, existente em nações como “os Estados Unidos, a Grã Bretanha, a França e até a própria Argentina, países da reforma agrária permanente. Neles, a felicidade, a relativa prosperidade do homem do campo são a base da felicidade e da prosperidade nacional”. Para o ministro, constituiria erro fatal “deixarmo-nos influenciar pelos que, sendo contra a reforma agrária, tentam apresentá-la como uma invenção comunista: ela é, ao contrário, um dos meios mais eficazes de se imunizar um país contra o comunismo” (Comissão Nacional..., 1951, p. 400).

Contra as “ideologias extremadas”, competiria aos poderes constituídos no Brasil e aos municipalistas a apresentação de uma reforma agrária norteada por princípios “morais”. Odilon Benévolo afirmava que, “para fixar o homem à terra e evitar o êxodo das populações rurais, não basta retalhar os latifúndios geográficos e distribuir-lhes os lotes ou as glebas. Também de nada serve a repetição de *slogans* como o do ‘rumo ao Oeste’”. De acordo com Benévolo, a solução seria conceder aos trabalhadores do campo condições dignas e possibilidades de apego à terra:

Ora, essa acessibilidade da terra ao braço do trabalhador e ao capital realmente produtivo – que são aliados naturais e não adversários irreconciliáveis, como erroneamente ensinam os socialistas e os comunistas – só poderá ser conseguida mediante uma reforma social muito mais profunda e de conteúdo moral muito mais

elevado do que a que eles pregam (BENEVOLO, 1955, p. 133).

Machado Sant’Anna, concatenado aos discursos proferidos pelos municipalistas, também defendia uma reforma agrária “em forma humana”, ou seja, um projeto mistificado que não entrasse em confronto com a estrutura fundiária vigente, mas que possibilitasse o incremento produtivo como condição *sine qua non* para o desenvolvimento igualitário da sociedade:

Tanto se debate, agora, a reforma agrária. Uns, desejam-na de qualquer modo, como se estivéssemos em épocas de reviravolta social, sem atentar para os direitos dos proprietários da terra. Outros pensam que mediante simples decreto, o rurícola será o dono. [...] Não se quer tomar terra de ninguém. Não se pretende violentar direitos adquiridos. O que se deseja é o aproveitamento racional da própria terra para que não haja desperdícios e que tudo seja plantado, rendendo o solo, em juros dobrado, ao que a ele se dá (SANT’ANNA, 1962).

Entre fevereiro e março de 1962, o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho (pessedista, usineiro e empresário), apresentou ao Conselho de Ministros um anteprojeto a ser enviado ao Congresso Nacional, nomeado “Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento da Produtividade, Humanização do Homem do Campo”.

A entrega da pasta para Monteiro Filho constituía, para os interesses conservadores, “garantia de que o movimento para

uma mudança na estrutura agrária do Brasil não ultrapassaria os limites que o mantivessem assimilável pelo sistema, e assegurasse a manutenção da ordem no campo” (NATIVIDADE, 2011, p. 3-4). A proposta do Ministro da Agricultura – que, em vários pontos, se assemelhava à proposta municipalista – visava estabelecer a distribuição de terras por desapropriação de latifúndios improdutivos, conciliando os camponeses e a mecanização da lavoura por meio da formação de cooperativas, responsáveis por aumentar a produtividade e “humanizar” o trabalho no campo.

Contudo, para obter os recursos financeiros necessários para contornar o dispositivo constitucional que impunha a prévia indenização em dinheiro como forma de compensação pelas terras desapropriadas, o ministro propunha a edição de uma emenda constitucional para elevar o imposto territorial rural e transferir, da União para o Estado, a incumbência da cobrança do relativo tributo, mediante certas compensações aos municípios (elevação de mais 3% do valor do imposto de renda destinado às comunas).

A indenização para desapropriações por interesse social deveria ser paga em dinheiro, sendo a quantia “equivalente ao valor atribuído ao imóvel rural para efeito de pagamento do imposto territorial. Porém, seriam excluídas as valorizações decorrentes de obras ou serviços projetados ou executados por entidades públicas, paraestatais ou de economia mista” (NATIVIDADE, 2013, p. 78-79). Nesse sentido, ao cogitar tanto a transferência do imposto municipal quanto uma formatação indenizatória repudiada pelos grandes agricultores, Monteiro Filho colocou-se em rota de colisão contra os municipalistas.

O *Diário da Manhã* repercutiu, prontamente, a opinião dos municipalistas a respeito do anteprojeto de reforma agrária, com

especial destaque para o deputado e presidente do Conselho Deliberativo da ABM, Aniz Badra, segundo o qual “o povo não consentirá, de forma alguma, que se mexa no imposto territorial que a Constituição dá aos municípios. Acha que a luta por essa conquista foi muito grande, para ser desprezada de repente”. Além disso, Badra qualificava que a oferta ministerial “de mais 3% do imposto de renda, perfazendo um total de 18%, é um engodo, que os ruralistas não aceitam, que os municipalistas repudiam. Várias são as comunidades da Federação que terão grave prejuízo com semelhante inovação” (O projeto..., 1962).

Os ataques dos municipalistas não ficaram restritos aos aparelhos privados de hegemonia localizados na sociedade civil (imprensa), mas foram elaborados, também, nos intestinos do Estado restrito, mais especificamente na Câmara dos Deputados. Aniz Badra, entre os anos de 1962 e 1963, manifestou-se contrariamente ao projeto de Armando Monteiro Filho por meio de discursos proferidos em plenário.

Segundo pesquisa realizada por Melissa Natividade, Aniz Badra, em 21 de fevereiro de 1962, reafirmou seus protestos contra o projeto reformista defendido pelo então Ministro da Agricultura, especialmente no que tangia ao polêmico tema do direcionamento do imposto territorial rural para o controle da União. O municipalista realizou a leitura, contemplada pelos outros deputados, de um editorial assinado por *O Estado de São Paulo*, veiculado em 18 de fevereiro de 1962, no qual havia críticas ácidas ao projeto de Monteiro Filho. Conforme a retórica mistificadora de Badra/*OESP*, o problema agrário brasileiro não seria resolvido com a distribuição de terras, visto que no Brasil não faltariam terras a quem as quisesse cultivar: que o governo, ao invés de elucubrar tal repartição para quem não tinha preparo ou recursos para explorar as glebas, “cogitasse primeiramente de

assistir os atuais pecuaristas e agricultores – médios e pequenos – com créditos baratos, com uma orientação técnica sensata, com educação, com assistência sanitária e social, com meios de transporte rápidos e seguros” (BRASIL, 1962, p. 624). Badra encerrava sua fala defendendo os interesses dos agricultores, a quem seria necessário dar meios fáceis e produção abundante para que o problema agrário no Brasil fosse, automaticamente, resolvido.

Em março de 1962, os municipalistas (dentre eles, Machado Sant’Anna e Aniz Badra) foram recebidos pessoalmente pelo ministro da Agricultura, Monteiro Filho, para debates sobre a reforma agrária:

Recife, 23 (retardado) – Nesta manhã ensolarada, com alta temperatura, somos recebidos na residência do ministro Armando Monteiro Filho, da pasta da Agricultura. Jovem, culto, deputado federal, usineiro e cafeicultor, o ministro da Agricultura está seriamente preocupado com a reforma agrária, que entende ser primordial.

O assunto é exposto em linhas gerais pelo titular e a seguir abordado pelos representantes municipalistas. [...] Nenhuma terra será tomada, como se anuncia, em campanha demagógica contra a reforma, mas sim desapropriada e entregue ao cultivo. Aliás, nenhuma terra ocupada será motivo de desapropriação. A divisão será por propriedades, de 10, 20 e no máximo 30 hectares, dentro do sistema cooperativista.

[...] IMPOSTO TERRITORIAL: Informou o ministro que o imposto territorial é a mola mestra da reforma. Passando para o município, ficou a Nação sem meios para proceder à revisão. Justificou o pronunciamento do deputado Aniz Badra, contrário a volta desse imposto à União, pois fora uma luta de 16 anos e que se conseguira a emenda constitucional em momento oportuno. Entretanto, achava que melhorando a devolução do imposto de renda aos municípios, este ficaria mais fortalecido, eis que atenderia à todos.

25% NA DEVOLUÇÃO: O representante da Associação Paulista de Municípios, sr. Machado Sant'Anna, disse ser a devolução atual ainda ridícula, embora tivesse sido elevada para 15%, justificando que a mesma deveria ir a 25% (Importante reunião..., 1962).

As discussões a respeito da reforma agrária ganharam contornos de maior urgência para os segmentos fundiários no período em questão, muito por conta das atuações das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião no Nordeste, e de Leonel Brizola, à frente do governo estadual do Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1962 e 1963, Brizola, estimulado por manifestações populares, defendeu a expropriação, por interesse social, de terras “improdutivas” localizadas em latifúndios nas regiões de Sarandi (20.000 hectares para cerca de 5.000 camponeses) e Banhado do Colégio (25.000 hectares para cerca de 10.000 camponeses). De acordo com Bandeira, “alguns

círculos conservadores, chocados com esse clima de liberdade, acusaram o Governo de Brizola de patrocinar a agitação. O fato, porém, é que a ampliação das franquias democráticas permitiu, pela primeira vez, que as massas populares se manifestassem” (BANDEIRA, 1979, p. 72). O cenário de instabilidade política despertou, obviamente, os temores das alas vinculadas ao municipalismo agrarista.

As contendas entre Aniz Badra e o projeto de Armando Monteiro Filho continuaram em 1963 – mesmo após a renúncia de Monteiro Filho, em 26 de junho de 1962, e as posteriores nomeações de novos ministros para a pasta da Agricultura (Renato Costa Lima, José Ermírio de Moraes e Osvaldo Lima Filho). Em 13 de maio de 1963, Badra, chancelando-se enquanto representante legítimo das Associações Brasileira e Paulista de Municípios, apresentou ao Plenário um ofício assinado pela Associação Rural de Marília (SP), no qual expunha:

Pela presente estamos fazendo chegar às Vossas mãos o nosso “Grito de Alerta”, certos de que terá de vossa parte a acolhida que esperamos de um bravo defensor da democracia brasileira. Temos acompanhado com apreensão as marchas e contramarchas dos contatos políticos visando à reforma agrária, e não podíamos permanecer calados em assunto de tão alta significação para nós. Por trás das tão decantadas reformas de base, percebe-se claramente o tacão do comunismo internacional. Usam eles, os lacaios de Moscou, as mesmas artimanhas que os seus patrões russos [...]. Mas não nos pegarão

desprevenidos, e somente com o derramamento de sangue conseguirão ou não o seu intento. Disso pode estar certo Vossa Excelência. Todavia, confiamos em Deus que não será necessário chegar à luta fratricida para que o nosso Brasil alcance a almejada justiça social. Não somos, e nem poderíamos ser, contra as conquistas sociais. Somente esperamos que elas sejam alcançadas dentro do espírito de justiça, de respeito sagrado aos direitos do homem e democraticamente [...]. [Os deputados] Não podem, e como homens dignos, não devem se deixar levar por pressões e coações de espécie alguma. E lembre-se, nobre Deputado, que aqui em São Paulo somos cerca de 300.000 proprietários rurais, representando cerca de 1 milhão de eleitores e mais de 2 milhões de seres humanos, que, se necessário for e os deputados desejarem, aí compareceremos em Brasília para fazermos também a nossa pressão em defesa de nossos representantes e da democracia.

[...] Aproveitando-se da necessidade de resolver a situação de desamparo e abandono, em que se encontra a grande maioria dos trabalhadores rurais, [Os inimigos da Democracia e da Liberdade] procuram forçar o Congresso Nacional a aprovar uma Reforma Agrária injusta, inconstitucional e anticristã. Mas não nos iludem! Sabem que não será com esse famigerado anteprojeto enviado aos líderes partidários, que resolverão o problema agrário

nacional. O que visam eles é a destruição do sagrado direito de propriedade, rasgando a Constituição Federal e a posterior “cubanização” do País. [...] Cassado o direito de propriedade da terra, virá depois a cassação de todos os demais direitos de propriedade, com as reformas urbanas, comerciais, industriais, etc., numa avalanche incontrolável que nos levará inevitavelmente, com a estatização e a socialização de tudo, ao domínio voraz do comunismo internacional (BRASIL, 1963c, p. 415-416).

A estratégia de Aniz Badra articulava-se à defesa dos interesses das chamadas “classes produtoras”, no sentido de restringir, ao máximo, as alterações na estrutura fundiária vigente, a partir do estabelecimento de uma pululante “cortina de fumaça” anticomunista. O reformismo ministerial do governo Goulart era considerado uma mera artimanha demagógica, por trás da qual estariam alojados os verdadeiros e ocultos intentos do comunismo internacional (“lacaio de Moscou” a serviço de “patrões russos”, cujos propósitos seriam a “cubanização do País” e a “estatização e a socialização de tudo”).

Contra o “perigo vermelho”, armavam-se as classes produtoras com uma paradoxal estratégia defensiva: a confiança em Deus (força mediadora capaz de orientar a “justiça social” e impedir uma reforma de moldes “anticristãos”) e a prevenção ativa impulsionada por pressões políticas (exemplificadas pelo argumento quantitativo de eleitores e trabalhadores sob a influência das classes dominantes agrárias) e/ou embates violentos (o derramamento de sangue em prol da defesa da

propriedade). A propriedade, conjugada aos outros valores supracitados, era considerada derivação de um direito sagrado e defendida através de posicionamentos essencialmente conservadores por parte dos elaboradores (e, porventura, divulgadores) do documento classista.

É possível definirmos enquanto traços comuns e recorrentes do pensamento conservador “a importância dada à religião, a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação), [...] o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações” (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12), todos eles presentes – em maior ou menor gradação – no documento assinado pelas “classes produtoras” de Marília.

Além disso, o “voltar-se” ao passado (considerado um tempo idílico, exemplar e nostálgico) também constitui uma estratégia costumeira do pensamento conservador. Todavia, tal regresso apresenta, para os brasileiros, entraves e contradições, pois a valorização do passado nacional carregaria consigo o enaltecimento de um tempo permeado pela colonização, dominação metropolitana, escravismo, concentração fundiária e conflitos.

O recurso escolhido pelos agricultores para legitimar seu domínio sobre as propriedades fundiárias não se articulava ao passado, mas encontrava escopo em uma retórica transcendental de legitimidade, ou seja, na aceção de propriedade enquanto princípio divino. Para Gramsci, a doutrina cristã (e, em especial, o catolicismo) prega que a propriedade privada (especialmente a fundiária) seria um “direito natural”, reafirmando ser “o conceito de ‘direito natural’ essencial e integrante da doutrina social e política católica” (GRAMSCI, 2002a, p. 137). Ao comentar um artigo de Alessandro Chiappelli de 1931 (*Come s'inquadra il*

pensiero filosofico nell economia del mondo), o marxista sardo asseverava ser possível “buscar elementos para mostrar que em todo o mundo ocidental, à diferença do asiático (Índia), a concepção de Deus liga-se estreitamente à concepção de propriedade e proprietário”; Chiappelli compreendia que o conceito de propriedade não era apenas o centro de gravidade e a raiz do sistema jurídico ocidental, como também a “trama de toda a nossa estrutura civil e moral. Até nosso conceito teológico frequentemente se forjou com base neste modelo e, às vezes, representa-se Deus como o grande proprietário do mundo” (GRAMSCI, 2007a, p. 106).

Descontentes com as medidas ministeriais, e rivalizando com outros projetos de reforma agrária em discussão (como o “Projeto nº 93-A”, elaborado por Milton Campos; o “Projeto do Estatuto sobre a Terra”, elaborado pelo Deputado Herbert Levy; e o “Anteprojeto de lei da Reforma Agrária do Executivo de Goulart”, todos de 1963), os municipalistas, por intermédio do deputado Aniz Badra, lançaram e promoveram o seu próprio projeto reformista, nº 809, de agosto de 1963.

A proposta, apresentada por Aniz Badra, concentrava esforços para a formação de cooperativas agrícolas, sendo apoiada por um número expressivo de deputados, dentre os quais estavam Mário Covas (São Paulo, PST), Oswaldo Zanello (Espírito Santo, PRP), José Richa (Paraná, PDC), Juarez Távora (Guanabara, PDC), Cid Furtado (Rio Grande do Sul, PDC), Abel Rafael (Minas Gerais, PSD), Cunha Bueno (São Paulo, PSD), Pedro Aleixo (Minas Gerais, UDN), entre outros. A comissão de parlamentares apoiadores do projeto contava com 205 deputados (66 vinculados à UDN, 50 ao PSD, 39 ao PTB, 9 ao PSP, 7 ao PDC, 5 ao PR, 5 ao PTN, 3 ao PST, 3 ao MTR, 2 ao PL, 2 ao PRP, 1 ao

PRT e 11 a legendas híbridas ou não identificadas) (BRASIL, 1963, p. 5163).

Em síntese, a proposta de reforma agrária do deputado municipalista Aniz Badra pretendia promover a distribuição e redistribuição de terras por meio de normas baseadas em “programas regionalmente estudados, considerados os costumes, as condições de exploração econômica, o tipo de produção de cada região, a adequada utilização das terras, a improdutividade dos latifúndios e o excessivo parcelamento em minifúndios antieconômicos”. Aniz Badra defendia que seu projeto incentivaria a formação de “uma classe média rural, de pequenos e médios proprietários, desenvolvendo-lhes a atividade produtiva e, ao mesmo tempo, estimulando-lhes a capacidade aquisitiva” (BRASIL, 1963p, p. 5163). Os agricultores fixados à terra por meio das cooperativas teriam direito à prioridade na obtenção de financiamentos agrícolas por parte dos bancos oficiais e assistência técnica gratuita.

Em seu artigo 4º, o projeto de reforma agrária proposto por Aniz Badra instituía a garantia de “todos os direitos concernentes à propriedade e à posse da terra, constituindo como obrigação do proprietário ou possuidor, promover-lhe a exploração econômica, desde que se verifiquem as condições mínimas indispensáveis”. Não havendo as condições mínimas indispensáveis – cujos critérios para definição eram bastante voláteis – as desapropriações de terras por interesse social poderiam ocorrer (desde que se tratassem de glebas incultas, exploradas em desproporção com as dimensões ou possibilidades do imóvel, locais que não obedecessem ao plano de zoneamento agrícola ou minifúndios antieconômicos), tendo-se como justa a “indenização que for amigavelmente convencionada entre desapropriante e desapropriado ou a que, na ausência de acordo, seja fixada

judicialmente, na forma estabelecida para desapropriação por interesse público”. Os desapropriados teriam direito a uma “indenização devida”, que poderia ser paga em dinheiro ou, concordando o proprietário, “em letras hipotecárias, ações de sociedade de economia mista, bônus rurais ou títulos da dívida pública negociáveis em bolsa” (BRASIL, 1963p, p. 5163).

A Carteira de Colonização do Banco do Brasil seria utilizada como entidade financeira para as operações de venda de lotes rurais a particulares, e o Poder Público deteria a competência para estimular o desenvolvimento das colonizações privadas (a União poderia ceder terras a Empresas de Colonização).

O projeto apresentado por Aniz Badra possuía fortes traços de alinhamento aos desígnios municipalistas, especialmente os de autonomia. Enquanto o projeto de Armando Monteiro Filho possuía um cunho mais distributivista, “argumentando a necessidade de eliminação de formas ‘irracionais’ de exploração da terra, como o latifúndio e o minifúndio”, o projeto de Aniz Badra adotava uma postura mais produtivista, preocupada “com a industrialização do campo e a introdução de novas tecnologias na produção rural” (NATIVIDADE, 2013, p. 96).

Os dois projetos também se afastavam ao versarem sobre as formas de pagamento para as indenizações por desapropriação: enquanto o programa de Armando Monteiro Filho estabelecia que o valor pago ao desapropriado deveria ser feito em dinheiro, mas a partir de uma quantia equivalente ao valor atribuído ao imóvel rural para efeito de pagamento do imposto territorial, o programa de Aniz Badra fixava que os valores indenizatórios deveriam ser pagos em dinheiro ou (com a aquiescência do proprietário) letras hipotecárias, bônus rurais, ações de sociedade de economia mista ou títulos da dívida pública negociáveis em bolsa. Em síntese, o projeto de Badra se

apresentava de forma “mais agradável aos interesses das classes produtoras, uma vez que, previa uma indenização ‘amigavelmente convencionada entre desapropriante e desapropriado’, deixando bem vago o critério de estabelecimento do valor da indenização” (NATIVIDADE, 2013, p. 89-90).

O (contra)reformismo de Aniz Badra recebeu algumas divulgações elogiosas por parte do *Diário da Manhã*, periódico ribeirão-pretano sob direção de Machado Sant’Anna. Conforme reportagem publicada em 18 de agosto de 1963, as proposições de Badra teriam como mérito visar o “sadio objetivo de estimular o aumento da produtividade agrícola e possibilitar a formação de uma classe média rural, estabelecendo uma série de medidas que criem condições adequadas de bem-estar social no campo”, por meio do fornecimento de subsídios úteis para a reformulação dos agricultores em “cooperativas agrárias” (Regionalização..., 1963). Outro ponto elogiado pelo periódico foi o “contorno da dificuldade” para solucionar o problema do pagamento das desapropriações por interesse social.

Mesmo com o apoio dos municipalistas, o projeto de Badra foi rejeitado em 14 de março de 1965. Antes disso, em novembro de 1964, já sob a vigência do governo militar, foi aprovado o Estatuto da Terra, cujas diretrizes básicas eram oriundas de recomendações feitas por integrantes do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), segundo os quais seria necessária “uma complexa tributação progressiva para forçar grandes proprietários a adotarem técnicas de modernização ou vendessem suas terras”, o que forçava a extinção de certos pontos de estrangulamento na agricultura, visando “melhor distribuição dos fatores de produção, modificando formas arcaicas de posse de terra. Foram enfatizados o aumento dos recursos agrícolas, a mecanização e o desenvolvimento de redes de distribuição

adequadas para os produtos” (DREIFUSS, 1981, p. 434-435). Todavia, os formuladores do Estatuto da Terra denotavam clara preocupação em “resguardar os grandes proprietários e dar-lhes tempo e oportunidade para enquadrarem-se como empresários rurais” (NATIVIDADE, 2013, p. 150), chancelando um processo de modernização conservadora no campo brasileiro.

Após explorarmos, em perspectiva mais abrangente, as principais características e projetos ventilados pelos municipalistas, ater-nos-emos às participações de Machado Sant’Anna junto à “marcha do municipalismo”, de modo a compreendermos como as suas atuações conjugavam-se aos princípios e práticas do movimento em seu sentido mais amplo.

Machado Sant’Anna se tornou conselheiro da APM em 1955, e desempenhou a função de secretário geral da associação de 1962 a 1971. Foi membro das delegações que participaram dos congressos nacionais de São Vicente, São Lourenço, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba (onde desempenhou a função de vice-presidente do encontro) e dos congressos paulistas de Campinas, Catanduva, Ribeirão Preto, Santo André, Franca, Botucatu, Serra Negra (onde atuou como 1º vice-presidente), além de Campos do Jordão, Águas de Lindoia e Santos (nos quais atuou como secretário geral).

Além de ter promovido amplamente os congressos por meio dos jornais *A Tarde* e *Diário da Manhã*, Machado Sant’Anna também apresentou diversas teses nos eventos municipalistas. Em 1953, no encontro de Santo André, em conjunto com a delegação ribeirão-pretana formada pelos vereadores Romero Barbosa (PTB) e Lourenço Roselino Filho (UDN), apresentou proposições no âmbito das finanças, defendendo “transferir aos municípios todos os impostos e taxas referentes à veículos” e “estabelecendo em lei, a reversão de 10% da diferença entre a

arrecadação federal e a municipal, cuja aplicação deverá ser feita exclusivamente em obras públicas de emergência” (Instalou-se..., 1953).

No congresso de São Lourenço, realizado em 1957, a delegação ribeirão-pretana, composta por Machado Sant’Anna e pelos vereadores José do Carmo Guimarães Marques Ferreira (PSP) e Álvaro Cardoso (PSD), sugeriu a elevação para 20% na distribuição do Imposto de Renda aos Municípios, sendo “10% distribuídos como atualmente e os restantes 10% proporcional ao que pagam os respectivos municípios. Houve, porém, oposição na própria bancada paulista e o projeto foi depois retirado” (Uma proposta..., 1957). Ainda em 1957, durante o congresso de Franca, uma delegação liderada por Machado Sant’Anna e composta pelos vereadores Olímpio Rossi (PTN), Álvaro Cardoso (PSD) e Morgade Miranda (PSP), sugeriu que fossem empregados “todos os meios para a elaboração de lei concedendo empréstimo às Prefeituras para a construção de hotéis, por intermédio da Caixa Econômica Estadual” (Construções de hotéis..., 1957).

No congresso de Campos do Jordão, realizado em 1959, Machado Sant’Anna apresentou estudos acerca da reforma agrária. Para ele, a cidade de Ribeirão Preto já estaria realizando, com sucesso, empreendimentos reformistas que poderiam ser copiados por outras urbes:

O município de Ribeirão Preto possui – talvez a primeira no Brasil – uma lei, que traz em seu bojo o alvorecer de uma reforma agrária municipal, com finalidades várias. De um lado, estimular a formação, nas proximidades das cidades e nas terras ribeirinhas dos municípios, de hortas e pomares conjugados com criações de

pequenos animais; de outro, possibilitar, aos realmente interessados, a aquisição de pequenos tratos de terras destinados a esse mister. O fomento de hortas, pomares e granjas, principalmente se tecidos através de bem orientadas e organizadas cooperativas, coadjuva no abastecimento das cidades e vilas com verduras, ovos, aves e frutas, e estimula o aproveitamento racional e intensivo de terras nas proximidades das cidades ribeirinhas e cria novas fontes de riqueza.

[...] Caberia ao Estado, pelos seus estabelecimentos de crédito e do Instituto de Previdência, financiar o empreendimento, através do Município, em proporções razoáveis, a fim de possibilitar aos menos favorecidos a aquisição de suas terras, respeitando-se, também, a propriedade privada, que receberia seu justo e razoável valor. Invoque-se, para tanto, o artigo 147 da Constituição Federal.

O município de Ribeirão Preto possui a Lei Municipal nº 412 de 18-5-1955, que proíbe, na zona ribeirinha, loteamentos urbanos e autoriza, nos seus arts. 3º, 4º, 5º e 6º, a aquisição de terra por parte do Municípios e a sua venda a terceiros pelo mesmo valor da compra, em prestações semestrais iguais (20) sem entrada e juros de 9% ao ano. Outrossim, são também traçadas as normas de venda e o uso do respectivo solo. Ficou o executivo autorizado a lançar mão para tal fim de parte do

empréstimo autorizado com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em importância girando em torno de cinco milhões [...]. A lei, embora de 1955, por motivos óbvios, ainda não teve aplicação integral no município. Todavia, ela aí está como mais um marco no balizamento da reforma agrária (Congressos dos Municípios, 1959).

A lei municipal⁶⁴ citada por Sant'Anna, ainda que não aplicada integralmente ao cotidiano citadino, traria consigo, ao

⁶⁴ A Lei Municipal 412, aprovada em 18 de maio de 1955, dispunha sobre o loteamento ao longo dos cursos d'água e dava outras providências:

“Art. 1º: Fica proibido o loteamento, para fins residenciais das terras marginais aos cursos d'água além de um círculo, cujo centro é a Fonte Luminosa da Praça XV de Novembro e o raio de um mil e, quinhentos metros.

§ Único: O limite marginal da proibição é de 100 metros, salvo os casos especiais que poderá ser uma estrada, ruas já existentes ou em que as condições topográficas denotem vantagens em maior aproveitamento dessas áreas para os fins previstos nesta Lei.

Art. 2º: O loteamento das terras de que trata o artigo anterior só poderá ser feito em lotes não inferiores a um hectare, destinadas, exclusivamente às explorações hortícolas, visando o abastecimento da cidade.

Art. 3º: O Poder Público Municipal fica autorizado a desapropriar, por via amigável ou judicial, as terras marginais caracterizadas pela presente lei para loteá-las e vendê-las a horticultores que por si ou com sua família venham cultivá-las.

Art. 4º: As terras desapropriadas pelo município serão vendidas a horticultores pelo preço de custo, juros de 9% ao ano e em vinte prestações semestrais iguais e sem entrada.

Art. 5º: A Seção de Engenharia Rural do Departamento Rural fará o levantamento da área que passa interessar à exploração hortícola.

§ Único: O Prefeito Municipal tomará as medidas necessárias a fim de estar a área levantada dentro de 180 dias.

Art. 6º: O Prefeito Municipal, dentro de 60 dias da promulgação da presente lei, baixará um regulamento no qual entre outros, constarão os seguintes itens:

a) que as terras desapropriadas pelo município somente serão cedidas a horticultores que venham por si ou com a sua família explorar a referida área; b)

menos no plano teórico, prerrogativas caras aos municipalistas quanto à temática da reforma agrária, conforme mostraram as teses e os projetos debatidos nos Congressos Municipalistas e na Câmara dos Deputados.

A estrutura organizativa dos trabalhadores do campo deveria, preferencialmente, orientar-se para a composição de cooperativas agrícolas; o respeito à propriedade privada estava garantido, segundo as determinações constitucionais do artigo 147, que instituía poder ser o uso da propriedade condicionado ao bem-estar social, desde que observado o parágrafo 16 do artigo 141, que instituía, por sua vez, ser afiançado o direito de propriedade, “salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (BALEIRO; SOBRINHO, 2012, p. 82); e os trabalhadores do campo estariam integrados ao sistema financeiro através do compromisso de honrar o pagamento dos lotes arrendados, com prazos e juros determinados. Em suma, caberia ao Estado preservar o “sagrado direito” à propriedade privada e o domínio dos latifúndios, além de gerar linhas de crédito a certos produtores – os “menos favorecidos” – a juros

que os beneficiados pela presente lei comprometem-se a seguir a orientação técnica e a fiscalização ministrada gratuitamente pelo Departamento Rural. c) que essas áreas não poderão ser vendidas a terceiros sem o consentimento da Prefeitura Municipal, que sempre terá preferência na aquisição; d) que essas terras e os produtos dela gozarão de isenção de todos os impostos municipais; e) que, tanto quanto possível, far-se-á um sistema de irrigação socializada nessas áreas sob a orientação técnica do Departamento Rural.

Art. 7º: As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias em orçamentos futuros.

Art. 8º: Fica o Prefeito Municipal autorizado a dispender por conta do empréstimo de que trata a Lei n. 238, de 25 de junho de 1.952 até a importância de cinco milhões de cruzeiros para aquisição das terras de que trata a presente lei (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 1955).

considerados “módicos” (embora, muitas vezes, tais cobranças tenham estimulado círculos viciosos de endividamento).

Por outro lado, no congresso municipalista de Curitiba, realizado em 1963, Machado Sant’Anna apresentou tese em defesa das atividades turísticas. O jornalista, empresário e político municipalista alegava que o turismo representava, para os grandes países, uma das “veias jugulares” da economia, fator de constantes vigilâncias e cuidados, posto ser o turista “um ser merecedor de todas as atenções, porque ele não só traz divisas, como se torna propagandista dos pontos onde esteve e onde foi bem recebido e melhor tratado” (SANT’ANNA, 1963).

De acordo com Sant’Anna, o turista em terras brasileiras, ao contrário do que se observaria em outros países, seria obrigado a encarar uma verdadeira *via crucis*, com funcionários descorteses e mal-educados, desde os carregadores dos aeroportos ou portos, até “o porteiro, a recepção, o ascensorista, a camareira, a péssima mesa, o horrível café requeitado, a demora em atender, enfim, em matéria de turismo estamos exatamente no ano de 1500. Somos os mesmíssimos botocudos de arco e flecha a espera dos descobridores”. Ao defender o turismo como um ramo de alta rentabilidade, sugeria ao plenário congressista a organização de um grupo de trabalho composto por interessados da Associação de Hoteleiros do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, Federação das Associações Rurais e Confederação Nacional do Comércio, para o desenvolvimento de estudos orientados por dados estatísticos, de modo a traçar um perfil socioeconômico dos turistas e selecionar os principais pontos turísticos do país, empregando, nesses locais, “dentro de um plano diretor elaborado por técnicos, as verbas precisas para transformar o ambiente em atração de maneira a chamar as correntes turísticas internacionais” (SANT’ANNA, 1963).

No congresso de Santos, realizado em 1965, Machado Sant'Anna explicou, novamente, sobre o turismo, encarado como “educação” e “desenvolvimento de relações públicas”, sugerindo “medidas de ordem fiscal, capazes de elevar os objetivos turísticos ao mais alto padrão de higiene, conforto e segurança. Daí a necessidade de entrosamento preconizada, entre as diversas Secretarias de Estado” (Fraternidade e compreensão..., 1965).

Por fim, no congresso de Águas de Lindóia, realizado em 1964, Machado Sant'Anna defendeu tese que propunha a reversão do imposto sobre lucros imobiliários, da União para os municípios. Sant'Anna questionava a real parcela de colaboração do governo federal para a fixação de tal imposto, defendendo ser o município, por meio de seus serviços básicos, o principal responsável pela valorização dos imóveis: “se as Prefeituras é que dão calçamento, água e esgotos, melhorias urbanas e rurais, por que o governo federal haverá de receber o imposto decorrente desta valorização?” (Tese aprovada..., 1964). Sugeriu, pois, encaminhar ao bloco municipalista da Câmara Federal a reivindicação para que fosse apresentada uma emenda constitucional, visando inverter os direcionamentos tributários.

Podemos perceber que as proposições de Machado Sant'Anna estavam alinhadas aos desígnios gerais defendidos pelos municipalistas durante os congressos. Suas teses versavam a respeito de alterações constitucionais que favorecessem os municípios (e, conseqüentemente, os municipalistas), sobre alternativas produtivistas de reforma agrária (que não fossem atentatórias ao direito de propriedade privada e impusessem aos trabalhadores do campo vinculações ao sistema financeiro e creditício) e acerca de atividades alternativas para geração e captação de recursos por meio do turismo e da construção de hotéis (cujos principais beneficiários seriam os membros das

classes dominantes, que aproveitariam as facilidades e isenções tributárias para dinamizar seus investimentos).

5.6 - MACHADO SANT'ANNA E AS CONQUISTAS DO MUNICIPALISMO

Muitas das temáticas, conclusões e recomendações municipalistas nos âmbitos constitucionais, institucionais, financeiros e agrários, difundidos por intermédio de discursos e práticas orientados ao Estado restrito, não lograram o êxito desejado. Contudo, os municipalistas desfrutaram, ao longo das décadas de 1950 e 1960, de alguns sucessos.

Os municipalistas da APM conseguiram pressionar o governo de São Paulo a aprovar medidas facilitadoras de financiamento para construção ou reforma de hotéis. Em 1957, durante o Congresso dos Municípios Paulistas realizado em Franca, a delegação ribeirão-pretana, composta por Machado Sant'Anna, Luciano Lepera, Álvaro Cardoso, Morgade de Miranda e Olímpio Rossi, apresentou a proposição ao governo do Estado, para que autorizasse a Caixa Econômica Estadual a realizar empréstimos para a construção ou reforma de hotéis no interior.

Conforme publicações do *Diário da Manhã*, em agosto de 1959, o governador Carvalho Pinto assinou ato autorizando a Caixa Econômica Estadual a conceder empréstimos destinados à construção e reformas de hotéis nos municípios paulistas. Os empréstimos ora concedidos atingiriam o limite máximo de 10 milhões de cruzeiros (depois ampliado para 20 milhões de cruzeiros), a juros de 12% ao ano, amortizados em 10 anos pela tabela *price* (Empréstimo..., 1960).

Em 18 de outubro de 1960, Carvalho Pinto ratificou o ato com a assinatura da Lei 5916, que modificava pontos da Lei 2722,

de 1954. Pela antiga lei, as empresas ou particulares que construíssem hotéis no território do estado (excetuando o compreendido pelo município da Capital) dentro de um prazo de 5 anos teriam as seguintes regalias: “isenção de pagamento dos impostos estaduais que gravarem as respectivas construções; isenção pelo prazo de cinco anos dos impostos que incidirem sobre esse ramo de negócios” (SÃO PAULO, 1954). A nova lei confirmava a ampliação para dez anos do período de isenção de impostos.

As novas prerrogativas também foram debatidas pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Em 20 de maio de 1960, houve a 1ª discussão do projeto de lei 19-60, dispondo sobre a isenção de impostos municipais aos hotéis que, porventura, se instalassem no município. O vereador Reis Villalobos (PRP), ao ocupar a tribuna, teceu comentários contrários à aprovação do projeto, por entender que o município não estaria em condições financeiras para conceder as isenções tributárias propostas. De acordo com o vereador, a construção de hotéis em Ribeirão Preto “não depende de se isentar tributos, eis que não servirá de estímulo a ninguém, citando por exemplo a Lei nº 757, que isenta todas as indústrias que se instalarem no Município, o que, não obstante, não serviu para estimular a nenhuma indústria a vir se instalar nesta cidade” (RIBEIRÃO PRETO, 1960).

O mesmo Reis Villalobos, em 25 de maio de 1960, direcionou suas críticas aos dirigentes do jornal *Diário da Manhã* (em especial, Machado Sant’Anna), chamando-os de “deslocados no tempo, pois quando existem inúmeros problemas de ordem social e econômica para o país resolver, usam de seu jornal para apregoar o luxo, tais como hotéis suntuosos, o que representa, no seu entender, medida fútil face às contingências do momento” (RIBEIRÃO PRETO, 1960a).

O vereador Said Issa (PSP) achava perigoso abrir precedentes por meio da concessão de isenções, lembrando a “existência de lei específica que isenta as novas indústrias a se instalarem no Município, de uma forma geral, e que comprovada a condição de serem os hotéis indústrias e não estabelecimentos comerciais, não há necessidade, a seu ver, da aprovação do projeto” (RIBEIRÃO PRETO, 1960b).

O vereador municipalista Welson Gasparini (PDC) lamentava aquilo que considerava ser uma “deturpação” do projeto na tribuna, uma vez que o incentivo às indústrias hoteleiras havia sido “tese vitoriosa no último Congresso Municipalista e que os 12% cobrados pela Caixa Econômica aos proprietários de hotéis, a seu ver, constitui ótimo negócio e que somente benefícios trará ao Município” (RIBEIRÃO PRETO, 1960c).

Entre idas e vindas, a Câmara Municipal aprovou, na data de 8 de julho de 1960, a assinatura da Lei nº 933, que promovia a isenção de impostos por 10 anos aos hotéis que se enquadrassem nas regulamentações da Caixa Econômica Estadual (nº CA/14/59 Grupo A). Machado Sant’Anna justificava a importância das leis de fomento à hotelaria pelo argumento de que “a ausência de estabelecimentos hospedeiros, em nosso país, tem afugentado as correntes turísticas e impedido que tenhamos uma fonte considerável de divisas na melhor de todas as indústrias”. Sant’Anna adotava uma retórica agressiva contra os detratores de seu projeto, posto que, “para os que não viajam, para esses infelizes que nascem, vivem e morrem dentro de um círculo limitado, turismo é grã-finagem, é tolice, é supérfluo”; para ele, ao contrário, “há isenção por 10 anos, há financiamento por parte da Caixa Econômica Estadual até 20 milhões iniciais. O

hotel é ótimo negócio, como se pode ver através dos existentes em nossa cidade” (SANT’ANNA, 1960d).

As atividades hoteleiras, mesmo promovidas como ótimos negócios e incentivadas pelas isenções federais, estaduais e municipais, sofreram significativo decréscimo em número de estabelecimentos na década de 1960: em 1966, o Brasil contava com 7.909 hotéis; em 1968, o número de estabelecimentos passou a ser 7.889, perfazendo uma queda de 0,3% em âmbito nacional (IBGE, 1968-1970).

Para além das discussões sobre turismo e hotelaria, em 1961, os municipalistas conseguiram pressionar os governos paulista e federal a aprovarem financiamentos para a compra de motoniveladoras pelas prefeituras municipais. As motoniveladoras eram máquinas utilizadas para nivelar terrenos irregulares e pavimentar ruas ou estradas.

Os municipalistas – em especial, os elementos de proa da APM – articularam-se a uma empresa norte-americana, Huber-Warco, para a divulgação dos benefícios que as motoniveladoras trariam aos municípios. Em 12 de fevereiro de 1961, houve uma reunião na Chácara Flora, em São Paulo, que congregou industriais estadunidenses (Jack Jones e George Howser, presidente e vice-presidente da organização Huber-Warco, respectivamente) e figuras político-empresariais brasileiras (como o deputado Domingos Lott Netto e o próprio Machado Sant’Anna). Os empresários norte-americanos vieram ao Brasil para visitar as instalações da filial brasileira da Huber-Warco, em Mogi das Cruzes/SP. O deputado Aniz Badra, inclusive, esteve nos Estados Unidos para visitar a fábrica da Huber-Warco, em dezembro de 1961, acompanhado pelo industrial Adalberto Clemente.

Em 4 de maio de 1961, o *Diário da Manhã* noticiava que o presidente Jânio Quadros, atendendo às solicitações dos municipalistas vinculados a APM, autorizou a Caixa Econômica Federal a financiar a aquisição de motoniveladoras pelos municípios brasileiros. Em telegrama enviado ao deputado Aniz Badra, Quadros assegurou que os municípios estavam autorizados a realizar as operações pelo respaldo dos decretos nº 50.316 (assinado em 6 de março de 1961, cujo artigo 14 preconizava que as Caixas Econômicas Federais dariam prioridade aos empréstimos a Estados e Municípios, para instalação e reforma de serviços de água e esgoto, compra de maquinário agrícola ou rodoviário, etc.) e nº 50.474 (assinado em 18 de abril de 1961, que autorizava as Caixas Econômicas Federais a realizar operações de crédito com os Municípios, por antecipação de receita).

As relações entre os municipalistas da APM e os industriais da Huber-Warco tornaram-se publicamente mais explícitas a partir de 7 de maio de 1961, posto que prefeitos, vereadores, diretores da APM, jornalistas e demais “pessoas gradadas” haviam sido convidadas a visitar as instalações da Huber-Warco, ocasião na qual poderiam conhecer a motoniveladora da empresa, considerada “ideal para as Prefeituras e demais entidades de serviços públicos”, sendo que em Serra Negra, “por ocasião do 8º Congresso Estadual dos Municípios, teve ocasião de fazer inúmeras demonstrações, comprovando a sua alta classe” (Motoniveladora..., 1961).

Em 23 de setembro de 1961, o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, enviou um memorando ao presidente da Caixa Econômica Estadual, Teófilo Ribeiro de Andrade, determinando um aumento de 5 para 10 anos nos prazos para resgate dos débitos das prefeituras paulistas, no sentido de facilitar a

aquisição de motoniveladoras financiadas pela autarquia. A medida foi festejada pela APM, que arrogou para si própria o mérito da decisão governamental. Segundo reportagem do *Diário da Manhã*, a decisão de Carvalho Pinto era “uma autêntica vitória da Associação Paulista de Municípios que há tanto tempo vem se batendo por esse desiderato”, visto que a APM havia encampado tais deliberações “em audiências seguidas com o governador. Carvalho Pinto fez ponto de honra na conquista dessa justa reivindicação do interior, em trabalho ativo dos srs. Aniz Badra, Emílio Nei Coutinho e Corifeu A. Marques” (Expressiva vitória..., 1961).

As “audiências seguidas” com governadores de São Paulo também foram promovidas pelos municipalistas da APM. A partir de 1953, com a presidência de Aniz Badra à frente da associação, os acessos ao gabinete governamental do Palácio Campos Elíseos tornaram-se mais facilitados. Em agosto de 1953, foram definidos os parâmetros para os encontros entre o governador (no caso, Lucas Nogueira Garcez) e o presidente/demais diretores da APM, estabelecendo-se que “as audiências serão dadas em caráter especial, podendo o sr. Aniz Badra levar em sua companhia prefeitos ou vereadores que tenham casos de urgência a tratar. As audiências ficaram nas primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês” (Vários assuntos..., 1953). As recepções aos municipalistas foram praticadas por Lucas Nogueira Garcez, Jânio Quadros, Carvalho Pinto e Adhemar de Barros.

Todavia, o maior êxito dos municipalistas deu-se com a aprovação da Emenda Constitucional nº 5 (inicialmente nomeada como emenda constitucional 1-A), proposta em 1º de maio de 1959 pelo deputado federal municipalista Osmar Cunha (PSD). O projeto foi apoiado pelos deputados Plínio Salgado (Paraná, PRP), Rui Ramos (Rio Grande do Sul, PTB), Cunha Bueno (São Paulo,

PSD), Amaral Furlan (São Paulo, PSD), Miguel Calmon (Bahia, PSD), Régis Pacheco (Bahia, PSD), Doutel de Andrade (Santa Catarina, PTB), Franco Montoro (São Paulo, PDC), Ney Braga (Paraná, PDC), José Alkmin (Minas Gerais, PSD), dentre outros componentes de um bloco formado por 95 parlamentares (sendo 37 vinculados ao PSD, 23 ao PTB, 8 à UDN, 6 ao PSP, 5 ao PDC, 2 ao PSB, 2 ao PRP, 2 ao PST, 1 ao PTN, 1 ao PL e 6 à legendas híbridas ou não informadas). A emenda constitucional instituía novas discriminações de renda a favor dos municípios brasileiros, através de alterações nos artigos 15, 19 e 29 da Constituição Federal (PEC 1/1959).

Quanto ao artigo 15, a emenda constitucional previa que a União entregaria aos municípios 10% do total arrecadado sobre o consumo de mercadorias; a União também entregaria aos municípios 15% do total arrecadado sobre o imposto de renda e proventos de qualquer natureza, sendo que, ao menos, metade da importância entregue deveria ser, obrigatoriamente, aplicada em benefícios de ordem rural (melhorias das condições econômicas, sociais, sanitárias ou culturais das populações rurais). Quanto ao artigo 19, o projeto propunha a competência dos Estados para decretar impostos sobre transmissão de propriedade *causa mortis*, vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores (inclusive industriais); exportação de mercadorias de sua produção para o exterior; atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia. Por fim, o artigo 29 seria redigido de modo a acrescentar ao controle municipal os impostos sobre propriedade territorial rural e sobre a transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* (BRASIL, 1959, p. 1826).

Em 27 de abril de 1961, os deputados federais votaram, em grande maioria, favoravelmente à emenda constitucional, com

221 votos favoráveis e 2 votos desfavoráveis. O deputado Cunha Bueno expressou seus cumprimentos e felicitações aos “integrantes da bancada municipalista, que têm defendido com ardor todas as reformas para redenção dos municípios”; já o deputado Aniz Badra afirmou que “o Brasil, de pé, presta uma homenagem à Câmara dos Deputados neste momento em que vota, pela primeira vez, uma emenda constitucional que visa a redenção dos municípios brasileiros”; o deputado Plínio Salgado, além de tecer autoelogios por ter sido o fundador do primeiro partido municipalista brasileiro entre 1918 e 1919, afirmou que “a autonomia dos municípios para nós é gerada no próprio direito natural e, assim, é realmente a célula mater de uma nação”; com a aprovação da emenda, Salgado assegurava ter sido escrita “uma página formidável nos Anais da história do municipalismo do Brasil. E o meu partido não poderia deixar de estar presente para exprimir seu regozijo”; o deputado Osmar Cunha, autor do projeto, disse que “o Congresso Nacional deu, por certo, uma demonstração, através dos seus Deputados, de que ama o povo que lá fica no nosso interior e que aqui é por eles representado” (BRASIL, 1961, p. 2772-2773).

Em 25 de agosto de 1961, na segunda votação da emenda, nova vitória dos municipalistas: 220 favoráveis e nenhum voto desfavorável ao projeto. Osmar Cunha explanou que as reformas proporcionariam “condições de desenvolvimento e progresso político, social e administrativo de que precisam as comunas brasileiras, como coração que são da própria nacionalidade” (BRASIL, 1961a, p. 6152).

Em 21 de novembro de 1961, o projeto, rebatizado como Emenda Constitucional n^o 5, foi aprovado pelo Senado. As principais alterações da emenda incidiam sobre os artigos 15, 19

e 29 da Constituição⁶⁵, com as seguintes determinações: a União entregaria aos municípios 10% do total arrecadado pelo imposto sobre o consumo de mercadorias; a União também direcionaria aos municípios 15% do total arrecadado pelo imposto de renda e proventos de qualquer natureza, sendo que, ao menos, metade da importância entregue deveria ser aplicada em benefícios de ordem rural; e seriam acrescidos ao controle municipal os impostos sobre propriedade territorial rural e sobre a transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos*, bem como sua incorporação ao capital de sociedades (BRASIL, 1961b, p. 163).

A promulgação da emenda constitucional foi amplamente felicitada por Machado Sant'Anna e, conseqüentemente, pelo *Diário da Manhã*. O jornalista, empresário e político municipalista propagava que a assinatura da emenda constitucional representaria uma espécie de “Lei Áurea do municipalismo”, ou o verdadeiro “13 de maio para os municípios brasileiros”, o que revelava, explicitamente, os interesses das ditas “classes produtoras” em ressignificar a abolição da escravatura, reforçando, ainda mais, a visão elitista/racista de apagamento das memórias traumáticas.

⁶⁵ Observemos que a Emenda Constitucional nº 10, promulgada em 9 de novembro de 1964, determinou certas alterações em relação às modificações propostas pelos municipalistas, especialmente nos artigos 15 e 29. O novo artigo 15 estabelecia ser competência da União decretar impostos sobre a propriedade territorial rural, sendo o produto da arrecadação do referido imposto entregue, na forma da lei, da União aos Municípios onde estivessem localizados os imóveis tributados. O artigo 29, por sua vez, era um complemento do artigo 15, mantendo sob responsabilidade dos municípios a arrecadação sobre transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades, bem como os impostos sobre propriedade territorial urbana, mas retirando das comunas as arrecadações sobre propriedade territorial rural (BALEEIRO; SOBRINHO, 2012).

Dirigindo-nos à conclusão do capítulo, podemos compreender que o municipalismo apresentava zonas opacas e de difícil enquadramento entre teoria e ação: embora continuasse a professar as crenças na descentralização e no nacionalismo ramificado a partir da “célula mater”, bem como a defender projetos agrários, industriais e sincréticos, certas nebulosidades ainda recobriam um movimento que se definia, também, como amplamente democrático e apartidário – mas que, na prática, configurava-se como essencialmente antidemocrático e pluripartidário.

Sob uma perspectiva formal, os municipalistas professavam efusivamente a defesa dos princípios democráticos: nos Congressos de Municipalidades, pairava “uma aura de magnífico fulgor, já porque só mesmo à luz deslumbrante do facho da Liberdade pode-se levar a efeito um ‘tête-a-tête’ eminentemente democrático” (PORTO, 1949); Stélio Machado Loureiro, em artigo intitulado “Democracia e Municipalismo”, afirmava que “os países de Constituição municipalista aí estão, como exemplo vivo para quantos duvidam dos que sonham com diretrizes que tenham o interior do país como norte” (LOUREIRO, 1955).

Todavia, mesmo no plano formal, algumas incongruências já se manifestavam, posto que a democracia pregada pelo municipalismo seria eminentemente restrita, relegada apenas às “elites municipais”: Cesário Coimbra pregava que se os brasileiros quisessem de fato a democracia, o caminho seria “fortalecendo-se as elites municipais. Dando força aos elementos de seleção. Estimulando a gente de escol das cidades a trabalhar mais e sempre mais pelos seus recantos” (Melhoria..., 1947); Machado Sant’Anna, rendendo tributos à memória do líder municipalista Stélio Machado Loureiro, o considerava “o general dentro de um estado maior de elite” (SANT’ANNA, 1960c);

Machado Sant'Anna também declarava que o “bom municipalismo é como a família sadia. Isso é o que se pretende realizar e para alcançar essa finalidade a marcha continua, a propaganda será mais intensa e os homens bem intencionados serão convocados para a cruzada” (SANT'ANNA, 1961d). Os “homens bem-intencionados”, como explanado durante as análises dos congressos, eram, majoritariamente, vereadores, deputados, prefeitos, juristas, técnicos, jornalistas, empresários, fazendeiros e militares.

O caráter antidemocrático do municipalismo também se revelou em ao menos duas ocasiões: durante a realização do II Congresso Municipalista Paulista, realizado em 1949 na cidade de Ribeirão Preto, e no decorrer do Congresso Paulista Municipalista de Águas de Lindóia, realizado em 1964.

No primeiro caso, os chamados “vereadores de Prestes” foram boicotados pelos outros congressistas, tendo em vista que suas participações e teses foram categoricamente refutadas durante a reunião. Cumpre notar que naquela conjuntura o movimento municipalista, enquanto “partido político dos políticos”, ainda se encontrava em processo de formatação e buscava por homogeneidade intestina em torno de suas pautas político-econômicas, havendo, pois, possibilidades para que vozes consideradas “dissonantes” pudessem, ao menos, almejar participação nos debates. Contudo, a correlação de forças existente no interior do movimento, favorável aos políticos conservadores e aos desígnios burgueses, resultou no expurgo dos edis comunistas – não apenas do congresso em questão, mas também dos vindouros.

No segundo caso, foi elaborada a “Declaração de Águas de Lindóia”, documento que chancelava o apoio de cerca de

quatrocentos municipalistas à “Revolução de 31 de março de 1964”.

Já o pretenso perfil do municipalismo como “marcha avessa às bandeiras político-partidárias” configurou-se como um estratagema constantemente utilizado por seus adeptos, para que o movimento se revestisse, aos olhos de leitores e eleitores, como uma marcha conduzida por princípios “elevados”, “honrados”, direcionados à “justiça” e ao “bem comum”, para além das rasteiras disputas partidárias e demagogias eleitorais.

O jornal *A Tarde* reproduziu falas de Rafael Xavier, nas quais alegava que quaisquer tentativas de encapsulamento representariam “uma quebra da universalidade do municipalismo, que não pode ser propriedade de partidos. Ele pertence a todos, sem restrições, sem divisões” (O municipalismo não pode..., 1953). Já o *Diário da Manhã* concedeu espaços a Yves de Oliveira, para quem o municipalismo não lutaria “por posições político-partidárias, dentro da rigidez desses conceitos; outrossim, pelo homem universalmente falando, pela humanidade geograficamente considerada e pelo nosso País” (OLIVEIRA, 1963a).

Machado Sant’Anna, por sua vez, manejava reiteradamente tais recursos retóricos, alegando que “o municipalismo não é escada para politicalha sórdida” (SANT’ANNA, 1954), “não é “propriedade de governos ou de politikeiros” (SANT’ANNA, 1957b), “não é propriedade de ninguém, nem de grupos ou de partidos” (SANT’ANNA, 1961d). O jornalista, político e empresário defendia um municipalismo “pleno”, “não um municipalismo de opereta, nem com oportunistas, mas conduzido por homens que pensam e agem com o espírito voltado para a solução dos sérios problemas que tanto afligem a Nação” (SANT’ANNA, 1961c). Por isso, “não compreendemos

municipalismo de discursos bombásticos, demagogia eleitoreira e como meio de catar votos” (SANT’ANNA, 1961g), mas sim como “um movimento em marcha, que não tem dono, nem chefia ou messias. Não pertence à clãs e nem segue orientação de partidos ou de governos” (SANT’ANNA, 1962e).

Contudo, conforme as análises desenvolvidas até aqui quanto à realização de congressos, podemos compreender o municipalismo como um movimento, em realidade, pluripartidário – ainda que tais tonalidades políticas tenham sido, majoritariamente, polarizadas em torno de siglas conservadoras, como PSD, UDN e ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Além disso, a pretensa imparcialidade política do movimento não impediu os municipalistas de manifestarem apoio público a Juarez Távora como possível candidato ao Catete, em 1954.

Os projetos municipalistas (reformas constitucionais, criação de bancos municipais, Operação Município e reforma agrária), embora apresentados ao público leitor/eleitor como medidas homogêneas, salutares e necessárias voltadas à expansão do progresso geral da sociedade, enfeixavam, em sua essência, desígnios classistas caros aos segmentos dominantes que compunham suas hostes, tais como: expansão dos privilégios de imunização parlamentar aos municipalistas que detinham posições na sociedade política, avanços privatistas sobre o erário público e, principalmente, propostas para o desenvolvimento do capitalismo no campo de modo a preservar a estrutura fundiária altamente concentrada, a sujeição dos trabalhadores rurais e a elaboração de retóricas convincentes acerca das maneiras mais “adequadas” para a condução de uma reforma agrária branda, de medidas “modernizantes”.

O municipalismo, em síntese, caracterizava-se como um “projeto de nação”, e não como um estrito “projeto de

municípios”; seus defensores propunham uma nova forma de organização do Estado nacional, segundo a qual os municipalistas não deveriam apenas ocupar os espaços pré-estabelecidos da sociedade política, mas investir, também, na (re)construção do próprio Estado, em seu sentido ampliado – cujos esforços mais visíveis incidiam, prioritariamente, no desenvolvimento de novas formas de partição tributária.

CAPÍTULO 6

PARA “EVITAR QUE A PÁTRIA BRASILEIRA SEJA COMUNIZADA”: MACHADO SANT’ANNA, OS MUNICIPALISTAS E AS CONSPIRAÇÕES EM MARCHA

Desvelaremos, doravante, os perfis dos principais municipalistas que organizaram e/ou participaram do movimento em questão (especialmente nos Congressos Nacionais/Paulistas de municípios e no grupo parlamentar municipalista). Conquanto saibamos que alguns municipalistas desempenhavam funções simultâneas na ABM (Associação Brasileira de Municípios), na APM (Associação Paulista de Municípios) e na Câmara dos Deputados (como, por exemplo, Cunha Bueno e Aniz Badra, tanto participantes/organizadores dos congressos nacionais/paulistas de municípios quanto componentes do grupo parlamentar municipalista), estabelecemos tal separação por critérios meramente analíticos, a fim de aclararmos a estruturação da atuação dos congressistas e deputados.

Analisaremos, posteriormente, os perfis, os vínculos e as atuações de destacados municipalistas ao longo das décadas de 1940, 1950 e (principalmente) 1960, articulados a instituições e grupos como a ABM, a APM, o grupo parlamentar municipalista, etc., atendo-nos, também, aos projetos de Machado Sant’Anna e sua família em Ribeirão Preto.

6.1 – “GRAÇAS A DEUS SOMOS REACIONÁRIOS”: COMPOSIÇÃO E ATUAÇÕES DO GRUPO PARLAMENTAR MUNICIPALISTA

No âmbito da organização dos Congressos Nacionais Municipalistas, destacaram-se, além dos já citados Rafael Xavier, Aniz Badra e Cunha Bueno, os municipalistas Oséas Martins, Alceu Pinto Aleixo, João de Paula Teixeira Filho, Américo Barreira, Francisco Burkinski, Cotrim Neto e José Cupertino de Almeida. Ao lado desses elementos, atuaram peremptoriamente Osmar Cunha, Antônio Lomanto Júnior, Alfredo Hoffmeister, Nelson Omegna, Yves de Oliveira e Lourival Batista.

Osmar Cunha nasceu em Florianópolis (SC), em 1918. Diplomou-se contador pela Academia de Comércio de Santa Catarina, trabalhou no Tesouro Estadual, no Departamento de Educação de Santa Catarina, como secretário-geral do Recenseamento e, a partir de 1942, como funcionário concursado pelo Banco do Brasil. Em 1943 e 1957, bacharelou-se em Ciências Econômicas e Ciências Jurídicas pela Faculdade de Santa Catarina, respectivamente. Ingressou na política elegendo-se vereador da Câmara Municipal de Florianópolis, pela sigla do PSD, iniciando seu mandato em 1951. Em 1953, licenciou-se de suas funções legislativas para exercer o cargo de chefe da Fiscalização Bancária em Santa Catarina. A partir de 1954, elegeu-se prefeito da cidade de Florianópolis, apoiado pela coligação PSD-PTB.

Em 1958, ascendeu ao posto de deputado federal pelo PSD, mandato no qual empenhou-se na formação do grupo parlamentar municipalista e na proposição de emenda constitucional que estabelecia novas bases para a discriminação de rendas a favor dos municípios brasileiros. Assumiu a presidência da ABM em 1963, ocupando a função até 1969. Em

1962, candidatou-se novamente a uma vaga na Câmara dos Deputados, mas obteve apenas uma suplência. Após a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 e a instituição do bipartidarismo, filiou-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), legenda pela qual conseguiu se reeleger à Câmara nas eleições de 1966 – embora tenha sido cassado após a edição do AI-5, em 1968. Aposentou-se como professor universitário em 1984 (FGV/CPDOC, 20--a).

Antônio Lomanto Júnior foi um dentista e político baiano filiado ao PL (Partido Libertador), que desempenhou as funções de vereador (1947-1950) e prefeito (1951-1954 / 1959-1962) da cidade de Jequié. Projetando-se como uma das figuras mais atuantes do municipalismo brasileiro, assumiu a presidência da ABM entre 1959 e 1962. No final de 1962, Lomanto Júnior foi eleito governador da Bahia, por uma coligação formada pelo PL, PTB e UDN. Conforme o sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, o novo governador encontrava na burguesia agrária e na oligarquia, “apavoradas com as perspectivas de reformas de base, e nos demais setores burgueses o sustentáculo para as suas aspirações políticas sem descuidar-se, entretanto, de procurar nas massas populares os votos de que precisava” (GUIMARÃES, 1982, p. 179).

Após o golpe civil-militar, embora Lomanto Júnior tenha esboçado a organização de um movimento para defender o mandato de João Goulart, reunindo-se com sindicalistas na sede do *Jornal da Bahia*, “foi despojado, pelo comando militar, do controle sobre a polícia militar baiana e visitado no Palácio da Aclamação pelo general de Brigada Manoel Mendes Pereira que muito provavelmente o confrontou com duas alternativas: a adesão ao golpe ou sua destituição” (FERREIRA, 2004, p. 90). Em 2 de abril de 1964, Lomanto Júnior comunicou pessoalmente, via

televisão, seu apoio ao golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, filiando-se, posteriormente, à ARENA.

O médico e deputado Alfredo Hoffmeister, filiado ao PSD, era membro componente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Havia sido vereador na cidade de Porto Alegre entre 1952 e 1955 e suplente para a Assembleia entre 1959 e 1963; depois da legislatura terminada em 1966 “seria reeleito para o Parlamento Gaúcho, pela ARENA; após o fim do mandato foi indicado para ser conselheiro do TCE, cargo que ocupou entre dezembro de 1970 e outubro de 1979” (CATTO, 2017, p. 216).

Apoiou ativamente a desestabilização do governo de João Goulart, insurgindo-se contra o que considerava ser uma “pregação revolucionária agressiva à unidade nacional”, realizada por “líderes comunistas, por líderes de outros Partidos’ que queriam ‘jogar o País numa situação de intranquilidade” (CATTO, 2017, p. 190). Após o golpe, em 2 de abril de 1964, Alfredo Hoffmeister “congratulou-se ‘com o País pela solução exitosa do movimento popular e militar, que recolocou o Brasil na sua verdadeira posição democrática’, dizendo com isso que o que ocorria no Governo Goulart era autoritário e antidemocrático” (CATTO, 2017, p. 215).

Nelson Backer Omega foi professor, cientista social, jornalista e político. Radicado na cidade de Campinas, filiou-se à UDN, partido pelo qual conseguiu chegar à vereança da cidade em 1947. Em 1951, elegeu-se deputado federal pelo PTN, sendo reconduzido à Câmara em 1954 e 1958, pelo PTB. Ao deixar a Câmara, em 1963, assumiu a direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, ocupando o cargo até 1971.

No âmbito jornalístico, foi redator do *Diário Nacional*, de São Paulo, e redator-chefe dos periódicos *O Correio Popular* e *A Defesa*, ambos de Campinas. Participou ativamente da

organização dos primeiros congressos municipalistas, nos quais apregoeou que a “injustiça tributária” seria “filha de outra injustiça maior, a da nossa política de feitio imperialista, que, tudo fazendo em favor da indústria, reduz as atividades agrícolas a um regime de abandono e de incertezas”, sendo que, para Omegna, o maior problema para o interior do país encontrava-se na escassez de braços, pois “o êxodo rural rouba, de contínuo, aos Municípios largos contingentes de trabalhadores” (OMEGNA, 1950, p. 477).

Yves de Oliveira foi sociólogo, professor de Ciência Política e Direito Municipal, membro da Academia Brasileira de Ciências Sociais e destacado elemento do movimento municipalista. Produziu diversos artigos, como “Introdução ao estudo da filosofia municipalista” (1957), “Direito municipal e municipalismo” (1959) e “República Municipalista: fundamentos preliminares e estruturais” (1963). Entendia o municipalismo como instrumento para “corrigir as desigualdades humanas, frutos da inoperância e da falta de consciência racional na distribuição da riqueza da terra e das condições geográficas”; o municipalismo teria como meta filosófica “[dar] ao homem, onde quer que ele esteja, um mínimo de condições de civilização moderna, através da solução dos problemas de base, principalmente os de transportes, energia elétrica e educação” (OLIVEIRA, 1957, p. 146).

Américo Barreira foi um advogado e político cearense, prefeito (interventor) do município de Várzea Grande durante o Estado Novo. Em 1948, elegeu-se vereador cidadão pelo PR (Partido Republicano) e em 1951, foi reeleito pelo PL. Em 1949, ajudou a criar a Associação Cearense dos Municípios, instituição que participou de diversos congressos municipalistas nacionais.

O médico e político baiano Lourival Batista, vinculado à UDN, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de Sergipe em 1947 e prefeito da cidade de São Cristóvão (SE) em 1951. Em 1958, elegeu-se deputado federal por Sergipe, aderindo ao grupo parlamentar municipalista em 1959. Reeleito em 1962, ainda pela UDN, adotou postura conservadora no Congresso, atacando as propostas reformistas de João Goulart. Após a extinção dos partidos brasileiros e a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA.

A partir de 1966, passou a explorar “suas relações pessoais e políticas em Salvador e em Brasília para ser indicado pela presidência da República a governador do Estado de Sergipe a partir de 1967” (CRUZ, 2012, p. 269). Com o êxito de sua estratégia, foi nomeado governador pelo então presidente Castelo Branco. Ocupou o cargo entre 1967 e 1970, atuando como uma figura política “avessa a polêmicas, a enfrentamentos, e que procurava servir de modo pragmático e com desenvoltura a ordem autoritária em meios às intrigas e competições internas de seus aliados insatisfeitos com sua indicação” (CRUZ, 2012, p. 269). Na ABM, atuou como primeiro-secretário e conselheiro durante a realização dos encontros municipalistas.

No âmbito dos Congressos Paulistas Municipalistas, além dos já citados Aniz Badra e Cunha Bueno, destacaram-se Ney Coutinho, Antônio Santos Galante, João Sousa Coelho, Wantuildes Brandão, Carlos Brandão, Lot Netto, Osvaldo Brandt Faria, José Ciriani, Aristóteles Ferreira, Lauro Gomes, Sílvio Fortunato e, de maneira mais incisiva, Emílio Peduti, Valadão Furquim e Anacleto Campanella.

O municipalista Emílio Peduti, vinculado ao PSD, foi vereador (1948 a 1951) e prefeito da cidade paulista de Botucatu (1952 a 1955; 1960 a 1963 – quando faleceu). Também foi

proprietário do periódico *Folha de Botucatu*, fundado em 1935. O jornal era considerado “próximo aos interesses dos comerciantes e industriais, já que seus proprietários eram Pedro Chiaradia e Emílio Pedutti, sócios em negócios empresariais na cidade e integrantes da Associação Comercial, sendo Pedutti presidente da associação entre os anos de 1930 a 1937” (BOTARO, 2015, p. 84-85).

Os empreendimentos de Pedutti, especialmente ao longo dos anos 1950 e 1960, ramificavam-se pelas sociedades política e civil interioranas: desenvolveu atividades econômicas relacionadas à agricultura e ao comércio de café, foi presidente da Rádio Emissora de Botucatu e da Rádio Municipalista de Botucatu, além de ter sido proprietário de uma vasta rede de cinemas (os cines Casino, Vitória, além do Paratodos, que havia alugado, localizados na cidade de Botucatu; e também cinemas em cidades do interior de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul), a partir da qual “realizava a exibição de filmes em praça pública a fim de atrair a população para os comícios. Muitos o consideravam um ‘tubarão’, termo pejorativo utilizado para indicar os políticos muito ricos” (AGUIAR, 2001, p. 17). Foi, também, vice-presidente da APM.

O advogado Aureliano Valadão Furquim foi prefeito (de 1938 a 1941; e de 1952 a 1955) e vereador (de 1956 a 1960) do município de Araçatuba, além de ter sido um dos primeiros municipalistas a propor, juntamente com os militantes do interior de São Paulo que compunham o Movimento Popular Municipalista, a fundação de um novo partido político, chamado de “Partido Municipalista Nacional. Explicitou-se nesse contexto uma clivagem entre um projeto técnico-modernizador e o projeto político-partidário de subelites políticas rurais alijadas da política ‘maior’” (MELO, 2008, p. 55).

Anacleto Campanella foi um comerciante, industrial e político radicado em São Caetano do Sul. Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, filiou-se à UDN e elegeu-se vereador em 1947. Alcançou dois mandatos como prefeito (de 1953 a 1957; e de 1961 a 1965), entremeados pela sua atuação como deputado estadual (entre 1959 e 1961), quando se vinculou ao PSD. Após o golpe civil-militar de 1964, filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Nacional), sigla pela qual conseguiu ser eleito deputado federal, função desempenhada entre 1967 e 1969 – quando teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5.

Para conhecer os deputados federais que mantinham aproximações com o municipalismo – posto haver menções sobre a existência de um grupo parlamentar municipalista organizado a partir do final dos anos 1950 –, utilizamos as informações contidas na biografia do deputado Cunha Bueno, no artigo “Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais”, do senador Jarbas Maranhão (MARANHÃO, 1960), além de promovermos um cruzamento de dados que aglutinou as participações dos parlamentares em congressos promovidos pela ABM e pela APM, além dos apoios fornecidos aos principais projetos de lei/emenda constitucional levados a cabo por reconhecidos municipalistas, como Cunha Bueno (criação de bancos municipais), Aniz Badra (reforma agrária) e Osmar Cunha (emenda constitucional), a partir dos quais tornou-se possível elencar os parlamentares que figuraram, por mais vezes, como próximos aos projetos de cunho municipalista.

Além dos já citados Lourival Batista e Nelson Omegna, podemos considerar como componentes do núcleo municipalista do Congresso Nacional os deputados Medeiros Neto (religioso, filiado ao PSD/ARENA por Alagoas), Padre Nobre (religioso e

advogado, vinculado ao PTB/MDB por Minas Gerais; foi reitor e vice-reitor da Universidade Católica de Minas Gerais e fundador-diretor do Ginásio e Escola de Comércio de Itaúna), Padre Godinho (religioso e professor universitário, filiado à UDN/ARENA por São Paulo; nos anos 1960, foi apoiado pela ALEF [Aliança Eleitoral pela Família] para compor a oposição ao presidente João Goulart), Yukishigue Tamura (advogado e jornalista, filiado ao PSD/ARENA por São Paulo; diplomado pela ESG [Escola Superior de Guerra], foi também um dos idealizadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais [Usiminas], construídas na região de Ipatinga em 1962), Justino Pereira (médico, filiado à UDN/ARENA pelo Paraná), Manuel de Almeida (militar e proprietário rural, vinculado ao PSD/ARENA por Minas Gerais; desempenhou funções de instrução da Força Pública em Belo Horizonte [1936], foi nomeado delegado especial no Sul de Minas Gerais [1939] e comandante da Polícia Militar do estado [1949-1951]), Geraldo Freire (advogado, pecuarista e jornalista, filiado à UDN/ARENA por Minas Gerais; foi apoiado pela ADP [Ação Democrática Popular] para endurecer a oposição contra Goulart, além de ter sido nomeado diretor jurídico e integrante do conselho administrativo das Centrais Elétricas de Minas Gerais, entre 1982 e 1986), Océlio de Medeiros (advogado e professor, vinculado ao PSD pelo Pará; apoiava as reformas de base nos anos 1960, desde que implementadas “antes que o povo as fizesse”), Coutinho Cavalcanti (médico, filiado ao PTB por São Paulo; falecido em 1960, foi aluno da ESG e diretor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de São Paulo), Estácio Gonçalves Souto Maior (médico, agricultor e empresário vinculado ao ramo de frigoríficos, filiado ao PTB/ARENA por Pernambuco), Andrade Lima Filho (advogado, jornalista e professor, filiado ao PSD-PTB/MDB por Pernambuco;

atuou como advogado da Caixa Econômica de Pernambuco), Paulo Freire (religioso e professor, vinculado ao PTB/ARENA por Minas Gerais), Castro Costa (advogado e jornalista, filiado ao PSD/MDB por Goiás), Abraão Moura (proprietário rural, filiado ao PSP/MDB por Alagoas), Ozanan Coelho (advogado, filiado ao PSD/ARENA por Minas Gerais; foi um dos apoiadores do golpe civil-militar de 1964), Ítório Correa da Costa (engenheiro civil e proprietário rural, vinculado à UDN/ARENA por Mato Grosso), Clidenor Freitas (médico, filiado ao PTB-PSD pelo Piauí), Aroldo Carvalho (advogado e jornalista, filiado à UDN/ARENA por Santa Catarina), Pedro Aleixo (advogado, vinculado à UDN/ARENA por Minas Gerais), Sinval Boaventura (delegado de polícia e proprietário rural, filiado à UDN/ARENA por Minas Gerais; assumiu, posteriormente, a direção da Carteira de Câmbio do Banco do Estado de Minas Gerais, em 1978), Dix-Huit Rosado (médico, proprietário rural e industrial, vinculado à UDN-PTB/ARENA pelo Rio Grande do Norte; em 1958, foi eleito senador e em 1966, tornou-se presidente do INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário]) e, mais efusivamente, Aniz Badra, Cunha Bueno, Último de Carvalho, Abel Rafael e Oswaldo Zanello.

Aniz Badra foi professor, advogado e grande proprietário rural. Nascido em Santa Cruz das Palmeiras (SP), em 1908, conseguiu seu primeiro mandato como deputado federal classista em 1934, apoiado por empregados da lavoura e da pecuária. Após bacharelar-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1945, foi eleito vereador pela cidade de Marília (SP) em 1947, alcançando a presidência da Câmara Municipal de 1948 a 1958. Durante o período no qual desempenhou as funções de vereança, foi eleito presidente da APM, entre os anos de 1953 e 1963. Nas eleições de 1958, concorreu pelo PDC (Partido Democrata Cristão)

e obteve a primeira suplência para a Câmara dos Deputados – embora tenha ocupado uma cadeira por mais da metade da legislatura.

No início dos anos 1960, durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, Aniz Badra ganhou expressiva notoriedade como um dos líderes do municipalismo no Congresso. O deputado, em sessão plenária realizada no dia 7 de agosto de 1961, defendeu que o Congresso Nacional “não deveria ter pressa em votar a lei antitruste; e destacou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, ressaltando ‘a conveniência de se reduzir a intervenção estatal na economia, e mesmo a participação do Estado na organização e direção de empresas produtoras’” (COELHO, 2003, p. 218). Além disso, integrou a chamada ADP, frente política e canal ideológico utilizado pela elite orgânica vinculada ao complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para pressionar o sistema político brasileiro. Voltaremos à sigla adiante.

Em 1962, Badra concorreu, novamente, ao cargo de deputado federal, apoiado pela ALEF, uma organização patrocinada pelas elites orgânicas, cujo objetivo era intervir no processo eleitoral em curso. A ALEF, considerada um desdobramento da antiga LEC (Liga Eleitoral Católica), era liderada pelo Comandante Moura, da Marinha, e endossada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual, por sua vez, estudava os candidatos quanto a seus posicionamentos e possibilidades eleitorais, indicando “um número selecionado como merecedores do apoio católico, bem como provava ser um eficiente meio legitimador para a ‘aprovação’ de candidatos de direita patrocinados pela rede IPES/IBAD/ADEP” (DREIFUSS, 1981, p. 325).

Eleito pela legenda do PDC (coligada ao PRT [Partido Rural Trabalhista] e à UDN), Badra atacou no Congresso a presidência de João Goulart e quaisquer pretensões reformistas consideradas mais “drásticas” – especialmente quando relacionadas à questão agrária. O deputado criticava os “agitadores” que utilizavam a reforma agrária como “bandeira de subversão numa velada e insincera promessa de distribuição gratuita de alheias propriedades, ou [que] dela se valham como panaceia para resolver, em discursos, os males crônicos do país” (BRASIL, 1963d, p. 31). Versando a respeito do aumento do custo de vida no Brasil, defendeu que “o povo brasileiro é de tolerância extraordinária. Tolera tudo, ao passo que o Governo, impassível, frio, olha o panorama nacional com a mais absoluta displicência” (BRASIL, 1963f, p. 461). Alegava que, no país, “verificamos que é o próprio Presidente da República, preconizando continuamente reformas constitucionais, que falseia o seu juramento solene de defesa intransigente da Constituição” (BRASIL, 1963o, p. 315).

Após o golpe civil-militar de 1964, e com a posterior extinção dos partidos políticos em decorrência do AI-2, em 1965, filiou-se à ARENA, sigla pela qual renovou seu mandato em 1966, tornando-se vice-líder do partido a partir de 1968.

Cunha Bueno foi um rico proprietário de terras e industrial. Nascido em São Paulo em 1918, bacharelou-se como advogado em 1941 e passou a desempenhar a função de oficial de gabinete do interventor de São Paulo, Fernando Costa. Exerceu, também, a função de procurador do Estado de São Paulo de 1942 a 1947.

A partir de então, aventurou-se pela política: pelo PSD, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte de São Paulo em 1947; elegeu-se deputado federal em 1950, também pelo PSD; candidatou-se ao cargo de vice-governador de São Paulo em 1954, junto à chapa de Francisco Prestes Maia (PSD-PR-PDC-PST-PRT),

perdendo as eleições para a chapa de Jânio Quadros (PSB-PTN). Após concluir seu mandato parlamentar em 1955, Cunha Bueno foi convidado pelo novo governador para assumir a Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, cargo que ocupou durante o ano de 1955.

As incursões políticas de Cunha Bueno durante os anos 1940 o aproximaram decisivamente do movimento municipalista. De acordo com o jornalista Glauco Carneiro (também vinculado aos quadros do IPES e autor de uma tendenciosa biografia a respeito do deputado em questão), Cunha Bueno passou a acompanhar o Conselho Administrativo do estado de São Paulo (composto por Ulisses Guimarães, Cyrillo Júnior, Marrey Júnior e Miguel Reale), incumbido dos assuntos municipais, o que lhe permitiu sedimentar contatos com as populações das comunas interioranas, a quem proferia ideias municipalistas e liberais.

Cunha Bueno compreendia o municipalismo como a independência “assegurada quando dispõe a comuna de recursos próprios que preservem sua autonomia diante dos governos federal e estadual [...]. Essa autonomia é a melhor forma de evitar o centralismo e até o comunismo”. Também pregava ser a livre iniciativa “a liberdade individual transformada em empresa, e, portanto, também uma inimiga fidalga do estatismo e da coletivização” (CARNEIRO, 1982, p. 77). Em síntese, o municipalismo defendido por Bueno era um projeto de afirmação do capitalismo em terras brasileiras/paulistas, compreendido como aglutinação entre concepções “liberal-modernizantes” (liberdade individual, liberdade de empresa, redução das intervenções estatais) e concepções “fascio-conservadoras” (apelos à “célula-mater”, embates contra o “comunismo” e a “estatização”, apelo afetivo às tradições, etc.).

Reeleito deputado federal para mais dois mandatos (1958 e 1962), novamente pelo PSD, Cunha Bueno foi um dos principais articuladores da oposição ao presidente João Goulart e às reformas de base preconizadas pelo governo. Enquanto entusiasta do “liberalismo” e da “meritocracia”, acreditava que as lutas de classes seriam inadmissíveis no seio da nação brasileira, que esteve sempre voltada, na visão do parlamentar, para a “solidariedade humana”, ou seja, uma nação “que abominou sempre a violência e jamais permitiu discriminações de raça, credo ou condições sociais, pois todos sempre puderam ascender dos planos mais humildes, políticos ou econômicos, às posições mais preeminentes da coletividade nacional” (BRASIL, 1963a, p. 9).

O deputado municipalista Cunha Bueno contrapunha-se de maneira ferrenha ao governo janguista, acusando-o de promover uma “onda de estatização que visa dominar o País”, e expressava-se intransigentemente favorável à iniciativa privada, denunciando à nação brasileira “os esforços repetidos que o Governo da República faz no sentido de intervir no domínio econômico, desorganizando todos os setores da iniciativa privada, que, através da sua própria capacidade de trabalho, está prestando inestimáveis serviços ao País” (BRASIL, 1964d, p. 33-34).

Defensor das ditas “classes produtoras”, Cunha Bueno condenava veementemente as greves ocorridas durante o início dos anos 1960, inclusive manifestando-se como porta voz de entidades patronais, como a Associação Comercial de São Paulo, cujas preocupações foram sintetizadas em um telegrama lido em plenário e endossado pelo próprio parlamentar, para quem o governo atuaria por meio de atitudes dúbias que, “ao invés de melhorar, de desanuviar o panorama nacional, dão àqueles que

desejam desorganizar completamente a vida nacional maior oportunidade de causar irremediáveis prejuízos a este País” (BRASIL, 1963l, p. 475).

Cunha Bueno também foi porta-voz dos interesses professados pelo jornal *Folha de São Paulo*, por meio da leitura de artigos em plenário. Em “Subversão em marcha”, o periódico expressava seus alertas sobre a escalada de “agitação organizada em todos os pontos do país”: “antes, ela se fazia especialmente nos centros urbanos, mobilizando falsos líderes sindicais para os maiores crimes que o Brasil tem presenciado, como a quase sistemática paralisação de seus portos. Agora, a pretexto de sindicalizar trabalhadores rurais [...] agita-se o interior” (BRASIL, 1964c, p. 481).

O deputado foi, também, um dos principais organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada na cidade de São Paulo em 19 de março de 1964. Pouco antes da eclosão da marcha, mais especificamente em 6 de fevereiro de 1964, Cunha Bueno participou de um programa televisivo, no qual teria afirmado que o presidente João Goulart “está desorganizando a vida nacional, quando retira às atividades empresariais a necessária confiança para que possam progredir”; ainda segundo o parlamentar, “as marchas e contramarchas do presidente fazem com que os empresários desacreditem no governo” (CARNEIRO, 1982, p. 134).

Em 20 de fevereiro de 1964, Cunha Bueno tornou suas acusações contra o Executivo ainda mais ásperas, alegando que o Poder Legislativo não poderia se manter alheio ao “vasto e bem elaborado plano de comunização total do País”; conforme o deputado municipalista, “quando os inimigos do regime já estiverem instalados às margens das principais rodovias e ao longo das ferrovias, dominando completamente as principais vias

de comunicação, nem sequer o poderio das Forças Armadas será capaz de evitar o colapso das instituições” (CARNEIRO, 1982, p. 136). O próprio Glauco Carneiro confere ao seu biografado a “tônica de um conspirador profissionalizado”.

Em 13 de março de 1964, diante de uma multidão de aproximadamente 200 mil pessoas, arregimentadas por sindicatos e outras organizações, ocorreu o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual o presidente João Goulart, acompanhado por Miguel Arraes e Leonel Brizola, proclamou a necessidade de mudanças constitucionais que facilitassem a implementação das seguintes reformas de base: reforma agrária, com emenda constitucional que prevísse indenizações prévias e em dinheiro; reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré; reforma universitária, que assegurava plena liberdade de ensino; e realização de plebiscitos para consulta da vontade popular acerca das reformas propostas (BANDEIRA, 2001, p. 163).

Tão logo, instituições e organizações alinhadas aos desígnios dominantes, tais como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a CEC (Campanha de Educação Cívica), o CED (Conselho de Entidades Democráticas), a ACM (Associação Cristã de Moços), a FACUR (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural), entre outras, integraram seus esforços ao complexo IPES/IBAD para a coordenação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964 – dia de São José, padroeiro da família.

A marcha, responsável por aglutinar cerca de 500 mil pessoas pelas ruas de São Paulo, protestando contra o comício de Goulart proferido na Central, foi organizado por Conceição da Costa Neves (deputada estadual), José Carlos Pereira de Souza (alto funcionário da Confederação Nacional do Comércio), irmã

Ana de Lourdes (religiosa) e Oscar Thompson Filho (Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo), além do deputado Cunha Bueno (DREIFUSS, 1981, p. 297-298). Outras “notáveis figuras” também prestaram apoio à manifestação:

Os oradores foram Auro de Moura Andrade, presidente do Senado Federal; o deputado Herbert Levy, líder da UDN; o padre Calazans, a deputada Conceição da Costa Neves, Plínio Salgado, o chefe nacional dos integralistas e outros.

Era evidente a aliança de todos os setores da oligarquia paulista. Lá estavam os representantes de todos eles: os agentes do capital monopolista internacional, a chamada burguesia nacional, o latifúndio poderoso, a maioria reacionária do clero, a velha aristocracia de São Paulo, os paulistas de quatrocentos anos, os velhos barões do café e o jovem e dinâmico diretor da fábrica semi-automatizada. O passado e o presente. E o que é sintomático: as mães, as esposas, as irmãs e as filhas da maioria dos oficiais das forças armadas com sede em São Paulo. Não se pode negar que a pequena-burguesia, confirmando uma vez mais a duplicidade do seu caráter da qual já falava Marx, estava representada na sua maioria.

Não se pode negar, também, o caráter francamente subversivo da manifestação. Os cartazes que portavam não deixavam lugar a

dúvidas: “32 + 32 = 64” (referência à contra-revolução feita em 1932, em São Paulo); *Está chegando a hora, de Jango ir embora; Um, dois, três, Brizola no xadrez*. A banda de música da “guerra civil” desfilou tocando “Paris Belfort”, hino da “revolução” de 1932 (SCHILLING, 1981, p. 44-45).

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade pode ser considerada uma “manifestação da classe alta e classe média alta e, em decorrência disso, muito restrita, pois, de uma cidade de cerca de 6.000.000 de pessoas, apenas 500.000 delas participaram”, tanto que o embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, observou em correspondência de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, Secretário de Estado norte-americano, que “a única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha” (DREIFUSS, 1981, p. 298). Poucos dias após o evento, Cunha Bueno expressou em plenário seu entusiasmo pela mobilização ocorrida na capital paulista:

Sr. Presidente, continua ecoando em todos os quadrantes do País a extraordinária demonstração de civismo, oferecida na semana passada por 500 mil brasileiros que vieram à praça pública trazer a mensagem de repúdio do povo paulista às tentativas de comunização de nossa Pátria, tentativas que infelizmente, ao invés de serem energicamente repelidas pelo poder público, têm contado com a colaboração e o prestígio de inúmeros setores governamentais. A “Marcha da família com

Deus pela Liberdade”, convocada pelas entidades que congregam as mulheres de São Paulo, foi sem dúvida uma demonstração inequívoca de fé.

O meio milhão de almas que saiu às ruas, espontaneamente, para acompanhar, disciplinadamente aquela festa cívica não tinha em mente qualquer preocupação de ofender os poderes constituídos. Muito pelo contrário, Senhor Presidente. A “Marcha da família com Deus pela Liberdade” constitui, na realidade, um movimento de paz, um apelo para que os homens mais responsáveis pelos destinos do País aproveitem este episódio, esta oportunidade que talvez seja a última antes que o País se desgrace com a deflagração de uma guerra civil.

[...] Acreditamos, Sr. Presidente, que a Presidência da República deve estar profundamente chocada com essa manifestação de fé nos destinos do Brasil. Fazendo aqui um paralelo com a concentração do dia 13, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do Chefe da Nação e o apoio dos Ministérios Militares, com as facilidades do transporte abundante oferecido pelos cofres públicos e com a extraordinária publicidade, além de uma poderosa cadeia de televisão, aqueles que prepararam com tanto cuidado o comício do dia 13 devem estar surpresos com as brasileiras de São Paulo que, ao invés de usar tanques de

guerra, preferiram arrimar seu movimento de afirmação democrática na força moral dos rosários (BRASIL, 1964g, p. 581).

Com a deflagração do golpe-civil militar e a deposição de João Goulart, Cunha Bueno colocou-se prontamente a favor das forças insurgentes, em defesa do que considerava ser o “pensamento da legalidade, o pensamento da defesa dos princípios constitucionais e o pensamento elevado ao máximo no sentido de evitar que a pátria brasileira seja comunizada” (BRASIL, 1964i, p. 304).

Declarou, tão logo quanto possível, seu apoio ao então presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, empossado como novo Presidente da República na madrugada de 2 de abril de 1964, a quem o deputado Cunha Bueno considerava “perfeitamente cômico das dificuldades nacionais”, capacitado a promover o “desarmamento dos espíritos” e a trazer para o Brasil o “retorno do respeito à autoridade constituída, do respeito à hierarquia, porque, somente através dessas providências concretas seremos capazes de oferecer ao sacrificado povo brasileiro a atmosfera de tranquilidade e de paz para recuperação do organismo social” (BRASIL, 1964j, p. 368-369). Com a instauração do bipartidarismo no Brasil, em 1965, filiou-se à ARENA, legenda pela qual conseguiu se reeleger deputado federal – embora não tenha concluído o mandato por ter sido cassado pelo AI-5, em 1968.

Cunha Bueno possuía uma extensa lista de vínculos político-empresariais: considerado um dos pioneiros da implantação das indústrias automobilística e aeronáutica no Brasil, assumiu cargos diretivos no Banco Comercial do Paraná (seções existentes no estado de São Paulo), na Willys-Overland do Brasil, no

departamento do interior da Deltec e da Hoffmann PanCostura Máquinas, vice-presidência da Companhia Mercantil de São Paulo, sócio da empresa Marques, Pacini e Cia – Encanamentos e Ferrugens, presidência da Panambra Industrial e Técnica, diretor da Johnson & Higgins Corretores Associados de Seguros, consultor jurídico das empresas Ibrica, Caterpillar do Brasil e Importadora Los Andes, além de ter sido procurador da Fazenda do estado de São Paulo e diplomado pela Legião Anticomunista Brasileira (FGV/CPDOC, 20--a).

Último de Carvalho foi um engenheiro agrônomo, tabelião e médico veterinário a serviço da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte. Nascido em Juiz de Fora em 1899, formou-se pela Escola de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte, em 1922. Em 1931, foi nomeado tabelião nas cidades de Rio Novo e Rio Pomba (MG), onde iniciou sua trajetória política. Foi eleito vereador para a Câmara Municipal de Rio Pomba em 1936, pela UDB (União Democrática Brasileira), tendo seu mandato sido interrompido pelo advento do Estado Novo, em 1937.

Retomou suas atividades políticas em 1947, quando obteve a segunda suplência para a Assembleia Constituinte mineira, concorrendo pelo PSD. Pela mesma sigla, foi eleito deputado estadual por Minas Gerais, em 1950, e deputado federal nas eleições de 1954. Ao iniciar suas atividades legislativas em 1955, Último de Carvalho debruçou-se sobre os debates ligados às questões agrárias brasileiras. Ganhavam destaque “os posicionamentos do parlamentar quanto à defesa da propriedade privada e suas reações às tentativas de desapropriação por interesse social, pautadas na deformação conceitual de reforma agrária” (MAGALHÃES, 2015, p. 106). A retórica desenvolvida pelo parlamentar estruturava-se nos seguintes princípios:

Reproduzindo o posicionamento dos setores conservadores, a “reforma agrária” defendida por Ultimo de Carvalho deveria ser conduzida através de incentivos à modernização e do aumento da produtividade, principalmente através da qualificação da força de trabalho, sem alteração da estrutura de posse e propriedade da terra. Êxodo rural, falta de apoio do Estado e “demagogia agrária” (entendida como discurso proferido pelas correntes reformistas) eram fundamentos constantes na defesa da propriedade (MAGALHÃES, 2015, p. 106).

Reeleito deputado federal pelo PSD por mais dois mandatos (1958 e 1962), compôs as fileiras que fizeram oposição ao presidente João Goulart. Último de Carvalho afirmava não admitir a reforma da Constituição, “a não ser que ela seja imposta pelas armas e, imposta pelas armas, nunca a teremos, porque ao lado da Nação se acham as gloriosas Forças Armadas do País”; em discursos entrelaçados por ironias e bravatas, questionava se o Brasil “não tem mais condições para ser livre, se a democracia não tem mais condições para existir” e, a partir da constatação da inexistência de tais princípios, que se fizesse, pois, a “revolução”, que se implantasse o “comunismo”: “se não for possível a paz democrática que queremos, que dêem a paz das baionetas, porque então vamos verificar que este povo não teve sequer coragem para reagir e merece ser, para todo o sempre, escravo” (BRASIL, 1963e, p. 749-750).

O deputado também direcionava a João Goulart a exclusiva e premeditada culpabilidade pelas turbulências existentes no

país, especialmente as agitações trabalhistas que deveriam ser, conforme Último de Carvalho, suprimidas pela coerção estatal. Para o parlamentar, as greves “estão aí todos os dias, as greves dos portuários, dos professores, de médicos, de trabalhadores, greves de pelegos, greves de toda ordem, e ninguém cuida de levar ninguém para a cadeia, porque todo esse sistema de greve está a serviço do Governo da República” (BRASIL, 1963i, p. 563). A lógica de reduzir a intervenção do Estado (para as “classes produtoras”) e aumentar a coerção estatal (para os trabalhadores) estava mais viva do que nunca na retórica do deputado.

Em ao menos duas oportunidades, Último de Carvalho revestiu-se como porta-voz das oligarquias fundiárias e de seus interesses político-econômicos. Em 6 de setembro de 1963, realizou a leitura da “Carta de Montes Claros: das classes produtoras da região de Montes Claros, às autoridades e ao povo”, na qual frações da elite fundiária mineira lamentavam as “agitações” que cercavam os debates sobre a reforma agrária, que seriam incentivadas pela “complacência e incentivo” das autoridades constituídas. Os ruralistas, na defensiva, repeliam “a unilateral formação de culpa com que querem condenar uma das classes mais dedicadas ao desenvolvimento nacional” (ou seja, os próprios ruralistas), e conclamavam a classe oligárquica a não “silenciar-se no momento em que se pretende burlar a Constituição e a confiança no sufrágio popular, com o propósito declarado de ferir a propriedade privada” (BRASIL, 1963j, p. 183).

Em 17 de fevereiro de 1964, Último de Carvalho recitou parte do “Manifesto dos ruralistas do Vale do Rio Doce”, cuja 5ª pauta (de um total de 11) recebeu especial apreciação do deputado, o qual afirmou apoiar as posições e os interesses ali expressos:

[...] a classe ruralista tomou a única posição que lhe resta: a de defender, custe o que custar, não importam os sacrifícios e agruras, o sagrado e inalienável direito de propriedade, garantido pela vigente Constituição Federal, guardiã dos direitos de todos os brasileiros: os ruralistas não iniciarão qualquer resistência ou melhor violência, mas reagirão a ela de todas as formas e para isso estão preparados: não é desejo de nenhum dos ruralistas a luta fratricida que sacrificará brasileiros que estão sendo ludibriados na sua boa-fé, incitados à desordem por comunistas notórios, únicos responsáveis que, no momento próprio, serão severamente chamados à responsabilidade pela obra de desagregação da nacionalidade (BRASIL, 1964b, p. 332-333).

O que anteriormente se configurava como um apelo defensivo transformou-se, após poucos meses, em postura ofensiva a favor do já analisado “sagrado” direito de propriedade, entusiasticamente defendido por Último de Carvalho e pelas classes oligárquicas agrárias, tão bem representadas pelo parlamentar.

Após a deflagração do golpe civil-militar, Último de Carvalho declamou, em 8 de abril de 1964, o “Manifesto da mulher democrata ao Congresso Nacional”, elaborado pela Legião Nacional da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, supostamente assinado por mais de “mil senhoras de nossa Pátria”. O documento defendia “a revolução que se operou no país

para evitar que o Governo deposto destruísse as instituições democráticas para instalar a ditadura comuno-sindical”, e exigia o “expurgo dos elementos comunistas que se infiltraram na Administração Pública, com a correlata punição dos mesmos [...] e a aplicação imediata dos dispositivos da lei de Segurança Nacional” (BRASIL, 1964l, p. 327-328). Com a instauração do bipartidarismo no país, em 1965, Último de Carvalho filiou-se à ARENA, de orientação governista, legenda pela qual se reelegeu em 1966.

Abel Rafael Pinto nasceu na cidade de Paraíba do Sul (RJ), em 1914, embora tenha se radicado em Juiz de Fora (MG), onde atuou como comerciário, contabilista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas. Ex-militante da AIB (Ação Integralista Brasileira), conseguiu eleger-se vereador pelo município e formar-se em Economia, entre os anos de 1947 e 1948. Em 1955, ocupou cargos diretivos na Divisão de Receita e Despesa e também na Divisão de Administração, vinculados à prefeitura de Juiz de Fora.

Entre 1958 e 1959, conseguiu eleger-se deputado federal por Minas Gerais, pela legenda do PRP (Partido de Representação Popular), e bacharelar-se em Direito pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Em 1961, assumiu, por um breve período, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais – porém, por conta de desavenças com o governador Magalhães Pinto, foi exonerado do cargo. Em 1962, conseguiu reeleger-se deputado federal, dessa vez pelo PSD – embora tenha regressado às fileiras do PRP, tornando-se vice-líder da bancada entre 1962 e 1965. Durante seu mandato, compôs os quadros que articularam a oposição ao governo de João Goulart.

Inicialmente, o PRP centrou suas críticas à política externa adotada pelo governo Goulart (a qual, em termos gerais,

aprofundava os preceitos da “política externa independente” inaugurada pelo breve governo de Jânio Quadros). Tais críticas compunham uma estratégia de “compensação oferecida aos seus militantes que discordavam do apoio àquele governo e, ao mesmo tempo, visava impedir que a UDN monopolizasse a crítica de direita contra o comunismo e sua suposta ‘infiltração’ no governo” (CALIL, 2010, p. 284). Todavia, a partir de junho de 1962, com a crise do Gabinete de Tancredo Neves, o PRP passou a ampliar abertamente suas críticas ao governo, não mais se restringindo à questão da política externa.

Abel Rafael, por sua vez, convergia expressiva parte de suas denúncias para o âmbito educacional. Segundo o deputado, estavam sendo elaborados, sorrateiramente, planos para se “modificar o espírito dos nossos jovens”. O parlamentar apregoava haver uma “revolução em curso”: “uma revolução de ideias, pois nós, espiritualistas, vivemos pregando que o comunismo só vence porque o estômago é vazio. [Contudo, os comunistas] procuram influenciar os espíritos, porque sabem que a agitação das ideias é que fará a revolução no Brasil” (BRASIL, 1963b, p. 105-106).

Em 17 de janeiro de 1963, Abel Rafael realizou, em plenário, a leitura do editorial “Exploração ideológica na campanha de alfabetização”, assinado por *O Globo*, segundo o qual haveria um “processo de subversão no Brasil, de recrutamento de eleitores comunistas”:

Chamamos a atenção do País para essa tal Campanha de Alfabetização, porque é ela, na realidade, uma ameaça extremamente grave contra o que ainda subsiste de princípios cristãos e de vida democrática no Brasil. [...] o

que se está tentando, a pretexto de alfabetização, é a comunização dos analfabetos. [...] O plano inspira-se no sistema do Sr. Paulo Freire, professor de História e Filosofia da Educação na Universidade de Pernambuco [...]. Na verdade, o que querem os articuladores do plano sinistro não é a alfabetização dos analfabetos, mas a sua doutrinação marxista para fazer deles, em hora oportuna, simples massa de manobra eleitoreira e, o que é ainda pior, massa bruta para manobra revolucionária (BRASIL, 1963, p. 359-360).

O deputado Abel Rafael apontava que a “suposta” Campanha de Alfabetização possuía, por detrás de suas aparências, perigosíssimos intuits, posta sua capacidade de penetração em sindicatos, regiões sertanejas, escolas primárias, cursos noturnos e, até mesmo, no Palácio do Planalto, onde conspurcaria “todos os setores com a podridão do comunismo. Se não reagirmos, se não iniciarmos, pelas maiorias desta casa, que são covardes na sua atuação, um processo de *impeachment* do Presidente da República, seremos dominados pelo comunismo” (BRASIL, 1963, p. 362).

O parlamentar também atacou a UNE (União Nacional dos Estudantes), acusada de confeccionar e distribuir calendários de cunho “subversivo”. Em longo discurso, Abel Rafael elaborou uma detida análise sobre as características do material estudantil, atendo-se, por exemplo, a uma página composta pela “figura de um negro velho com um coto de charuto na boca e os seguintes versos”:

“Liberdade
Que liberdade?
Da fome...
Da dor...
Da miséria...
Da morte...
Da humilhação...
Que liberdade?
O que é então
A escravidão?” (BRASIL, 1964, p. 715).

O deputado Abel Rafael considerava o material da UNE imbuído de um claríssimo “incentivo à luta de classes [...], para lançar uns brasileiros contra os outros, criando a luta de classes, jogando o pobre contra o rico, jogando o humilde contra o poderoso, jogando irmão contra irmão” (BRASIL, 1964a, p. 715).

Voltando-se novamente à questão educacional, o parlamentar denunciou que os outros deputados, “ou porque estão interessados na política do atual Governo, ou porque estão cegos, ou porque não têm cultura ou patriotismo suficientes, não chegam a perceber que estão envenenando nossos filhos com o ensino que se ministra nas escolas oficiais”; conforme Abel Rafael, a juventude brasileira correria seríssimos riscos, pois estava sendo inoculado um “programa de educação comunista que aos poucos vai minando e dominando tudo, e depois, nenhum de nós, nenhum Deputado aqui terá coragem sequer de reagir porque estará dominado, dentro de sua casa, pelos próprios filhos, pela própria família” (BRASIL, 1964h, p. 199-200).

Tanto a instrumentalização do anticomunismo para pressionar o governo constituído quanto o louvor às posturas de enfrentamento como mecanismos para antagonizar e imobilizar

as reformas de base compunham o arsenal retórico do parlamentar perrepista. Com a agudização da crise política no início de 1964, Abel Rafael expôs aos deputados as seguintes “escolhas possíveis”: “ou esta Casa procura um caminho certo e segue para o *impeachment* do Presidente da República, ou vamos ter o próprio Governo, como sempre, subvencionando a mudança do regime, a modificação das instituições, o Governo subvencionando a própria revolução” (BRASIL, 1964, p. 182).

O parlamentar escandalizava-se com a continuidade e a expansão das “agitações”, enxergando que “em toda parte, em nome do povo, se pregam reformas; em toda parte, em nome do povo, se vai, para, em seguida, haver o tumulto, a agitação, o crime, a inquietação”. Abel Rafael, mesmo alcunhado como “reacionário” e “obscurantista”, orgulhava-se de suas posições, contrapondo seus acusadores com a adoção de discursos fascistas de desafio e confrontação: “Graças a Deus somos reacionários, graças a Deus, nessas condições, somos obscurantistas, porque, quando invadem a nossa terra para pregar, dizendo que vai ser ‘na lei ou na marra’, nós temos o direito da opção e podemos escolher que seja na ‘marra’” (BRASIL, 1964f, p. 283).

A menção ao termo “na lei ou na marra” conferia uma clara postura de desafio às propostas de Francisco Julião, um dos principais líderes das Ligas Camponesas. As Ligas foram organizações criadas em Pernambuco, em meados dos anos 1950, que conseguiram projeção e expansão para outras regiões nordestinas, a partir das quais buscaram consolidação como movimento de abrangência nacional. Ao longo de sua trajetória, as Ligas implementaram “ações de força em suas táticas, ocupações de terras e enfrentamentos diretos com prepostos dos grandes proprietários”, e associaram suas demandas à busca por uma reforma agrária incondicional, “que se faria ‘na lei ou na

marra', isto é, com ou sem apoio legal, pela ação direta dos camponeses" (GRYNSZPAN, 2007, p. 220). Tal proposta foi publicamente defendida por Francisco Julião em 1961, em um discurso proferido durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, no qual o líder camponês bradava por uma "reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue" (DEZEMONE, 2016, p. 140).

Tratando-se das dimensões conspiratórias mais práticas, os perrepistas desempenharam relevantes funções durante a articulação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, especialmente em São Paulo e Belo Horizonte, justamente as duas maiores passeatas contra Goulart realizadas antes do golpe civil-militar, sendo que na "articulação da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro" (CALIL, 2010, p. 321).

Em 1965, após a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, Abel Rafael filiou-se à ARENA, sigla pela qual conquistou uma suplência de deputado federal nas eleições de 1966. Afastado das atividades parlamentares após 1970, dedicou-se à advocacia e prestação de assessoria jurídica para órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e Cultura, entre 1976 e 1979.

Oswaldo Zanello Vieira da Costa nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 1920, embora tenha se transferido para a cidade de Campos (RJ) em 1936. Ainda neste ano, filiou-se à AIB. Foi um dos líderes, ao lado de Belmiro Valverde, do levante integralista de 1938, cujo principal acontecimento foi o assalto ao Palácio Guanabara, onde residia o então presidente Getúlio Vargas. Preso, Zanello foi encaminhado à Penitenciária de Niterói, onde permaneceu por oito meses. Após ser absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional, associou-se ao pai na instalação de uma

usina na cidade de Miracema (RJ) – vendida após problemas financeiros. Com os recursos oriundos da dissolução da sociedade, Zanello seguiu para o Rio de Janeiro, onde constituiu a Torrefação Mojiana.

Após o fim do Estado Novo, voltou a desempenhar suas atividades políticas, figurando entre os fundadores do PRP, cuja liderança pertencia ao integralista Plínio Salgado. Incumbido de organizar as ações do novo partido no Espírito Santo, radicou-se na cidade de Colatina, onde adquiriu terras para plantio de café.

Nas eleições de 1950 e 1954, conseguiu eleger-se como deputado para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, pela sigla do PRP, com votações expressivas. Em seu primeiro mandato, destacou-se pela defesa dos interesses dos grandes cafeicultores; já em seu segundo mandato, licenciou-se da Assembleia para ocupar posições de relevo no governo estadual, como a Secretaria de Agricultura, a Secretaria da Fazenda (interinamente), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, além de representar o estado na composição administrativa do IBC (Instituto Brasileiro do Café). Em 1958, elegeu-se deputado federal, apoiado pela coligação da Aliança Democrática, formada por PRP e UDN, assumindo, neste mandato, a vice-liderança do partido perrepista na Câmara dos Deputados. Reelegeu-se em 1962, apoiado pela Coligação Democrática, constituída pelo PRP, UDN, PTB e PSP, assumindo, novamente, a vice-liderança do partido na Câmara.

Assim como Abel Rafael, compôs as fileiras perrepistas/municipalistas que nortearam a oposição a João Goulart na Câmara. O deputado Oswaldo Zanello solicitava providências enérgicas, em nome da “dignidade nacional”, contra o Governo Federal “que tanto tem ajudado a proliferação e a infiltração do comunismo em nossa Pátria”, em cujas entranhas

aninhavam-se “líderes comunistas conhecidos, enquistando-se nos postos mais importantes da administração pública nacional” (BRASIL, 1963g, p. 211-212).

O parlamentar, declamando um editorial do jornal *O Globo* em plenário, concebia a realidade nacional como sendo “caracterizada por uma perigosa indulgência em relação ao comunismo e aos comunistas. Estes [...] se apossam de cargos-chave, dominam setores importantes para a vida do País, chegam a galgar, nas Forças Armadas, posições de relevo” (BRASIL, 1963h, p. 338-339).

Zanello também atribuía a Goulart a responsabilidade pelo governo presidencial estar “chafurdando esta Nação na intranquilidade e na desgraça e levando o povo brasileiro ao desespero e à revolta. Crises sobre crises, todas elas fabricadas no Palácio do Planalto, pela célula comunista que ali funciona sob as vistas, proteção e estímulo do Sr. Presidente”. Segundo o deputado, “notícias e boatos alarmantes” davam conta de que estava em curso no país um plano revolucionário comunista, o qual contava com o apoio do próprio Chefe do Governo, considerado um “instigador dos movimentos subversivos que estão depauperando a Nação” e “desorganizando todos os setores da vida nacional, num preparativo violento para entrega do Brasil ao grupo de traidores que lutam pela implantação de uma república popular nos moldes da República Comunista de Cuba” (BRASIL, 1963m, p. 599-600).

Ainda de acordo com o deputado perrepista, “nunca, jamais, em tempo algum, houve neste país governo faccioso, medíocre e irresponsável como esse que aí está a infelicitar a Nação e a desesperar o povo brasileiro”. Sobre o presidente João Goulart pesavam as acusações de empreender ações consideradas impatrióticas, ardilosas e temerárias, por meio das quais

procuraria, “com fanática persistência, criar crises, fabricar intranquilidade, arquitetar greves as mais ilegítimas e ilegais, para que o povo lance sobre os trabalhadores enganados, vítimas principais da agitação e da baderna, a responsabilidade do caos reinante neste país” (BRASIL, 1963n, p. 467-468).

Com o tensionamento da crise político-econômica ocorrida no início de 1964, as pressões parlamentar-institucionais sobre o governo instituído aumentaram consideravelmente. De acordo com o deputado Zanello, Goulart era “fraco e pusilânime”, e a cada momento entregava-se “ao comunismo, deixando-se envolver pelos esquerdistas que o cercam e que o influenciam [...]. O Sr. João Goulart já é presa do bolchevismo internacional e não vacila em atentar contra a dignidade de nosso povo conluindo-se com os vermelhos” (BRASIL, 1964e, p. 508).

Assim como Abel Rafael, o deputado Oswaldo Zanello também teria participado ativamente das etapas de mobilização para o implemento do golpe civil-militar. De acordo com correspondência emitida por Plínio Salgado a militantes integralistas, “os nossos deputados Zanello (Espírito Santo) e Ivan (Paraná) não só brilharam com notáveis discursos na Câmara, mas também articularam seus Estados para o grande movimento na hora necessária” (CALIL, 2010, p. 328).

Após a promulgação do AI-2, em 1965, filiou-se à ARENA, partido pelo qual conseguiu novas reeleições em 1966, 1970 e 1974, períodos nos quais integrou as comissões de Minas e Energia, Comunicações e Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Zanello foi, também, presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo e do Instituto do Bem-Estar Social do mesmo estado, além de integrar a junta administrativa do IBC (FGV/CPDOC, 20--b).

Em posse dos perfis previamente arrolados, podemos analisar algumas das principais características do movimento municipalista brasileiro a partir de suas lideranças orgânicas, as quais detinham posições de classe intimamente ligadas aos interesses dominantes (políticos, econômicos, sociais, etc.) e facilidades de atuação junto aos mais variados aparelhos privados de hegemonia.

Com raras exceções de membros filiados ao PDC, PSP, PRP e PL, a maioria dos municipalistas vinculava-se aos seguintes partidos: majoritariamente, ao PSD, seguido pela UDN e, por fim, ao PTB. Após a promulgação do AI-2 (Ato Institucional nº 2), em 27 de outubro de 1965, a dissolução dos partidos existentes e a reorganização política em torno do bipartidarismo obrigaram os municipalistas a optarem pela ARENA (para onde a grande maioria se dirigiu) e pelo MDB (que abrigou um número menor de municipalistas).

Formulemos breves considerações sobre os partidos supracitados. Com o esfacelamento do Estado Novo, Getúlio Vargas, diante das eleições marcadas para dezembro de 1945, tentou transferir a base sócio-política do antigo regime estimulando a criação de dois partidos: o PTB, sustentado pela máquina sindical de Marcondes Filho, seu antigo Ministro do Trabalho entre 1941 e 1945, e o PSD, baseado “nos interventores estaduais, nos industriais de São Paulo e nos chefes políticos oligárquicos, os conhecidos coronéis” (DREIFUSS, 1981, p. 27). A UDN, partido alinhado à oposição de centro-direita, reunia um “conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e anti-Vargas (mais tarde antipopulistas), cuja base eleitoral encontrava-se principalmente nas classes médias e que era liderada por profissionais liberais, empresários e políticos” (DREIFUSS, 1981, p. 27).

Quanto aos partidos fundados após a promulgação do AI-2, temos que a ARENA desempenhava, em linhas gerais, a função de consolidar a legitimidade do novo governo diante da sociedade e continuar a dita “obra revolucionária”:

A ARENA era um partido institucional: ao invés de ser um aparelho privado de hegemonia, localizado na sociedade civil, com vistas à ocupação do Estado, era, ao contrário, um aparelho do Estado, com vistas a obter legitimidade junto à sociedade para o reforço de seu caráter autocrático. Legitimidade obtida através do voto e não da mobilização social (MACIEL, 1999, p. 51-52).

Assim como a ARENA, o MDB era um partido institucional, criado para endossar o jogo político e a busca por legitimidade governamental por parte da ARENA:

Sua sobrevivência dependia de sua resignação em comportar-se conforme a perspectiva autocrática da Ditadura, ou seja, aceitar a participação subalterna que lhe cabia no Congresso e renunciar a qualquer perspectiva de mobilização popular mais consequente. Aliás, até a crise do final de 1968 a postura predominante no MDB em relação ao governo, dita em diversas ocasiões pelos seus líderes e representantes, foi de colaboração, pois a ilusão com a perspectiva moderadora ainda era considerável. Em suma, o MDB também é um

partido institucional como a ARENA, um partido de oposição institucionalizado pelo Estado, de cima para baixo, que não traz legitimidade ao governo, mas dá legitimidade à institucionalidade autoritária (MACIEL, 1999, p. 53).

Quanto aos lugares de classe⁶⁶ dos municipalistas, observamos em primeiro lugar que, a despeito de haver um claro predomínio de sujeitos ligados a formações bacharelescas vinculadas ao campo do Direito (aspecto quantitativo), os profissionais da saúde, religiosos, engenheiros, professores, latifundiários e empresários também atuaram com real e contundente peso na correlação de forças inerentes ao

⁶⁶ Compreendemos o “lugar de classe” conforme o pensamento de Nicos Poulantzas, segundo o qual “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”. As classes sociais, portanto, não se limitam somente ao critério econômico, mas também aos critérios políticos e ideológicos, imersos em um movimento de contradições e lutas. Nesse sentido, “a determinação das classes, abrangendo práticas – luta – das classes e se estendendo às relações políticas e ideológicas, designa os *lugares objetivos ocupados* pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes”. Segundo Poulantzas, tal determinação estrutural das classes deve ser distinguida da mera *posição de classe* na conjuntura, ou seja, “insistir na importância das relações políticas e ideológicas na determinação das classes, e no fato de que as classes sociais só existem como luta (práticas) das classes, não seria reduzir, de forma ‘voluntária’, a determinação das classes à posição das classes”. Em linhas gerais, uma classe ou fração de classe “pode não ter uma posição de classe correspondente a seus *interesses*, eles próprios circunscritos pela sua *determinação* de classe como horizonte de sua luta. O exemplo típico é aquele da *aristocracia operária*, que tem precisamente, nas conjunturas, *posições de classe burguesas*. Isso não significa contudo que ela se torne, em tais casos, parte da burguesia: ela permanece, pelo fato de sua determinação estrutural de classe, parte da classe operária, constituindo uma ‘camada’ da classe operária de acordo com os próprios termos de Lênin. Por outro lado, sua determinação de classe não se reduz à posição de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 14-16).

movimento (aspecto qualitativo), ou seja, ainda que representados em menor número, os sujeitos vinculados ao latifúndio, ao empresariado urbano-industrial e às práticas religiosas compuseram as fileiras mais combativas em prol da desestabilização do governo constituído.

Em segundo lugar, aliadas às características conformadoras dos lugares (e também das posições) de classe dos municipalistas, estão situadas as atuações concretas (organizativas) dos mesmos diante dos aparelhos de Estado, compreendido, por sua vez, em sua integralidade, segundo o pensamento gramsciano.

É imperioso, portanto, que desvelemos a atuação dos municipalistas enquanto intelectuais a serviço de um projeto classista intimamente ligado à trama dos saberes, competências, instituições e especializações relacionadas às formas peculiares do Estado integral e da produção da hegemonia, ou seja, como responsáveis por conferir homogeneidade, consciência e organicidade a respeito das funções essenciais de um grupo social dominante inserido no mundo da produção econômica e no sistema social democrático-burocrático moderno. Constituiriam, apesar das diferenças entre os supracitados lugares de classe, um “estrato social homogêneo que desempenha funções de direção intelectual” na busca pela superação da “fase econômico-corporativa”, rumo à construção da hegemonia.

Ao coadunar frações empresariais (compostas por intelectuais que deveriam possuir, conforme Gramsci, capacidades técnicas que permitissem a “organização de massas de homens” e também da “sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal”, na consolidação das “condições mais favoráveis à expansão da própria classe” [GRAMSCI, 2001, p. 15]), clericais (mesmo em seu perfil mais conservador, compreendido como um “tipo de

estratificação social [que] deve ser sempre levado em conta quando se analisa a composição das classes possuidoras e dirigentes” [GRAMSCI, 2007a, p. 187]; composto por eclesiásticos intelectuais que foram “monopolizadores, por longo tempo, de alguns serviços essenciais [a ideologia religiosa, a escola e a instrução, e em geral a ‘teoria’, com referência à ciência, à filosofia, à moral, à justiça, etc., além da beneficência e da assistência etc.]” [Q4, 49, 475 apud SEMERARO, 2017, p. 127]) e latifundiárias (historicamente beneficiadas pela “conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas [o latifúndio]” [COUTINHO, 1980, p. 32]), o movimento municipalista investia na composição de um *bloco no poder* simultaneamente atravessado pela heterogeneidade político-econômica de seus membros e pela homogeneidade conservadora de frações das classes dominantes regionais e nacionais.

O conceito poulantziano de *bloco no poder* sustenta que:

Quanto ao terreno da dominação política, este encontra-se igualmente ocupado não por uma só classe ou fração de classe, mas por várias classes e frações de classe dominantes. Essas classes e frações constituem, nesse terreno, uma aliança específica, o *bloco no poder*, funcionando em regra geral sob a direção de uma das classes ou frações dominantes, a classe ou fração *hegemônica*. Essa classe ou fração, que pode aliás não se identificar com aquela que detém a preponderância na dominação econômica, *é também variável segundo as*

etapas: pode ser a burguesia industrial, a burguesia comercial ou a burguesia bancária. Isso depende das voltas e das etapas concretas da luta das classes (POULANTZAS, 1985, p. 99).

Compreendemos que a fração hegemônica à frente do movimento municipalista (muito por conta das pautas defendidas durante os congressos e sustentadas diante das forças governamentais) era composta pelos setores alinhados aos latifundiários, os quais deveriam equilibrar seus interesses diante dos projetos levados a cabo por setores da burguesia industrial.

Tal arranjo de forças permitiu ao movimento político municipalista fracionar-se em segmentos articulados, economicamente, tanto aos interesses industriais quanto às demandas agrícolas, entranhando-se no aparelho estatal e utilizando-o em benefício de um conjunto de pautas municipalistas, as quais resultavam na defesa e continuidade dos interesses e privilégios burgueses (combate ao reformismo radical, difusão do anticomunismo, perpetuação do clientelismo, estigmatização das lutas proletárias e camponesas, etc.).

Para além dos desígnios político-partidários e econômicos imediatos, um número expressivo de municipalistas também estabeleceu vínculos com o complexo conspiratório do IPES/IBAD, responsável por desestabilizar o governo nacional-reformista de João Goulart e suas bases sociais de sustentação. O complexo IPES/IBAD representava a maturação da fase política dos interesses empresariais, levados a cabo por uma elite de tecno-empresários, empresários e militares, composta por intelectuais orgânicos, denominados por Dreifuss como “elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado”.

O IBAD foi criado no final da década de 1950, instituído “com o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’, sendo seus fundadores ostensivos Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner”, apoiados por membros do CONCLAP (Conselho Superior das Classes Produtoras), *American Chambers of Commerce*, da ESG, além de proeminentes figuras das associações de classe paulistas e cariocas (DREIFUSS, 1981, p. 102). As facetas ocultas do IBAD, no entanto, encobriam uma ampla gama de atividades voltadas à desestabilização da ordem instituída e à busca pelo amplo consenso social em torno de seus projetos:

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares como o MAC – Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro (não confundi-lo com o partido político, homônimo criado em 1966), a OPAC – Organização Paranaense Anticomunista, e a CLMD – Cruzada Libertadora Militar

Democrática, com os quais o IBAD compartilhava pessoal, técnicas e recursos. O IBAD ligou-se também à organização católica Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita, era líder importante e proporcionou uma ligação significativa com a organização tecno-clerical de direita Opus Dei. De acordo com José Arthur Rios, um dos intelectuais do IBAD, esse último não agia isoladamente, mas sim como uma frente da qual participavam a ADP – Ação Democrática Parlamentar (dirigida pelo proprietário rural e deputado udenista baiano João Mendes) e o IDB – Instituto Democrático Brasileiro, presidido pelo deputado do PDC Gladstone Chaves de Mello (DREIFUSS, 1981, p. 102-103).

O IPES, formado por uma ampla rede de militantes grupos de ação unificados em torno do anticomunismo, de projetos para readequação e reformulação do Estado brasileiro e das relações econômicas multinacionais e associadas, foi fundado em 29 de novembro de 1961, e rapidamente se expandiu para as regiões de Santos, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e outros centros. O IPES proclamava-se “contra a radicalização da política brasileira entre esquerda e direita”, mas logo começou a “colher dados sobre a pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais que ocupavam postos de comando, através de todo o território nacional” (BANDEIRA, 2001, p. 82).

Tratava-se, pois, de uma entidade pretensamente científica, vinculada à ESG, cujas influências estenderam-se também aos grandes jornais e outros órgãos de divulgação, sustentadas “não apenas pelas verbas que espalhava, diretamente, como pelo interesse das agências de publicidade, manipuladoras das contas das grandes empresas estrangeiras. Estas contribuíram com grandes somas para a atuação do IPES” (BANDEIRA, 2001, p. 82). De acordo com Marini, a preocupação do IPES com a opinião pública “era evidente e a propaganda política anticomunista era tratada como bandeira para a defesa dos ideais da livre empresa. A ‘liberdade’ a ser alcançada era buscada no modelo norte-americano de democracia” (MARINI, 2014, p. 57).

Enquanto o IBAD funcionava como uma espécie de “unidade tática”, expondo-se mais ao conhecimento público, o IPES agia como “centro estratégico”, ambos sob as ordens da elite orgânica empresarial multinacional e associada, cujo complexo foi responsável por organizar operações de penetração e desmobilização em movimentos operários, estudantis e camponeses, e também por estabelecer uma categórica presença política no Congresso Nacional, a partir da qual “coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país” (DREIFUSS, 1981, p. 164).

Dentro do amplo leque de meios utilizados para pressionar o sistema político brasileiro, o complexo valeu-se, no Congresso, da ADP. Em síntese, a ADP era composta por um bloco multipartidário “de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de

Ação Democrática Popular (ADEP)” (DREIFUSS, 1981, p. 320-321). O apoio político-financeiro fornecido pelo complexo IPES/IBAD aos parlamentares brasileiros determinava, como contrapartida, que os deputados deveriam se posicionar contrariamente às reformas de base preconizadas pelo Executivo de João Goulart.

No Congresso, os membros da ADP (em número aproximado de 200 deputados em 1962), orientados pelo complexo IPES/IBAD, apresentavam anteprojetos de lei, requerimentos e emendas previamente preparados pela elite orgânica, consoantes aos seus desígnios. Também teciam críticas e articulavam votações contrárias aos projetos governistas do bloco nacional-reformista. A ADP, com isso, forçava o Executivo janguista a utilizar decretos presidenciais, “esgotando-o nas longas batalhas processuais e criando uma atmosfera de impasse no Congresso; além disso, criava-se um clima de ingovernabilidade geral, o que estimulava a busca e legitimação de soluções extraconstitucionais, para a pendente crise do regime” (DREIFUSS, 1981, p. 321-322).

Ao lado das pressões articuladas nos bastidores da Câmara dos Deputados, o complexo IPES/IBAD também forneceu financiamentos e patrocínios para expressivo número de candidatos de direita e centro-direita durante as eleições de 1962. As formas de auxílio englobavam ajuda financeira direta ao candidato ou partido, além de fornecimento de logística material e propagandística (tempo de rádio e televisão, espaços em veículos jornalísticos, transporte, cartazes e panfletos).

Parte dos recursos angariados era proveniente – segundo afirmações do então embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon – de empresas e altos funcionários estadunidenses, os quais “contribuíram com uma soma que

variava de um a 5 milhões de dólares para campanhas de candidatos adversários ao governo de João Goulart e seu Programa de Reformas Básicas”, caso de algumas das principais companhias: *Standard Oil of New Jersey, U.S. Steel, Texas Oil, Gulf Oil, Hanna Corporation, Bethlehem Steel, General Motors e Willys Overland* (DREIFUSS, 1981, p. 330-331) – sendo a última, como já mencionado, intimamente vinculada ao municipalista Cunha Bueno.

A maioria dos deputados identificados como municipalistas possuía vínculos com o complexo IPES/IBAD, enquanto pertencentes aos quadros da ADP, votantes favoráveis aos projetos da elite orgânica ou receptores de recursos utilizados em campanhas eleitorais, conforme identificações presentes na exaustiva pesquisa elaborada por Dreifuss e informações existentes no processo de CPI instaurado contra o IBAD em 1963. Eram eles: Lourival Batista (UDN), Medeiros Neto (PSD), Padre Nobre (PTB), Padre Godinho (UDN), Yukishigue Tamura (PSD), Manuel de Almeida (PSD), Geraldo Freire (UDN), Océlio de Medeiros (PSD), Castro Costa (PSD), Ozanan Coelho (PSD), Ítório Correa da Costa (UDN), Aroldo Carvalho (UDN), Pedro Aleixo (UDN), Aniz Badra (PDC), Cunha Bueno (PSD), Último de Carvalho (PSD), Abel Rafael (PRP) e Oswaldo Zanello (PRP), tornando, de acordo com Dreifuss, a ABM (embora possamos incluir, também, a APM) uma “linha auxiliar do IPES” (DREIFUSS, 1981, p. 297).

Diante de um efervescente processo de polarizações políticas, acirramentos interclassistas e articulações de bastidores que agitavam o início dos anos 1960, por onde andaria o municipalista Antônio Machado Sant’Anna? Para que possamos escrutinar as ideias, os projetos e as ações do jornalista, empresário e político nesse período, aproximar-nos-emos,

novamente, de algumas iniciativas organizadas e implementadas por membros de sua família, em especial de seus filhos, Armando Lúcio Sant’Anna⁶⁷ e Sérgio Rubens Sant’Anna. Os empreendimentos levados a cabo pela família Sant’Anna nesse período aproximavam-na, umbilicalmente, do centro golpista arregimentado junto ao complexo IPES/IBAD.

6.2 - “HUMANIZAR AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL E TRABALHO” E CONSTRUIR “TRINCHEIRAS MORAIS”: OS PROJETOS DA FAMÍLIA SANT’ANNA

No final do ano de 1959, algumas das principais empresas ribeirão-pretanas e certas representações provenientes das cidades de São Joaquim da Barra, Orlandia, Pontal e Sertãozinho reuniram-se em Ribeirão Preto para a realização de um curso (ocorrido nos dias 14, 21, 28 de novembro e 5 de dezembro)

⁶⁷ Armando Lúcio Pinho Machado Sant’Anna nasceu em 29 de novembro de 1929, em Ribeirão Preto. Casado com Nilce Alba Esteves Machado Sant’Anna, graduou-se em Direito e obteve formações em diversos cursos técnicos (Propaganda, Promoção de Vendas, Comunicações, Administração de Empresas, Relações Públicas no Trabalho, etc.). Fundou, em 1960, a agência de publicidade Propaga com seu irmão, Sérgio Rubens Machado Sant’Anna, sediada em Ribeirão Preto. Em 1973, em São Paulo, criou a CBP (Companhia Brasileira de Publicidade), que chegou a ser uma das vinte maiores agências de publicidade do país na década de 1990. Realizou a produção de campanhas e peças para diversas empresas e políticos (Dabi-Atlante, Cervejaria Paulista, Banco Comind, Secretarias da Cultura, Segurança e Saúde, campanhas políticas para as “Diretas Já”, Tancredo Neves, André Franco Montoro, Orestes Quércia, Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, entre outros). Foi presidente da CEDAMPA (Centro de Estudos das Pequenas e Médias Agências de Publicidade) e da UNEPRO (União Nacional das Agências de Publicidade), diretor da APP (Associação Paulista de Propaganda) e da ABAP (Associação Brasileira de Agências de Propaganda) e conselheiro da ADVB (Associação Brasileira de Vendas e Marketing do Brasil).

Disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=MzY1Mzkz&texto_original=1. Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

patrocinado pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e pela agência Publicidade Propaga Ltda. O objetivo central do curso, cujo principal atrativo era um ciclo de palestras ministrado pelo empresário José Roberto Whitaker Penteado, era discutir a “evolução racional do trabalho”.

A Propaga, propriedade de Sérgio Rubens Sant’Anna e Armando Lúcio Sant’Anna, foi fundada em 1958. Representava as principais empresas citadinas (Companhia Cervejaria Paulista, Dabi, A Modelar, Avicentro, Oficinas Zanini, PTG, Urubatan, Antigo Banco Construtor, Cerâmica São Luiz, Marchesi, Com. Ind. Cristófani, Jóquei Clube de Ribeirão Preto, Empresa Bevilacqua, Refrescos Ipiranga, Cooperativa Central dos Cafeicultores, entre outras) e desenvolvia trabalhos nas áreas de relações públicas, propaganda, pesquisas de mercado e promoção de vendas (Propaga, 1960).

Seu convidado, José Roberto Whitaker Penteado, foi diretor do Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, gerente da Standard Propaganda S.A. em São Paulo (entre 1944 e 1945), diretor do Departamento de Rádio e contato de relações públicas da J. Walter Thompson Co. do Rio de Janeiro (entre 1946 e 1954) e diretor executivo para o Brasil da Conferência Interamericana de Investimentos de New Orleans (*Diário da Manhã*, 1959); foi, posteriormente, membro do Conselho Orientador do IPES/SP e também proferiu palestras na Escola do Estado Maior das Forças Armadas (DREIFUSS, 1981, p. 554).

O empreendimento levado a cabo pela ACIRP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto) e pela Propaga logrou substancial êxito junto aos segmentos empresariais da região. Em 13 de novembro de 1959, o *Diário da Manhã* publicou um expressivo rol de empresas (e também de interessados) que participariam do curso/ciclo de palestras (Apêndice V).

As aulas proferidas por José Roberto Whitaker Penteado versavam sobre “as relações humanas no trabalho, assim como a participação, os incentivos, ajustamentos e a moral envolvidos em todo esse processo produtivo”, ou seja, sobre uma filosofia empresarial que privilegiava a harmonia como instrumento voltado para o “aumento da produtividade, com o uso de novas e modernas tecnologias, e a contribuição dos operários, sugerindo a melhor maneira de se organizar a produção” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 73-76).

Conforme as impressões de Antônio Machado Sant’Anna, os cursos explanavam a respeito de

uma filosofia de melhor entendimento entre os homens; estudo psicológico de relações de quem dirige sobre o que é dirigido e por isso mesmo devendo ser melhor orientado; uma compreensão mais elevada dos deveres e direitos sem necessidade de ferir susceptibilidades, tão comuns nos que estão em situação inferiorizada, embora deles dependamos para que a obra seja coroada de êxito; um minuto de atenção dado ao empregado resultará melhor que todas as ordens [...]. Reside aí o grande mérito do professor da Escola de Aeronáutica, do estudioso dos problemas sociais e que está procurando, de maneira fácil e cônica humanizar as relações entre o capital e o trabalho, como irmãos diretos e não forças antagônicas (SANT’ANNA, 1959d).

As classes dominantes ribeirão-pretanas, representadas por frações do empresariado urbano e do setor agrícola, interessavam-se ativamente na adequação de tais princípios (colaboracionistas e defensivos) à realidade local, visto serem considerados “suplementos palatáveis” às já tradicionais repressões políticas e policiais impetradas sobre as camadas trabalhadoras.

Todavia, a pretendida “humanização” das relações entre capital e trabalho seria, conforme Sérgio Lessa, uma pura fantasia. A identidade absoluta entre humanidade e capital, enquanto “impossibilidade ontológica”, supõe que “quanto mais o capital se desenvolve, quanto mais ele penetra no tecido social, mais se explicita a distância entre a reprodução do capital e a reprodução social: a sociedade se torna crescentemente desumana, alienada”. O desenvolvimento da sociedade capitalista carrega em seu bojo o agravamento das divergências entre as necessidades humanas e as necessidades da autovalorização do capital, sendo, justamente por essa razão, “que não há qualquer possibilidade de uma humanização do capital, ou, o que dá no mesmo, de um capitalismo de face humana” (LESSA, 2003, p. 29).

Os esforços conjugados pela ACIRP, pela Propaga e por José Roberto Whitaker Penteado apresentaram novos resultados em novembro de 1961, quando houve a fundação da Seção Regional ribeirão-pretana da ADVB (Associação dos Diretores de Vendas do Brasil), uma entidade que congregava as principais empresas de Ribeirão Preto e adjacências, contando, inclusive, com a presença de Sérgio Rubens Sant’Anna como um de seus diretores, conforme exposto pelo *Diário da Manhã*:

Reuniram-se ontem pela manhã, na sede da PUBLICIDADE PROPAGA LTDA. um grupo de

homens de empresa com a finalidade de fundarem a Associação dos Diretores de Vendas do Brasil, Secção Regional de Ribeirão Preto. Usou da palavra, inicialmente, o Prof. Dr. José Roberto Whitaker Penteado, delegado especial da Associação dos Diretores de Vendas do Brasil, sediada na capital de São Paulo, e que explicou aos presentes as finalidades da prestigiosa entidade fundada em 1956.

A ADVB, expôs o prof. Whitaker Penteado, reúne diretores de vendas e homens de empresa com o objetivo de proporcionar-lhes constante troca de ideias tecno-profissionais, através de conferências, debates, reuniões sociais, para que desse intercâmbio de experiências vividas possa resultar um aprimoramento de métodos de trabalho, especialmente no setor de Marketing.

DIRETORIA

Constituindo-se em Assembleia Geral de fundação da entidade, os presentes elegeram a primeira diretoria provisória da Associação dos Diretores de Vendas do Brasil – Seção Regional de Ribeirão Preto – com jurisdição em toda a Mogiana, inclusive as principais cidades vizinhas, importantes centros industriais. Essa Diretoria ficou assim constituída: Geraldo Rossi, da Cia. Cervejaria Paulista (presidente); Baudílio Biagi, da Irmãos Biagi, Luiz Antônio Pinto, da Santal Comércio e Indústria, e Paulo Scatena, da Beschizza & Cia (vice-presidentes);

Geraldo Silva, da Comércio Manufatura de Tecidos J. Silva S.A. (tesoureiro); Renato Nunes Maia, da Refrescos Ipiranga S.A (secretário). Diretores titulares: José Rossi Júnior, da Oficina Zanini S.A., Valdemar Pardi, da Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Lázaro Mariotto, da Luiz Mariotto & Cia., Achilles Scatena Simioni, da Cia. Açucareira São Geraldo, Mário Spadoni, da DABI, Sérgio Rubens Sant’Anna, da PROPAGA, Sérgio Silva, da J. Silva S.A., Bortolo Carolo, da Cooperativa dos Usineiros; Arlindo Laguna, da Laguna S.A., Francisco Rubens Calil, de A Modelar, Palmerindo Fontes Filho, da Organização Marchesi, Lúcio Serra, da Serra S.A., Otorino Rizzi, da Ind. Com. Torquato Rizzi, Virgílio Malta Gomide, da Cia. Com. Ind. Antônio Diederichsen, e Reinaldo Melo, da SABRATI [Sociedade Anonyma Brasileira Tabacos Italianos] (Constituída..., 1961).

A presença de José Roberto Whitaker Penteado em Ribeirão Preto não era fortuita. Por trás dos objetivos aparentemente técnicos envolvidos na ministração de cursos de “relações públicas/comunicação humana” e na fundação da ADVB local, havia em jogo um projeto político-ideológico voltado ao estabelecimento de conexões duradouras com as forças empresariais interioranas, articulando-as, minimamente, à composição de uma frente de defesa do *status quo* conforme as diretrizes estabelecidas pela elite orgânica burguesa, multinacional e associada. À implantação da ADVB, seguiram-se

outras iniciativas, em maior ou menor medida, apoiadas pela família Sant'Anna.

Em março de 1960, Machado Sant'Anna assumiu, a convite do prefeito Alfredo Condeixa Filho, a direção do Serviço de Difusão Cultural e Turismo de Ribeirão Preto (posteriormente rebatizado como Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto), órgão no qual poderia articular seus projetos municipalistas.

O evento para a entrega do cargo a Machado Sant'Anna contou com as presenças dos vereadores Juventino Miguel (UDN), Welson Gasparini (PDC), Antônio Rios Netto e José Velloni (PSB), João de Paula e Silva (PL), além de Antônio Agnello Serra (Presidente da Associação Comercial e Industrial e da Sociedade Amigos da Cidade), Thomaz A. Whately (presidente da Associação Rural e do Jôquei Clube), Walter Ragazzi (Rotary Clube e Associação dos Engenheiros), Onésio da Motta Cortez (diretor regional dos Correios e Telégrafos), Agostinho Solera e José Pinho (Cia. Antártica Paulista), entre outros (Serviço de Difusão..., 1960). Machado Sant'Anna permaneceu à frente do departamento até 8 de abril de 1963, quando solicitou exoneração, alegando “ter de assumir outros encargos”.

Dentre os projetos e medidas adotados pelo departamento gerenciado por Machado Sant'Anna, interessa-nos, em particular, a campanha do Rearmamento Moral, implementada entre abril e maio de 1962.

O Rearmamento Moral, que alcançou expressiva projeção no início dos anos 1960, era uma organização internacional sediada nos Estados Unidos, tipicamente vinculada aos temores da Guerra Fria e fomentadora de campanhas para difusão do “pânico anticomunista”. Considerada uma reação empresarial às crescentes polarizações político-ideológicas, o Rearmamento

possuía um claro intuito moralizador, “pregando a cooperação, a ordem na produção, o ‘amor ao próximo’, tentando individualizar conflitos e descaracterizar as lutas operárias” (POLLI, 2012, p. 8).

No Brasil, o movimento conseguiu atingir uma expressiva parcela da opinião pública das classes médias, engajando, também, proeminentes militares em torno de seu projeto, como o General Juarez Távora – frequentador de compromissos públicos em nome do Rearmamento Moral –, Marechal Henrique Teixeira Lott e General Hugo Bethlem.

Além de manter um programa de treinamento que enviava aos Estados Unidos civis e militares para preparação política e orientação ideológica, o Rearmamento Moral articulava-se ao IPES, fornecendo-lhe “material de propaganda, desde filmes até panfletos voltados aos diferentes setores da opinião pública; sua eficácia em modelar a consciência de classes se fez sentir mesmo nas classes dominantes” (DREIFUSS, 1981, p. 293). Os fundamentos do Rearmamento, defendidos pelos empresários, eram “apresentados” aos trabalhadores da seguinte maneira:

Dirigentes de empresas e indústrias convocavam regularmente reuniões de seus empregados, onde se discutia o significado do que ocorria no Brasil e onde os patrões “empurravam” nas mãos de seus empregados panfletos “informativos”, [...] e, ainda, onde se explicavam os aspectos negativos da situação política em termos de um iminente golpe comunista de influência estrangeira, de uma ilegítima expansão do Estado em áreas em que a empresa privada deveria comandar a

economia e as barreiras irracionais ao capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981, p. 315).

As equipes do Rearmamento Moral que operavam no Brasil, vinculadas ao IPES por um “certo Zimmerman” e pelo escritor José Rubem Fonseca, adotaram como principal objetivo “infundir, entre os empresários ainda relutantes em cooperar com a elite orgânica, as necessidades e a urgência do momento. O IPES de São Paulo canalizava fundos para o Rearmamento Moral, como uma operação independente do IPES do Rio” (DREIFUSS, 1981, p. 293-294).

Segundo diversos integrantes das classes dominantes e dirigentes ribeirão-pretanas, era chegado o momento de novas alternativas serem viabilizadas para o combate à dispersão social em curso, ou seja, tornavam-se necessários instrumentos mais eficazes para que uma pretensa “unificação” da sociedade fosse constituída, preferencialmente, em torno de uma causa comum e “elevada”. A organização e a difusão do Rearmamento Moral atenderiam, em parte, ao cumprimento dessas demandas.

Em 29 de março de 1962, houve a realização de um encontro na sede da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, onde foi selecionada uma comissão responsável pela coordenação da “Campanha Pró-Moralização dos Costumes”, movimento local tutelado por Sérgio Rubens Sant’Anna, efusivamente apoiado por seu pai, Antônio Machado Sant’Anna, e possuidor de feições análogas ao Rearmamento Moral. Ao apresentar um relatório à comissão ribeirão-pretana, Sérgio Rubens afirmou que “estive em São Paulo em contato com o Rearmamento Moral e o sr. Daniel Mottu, líder do Rearmamento, se colocou à disposição para vir a Ribeirão Preto exibir filmes, realizar exposições, em companhia

de líderes brasileiros” (Reúnem-se hoje..., apud CARNEIRO JÚNIOR, 2002).

Vislumbra-se, portanto, que houve em Ribeirão Preto uma conjugação de esforços entre os movimentos internacional (Rearmamento Moral, que chegou à cidade em abril de 1962) e local (Campanha Pró-Moralização dos Costumes, iniciado em março de 1962 e coordenado por membros da família Sant’Anna), sendo comuns a ambos os traços moralizantes e conservadores existentes em seus princípios (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 160).

Em 11 de abril de 1962, uma comitiva composta por integrantes do Rearmamento Moral chegou a Ribeirão Preto para a realização de divulgações, encontros e atividades doutrinárias. Entre seus componentes, estavam Edward Cochrane (almirante da marinha inglesa), o suíço Daniel Mottu, o italiano Paolo Marchetti, o austríaco Peter Orglmeister, o estadunidense Ted Lane e o queniano Collin Church. Os visitantes foram recepcionados pela comissão executiva da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, formada por Antônio Agnello Serra (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), Sérgio Rubens Sant’Anna (sócio-proprietário da Propaga), Rui Domingues, Jovino Campos, Sebastião Porto, Eumo Nascimento, Osvaldo Fernandes, Welson Gasparini, José Penteado Mendonça, Tony Miyasaka, Enéas Viana e Silvério Neto (BAGATIM, 2006, p. 50).

Entre os dias 11 e 12 de abril, o cortejo do Rearmamento Moral realizou diversas visitas a pontos estratégicos de Ribeirão Preto. Conforme cronograma previamente estabelecido, os membros da comitiva conheceram, em 11 de abril, o Palácio da Justiça (recepcionados pelo juiz de Direito, Romeu Coltro), a Câmara de Vereadores (recebidos pelos edis e pelo prefeito, Condeixa Filho), a estação de TV local (onde concederam

entrevistas), a Associação Comercial e Industrial (onde houve projeção de filmes e explicações a respeito do Rearmamento) e o Umuarama Hotel, onde a comitiva concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, na qual foram expostos seus projetos de “defesa” da moral, da família e dos bons costumes (BAGATIM, 2006, p. 50). Segundo as palavras de Daniel Mottu, intérprete do grupo, o Rearmamento Moral visava a constituição de uma espécie de “terceira força” que se sobreporia tanto ao capitalismo como ao comunismo, e que visava “atingir um objetivo nobre, qual seja, o bem-estar de toda a humanidade. Assinalou que o Movimento do Rearmamento Moral se baseia nos quatro princípios autênticos: pureza, honestidade, altruísmo e amor absoluto” (Entrevista coletiva..., 1962).

Em 12 de abril, os integrantes do préstito moralizante visitaram a Companhia Cervejaria Paulista (acolhidos pelos seus diretores, Carlos Alberto Meira, Jácomo Rossi e João Pagano), a Cooperativa dos Cafeicultores (recebidos por Marcelo Junqueira Santos e J.C.G. Marques Ferreira, ambos diretores daquela entidade) e a Usina Santo Antônio⁶⁸ (recepcionados pelo usineiro Atílio Balbo e seus filhos) (BAGATIM, 2006; CARNEIRO JÚNIOR, 2002). A respeito da visita ao empreendimento da família Balbo, sentenciava o *Diário da Manhã*:

O trabalhador da Usina Santo Antônio é bem mais feliz que o trabalhador que conhecemos. Toma o mais puro leite e come a mais sadia

⁶⁸ O usineiro Atílio Balbo montou a Usina Santo Antônio em 1946, adquirindo, também, a Usina São Francisco, em 1956, ambas situadas na região de Sertãozinho. A partir das duas usinas, Balbo comprou novas terras e incorporou-as aos seus empreendimentos, estendendo-se por vários municípios. Em 1976, as propriedades da família Balbo estendiam-se por cerca de 21 mil alqueires de terra” (JESUÍNA DA SILVA, 2001, p. 25).

carne por preço que é a metade do que pagamos. Tem assistência médica-dentária e escola para seus filhos [...]. Diversões lhe são oferecidas gratuitamente. Dispende a Usina vultosa soma na assistência aos seus trabalhadores. Para nós os Balbos transmitiram uma mensagem real de REARMAMENTO MORAL, porque, sobretudo, deram um exemplo de “honestidade, pureza, altruísmo e amor” (Movimento de caráter..., 1962).

Durante a visita, o séquito do Rearmamento Moral foi engrossado por alguns elementos da classe dominante local, como Antônio Machado Sant’Anna, Marcelo Junqueira Santos, J.C.G. Marques Ferreira, Sérgio Rubens Sant’Anna, Maria Elena Curi, Eduardo Curi, entre outros (Flagrantes sociais, 1962), unidos pela exaltação do que se apresentava como a perfeita sintonia entre patrões e empregados. Provavelmente, a composição “honestas, pura, altruísta e amorosa” atribuída à usina da família Balbo era arditamente enganadora e/ou fragilmente volátil.

Isto por que em 9 de junho de 1962, poucos meses após a visita da comitiva do Rearmamento Moral, os trabalhadores rurais das usinas Santo Antônio, São Geraldo, Anhuma (todas de Sertãozinho) e Aparecida (de Pontal) entraram em greve, reivindicando “melhores pagamentos (um aumento de 45%), o fim da dedução da taxa de aluguel e o reconhecimento de seus sindicatos”. Em 17 de junho, sem haver ainda uma resolução, cerca de “300 famílias de trabalhadores voltaram a protestar no centro da cidade de Sertãozinho, exigindo que as negociações ocorressem e que o poder público interferisse, auxiliando os

grevistas” (BAGATIM, 2006, p. 34). A greve, encerrada após vários dias de negociação, demonstrava que o idílico cenário de conciliação “capital-trabalho” retratado pelo *Diário da Manhã* afastava-se da realidade concreta da luta de classes e da exploração sobre os trabalhadores rurais.

Em Ribeirão Preto, as extensas atividades propostas pelo Rearmamento Moral foram colocadas a cargo “da organização local Campanha Pró-Moralização dos Costumes, que convocava todas as pessoas a participarem dos eventos dos quais os mais usuais eram projeções de filmes e conferências, geralmente na Sede da Associação Comercial e Industrial” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 166).

Conquanto a comitiva de estrangeiros do Rearmamento Moral tenha retornado a São Paulo no dia 13 de abril (não sem antes promover encontros com elementos da classe dominante cidadina, como o presidente da Câmara Municipal, Celso Paschoal; o vereador rotariano e conservador, Juventino Miguel; o vereador e futuro prefeito citadino, Welson Gasparini; o vereador e militar do Exército, Mário Davidson; o advogado e presidente da OAB local, Miguel Gonçalves da Silva; os empresários e fazendeiros Achiles e Umberto Simioni, Baudílio e Maurílio Biagi, entre outros [Retornaram..., 1963]), deixou o seu núcleo local, composto pelos membros da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, a par da organização, implementação e divulgação de um conjunto de atividades planejadas para os dias subsequentes.

Em 17 de abril de 1962, o *Diário da Manhã* projetou algumas das características basais do Rearmamento Moral, centradas no conservadorismo, no espírito cristão, no congraçamento harmônico entre capital e trabalho e em uma suposta ideologia de coexistência entre capitalismo e comunismo. De acordo com o

periódico, pairava sobre o mundo um grande e aterrador perigo, uma espécie de “rebelião de âmbito mundial contra o próprio Deus”, um inimigo que “desagrega tanto o mundo comunista como o mundo não comunista”: tal inimigo seria “o materialismo, o espírito do Anti-Cristo, a filosofia que coloca coisas como lucro, salários, propriedade e poder acima do homem”. Para combater o elemento de desagregação, o jornal apresentava aos leitores o Rearmamento Moral, que seria norteado por “padrões absolutos de honestidade, pureza, altruísmo e amor, como medidas de conduta para todos os homens, todos os lares, todas as indústrias, todos os países do mundo” (Falhou a sabedoria, 1962).

De acordo com os artigos publicados pelo *Diário da Manhã*, a crise existente no cenário global “não é de ordem econômica. A causa é moral. É aí que reside o mal. Aquilo de que necessitais é de personalidades guiadas por Deus para que criem nacionalidades guiadas por Deus, para que se crie um mundo novo”. Orientados por princípios de conciliação, afirmavam os moralistas que “uma indústria, diretores e trabalhadores moralmente rearmados, mostrariam a toda indústria, de que maneira atender às necessidades de milhões de criaturas, ao invés de prosseguir eternamente na luta de classes, na injustiça social e na cobiça” (Falhou a sabedoria, 1962).

Tais princípios continuaram a ser professados pelo *Diário da Manhã* em 18 de abril de 1962:

Bem explicou o almirante Lorde Cochrane, da Marinha Britânica, que o Rearmamento Moral não é a favor nem contra nenhuma ideologia, raça, princípios, religião ou modo de vida, mas tão somente uma ação construtiva em prol de um mundo melhor, dentro do respeito a Deus,

na luta incessante do bem contra o mal. Parecerá ingenuidade, mas tal não se dá. Dentro dos princípios humanos, Gandhi venceu a poderosa Inglaterra. Com compreensão, inteligência e boas intenções, foram vencidas greves e violências inúteis. Os povos estão cansados de lutas estéreis, de auto-detruição e buscam um caminho para o trabalho, ordem, harmonia e amor ao próximo. Este é o Exército do Bem. Porque combatê-lo? Só os maus intencionados, só os desgarrados e inimigos da sociedade e do próprio homem, serão contra os que querem um mundo de mais harmonia e fraternidade, obedientes à palavra do Senhor, e dentro de um sistema de vida mais humano, mais decente e mais nobre (Não é contra..., 1962).

Apesar de figurarem na retórica moralista, aqui e acolá, menções à “coexistência pacífica” entre os mundos comunista e não-comunista, o intuito da campanha era, objetivamente, associar o comunismo ao “Mal” e à barbárie, cujos poderes políticos e econômicos só seriam vencidos por uma ideologia superior, articulada aos ensinamentos cristãos e à conciliação entre classes, composição que tornaria seus componentes ilesos à “imoralidade comunista”.

De tal modo, a estratégia adotada pelo Rearmamento Moral era a crítica a quaisquer mobilizações dos trabalhadores, especialmente as que colocassem em precipitação ações consideradas mais radicais, “como greves, passeatas, etc., que eram entendidas como atitudes violentas e em nada colaboravam

no entendimento entre os homens. Evitava-se falar em classes sociais e os problemas existentes eram fundamentados em termos morais” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 173), ocultando-se os elementos contraditórios da própria dinâmica capitalista.

Em 22 de abril de 1962, o *Diário da Manhã* divulgou extensa reportagem (3 páginas) a respeito do Rearmamento Moral, da qual extraímos os seguintes trechos:

Duas ideologias disputam, atualmente, o mundo. Uma é o Rearmamento Moral, que acredita que a mente de Deus deveria controlar o mundo através da transformação da natureza humana; a outra é o comunismo, que acredita que a mente do homem deveria controlar o mundo através da exploração da natureza humana. Uma ou outra deverá vencer.

[...] O comunismo tem um plano para apoderar-se de nosso país. Ouvimos falar de pessoas atrás da cortina de ferro ou da de bambu, cujas mentes foram submetidas à lavagem do cérebro, mas nós mesmos não percebemos que nossas mentes estão sendo submetidas à lavagem do cérebro através de muita coisa que vemos na imprensa de todos os partidos, do que vemos na televisão ou no teatro, do que ouvimos no rádio, ou até mesmo de alguns púlpitos. Os comunistas não precisam começar qualquer organização nova, quando se infiltram com tanto sucesso nas que já existem. O Rearmamento Moral é uma ideologia superior, com uma estratégia superior, porque satisfaz as

necessidades do homem no seu todo, e porque está à disposição de todos os homens em toda parte, tanto não-comunistas como comunistas [...].

O novo tipo de homem que o Rearmamento Moral está criando verifica que o problema básico da indústria não é econômico, mas moral. Os quatro padrões morais – honestidade absoluta, pureza absoluta, altruísmo absoluto, amor absoluto – tornaram possível resolver cada questão na base do que está certo e não na base de quem tem razão.

Essa é a alternativa para a luta de classes na indústria e é por ela ter sido adotada pelos trabalhadores e empregadores, que o comunismo tem conseguido fazer tal penetração nas indústrias-chaves. O seu domínio só pode ser quebrado por homens e mulheres armados com a estratégia, a união e a dedicação de uma ideologia superior. Isso acontece pela aceitação de Deus por meio da qual cada homem pode saber como deve e precisa agir imediatamente [...].

O Rearmamento Moral nos oferece uma filosofia de vida em ação... Colocar a serviço dos Estados equipes de homens treinados, apóstolos da reconciliação e construtores de um mundo novo, é o início de uma transformação social de grande alcance para o qual os primeiros passos já foram dados (Ideologia..., 1962).

A ideologia do Rearmamento Moral promovia um duplo deslocamento como método analítico dos problemas sobre os quais se debruçava: das condições concretas de existência no sistema capitalista, transpassado pela exploração socioeconômica das classes trabalhadoras, tergiversar-se-ia para um plano transcendental, a partir do qual explicava-se que as desigualdades e a miséria seriam frutos de escolhas meramente individuais (egoísmo, avareza, cobiça), e que poderiam ser sanadas, exclusivamente, pela adoção de fundamentos cristãos na condução dos projetos políticos, sociais e econômicos. De tal modo, o próprio capitalismo, desde que revestido pelos princípios do Rearmamento Moral, apresentava-se aos leitores como alternativa suavizada e imbuída de princípios solidários.

A confluência de forças entre o Rearmamento Moral e a Campanha Pró-Moralização dos Costumes ganhou novo fôlego em 16 de maio de 1962, com o apoio da Cooperativa do Oeste de São Paulo⁶⁹, Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Associação Comercial e Industrial, Aeroclub de Ribeirão Preto, *Rotary Club* e *Lions Club*.

O Departamento de Educação, Cultura e Turismo, gerido por Machado Sant'Anna, fez questão de divulgar a realização de novas atividades moralizantes levadas a cabo pelo Rearmamento e pela Campanha local, tais como encontros, exposições e a exibição de uma peça teatral ("O Condor") em Ribeirão Preto. O *Diário da Manhã* também exerceu sua função de aparelho privado de hegemonia ao informar que a referida peça, anteriormente

⁶⁹ Em junho de 1962, a Cooperativa dos Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo era composta pelas usinas Anhumas, Bela Vista (Pontal), Bonfim (Guariba), Ipiranga (Descalvado), Martinópolis (Serrana), N. S. Aparecida (Pontal), Pedra (Pedra), Santa Elisa (Sertãozinho), Santa Lydia (Ribeirão Preto), Santo Antônio, São Francisco e São Geraldo (Sertãozinho). Cooperativa dos Usineiros..., apud CARNEIRO JUNIOR, 2002, p. 182).

apresentada na cidade de Campinas, havia recebido efusivos elogios do general Hugo Bethlem, do marechal Juarez Távora e do vice-presidente do Sindicato dos Ferroviários da Mogiana, Dário de Moraes, segundo o qual “todos estão irmanados na mesma luta pela transformação dos homens; senti que podemos acreditar que a luta de classe será superada. A peça ‘El Condor’ será, sem sombra de dúvida alguma, um fator dessa unidade em todo o mundo” (Grande sucesso..., 1962).

Em 18 de maio de 1962, o *Diário da Manhã* divulgou que a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, em apoio aos esforços encetados pelos “movimentos moralizantes”, estava convocando diversas associações, entidades de classes, religiosos, autoridades, líderes sindicais, empresários, comerciantes, grêmios estudantis, etc., para uma reunião em prol da efetivação da Campanha Pró-Moralização dos Costumes. Enquanto eram realizadas as convocações por meio da Campanha ribeirão-pretana, as ações do Rearmamento Moral continuavam a ser realizadas paralelamente e com a colaboração daquela (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 185).

Segundo o *Diário da Manhã*, “homens de boa vontade de nossa cidade” estavam se reunindo para “estudar os problemas sociais, procurando fórmulas conciliatórias em que métodos pacíficos possam unir, no mesmo ideal de convivência, os líderes responsáveis dos diferentes setores da vida pública e privada”. Seria necessário, conforme o jornal, que os “homens de boa vontade” pregassem efusivamente a união de entidades gerais de classe, estudantes, sindicatos, autoridades civis, religiosas e militares, as quais deveriam realizar trabalhos de “esclarecimento junto ao povo a fim de modificar a mentalidade já superada da omissão como forma de comportamento”, com a efetivação de “um verdadeiro trabalho em que predominem os

padrões morais como bases defensivas da sociedade” (Dinamizando..., 1962).

Em 20 de maio de 1962, a comissão executiva da Campanha realizou nova convocação, por intermédio ostensivo e incisivo do *Diário da Manhã*, para uma reunião no salão nobre do Palácio do Comércio e Indústria, a ser realizada peremptoriamente no dia 22 de maio, na qual “os homens líderes de Ribeirão Preto reunir-se-ão para tratarem com franqueza dos problemas que acarretam paralização nos diversos setores da vida pública e privada do Brasil e, de modo especial, em nossa cidade”, cabendo “aos homens bem-intencionados a missão ingente que virá oferecer novo panorama para nossa cidade, em defesa da família e da sociedade” (Ninguém pode..., 1962).

Em 22 de maio, o *Diário da Manhã* divulgou as empresas, instituições e associações (industriais, agrárias, financeiras, religiosas, estudantis, etc.) apoiadoras da dúplici campanha Rearmamento Moral e Pró-Moralização dos Costumes, sendo a maioria delas associadas às classes dominantes e conservadoras ribeirãopretanas: ACIRP – a principal delas, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Sindicato de Turismo e Hospitalidade, Sindicato do Comércio Varejista, Associação Rural de Ribeirão Preto, Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Comercial Ribeirãopretana de Automóveis Ltda., Banco Marchesi S/A, Companhia Faigom de Comércio e Investimentos, *Rotary Club* de Ribeirão Preto, *Lions Club* de Ribeirão Preto, Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Ribeirão Preto), Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Ribeirão Preto, Movimento Familiar Cristão, ARRI (Associação Regional de Rádio e Imprensa), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (delegacia regional), Centro Nacionalista Olavo Bilac, Centro Acadêmico Laudo de Camargo (Faculdade de Direito de

Ribeirão Preto), Sociedade União dos Viajantes, Centro Médico de Ribeirão Preto, Diretório Acadêmico Carneiro Leão (Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto), Diretório Acadêmico Rocha Lima (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), A Modelar, Amin Antônio Calil & Cia, Cooperativa dos Usineiros d'Oeste do Estado de São Paulo, Aero Clube de Ribeirão Preto, Academia Ribeirãopretana de Letras, Transportadora Zanini Ltda. e Sociedade Técnica de Automóveis Ltda (Diário da Manhã, 1962).

A participação da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto no projeto refletia os esforços da agremiação em proteger e fortalecer os membros das “classes produtoras” cidadinas, contra aquilo que considerava ser o avanço do “período de desordem” no país. Para a diretoria da ACIRP, o biênio de 1960 a 1962 havia transcorrido em “clima de intranquilidade”, com o país “ameaçado por toda sorte de desordens, pela indisciplina, pelos desmandos, completamente desarvorado, como se fora frágil embarcação, sem timoneiro, sem bússola, singrando os mares ao sabor das procelas”. Acreditavam os industriais e comerciantes que “o ambiente nacional está seriamente conturbado ante um processo de desagregação que caminha no sentido de destruir as instituições vigentes” (ACIRP, 1974 apud BAGATIM, 2006, p. 49).

Contra os turvos mares da intranquilidade e da agitação, apresentavam-se os membros da família Sant'Anna, Antônio Machado e Sérgio Rubens, como providenciais “timoneiros”, preparados para conduzir a “embarcação” cidadina rumo às águas calmas da moral e da conciliação interclassista. A reunião promovida pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto para amplificar a divulgação do Rearmamento Moral e da Campanha Pró Moralização dos Costumes, realizada em 22 de

maio de 1962, contou com a presença do prefeito, de membros da família Sant'Anna e de representantes de entidades patronais e sindicais. Em nome do prefeito municipal, Alfredo Condeixa Filho, foram convidados a participar do movimento ribeirão-pretano os militares Henrique Teixeira Lott, Juarez Távora e Hugo Bethlem – embora suas presenças não tenham sido confirmadas. Durante a reunião, Sérgio Rubens Sant'Anna expôs que:

[...] após três meses de ingentes esforços deparamos com matéria controvertida que nos obriga falar claro e corajosamente, em nome do interesse público e em sua defesa.

A Campanha Pró Moralização dos Costumes surgiu em nossa cidade em virtude dos atentados à moral e ao pudor públicos, numa hora em que as tradições cristãs estão sendo solapadas por indivíduos inescrupulosos e interessados no ambiente da mais absoluta confusão, onde predomina a omissão daqueles que, sendo responsáveis pela ordem pública e social, insistem em omitir-se de suas posições, num total indiferentismo e negligência.

Assistimos estarecidos, esse estado de coisas, na expectativa preocupada de que as entidades de classe e associações, as autoridades, os poderes públicos, fizessem sentir uma ação eficiente e profilática em defesa da sociedade [...]. O nosso trabalho, quer dizer, a ação dos verdadeiros patriotas, do que resta de lucidez no país, deverá reduzir-se ao esforço de

encaminhar essa convulsão, dar às perturbações que aí vêm, uma orientação, canalizar o alude a fim de que, pelo menos, as colunas mestras sejam mantidas e a ruína total não sobrevenha. E isso só poderá acontecer com a execução de um rígido programa de higiene cívica de reconstrução política a que somente um governo de altíssima autoridade material e moral poderia abalançar-se (SANT'ANNA, 1962).

Em seu discurso, Sérgio Rubens Sant'Anna apresentava a Campanha Pró-Moralização dos Costumes em contornos generalistas, “apolíticos” e moralizantes, como um esforço que se dirigiria às instâncias das sociedades política e civil (entidades e associações de classe, poderes constituídos) no sentido de “alertá-las” para a defesa dos interesses públicos e das tradições brasileiras. O movimento era, em realidade e para além do plano formal, um empreendimento nitidamente classista, portador de nítidos sinais de conservadorismo (com traços fascistizantes de “higiene cívica”), cujas pretensões de domínio e direção estavam, política e ideologicamente, atreladas aos desígnios da hegemonia burguesa, contrários a quaisquer turbulências que pusessem em xeque os princípios da propriedade e da hierarquia social vigentes.

A comitiva do Rearmamento Moral recebeu, no período, novas incorporações para a elaboração das atividades no interior paulista, como Marco Villasante (estudante da Universidade de Cusco), Barbara e Joana Riffe (filhas do sindicalista estadunidense John Riffe, apresentado pelo *Diário da Manhã* como “um dos cinco gigantes do sindicalismo norte-americano”,

ex-vice-presidente executivo da organização sindical CIO [*Congress of Industrial Organizations*], com mais de 5 milhões de membros), casal Sciortino (da Inglaterra) e Collin Church (estudante da Universidade de Cambridge).

Entre as principais atrações da campanha, constavam uma exposição de fotografias e livros do Rearmamento Moral (na rua São Sebastião, nº 535) e a exibição da peça teatral “O Condor” (no Teatro Pedro II). O espetáculo teatral teria sido escrito, segundo o *Diário da Manhã*, por estudantes peruanos das universidades de San Marcos e Cusco. Conforme falas atribuídas ao General Hugo Bethlem, tratava-se de uma “obra audaciosa. Disse o que muitos de nós latino-americanos estamos pensando sobre nós mesmos e sobre a América do Norte, mas não tínhamos a coragem de exprimir” (Exposição de fotografias..., 1962).

A peça “O Condor” foi amplamente promovida pelo *Diário da Manhã* às vésperas de sua apresentação, divulgada como um espetáculo imbuído de valores genuínos, cuja principal mensagem tocava na questão de que “a solução dos problemas que preocupam os homens desta época apoia-se, em última instância, no fator moral. É indispensável por isso um retorno às fontes de nossa fé religiosa e de nossa vocação para a liberdade e a justiça”. A campanha dos jovens moralistas recebia congratulações por repudiar “a obra destruidora do materialismo comunista que conduziu muitos jovens aos caminhos da delinquência comum” (Amanhã no Pedro II..., 1962).

Em 26 de maio de 1962, a peça “O Condor” foi exibida em Ribeirão Preto. Em suas considerações posteriores, o *Diário da Manhã* enalteceu o espetáculo por expor uma “mensagem cristã aos homens de todas as nacionalidades e credos religiosos” e pregar “a transformação do homem, visando a reviver-lhe o caráter, hoje tão impregnado de matéria” (Prestigiada..., 1962).

Machado Sant'Anna, em autocongratulações por sua iniciativa moralista, também expressou opiniões a respeito da peça teatral:

Maravilhoso espetáculo proporcionou o “Pedro II”, na noite de sábado, como uma resposta cabal de todos os setores da sociedade ribeirão-pretana, desde o mais humilde ao mais elevado ao materialismo e aos espíritos malformados. O majestoso teatro estava inteiramente tomado na plateia, varandas, poyers e galerias. Era o povo, em manifestação integral prestigiando a iniciativa do Departamento de Educação, Cultura e Turismo da Prefeitura que contou com a colaboração de entidades locais, proporcionando bom teatro, com a peça “O Condor”, de autoria dos estudantes peruanos da Universidade de San Marcos, de Lima.

[...] Não adiantará intentarmos reformas, se não fizermos a reforma em nós mesmos, na auto-crítica de nossos atos, frente ao espelho de nossa alma, francamente, buscando reparar erros e procurando o caminho da honra, da probidade, do respeito e o firme propósito de servir, sem jamais se servir (SANT'ANNA, 1962b).

Em síntese, os integrantes das comissões do Rearmamento Moral e da Campanha Pró-Moralização dos Costumes, respaldados pelos membros da família Sant'Anna e, principalmente, por seu patriarca Machado Sant'Anna, pregavam uma espécie de conciliação entre capital e trabalho que pudesse,

ao menos, escamotear as contradições sistêmicas inerentes ao capitalismo por intermédio de uma retórica nobilitada por valores caritativos e filantrópicos (de cima para baixo), eclipsando-se as reais causas da miséria e da exploração das classes obreiras, consideradas meras decorrências de ações individuais “egoístas” e, portanto, facilmente corrigíveis.

Contra as lutas e demandas proletárias, aplicar-se-ia o método corretivo de inoculação de uma moral cristã consoante aos interesses das classes dominantes, ou seja, imbuída por valores de “cooperação” e, principalmente, “resignação”, o que inebriaria a análise crítica da sociedade e de suas hierarquias, fazendo com que a própria noção de moral adquirisse uma implicação político-econômica específica, levando as camadas populares e médias à crença de que o sistema poderia facilmente corrigir suas “engrenagens”, desde que fosse aplicado um tipo de “óleo moral”.

Todavia, a empreitada moralista liderada pela família Sant’Anna encontrou, ao longo de sua execução, alguns detratores públicos, como o Padre Celso Ibson de Sylos, diretor do *Diário de Notícias*, o vereador Said Issa Halah, do PSP, e o jornal *A Palavra*, dirigido por Divo Marino.

Conforme reportagem do *Diário da Manhã*, durante a reunião realizada no salão nobre do Palácio do Comércio e Indústria, em 22 de maio de 1962, Padre Celso teria sido responsável por proferir uma série de acusações e críticas aos programas de Rearmamento Moral e Pró-Moralização dos Costumes:

Falou-se em reforma agrária, onde, segundo o orador da ocasião, o dr. Rubem Aloysio Moreira, se concentra, no momento, a parte crucial do

problema social; mas, infelizmente, após algumas poucas palavras, pronunciadas por elementos interessados, quando o prefeito já havia encerrado os debates, levantou-se o padre Celso de Silos [sic] e solicitou a reabertura daquela parte, eis que necessitava falar. E o fez. Criticando, dizendo não acreditar no propósito dos presentes e julgando, por antecipação, um fracasso o movimento que se encetava. [...] Falou que o problema mais grave com que deveríamos nos ater é com esse, da moralidade da Polícia e, em seguida, propôs que todos efetuassem o justo pagamento do operariado, o que, no seu entender, resolveria todo o problema social (Ribeirão Preto enfrenta..., 1962).

Em 25 de maio de 1962, o *Diário da Manhã*, respondendo as denúncias de Padre Celso, acusou-o de portar “falsos princípios, resultantes de uma visão deturpada da realidade, [por] considerar que uma simples distribuição melhor das riquezas resolveria o problema das classes menos favorecidas”; o periódico continuou a pregar a formulação da “união de proletários e burgueses, em frente única”, visto que “colocar as classes menos favorecidas contra as classes patronais, nos parece falta de bom senso, indicativas de completa alienação de certos grupos que até ontem permaneciam em profundo sono letárgico” (O movimento de reformas..., 1962).

Por sua vez, o vereador Said Issa Halah, em sessão ordinária realizada em 22 de maio de 1962, “criticou o regime capitalista, dizendo que só o socialismo é que solucionará o problema da

exploração do homem, bem como o Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura, pela apresentação de uma peça a ser efetuada nesta cidade” (RIBEIRÃO PRETO, 1962a).

Machado Sant’Anna, novamente em defensiva, lamentou que o vereador tenha subido à tribuna “para atacar o DECT, afirmando levianamente e sem conhecimento de causa, que o Departamento de Educação, Cultura e Turismo estava subvencionando, gastando dinheiro do povo, com o Movimento de Rearmamento Moral”; além disso, acusou Said Issa Halah de não adotar ações produtivas em prol da coletividade, “a não ser a preocupação que tem de ataque contundente, como se isso resolvesse alguma coisa, dada a sua ideologia francamente comunista. [...] O vereador, pela maneira como age, faz o jogo de sovieterizar o Brasil” (SANT’ANNA, 1962a).

Os esforços do Rearmamento Moral para apresentar-se à população citadina como um organismo “apolítico” e “não-ideológico” também eram obstados por *A Palavra*. Em 16 de abril de 1962, o veículo denunciava que os “imperialistas americanos combatem o povo brasileiro com todas as armas: Polícia, Rearmamento Moral, IPES – vergonha para o Brasil!”; para o semanário, o Rearmamento Moral era um “movimento a serviço do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Os americanos, contra a América Latina, jogam a última cartada e usam de todas as armas!” (*A Palavra*, 1962).

A respeito da reunião promovida pela ACIRP, pelo Rearmamento Moral e pela Campanha Pró-Moralização dos Costumes, em 22 de maio de 1962, *A Palavra* posicionava-se criticamente:

Assim faz agora o Rearmamento Moral, seita internacional que veio a Ribeirão Preto usando

o mesmo estilo dos fanáticos religiosos norte-americanos, somente que os “quakers” assustavam o povo com o fogo do inferno, e os membros do Rearmamento Moral assustam as populações com o medo do comunismo, com a diferença de que as seitas religiosas não escondiam um interesse mesquinho: defesa do imperialismo econômico.

A REUNIÃO

As forças vivas convocadas reuniram-se na Associação Comercial e Industrial, às 20 horas, do dia 22 do corrente. Todas as camadas sociais: a nobreza, o clero e o povo. Os 3 Estados. Sr. Tônico Serra abriu ao público, logo passando a presidência ao Coronel Condeixa. Sérgio Sant’Anna, em longo discurso, procura justificar porque a campanha de moralização não foi para frente. Faz acusações. [...] Barilari pede a palavra. Defende o SESI e o SENAI e depois deste orador começa a pancadaria verbal... Tumultos, discursos ridículos, graves acusações, enfim a reunião vira página de Eça de Queiroz, de humorística, e de “Os Possessos” de Dostoievski, de tragicômica.

PADRE SYLOS

Este entendeu bem o sentido da reunião. Viu, já que é um estudioso de sociologia, que moral não se impõe com receitas, como deseja o Rearmamento, e falou francamente aos presentes [...]. Como católico, não tem fé nas campanhas de “evangelização” feita de maneira

ostensivamente publicitária, a estilo dos “quakers”... Foi a grande figura da reunião. Pe. Sylos derrotou o Rearmamento, apesar da reunião ter tido outra capa: “moralização dos costumes” (Padre Celso..., 1962).

As campanhas de Rearmamento Moral e Pró-Moralização dos Costumes assumiam, pois, as diretrizes de resoluções corporativistas oriundas de experimentações estadunidenses, ou seja, instrumentos de organização das relações entre trabalhadores e empresários na sociedade capitalista industrial, a partir das quais buscava-se integrar a classe trabalhadora ao Estado capitalista através da “cooperação de grupos que têm posições econômicas distintas e diferentes e que estão colocados frente a frente”, como “uma solução não-coercitiva para o conflito de interesses em um sistema onde se supõe haver um interesse predominante” (CARNOY, 1994, p. 56-57), o que resultaria, teoricamente, no crescimento econômico e na harmonia de classes.

Contudo, as perspectivas teórico-práticas corporativistas, que chancelavam ser o Estado apenas uma instância neutra e independente dos interesses de grupos e classes (especialmente das classes dominantes), esbarrava na própria lógica histórica e nas contradições inerentes às lutas entre proletariado e burguesia:

As decisões do Estado não são autônomas face às relações de poder na sociedade capitalista. E a suposição corporativista de que a concentração do capital e a intervenção do Estado são incompatíveis com a democracia

liberal também ignora o fato de que a extensão da democracia burguesa às classes subordinadas, através do sufrágio e do reconhecimento pelo Estado dos sindicatos de trabalhadores, coincidiu historicamente com essa concentração e intervenção. Foi a luta da classe trabalhadora, e não a pureza das formas capitalistas ou a honestidade social, que fez avançar a democracia liberal (CARNOY, 1994, p. 57).

Um dos últimos esforços “moralizantes” levados a cabo pela família Sant’Anna no início dos anos 1960 deu-se com o contundente apoio à chegada do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) em Ribeirão Preto, a partir de março de 1963. Armando Lúcio Sant’Anna foi um dos principais responsáveis pela organização das atividades do grupo na cidade.

O MAF, fundado em 1954, era uma agremiação que recebia assistência financeira, experiência organizacional e orientação política do IPES. Possuía uma diretoria constituída por membros de tradicionais famílias paulistas e sua presidente, Antonieta Pellegrini, era irmã de Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*. Muitos ativistas ligados simultaneamente ao IPES e ao jornal “trabalhavam como orientadores do MAF. O MAF contava com 6.000 membros e seus fundos vinham do IPES de São Paulo” (DREIFUSS, 1981, p. 294-295).

Nascida como uma organização que protestava contra “a alta do custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas”, desenvolveu seu manifesto político mais contundente no princípio da década de 1960, devotando esforços crescentes para “combater o comunismo e a corrupção” por meio de

“panfletagem, comícios públicos, petições e propaganda de porta em porta” (DREIFUSS, 1981, p. 294-295).

A extensão das atuações do MAF, inclusive no interior paulista, revela-nos a amplitude dos projetos a serviço da hegemonia burguesa e, tão importante quanto, as maneiras pelas quais se articulavam umbilicalmente aos intelectuais e frações das classes dominantes regionais (no caso de Ribeirão Preto, pela viabilização e irrestrito apoio fornecido pelos membros da família Sant’Anna).

Em 14 de março de 1963, foram anunciados a posse da diretoria do MAF ribeirão-pretano, a ser realizada à noite em um espaço concedido pelo Centro Médico Local, bem como os principais objetivos da associação: “promover a entrosagem da dona de casa para u’a ação conjunta contra a astronômica alta do custo de vida e outros movimentos sociais de relevo” (Movimento de Arregimentação..., 1963). O *Diário da Manhã*, então organicamente vinculado ao MAF por mediação de Armando Lúcio Sant’Anna, teceu comentários excessivamente elogiosos em relação à solenidade:

De São Paulo, com a finalidade de entrosar o movimento lá existente com o local, veio brilhante comitiva presidida pela sra. Itaiçi Silveira Pelegrini [sic], que deu abertura aos trabalhos e empossou a diretoria do MAF de Ribeirão Preto, integrada das seguintes senhoras: Daisy de Castro Prado, presidente; Sinhazinha Procópio, vice-presidente; Diná Cajado Mello, tesoureira; Maria Helena Escobar, 2ª tesoureira; Vininha Gonçalves da Silva, secretária; Vera Whately, 2ª secretária.

DEP. ARREGIMENTAÇÃO

Está constituído das seguintes senhoras: Lucila Junqueira, Ivone Martins e Angelina Spanó.

DEP. PUBLICIDADE

A divulgação das atividades sociais compõe-se das senhoras: Genny Schroeder, Florianete Guimarães, Nilce Esteves Sant'Anna⁷⁰ e Aldair Simões Gomes.

A REUNIÃO

À mesa dirigente dos trabalhos tomaram assento altas autoridades locais. Dando início à posse da diretoria local do MAF, falou a representante da seção de São Paulo, sra. Itaiçi Silveira Pelegrini [sic] [...] bem como a respeito das palavras da presidente local sra. Daisy de Castro Prado e aparteantes que, com sua intervenção, deram brilho à reunião (Criado nesta cidade..., 1963).

A composição local da diretoria do MAF era nitidamente atrelada às frações hegemônicas da burguesia ribeirão-pretana, constituída, em síntese, por esposas de grandes latifundiários, de médicos e de advogados, além de algumas integrantes de entidades filantrópicas e religiosas, como a Associação das Damas da Boa Vontade e da Liga das Senhoras Católicas (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 116). Conforme as impressões do próprio *Diário da Manhã*, “deu muita ‘dama-dólar’ na reunião do MAF. Nenhuma ‘mulher-cruzeiro’ foi convidada” (Flagrantes sociais, 1963).

⁷⁰ Nilce Esteves Sant'Anna (1931-2012) era casada, desde 1953, com Armando Lúcio Sant'Anna (BERTONI, 2012).

A partir de então, as campanhas propagandísticas e convocatórias do MAF ribeirão-pretano (detentoras de uma prédica moralizante, de valorização dos “bons princípios” familiares e apoio à “ordem social”) tornaram-se mais intensas, sendo o *Diário da Manhã* seu principal veículo divulgador. Em algumas mensagens rotineiras, o MAF convocava as mulheres ribeirão-pretanas para que se integrassem à organização, alertando-as: “Você tem um dever a cumprir com a família, com os filhos, com a sociedade. MAF – Inscreva-se no Movimento de Arregimentação Feminina. Rua Barão do Amazonas, 904” (Você tem..., 1963). Havia, também, peças de cunho doutrinário mais bem elaboradas:

DONA DE CASA!

Em defesa do lar, da família e da sociedade,
inscreva-se no MAF – MOVIMENTO DE
ARREGIMENTAÇÃO FEMININA

O que é o MAF?

É uma organização que visa criar uma nova
mentalidade feminina, atualizando as ideias
com o momento atual, unificando a mulher na
defesa do lar, da família e da sociedade.

Quem é o MAF?

É a associação de todas as mulheres, sem
restrição de classe social, raça ou credo
religioso.

Para que o MAF?

Para lutar contra a carestia de vida, a ganância,
o descaso nos negócios públicos, a opressão,
visando uma vida humana para todos, dentro
dos princípios da Justiça Social.

Por que o MAF?

As mulheres têm se omitido, até então, de influírem numa melhor solução dos problemas que dizem respeito à coletividade.

Criando uma nova mentalidade feminina, o MAF desperta nas mulheres uma nova consciência de seus direitos e deveres cidadãs.

Como é o MAF?

É uma entidade que funciona diuturnamente atendendo as reivindicações das mulheres, em assuntos sociais, políticos ou econômicos que beneficiem à coletividade.

Onde é o MAF?

Em cada lar há uma trincheira e o quartel general é Rua Barão do Amazonas, 904 - Ribeirão Preto

O MAF precisa de você! Você precisa do MAF!

Inscreva-se e TRAGA SUAS AMIGAS!

MOVIMENTA! ALERTA! FISCALIZA! (Dona de casa, 1963).

O discurso do MAF, peremptoriamente defensivo quando trazia à baila a tríade “lar, família e sociedade”, atravessado por tons belicistas (casas como “trincheiras” e o Movimento como “quartel general”) e forçosas homogeneidades (associação de “todas” as mulheres, sem restrição de “classe social, raça ou credo”), anuviava os reais objetivos da agremiação, conformados à sustentação de uma tríplice concepção burguesa a respeito do lar (mulheres como “donas de casa” e primeiras barreiras na defesa do direito de propriedade), da família (sob a égide da

moral cristã) e da sociedade (manutenção da ordem hegemônica sob a direção das classes dominantes).

Ao lado do representante local da FORD, Mário Fioretti, destacava-se na organização e no apoio ao MAF ribeirão-pretano o jornalista e publicitário Armando Lúcio Sant’Anna, ao ministrar aulas de psicologia aplicada e discutir as técnicas necessárias para que o movimento lograsse maior eficiência em seus resultados (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 123-124). Armando Lúcio ressaltava a “necessidade da formação de lideranças tanto na arregimentação como na sustentação de seus objetivos iniciais. Mostrou que tinha muita clareza do que estava realizando, inclusive os percalços futuros” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 123-124). Em palestra realizada em 7 de abril de 1963, explanou:

- 1) Em todas as camadas sociais existem pessoas que, por motivos vários, exercem influência sobre grandes e pequenos círculos – e mesmo indivíduos, com os quais mantem contato ou convivência.
- 2) As mensagens transmitidas pelos grandes veículos geralmente atingem em primeiro lugar a esses verdadeiros líderes de opinião (agentes de influência) conquistando-lhes a preferência.
- 3) Finalmente, as ideias que esses líderes de opinião “receberam” através de grandes veículos são transmitidos por eles, às pessoas com quem estão veiculadas, pelo método verbal, de pessoa a pessoa. Atingir esses líderes de opinião (agentes de influência que existem em

todas as camadas sociais) eis a chave para atingir as massas.

Os líderes de opinião não são necessariamente indivíduos importantes, mas, são sempre pessoas procuradas e ouvidas, seus conselhos são aceitos.

Os grandes veículos atingem em primeiro lugar 20% do público, que são exatamente os agentes de influência ou “conselheiros”. Dali as ideias divulgadas pelos grandes veículos são transmitidas oralmente ao restante da população.

Geralmente o que a princípio parece ser uma influência pessoal é um reflexo de influência partido dos veículos de comunicação.

A coisa é muito diferente – a comunicação de indivíduo para indivíduo ocorre entre as pessoas do mesmo nível econômico.

Chamamos essa liderança de “opinião horizontal”. A classe operária tem seus próprios líderes de opinião.

É importante, para as mafistas que ocupam posição de comando, saber que todas as vezes que existe uma direção falha o programa é retardado, e as realizações não alcançam seu objetivo.

Devem os líderes partir do princípio de que o indivíduo é influenciado pelo grupo a que pertence. No grupo existe uma tendência conformista e é ela que lhes fornece a base

prática pela qual pode orientar o seu método de liderança.

De posse dessas sumárias noções das massas e das lideranças, vamos fazer um esquema rápido de arregimentação.

Ao encerrar quero alertar as mafistas dos inúmeros percalços com que depararão na luta e seu ideal. Iniciando suas atividades em época de campanha eleitoral e no momento grave em que se anunciam a introdução de grandes reformas na estrutura administrativa do país, que por certo provocarão agitação em toda a Nação, o MAF certamente será envolvido nos acontecimentos. Críticas e elogios partirão de vários locais e será necessário manter a cabeça fria e muita ponderação para não se deixar levar na onda demagógica que crescerá com a evolução dos fatos. O problema social é um problema de lutas de ângulos perigosos e é necessário a maior cautela nos embates que se travarão.

A voz isolada nada vale e nada consegue, mas todas unidas em torno do ideal do bem comum, conseguirão juntas a vitória de seus anseios de cidadãos, donas de casa, de mães e sobretudo de mulher.

[...] Por aclamação o orador foi escolhido como assessor do MAF (Unindo as mulheres..., 1963).

Conforme as exposições de Armando Lúcio Sant'Anna, o MAF deveria, ao lado das constantes exposições em veículos de

comunicação, orientar seus esforços na conquista de “lideranças intelectuais” que pudessem dar respaldo aos seus projetos junto às classes dominantes e, principalmente, orientar tais pressupostos em direção às “massas” (classes subalternas), na busca pela consolidação do consenso. O palestrante considerava tal iniciativa premente diante das “graves” e “demagógicas” reformas que se avizinhariam com o governo de João Goulart, contra as quais o MAF deveria contrapor-se enquanto casamata do “bem comum” (entendido, para além das aparências, como o “bem comum” da hegemonia burguesa).

É curioso notar que Antônio Carlos Sant’Anna (o editor-chefe do *Diário da Manhã*, que viria a ser candidato à prefeitura municipal pelo PSB e processado pelo regime instaurado pelo golpe civil-militar de 1964, conforme expusemos no terceiro capítulo) também apoiou os projetos da articulação Rearmamento Moral/Campanha Pró Moralização dos Costumes e da implantação do MAF ribeirão-pretano. Em 22 de maio de 1962, às vésperas da reunião promovida pela ACIRP e pela comissão organizadora da Campanha Pró Moralização dos Costumes, Antônio Carlos informava que

o esforço para o entrosamento dos elementos capacitados intelectual, moral e econômico-financeiramente falando, para achar uma fórmula equacionadora do problema que ora se apresenta, já, por si só, representa algo de aproveitável. Porque, havendo boa vontade, espírito de renúncia, poderemos chegar a uma conclusão, senão perfeita e inteiramente satisfatória, pelo menos se constituindo em exemplo dos mais dignos para ser seguido por

todo o Estado, pelo País, expandindo-se, então, um movimento cujos reflexos atingirão, infalivelmente, os mais endurecidos cidadãos (SANT'ANNA, 1962l).

Quando houve a primeira reunião do MAF em Ribeirão Preto, em março de 1963, Antônio Carlos também teceu comentários elogiosos a respeito da organização:

Quando em nossa cidade mulheres de todas as camadas sociais se reúnem e procuram analisar sua situação e a própria situação nacional em face dos últimos sucessos, não temos mais que louvar seu trabalho e dignificar a ação, estimulando e criando, se possível e necessário, clima emocional para o impulsionamento de tão nobre iniciativa, pois, tudo o que visa eliminar o ódio e estabelecer novamente entre os homens a fraternidade é digno, é preciso estimular.

Não nos importam as siglas. Ocupamo-nos das ideias. À reunião do Centro Médico faltaram muitas senhoras. Faltou um pouco de calor popular, que, como ficou dito, virá na medida em que a compreensão dessa luta tremenda em que se empenham as mulheres de nossa terra for crescendo, e o desenvolvimento ocorrerá, justamente, na razão da vinda para o núcleo ora instituído entre nós, daquelas mulheres que estiveram ausentes. E assim, na medida em que o tempo for cumprindo seu ciclo normal (SANT'ANNA, 1963c).

Em artigo publicado por *A Palavra*, Antônio Carlos Sant'Anna era definido como um homem inteligente, mas que não atuava com clareza, pois teria a “capacidade de funcionar como ‘advogado do diabo’...” (Padre Celso acusa..., 1962).

Segundo o historiador Milton Carneiro Júnior, Antônio Carlos apresentava um pensamento ambíguo, contraditório e oscilante, que pendulava “entre um discurso nacionalista-reformista, com lastros de radicalismos, chegando até a posições muito próximas daquelas engendradas pela reação” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 125-126). Acreditamos que tais ambiguidades respondiam a um cambiante contraste entre suas inclinações político-ideológicas (atravessadas, também, pela Doutrina Social da Igreja e por imediatas ambições eleitoreiras impulsionadas por suas aproximações a figuras como Brizola e Goulart) e seus esforços empresariais (atrelados, por vezes, aos projetos e negócios de seus familiares, considerados essencialmente conservadores).

Analisamos, até o momento, algumas das principais iniciativas promovidas por membros da família Sant'Anna durante a primeira metade da década de 1960, muitas das quais intrinsecamente influenciadas e/ou dirigidas pelo complexo conspiratório do IPES/IBAD e por suas lideranças orgânicas, tais como a fundação da ADVB ribeirão-pretana, sob os auspícios de Whitaker Penteado e o apoio de Sérgio Rubens e Armando Lúcio, diretores da Propaga; a confluência de esforços entre o Rearmamento Moral e a Campanha Pró Moralização dos Costumes, organizada por Sérgio Rubens e publicamente apoiada pelo Departamento de Educação, Cultura e Turismo, repartição municipal dirigida por Machado Sant'Anna; e o advento do MAF ribeirão-pretano, organizado e assessorado por Armando Lúcio.

Nosso intuito foi demonstrar que Antônio Machado Sant'Anna (e, conseqüentemente, boa parte de sua prole), mesmo não possuindo funções de proa à frente do complexo conspiratório IPES/IBAD, estabeleceu – muitas vezes, por mediação do movimento municipalista – estreitos laços com algumas lideranças e projetos defendidos pela “elite orgânica” da burguesia multinacional e associada. Mesmo quando foi atingido por infortúnios (como o fechamento do *Diário da Manhã* após o golpe civil-militar de 1964), Machado Sant'Anna manteve-se impávido ao lado das frações burguesas golpistas, especialmente as que se manifestavam através do movimento municipalista.

No início dos anos 1960, a convergência de interesses entre deputados pertencentes ao grupo parlamentar municipalista e a elite orgânica vinculada ao complexo IPES/IBAD – materializada através de apoios propagandísticos, financiamentos, organização de marchas conservadoras, elaboração de projetos conspiratórios, pressões parlamentares sobre o governo constituído e difusão do pavor anticomunista – denotava mais uma das facetas antidemocráticas do municipalismo tupiniquim, cujos vínculos político-econômicos haviam se tornado muito mais amplos e complexos.

Podemos compreender o municipalismo, em consonância com o pensamento gramsciano, como uma espécie de “partido”, entendido, em sentido amplo, como uma mediação moderna por meio da qual é exercida tanto a ação autônoma das classes quanto a hegemonia da classe dominante através do Estado, ou o organizador da fase tipicamente hegemônica nas relações de força.

Em contraste às sociedades antiga e medieval, nas quais a centralização (político-territorial e social) era mínima e o Estado poderia ser considerado um “bloco mecânico” de grupos sociais

diversos, nos quais os segmentos subalternos possuíam expressiva margem para elaborar instituições próprias e uma vida “à parte”, nas sociedades modernas o Estado substitui o “bloco mecânico” dos grupos sociais por uma “subordinação ativa destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura” (GRAMSCI, 2002, p. 138-139).

De acordo com Gramsci, para que um partido exista, são necessários três elementos fundamentais:

- 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “somente” com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina; mas, na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente. Não se nega que cada um desses elementos possa se transformar numa das forças de coesão, mas falamos deles exatamente no momento em que não o são nem estão em condições de sê-lo, e, se o são, apenas o são num círculo restrito, politicamente ineficiente e inconsequente.
- 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas,

representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. Também é verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formá-lo mais do que o primeiro elemento considerado. Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe. 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. Na realidade, existem para cada partido “proporções definidas” entre estes três elementos e se alcança o máximo de eficiência quando tais “proporções definidas” são realizadas (GRAMSCI, 2007, p. 316-317).

Ao delinear o municipalismo brasileiro como um partido, em sentido amplo, percebemos que os três elementos elencados pelo filósofo sardo se manifestavam na prática política concreta do movimento, ou seja, na existência articulada entre os

elementos comuns e difusos (massas de votantes mobilizadas em prol dos candidatos municipalistas, responsáveis por garantir sucessivas reeleições a cargos da sociedade política, em âmbitos local, estadual e federal), os elementos principais de coesão e disciplina (lideranças municipalistas, como Cunha Bueno, Aniz Badra, Lomanto Júnior, Osmar Cunha, Rafael Xavier, Stélio Machado Loureiro, entre outros, responsáveis por projetar as perspectivas futuras do movimento, organizar reuniões, estruturar associações e definir pautas congressuais) e elementos médios, que promoviam as articulações entre os primeiros e os segundos – um quadro no qual se encaixava Machado Sant’Anna, intelectual orgânico responsável por promover, divulgar e estimular o contato entre leitores-eleitores e líderes-políticos municipalistas, por intermédio de aparelhos privados de hegemonia jornalísticos.

Ao enquadrarmos Machado Sant’Anna como “intelectual municipalista orgânico” – e, por conseguinte, das classes dominantes – devemos, novamente, valeremo-nos das análises do marxista sardo para elucidar a própria noção concernente ao papel dos intelectuais nas sociedades modernas.

Para Gramsci, cada grupo social, responsável por desempenhar uma função essencial na esfera da produção econômica, cria para si, organicamente, camadas de intelectuais “que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”, sendo necessário, para delimitar um critério unitário que caracterize as especificidades das atividades intelectuais, extrapolar aquilo que seria meramente intrínseco às suas funções, e buscá-lo “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se

encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 1979, p. 3-7).

Ainda de acordo com Gramsci, embora todos os homens possam ser considerados intelectuais, nem todos desempenham “socialmente” tal função organizativa. As classes que se desenvolvem no sentido de buscar o domínio hegemônico da sociedade direcionam seus esforços para assimilar e conquistar ideologicamente os intelectuais considerados “tradicionais” – aqueles que, “tendo sido no passado uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (por exemplo, os padres em relação à nobreza feudal), formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma e independente” (COUTINHO, 2014, p. 175) – em um processo de absorção que se torna mais rápido e eficaz na medida em que o grupo conquistador consegue elaborar, também, seus próprios intelectuais “orgânicos” – grupo que “surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe” (COUTINHO, 2014, p. 175).

Diante de uma complexa configuração ampliada de Estado, as conexões interativas entre a sociedade civil e a sociedade política suscitam o aperfeiçoamento de estruturas e práticas utilizados para garantir e respaldar a direção e o domínio de uma classe sobre as demais, por mediação de funções conectivas e organizativas desempenhadas, justamente, pelos intelectuais, entendidos como “‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, ou seja, da busca pelo “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social” e da justificativa “do aparato de coerção estatal que assegura

‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 1979, p. 10-11).

Direcionando a análise para as relações existentes entre os intelectuais e os partidos, Gramsci aponta que, para todos os grupos sociais, o partido político é o mecanismo que desempenha na sociedade civil a mesma função que o Estado desempenha na sociedade política, ou seja:

[...] proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo – o grupo dominante – e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 1979, p. 14).

A relevância do papel dos intelectuais para a formulação de mediações entre partidos e grupos sociais alcança expressivo grau de catalisação quando, no processo de avaliação dos níveis de homogeneidade, organização e autoconsciência que os vários grupos sociais dispõem em analogia às suas forças políticas, atinge-se o que Gramsci denominou como “terceiro momento” das relações de força, ou seja, o momento no qual existe a aquisição de consciência de que os próprios interesses corporativos (no presente e no porvir) superam as dimensões

restritas ao respectivo grupo, podendo (e devendo) configurar-se como interesses de outros grupos dominados, sendo essa “a fase mais estritamente política, [...] em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor” (GRAMSCI, 2007, p. 40-42).

Nas sociedades modernas, a progressiva complexidade das atividades políticas exige que os líderes partidários se tornem cada vez mais profissionais, sendo que alguns aparelhos privados de hegemonia (como os jornais) podem desempenhar funções essencialmente partidárias (GRAMSCI, 2001, p. 218).

Daí ser possível atribuímos a Machado Sant’Anna a função de “intelectual” ativo das classes dominantes, ainda que sua atuação fosse mais restrita ao nicho do “municipalismo”. Ao inserirmo-lo em um complexo conjunto de relações político-econômicas, chancelamos, primeiramente, que suas conexões diretas com o movimento municipalista foram categóricas e constantes, por meio das quais atingiu o *status* de elemento relevante nos jogos de bastidores institucionais, responsável por auxiliar a organização interna das associações municipalistas e das ações do próprio movimento, por meio de formulação de teses, participações em congressos e visitas às autoridades constituídas.

Para além de tais dimensões organizacionais, Machado Sant’Anna apresentava-se, diante do conjunto geral das relações sociais, como “voz autorizada” a hastear a bandeira e a professar os princípios municipalistas, escalonando experiências e projeções que lhe renderam – ainda que frustradas suas ambições eleitorais como pretendente aos cargos de deputado federal e

estadual – prestígio diante dos municipalistas e de autoridades das sociedades política e civil.

A posição privilegiada de Machado Sant’Anna, enquanto proprietário de empresas jornalísticas, trouxe aos municipalistas maior facilidade para amplificar suas mensagens político-ideológicas, conferindo ao intelectual ribeirão-pretano papel ativo no processo de capilarização das demandas dominantes, em um processo no qual os desígnios corporativos municipalistas buscavam a superação das dimensões restritas ao próprio grupo (políticos, empresários, fazendeiros e jornalistas), rumo às classes subalternas.

A referida capilarização das demandas dominantes foi estimulada pelas relações intrínsecas estabelecidas entre o movimento municipalista e o complexo conspiratório do IPES/IBAD, por meio de auxílios e patrocínios mediados pela ALEF e pela ADP aos candidatos que compunham o grupo parlamentar municipalista. As posições classistas sustentadas pelas lideranças municipalistas, majoritariamente favoráveis à desestabilização e à derrubada do governo janguista, estenderam-se para diversas cidades interioranas, como foi o caso de Ribeirão Preto.

Antônio Machado Sant’Anna e seus filhos mantiveram estreitos vínculos com os aparelhos e os sujeitos alinhados aos interesses do complexo IPES/IBAD e da elite orgânica da burguesia multinacional e associada, espalhando para o interior de São Paulo alguns de seus empreendimentos, como a inauguração da ADVB em 1961 (sob a orientação de Whitaker Penteadó e o apoio de Sérgio Rubens e Armando Lúcio Sant’Anna), a dúplici articulação entre o Rearmamento Moral e a Campanha Pró-Moralização dos Costumes em 1962 (liderada por Sérgio Rubens e apoiada por Machado Sant’Anna, então diretor

do Departamento de Educação, Cultura e Turismo de Ribeirão Preto) e a chegada do MAF ribeirão-pretano em 1963 (estimulado e assessorado por Armando Lúcio Sant'Anna).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez por inconformado, no desejo de fazer alguma coisa de útil, correndo pelas esquinas deste grande mundo do meu Deus, vendo, anotando, participando, muito viu, escreveu e também sofreu. Mais de meio século... Um dia, disseram-lhe que seu tempo havia passado... Não importa o tempo. Muito menos a perda de cargos. A obrigação que lhe foi imposta. Continuará sua missão. Como sempre fez. Sem temor. Com o mesmo espírito de luta. Até que um dia... (Sem título..., 19--).

Até que um dia, a fatalidade colocou-se no caminho do inconformado Antônio Machado Sant'Anna. Depois da aposentadoria, o jornalista, político e empresário mudou-se para São Paulo, para auxiliar os negócios do filho Armando Lúcio. Permaneceu na capital até 1979, quando decidiu retornar a Ribeirão Preto. Em 9 de setembro de 1981, após realizar uma cirurgia por conta de uma fratura no fêmur, acabou contaminado por uma infecção hospitalar e faleceu. Foi bastante pranteado por seus amigos e familiares, além de ter recebido várias homenagens das autoridades públicas.

Com isso, chegamos ao fim de “parte” da tortuosa e peculiar jornada de Antônio Machado Sant'Anna. Ao seguirmos seus passos, deparamo-nos com uma miríade de sujeitos e mundos os quais, à primeira vista, mantinham-se incógnitos, silenciosos e relegados ao esquecimento, “estáticos” em páginas envelhecidas

de antigos jornais ou em documentos empoeirados acomodados em uma singela caixa de arquivos...

No universo habitado por Machado Sant'Anna, jamais limitado às lindes das “terras roxas” de Ribeirão Preto, orbitavam conflituosamente “homens e mulheres de carne e osso”, anticomunistas, “madeanos”, brizolistas, municipalistas, “mafeanos”, “edis prestistas”, “rearmados moralmente” e um sem-número de outros anônimos e/ou notórios personagens, com os quais o conservador jornalista, empresário e político estabeleceu sólidas amizades ou embaraçosas hostilidades.

O deslindamento das estradas percorridas por Machado Sant'Anna nos permite apresentá-lo não mais como o intocável e imperturbável “jornalista emérito” ou “embaixador de Ribeirão Preto”, mas sim como um sujeito histórico atravessado por luzes e sombras, observador e atuante diante dos problemas, limites e possibilidades de seu próprio tempo.

Pudemos compreender que as manifestações anticomunistas promovidas pelos jornais de Machado Sant'Anna apresentaram-se ao público diversificada e rotineiramente, entrelaçadas de modo apriorístico aos mais negativos e pejorativos termos. Embora saibamos que o anticomunismo seja, também, constituído pela “crença genuína” de seus emissores, concentramo-nos na instrumentalização do “perigo vermelho” como uma eficaz “cortina de fumaça”, anuviadora ou justificadora de projetos e ações relacionados aos interesses das classes dominantes e dirigentes (não apenas locais, mas também supralocais).

Ao observarmos a regularidade de tais manifestações, procuramos contrastá-las às informações angariadas a respeito do fechamento do jornal *Diário da Manhã* após o golpe civil-militar de 1964. Comprovamos, em oposição às interpretações de

alguns memorialistas e jornalistas, que o matutino não possuía um viés exclusiva ou majoritariamente “de esquerda”, mas que atravessou um breve período de contraposições editoriais no início dos anos 1960, bifurcadas entre as perspectivas “ultraliberais”, conservadoras e anticomunistas de Machado Sant’Anna, objetadas pelas concepções cristãs e nacional-reformistas de seu filho, Antônio Carlos Sant’Anna, então editor-chefe do jornal.

As instrumentalizações anticomunistas promovidas por distintos aparelhos privados de hegemonia voltaram-se, nesse caso, contra um de seus principais emissores (Machado Sant’Anna e seu jornal), manifestando-se como recurso volátil socialmente manipulado a favor dos (ou apesar dos) grupos dominantes locais, em conformidade com seus interesses político-ideológicos e – como na situação analisada – econômicos, levando-se em conta o espaço fornecido pelo concorrente jornal *A Cidade* aos madeanos, bem como as tentativas de “apropriação” do patrimônio jornalístico da família Sant’Anna.

Também compreendemos as estratégias desenvolvidas pelo movimento municipalista (no qual Machado Sant’Anna atuou entusiasticamente) para apresentar-se ao público leitor/eleitor, enquanto uma marcha “democrática”, “apartidária” e habilitada a corrigir os contrastes da matriz tributária nacional, instituidora de oposições entre “vampirescas” metrópoles e “esquálidas” comunas interioranas.

As propostas corretivas defendidas pelos municipalistas, ainda que majoritariamente influenciadas pelo pensamento agrarista, também se caracterizaram pela abertura de espaços aos interesses urbanísticos, à indústria em expansão, ao capital financeiro e às atividades econômicas complementares (tais como

o turismo), combinados, por diversas ocasiões, em moldes sincréticos.

Ao rompermos as “aparências” do municipalismo, pudemos desnublhar certas obscuridades que recobriam o pretense caráter “democrático” e “apartidário” atribuído ao movimento – o qual comportava-se, em realidade, como essencialmente antidemocrático (conforme demonstramos a partir dos casos de boicote e conseqüente perseguição aos “vereadores de Prestes”, durante o II Congresso Municipalista Paulista, realizado em 1949 na cidade de Ribeirão Preto, e também pela elaboração, durante o IX Congresso Municipalista Paulista, da “Declaração de Águas de Lindóia”, documento que ratificava o apoio de cerca de quatrocentos municipalistas ao golpe-civil militar de 1964) e pluripartidário (cujas tonalidades, ainda que monocromáticas e polarizadas em torno de siglas conservadoras, como PSD, UDN e ARENA, rompiam quaisquer pretensões de uma [inexistente] imparcialidade política, conforme demonstramos pelo exemplo do apoio público manifestado pelos municipalistas a favor de Juarez Távora como possível candidato ao Catete, em 1954).

Ultrapassando as composições político-ideológicas do municipalismo, estudamos seus principais projetos (reformas constitucionais, criação de bancos municipais, Operação Município e reforma agrária) e os contrastes entre suas características formais (exposição das propostas como medidas homogêneas, salutares e necessárias para o progresso geral da sociedade) e essenciais (ocultamento dos interesses classistas inerentes aos segmentos dominantes que compunham as hostes municipalistas, tais como a expansão de privilégios no seio da sociedade política, a viabilização de avanços privatistas sobre o erário público e, principalmente, a preservação da estrutura fundiária vigente).

Quanto a Machado Sant'Anna, sua posição privilegiada enquanto proprietário de empresas jornalísticas trouxe ao movimento municipalista maior facilidade para amplificar suas mensagens político-ideológicas rumo aos confins interioranos, conferindo ao intelectual ribeirão-pretano papel ativo no processo de espraçamento das demandas dominantes.

Tais demandas ganharam contornos mais latentes por conta das relações intrínsecas estabelecidas entre o movimento municipalista e o complexo conspiratório do IPES/IBAD no início dos anos 1960, por meio das quais vultosos auxílios e patrocínios foram mediados pela ALEF e pela ADP aos candidatos que compunham o grupo parlamentar municipalista. Na conjuntura em questão, as congruências entre municipalismo e anticomunismo tornaram-se ainda mais impetuosas, e as posições classistas favoráveis à desestabilização do governo janguista estenderam-se para diversas cidades interioranas, como Ribeirão Preto.

Antônio Machado Sant'Anna e seus filhos (em especial, Sérgio Rubens e Armando Lúcio Sant'Anna) mantiveram estreitos vínculos com os aparelhos e os sujeitos alinhados aos interesses do complexo IPES/IBAD e da elite orgânica da burguesia multinacional e associada, difundindo para o interior de São Paulo alguns de seus empreendimentos, como a inauguração da ADVB em 1961, a dúplici articulação entre o Rearmamento Moral e a Campanha Pró-Moralização dos Costumes em 1962 e a chegada do MAF ribeirão-pretano em 1963.

Ao encerrarmos a pesquisa – sabedores de que as lacunas aqui deixadas possibilitarão novos desbravamentos em pesquisas futuras –, esperamos ter contribuído, minimamente, para o enriquecimento dos debates acadêmicos que se debruçam, por um lado, sobre as turvas águas da história de Ribeirão Preto e,

por outro, sobre as complexidades inerentes ao desvendamento das características, organizações, ações político-ideológicas e sujeitos vinculados a projetos apoiados por frações da burguesia nacional, como foi o caso do municipalismo.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornal *A Tarde* (1941 a 1955)

a) Artigos ou notícias sem indicação autoral

O *Rotary Clube* de Ribeirão Preto. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 12 de fevereiro de 1943.

A unidade nacional através da célula municipal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 31 de maio de 1943.

Autonomia Municipal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de fevereiro de 1945.

Maior soma de poderes aos municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 29 de novembro de 1945.

As eleições não serão adiadas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 13 de janeiro de 1947.

Doutrinemos o povo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 22 de fevereiro de 1947.

Melhoria das arrecadações municipais. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de fevereiro de 1947.

“35 x 19”. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 29 de outubro de 1947.

A Juventude Comunista. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 4 de junho de 1947.

As causas do rompimento. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 22 de outubro de 1947.

É o seu candidato: Antônio Machado Sant'Anna. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 23 de outubro de 1947.

Câmara Municipal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de novembro de 1947.

As Forças Armadas e o Comunismo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 7 de janeiro de 1948.

O municipalismo é a forma de defesa do interior. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de junho de 1948.

Congresso das Câmaras Municipais em Campinas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 27 de agosto de 1948.

Congresso de Municipalidades. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 30 de agosto de 1948.

Vigilância democrática. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 16 de setembro de 1948.

II Congresso de Municipalidades. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de maio de 1949.

Municipalismo no Brasil. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 18 de maio de 1949.

II Congresso de Municipalidades Paulistas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 13 de junho de 1949.

Frustrado um golpe comunista na cidade. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 15 de junho de 1949.

União, Estados e Municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 19 de outubro de 1949.

O arcebispo de Nova York fala. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 9 de setembro de 1950.

Ajudou Garcez! Ajudará Condeixa! Mas, precisa da sua ajuda. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 4 de outubro de 1951.

Os candidatos vitoriosos. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 19 de outubro de 1951.

O perigo comunista. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 11 de março de 1952.

Foice e martelo contra a cruz. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de abril de 1952.

Ação e religião. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de novembro de 1952.

Militares e Comunismo. Ribeirão Preto, *A Tarde*, 29 de novembro de 1952.

Autonomia dos Municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 8 de maio de 1953.

Instalou-se o Congr. Dos Municípios em S. André. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 13 de julho de 1953.

Devolução pela União aos Municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de julho de 1953.

O municipalismo não pode ser propriedade de partidos. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 10 de agosto de 1953.

Vários assuntos relativos à Ass. Paulista dos Municípios foram resolvidos pelo governador. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 19 de agosto de 1953.

Assistência direta aos municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 1º de dezembro de 1953.

Congresso dos Municípios: aclamado o General Juarez Távora como candidato ao Catete. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de maio de 1954.

Uma barbaridade a Operação Município. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 18 de novembro de 1954.

b) Artigos de Machado Sant'Anna

SANT'ANNA, Antônio Machado. A intentona vermelha. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 27 de novembro de 1943.

_____. Rendas municipais. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 24 de março de 1945.

_____. Frondosa árvore. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 29 de outubro de 1946.

_____. A grande noite. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 24 de dezembro de 1946b.

_____. Hidra totalitária. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 8 de maio de 1947.

_____. Reservas morais. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de agosto de 1947b.

_____. Minha folha corrida. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 8 de novembro de 1947c.

_____. Do meu canto. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 20 de março de 1948.

_____. Nuvens pressagas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 28 de abril de 1948b.

_____. Congresso Municipal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 6 de setembro de 1948c.

_____. Partidos e Chefes. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 15 de outubro de 1948d.

_____. Combate ao comunismo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 1º de junho de 1949.

_____. Do meu canto. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de junho de 1949a.

_____. O jornalista em cargos eletivos. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 12 de junho de 1950.

_____. Os Mendigos Municipalistas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 15 de outubro de 1952.

_____. A usança do nome da moral. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 24 de janeiro de 1953.

_____. Vitória da Caipirada. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 21 de julho de 1953a.

_____. Os pruridos municipalistas dos srs. José Cirillo e Nabor Manga. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 8 de setembro de 1953b.

_____. O Municipalismo não é escada para politicalha sórdida. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de maio de 1954.

_____. O eterno erro de um eleitorado rebelde e sem ideal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 6 de outubro de 1954a.

_____. A discriminação de rendas e os municípios do interior. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 21 de dezembro de 1954b.

c) Artigos de outros autores

BRANCO, Benedito. Aspectos políticos. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 29 de maio de 1947.

CARVALHO, Alencar. O trabalho social do *Rotary*. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 18 de agosto de 1942.

GRELLET, Antônio. Capitalismo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 10 de fevereiro de 1941.

_____. A grande encíclica. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de maio de 1941a.

_____. Desmentido dos fatos. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 22 de maio de 1941b.

_____. Ainda há perigo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de junho de 1941c.

_____. Enganadores e enganados. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 25 de junho de 1941d.

_____. Os sem Deus. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 16 de janeiro de 1942.

_____. Sentimento de Pátria. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 16 de março de 1942a.

_____. Falsos princípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 18 de março de 1942b.

GUIARD, Oswaldo Barbosa. Na estrada larga do municipalismo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de março de 1947.

HELOU, Miguel. Vida Católica. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 19 de janeiro de 1953.

_____. Vida católica. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 5 de fevereiro de 1953a.

MORAES, Sebastião. Existe um acordo? *A Tarde*, Ribeirão Preto, 24 de outubro de 1947.

NETTO, Al. Gaivotas socialistas. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 13 de setembro de 1950.

_____. Um comunista franco. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 10 de fevereiro de 1951.

_____. O indivíduo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 12 de fevereiro de 1951a.

OMEGNA, Nelson. Municipalismo salvador. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 22 de maio de 1947.

_____. Autonomia Municipal. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 30 de junho de 1947a.

_____. Pelo Município. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 3 de maio de 1948.

PALMÉRIO, Eduardo. Rotary Clube. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 26 de dezembro de 1945.

PINHÃO, Tavares. Criminosa concubina de Moscou, *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de agosto de 1950.

PORTO, Sebastião. Congresso Municipalista. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 06 de junho de 1949.

RICARDO, Cassiano. O renascimento dos municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 14 de janeiro de 1942.

SCANTIMBURGO, João de. Restauração dos Municípios. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 1951.

SPELLMAN, Francis. Vida católica. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 20 de março de 1953.

TAMBELLINI, Amyr. Juventude cristã em face do comunismo. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 17 de novembro de 1945.

Jornal *Diário da Manhã* (1955 a 1966)

a) Artigos ou notícias sem indicação autoral

Comunicado da Empresa Teatral Paulista. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de maio de 1955.

Embaixador dos municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de maio de 1955.

Produtividade *versus* Marx. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de julho de 1955.

É o comunismo falso, violento e atrasado. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 6 de setembro de 1955.

Congresso dos Municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de abril de 1956.

Os comunistas e as forças de novembro. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de outubro de 1956.

O comunismo desorienta indivíduos e povos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de novembro de 1956.

Uma proposta ribeirão-pretana do III Congresso Municipalista. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de março de 1957.

Problemas de alta transcendência no Congresso Brasileiro de Municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 de abril de 1957.

Construções de hotéis no interior pela Caixa Econômica Estadual. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 de outubro de 1957.

Aspectos internacionais do municipalismo em foco no congresso municipal de Franca. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de outubro de 1957.

Golpe contra as conquistas da civilização. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 28 de novembro de 1957.

É uma praga. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de setembro de 1958.

Ao povo de Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de outubro de 1958.

Eleitor de Ribeirão Preto e região, o negócio é o seguinte. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de outubro de 1958.

Serviço de Difusão Cultural e Turismo criado pela Lei 455. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 29 de março de 1960.

Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 12 de abril de 1959.

Municipalismo e turismo: duas teses paralelas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de maio de 1959.

Empolga o congresso de C. Jordão: a momentosa tese nacionalista. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 28 de maio de 1959.

Congressos dos Municípios Paulistas e tese da Câmara Municipal local: reforma agrária através dos municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 28 de maio de 1959.

Nova Viagem aos Estados Unidos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de maio de 1959.

Empréstimo para construção de hotéis: prorrogado o prazo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 9 de julho de 1960.

Comunismo é reação à falta de caridade dos cristãos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 29 de julho de 1959.

Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 8 de novembro de 1959.

Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de setembro de 1960.

I Festa do Café empolgando a cidade. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 de outubro de 1960.

Plano pré-estabelecido de greves para causar perturbações no país. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 5 de novembro de 1960.

Propaga. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de dezembro de 1960.

Melhoria do padrão de existência. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de janeiro de 1961.

A ausência de deputados no Congresso de S. Negra. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 4 de maio de 1961.

Motoniveladora nacional: visita à fábrica de Mogi. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de maio de 1961.

Expressiva vitória municipalista para a aquisição de motoniveladora. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 de setembro de 1961.

Redenção dos municípios brasileiros: aprovada a emenda constitucional 1-A. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de novembro de 1961.

Constituída nova entidade em nossa cidade: Associação dos Diretores de Vendas do Brasil. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de novembro de 1961.

Em memória dos que morreram pela traição dos vermelhos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de novembro de 1961.

Questões trabalhistas e relações públicas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 4 de janeiro de 1962.

Deputados agitadores em nefasta atividade. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de janeiro de 1962.

O projeto de reforma agrária virá prejudicar municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 1962.

Importante reunião em Brasília para tratar da reforma agrária. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de março de 1962.

Reúnem-se hoje a tarde na ACI integrantes da Campanha Pró-Moralização dos Costumes. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de março de 1962.

Entrevista coletiva com a imprensa. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 12 de abril de 1962.

Movimento de caráter eminentemente social. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de abril de 1962.

Flagrantes sociais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de abril de 1962.

Retornaram para São Paulo os líderes do Rearmamento Moral. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de abril de 1963.

Falhou a sabedoria. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de abril de 1962.

Não é contra nem a favor de nenhuma ideologia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de abril de 1962.

Ideologia e co-existência, *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de abril de 1962.

Grande sucesso em Campinas da peça peruana “El Condor”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de maio de 1962.

Dinamizando um movimento necessário: Campanha Pró-Moralização dos Costumes. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de maio de 1962.

Ninguém pode ficar indiferente ao movimento de interesse geral. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de maio de 1962.

Exposição de fotografias e livros; inaugura-se hoje na “A Silhueta”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 de maio de 1962.

Amanhã no Pedro II a peça “O Condor”, do Rearmamento Moral, Sessão Única. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de maio de 1962.

Prestigiada intensamente “O Condor”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 de maio de 1962.

Ribeirão Preto enfrenta o problema social em reunião de amplos e francos debates. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 de maio de 1962.

O movimento de reformas econômicas e sociais e a reunião da Associação Comercial. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de maio de 1962.

Cooperativa dos Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de junho de 1962.

Geram as injustiças sociais a revolta e descrença do povo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de agosto de 1962.

Brizola visitará Ribeirão Preto, convidado por Antônio Carlos Sant'Anna. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de junho de 1963.

Prestigiam a vinda de Brizola entidades locais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de junho de 1963.

Brizola confirmou sua visita... mensagem dirigida ao povo de Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de junho de 1963.

Brizola virá dia 29: grandioso comício. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de junho de 1963.

Vamos à praça, com Brizola. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de junho de 1963.

Os motivos do adiamento do comício. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de junho de 1963.

Diretor do Diário da Manhã falará para os ituveravenses. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de junho de 1963.

Comício nacionalista pelas reformas de base. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de junho de 1963.

Ao povo de Ribeirão Preto e das cidades da região. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 30 de junho de 1963.

Rádio M. Veiga agradece Antônio Carlos Sant'Anna. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 23 de julho de 1963.

Movimento de Arregimentação Feminina (Coluna Flagrantes Sociais). *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de março de 1963.

Criado nesta cidade o MAF em reunião do Centro Médico. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de março de 1963.

Flagrantes sociais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de março de 1963.

Você tem um dever a cumprir. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 de abril de 1963.

Dona de casa! *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 de abril de 1963.

Unindo as mulheres em torno do ideal do bem comum. O MAF poderá transformar a mentalidade feminina. Palestra do sr. Luís Armando Sant'Anna na última reunião do Movimento de Arregimentação Feminina. Noções de estrutura e liderança. O primeiro núcleo distrital será instalado na Vila Virgínia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de abril de 1963.

Correspondência. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 8 de junho de 1963.

Correspondência. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 de julho de 1963a.

Correspondência. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de julho de 1963b.

Regionalização da reforma agrária: formação de uma classe média rural. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de agosto de 1963.

Quem é o candidato? *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de setembro de 1963.

Terminaram às 17 horas de ontem as apurações das eleições realizadas domingo no município. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de outubro de 1963.

Envolvido o delegado regional de polícia na campanha de ódio. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de março de 1964.

Toda tradição de lutas e glórias do exército nacional atingida em discurso do MAD. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de março de 1964.

Tiram as máscaras os gorilas da Câmara: desejando a asfixia da imprensa livre. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 21 de março de 1964.

Diário da Manhã. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de maio de 1964.

Por que o jornal foi fechado de maneira tão violenta? *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de julho de 1964.

Tese aprovada: reversão ao município do imposto sobre lucro imobiliário. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 29 de agosto de 1964.

O jornalista Antônio Carlos Sant'Anna foi impronunciado ontem pela Justiça. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de dezembro de 1964.

Sentença que honra o réu. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de dezembro de 1964.

Fraternidade e compreensão entre os povos: turismo é educação e relações públicas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 6 de junho de 1965.

Inaugurado o Congresso Municipalista de Campos do Jordão. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de agosto de 1966.

b) Artigos de Machado Sant'Anna

SANT'ANNA, Antônio Machado. Inicia-se hoje em Botucatu o Congresso Municipalista *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de julho de 1956.

_____. Ou voltamos à cafeicultura ou estaremos arruinados. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 1957.

_____. Mais se beneficia quem melhor serve. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de agosto de 1957a.

_____. Municipalismo não é propriedade de governos ou de politiqueros. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de dezembro de 1957b.

_____. Precisamos fazer turismo evitando-se a exploração. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de março de 1958.

_____. Entendimento do Município com o Governador do Estado. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de abril de 1958a.

_____. Oásis no deserto de homens em um mundo de desiludidos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de julho de 1958b.

_____. As justas reclamações dos lavradores de café. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de outubro de 1958c.

_____. Falso nacionalismo, nocivo a todos nós. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 5 de maio de 1959.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de maio de 1959a.

_____. Nacionalismo sadio não é contra povos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 de maio de 1959b.

_____. Do repórter de há 37 anos ao embaixador em Londres. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 28 de outubro de 1959c.

_____. Humanizando as relações e as condições de trabalho. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de novembro de 1959d.

_____. Turismo não é passeio, é indústria rendosa. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de maio de 1960.

_____. Interpretação do turismo como fator de progresso. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 28 de maio de 1960a.

_____. Trajetória impressionante de trabalho pelo bem comum. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de junho de 1960b.

_____. O Congresso Internacional de Municípios em S. Diego. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de agosto de 1960c.

_____. Uma cidade sem hotéis nada pode aspirar. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de dezembro de 1960d.

_____. Serviço Nacional de Assistência Municipal. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de março de 1961.

_____. Quando os vereadores traem o mandato popular. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de abril de 1961b.

_____. Trabalho municipalista no Palácio do Planalto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de abril de 1961c.

_____. Concentração municipalista da APM em Ribeirão Preto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 9 de maio de 1961d.

_____. O trabalhador da roça quer condições humanas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de maio de 1961e.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 9 de setembro de 1961f.

_____. Municipalismo é trabalho e não trampolim político. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de novembro de 1961g.

_____. Reforma agrária em forma humana. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de janeiro de 1962.

_____. Preocupação do ataque leviano sem ter conhecimento do assunto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 de maio de 1962a.

_____. O ribeirão-pretano aceitou o desafio e lutará contra a desagregação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 29 de maio de 1962b.

_____. Não poderá a política partidária perturbar o I Encontro Municipal. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de julho de 1962c.

_____. Não foi a fome nem o desemprego os causadores dos atos vandálicos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de julho de 1962d.

_____. Curso intensivo de Direito e Administração Municipal para conhecimento de interessados. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de julho de 1962e.

_____. Congresso Nacional dos Municípios aguardado com interesse pelo país. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de setembro de 1962f.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de setembro de 1962g.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de setembro de 1962h.

_____. VI Congresso de Municípios: Turismo – fonte de divisas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de março de 1963.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de março de 1964.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de março de 1964a.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 de maio de 1964b.

_____. Alcança o movimento revolucionário os centros propulsores da corrupção. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de junho de 1964c.

_____. Homens de bem nada têm que temer da ação repressiva das autoridades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de junho de 1964d.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de julho de 1964e.

_____. Somente o municipalismo bem orientado proporcionará felicidade às populações. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de fevereiro de 1965.

_____. Turismo é fonte preciosa de rendas para todos os países desenvolvidos. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de maio de 1965a.

_____. Entraves inconcebíveis à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento dos Municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de agosto de 1965b.

_____. Do meu canto. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de setembro de 1965c.

_____. Duas épocas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de abril de 1966.

_____. Após quarenta e um anos de atividades chegou o momento de vestir o pijama. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 de setembro de 1966a.

c) Artigos de Antônio Carlos Sant'Anna

SANT'ANNA, Antônio Carlos. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 20 de setembro de 1961h.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de setembro de 1961i.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de setembro de 1961j.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de dezembro de 1961k.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de fevereiro de 1962i.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de abril de 1962j.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de maio de 1962k.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de maio de 1962l.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 5 de julho de 1962m.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 21 de outubro de 1962n.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 1º de novembro de 1962o.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de dezembro de 1962p.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 3 de março de 1963a.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de março de 1963b.

_____. A mulher é a própria contradição do homem. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de março de 1963c.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 9 de abril de 1963d.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de maio de 1963e.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 5 de junho de 1963f.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de junho de 1963g.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 15 de março de 1964f.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 19 de março de 1964g.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de março de 1964h.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 4 de julho de 1964i.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de julho de 1964j.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 22 de julho de 1964k.

_____. Atualidades. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de agosto de 1964l.

d) Artigos de outros autores

BERARDO, João Batista. Uma tese em fermentação: República Municipalista. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 14 de junho de 1959.

CALEIRO, Hygino. A iniciativa particular em ação nos municípios. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 2 de março de 1957.

ERBOLATO, Mário. O município é sempre eterna besta de carga. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de outubro de 1958.

GAMA, Maurício Loureiro. Consciência municipalista para garantia do regime. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de dezembro de 1961.

GUDIN, Eugênio. Marxismo e Liberalismo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 11 de outubro de 1960.

LOUREIRO, Stélio Machado. Democracia e municipalismo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 25 de junho de 1955.

MILHOMEM, Wolney. Dinamização da política municipalista como base de sustentação nacional. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de outubro de 1962.

MURICY, Antônio. Agitação para solapar a unidade nacional. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de maio de 1963.

OLIVEIRA, Yves de. O que é municipalismo: difusão de uma ideia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 16 de abril de 1963.

_____. O que é municipalismo: difusão de uma ideia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de abril de 1963a.

_____. O que é municipalismo: difusão de uma ideia. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 18 de abril de 1963b.

SANT'ANNA, Sérgio Rubens. Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 de maio de 1962.

_____. Boa intenção... *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 10 de junho de 1964.

VAZ, Zeferino. Redenção municipalista: causa nobre, alta e digna. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 de novembro de 1962.

Jornal *A Cidade* (1937 e 2006)

Appello aos rádios ouvintes. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 7 de novembro de 1937.

Telegrammas passados as altas autoridades do paiz. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 10 de novembro de 1937.

TORNATORE, Nicola. Quem foi Antônio Machado Sant'Anna. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 15 de outubro de 2006.

Jornal *Diário de Notícias* (1975)

Antônio Machado Sant'Anna, veterano da imprensa paulista. *Diário de Notícias*: Ribeirão Preto, 16 de dezembro de 1975.

Jornal *O Diário* (1978)

LEPERA, Luciano. Sant'Anna: 58 anos de jornalismo. *O Diário: Ribeirão Preto*, 10 de dezembro de 1978.

Revista Brasileira dos Municípios (1948 a 1962)

a) Artigos ou notícias sem indicação autoral

Associação Brasileira de Municípios. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1-2, 1948.

Estatuto da APM. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, 1948.

Primeiro Congresso de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3-4, 1948.

Estatuto da ABM. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 1949.

Seguro Agrário. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 1949.

II Congresso de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, 1949.

I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3. n. 10, 1950.

III Congresso de Municípios do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, 1951.

Comissão Nacional de Política Agrária. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, 1951.

O II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, 1952.

III Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 26, 1954.

V Congresso Estadual dos Municípios Paulistas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 35-36, 1956.

Congresso de Franca. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 39-40, 1957.

Estudos Municipais. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 39-40, 1957.

Congresso dos Municípios Paulistas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53-54, 1961.

Projeto: Banco de Desenvolvimento dos Municípios. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57-58, 1962.

b) Artigos de vários autores

ALVES, Amil. Administração rural – Distritos Rurais – Cooperativas Agrícolas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, 1950.

BENÉVOLO, Odilon. Bases para um regime econômico a adotar na futura capital federal. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 30, 1955.

BUENO, Cunha. Bancos municipais. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49-52, 1960.

CONDE, Pedro. Conceituação de latifúndio nas diversas regiões do país. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 34, 1956.

FREITAS, Teixeira de. Lei Pró-Município. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37-38, 1957.

JÚNIOR, Marrey; MÉLEGA, Marcos; QUADROS, Jânio; BANDECCHI, Brasil. Caracterização e definição de autonomia: conceito político-social do município. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, 1950.

LEITE, Edgard Teixeira. Problemas econômicos e sociais dos municípios fluminenses. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3-4, 1948.

_____. Agricultura mais indústria: a destinação agro-industrial do Brasil. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, 1954.

OLIVEIRA, Yves de. Introdução ao estudo da filosofia municipalista. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 39-40, 1957.

OMEGNA, Nelson. O problema migratório na economia dos municípios. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, 1950.

RAMOS, Rui. Governo rural. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, 1952.

RONDON, Frederico. Mato Grosso econômico. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, 1953.

ROXO, Stélio Emanuel de Alencar. Os municípios brasileiros e o moderno urbanismo. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, 1952.

XAVIER, Rafael. O município: base da democracia rural. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, 1950.

Departamento de Ordem Política e Social (São Paulo)

Secretaria da Segurança Pública – Pasta 1 (Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto). Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo do DEOPS-SP, Pasta OS0784 – Dossiês Delegacias do Interior (Ribeirão Preto – Pasta 1).

Secretaria da Segurança Pública – Pasta 2 (Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto). Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo do DEOPS-SP, Pasta OS0785 – Dossiês Delegacias do Interior (Ribeirão Preto – Pasta 2).

Secretaria da Segurança Pública – Pasta 3 (Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto). Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo do DEOPS-SP, Pasta OS0786 – Dossiês Delegacias do Interior (Ribeirão Preto – Pasta 3).

Disponíveis em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (1960 a 1964)

34^a Sessão Ordinária, 20 de maio de 1960.

35^a Sessão Ordinária, 25 de maio de 1960a.

39^a Sessão Ordinária, 7 de junho de 1960b.

43^a Sessão Ordinária, 21 de junho de 1960c.

230^a Sessão Ordinária, 3 de maio de 1962.

247^a Sessão Ordinária, 22 de maio de 1962a.

17^a Sessão Ordinária, 20 de março de 1964.

Anais da Câmara dos Deputados (1962 a 1964)

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 21 de fevereiro de 1962.

_____. 17 de janeiro de 1963.

_____. 18 de abril de 1963a.

_____. 26 de abril de 1963b.

_____. 13 de maio de 1963c.

_____. 28 de maio de 1963d.

_____. 11 de junho de 1963e.

_____. 15 de julho de 1963f.

_____. 29 de julho de 1963g.

_____. 8 de agosto de 1963h.

_____. 12 de agosto de 1963i.

_____. 6 de setembro de 1963j.

_____. 19 de setembro de 1963l.

_____. 27 de setembro de 1963m.

_____. 10 de outubro de 1963n.

_____. 28 de novembro de 1963o.

_____. 29 de janeiro de 1964.

_____. 3 de fevereiro de 1964a.

_____. 17 de fevereiro de 1964b.

_____. 19 de fevereiro de 1964c.

_____. 25 de fevereiro de 1964d.

_____. 2 de março de 1964e.

_____. 18 de março de 1964f.

_____. 23 de março de 1964g.

_____. 31 de março de 1964h.

_____. 1º de abril de 1964i.

_____. 2 de abril de 1964j.

_____. 8 de abril de 1964l.

_____. 25 de agosto de 1964m.

Disponíveis

em:

<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

Acessos em: 15 de junho de 2018.

Diário do Congresso Nacional (1954 a 1963)

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. 29 de junho de 1954.

_____. 12 de fevereiro de 1958.

_____. 1º de maio de 1959.

_____. 27 de abril de 1961.

_____. 25 de agosto de 1961a.

_____. 22 de novembro de 1961b.

_____. (PL 4375/1962). 15 de junho de 1962.

_____. 7 de agosto de 1963.

Disponíveis em:
<https://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>. Acessos
em: 13 de junho de 2018.

Outros:

1ª VARA CRIMINAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Translado das peças do processo-crime nº 28.622-49 contra Natal Grachhia e outros (comunistas)*. 1949-1950. Localizado em: APHRP.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968 e 1970. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

BERTONI, Estevão. Nilce Alba Esteves Machado Sant'Anna (1931-2012) – A turma do Mackenzie e o design de interiores. *Folha de São Paulo*. 2012. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1048341-nilce-alba->

esteves-machado-santanna-1931-2012---a-turma-do-mackenzie-e-o-design-de-interiores.shtml. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

CAROLO, Jacob Pedro; LEPERA, Luciano. *Requerimento nº 14 de 1960*. 1960. Localizado em: Acervo “Machado Sant’Anna”, cxs. 29-30, APHRP.

MARANHÃO, Jarbas. Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais. *Revista do Serviço Público*, v. 88, n. 3, 1960. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/178/showToc>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

ORDEM dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo. *Biografia de Antônio Machado Sant’Anna*. Localizado em: Acervo “Machado Sant’Anna”, cxs. 29-30, APHRP.

PEC 1/1959 (Proposta de Emenda à Constituição – Transformada na Emenda Constitucional 5/1961). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=687722>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

PREFEITURA Municipal de Ribeirão Preto. Legislação Municipal. 1955. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=oedo5ee638f6534e1c819688a9ba?leiImpressao=29089>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

PREFEITURA Municipal de Ribeirão Preto. Relatório da gestão do prefeito João Guião (1920-1923). Localizado em: Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1924.

SÃO PAULO. Constituição do Estado (1947). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes->

anteriores/constituicao-estadual-1947/. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1954. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1954/lei-2722-09.08.1954.html>. Acesso em: 9 de agosto de 2018.

WILTEMBURG, Luís Fernando. Amigo de JK, Antônio Machado Sant'Anna foi “embaixador” de Ribeirão. *Folha de São Paulo* [Online]. 19 de junho de 2013. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/06/1297046-amigo-de-jk-antonio-machado-santanna-foi-embaixador-de-ribeirao.shtml>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar. *Estados americanos: trajetórias em dois séculos*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2012.

AGUIAR, Leila Bianchi. Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil. In: *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder*, 2010.

AGUIAR, Marco Alexandre de. *Botucatu: imprensa e ferrovia*. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2^a ed. São Paulo: EDUC, 2014.

ALMEIDA, Vasni de. *Converter, ensinar e reformar: a missão protestante em Ribeirão Preto (1896-1950)*. Dissertação

(Mestrado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 31, 1996.

AUSILIO, Manuela. Nacionalismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926 - 1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica. *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

BALEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras*. Vol. II (1891). 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

_____; SOBRINHO, Barbosa Lima Sobrinho. *Constituições Brasileiras*. Vol. V (1946) 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2015.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.

_____. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BARROS, Marcelo. *Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2011.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina/PR: EDUEL, 2009.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERTONHA, João Fábio. *Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes*

de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, 2001.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História – ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo libertário*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/SOMA, 1999.

_____. *Ecologia social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BOTARO, Luís Gustavo Martins. *Botucatu: modernização e infraestrutura urbana no interior paulista (1928-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2015.

BRAGA, Sérgio Soares (org.). *Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948)*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial (Edições do Senado Federal, v. 10), 2003.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945- 1964). *Lua Nova*, São Paulo, n. 15, outubro de 1988.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURALI, Gabriela. *A assistência ao idoso no Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto/SP nas décadas de 1910 a 1950*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Ribeirão Preto/SP: Universidade de São Paulo (USP), 2002.

_____; MASSIMI, Marina. Ideias e práticas psicossociais de assistência ao idoso: uma contribuição para a história do Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tânia Cristina; GUAZZELLI, Aurélio Manoel Corrêa (orgs.). *Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa*. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. Usina Tamoio: lugar de trabalho e de vida. *Revista Uniara*, v. 18, n. 1, 2015.

_____. Usina Tamoio: patrimônio histórico e cultural de Araraquara. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, v. 20, n. 1, 2017.

CALIL, Gilberto Grassi. O integralismo no pós-guerra: a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). *Tempos Históricos*, v. 2, n. 1, M. C. Rondon, 2000.

_____. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “*Estranhas catedrais*”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 3ª reimpressão. Niterói/RJ: Eduff, 2017.

_____; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 39, n. 3, 2009.

CARNEIRO, Glauco. *Cunha Bueno: história de um político*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

CARNEIRO JÚNIOR, Milton. *Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2002.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1994.

CARONE, Edgar. *O PCB*. vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. *Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, Ceará/UFC, 2004.

CATROGA, Fernando. Natureza e história na fundamentação do municipalismo da Revolução Liberal ao Estado Novo (uma síntese). *Estudos em homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos*, v. 2, 2004.

CATTO, Guilherme. “*E o que é mais importante: está salvo o Brasil*”: perfil e atuação dos deputados da assembleia legislativa do RS no golpe civil-militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

CHAMBRE, Henri. União Soviética: 1953-1963. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, Caderno Especial n. 1, novembro de 1967.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. v. III. Ribeirão Preto: Summa Legis, 1992.

CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Vol. 2: o apogeu do stalinismo. São Paulo: Global, 1986.

_____. *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia (1953-1980). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, 2003.

CORREIA, Francisco de Assis. *História da Arquidiocese de Ribeirão Preto (1908-2008)*. Brodowski/SP: edição do autor, 2008.

COSPITO, Giuseppe. Supremacia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. Natal/RN: EDUFRN, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe (1950-1985)*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D'ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. *A regressividade da matriz tributária brasileira: debatendo a tributação a partir de nossa realidade econômica, política e social*. Dissertação (Mestrado em Direito). Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2015.

DEL ROYO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEZEMONE, Marcus. *A questão agrária, o governo João Goulart e o golpe de 1964 meio século depois*. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, 2016.

DOIN, José E. de Mello. *O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Tese (Livre Docência – História). Franca: FHDSS, Universidade Estadual Paulista, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O Dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil. Vol. 3: Teorias. Interpretações*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

DOS ANJOS, Herbert Gler Mendes. *Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista-democrática no Brasil (1945-1965)*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

_____; DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-61*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

FACINA, Adriana. De volta ao fardo do homem branco: o novo imperialismo e suas justificativas culturalistas. *História e Luta de Classes*, ano I, n. 2, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

FERREIRA, Jorge. Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias de governo de João Goulart. *Projeto História*, São Paulo, n. 36, 2008.

_____; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1986.

FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio: Série Histórica do Nordeste*, v. 22, 2004.

FGV/CPDOC, 20--. *Bueno, Cunha (Antônio Sílvio)*.

Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

_____, 20--a. *Cunha, Osmar*.

Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-osmar>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

_____, 20--b. *Zanello, Osvaldo*.

Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-zanello-vieira-da-costa>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Leite. *El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

_____. Mídia e democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina (orgs.). *História e imprensa: estudos de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate*, v. 15, n. 2, 2004.

FONSECA, Sérgio César da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, 2012.

_____. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao oeste novo. *Cadernos de História da Educação*, v. 14, n. 2, maio/agosto de 2015.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____; MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente (1964-1992)*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FRANÇA, Jorge Luiz de. *Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2013.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 3: Teorias. Interpretações. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

FREITAS, Nainôra Maria B. de. *Rivi Nigri: a criação da diocese na nova Eldorado*. Ribeirão Preto: Fundação Feira do Livro, 2011.

_____. *Leigos na Igreja Católica em Ribeirão Preto*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011a.

GAZARAVO, Juliana; PORTO, Mauro da Silva. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: histórias e personagens de seus primeiros anos (1904-1930). In: ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.). *Um espelho de 100 anos: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (1904-2004)*. Ribeirão Preto/SP: ACI, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

GERALDO, Sebastião. *Comunicação Oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1990.

_____; ARAÚJO, Luís Carlos Eblak de. Memória do jornalismo impresso de Ribeirão Preto: o início da profissionalização das redações (1965-82). *Intercom Sudeste: XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, 2006.

GOMES, Angela de Castro (Org.) *Velhos Militantes*. São Paulo: Zahar, 1988.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do*

conservadorismo português. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Bomlivro, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 a 1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982.

GUISOLPHI, Anderson José. O movimento do Rosário em Família, estratégia anticomunista no Brasil dos anos 60. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora Braziliense, 1984.

_____. Tendências do pensamento brasileiro. *Revista Tempo Social*, v. 12, n. 2. 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JORGE, Janes. *O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo (1920-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1998.

JORGE, Sônia. *Mediações Sonoras: o papel sociocultural e político do rádio em Ribeirão Preto (1937-1962)*. Tese (Doutorado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012.

JÚNIOR, Milton Carneiro. *Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2002.

KOBORI, Nayara. *A voz da Igreja no “Diário de Notícias”*: Ribeirão Preto (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Comunicação). Bauru/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017.

KOGA, Cristina; SANT’ANNA, Sérgio Rubens Machado. *Jornalista Antônio Machado Sant’Anna: levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906 a 1981)*. Ribeirão Preto: Koga Jornalismo, 2015.

LA PORTA, Lelio. Consenso. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LA ROCCA, Tommaso. Igreja Católica. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto revisitada*. Ribeirão Preto/SP: Nova Enfim, 2016.

_____. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto/SP: VGA Editora e Gráfica, 1996.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930). *Revista História Econômica e História das Empresas*, v. 17, n. 2, 2014.

LEO, Valeria. Família. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*, v. 22, n. 62, São Paulo, janeiro-abril de 2008.

LESSA, Sérgio. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. *Revista Outubro*, n. 8, São Paulo, 2003.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*, ano 21, n. 46, 2006.

_____. Jornalismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

LOPES, Luciana Soares. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In: ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.). *Um espelho de 100 anos: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (1904-2004)*. Ribeirão Preto/SP: ACI, 2004.

LOSURDO, Domenico. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. *Educação e Sociedade - Revista Quadrimestral de Ciência da Educação*, n. 57, Campinas: Cedes, 1996.

_____. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, n. 17, 2006.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. Barbárie e modernidade no século XX. In: BENZAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas sociais*, n. 25-26, São Paulo, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

_____. Marx e Engels como sociólogos da religião. *Lua Nova*, n. 43, São Paulo, 1998.

MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

_____. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MADUREIRA, Maria da Anunciação. Os modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. *Verinotio – Revista de Educação e Ciências Humanas*, n. 5, ano III, outubro de 2006.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. Reforma agrária se faz com homens, não com a terra: a “lei do boi” e a qualificação da força de trabalho. *Veredas da História*, v. 8, n. 1, 2015.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História econômica & História das empresas*, v. 10, n. 1, 2007.

_____; GARAVAZO, Juliana. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1980 a 1962. In: ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.). *Um espelho de 100 anos: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (1904-2004)*. Ribeirão Preto/SP: ACI, 2004.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2014.

MARINO, Divo. *Orquídeas para Lincoln Gordon*. Ribeirão Preto/SP: Editora Legis Summa, 1998.

_____. *O populismo radiofônico em Ribeirão Preto*. 5ª ed. Ribeirão Preto/SP: Editora Coruja, 2015.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: crítica da economia política: livro 1*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATSUMOTO, Carlos E. H.; FRANCHINI, Matias; MAUAD, Ana C. E. *Município, palco da vida: a história do municipalismo brasileiro*. Brasília: CNM, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. *Nômadias*, n. 20, 2004.

MELO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

_____. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, ano XIII, n. 27, 2012.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MENDES, Ricardo Antônio Souza Mendes. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Locus – Revista de História*, v. 10, n. 1, Juiz de Fora, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Faperj – Vício de Leitura, 2007.

_____. Questão agrária e reforma agrária: algumas reflexões. *Temas e Matizes*, n. 14, 2008.

_____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. In: *Marx e Marxismo*. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo, v. 2, n. 2, Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014.

MÉSZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILOS, John; ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas). *Crítica Marxista*, n. 32, 2011.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, 2010.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil (da coluna e comuna)*. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. Liberalismo e fascismo, convergências. *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, v.1, n.8, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOURA, Luanda de. *Mecenato: atores, objetos e práticas*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012.

MUNHOZ, Sidnei José. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos*, v. 6, n. 1, Maringá, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 2009.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, 2011.

_____. *A questão agrária no Brasil (1961-1964)*: uma arena de lutas de classe e intraclasse. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOTHELLE-WILDFEUER, Ursula. Os princípios sociais da doutrina social católica. *Handbuch der Katholischen Soziallehre*. Berlin: Duncker & Humblot, 2008.

OLIVEIRA, Bruno de Almeida. *Imunidades Parlamentares*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2016.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Imagens do Brasil*. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvânia (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

PADULA, Edgard. *As imunidades parlamentares no Brasil após a Emenda Constitucional n. 35/2001 e a atual crise ética do Legislativo*. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

PAES, Maria Helena Simões Paes. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 2001.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Um baiano nas “terras do café”*: Joaquim Macedo Bittencourt, poder e urbanização em Ribeirão Preto/SP (1892-1920). Curitiba/PR: CRV, 2016.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 2011.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998.

PERISSINOTTO, Renato M. *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1991.

PINHEIRO, Gil. Três poemas de Kipling. *Cadernos de Literatura em tradução*, n. 5, 2003.

PINHEIRO, Luciana. *GONÇALVES, Alberto*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Alberto.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

PIRES, Júlio Manuel. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.). *Um espelho de 100 anos: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (1904-2004)*. Ribeirão Preto/SP: ACI, 2004.

PIRES, Valdemir. Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais. *Cadernos Adenauer*, XVII, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras*. Vol. III (1934). 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

POLLI, José Renato. Considerações em torno das condições de trabalho no setor têxtil em Jundiá entre os anos 40 e 60. *Revista Análise*, ano XI, n. 18, 2012.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente de Ribeirão Preto (1949)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2000.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil*. Interpretações sobre a cisão. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000a.

PORTO, Walter Costa. *Constituições Brasileiras*. Vol. IV (1937). 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Arthur Prando do. *Sociabilidade, distinção e cidade: as elites campineiras e seus projetos de organização da vida (1933-1956)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. O PCB e o golpe civil-militar de 1964: causas e consequências. *Estudos Íbero-Americanos*, v. 40, n. 1, Porto Alegre, janeiro-junho de 2014.

_____. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. “A centelha vem do campo”: o Partido Comunista do Brasil, o maoísmo e a luta revolucionária da década de 1950. *Revista Convergência Crítica*, n. 4, 2014.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. V. 5. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Paula Melani; ZAUITH, Gabriella. *Jornalismo e modo de produção: as transformações dos impressos no nordeste do estado de São Paulo*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODRIGUES, Alexandre Manuel Esteves. Nelson Werneck Sodré e a História Militar do Brasil. *Intellèctus*, v. 12, n. 1, 2013.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Entre o tempo dos homens e o tempo de Deus: o espaço de experiência católico e a ameaça de

um horizonte de expectativa comunista. *Dialogus Ribeirão Preto*, v.3, 2007.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, 2001.

SANT'ANA, Andréa Márcia. *Imprensa, educação e sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2010.

_____; SOUZA, Rosa Fátima de. A educação nas páginas da imprensa católica (Ribeirão Preto/SP, 1949-1959). *Acta Scientiarum Education*, v. 38, n. 2, 2016.

SCAVO, Davide Giacobbo. *A relação histórica entre democracia e liberalismo: um diálogo crítico com Norberto Bobbio*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

SCHAFF, Adam. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. São Paulo: Global Editora, 1981.

SEMERARO, Giovanni. Clero. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SENRA, Nelson de Castro (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Clubes de serviço ou “clubes de capital social e simbólico”. *Cadernos CERU*, n. 7, 1996.

_____. *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1930-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Velhos integralistas: a memória de militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Iliane Jesuína da. *Análise da evolução das relações de trabalho na região de Ribeirão Preto: de 1945 a 1985*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA MACIEL, Maria Eunice de. A eugenia no Brasil. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 7, n. 11, julho de 1999.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes: imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria (ou um planetário de erros)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: ensaios sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILIO, Rafael de. *Casamento e sexualidade em processos judiciais e inquéritos policiais na Comarca de Ribeirão Preto (1871 a 1942): concepções, práticas e valores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo (USP), 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

_____ (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

TUON, Liamar Izilda. O cotidiano cultural em Ribeirão Preto: a cultura e o lazer entre os anos 1880 e 1920. In: MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tânia Cristina; GUAZZELLI, Aurélio

Manoel Corrêa (orgs.). *Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa*. v. 1. São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015.

UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão leiga: o Rotary Club no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. O poder e a força de um clube de serviço. *Pró-posições*, v. 4, n. 2, julho de 1993.

VELOSO, Verônica. *Hélder Pessoa Câmara*. 20---. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/HUCITEC, 2002.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Pequenos estudos de psicologia social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1975.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VOIGT, André Fabiano. Um debate sobre a descontinuidade temporal: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel e Georges Gurvitch. *História da historiografia*, n. 13, 2013.

WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto/SP: Palavra Mágica, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZANOTTO, Gizele. *Tradição, família e propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico (1960-1995)*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

APÊNDICES

I) Inquéritos instaurados pelo delegado de polícia de Ribeirão Preto, Leonel Abraão, após o golpe civil-militar de 1964, contra: Pedro Augusto de Azevedo Marques (médico e vereador eleito pelo PSB, acusado de ser a “‘cabeça’ pensante do comunismo desta cidade” e “elemento pernicioso ao País”), Luiz Carlos Raya (médico, considerado “elemento de primeira linha dentro das diretrizes do PCB”, um “comunista agitador e doutrinador”), Maria de Lourdes Garcia Grabarsky (funcionária pública dos Correios, citada como “elemento de proa dentro do PCB”), Nélcio Gatz (funcionário público dos Correios, acusado de ser “comunista”; “apoiava integralmente a ideologia de Jango Goulart e desenvolvia atividades um tanto subversivas”), Henrique de Moraes (ferroviário, tido como “agitador e elemento que seguia a doutrina e tática típica da usada pelos comunistas, gerando confusão no meio rural”), Geraldo de Castilho Freire (advogado e funcionário público, apontado como “doutrinador da luta de classes”, “elemento ligado a Jango Goulart”) Clarimundo Alves de Souza Filho (médico, acusado de subversão e de mentir em seu depoimento [“bem... não é de estranhar, porque a mentira faz parte dos planos comunistas” – sentenciava o inquérito]), Hona Schwartzburd Tahim (médica, classificada como “doutrinadora dentro do esquema ‘marxista’”), Olímpio Freiria Filho (auxiliar de escritório, tido como “comunista convicto”, “elemento pernicioso, agitador e que com sua ação colaborou para a discórdia no meio rural”), Celso Ibson de Syllos (padre, apontado como pregador da “luta de classe (empregado na lavoura contra patrão), doutrinador de Lenine, que se fazia passar por nacionalista e cristão social”), Divo Marino (funcionário público estadual e diretor de *A Palavra*, tachado de

“legítimo agitador e agressor da moral pública”), Paulo Engracia de Oliveira (funcionário público dos Correios, acusado de pregar “a ideologia moscovita”), Nazareno Ciavatta (operário braçal da Prefeitura Municipal, considerado como especialista em “fundar sindicatos rurais e perturbação no meio rurícola”), Dorval Magnani (funcionário público dos Correios, acusado de apoiar “o ex-presidente desertor” e criar “confusão no meio do funcionalismo”), Said Halah (advogado e funcionário público estadual, considerado “um agitador do meio rural”, de “atacar autoridades” e envolver-se em “comícios, reuniões de elementos comunistas, os quais visavam antes de tudo subjugar o Brasil à uma potência estrangeira”), Newton Mendes Garcia (funcionário público dos Correios, tido como “comunista consciente e agitador”, “doutrinador dos demais funcionários”), Marman [Marmo] Lopes Guimarães (médico, acusado de “pixamento das ruas desta cidade”, com dizeres sobre “reformas ministeriais, Brizola é a solução, etc.”), Holando Noir Tavella (advogado, tido como “elemento de primeira linha dentro do sistema comunista, ligado portanto a sindicatos rurais e outros meios”), Antônio Reis Vilalobos (estudante de medicina, tido como “elemento de segunda linha dentro do esquema do extinto PCB, e que procurava dentro do meio estudantil a subversão da ordem”), José Carlos Longo (estudante de direito, acusado de desenvolver “atividades de esquerda junto ao meio estudantil”), José Adolfo de Granville Ponce (estudante de direito, considerado “elemento agitador dentro do meio estudantil”, em que pese “sempre andar de ‘barbicha’, semelhante à moda “cubana”), Rubens Pires Rabelo (comerciante, acusado de nutrir “simpatias pelo ex-presidente desertor”), Irineu de Moraes (eletricista, apontado como “elemento pregador da subversão da ordem e agitador”, “agitador de massas, de levantes e chefe de piquetes”), Francisco Luciano

Lepera (jornalista, acusado de ser “elemento reconhecidamente comunista e de agitação no meio do operariado e da lavoura”, um “agitador ferrenho”), José Núncio Argêncio (jornaleiro, tachado de ser “propagador comunista”), Antônio Giroto (viajante, tido como “elemento extremamente violento de alta periculosidade”, “comunista praticante e corrupto”), Gilberto Antônio Marques Bellini (estudante de medicina, que teria atuado em “atividades subversivas” com a Frente Agrária; posteriormente, considerado apenas “um inocente nas mãos do padre Celso Ibson de Sylos”), Carlos Armando Macedo (jornalista, tachado como “um perigo para a nossa Pátria”). In: Secretaria da Segurança Pública (Departamento de Ordem Política e Social). Localizado em: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo do DEOPS-SP, Pasta OS0784, p. 759-872.

II) Comissão de parlamentares que apoiou a criação do BDM (PL 4375/1962): Cunha Bueno (São Paulo, PSD), Osmar Cunha (Santa Catarina, PSD), Nelson Omega (São Paulo, PTB), Lourival Baptista (Sergipe, UDN), Aniz Badra (suplente por São Paulo, PDC), Miguel Bahury (Maranhão, PSD), Menotti del Picchia (suplente por São Paulo, PTB), Gurgel do Amaral (Distrito Federal/Rio de Janeiro, PSP), Broca Filho (suplente por São Paulo, PSP), Amilcar Pereira (Amapá, PSD), Pereira Lopes (São Paulo, UDN), Paulo Freire (Minas Gerais, PR), Arthur Virgílio (Amazonas, PTB), Aluísio Ferreira (Rondônia, PTB), Armando Corrêa (Pará, PSD), Rubem Nogueira (Bahia, PRP), Arruda Câmara (Pernambuco, PDC), Clovis Mota (Rio Grande do Norte, PTB), Hildebrando de Góis (Bahia, PSD), Jacob Frantz (Paraíba, PSP), Janduí Carneiro (Paraíba, PSD), Padre Vidigal (Minas Gerais, PSD), Plínio Lemos (suplente pela Paraíba, UDN), Sousa Carmo (Minas Gerais, PR), Martins Rodrigues (Ceará, PSD), José

Silveira (Paraná, PTB), Bocaiuva Cunha (Rio de Janeiro, PTB), Castro Costa (Goiás, PSD), Abraão Moura (Alagoas, PSP), Breno da Silveira (Rio de Janeiro, PSB), Abel Rafael (Minas Gerais, PRP), Oscar Corrêa (Minas Gerais, UDN), Hamilton Nogueira (Distrito Federal/Rio de Janeiro, UDN), Aurélio Viana (Alagoas, PSB), Temperani Pereira (suplente pelo Rio Grande do Sul, PTB), Bento Gonçalves (Minas Gerais, PR), Munhoz da Rocha (Paraná, UDN), Santos Lima (suplente pelo Ceará, PSD), Aloysio de Castro (Bahia, PSD), Lício Hauer (Distrito Federal/Rio de Janeiro, PTB), Luís Viana (Bahia, UDN), Petronilo Santa Cruz (Pernambuco, PSD), Gabriel Hermes (Pará, UDN), Vitor Issler (Rio Grande do Sul, PTB), Pinheiro Chagas (Minas Gerais, PSD), Ovídio de Abreu (Minas Gerais, PSD), Armando Storni (suplente por Goiás, PSD), Teódulo de Albuquerque (Bahia, PR), Lourival de Almeida (suplente pelo Espírito Santo, PSD), Edgard Pereira (Bahia, PSD), Aderbal Jurema (Pernambuco, PSD), Olavo Galvão (Rio Grande do Norte, UDN), Alvaro Castelo (suplente pelo Espírito Santo, PSD), Benjamin Farah (Distrito Federal/Rio de Janeiro, PSP), Nelson Carneiro (Distrito Federal/Rio de Janeiro, PSD), Dáger Serra (suplente pelo Ceará, PSD), Anísio Rocha (Goiás, PSD), Clarimundo Chapadeiro (suplente por Minas Gerais, PSD), Feliciano Pena (Minas Gerais, PR), Mario Beni (São Paulo, PSP), Wilson Calmon (Amazonas, PSP), Paulo Lauro (São Paulo, PSP), Adail Barreto (Ceará, UDN), Vilmar Dias (suplente por Santa Catarina, PSD), Rui Ramos (Rio Grande do Sul, PTB), Wilson Vargas (Rio Grande do Sul, PTB), Armando Rollemberg (Sergipe, PR), Campos Vergal (suplente por São Paulo, PSP), Carlos Murilo (Minas Gerais, PSD), Armando Carneiro (Pará, PSD), Raimundo Brito (Bahia, PR), Nogueira de Resende (Minas Gerais, PR), Padre Nobre (suplente por Minas Gerais, PTB), Sérgio Magalhães (Distrito Federal/Rio de Janeiro, PTB), Nestor Duarte (suplente

pela Bahia, UDN), Badaró Júnior (Minas Gerais, PSD), Lister Caldas (Maranhão, PSD), Ozanan Coelho (Minas Gerais, PSD), Batista Ramos (São Paulo, PTB), Pedro Aleixo (Minas Gerais, UDN), José Alkmin (Minas Gerais, PSD), José Pedroso (Rio de Janeiro, PSD), Benedito Vaz (Goiás, PSD), Drault Ernani (Paraíba, PSD), Ernani Sátiro (Paraíba, UDN), Correia da Costa (Mato Grosso, UDN), Salvador Lossaco (São Paulo, PTB), Herbert Levy (São Paulo, UDN), Jaime Araújo (Amazonas, UDN), Carlos Jereissati (Ceará, PTB), Adauto Cardoso (Distrito Federal/Rio de Janeiro, UDN), Último de Carvalho (Minas Gerais, PSD), Matos Teles (Sergipe, UDN). In: BRASIL. *Diário do Congresso Nacional* (PL 4375/1962). 15 de junho de 1962. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221013>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

III) Comissão de parlamentares que apoiou o projeto de reforma agrária proposto por Aniz Badra: Mário Covas (São Paulo, PST), Derville Alegretti (São Paulo, MTR), Edison Garcia (Mato Grosso, UDN), Jorge Cury (Rio de Janeiro, suplente pelo PTB), Stélio Maroja (Pará, PSP), Oswaldo Zanello (Espírito Santo, PRP), Minoru Miyamoto (Paraná, PDC), Geraldo Guedes (Pernambuco, suplente pelo PSD), Cantídio Sampaio (São Paulo, PSP), Dirceu Cardoso (Espírito Santo, PSD), José Richa (Paraná, PDC), Altino Machado (Acre, PTB), Hermes Macedo (Paraná, UDN), Zacharias Seleme (Santa Catarina, UDN), Ferraz Egreja (São Paulo, suplente pela UDN), Juarez Távora (Guanabara, PDC), Cid Furtado (Rio Grande do Sul, PDC), Geremias Fontes (Rio de Janeiro, PTB), Emílio Gomes (Paraná, PDC), Hary Normanton (São Paulo, PTN-PSP), Gabriel Hermes (Pará, UDN), Abel Rafael (Minas Gerais, PSD), Peracchi Barcellos (Rio Grande do Sul, PSD), Raymundo Andrade (Espírito Santo, PSD-PTN), Henrique La

Rocque (Maranhão, PSP), Millo Cammarosano (São Paulo, PR), Afonso Anschau (Rio Grande do Sul, PRP), Hamilton Prado (São Paulo, PTN), Dias Meneses (São Paulo, PTN), Cunha Bueno (São Paulo, PSD), Anísio Rocha (Goiás, PSD), Evaldo Pinto (São Paulo, MTR), Valdir Mozzaquatro (Rio Grande do Sul, MTR), Adrião Bernardes (São Paulo, PST), Arnaldo Cerdeira (São Paulo, PSP), Pedro Marão (São Paulo, PTN-MTR), Amaral Furlan (São Paulo, PSD), Abrahão Sabba (Amazonas, PSD), Tourinho Dantas (Bahia, UDN), Valério Magalhães (Acre, PSD), José Aparecido (Minas Gerais, UDN), Augusto de Gregório (Rio de Janeiro, PTB), Petrônio Fernal (Paraná, PTB), Luiz Francisco (São Paulo, PTN), Haroldo Cavalcanti (Maranhão, PSD), José Dias (Ceará, PSD), Roberto Saturnino (Rio de Janeiro, PSB), Afrânio de Oliveira (São Paulo, PSB-UDN), Osiris Regis (não informado), Cardoso de Menezes (Guanabara, UDN), Rubens Berardo (Guanabara, PTB), Gaioso e Almendra (Piauí, PTB), Celestino Filho (Goiás, PSD), Raul Pilla (Rio Grande do Sul, PL), Pedro Braga (Maranhão, UDN), José Menck (São Paulo, PDC), Medeiros Netto (Alagoas, PSD), Castro Costa (Goiás, PSD), Peixoto da Silveira (Goiás, PSD), Edgard Pereira (Bahia, PSD), Benedito Cerqueira (Guanabara, PTB), Benjamin Farah (Guanabara, PTB), João Alves (Bahia, PTB), Milton Brandão (Piauí, PSP), Ario Theodoro (Rio de Janeiro, PTB), Sylvio Braga (Pará, PSP), Paiva Muniz (Rio de Janeiro, PTB), Armando Carneiro (Pará, PTB), Américo Silva (Pará, PTB), Manso Cabral (Bahia, PR), Osmar Grafulha (Rio Grande do Sul, PTB), Abrahão Moura (Alagoas, PSP), Rogê Ferreira (São Paulo, PSB), Padre Nobre (Minas Gerais, PTB), Clay Araújo (Rio Grande do Sul, PTB), Mário Maia (Acre, suplente pelo PTB), Wilson Chedid (Paraná, PTB), Antônio Baby (Paraná, PTB), Elias Nacle (Paraná, PTB), João Herculino (Minas Gerais, PTB), Milton Reis (Minas Gerais, PTB), Hamilton Nogueira (Guanabara, UDN), Fernando

Gama (Paraná, PTB), Albino Zeni (Santa Catarina, UDN), Orlando Bertoli (Santa Catarina, PSD), Ney Maranhão (Pernambuco, PTB), Adib Chammas (São Paulo, PSD-PSP), Palhano Saboia (Ceará, PSD-PTB), Eurico Ribeiro (Maranhão, PSD), Plínio Lemos (Paraíba, UDN), Flaviano Ribeiro (Paraíba, UDN), Augusto Novaes (Pernambuco, UDN), Pereira Lopes (São Paulo, UDN), Celso Murtha (Minas Gerais, suplente pelo PSD), Ozanan Coelho (Minas Gerais, PSD), Amaral Netto (Guanabara, UDN), Benedito Vaz (Goiás, PSD), Herbert Levy (São Paulo, UDN), Oscar Correia (Minas Gerais, UDN), Furtado Leite (Ceará, UDN), Último de Carvalho (Minas Gerais, PSD), Geraldo Freire (Minas Gerais, UDN), Leão Sampaio (Ceará, UDN), Elias Carmo (Minas Gerais, UDN), Francelino Pereira (Minas Gerais, UDN), Adolfo de Oliveira (Rio de Janeiro, UDN), Manuel de Almeida (Minas Gerais, PSD), Celso Passos (Minas Gerais, UDN), Edilson Mello Távora (Ceará, UDN), Aliomar Baleeiro (Guanabara, UDN), Raul Soares (sem informações), Lauro Cruz (São Paulo, UDN), Diomício Freitas (Santa Catarina, suplente pela UDN), Almeida Prado (São Paulo), Tourinho Dantas (Bahia, UDN), Oceano Carleial (Alagoas, UDN), Alde Sampaio (Pernambuco, UDN), Correia da Costa (Mato Grosso, UDN), Brito Velho (Rio Grande do Sul, PL), Pedro Aleixo (Minas Gerais, UDN), Paulo Sarasate (Ceará, UDN), Flores Soares (Rio Grande do Sul, UDN), Dnar Mendes (Minas Gerais, UDN), Ormeu Botelho (Minas Gerais, UDN), Segismundo Andrade (Alagoas, UDN), João Mendes (Bahia, UDN), Aroldo Carvalho (Santa Catarina, UDN), Epitácio Cafeteira (Maranhão, suplente pela UDN), Manuel Taveira (Minas Gerais, UDN), Heitor Cavalcanti (Piauí, UDN), Regis Pacheco (Bahia, PSD), Jamil Amiden (Guanabara, PTB), Oseias Cardoso (Alagoas, UDN), Lírio Bertoli (Paraná, PSD), Leopoldo Peres (Amazonas, PSD), Tufy Nassif (São Paulo, PTN), Gil Veloso (Espírito Santo, UDN), Rachid

Mamed (Mato Grosso, PSD), Clóvis Pestana (Rio Grande do Sul, PSD), Guilhermino de Oliveira (Minas Gerais, PSD), Marcial Terra (Rio Grande do Sul, suplente pelo PSD), Arruda Câmara (Pernambuco, PDC), Armando Leite (Acre, PSD), José Esteves (Amazonas, PTB), João Mendes Olímpio (Piauí, PTB), Unírio Machado (Rio Grande do Sul, PTB), Josafá Borges (Bahia, PSD), Laerte Vieira (Santa Catarina, UDN), João Veiga (Amazonas, PTB), Tarcísio Maia (Rio Grande do Norte, UDN), Rondon Pacheco (Minas Gerais, UDN), Manuel Barbuda (Amazonas, suplente pelo PTB), Manuel Novais (Bahia, PR), Neci Novais (Bahia, PTB-PR-PRP), Paulo Mincarone (Rio Grande do Sul, PTB), Getúlio Moura (Rio de Janeiro, PSD), A. Mastrocola (São Paulo, suplente pela UDN), Braga Ramos (Paraná, UDN), Moura Santos (Piauí, PSD), Raimundo Brito (Bahia, PR), Carneiro Loiola (Santa Catarina, UDN), Tenório Cavalcanti (Rio de Janeiro, PST), Simão da Cunha (Minas Gerais, UDN), Newton Carneiro (Paraná, UDN), Burlamaqui de Miranda (Pará, PSD), Maurício Goulart (São Paulo, PTN), José Burnett (Maranhão, PSD), Sussumu Hirata (São Paulo, UDN), Paulo Macarini (Santa Catarina, PTB), Pedro Catalão (Bahia, PTB), Geraldo de Pina (Goiás, PSD), Alceu Carvalho (São Paulo, PR), Saldanha Derzi (Mato Grosso, UDN), Paes de Andrade (Ceará, PSD), Wilson Roriz (Ceará, PSD), Arnaldo Nogueira (Guanabara, UDN), Lino Morganti (São Paulo, PRT), Emival Caiado (Goiás, UDN), Antônio Feliciano (São Paulo, PSD), Jales Machado (Goiás, UDN), Aurino Valois (Pernambuco, PTB), Raimundo Padilha (Rio de Janeiro, UDN), Ari Alcântara (Rio Grande do Sul, PSD), Broca Filho (São Paulo, PSP), Wilson Falcão (Bahia, UDN), Padre Godinho (São Paulo, UDN), Djalma Passos (Amazonas, PTB), Waldir Simões (Guanabara, PTB), Armando Falcão (Ceará, PSD), Fernando Santana (Bahia, PSD), Valter Passos (Minas Gerais, PR), Paulo Freire (Minas Gerais, PTB),

Vasco Filho (Bahia, UDN), Renato Azeredo (Minas Gerais, PSD), Mário Tamborindeguy (Rio de Janeiro, PSD), João Calmon (Espírito Santo, PSD), Pacheco Chaves (São Paulo, PSD), Hércio Manghezani (São Paulo, PTB-PSB), Antônio Carlos Magalhães (Bahia, UDN), Edvaldo Flores (Bahia, suplente pela UDN), Geraldo Sampaio (Alagoas, suplente pela UDN), Alberto Aboud (Maranhão, PSD), Zaire Nunes (Rio Grande do Sul, PTB), Luciano Machado (Rio Grande do Sul, PSD), Plínio Costa (Paraná, PSD), Emanuel Waismann (Rio de Janeiro, PSP). BRASIL. *Diário do Congresso Nacional* (PL 809/1963). 7 de agosto de 1963. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao;jsessionid=B79511525C09526C2BF11EF0FCC7A3B3.proposicoesWeb1?idProposicao=182763&ord=1>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

IV) A PEC (Projeto de Emenda à Constituição) 1/1959, apresentada por Osmar Cunha em 24 de abril de 1959, contou com o apoio dos seguintes deputados federais: Plínio Salgado (Paraná, PRP), Rui Ramos (Rio Grande do Sul, PTB), Cunha Bueno (São Paulo, PSD), Océlio Medeiros (Pará, PSD), Lourival Batista (Sergipe, UDN), Nicolau Lima (sem informações), Armando Carneiro (Pará, PSD), Oswaldo Zanello (Espírito Santo, PRP), Breno da Silveira (Guanabara, PSB), César Prieto (Rio Grande do Sul, PTB), Ramon de Oliveira (Espírito Santo, PTB), Medeiros Netto (Alagoas, PSD), Amaral Furlan (São Paulo, PSD), Geraldo de Carvalho (São Paulo, PDC), La Roque de Almeida (Maranhão, PSP), Almino Afonso (Amazonas, PST), Arthur Virgílio (Amazonas, PTB), João Veiga (Amazonas, PTB), Mário Martins (Guanabara, UDN), Coutinho Cavalcanti (São Paulo, PTB), Seixas Dória (Sergipe, UDN), Aurélio Vianna (Alagoas, PSB), Aderbal

Jurema (Pernambuco, PSD), Petronilo Santa Cruz (Pernambuco, PSD), Armando Monteiro (Pernambuco, PSD), Paulo Lauro (São Paulo, PSP), Gileno di Carli (Pernambuco, PSD), Pedro Vidigal (Minas Gerais, PSD), Yukishigue Tamura (São Paulo, PSD), Carmelo D'Agostino (São Paulo, PSP-PSD), Acioli Filho (Paraná, PSD-PDC), Mário Gomes (Paraná, PSD), Clóvis Pestana (Rio Grande do Sul, PSD), Jorge de Lima (Paraná, PTB), Último de Carvalho (Minas Gerais, PSD), Maurício de Andrade (Minas Gerais, PSD), Castro Costa (Goiás, PSD), Alfredo Nasser (Goiás, UDN), Newton Belo (Maranhão, PSD), Lister Caldas (Maranhão, PSD), Geraldo Guedes (Pernambuco, suplente pelo PSD), Mário Tamborin de Guy (Rio de Janeiro, PSD), Ozanan Coelho (Minas Gerais, PSD), Temperani Pereira (Rio Grande do Sul, PTB), Gabriel Hermes (Pará, UDN), Antônio Baby (Paraná, PTB), Cardoso de Menezes (Guanabara, UDN), Raul Pilla (Rio Grande do Sul, PL), Maia Netto (Paraná, suplente pelo PTB), Lins Cavalcanti (Ceará, PSD), Abrahão Moura (Alagoas, PSP), Souza Leão (Alagoas, PSP), Maia Lelo (São Paulo, PSP), Daniel Fernandes (sem informações), Salo Brand (Rio de Janeiro, PSP), Napoleão Fontenelle (Espírito Santo, PSD), Paulo Freire (Minas Gerais, PTB), Resende Monteiro (Goiás, PTB), Ulisses Guimarães (São Paulo, PSD), Oscar Passos (Acre, PTB), Ortiz Monteiro (São Paulo, PST), Pacheco Chaves (São Paulo, PSD), Humberto Lucena (Paraíba, PSD), Clóvis Motta (Rio Grande do Norte, PTB), José Raimundo (Minas Gerais, PTB), Atílio Fontana (Santa Catarina, PSD), Antônio Carlos (sem informações), Nogueira da Gama (Minas Gerais, PTB), Miguel Calmon (Bahia, PSD), Régis Pacheco (Bahia, PSD), Doutel de Andrade (Santa Catarina, PTB), Ivete Vargas (São Paulo, PTB), Elias Adaime (Santa Catarina, PSD), Célio Lemos (Pernambuco, PSD), Wanderley Júnior (sem informações), Eloi Dutra (Guanabara, PTB), Hermógenes

Príncipe (Bahia, PSD), Baptista Ramos (São Paulo, PTB), Correia da Costa (Mato Grosso, UDN), Miguel Leuzzi (São Paulo, PTN), Sérgio Magalhães (Guanabara, PTB), Drault Ernani (Paraíba, PSD), Souto Maior (Pernambuco, PTB), Nestor Jost (Rio Grande do Sul, PSD), Aroldo Carvalho (Santa Catarina, UDN), Paulo de Tarso (São Paulo, PDC), Franco Montoro (São Paulo, PDC), Ney Braga (Paraná, PDC), José Alkmin (Minas Gerais, PSD), Hélio Machado (Bahia, PDC), Pereira da Silva (Amazonas, PSD), Vasconcellos Torres (Rio de Janeiro, PSD) e Nelson Omegna (São Paulo, PTB). PEC 1/1959 (Proposta de Emenda à Constituição – Transformada na Emenda Constitucional 5/1961). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=687722>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

V) Empresas e participantes inscritos para o curso/ciclo de palestras de José Roberto Whitaker Penteado, realizado em Ribeirão Preto no ano de 1959: Manoel Pena, João Marzola, Nicanor Ferreira Vianna, Ernesto Tonzar, Jovert Rolandi, Waldomiro Diniz, João Augusto Soares, Ângelo Pedreschi, Henrique Pierotti, Luiz Ferrero, João Batista Cruz, Orlando Grespan, Esmeraldino Silveira, Valdemar Massey, José Soeira, dr. Virgílio Malta Gomide (da Cia Comércio Ind. Antônio Diederichsen); Sr. Jamil Seme Cury, José Favaro Júnior, Rivaldo Marchesi, Orestes Biagi, Alexandre Balbo, Roberto Kennedley, Nelito Pieroni, Umberto Simioni, Dr. Aquiles Scatena Simioni, Baudílio Biagi, Maurílio Biagi (da Cooperativa dos Usineiros); Celidônio Biagini (do Banco Moreira Sales S.A.); Sérgio Luiz Silva, Geraldo Silva, Júlio Silva, Nilo Garcia, Mário Lucheta (do Comércio Man. Tecidos J. Silva S.A.); Fauzi Trad (da Casa Carlos Gomes); Jeremias Spanó, José Carlos Barillari e Bernardino Silva (da Cerâmica São Luiz); Elpídio Marchesi, dr. Eurico Baldini e

Wagner Marchesi (do Banco Marchesi S.A.); Sócrates Biagi Bighetti.(da Fazenda Água Branca); Rui Zamboni de Faria e Aluísio Paula Borges (da Usina de Laticínios Rio Pardo); dr. José Newton Ferreira da Rosa (advogado); Orestes Lopes de Camargo (de *A Cidade*); Renato Nunez Maia e Armando Evangelista (Refrescos Ipiranga Ltda.); Rui de Castro Santos (da Diversos Triângulo Mineiro S.A.); Hans Gunsdeiger (das Lojas Brasileiras); José Romano (de *O Diário*); Padre Celso I. de Sylos (do *Diário de Notícias*); Rubens da Silva Bueno, Fuad Cassis (da rádio PRA-7); Jorge Abreu Isique (do SESI); Edu Silva (da Viação Cometa S.A.); Comandante José Ruiz (da Guarda Civil); Guaycurus Rangel (da Faculdade de Odontologia e Farmácia); José Gonçalves Filho e Hélio Veccin (da Livraria Católica); Walter Barillari (da Tipografia Barillari); Paschoal Ciochi, Walter Ciochi (da Automóveis Laguna S.A.); Santo Marchesi, Osvaldo Fraguas (da Marchesi S.A.); José Eugênio Miranda de Carvalho (da Carvalho & Cia); Antônio Costa Ponto Machado (da Manequim Modas); Geraldo Costa (da Sila, Costa & Cia Ltda.); Antônio Soares de Oliveira (da Modas Alzira); Jácomo Rossi, João Pagano, dr. Carlos Alberto Meria, Geraldo Rossi e Giordano Paulin (da Companhia Cervejaria Paulista); José Monteiro, Castro Arouca (do Banco da Lavoura de Minas Gerais); Waldomiro Silva (da Fábrica de Balas São José); Domingos Serraceni (de *A Caprichosinha*); Álvaro Bevilacqua (da Transportadora Bevilacqua); Trason Rodrigues (da Transportadora Ipiranga); Ney Mattar (da rádio ZYR-79); Irmã Margarida, dr. Marcelo Leite (Santa Casa de Misericórdia); dr. Manoel Garcia (médico); Antônio Machado Sant'Anna, Luiz Rocha e Antônio Carlos Sant'Anna (do *Diário da Manhã*); José Bruno Chierocato (Lojas Abida); Francisco Rubens Calil, Sérgio Calil, Emílio Urbano e Walter (de *A Modelar*). In: *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 13 de novembro de 1959.


SOBRE O AUTOR

Yuri Araujo Carvalho possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), graduação em História e pós-graduação em História, Cultura e Sociedade, ambas pelo Centro Universitário Barão de Mauá, e mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente, é docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

Antônio Machado Sant'Anna foi jornalista, político e empresário, além de figura destacada em Ribeirão Preto no século XX. O livro analisa a trajetória de Machado Sant'Anna, sobretudo, quando atuou como diretor dos jornais locais *A Tarde* (entre 1940 e 1955) e *Diário da Manhã* (entre 1955 e 1966). Machado Sant'Anna era alinhado à defesa do anticomunismo (escorado no repertório liberal, cristão e nacionalista) e do municipalismo (descentralizador, nacionalista e urbano-agrarista), obtendo posições de destaque na sociedade civil e no meio político, onde estabeleceu alianças e desafetos com diversos sujeitos e instituições de dimensões regional, estadual e nacional. Amparada no aporte teórico-metodológico gramsciano a respeito da integralidade do Estado e do papel dos aparelhos privados de hegemonia para a garantia do consenso das camadas subalternas, o livro explora diversos documentos (jornais, revistas, documentos legislativos e repressivos) para refletir sobre os caminhos trilhados por Machado Sant'Anna, expondo os projetos de manutenção da hegemonia burguesa.

AUTOR

YURI ARAUJO CARVALHO. Mestre em História pela UNIOESTE.
Docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

EDIÇÕES |  **BARÃO**

 10.56344/lv1

ISBN 978-65-997843-0-9

